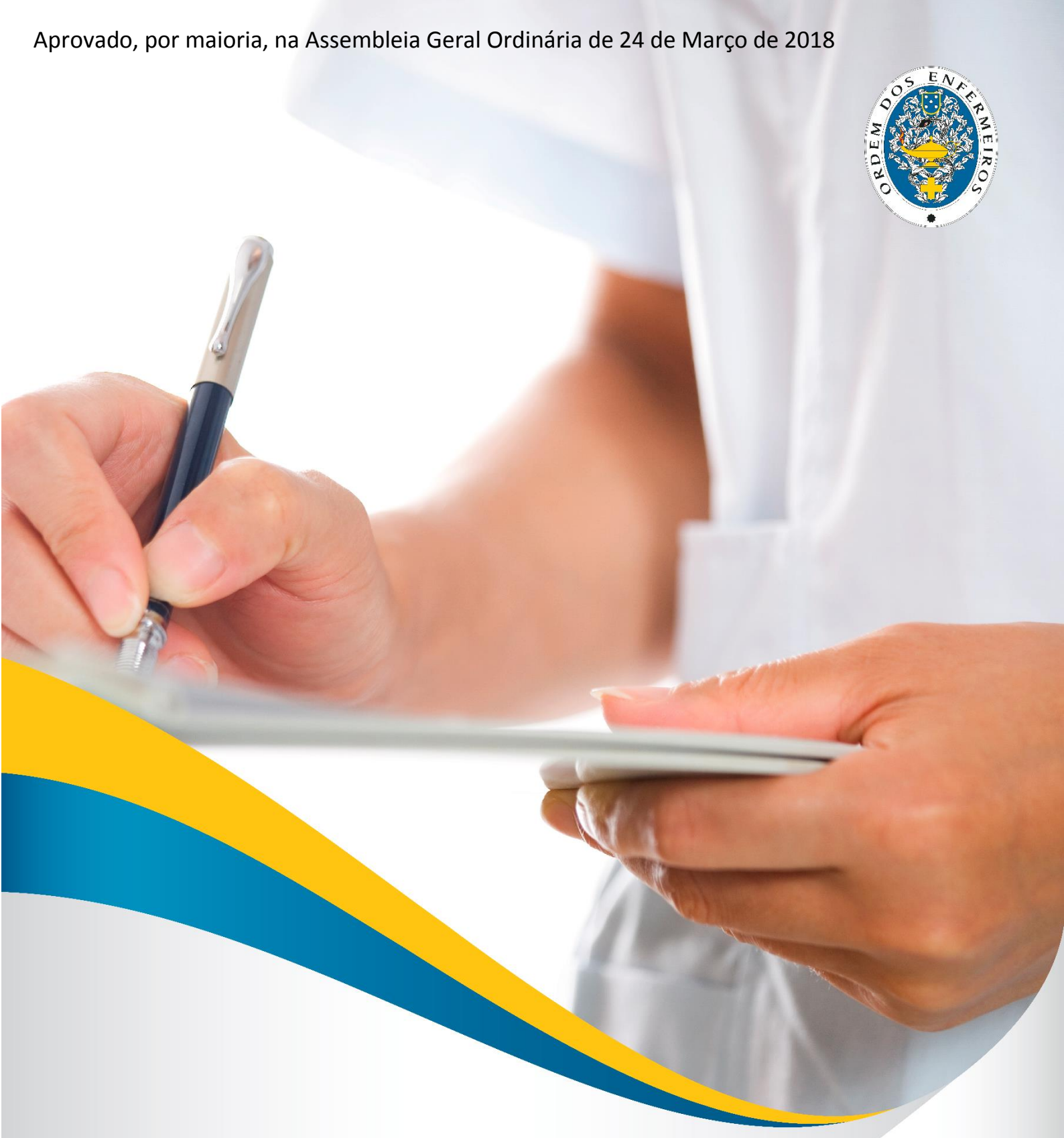
Aprovado, por maioria, na Assembleia Geral Ordinária de 24 de Março de 2018



RELATÓRIO E CONTAS 2017

ordem dos enfermeiros

www.ordemenfermeiros.pt


ORDEM DOS ENFERMEIROS



RELATÓRIO 2017 E CONTAS

ÍNDICE

SIGLAS 8
MENSAGEM DA PRESIDENTE DO CONSELHO DIRECTIVO 10
1 - NOTA INTRODUTÓRIA 11
2 - CARACTERIZAÇÃO GERAL DA OE 13
2.1 - COLABORADORES 13
Distribuição por Género 13
Distribuição por Grupos Etários 14
Distribuição por categoria profissional 14
Distribuição por habilitações académicas 15
2.2 - MEMBROS 15
Membros Activos em 31 de Dezembro 2017 15
Distribuição por Distrito (Exercício Profissional) 16
Distribuição por Grupos Etários 17
Rácio do total de Enfermeiros por 1000 Habitantes 17
Enfermeiros Cuidados Gerais 18
Enfermeiros Especialistas 18
Títulos de Enfermeiro atribuídos entre 01 de Janeiro e 31 de Dezembro 2017 18
Títulos de Enfermeiro Especialista atribuídos entre 01 de Janeiro e 31 de Dezembro 2017 18
2.3 - ÓRGÃOS ESTATUTÁRIOS 19
3 - RELATÓRIO DE ACTIVIDADES DE 2017 20
3.1 - PRESTAÇÃO DE CUIDADOS 20
Prestação de Cuidados 20
3.2 - INVESTIGAÇÃO 23
Produção, Transferência e Divulgação de Conhecimento Científico em Enfermagem 23
Inovação e Desenvolvimento 26
3.3 - DOCÊNCIA 27
Restruturação Curricular 27
Inovação e Desenvolvimento 28
Supervisão 28
Capacitação do Corpo Docente 29
3.4 - FORMAÇÃO 30

Formação Científica, Técnica, Cultural e Profissional 30
Acreditação da Formação 31
3.5 - ASSESSORIA 33
Assessoria, Aconselhamento e Recomendação 33
3.6 - GESTÃO 36
Gestão do Serviço de Enfermagem 36
3.7 - ACTIVIDADES CORRENTES E DE SUPORTE 38
Gestão Administrativa de Recursos Humanos 38
Condições de Trabalho e Ambientais 39
Procedimentos Internos 39
Gestão Administrativa, Financeira e Patrimonial 40
Comunicação Interna e Externa 40
Formação e Desenvolvimento Organizacional 42
3.8 - COOPERAÇÃO INSTITUCIONAL E PARTICIPAÇÃO EM PROJECTOS E GRUPOS DE TRABALHO 43
Representação e Participação em Comissões e Grupos de Trabalho Nacionais 43
Representação e Participação em Comissões e Grupos de Trabalho Internacionais 45
Resposta a Pedidos 48
Concertação Profissional 49
3.9 - REDE ORDEM DOS ENFERMEIROS 49
Actualização de Dados 49
Vinculação Profissional 50
Organização de Eventos 50
Empregabilidade 51
Sistemas de Informação e Documentação 51
Sistemas de Informação em Enfermagem 53
Estrutura de Idoneidades 54
Internacionalização 55
Sistema de Gestão da Qualidade 55
Empreendedorismo 57
Provedoria e Assessoria 57
Protocolos e Parcerias 58
4 - PRESTAÇÃO DE CONTAS
5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS
6 - APÊNDICES

APÊNDICE 1 - Prestação de Contas - Âmbito Sede

APÊNDICE 2 - Relatório de Auditoria - Âmbito Sede

APÊNDICE 3 - Parecer do Conselho Fiscal Relativamente ao Relatório e Contas 2017

APÊNDICE 4 - Certificação Legal de Contas

APÊNDICE 5 - Relatório de Actividades 2017 - Colégio da Especialidade de Enfermagem de Saúde Materna e Obstétrica

APÊNDICE 6 - Relatório de Actividades 2017 - Colégio da Especialidade de Enfermagem de Saúde Infantil e Pediátrica

APÊNDICE 7 - Relatório de Actividades 2017 - Colégio da Especialidade de Enfermagem de Saúde Mental e Psiquiátrica

APÊNDICE 8 - Relatório de Actividades 2017 - Colégio da Especialidade de Enfermagem de Reabilitação

APÊNDICE 9 - Relatório de Actividades 2017 - Colégio da Especialidade de Enfermagem Médico-Cirúrgica

APÊNDICE 10 - Relatório de Actividades 2017 - Colégio da Especialidade de Enfermagem Comunitária

APÊNDICE 11 - Relatório e Contas 2017 - Secção Regional do Norte

APÊNDICE 12 - Relatório e Contas 2017 - Secção Regional do Centro

APÊNDICE 13 - Relatório e Contas 2017 - Secção Regional do Sul

APÊNDICE 14 - Relatório e Contas 2017 - Secção Regional da Região Autónoma dos Açores

APÊNDICE 15 - Relatório e Contas 2017 - Secção Regional da Região Autónoma da Madeira

SIGLAS

A3ES	-	Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior
ACSS	-	Administração Central do Sistema de Saúde
ADSE	-	Assistência na Doença aos Servidores do Estado
ARS	-	Administração regional de Saúde
BU	-	Balcão Único
CD	-	Conselho Directivo
CE	-	Conselho de Enfermagem
CF	-	Conselho Fiscal
CIPE	-	Classificação Internacional para a Prática de Enfermagem
CJ	-	Conselho Jurisdicional
CPLEE	-	Cursos de Pós–Licenciatura de Especialização em Enfermagem
CPLP	-	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CSP	-	Cuidados de Saúde Primários
DGERT	-	Direcção Geral do Emprego e das Relações de Trabalho
DGS	-	Direcção Geral da Saúde
DIE	-	Dia Internacional do Enfermeiro
DNF	-	Diagnóstico das Necessidades de Formação
DPT	-	Desenvolvimento Profissional Tutelado
EFN	-	Federação Europeia de Associações de Enfermeiros
EI	-	Estrutura de Idoneidades
ELO	-	Enfermeiro de Ligação à Ordem
EOE	-	Estatuto da Ordem dos Enfermeiros
ERS	-	Entidade Reguladora da Saúde
ESEP	-	Escola Superior de Enfermagem do Porto
ESIE	-	Estrutura para os Sistemas de Informação em Enfermagem
ESEnf	-	Escola Superior de Enfermagem
FB	-	*Facebook*
FCT	-	Fundação para a Ciência e Tecnologia
FNOPE	-	Fórum Nacional das Organizações Profissionais de Enfermeiros
GCI	-	Gabinete de Comunicação e Imagem
GOBP	-	Guia Orientador de Boas Práticas
GT	-	Grupo de Trabalho

ICHOM	-	Consórcio Internacional de Medição de Resultados em Saúde
ICN	-	*International Council of Nurses*
IEFP	-	Instituto de Emprego e Formação Profissional
IGAS	-	Inspecção-Geral das Actividades em Saúde
INE	-	Instituto Nacional de Estatística
INEM	-	Instituto Nacional de Emergência Médica
IPQ	-	Instituto Português da Qualidade
LMS	-	*Learning Management System*
MS	-	Ministério da Saúde
NOC	-	Normas de Orientação Clínica
OCDE	-	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
OE	-	Ordem dos Enfermeiros
OMS	-	Organização Mundial de Saúde
ONEP	-	Observatório da Natalidade e Envelhecimento em Portugal
OTOC	-	Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas
PA	-	Plano de Actividades
PD´s	-	Processos Disciplinares
PEC	-	Programa de Execução de Quotas
RA	-	Região Autónoma
RENTEV	-	Registo Nacional do Testamento Vital
RH´s	-	Recursos Hierárquicos
RNCCI	-	Rede Nacional para os Cuidados Continuados Integrados
ROE	-	Revista da Ordem dos Enfermeiros
SC	-	Supervisor Clínico
SI	-	Sistemas e Informação
SIE	-	Sistema de Informação em Enfermagem
SIV	-	Suporte Imediato de Vida
SNS	-	Serviço Nacional de Saúde
SPMS	-	Serviços Partilhados do Ministério da Saúde
SR	-	Secção Regional
UE	-	União Europeia
USF	-	Unidade de Saúde Familiar
VAEP	-	Visitas de Acompanhamento do Exercício Profissional

MENSAGEM DA PRESIDENTE DO CONSELHO DIRECTIVO

Estou como Bastonária há dois anos. No segundo ano de mandato, mudámos quase tudo, crescemos e demos passos decisivos num caminho que ainda vai a meio. Mas, hoje, já podemos dizer que temos uma Ordem ao serviço dos Enfermeiros.

No segundo ano de mandato, continuámos a crescer, estivemos ao lado dos Enfermeiros. Fomos onde não vai mais ninguém, a todos os cantos do País. Porque ninguém está sozinho e onde há uma pessoa há um enfermeiro. Mas também é preciso cuidar de quem cuida e, como tal, demos voz aos Enfermeiros, aos seus anseios, aos seus desejos, aos seus problemas. Não escondemos as carências nem fugimos aos problemas. Estivemos, e estamos, vigilantes. Para mudar, temos que enfrentar a realidade. E a realidade é que temos um SNS a definhar, sem investimento, e enfermeiros exaustos a trabalhar milhões de horas a mais. Recusamos baixar os braços e, por isso, apelámos à denúncia em 2017. Somos cada vez mais e mais unidos. Obrigada por nos acompanharem!

Ana Rita Pedroso Cavaco

1 - NOTA INTRODUTÓRIA

O presente Relatório e Contas de 2017 é um documento que expressa a acção desenvolvida para a concretização do Plano de Actividades (PA) da Ordem dos Enfermeiros (OE) aprovado na Assembleia Geral a 25 de Março de 2017, em Lisboa.

Cumprindo as disposições estatutárias (Estatuto da OE (EOE) publicado pelo Decreto-Lei n.º 104/98, de 21 de Abril, alterado e republicado em Anexo à Lei n.º 156/2015 de 16 de Setembro, e em conformidade com o alínea f), do n.º 1 do artigo 27), cabe ao Conselho Directivo (CD) elaborar e submeter à aprovação da Assembleia Geral o Relatório e Contas referente ao ano civil anterior.

Tendo também como principal referência o enquadramento estatutário, norteados pelo lema "Ninguém está sozinho" e considerando as necessidades da sociedade actual, constituíram-se como grandes finalidades da nossa intervenção:

1. Defender os interesses gerais dos destinatários dos serviços de Enfermagem e a representação em defesa dos interesses da profissão;
2. Regular e supervisionar o acesso à profissão de Enfermeiro e o seu exercício, aprovar, nos termos da lei, as normas técnicas e deontológicas respectivas, zelar pelo cumprimento das normas legais e regulamentares da profissão e exercer o poder disciplinar sobre os seus membros;
3. Representar os Enfermeiros junto dos órgãos de soberania e colaborar com o Estado e demais entidades públicas sempre que estejam em causa matérias relacionadas com a prossecução das atribuições da Ordem, designadamente nas acções tendentes ao acesso dos cidadãos aos cuidados de saúde e aos cuidados de Enfermagem.

A regulação e supervisão do acesso à profissão de Enfermeiro, assim como do exercício profissional nos termos da lei, deontologia, normas e técnicas e a defesa dos interesses dos seus membros constituem o pilar de actuação dos órgãos sociais neste mandato. Neste sentido, o desenvolvimento de actividades promotoras de proximidade e bem-estar que, em simultâneo, valorizem profissional e cientificamente os Enfermeiros foram e serão o centro da nossa atenção.

Os resultados das actividades realizadas em 2017 correspondem aos compromissos que assumimos com os Enfermeiros, consubstanciados na efectivação de acções, algumas delas marcantes ao nível da qualificação e valorização dos Enfermeiros, reconhecimento do prestígio da profissão e sua visibilidade, e bem assim, da sua relação de proximidade com a sua Ordem profissional.

A criação de novas áreas de especialidade, o reconhecimento de competências acrescidas diferenciadas e avançadas, o internato da especialidade, o modelo de gestão da informação e da relação de proximidade com

os membros nomeadamente, através da implementação da plataforma do Balcão único e toda a modernização da infra-estrutura tecnológica são alguns exemplos de resultados alcançados que destacamos, correspondentes a alguns dos compromissos assumidos e que honrámos ao longo de 2017 e que se irão consolidar.

A revisão estatutária de 2015 conferiu acrescidas atribuições e competências à Ordem dos Enfermeiros o que possibilitou a revisão de diversos Regulamentos apresentados ao longo do ano e que conduziram a uma relevante reorganização da profissão.

O ano de 2017 ficou também marcado pelo dinamismo e vontade dos Enfermeiros e da sua Ordem em dar expressão às condicionantes com que se confronta a prática profissional, nos seus diferentes contextos e o próprio sistema de saúde. Fizemos o nosso caminho, antecipando e alertando para os vários problemas e apresentámos soluções.

A OE, prosseguiu os seus fins e atribuições respondendo aos desafios e solicitações colocadas com sentido de responsabilidade social, princípios e valores sólidos que nos permitiram afirmar o nosso valor e realizar a nossa missão. Desenvolveu-se a capacitação para prosseguir as finalidades da nossa acção e o cumprimento das atribuições e compromissos, bem como da dignificação da OE para o que contribuiu de forma significativa a estratégia de mediatização em curso, a proximidade com as Pessoas e com os nossos membros.

O ano de 2017 demonstra uma execução positiva relativamente aos indicadores pré estabelecidos, contribuindo deste modo para a efectivação dos objectivos inscritos nos diversos domínios operacionais e concomitantemente para a prossecução da missão da OE.

Este relatório, como instrumento de avaliação das actividades desenvolvidas, procura, de forma sistematizada e sintética, apresentar os resultados alcançados de acordo com o modelo apresentado, no âmbito do quadro de objectivos e acções aprovadas, identificando, sempre que se justifique e complementarmente notas explicativas e/ou anexando informação mais descritiva.

Beneficiando da estrutura delineada no plano de actividades/2017, a informação aqui inscrita pretende servir a finalidade deste documento e a sua apreciação. Em apêndice apresentam-se os Relatórios e Contas dos Colégios das Especialidades e das Secções Regionais, já aprovados nas respectivas Assembleias.

A TODOS, que diariamente contribuem para a edificação de uma Enfermagem com valor, queremos reafirmar ***que não estão sozinhos.*** Foi e será um privilégio partilhar com todos os Enfermeiros esta jornada, contar com a sua solidariedade e apoio.

Queremos que os Enfermeiros e a Enfermagem continuem a ser o reflexo da mudança em curso!

2 - CARACTERIZAÇÃO GERAL DA OE

O Artigo 1.º do EOE estabelece que "A OE, adiante abreviadamente designada por Ordem, é a associação pública profissional representativa dos que, em conformidade com o presente Estatuto e as demais disposições legais aplicáveis, exercem a profissão de Enfermeiro."

A Ordem exerce as atribuições conferidas, no seu Estatuto, no território nacional, tem a sua sede em Lisboa e é constituída por 5 secções regionais (cf. Art.º 2º do EOE):

a) *A Secção Regional do Norte, com sede no Porto e área de actuação correspondente aos distritos de Braga, Bragança, Porto, Viana do Castelo e Vila Real;*

b) *A Secção Regional do Centro, com sede em Coimbra e área de actuação correspondente aos distritos de Aveiro, Castelo Branco, Coimbra, Guarda, Leiria e Viseu;*

c) *A Secção Regional do Sul, com sede em Lisboa e área de actuação correspondente aos distritos de Beja, Évora, Faro, Lisboa, Portalegre, Santarém e Setúbal;*

d) *A Secção Regional da Região Autónoma dos Açores;*

e) *A Secção Regional da Região Autónoma da Madeira.*

2.1 - COLABORADORES

Existem 89 colaboradores na OE, dos quais 65 são do género feminino e 24 do género masculino.

Distribuição por Género		
Género	**Total**	**%**
Feminino	65	73,0 %
Masculino	24	27,0 %
Total	**89**	**100,0 %**

Entre os 26 e 35 anos, existem 23 pessoas. Dos 36 aos 45 anos, 50 pessoas. Dos 46 aos 55 anos, 13 pessoas e entre os 56 e 65 anos apenas duas pessoas.

Distribuição por Grupos Etários		
Grupos Etários	**Total**	**%**
< 26	1	1,1 %
26 a 35	23	25,8 %
36 a 45	50	56,2 %
46 a 55	13	14,6 %
56 a 65	2	2,3 %
Total	**89**	**100 %**

No que reporta a categorias profissionais, realça-se que existem 14 técnicos administrativos e 19 técnicos de secretariado, entre outras funções.

Distribuição por categoria profissional		
Categoria Profissional	**Total**	**%**
Secretário-geral	1	1,1 %
Técnico Superior	2	2,3 %
Analista de Informática	1	1,1 %
Chefe de Serviços	1	1,1 %
Programador de Informática	1	1,1 %
Técnico de Gestão de Eventos	1	1,1 %
Técnico de Comunicação Imagem / Jornalismo	2	2,3 %
Técnico de Formação	2	2,3 %
Técnico de Relações Internacionais	3	3,4 %
Técnico de Contabilidade	1	1,1 %
Chefe de Secção	2	2,3 %
Técnico Administrativo Especialista	1	1,1 %
Técnico Administrativo de RH	1	1,1 %
Técnico Administrativo	14	15,7 %
Técnico de Secretariado	19	21,3 %
Técnico de Informática	1	1,1 %
Técnico de Informática de 3ª	1	1,1 %
Assistente Administrativo de 1ª	11	12,4 %
Assistente Administrativo de 2ª	5	5,6 %
Assistente Administrativo de 3ª	4	4,4 %
Auxiliar Administrativo	1	1,1 %
Contínuo de 1ª	2	2,3 %
Contínuo de 2ª	2	2,3 %
Porteiro de 1ª	1	1,1 %
Trabalhador de Limpeza	3	3,4 %
Assessor Jurídico	2	2,3 %
Contabilista	1	1,1 %
Director de Comunicação e Imagem	2	2,3 %
Director de Recursos Humanos	1	1,1 %
Total	**89**	**100 %**

Do universo de 89 trabalhadores da OE, a maior parte tem uma licenciatura (41 pessoas) seguido de funcionários com o 12º ano (25 pessoas).

Distribuição por habilitações académicas		
Habilitações Académicas	**Total**	**%**
1º Ciclo	1	1,1 %
2º Ciclo	3	3,4 %
3º Ciclo	9	10,1 %
12º Ano	25	28,1 %
Curso Profissional	5	5,6 %
Bacharelato	2	2,3 %
Licenciatura	41	46,0 %
Mestrado	3	3,4 %
Total	**89**	**100 %**

2.2 - MEMBROS

Até 31 de Dezembro de 2017, existiam 71 802 membros da OE. Da totalidade de membros, 58 939 são do género feminino e 12 863 do género masculino. A Secção Regional do Sul tem mais de 28 mil membros a que se segue a Secção Regional do Norte com 23 607 membros e a Secção Regional do Centro com 15 296 membros. Por sua vez, a Secção Regional da Região Autónoma da Madeira e a Secção Regional da Região Autónoma dos Açores têm, respectivamente, 2 217 membros e 2 067 membros.

Membros Activos em 31 de Dezembro 2017			
Secção Regional	**Feminino**	**Masculino**	**Total**
Açores	1 684	383	2 067
Centro	12 299	2 997	15 296
Madeira	1 840	377	2 217
Norte	19 577	4 030	23 607
Sul	23 539	5 076	28 615
Total	**58 939**	**12 863**	**71 802**

A análise da distribuição de membros por distrito revela que a maior parte são de Lisboa (16 447 membros), seguido do Porto (13 138 membros) e Coimbra com 5 213 membros.

Distribuição por Distrito (Exercício Profissional)			
Distrito	**F**	**M**	**Total**
Aveiro	2 935	561	3 496
Beja	749	173	922
Braga	4 088	759	4 847
Bragança	989	252	1 241
Castelo Branco	1 086	269	1 355
Coimbra	4 044	1 169	5 213
Évora	946	187	1 133
Faro	2 213	505	2 718
Guarda	879	263	1 142
Leiria	1 866	345	2 211
Lisboa	13 477	2 970	16 447
Portalegre	648	214	862
Porto	10 943	2 195	13 138
Santarém	2 039	388	2 427
Setúbal	3 710	680	4 390
Viana do Castelo	1 307	281	1 588
Vila Real	1 439	394	1 833
Viseu	1 850	463	2 313
RA Açores	1 705	376	2 081
RA Madeira	1 840	381	2 221
Total no Território Nacional	**58 753**	**12 825**	**71 578**
Estrangeiro	**186**	**38**	**224**
Total	**58 939**	**12 863**	**71 802**

Dos mais de 71 mil membros da OE, verifica-se que a maioria dos Enfermeiros tem idades compreendidas entre os 26 e os 40 anos, sendo que o grupo etário dos 31 a 35 anos é o que tem maior representação.

Distribuição por Grupos Etários			
Grupos Etários	**F**	**M**	**Total**
21 a 25	4 015	662	4 677
26 a 30	8 484	1 320	9 804
31 a 35	12 261	2 600	14 861
36 a 40	9 061	2 332	11 393
41 a 45	6 471	1 498	7 969
46 a 50	5 738	1 204	6 942
51 a 55	5 483	1 232	6 715
56 a 60	3 512	919	4 431
61 a 65	1 783	513	2 296
66 a 70	1 023	264	1 287
Mais 70	1 108	319	1 427
Total	**58 939**	**12 863**	**71 802**

Através da análise do total de Enfermeiros por 1000 habitantes, verifica-se que no distrito de Coimbra existe o maior rácio (12,12%), constatando-se que em todos os outros o rácio é inferior a 9,16% identificado pela OCDE.

Rácio do total de Enfermeiros por 1000 Habitantes			
Distrito	**População (1)**	**Enfermeiros (2)**	**Enf /1000 Hab**
Aveiro	714 200	3 496	4,89
Beja	152 758	922	6,04
Braga	848 185	4 847	5,71
Bragança	136 252	1 241	9,11
Castelo Branco	196 264	1 355	6,90
Coimbra	430 104	5 213	12,12
Évora	166 726	1 133	6,80
Faro	451 006	2 718	6,03
Guarda	160 939	1 142	7,10
Leiria	470 930	2 211	4,69
Lisboa	2 250 533	16 447	7,31
Portalegre	118 506	862	7,27
Porto	1 817 172	13 138	7,23
Santarém	453 638	2 427	5,35
Setúbal	851 258	4 390	5,16
Viana do Castelo	244 836	1 588	6,49
Vila Real	206 661	1 833	8,87
Viseu	377 653	2 313	6,12
Açores	246 772	2 081	8,43
Madeira	267 785	2 221	8,29
Total	**10 562 178**	**71 578**	**6,78**
OCDE (2015-2016) *latest available year* **(3)**			**9,16**

(1) Fonte: Instituto Nacional de Estatística. Resultados definitivos da população residente, 2011
(2) Total de Enfermeiros em 31-12-2017 (Território Português)
(3) Rácio OCDE. Fonte: OECD Factbook 2015-2016: Practising Nurses - © OECD 2016

Do total de Enfermeiros inscritos, 54 863 são Enfermeiros de cuidados gerais.

Enfermeiros Cuidados Gerais			
Titulo	**F**	**M**	**Total**
Enfermeiro	45 126	9 737	**54 863**

Do total de Enfermeiros inscritos, 16 972 são enfermeiros especialistas, sendo que a área de especialização em Enfermagem de Reabilitação é a mais numerosa (3 654).

Enfermeiros Especialistas			
Títulos	**F**	**M**	**Total**
Especialista em Enfermagem de Reabilitação	2 605	1 049	3 654
Especialista em Enfermagem de S. I. e Pediátrica	2 304	157	2 461
Especialista em Enfermagem de S. M. e Obstétrica	2 652	136	2 788
Especialista em Enfermagem Médico-Cirúrgica	2 680	861	3 541
Especialista em Enfermagem na Comunidade	2 247	375	2 622
Especialista em Enfermagem em S. M. e Psiquiátrica	1 349	557	1 906
Total	**13 837**	**3 135**	**16 972**

Durante o ano de 2017, foram atribuídos 2588 títulos de Enfermeiro, o que representa uma diminuição de 12 Enfermeiros face ao ano anterior (2600 em 2016) e 1364 títulos de Enfermeiro Especialista, expressando um incremento de cerca de 46% em comparação com o ano transacto (933 em 2016), conforme discriminado:

Títulos de Enfermeiro atribuídos entre 01 de Janeiro e 31 de Dezembro 2017						
Título	**Açores**	**Centro**	**Madeira**	**Norte**	**Sul**	**Total**
Enfermeiro	56	632	73	929	898	**2 588**

Títulos de Enfermeiro Especialista atribuídos entre 01 de Janeiro e 31 de Dezembro 2017						
Título	**Açores**	**Centro**	**Madeira**	**Norte**	**Sul**	**Total**
Especialista em Enfermagem de Reabilitação	19	65	2	110	118	**314**
Especialista em Enfermagem de Saúde Infantil e Pediátrica	5	32	4	57	73	**171**
Especialista em Enfermagem de Saúde Materna e Obstétrica	0	14	2	44	54	**114**
Especialista em Enfermagem Médico-cirúrgica	11	106	31	133	162	**443**
Especialista em Enfermagem Comunitária	0	30	3	66	54	**153**
Especialista em Enfermagem Saúde Mental e Psiquiátrica	7	33	26	48	55	**169**
TOTAL	**42**	**280**	**68**	**458**	**516**	**1 364**

2.3 - ÓRGÃOS ESTATUTÁRIOS

Estes Órgãos Estatutários sempre assumiram o objectivo de profissionalizar, estruturar e organizar a OE e, para que isto aconteça é necessário desenvolver diversas actividades, entre as quais, a realização de reuniões plenárias. Deste modo, constata-se que ao longo do ano se procedeu a:

Órgão	Reuniões Ordinárias	Reuniões Extraordinárias
Assembleia Geral	1	1
Conselho Directivo	11	0
Conselho Jurisdicional	11 (plenárias) 11 (1ª Secção) 11 (2ª Secção)	6 (plenárias) 4 (1ª Secção)
Conselho Fiscal	4	1
Conselho de Enfermagem	11	2
Comissão de Atribuição de Títulos (Comissão Executiva)	11	2

3 - RELATÓRIO DE ACTIVIDADES DE 2017

3.1 - PRESTAÇÃO DE CUIDADOS

Objectivos

Reforçar a qualificação dos Enfermeiros face às necessidades de cuidados de Enfermagem, ao longo do ciclo vital e em fim de vida

Fortalecer a visibilidade profissional dos Enfermeiros no contexto institucional e na sociedade em geral

Apoiar o percurso profissional dos Enfermeiros

Promover, nas diversas instituições de saúde, a qualificação dos Enfermeiros, de acordo com necessidades em cuidados de saúde, ao longo do ciclo vital e em fim de vida, bem como o cumprimento das dotações seguras

Domínio Operacional

Prestação de Cuidados

Actividades	Indicadores	Metas	Resultados
Definição de linhas orientadoras para o acompanhamento do exercício profissional	Documento elaborado	Novembro	**Atingido** Aguarda apreciação jurídica.
Participação em Visitas de Acompanhamento do Exercício Profissional (VAEP)	Nº de VAEP realizadas/ Nº de VAEP planeadas x100	> 80%	**Superado** Superou-se a meta tendo em conta as VAEP realizadas com carácter de urgência, portanto, não planeadas. No total foram realizadas 155 VAEP para além das visitas formais e informais de proximidade e das reuniões de acompanhamento da implementação das medidas correctivas.
Elaboração de documento padrão de registo das VAEP	Documento padrão elaborado	Julho	**Atingido** Em fase de pré-teste.
Apreciação do registo das VAEP	Nº de apreciações realizadas/ Nº de registos de VAEP x100	> 80%	**Superado** Em todas as VAEP foram realizadas apreciações dos registos. Evidenciámos, nessas apreciações, questões relacionadas sobretudo com usurpação de funções, um défice nas dotações seguras, o incumprimento das disposições legais relativas ao exercício profissional e conflitos laborais.

Elaboração de propostas de resolução de não conformidades identificadas no decorrer das VAEP e na instrução de medidas correctivas e/ou disciplinares	Nº de não conformidades identificadas/ Nº de propostas correctivas elaboradas x100	≥ 80 %	**Superado** Foram emitidos ofícios, para todas as entidades de saúde visadas, com sugestões de resolução das não conformidades identificadas. Foram remetidas participações e denúncias às entidades inspectivas no âmbito dos protocolos celebrados entre a OE, a IGAS e a ERS, assim como foi informada a Tutela das situações que lhe compete conhecer e intervir.
Acompanhamento da implementação da Norma para o Cálculo de Dotações Seguras dos Cuidados de Enfermagem (Reg. n.º 533/2014 de 02 de Dezembro)	Nº de iniciativas /medidas realizadas / Nº de situações criticas identificadas x100	≥ 90 %	**Atingido** Destacam-se, de entre as iniciativas/medidas realizadas: - 16 Ofícios ao MS relativas ao não cumprimento de Dotações Seguras; - Constituição de grupo de trabalho para revisão da Norma para o Cálculo de Dotações Seguras de Cuidados de Enfermagem; - Elaboração do *draft* de proposta de revisão.
Realização de reuniões trimestrais da Comissão de qualidade dos cuidados de Enfermagem	Nº de reuniões realizadas/ Nº de reuniões planeadas x100	> 80%	**Parcialmente atingido (75% / 3 reuniões)** Definição de estratégias para a promoção da qualidade dos Cuidados de Enfermagem; Realização do *Workshop*: Construção de indicadores sensíveis aos Cuidados de Enfermagem; Promoção de projectos no âmbito dos Padrões de Qualidade.
Acompanhamento do Programa dos Padrões de Qualidade nos Cuidados de Enfermagem	Nº de relatórios apreciados/ Nº de relatórios realizados x100	100%	**Atingido** Foram identificados (ao nível de todas as Secções Regionais) 261 projectos, dos quais 43 foram concluídos, mantendo-se 214 em desenvolvimento e 4 sem referência ao *status*.
Divulgação de métodos, instrumentos e programas de melhoria contínua da qualidade dos cuidados de Enfermagem	Nº de programas de melhoria contínua divulgados	≥ 5	**Não operacionalizado**
Definição, implementação e monitorização de indicadores de qualidade sensíveis aos cuidados de Enfermagem	Nº indicadores de qualidade sensíveis aos cuidados de Enfermagem	.....	Actividade desenvolvida em articulação com a ESIE e CE: - Monitorização dos indicadores de qualidade sensíveis aos cuidados de Enfermagem implementados; - Concepção com a ESEP de um modelo de registo de dados relativos a indicadores sensíveis aos cuidados de Enfermagem.

Definição e regulação da intervenção dos Enfermeiros pela emissão de pareceres sobre matérias específicas da prestação de cuidados, nos diversos contextos	Nº de pareceres realizados/ Nº de pareceres solicitados x100	> 80%	**Superado (83%)** Para além dos pareceres emitidos pelas Mesas dos Colégios de Especialidade (em apêndice), no âmbito da regulação do exercício profissional, foram emitidos 65 pareceres sobre a prestação de cuidados para a total salvaguarda dos interesses da profissão e garantia dos cuidados de qualidade e segurança aos cidadãos.
Participação em grupos de reflexão sobre a prática profissional nos diferentes contextos	Nº de participações efectivadas/ Nº de participações planeadas x100	≥ 90 %	**Superado** A participação em grupos de reflexão foi diversificada, com o incremento e reforço da comunicação entre os enfermeiros e as entidades. Destaca-se a participação em grupos de trabalho relativos a: - Regulamentação da área de Especialidade Enfermagem Paliativa; - Regulamentação da área de Especialidade Enfermagem Perioperatória; - Regulamentação da área de Especialidade Enfermagem Saúde Familiar.
Participação em grupos de trabalho a nível nacional para a promoção da qualidade dos cuidados (grupos inseridos na Direcção Geral de Saúde - DGS, entre outros)	Nº de participações em grupos trabalho/ Nº de participações solicitadas x100	> 80%	**Superado** Participação em todos os grupos de trabalho em que a OE foi solicitada. Sempre que foram criados grupos de trabalho de âmbito governamental, a OE oficiou, de forma sistemática, as entidades de modo a integrar os mesmos, tendo em conta as suas atribuições. ***a)***

<u>Informação complementar</u>

a)
- Grupo de Trabalho para a elaboração da Norma sobre Vigilância do Adulto Saudável nos Cuidados de Saúde Primários (DGS);
- Comissão de Contratualização dos Sistemas de Informação e Acreditação das Unidades de Saúde Publica (Comissão da Reforma da Saúde Pública Nacional);
- Grupo de Trabalho para a Restruturação dos Centros de Orientação de Doentes Urgentes do Instituto Nacional de Emergência Médica (INEM) - GTR – CODU;
- Grupo de Trabalho para desenvolvimento do módulo de registo de enfermagem (RNCCI);
- Grupo de Trabalho para a elaboração da Norma sobre Enterobacteriáceas Resistentes aos Carbapenemos (DGS);
- Grupo de Trabalho para a revisão da Rede de Referenciação Hospitalar de Saúde Materna e Infantil (MS);
- Integração do Grupo de Trabalho *Power User Group* Cuidados de Saúde Primários e de Proximidade (PUG-CSPP);
- Comissão Técnica Nacional para Acompanhamento da Contratualização dos CSP (MS);
- Comissão Técnica Nacional para Acompanhamento da Contratualização dos CSP (MS);
- Comissão Técnica de Vacinação (MS);
- Grupo de Trabalho, no âmbito do Núcleo Coordenador do Programa Nacional para a Prevenção e Controlo da Dor (DGS);
- Grupo de Trabalho para a alimentação de lactentes e de crianças pequenas (DGS);
- Comissão de Acompanhamento da população afectada pelos incêndios (MS);
- Conselho Regional de Saúde Mental (ARS Lisboa Vale do Tejo).

3.2 - INVESTIGAÇÃO

Objectivos

Promover o desenvolvimento e a valorização científica dos Enfermeiros

Promover o desenvolvimento da investigação científica e inovação de acordo com áreas prioritárias em Enfermagem

Promover a colaboração da OE com centros de investigação, no domínio científico de Enfermagem, nacionais e internacionais

Promover a visibilidade profissional de Enfermagem no seio da comunidade científica

Domínio Operacional

Produção, Transferência e Divulgação de Conhecimento Científico em Enfermagem

Actividades	Indicadores	Metas	Resultados
Promoção do diálogo com as diversas entidades para a criação da área científica de Enfermagem dentro do domínio científico "Ciências da Vida e da Saúde"	Nº de contactos promovidos	2017	**Atingido** Foram elaboradas duas propostas de pronúncia neste âmbito: - Ministério da Ciência e Ensino Superior; - Fundação Ciência e Tecnologia (FCT). Em Novembro, a Enfermagem foi incluída na lista de painéis de avaliação da FCT.
Dinamização da parceria com o Observatório da Natalidade e Envelhecimento em Portugal (ONEP)	% de execução da parceria	≥ 80% - acompanhamento do Estudo do ONEP, em que a OE é *Gold Sponsor*	**Superado** A OE acompanhou o Estudo do ONEP: - Coordenação da elaboração do prefácio; - Identificação da visão estratégica de parceiros; - Redacção de artigo sobre contributos científicos, técnicos ou outros; - Colaboração para a realização de anúncio institucional; - Colaboração na aplicação de questionário sobre natalidade.

Análise dos pedidos de colaboração à OE para divulgação de instrumentos de investigação no âmbito de estudos científicos e seu acompanhamento	Nº de pedidos analisados/ Nº de pedidos recepcionados x100	≥ 60%	**Superado** Foram recepcionados 10 pedidos, dos quais: - 6 foram publicados, - 2 encontram-se em análise; - 2 não estavam instruídos.
Incentivo e apoio ao *Benchmarking* de conhecimento científico desenvolvido pelos Enfermeiros/ divulgação do conhecimento científico desenvolvido por Enfermeiros	Nº de divulgações	------	**Atingido** A prática baseada na evidência constitui-se como um instrumento promotor do desenvolvimento da profissão. O uso de pesquisas para orientar a tomada de decisão clínica permitiu a elaboração dos diversos pareceres e pronúncias acerca das boas práticas, assim como a integração em grupos de trabalho cuja evidência científica sustentou as orientações clínicas e processos assistenciais integrados. Resulta daqui o realce que a Ordem dos Enfermeiros atribuiu no incentivo e divulgação de conhecimento científico, na Revista Cuida, produzido pelos enfermeiros.
Apreciação de propostas de projectos de investigação com base nas linhas de investigação definidas	Nº de projectos apreciados/ Nº de projectos recebidos x100	> 80%	**Atingido** Recebido e apreciado o projecto de investigação "Estudos de caracterização do assédio moral e mecanismos de *coping* nos Enfermeiros Portugueses" o qual se enquadra na linha de investigação "Bem-estar, Saúde e Doença".
Participação em redes, nacionais e internacionais, de aproximação da OE com as Unidades/ Centros de Investigação	Nº de participações/ Nº de propostas de participação x100	> 80%	**Superado (100%)** Submetidas 7 respostas a consultas públicas / questionários internacionais ***b)***
Elaboração do programa científico do Congresso Internacional da OE a realizar em 2018	Programa Científico sistematizado	Novembro	**Atingido**
Organização da revista científica da OE	Nº de publicações	1	**Parcialmente atingido** Encontra-se em definição a política editorial para lançamento em 2018.
Apreciação de propostas tendo em vista a aquisição de bases de dados científicas	Nº de propostas apreciadas/ Nº de apreciações solicitadas x100	> 80%	**Superado (100%)** Todas as propostas recebidas foram analisadas, tendo sido decidido renovar o pacote *EBSCOhost*, que comemorou 10 anos em Março.

Apoio e parceria na organização de eventos científicos nacionais e internacionais	Nº de apoios-parcerias realizadas/ Nº de apoios-parcerias solicitadas x100	> 80%	**Atingido** Foram inúmeros os eventos científicos nos quais a OE participou, integrou Comissões de Honra, Sessões de Abertura, mesas e painéis, conferências e debates de natureza científica. Destes, destacamos: - Organização do V Congresso dos Enfermeiros; - Colaboração com o consórcio na realização da Conferência anual do Fórum Europeu para os Cuidados de Saúde Primários, que se realizou em Setembro, na cidade do Porto; - Organização da Assembleia Geral da *European Health Professionals Competent Authorities* - EurHeCA a realizar em Lisboa; - Co-organização do evento ICN *Workforce* Forum.
Colaboração nas publicações, nacionais e internacionais, sobre investigação na área da saúde	Nº de colaborações realizadas/ Nº de colaborações solicitadas x100	> 80%	**Atingido** - 7 revisões técnicas de publicações realizadas; - 2 artigos publicados em co-autoria; - 2 artigos internacionais publicados, dos 4 convites recebidos de entidades internacionais.
Criação de repositório de instrumentos métricos com adaptação cultural e linguística para a realidade portuguesa e sua validação	Construção do Repositório	% de concretização ≥ 50%	**Parcialmente atingido** Em processo de construção.

Informação complementar

b) - *Consultation in relation to the Paediatric Report* Ref. PCPM/16;

- Public Consultation on possible activities under a "*Commission Communication on a One Health Action Plan to support Member States in the fight against Antimicrobial Resistance* (AMR)";

- Inquérito sobre experiências com Carteira Profissional Europeia e procedimentos do mecanismo de alerta;

- *ICN's Health policy priorities for 2017-2020*;

- Doutoramento na Universidade 13 de Paris;

- Divisão de Informação Legislativa e Parlamentar: Questionário sobre as competências específicas dos Enfermeiros Especialistas em Saúde Materna e Obstétrica;

- *Nicosia Initiative* - formação a enfermeiros líbios em saúde materna e obstétrica.

Domínio Operacional

Inovação e Desenvolvimento

Actividades	Indicadores	Metas	Resultados
Elaboração de projectos enquadrados no âmbito das linhas de investigação definidas	Nº de projectos elaborados no enquadramento das linhas de investigação	≥ 1 projecto por linha de investigação	**Parcialmente atingido** Elaborado 1 projecto – Linha de Investigação / Formação Profissional dos Enfermeiros.
Realização de sessões de trabalho com investigadores para conhecimento das evidências existentes e incentivo à sua utilização	Nº de sessões de trabalho realizadas/ Linha de Investigação	≥ 3	**Parcialmente atingido** Realizada 1 sessão de trabalho no âmbito do estudo "A saúde mental dos enfermeiros portugueses".
Criação de prémio de mérito científico	Nº de prémios criados	≥ 1 prémio	**Atingido** Integrou-se o júri de atribuição do prémio Mariana Diniz de Sousa, da SR do Sul da OE.
Apoio à construção e divulgação de Normas de Orientação Clínica (NOC)	Nº de NOC realizadas/ Nº de NOC solicitadas x100	100%	**Atingido** Participou-se na construção de Normas de Orientação Clínica (NOC) e Processos Assistenciais Integrados da DGS, nomeadamente: - Processo Assistencial Integrado de Gravidez de baixo risco; - Processo Assistencial Integrado da Asma; - Processo Assistencial Integrado de Acidente Vascular Cerebral; Enquadradas, também neste âmbito, inclui-se a participação na definição: - Consulta de Enfermagem; - Protocolos e Procedimentos de Suporte Imediato de Vida (SIV); - Manual de procedimentos para a prestação de cuidados de saúde em meio prisional.
Realização de reuniões trimestrais da Comissão de Investigação e Desenvolvimento	Nº de reuniões realizadas/ Nº de reuniões planeadas x100	100%	**Parcialmente atingido** Realizaram-se 3 reuniões.

3.3 - DOCÊNCIA

Objectivos

Colaborar no desenvolvimento do ensino de Enfermagem nos diferentes ciclos de estudos

Reforçar a qualificação dos Enfermeiros face às necessidades em cuidados de Enfermagem

Promover as condições ideais para a reorganização do ensino de Enfermagem

Domínio Operacional

Restruturação Curricular

Actividades	Indicadores	Metas	Resultados
Acompanhamento de propostas de restruturação curricular dos cursos das instituições de ensino superior de Enfermagem	Nº de propostas analisadas/ Nº de propostas existentes x100	80%	**Superado (100%)** Foram emitidos 6 pareceres, 2 dos quais referentes a CPLEE e 4 referentes a Mestrados de Enfermagem numa área de Especialização. Foram solicitadas 3 regularizações de planos curriculares, 2 delas referentes a CPLEE's e 1 a Mestrado.
Realização de visitas de acompanhamento a instituições de ensino superior de Enfermagem	Nº de VAEP realizadas/ Nº de VAEP planeadas x100	≥ 80%	**Superado (100%)** Planeadas e realizadas 4 VAEP. *c)*
Participação no processo de avaliação dos cursos que dão acesso à profissão de Enfermeiro, através da apreciação de relatórios de auto-avaliação dos ciclos de estudo em funcionamento dos cursos de licenciatura em Enfermagem	Nº de cursos avaliados/ Nº de cursos existentes em 2017	100%	**Sem medição** Ausência de pedidos de participação por parte da A3ES (Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior).
Nomeação de Enfermeiros a integrarem como vogais o Júri para atribuição do título de especialista na área científica de Enfermagem (Decreto Lei n.º 206/209 de 31 de Agosto)	Nº de Enfermeiros nomeados/ Nº de júris constituídos x100	100%	**Atingido** Foram indicados 46 vogais para integrarem o Júri para atribuição do título de Especialista na área científica de Enfermagem para 22 pedidos de Instituições de Ensino Superior, num total de 41 candidatos.

Informação complementar

c)
- Escola Superior de Saúde de Viseu – Instituto Politécnico de Viseu;
- Escola Superior de Enfermagem S. Francisco das Misericórdias;
- Escola Superior de Enfermagem São José Cluny;
- Escola Superior de Saúde do Instituto Politécnico de Portalegre.

Domínio Operacional

Inovação e Desenvolvimento

Actividades	Indicadores	Metas	Resultados
Cooperação com as instituições de ensino superior de Enfermagem em programas de inovação e desenvolvimento científico de Enfermagem	Nº de cooperações constituídas/ Nº de cooperações solicitadas x100	≥ 90%	**Superado (100%)** Todas as cooperações solicitadas foram correspondidas. Destacaram-se: - Plataforma de formação dos Sistemas de Informação em Enfermagem; - Reuniões com as direcções das escolas superiores de saúde e escolas superiores de enfermagem para análise e debate do desenvolvimento científico da Enfermagem.
Apoio a iniciativas conducentes a práticas pedagógicas inovadoras	Nº de iniciativas concretizadas/ Nº de iniciativas solicitadas e/ou planeadas x100	≥ 60%	**Superado (100%)** Proposta de inclusão de programa de formação em Cuidados Paliativos nos planos curriculares do Curso de Licenciatura em Enfermagem.

Domínio Operacional

Supervisão

Actividades	Indicadores	Metas	Resultados
Participação, como membro do Conselho Consultivo da A3ES, nos processos de avaliação e acreditação de ciclos de estudos de Enfermagem, bem como aprovação de normas no âmbito do sistema de garantia da qualidade do ensino superior	Nº de participações efectivadas/ Nº de participações programadas x100	100%	**Atingido** Participação em 2 reuniões do Conselho Consultivo da A3ES, como membro efectivo, tendo sido possível a pronúncia da OE no âmbito do aconselhamento em matéria de garantia de qualidade do Ensino Superior.
Cooperação entre instituições de saúde e instituições de ensino superior de Enfermagem na supervisão dos estudantes em contexto clínico	Nº de cooperações entre instituições identificadas	.....	**Atingido** Foi feita a análise de situações expostas à OE, no âmbito da melhoria da cooperação entre entidades de saúde e estabelecimentos de ensino superior de Enfermagem na vertente da Supervisão dos estudantes em contexto clínico.
Articulação entre a Estrutura de Idoneidade (EI) da OE e as instituições de ensino superior de Enfermagem	Nº e tipificação das acções de articulação concretizadas	.....	**Sem medição** A articulação entre a OE e os estabelecimentos de ensino superior de Enfermagem reforçam a capacidade de intervenção que permita formação de qualidade e segurança dos cuidados de Enfermagem. Durante o processo de aprovação do referencial de acreditação da Idoneidade Formativa dos contextos de prática clínica, foram auscultados peritos em exercício de funções docentes.

Domínio Operacional

Capacitação do Corpo Docente

Actividades	Indicadores	Metas	Resultados
Acompanhamento do desenvolvimento da qualificação académica, especialização e produção científica dos Enfermeiros em exercício de funções docentes, de acordo com Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior e o Estatuto da Carreira Docente do Ensino Superior Politécnico	Identificação do tipo de acções desenvolvidas e sua quantificação	Elaboração de um plano de monitorização até Dezembro	**Atingido** Reuniões com os Directores das Escolas Superiores de Enfermagem e Escolas Superiores de Saúde que permitiu a apresentação do novo processo de desenvolvimento e valorização profissional onde se inclui a nova metodologia de Atribuição do Título de Especialista.
Registo e actualização da base de dados de gestão de Enfermeiros de acordo com dados fornecidos pelas instituições de ensino superior	Nº de Enfermeiros com registo/ actualização de dados/ total de Enfermeiros identificados para registo x100	100%	**Atingido** Actualização da base de dados efectivada.

3.4 - FORMAÇÃO

Objectivos

Promover o desenvolvimento e a valorização científica, técnica, cultural e profissional dos Enfermeiros

Reforçar a qualificação dos Enfermeiros, numa lógica de aprendizagem ao longo da vida, face às necessidades em cuidados de Enfermagem, ao longo do ciclo vital e em fim de vida

Promover o desenvolvimento da formação dos Enfermeiros

Domínio Operacional

Formação Científica, Técnica, Cultural e Profissional

Actividades	Indicadores	Metas	Resultados
Execução do Programa de formação profissional da OE de acordo com os planos de formação aprovados para membros e membros efectivos dos órgãos estatutários	Nº de acções de formação realizadas/ Nº de acções de formação planeadas) x100	≥ 50%	**Atingido** Elaboração de 9 planos de formação dos 11 planificados. Implementação de 2 edições da acção de formação "Direitos Humanos na gravidez, Parto e Pós-parto". Constituição da bolsa de formadores. Selecção de formadores da bolsa para participarem nas acções de formação.
Colaboração em cursos de formação, a convite, potenciando a qualidade da formação dos Enfermeiros e a qualidade dos cuidados prestados	Nº de colaborações realizadas/ Nº de solicitações x100	100%	**Atingido** Participação no Workshop *"Construção de indicadores sensíveis aos cuidados de Enfermagem"* Planificação de 2 programas de acções de formação a convite de: - Enfermeiros Líbios (a realizar em Portugal); - Enfermeiros e parteiras Guineenses (a realizar na Guiné-Bissau). Agendamento das formações para o primeiro semestre de 2018.
Reforço das parcerias com as instituições de ensino superior e de saúde para o desenvolvimento de respostas formativas às necessidades de grupos e associações profissionais	Nº de novas parcerias efectivadas	Nº de parcerias em execução superior a 2016	**Atingido** Efectivou-se o protocolo com os SPMS para o desenvolvimento e disponibilização de uma plataforma de formação na área dos SIE. Efectuaram-se contactos entre a OE e as instituições de saúde para o desenvolvimento de acções de formação no âmbito dos padrões de qualidade dos cuidados de Enfermagem.

Realização de sessões promotoras da ética e deontologia profissional	1 sessão interna e 48 sessões externas	Abril a Dezembro	**Parcialmente atingido** Efectuada 1 sessão interna e 14 Acções de Reflexão no âmbito da Ética e Deontologia.
Avaliação da pertinência da implementação da formação à distância, através de uma *Learning Management System* (LMS)	% de adesão ao sistema	≥ 30%	**Atingido** Utilização e customização da plataforma de suporte à aprendizagem – LMS. Criação da marca "EnForma". Das 12 acções de formação previstas 4 foram desenhadas em *b-learning*. As acções de formação presenciais realizadas utilizaram a plataforma, numa perspectiva de "repositório" da documentação, a disponibilizar aos formandos.

Domínio Operacional

Acreditação da Formação

Actividades	Indicadores	Metas	Resultados
Acompanhamento, assessoria e avaliação da oferta formativa para Enfermeiros	Nº de ofertas formativas identificadas Nº de ofertas formativas em processo de monitorização	.....	**Cumprido** Foram prestados diversos esclarecimentos aos membros no que respeita à credibilidade de entidades externas e à respectiva qualidade pedagógica das suas acções de formação. Dos 161 pedidos recebidos, foram realizadas respostas a questões de membros e entidades no âmbito: - Formação Profissional - 25; - Acreditação de Actividades Formativas - 17 - Oferta formativa - 31.
Apoio à reorganização da oferta formativa para Enfermeiros	Nº e tipo de acções desenvolvidas	.....	Houve 7 pedidos dos quais 2 tiveram patrocínio científico. Os restantes não cumpriram os requisitos. Foram atribuídos 3 apoios a actividades formativas.
Elaboração de normativos inerentes ao processo de creditação e acreditação de acções de formação e outras actividades inseridas nas diferentes áreas de intervenção dos Enfermeiros	Documento normativo do processo de creditação e acreditação	Dezembro	**Atingido** Regulamento de Acreditação e Creditação de Actividades Formativas aprovado em Assembleia Geral da OE e publicado em Diário da República.

Concepção do processo de acreditação e creditação de acções de formação ao nível nacional e internacional, com potencial para a revalidação da cédula profissional	Sistematização da conceptualização do processo	Concretização até Dezembro	**Atingido** Efectivada a conceptualização do processo de submissão de candidatura.
Colaboração no desenvolvimento de procedimentos associados ao processo de reconhecimento e validação da qualidade da formação para Enfermeiros	Nº de procedimentos desenvolvidos/ Nº de pedidos formulados x100	≥ 50%	**Atingido** Elaborado formulário de submissão de candidatura ao processo de reconhecimento que será disponibilizado no *site* da OE. Elaboração de normas e fluxograma de comunicação entre os serviços, entidades e Comissão de Acreditação e Creditação de Actividades Formativas.

3.5 - ASSESSORIA

Objectivos

Promover o desenvolvimento de medidas de assessoria aos Enfermeiros

Fomentar a comunicação eficaz entre os Órgãos da OE, os Enfermeiros, as Instituições de Saúde e a sociedade

Domínio Operacional

Assessoria, Aconselhamento e Recomendação

Actividades	Indicadores	Metas	Resultados
Emissão de resposta a pedidos de esclarecimento e/ou pareceres na área ética, deontológica, científica, técnica e profissional para a tomada de decisão dos Enfermeiros nos diferentes domínios do exercício	Nº de pareceres realizados/ Nº de pareceres solicitados x100	≥ 80%	**Superado (192%)** Este resultado é devido à multiplicidade de respostas que um mesmo pedido originou em diversos casos. <u>Gabinete da Bastonária e Gabinete Executivo</u> - N.º de respostas a pedidos de Parecer, exposições e/ou denúncias - **1 474** - Ofícios enviados a diversas entidades - **1 196** - *E-mails* enviados - **16 664** **Superado (85%)** <u>Conselho de Enfermagem:</u> - 62 pedidos de parecer: - 53 respostas emitidas, as quais originaram 41 novos pareceres. - 9 pedidos de parecer transitam, em construção, para 2018. - 3 Pareceres conjuntos com outros Órgãos da Ordem. **Superado (82%)** <u>Conselho Jurisdicional:</u> - 57 pedidos de esclarecimento e/ou informação respondidos; - 51 pedidos de parecer recepcionados, dos quais foram elaborados 25 pareceres; - 1 parecer construído em conjunto com outros Órgãos da Ordem; - 16 pedidos de parecer tramitados por não estarem enquadrados nas competências do CJ; - 60 aconselhamentos de sigilo concluídos.

Colaboração na definição de estratégias para a concepção e gestão de programas de desenvolvimento/promoção da melhoria contínua dos cuidados	Nº de colaborações efectivadas/ Nº de colaborações solicitadas x100	≥ 60%	**Atingido** Todos os pedidos de colaboração no âmbito dos programas de melhoria contínua dos cuidados foram acolhidos, tendo sido nomeados peritos para assessoria e acompanhamento.
Elaboração de cálculos de dotação para respostas a pedidos de apreciação da segurança dos cuidados de Enfermagem	Nº de pareceres realizados/ Nº de pareceres solicitados x100		**Atingido (100%)** Foram efectuados cálculos de dotações seguras, a pedido de diversos órgãos da OE e de membros. Em todas as VAEP foram calculadas as Dotações Seguras de Enfermeiros conforme a Norma para o Cálculo de Dotações Seguras dos Cuidados de Enfermagem (Norma 533/2014 da OE).
Elaboração de propostas para a definição de políticas de saúde, em parceria com a tutela, as instituições de saúde e de ensino superior	Nº de propostas realizadas/ Nº de propostas solicitados x100	100%	**Atingido** A OE apresentou diversas pronúncias e propostas aos grupos parlamentares no âmbito da definição de políticas de saúde. Fez-se sempre representar em todas as solicitações dos grupos parlamentares com acento na Assembleia da República, nomeadamente, em audições na Comissão de Saúde. Elaboradas pronúncias e tomadas de posição pública relativamente a temáticas, de onde se destacam: - Enfermeiro de Família; - Actos em Saúde; - Estágios profissionais; - Saúde Pública; - Reforma dos Cuidados de Saúde Primários; - Ensino Superior; - Reconhecimento da Enfermagem como área científica pela FCT.
Elaboração de pronúncias acerca de legislação que diga respeito à profissão de Enfermeiro	Nº de pronúncias realizadas/ Nº de pronúncias solicitados x100	100%	**Atingido** A OE pronunciou-se sobre toda a legislação respeitante à profissão de Enfermeiro. ***d)***

Informação complementar

d) Análise e pronúncia sobre documentos diversos e/ou criação de relatórios nas áreas/assuntos:
- Estratégia Nacional para o Envelhecimento Activo e Saudável (ENEAS) 2017-2025;
- Alteração ao Decreto-Lei n.º 298/2007, de 22 de Agosto (SEAS);
- Alteração da Portaria n.º 377-A/2013 que regula os critérios e as condições para a atribuição de incentivos institucionais às USF, de 30 de Dezembro (SEAS);
- Projecto de Portaria que define serviços farmacêuticos e outros serviços de promoção de saúde e bem-estar dos utentes que podem ser prestados nas farmácias comunitárias (SEAS);
- Prestação de informações sobre o processo de regulamentação do Decreto-Lei n.º19/2016, de 15 de Abril (ACSS);
- Aplicação do SIADAP;

- Dificuldades na interoperabilidade entre sistemas de informação e acesso à prescrição via Prescrição Médica Electrónica;
- Inclusão de Enfermeiros em Contracto Individual de Trabalho das Parcerias Público-Privadas na Reforma da ADSE;
- Despacho n.º 1278/2017 de 06 de Fevereiro - Integração de Enfermeiros para colaborar com o Grupo de Trabalho para melhoria do acesso dos Reclusos ao Serviço Nacional de Saúde (SEAS);
- Procedimento Concursal Comum – Aviso n.º 2412/2013 da ARS Norte, IP;
- Despacho n.º 7810/2017, de 5 de Setembro - Identifica os serviços e Unidades funcionais como carenciados na área de medicina geral e familiar (SEAS);
- Despacho nº 14311-A-2016- Plano Estratégico para o desenvolvimento dos Cuidados Paliativos para o biénio 2017/2018 (SEAS);
- Despacho n.º 1818/2017, de 01 Março – Integração de Enfermeiros na Comissão Coordenadora do Tratamento da Doença da Fibrose Quística (SEAS);
- Despacho n.º 2325/2017, de 17 de Março – Comissões de Farmácia e Terapêutica das Entidades de Natureza Hospitalar (ACSS);
- Despacho nº 837/2017, de 13 de Janeiro – Cria o Grupo de Trabalho para a Reestruturação dos Centros de Orientação de Doentes Urgentes do Instituto Nacional de Emergência Médica, I.P. (SEAS);
- Despacho n.º 8597/2017, de 29 de Setembro – Constituição de Grupo de Trabalho para a definição dos critérios a observar nos Programas de Reabilitação Cardíaca (SEAS);
- Referenciação para a Rede de Cuidados Continuados Integrados, antes da Alta Hospitalar (ACSS);
- Norma n.º 010/2016, de 30 de Setembro, actualizada a 16 de Maio de 2017 – Via Verde Sépsis (DGS);
- Consulta Pública do Relatório "Cidades na via rápida para acabar com a epidemia VIH", pelo Despacho n.º 5216/2017, de 12 de Junho (ACSS);
- Conteúdo funcional dos Enfermeiros - Decreto-Lei n.º 248/2009, de 22 de Setembro (MS);
- Despacho n.º 5479-2017, de 23 de Junho – Integração de Enfermeiros no Grupo de Trabalho (SEAS);
- Integração dos Enfermeiros nos CODU, Despacho n.º 837/2017 (SEAS);
- Projecto de Despacho acompanhamento cirurgia crianças (SEAS);
- Despacho n.º 7539-2017 Grupo de Trabalho para o desenvolvimento das Unidades de Cuidados na Comunidade – GT UCC (SEAS);
- Relatório Grupo de Trabalho para a avaliação das consequências da extinção do IDT, IP e para a elaboração de propostas fundamentadas sobre eventuais alterações ao modelo organizacional a nível nacional, Despacho n.º 1774-B/2017, de 24 de fevereiro (SEAS);
- Relatório da Avaliação do Plano Nacional de Saúde Mental (ACSS);
- Relatório do Grupo de Trabalho, estudo e elaboração de propostas relativamente aos modelos de organização da prestação de cuidados na área da psicologia no Serviço Nacional de Saúde (ACSS);
- Proposta da Ordem dos Nutricionistas para a organização do Serviço de Nutrição nos Serviços de Saúde;
- Circular Normativa n.º 20/2017 (ACSS);
- Pronúncia relativa ao documento "Bases para a Definição de Políticas Públicas na Área das Demências" (MS);
- Despacho n.º 14723/2016 de 06 de Dezembro (SEAS);
- Relatório do Grupo de Trabalho para a elaboração da Orientação Técnica sobre Reabilitação Respiratória nos Cuidados de Saúde Primários (DGS);
- Despacho n.º 6401/2016, de 16 de Maio que determina o desenvolvimento programas de saúde prioritários nas áreas de Prevenção e Controlo do Tabagismo, Promoção da Alimentação Saudável, Promoção da Actividade Física, Diabetes, Doenças Cérebro-cardiovasculares, Doenças Oncológicas, Doenças Respiratórias, Hepatites Virais, Infecção VIH/Sida e Tuberculose, Prevenção e Controlo de Infecções e de Resistência aos Antimicrobianos e Saúde Mental (SEAS);
- Despacho n.º 3041/2017, de 11 de Abril – Grupo Técnico Nacional da Governação Clínica e da Saúde nos Cuidados de Saúde Primários (SEAS);
- Despacho n.º 8977/2017, de 12 de Outubro - Constitui a Comissão Nacional de Trauma (SEAS).

3.6 - GESTÃO

Objectivos

Assegurar o exercício de uma função reguladora, de apoio e monitorização aos diferentes níveis de gestão

Contribuir para que a gestão de Enfermagem se afirme e seja reconhecida como componente activa e efectiva da obtenção de ganhos em saúde

Dotar a gestão de transparência e boas práticas, como imperativo fundamental da sustentabilidade da Enfermagem e do seu desenvolvimento

Domínio Operacional

Gestão do Serviço de Enfermagem

Actividades	Indicadores	Metas	Resultados
Aplicação do questionário elaborado e realização do diagnóstico de situação relativa à estrutura organizacional da gestão do Serviço de Enfermagem	Nº de questionários enviados/ Nº de questionários respondidos x100	Realização do estudo/ diagnóstico e sua divulgação Agosto	**Atingido (51%)** Questionário A / Enfermeiros Directores **515 respostas** Questionário B / Chefias Operacionais e Intermédias Recolha de dados até Dezembro de 2017 e)
Identificação de problemas reais ao nível da estrutura organizacional do Serviço de Enfermagem tendo em conta o enquadramento normativo e legal existente, no contexto do diagnóstico realizado e planeamento de estratégias de intervenção	Sistematização do plano estratégico de intervenção	Agosto a Outubro	**Não atingido** A efectivação deste indicador decorre da operacionalização da actividade anterior.
Realização de reuniões do grupo de trabalho para análise e avaliação do enquadramento normativo/legal existente sobre dotação de Enfermeiros da gestão nas Unidades/Serviços de Saúde e elaboração de proposta/Guia orientador/regulamento	Nº de reuniões realizadas/ Nº de reuniões planeadas x100 Sistematização de proposta/ Guia orientador/ regulamento	≥ 90% Até Novembro	**Parcialmente atingido** Elaborada a proposta para constituição do grupo.

Difusão de boas práticas de gestão e/ou projectos de gestão do serviço de Enfermagem inovadores: - Criação do prémio de boas práticas de gestão - Identificação de projectos inovadores e sua divulgação - Planeamento do Encontro/ Fórum dos Enfermeiros gestores	Elaboração dos requisitos de candidatura ao prémio e sua divulgação	Até Novembro	**Atingido** Elaborada proposta do Prémio de Boas Práticas de Gestão, a submeter à aprovação do CD em 2018.
	Nº de Projectos identificados e divulgados	≥2	**Não atingido**
	Elaboração do Programa do evento	Até Novembro	**Não atingido** O planeamento deste fórum está interrelacionado com a apresentação do estudo / diagnóstico de gestão.
Definição/operacionalização das competências do Enfermeiro no exercício de funções de gestão	Sistematização das competências	Até Dezembro	**Atingido** Foram operacionalizadas as competências de Gestão e definida a sua certificação e inscrição na Cédula Profissional, através da elaboração do projecto de Regulamento da Competência Acrescida Avançada em Gestão, revogando-se o anterior Regulamento.
Acompanhamento e monitorização da organização e funcionamento da estrutura de gestão do Serviço de Enfermagem: - Participação em VAEP para observação e recolha de informação sobre as variáveis de gestão do Serviço de Enfermagem - Realização de visitas direccionadas à gestão de topo	Nº de visitas realizadas/ Nº de visitas planeadas x100 Nº de visitas concretizadas	≥ 80% 4 visitas até Dezembro	**Atingido**

Informação Complementar

e) O diagnóstico situacional em causa implicou o envio do questionário (A e B) a todas as 133 entidades de saúde a nível nacional (hospitais, unidades locais de saúde e agrupamentos de centros de saúde):

- Questionário A – dirigido aos Enfermeiros Directores (68 respostas);
- Questionário B – dirigido a todas as chefias operacionais e intermédias de todas as entidades de saúde. Não sendo possível conhecer este universo de Enfermeiros Gestores, apenas o indicador utilizado é o número de respostas (515).

Devido às sucessivas prorrogações do prazo de envio dos questionários para a OE, para a obtenção de uma amostra mais representativa, prolongou-se até Dezembro este processo pelo que a meta desta actividade (Estudo/Diagnóstico) passa para 2018.

3.7 - ACTIVIDADES CORRENTES E DE SUPORTE

Domínio Operacional

Gestão Administrativa de Recursos Humanos

Actividades	Indicadores	Metas	Resultados
Finalização dos descritivos de funções e perfis de competências associadas a cada função	Grau de execução do plano	% de execução do plano ≥ 50%	**Superado (60%)** 27 descritivos de função realizados.
Elaboração de Manual de Funções			**Atingido (50%)** Enquadramento e *draft* de descritivos de funções
Definição e implementação de modelo de Avaliação de Desempenho			**Não atingido** Enquadramento conceptual do Sistema de Avaliação de Desempenho.
Implementação de *benefits* para colaboradores da OE: cartão de alimentação, seguro de saúde e de protocolos			**Superado (70%)** Cartão refeição e informação mensal de novos protocolos.
Reformulação de procedimentos de Recursos Humanos, nomeadamente recrutamento e selecção e integração de novos colaboradores			**Superado (80%)** Redacção e aprovação de Regulamento Interno de Recrutamento e Selecção.
Optimização da utilização do sistema de registo de presenças			**Superado (70%)** Uniformização da utilização do sistema biométrico e criação de utilizadores individuais.
Aposta na gestão do conhecimento e reforço de competências internas			**Superado (80%)** Conceptualização do plano de formação na plataforma BU.
Dinamização da comunicação com os colaboradores e promoção da coesão interna			**Superado (100%)** *Newsletter* mensal dirigida a todos os colaboradores.
Promoção de medidas para conciliação da vida familiar e vida profissional			**Superado (100%)** Flexibilizar o horário de trabalho mediante pedidos dos colaboradores.

Domínio Operacional

Condições de Trabalho e Ambientais

Actividades	Indicadores	Metas	Resultados
Criação de boas práticas e sensibilização para a Responsabilidade Ambiental	Grau de execução do plano	% de execução do plano ≥ 50%	**Não atingido**
Divulgação de boas práticas organizacionais na OE			**Atingido** Foram emitidas orientações e procedimentos organizacionais no âmbito das condições de trabalho.

Domínio Operacional

Procedimentos Internos

Actividades	Indicadores	Metas	Resultados
Revisão dos Regulamentos: individualização de especialidades, certificação individual de competências, inscrição e atribuição dos títulos de Enfermeiro e de Enfermeiro especialista, competências acrescidas	Nº de Regulamentos revistos	.....	**Foram aprovados e publicados em Diário da República os seguintes Regulamentos:** - Regulamento de acreditação e creditação de actividades formativas; - Regulamento geral das áreas de competência acrescida; - Regulamento da Certificação Individual de Competências; - Regulamento da Idoneidade Formativa dos Contextos de Prática Clínica; **Foram revistos:** - Regulamento de Inscrição, Atribuição de Títulos e Emissão de Cédula Profissional; - Regulamento Perfil de Competência do Enfermeiro Gestor.
Elaboração do regulamento dos processos de revalidação e reabilitação	Sistematização do regulamento dos processos de revalidação e reabilitação	Dezembro	**Parcialmente atingido** Iniciou-se a definição de normas e procedimentos conducentes à elaboração do Regulamento de Revalidação e Reabilitação.
Revisão dos regulamentos: competências comuns, competências específicas de cada especialidade clínica em Enfermagem	Nº de regulamentos revistos	.....	**Foram revistos:** - Regulamento de competências específicas do Enfermeiro Especialista em Enfermagem Comunitária: área de enfermagem em saúde comunitária e saúde pública e área de enfermagem de saúde familiar; - Regulamento de competências específicas do Enfermeiro Especialista em Enfermagem Médico-cirúrgica: área de enfermagem à pessoa em situação crítica, área de enfermagem à pessoa em situação paliativa, área de enfermagem à pessoa em situação perioperatória e área de enfermagem à pessoa em situação crónica; - Regulamento de competências específicas do Enfermeiro Especialista em Enfermagem de Saúde Infantil e Pediátrica; - Regulamento de competências específicas do Enfermeiro Especialista em Enfermagem de Saúde Mental e Psiquiátrica.

Domínio Operacional

Gestão Administrativa, Financeira e Patrimonial

Actividades	Indicadores	Metas	Resultados
Implementação de procedimentos internos por forma a uniformizar processos na OE	Grau de Execução do Plano	% de execução do Plano ≥ a 80%	**Atingido** O nível de execução atingido enquadra medidas normalizadas em todas as actividades discriminadas, sendo que no âmbito do processo de contratação pública efectivou-se: - Criação de equipa interna de trabalho; - Acompanhamento jurídico externo para a implementação do processo; - Elaboração de Manual de Procedimentos Interno já aprovado pelo CD.
Parametrização do *Software* de Gestão Integrada (*Enterprise Resource Planning* – ERP) para optimizar os processos contabilísticos			
Preparação da integração da contratação pública no ERP caso ocorra durante o exercício de 2017			
Preparação, caso se aplique, da migração para o "Sistema de Normalização Contabilística para a Administração Pública" (SNC-AP)			
Implementação e execução do Plano de reestruturação do Programa de Execução de Quotas (PEQ) para o mandato 2016 - 2019	Aumentar a taxa de execução da cobrança das quotas em dívida	.....	**Atingido** No que respeita ao PEQ assumiu-se como objectivo principal proceder à gestão dos acordos de pagamento em curso, agilização de respostas a membros e elaboração de propostas de arquivamento por pagamento. A reestruturação assentou em princípios de celeridade, flexibilidade, proximidade, padronização, informação e prevenção, tendo como objectivo a recuperação dos montantes em dívida referentes às quotizações dos membros da OE. O PEQ encontra-se dividido em 4 fases, sendo 3 destas de conteúdo pré-contencioso e uma de contencioso. Nestes termos, as medidas implementadas, permitiram a recuperação de €359 254,18.

Domínio Operacional

Comunicação Interna e Externa

Actividades	Indicadores	Metas	Resultados
Lançamento do novo portal da OE	Grau de execução do Plano	Execução do plano ≥ 80%	**Atingido** Definição da arquitectura e funcionalidades do *site;* Migração de conteúdos; Acompanhamento e melhoria contínua.

Elaboração de conteúdos para a Revista Cuida			**Atingido** Publicadas duas edições da Revista Cuida.
Desenvolvimento da produção audiovisual para os espaços "O Enfermeiro da Minha Vida", "No Seu Caminho" e para as campanhas das efemérides			**Atingido** Foram produzidos 9 vídeos.
Produção da *Newsletter*	Grau de execução do Plano	Execução do plano ≥ 80%	**Atingido** Envio semanal da *newsletter*; Envio de *newsletters* extraordinárias; Envio de *newsletters* regionais.
Desenvolvimento de novas parcerias de âmbito nacional no sentido de valorizar a imagem social do Enfermeiro			**Atingido** Projecto "Ninguém está sozinho", parceria com a TSF; Publicações diárias nas redes sociais; Realização de reportagens em vídeo; Participação semanal no programa "Grandes Manhãs" do Porto Canal, na rubrica, "Ninguém está Sozinho".
Lançamento de uma revista científica			Em curso o processo de definição da política editorial da revista.
Planeamento da divulgação do Congresso Internacional de 2018, da OE			**Atingido** Iniciou-se o processo de planeamento e divulgação, através da comissão organizadora do Congresso que integra elementos do CD, CE e GCI.
Produção editorial de obras de interesse nacional para os Enfermeiros			**Atingido** Publicados 5 obras: - Triagem - Prioridades de Obstetrícia e Ginecologia - Enfermeiros Recrutados Internacionalmente - Kit DIE 2017 "Enfermeiros: Uma voz de Liderança"; - Instrumentos de recolha de dados para documentação dos Cuidados Especializados em Enfermagem de Reabilitação; - Participação na norma portuguesa do IPQ-CT-186 publicada "Respostas sociais e cuidados continuados integrados".
Divulgação do alargamento do plano de benefícios			**Atingido** Comunicação de várias campanhas de Benefícios na revista Cuida e nas redes sociais.

Domínio Operacional

Formação e Desenvolvimento Organizacional

Actividades	Indicadores	Metas	Resultados
Execução do sistema de formação profissional da OE de acordo com o plano de formação aprovado para os colaboradores	Nº de acções de formação realizadas/ Nº de acções de formação planeadas x100	≥ 80%	**Parcialmente atingido** Foram realizadas 12 edições em 3 áreas: - Plataforma SIGO; - Suporte Básico de Vida; - Primeiros Socorros. Foram ainda realizadas 9 acções de formação que não estavam previstas. Realizou-se o 2º Encontro de órgãos estatutários deste mandato, em Sesimbra, onde foram abordadas diversas temáticas de interesse para o desenvolvimento da profissão permitindo momentos de reflexão, partilha, análise conjunta, perspectivando estratégias para o futuro.

3.8 - COOPERAÇÃO INSTITUCIONAL E PARTICIPAÇÃO EM PROJECTOS E GRUPOS DE TRABALHO

Domínio Operacional

Representação e Participação em Comissões e Grupos de Trabalho Nacionais

Actividades	Indicadores	Metas	Resultados
Integração em comissões e grupos de trabalho promovidos por diversas entidades	Nº de participações em comissões e/ou grupos de trabalho/ Nº de participações solicitadas x100	100%	**Atingido** A OE integrou todos os grupos de trabalho ou comissões solicitadas. *f)*
Designação de membros para assessoria a projectos	Nº de membros designados / Nº de designações solicitadas x 100	100%	**Atingido** Na senda do desenvolvimento e da valorização dos enfermeiros e da Enfermagem, para além dos já mencionados, em todos os projectos em que foi solicitada assessoria foram designados enfermeiros.
Designação de membros para integrar comissões e grupos de trabalho	Nº de membros designados / Nº de designações solicitadas x 100	100%	**Atingido** A OE designou membros para integrar todos os grupos de trabalho ou comissões solicitadas *g)*
Representação em eventos	Nº de representações asseguradas/ Nº de representações solicitadas x100	≥ 90%	**Parcialmente atingido (67%)** Foram asseguradas 428 representações, das 639 solicitadas.
Apresentação de comunicações orais, a convite da organização de eventos	Nº de comunicações realizadas/ Nº de pedidos recebidos para comunicações x100	100%	**Atingido** Foram asseguradas 34 comunicações em debates, conferências e eventos técnico-científicos.

Informação complementar

f)
- Comissão Nacional da Reforma da Saúde Pública (DGS) – nomeada por Despacho do Ministro da Saúde;
- Grupo Técnico Consultivo do Tabaco (DGS);
- Grupo de Trabalho para a elaboração da Norma sobre vigilância do adulto saudável nos Cuidados de Saúde Primários (DGS);
- Comissão Contratualização, sistemas de Informação e Acreditação das Unidades de Saúde Pública (CRSPN);
- Comissão Organização e capacitação para a reforma das Unidades de Saúde Pública (CRSPN);

- Grupo de Trabalho para a restruturação dos Centros de Orientação de Doentes Urgentes (CODU) do INEM (SEAS);
- Conselho Consultivo do eSIS - CCeSIS (SPMS);
- Grupo de Trabalho "Saúde e Qualidade de Vida" (Espaço T - Associação Para Apoio à Integração Social e Comunitária);
- Conselho Local de Acção Social de Lisboa – rede Social de Lisboa (CM de Lisboa);
- Grupo de Trabalho para desenvolvimento do módulo de registo de enfermagem (ACSS – RNCCI);
- Grupo de Trabalho que executa a elaboração da Norma sobre Enterobacteriáceas Resistentes aos Carbapenemos (DGS);
- Grupo de Trabalho para a revisão da Rede de Referenciação Hospitalar de Saúde Materna e Infantil (MS);
- Grupo de Trabalho Novo Sistema para os cuidados de saúde primários e de proximidade (SPMS);
- Comissão Técnica Nacional para Acompanhamento da Contratualização dos CSP (MS);
- Comissão Técnica de Vacinação (SEAS);
- Grupo de Trabalho, no âmbito do Núcleo Coordenador do Programa Nacional para a Prevenção e Controlo da Dor (DGS);
- Grupo de Trabalho para a alimentação de latentes e de crianças pequenas (DGS); Comissão de Acompanhamento da população afectada pelos incêndios (MS);
- Conselho Regional de Saúde Mental (ARSLVT);
- Comités Europeus CEN/TC 449 "*Quality of care for older people*" e CEN/TC 450 "Patient envolvement in person centred care", na Comissão Técnica 186 (IPQ);
- Respostas Sociais e Cuidados Continuados Integrados (Norma Portuguesa).

g)

- Grupo de Trabalho para a determinação de dotações segura para a área da Saúde Mental e Psiquiatria;
- Grupo de Trabalho para a concretização da Revista Científica da OE;
- Grupo de Trabalho para o Projecto de categorização de drogas/medicamentos e segurança durante a gravidez, parto e pós parto para assistir os EESMO/Parteiras, nas suas práticas clínicas para prescrições seguras;
- Grupo de Trabalho Competências de Enfermagem Hiperbárica e Subaquática;
- Grupo de Trabalho para revisão do Programa de Formação da Especialidade em Enfermagem de Saúde Materna e Obstétrica;
- Grupo de Trabalho Competências de Enfermagem Hiperbárica e Subaquática;
- Grupo de Trabalho para Regulamentação da Especialidade em Enfermagem de Saúde Familiar;
- Grupo de Trabalho para a Regulamentação da Especialidade em Enfermagem Peri-operatória;
- Grupo de Trabalho para a Regulamentação da Especialidade em Enfermagem Paliativa;
- Grupo de Trabalho para a operacionalização do perfil de competências do Enfermeiro Gestor;
- Grupo de Trabalho para a construção de uma proposta de Padrão de Documentação para Área de Especialidade de Saúde Mental;
- Grupo de Trabalho para o Padrão de Documentação dos Cuidados de Enfermagem Especializados em Saúde Materna e Obstétrica e Core de Indicadores;
- Grupo de trabalho para desenvolvimento de Guia de Boas Práticas intitulado: "ECMO: Um novo desafio para a Prática Especializada";
- Grupo de Trabalho para elaboração do GOBP - Diálise Peritoneal;
- Grupo de trabalho para apreciação do Manual de Procedimentos para a Prestação de Cuidados de Saúde em Meio Prisional/ Normas de Orientação Clínica;
- Grupo de Trabalho para a Regulamentação dos Padrões de Qualidade dos Cuidados de Enfermagem ao Recém-Nascido Internado na UCIN e Família;
- Grupo de Trabalho para a elaboração do perfil e certificação de competência acrescida diferenciada em Enfermagem de Trabalho;
- Grupo de Trabalho para a elaboração do perfil e certificação de competência acrescida da Supervisão Clínica.

Domínio Operacional

Representação e Participação em Comissões e Grupos de Trabalho Internacionais

Actividades	Indicadores	Metas	Resultados
Representação em eventos	Nº de representações asseguradas/ Nº representações solicitadas x100	100%	**Atingido** A OE esteve em todas as representações solicitadas ***h)***
Colaboração com o consórcio que está a preparar a realização da Conferência Anual do Fórum Europeu para os Cuidados de Saúde Primários que se irá realizar no Porto	Identificação das acções de colaboração	Setembro	**Atingido** Colaboração no âmbito da preparação da Conferência Anual.
Organização da Assembleia Geral da *European Health Professionals Competent Authorities* - EurHeCA a realizar em Lisboa	Execução do plano de Organização da Assembleia	2º Semestre	**Atingido** A OE colaborou com a Ordem dos Farmacêuticos na organização do evento.
Conselho Internacional de Enfermeiros (*International Council of Nurses* – ICN): - Aproximação da OE no sentido de obter mais-valias com a sua filiação; - Renegociação do valor da quotização e alteração do modelo de filiação; - Participação de uma delegação da OE no Congresso do ICN e no Conselho Nacional de Representantes que se realizará em Barcelona	Nº e tipo de acções desenvolvidas	Concretização	**Atingido** Nº e tipo de acções desenvolvidas: - 5 Presenças em Congressos: 2 dos quais como co-organizador; - 2 Revisões e Traduções de documentos; - Reformulação de filiação com ICN. ***i)***
Federação Europeia de Associações de Enfermeiros - (*European Federation of Nurses Associations* – EFN): - Participação de uma delegação da Ordem nas duas assembleias estatutárias da EFN em Malta e Bruxelas, respectivamente; - Acompanhamento do trabalho desenvolvido pela fundação europeia para a investigação de Enfermagem (*European Nursing Research* Foundation - ENRF) criada pela EFN	Participação nas Assembleias Acções de acompanhamento planeadas/Acções de acompanhamento concretizadas	2 participações % de execução do plano≥ 50%	**Superado (100%)** Participação na Assembleia Geral da EFN em Março e em Outubro; Tradução de dois documentos da EFN sobre a Directiva Teste de Proporcionalidade: **«EFN Policy Statement on Proportionality Directive»** e **«EFN Position Paper on Proportionality Directive»**, dada importância dos documentos para a estratégia da OE.

Fórum Europeu das Associações Nacionais de Enfermagem e Enfermagem Obstétrica (*European Forum of National Nursing and Midwifery Associations* - EFNNMA): - Submissão de candidatura ao Comité Executivo (*Steering Committee*); - Manutenção do secretariado desta entidade, estando assim a par dos desenvolvimentos internacionais do Fórum; - Criação de laços para uma estreita ligação com as congéneres internacionais ligadas a este fórum, nomeadamente, a OMS-Europa; - Participação de uma delegação da OE na Conferência Anual do EFNNMA, bem como nas reuniões *online* e presenciais do Comité Executivo	Acções Planeadas/ Acções concretizadas	% de execução do plano ≥ 80%	**Superado (100%)** Submissão de candidatura e eleição de um membro para o Comité Executivo da EFNNMA; Manutenção do secretariado; Participação na Conferência Anual do EFNNMA; Participação em todas as reuniões do Comité Executivo do EFNNMA, assim como no 67th Comité Regional Europeu da OMS.
Fórum Europeu para os Cuidados de Saúde Primários (*European Forum for Primary Care* - EFPC): - Nomeação de um representante para o Comité Consultivo (*Advisory Board*) do EFPC, cuja eleição se realizará durante a Assembleia Geral anual da instituição; - Participação de uma delegação da OE no Congresso e na Assembleia Geral			**Parcialmente atingido** Submetida candidatura ao Comité Consultivo (Advisory Board) do EFPC; Participou na Conferência do EFPC e na Assembleia Geral.
Autoridades Competentes das Profissões de Saúde Europeias (*European Health professionals Competent Authorities* - EurHeCA): - Acompanhamento das actividades relativas à aplicação da Directiva das Qualificações Profissionais, cartão profissional europeu, mecanismo de alerta, etc., bem como outras áreas de intervenção como, por exemplo, o desenvolvimento profissional contínuo do Enfermeiro; - Participação de uma delegação da OE nas duas Assembleias Gerais anuais da EurHeCA			**Superado (100%)** A OE participou na Assembleia, em Bruxelas; A Assembleia Geral da EurHeCA, que estava prevista para Lisboa, foi cancelada; A OE colaborou na revisão dos Estatutos da EurHeCA Participação de uma delegação da OE, em colaboração com a Ordem dos Farmacêuticos, na organização de uma Assembleia Geral, em Lisboa.

PNAE e HORATIO: - Participação nas reuniões e actividade/resposta a reptos lançados por essas entidades	Nº de participações efectivadas/ Nº de participações planeadas x100	≥ 90%	**Atingido** Participação nas reuniões da PNAE, que se realizaram em Nápoles (Itália) e em Reiquiavique (Islândia); A OE não participou no evento anual da HORATIO por decisão da MCEESMP.
Organização Mundial Saúde: - Participação da OE na Assembleia Mundial de Saúde em Genebra	Concretização da participação	Maio	**Sem medição** A OE não participou neste evento.
Manutenção da proximidade com redes informais relacionadas com a Enfermagem: Rede Informal de Autoridades Competentes de Enfermagem e do *Health Professional Crossing Borders*	Nº de acções desenvolvidas	≥ 2	**Superado** Publicado artigo «The future of nursing education and training across the EU: university pathway» na edição n.º 39 da Newsletter do Health Professionals Crossing Borders; Publicado artigo «European professional card and the alert mechanism in Portugal» na edição n.º 40 da Newsletter do Health Professionals Crossing Borders; Participação na Assembleia Geral da Rede Europeia de Autoridades Competentes da UE.

Informação complementar:

h) A OE participou em 18 representações em eventos internacionais:

- Conferência "Chief Nurse's 1st Annual Nursing and Midwifery;
- Congresso da ESPNIC (The European Society of Paediatric and Noenatal Intensive Care);
- ICM 31th Triennal Congress;
- ICN Regulation & Credentialing Strategy Session;
- Reunião com a Confederação Empresarial da CPLP;
- 2ª Conferência Gender-specific mechanisms in coronary artery disease in Europe;
- Reunião com os Eurodeputados;
- 20º Congresso Brasileiro dos Conselhos de Enfermagem- CBCENF;
- Reunião com os representantes do Conselho Directivo do ICN;
- Reunião de peritos sobre saúde ambiental infantil subordinada ao tema «second meeting on avoidable early environmental contaminants»;
- Assembleia Geral da European Health Professional Competent Authorities (EurHeCA);
- COFEN – Congresso Brasileiro;
- Conferencia ICHOM em Portugal;
- Cerimónia Inaugural da Conferencia Anual da Plataforma Lisbon Living +;
- MRMI - Medical Response to Major Incidents;
- Meeting of New Health Researchers;
- Visita a instituições de Saúde e Ensino de Enfermagem Portuguesas por representantes do Ministério da Saúde da Polónia;
- Workforce Forum 2017.

i)
- Participação no The Council of National Representatives (CNR) e no Congresso do ICN, em Barcelona;
- Participação na Sessão Estratégica sobre Regulação & Credenciação (ICN Regulation & Credentialing Strategy Session);
- Co-organização dos eventos ICN Regulation and Credentialling Summit e ICN Workforce Forum;
- O ICN cancelou o evento ***Regulation and Credentialling Summit***, transitando para **2018;**
- Tradução e Revisão do documento do Kit do Dia Internacional do Enfermeiro do ICN;
- Tradução e validação da CIPE® versão 2017;
- Por solicitação da OE foi alterado o modelo de filiação no ICN. A OE alterou a categoria de membro de Colaboração do ICN para o modelo de colaboração na qualidade de Membro Tradicional.

Domínio Operacional

Resposta a Pedidos

Actividades	Indicadores	Metas	Concretização
Elaboração de respostas a membros, a pedidos de cooperação institucional nacionais e internacionais	Nº de respostas de cooperação realizadas/ Nº de pedidos de cooperação x100	≥ 80%	**Superado 100%** Resposta a todos os pedidos relativos a assuntos relacionados com emigração, num total de 175 pedidos.
Elaboração de pareceres sobre assuntos de interesse para Enfermagem e Enfermeiros, no âmbito dos diferentes domínios	Nº de pareceres emitidos	.....	**Atingido** Elaborados 7 Memorandos, 3 Propostas e 6 Informações. *i)*
Elaboração de pareceres e tomadas de posição acerca de propostas de criação de cursos técnicos superiores profissionais na área da saúde	Nº de pareceres e/ou tomadas de posição	.....	**Atingido** Ao nível da formação foi constante a monitorização junto da DGES e ACSS, no âmbito da pretensão da criação de cursos técnicos superiores profissionais com vista a identificar situações de sobreposição com as áreas de intervenção de Enfermagem.

Informação Complementar

i)

Memorandos:
- Contactos com os Sindicatos de Enfermagem;
- Reunião com a Ordem dos Farmacêuticos;
- Videoconferência com Dra. Frances Hughes/ICN;
- Consulta sobre Política de Saúde (ICN);
- Assembleia Geral da Federação Europeia de Associações de Enfermeiros (EFN);
- Síntese do Conselho Nacional de Representantes do ICN em Barcelona;
- Reformulação da área internacional do site da OE.

Propostas:
- Desvinculação da OE na European Nursing Research Foundation (ENRF) da European Federation of Nurses Associations (EFN);
- Delegação da OE ao Congresso e CNR do ICN, em Barcelona;
- Organização da Assembleia Geral da EurHeCa – Lisboa.

Informações acerca de:
- Indicação de perito em Saúde Infantil e Pediátrica para reunião internacional da OMS;
- Lema do Dia Internacional do Enfermeiro para 2018, do ICN;
- Consulta Pública sobre AMR «One Health Action Plan to support Member States in the fight against Antimicrobial Resistance (AMR) »;
- Consulta Pública da CE sobre Plano de Acção Único para apoiar os Estados-Membros na luta contra a resistência antimicrobiana (AMR);
- Co-organização da Assembleia Geral da EurHeCa;
- Consulta Pública da CE sobre a Carteira Profissional Europeia.

Domínio Operacional

Concertação Profissional

Actividades	Indicadores	Metas	Resultados
Valorização e reconhecimento profissional, através da definição estratégica da Carreira de Enfermagem e/ou Acordos Colectivos de Trabalho (ACT), com a tutela, as organizações e as associações profissionais, mantendo a intenção da integração nas negociações, com estatuto de observador	Nº e tipo de acções concretizadas	.....	**Atingido** Foram promovidas 3 reuniões com as estruturas sindicais na defesa dos interesses dos enfermeiros e no reconhecimento das suas competências, com o objectivo: - Enquadramento estratégico para o desenvolvimento da profissão; - Definição das orientações estruturais conducentes ao processo negocial da carreira de Enfermagem e/ou acordo colectivo de trabalho; Apoio aos movimentos e iniciativas dos enfermeiros; Pedido o estatuto de observador nas negociações entre a Tutela e sindicatos.
Manutenção da influência junto da tutela para o resgate do conceito de profissão de risco e desgaste rápido, com a devida compensação e reconhecimento	Nº e tipo de acções concretizadas	.....	A OE actuou diariamente na defesa dos legítimos interesses dos seus membros nomeadamente na sensibilização do poder político e na promoção do debate do conceito de profissão de risco e de desgaste rápido.

3.9 - REDE ORDEM DOS ENFERMEIROS

Domínio Operacional

Actualização de Dados

Actividades	Indicadores	Metas	Resultados
Implementação do novo sistema da área reservada dos membros no *website* da OE	Operacionalização do sistema	Agosto	**Atingido** Lançamento do formulário *online* de actualização de dados; Implementação do novo sistema da área reservada dos membros no portal web da Ordem Acompanhamento e melhoria contínua. Implementação do *Contact Center*

Domínio Operacional

Vinculação Profissional

Actividades	Indicadores	Metas	Resultados
Participação em cerimónias de vinculação profissional	Nº de cerimónias realizadas	100%	**Atingido** Participação em todas as cerimónias de vinculação e reconhecimento profissional realizadas a nível regional.

Domínio Operacional

Organização de Eventos

Actividades	Indicadores	Metas	Resultados
Capacitação do serviço de gestão de eventos e protocolo com recursos que possibilitem uma gestão eficaz e eficiente na organização de eventos técnico-científicos e protocolo	Aumento dos recursos alocados	Nível de eficácia e eficiência	**Atingido** Foi admitida uma nova colaboradora para o Gabinete de Comunicação e Imagem com responsabilidade na gestão de eventos.
Dinamização de eventos de interesse para a Enfermagem	Nº de eventos realizados	≥ 1	**Superado** Foram realizados diversos eventos técnico-científicos pelas Mesas dos Colégios de Especialidade.
Comemoração de efemérides na área da Saúde e da Enfermagem	Nº de efemérides comemoradas / Nº de efemérides assinaladas x100	100%	**Atingido** No âmbito de comemorações de datas relevantes para a saúde e para a Enfermagem, foram criadas peças jornalísticas que se divulgaram nas redes sociais. Para além disso, em articulação com órgãos nacionais e regionais organizaram-se diversas iniciativas de comemoração de efemérides.
Comemoração do Dia Internacional do Enfermeiro (DIE), com tradução do Kit do ICN do DIE e divulgação a nível nacional e internacional (CPLP)	Sistematização da tradução do Kit e sua divulgação	Concretização da Comemoração - Maio	**Atingido**

Domínio Operacional

Empregabilidade

Actividades	Indicadores	Metas	Resultados
Celebração de protocolo de cooperação entre OE e a Associação Nacional de Farmácias (ANF) para a implementação de prestação de cuidados de Enfermagem na rede de farmácias	Assinatura do protocolo	1° Trimestre	**Atingido** Assinado um Memorando de cooperação, com a ANF, que estabelece e define a operacionalização da prestação de cuidados de Enfermagem nas farmácias. Para a implementação do Memorando foi constituída uma Comissão Mista com 3 representantes de cada instituição.
Divulgação de editais de abertura de concursos para contratação de Enfermeiros	N° de editais divulgados	.....	Foram divulgados apenas os editais de abertura de concursos, a pedido de entidades, os quais não colocavam em causa os direitos dos enfermeiros.
Denúncia de entidades que promovam o exercício da profissão em condições precárias	N° de denúncias efectivadas	.....	Foram emitidas participações e denúncias às entidades inspectivas no âmbito dos protocolos celebrados entre a OE, a IGAS e a ERS, nomeadamente, instituições integradas no sector social. Emitida resposta às múltiplas situações que se tomou conhecimento, denunciando e manifestando um total desagrado junto das competentes entidades políticas, sindicais e instituições de saúde.

Domínio Operacional

Sistemas de Informação e Documentação

Actividades	Indicadores	Metas	Resultados
Modernização da Infra-estrutura tecnológica do *Data Center* da Sede OE, aquisição de novos servidores, sistemas de armazenamento e sistemas de *backups*	Operacionalização do sistema	2° Semestre	**Atingido** Implementação de um sistema de Redundância de comunicações de dados.
Instalação de um *Micro Data Center* em Coimbra na Secção Regional do Centro para *backups* e continuidade de serviços em caso de inoperacionalidade do *Data Center* da Sede	Operacionalização do sistema	2° Semestre	**Atingido** Sistema de replicação de dados para o Data Center Coimbra. Implementação de um Sistema de recuperação de dados.

Implementação de novos sistemas de *firewall* de Perímetro e Corporativo	Operacionalização do sistema	2º Semestre	**Atingido**
Implementação de um sistema de energia assistida, grupo gerador	Operacionalização do sistema	2º Semestre	**Atingido**
Renovação do serviço de dados e comunicações unificadas	Operacionalização da renovação	Outubro	Aumento da largura de banda de acesso à Internet e VPN (Virtual Private Network); Actualização e consolidação da solução de VPN; Suporte do *Contact Center*
Aquisição de equipamentos informáticos, computadores portáteis para os membros dos Órgãos Estatutários	Alocação dos equipamentos aos membros de acordo com o planeado	1º Semestre	**Atingido**
Implementação da plataforma *Web* denominada como "Balcão Único"	Operacionalização da plataforma	2º Semestre	**Parcialmente atingido**
Implementação do novo Portal da OE	Operacionalização do portal	2º Semestre	**Parcialmente Atingido** Definição da arquitectura e funcionalidades do novo *site*. Migração de conteúdos. Acompanhamento e melhoria contínua.
Implementação de um novo sistema de gestão de actividades, eventos e acções de formação	Operacionalização do sistema de gestão	2º Semestre	**Atingido**
Criação da Plataforma *Web* de inscrição, registo e atribuição do título profissional de Enfermeiro e Enfermeiro Especialista	Operacionalização da plataforma	2º Semestre	**Atingido**
Criação de nova plataforma de gestão de membros	Operacionalização da plataforma	2º Semestre	**Atingido**
Implementação do novo sistema de facturação	Operacionalização do sistema de facturação	2º Semestre	**Atingido**

Domínio Operacional

Sistemas de Informação em Enfermagem

Actividades	Indicadores	Metas	Resultados
Análise e divulgação dos dados do inquérito aos membros sobre SIE	Nº de acções de divulgação efectivadas	1º Semestre	**Atingido** Divulgado no *site* da OE e difundido via *webmail* para todos os membros.
Formalização de protocolo com os Serviços Partilhados do Ministério da Saúde	Assinatura do protocolo	1º Trimestre	**Atingido** Protocolo assinado.
Celebração de protocolo com a Escola Superior de Enfermagem do Porto no sentido do desenvolvimento dos sistemas de informação em Enfermagem tendo em consideração o conhecimento científico produzido	Celebração do protocolo	1º Semestre	**Parcialmente atingido** Enviada proposta para a ESEP, que aguarda análise e considerações para revisão.
Participação no processo de melhoria e actualização dos SIE, nomeadamente na inclusão de indicadores de resultado, de *outputs* automáticos e actualização da linguagem classificada	Nº de indicadores introduzidos	Dezembro	**Atingido** Participação em reuniões de trabalho com diversas entidades (SPMS, ACSS, ARS, ULS) no sentido de promover acções de melhoria e actualização dos SIE. Participação no Grupo Técnico sobre Indicadores. Ofício para a ACSS para automatização do SCD/E.
Actualização da rede de interlocutores institucionais no âmbito dos SIE	Efectivação da actualização	Outubro	**Parcialmente atingido** Aguarda envio da listagem das instituições por parte dos SPMS.
Revisão e aprovação do documento "Princípios de Arquitectura e principais requisitos técnico-funcionais para os SIE"	Aprovação do Documento	2º Semestre	**Não atingido** Pendente de aprovação e estrutura da nova ontologia.
Participação na organização de formação inicial e avançada específica em SIE	Sistematização do Plano de Formação em SIE	.....	**Atingido** Planos de formação em apreciação.
Elaboração de padrões de documentação por área de especialidade em conformidade com as mesas do colégio de especialidade	Sistematização dos Padrões de documentação / área de especialidade	.....	**Atingido** Foi apresentada a proposta para elaboração dos padrões de documentação e para a definição de indicadores, por área de especialidade, às Mesas dos Colégios de Especialidade.

Domínio Operacional

Estrutura de Idoneidades

Actividades	Indicadores	Metas	Resultados
Revisão e aprovação dos Regulamentos de Idoneidade Formativa dos contextos da prática clínica e o regulamento do supervisor clínico	% de execução do Plano	2º Semestre	**Atingido** Aprovado em Assembleia Geral e publicado em Diário da República.
Revisão e aprovação do referencial para a acreditação da idoneidade formativa dos contextos da prática clínica (RAIF)			**Atingido** Aprovado e publicado no *site* da OE.
Revisão e aprovação das instruções de trabalho dos indicadores formulados			**Parcialmente atingido** Reformulada a metodologia de definição de instruções de trabalho para explicar os itens. Passam a existir 197 itens já desenvolvidos.
Optimização dos processos de operacionalização da plataforma informática de suporte às candidaturas à acreditação da idoneidade formativa dos contextos de prática clínica e da certificação dos supervisores clínicos			**Parcialmente atingido** A aguardar lançamento do BU.
Divulgação da reabertura do processo a todos os agentes envolvidos Promoção de uma política de proximidade durante a instrução dos processos de candidatura Construção da capacidade formativa para o desenvolvimento das especialidades em contexto de prática clínica com idoneidade formativa acreditada			**Parcialmente atingido** Aguarda lançamento das candidaturas *online*.
Participação na organização de formação específica em supervisão clínica em Enfermagem			**Atingido** Constituído o grupo de trabalho para a definição do Regulamento da competência acrescida em supervisão clínica, com a descrição dos processos formativos necessários à sua certificação.

Domínio Operacional

Internacionalização

Actividades	Indicadores	Metas	Resultados
Criação do conselho internacional com rede de contactos internacionais de Enfermeiros Portugueses a trabalhar no mundo	Nº e tipo de acções realizadas	.....	A estratégia para abordar os assuntos relacionados com a emigração de enfermeiros passou pela criação da rede de pontas focais nos países de maior fluxo de enfermeiros emigrados. A OE disponibilizou apoio e informação aos enfermeiros portugueses que solicitaram informação relativa à Enfermagem noutros países e, por outro lado, esclareceu enfermeiros com dúvidas sobre o exercício profissional em Portugal. Reforçou-se o contacto com o RCN e o Nursing and Midwefery Council (regulador de Enfermagem e Enfermagem de Saúde Materna e Obstétrica do Reino Unido), mostrando preocupação com o fluxo de enfermeiros portugueses que nos últimos anos têm emigrado para aquele país.
Acompanhamento da mobilidade internacional dos Enfermeiros Portugueses			
Promoção de contactos privilegiados com Congéneres Internacionais, Instituições de Saúde, ou outras, que acolham Enfermeiros Portugueses a exercer funções fora do país			
Manutenção da simplificação de procedimentos documentais			

Domínio Operacional

Sistema de Gestão da Qualidade

Actividades	Indicadores	Metas	Resultados
Verificação da implementação dos procedimentos pela OE	Acções de Monitorização	3 acções de monitorização no 1º Semestre	**Parcialmente atingido** A monitorização foi efectuada por via digital, com várias acções de seguimento, no que respeita a reclamações, à admissão/gestão de membros e respectiva documentação utilizada.
Articulação e reuniões com os interlocutores da qualidade	Nº de reuniões realizadas/ Nº de reuniões previstas x100	Por Semestre – 100%	**Atingido** Por contenção de custos, a articulação com os interlocutores da qualidade tem sido efectuada telefonicamente e por *e-mail.*
Elaboração do Plano Anual de Auditorias e da execução de auditoria interna	Operacionalização do processo	Efectivação do Plano anual e realização da Auditoria interna - 1º e 2º Semestres	**Atingido** Plano elaborado com execução da auditoria entre Novembro e Dezembro (SRS, SRN e Sede).

Correcção dos pedidos de acção correctiva e/ou preventiva emitidos na auditoria interna de 2016	% de execução das acções de acordo com o calendário	Abril	**Parcialmente atingido (87%)** Por encerrar 4 pedidos de acção correctiva/preventiva.
Preparação para as auditorias de certificação – 1ª e 2ª fase (empresa certificadora SGS)		2° e 3° Trimestres	**Atingido** A conclusão da acção transita para 2018.
Correcção de não conformidades e oportunidades de melhoria resultantes da auditoria		2° Trimestre	**Parcialmente atingido** Correcções a efectuar em 2018 após emissão do relatório da auditoria externa.
Acompanhamento da auditoria de certificação para a atribuição do Certificado ISO 9001:2008		3° Trimestre	**Não atingido** Auditoria adiada para o 1° semestre de 2018.
Manutenção da certificação ISO 9001		Dezembro	**Não atingido** Actividade adiada para 2018.
Formação na transição da ISO 9001:2008 para a versão 9001:2015		1° Semestre	**Atingido** Acção de formação frequentada.
Análise e revisão dos procedimentos face à transição para a ISO 9001:2015		2° Semestre	**Não atingido** Dependente da preparação e execução da auditoria de concessão e atribuição da certificação na versão 9001:2008.
Actualização e aprovação de documentação		.....	**Parcialmente atingido** Actividade interligada com a anterior, dependente da atribuição da certificação ISO.
Localização e disponibilização de documentos em formato digital na intranet		.....	**Atingido** Localização definida na intranet e documentos já disponibilizados. Documentação em permanente actualização.
Promoção do espaço "Q" na intranet		.....	**Não atingido** Tendo em conta o novo *site* e BU, esta actividade foi cancelada.
Divulgação da certificação da OE		2° Semestre	**Não atingido** Actividade adiada para 2018, dependendo da atribuição da certificação ISO.
Análise dos inquéritos de satisfação ao atendimento aos Membros		.....	**Atingido** Inquérito para preenchimento revisto e disponibilizado em Agosto. Efectuado o tratamento mensal.

Domínio Operacional

Empreendedorismo

Actividades	Indicadores	Metas	Resultados
Criação e divulgação de procedimentos que facilitem o apoio a iniciativas empreendedoras Definição da estratégia interna para a divulgação *online*, aos membros, de oportunidades de financiamento existentes	Sistematização da estratégia e procedimentos		**Parcialmente atingido** Resultados fortemente dependentes do lançamento do novo *site* da OE enquanto veículo de divulgação pelo que continuará a ser desenvolvido em 2018. Contudo, sempre que solicitada, a OE, proporcionou o apoio necessário para a realização/implementação de projectos empreendedores na área da Enfermagem e da Saúde. Foi dada prioridade à elaboração do projecto ***Care4Flight***, apresentado em Bruxelas ao Comissário europeu para a Investigação, Inovação e Ciência Carlos Moedas e ampla divulgação nos meios de Comunicação Social. Foi, ainda, produzida uma versão em Inglês para entrega ao Comissário Europeu da Saúde e Segurança Alimentar, Comissária Europeia dos Transportes e ainda para a *Airlines For Europe* (A4E).

Domínio Operacional

Provedoria e Assessoria

Actividades	Indicadores	Metas	Resultados
Criação e regulamentação da figura do Provedor do Enfermeiro	Concretização dos processos	Dezembro	**Parcialmente atingido** Em articulação com uma rede de parceiros institucionais entendeu-se necessária e útil a criação do Provedor para a Saúde. Foram desenvolvidas reuniões com os parceiros para a sua regulamentação, a qual ainda se encontra em fase de discussão uma vez que os parceiros envolvidos consideraram ser fundamental alargar a outras entidades na área da saúde.
Finalização do processo da criação e regulamentação do provedor para a saúde em associação com as restantes Ordens Profissionais, associações de doentes, entre outras			
Assessoria jurídica por via da emissão de pareceres aos Enfermeiros a nível nacional e regional	Nº de pareceres emitidos/ Nº de solicitações identificadas x100	≥ 80%	**Superado (88%)** <u>Departamento Jurídico</u> Número de respostas a pedidos – deram entrada 771, dos quais foram respondidos 683 Procedimentos jurídicos – 55 Relacionados com usurpação de funções acidentes de trabalho, pretensão de atribuição de títulos, anúncios de emprego, concursos, entre outros.
Celebração de protocolo para a criação de um Centro de Arbitragem de competência genérica e de âmbito nacional que tem subjacentes à prática de arbitragem, mediação, conciliação e negociação de conflitos	Assinatura do protocolo	1º Trimestre	**Atingido** Protocolo assinado.

Domínio Operacional

Protocolos e Parcerias

Actividades	Indicadores	Metas	Resultados
Conclusão do desenvolvimento do Sistema de Informação Sobre Protocolos Comerciais (SISP)	Operacionalização do sistema	Dezembro	**Atingido** Esta ferramenta de gestão passará a ser o interface de partilha de informação sobre protocolos comerciais entre o Gabinete de Projectos Estratégicos e as Secções Regionais. Este espaço disponibiliza as estatísticas relativas ao tema.
Angariação de novos protocolos comerciais	Nº de novos protocolos realizados	Triplicar o nº de novos protocolos face a 2016	**Parcialmente atingido (80%)** Foram processados 144 protocolos, dos quais 105 já se encontram celebrados. (Em 2016 foram celebrados 44 protocolos)
Captação de um número maior de "Marcas Âncora"	Nº de "Marcas Âncora" captadas	Nº de novas marcas captadas ≥ 2016	**Atingido** Foram celebrados protocolos com 13 "Marcas Âncora".
Actualização dos protocolos com a Banca e explorar novas formas de parceria com entidades da área financeira e seguradora	Nº de protocolos actualizados/ Nº de protocolos existentes x100 Nº de parcerias	≥ 50%	**Superado (60%)** Foram actualizados 3 protocolos, dos 5 existentes.
Reforço do número de protocolos da categoria "Cultura"	Nº de protocolos	≥ ao nº de 2016	**Superado** Foram celebrados 30 protocolos. (Em 2016 foram celebrados 11 protocolos)
Revisão dos Protocolos antigos	Nº de protocolos revistos/ Nº de protocolos existentes x100	≥ 50%	**A decorrer** Este é um exercício que tem estado a ser feito quer pela Sede quer pelas Secções Regionais. Esta actividade estará completada a 100% até 2 meses após a entrada em funcionamento do novo *website* da OE, garantindo-se assim conteúdos actualizados.
Negociação, junto das entidades parceiras, de acções *taylor-made* específicas para os membros da OE	Nº de acções negociadas	≥ 3	**Não atingido** Não aconteceram actividades desenhadas em exclusivo para a OE. No entanto, com algumas entidades parceiras, foram perspectivadas acções passíveis de serem implementadas com relativa facilidade. Tema a abordar em 2018. O novo *website* criará a plataforma de comunicação e visibilidade necessária para potenciar a divulgação dessas acções.

Criação do Espaço "*Voucher*"	Operacionalização do espaço "*Voucher*"	2º Semestre	**Não atingido** A reavaliar em 2018.
Elaboração de proposta de transição (layout e funcionalidades) do *microsite* dos Benefícios para um futuro novo *website* da OE	Sistematização da proposta	1º Semestre	**Atingido** O *layout* da Área de Benefícios, no novo *website* da OE, resulta de proposta idealizada pelo Gabinete de Projectos Estratégicos e entregue à empresa responsável pela sua criação.
Exploração de novos canais de comunicação para os *benefits*	Nº de novos canais identificados para análise	.....	**Atingido** O *layout* da Área de Benefícios no novo *website* contempla diversos espaços de comunicação, diferenciados no seu objectivo e adequados às diferentes dimensões dos parceiros. Há também uma rubrica de Benefícios na *Newsletter* Click OE, para além da introdução de novos canais de comunicação como SMS e a divulgação nas redes sociais.
Elaboração de relatórios periódicos de evolução do programa de Benefícios	Apresentação de relatório	1 relatório/ Trimestre	**Não atingido** Redefiniu-se a estratégia de apresentação de relatórios numa perspectiva dinâmica, sendo actualizados à medida que novos protocolos vão sendo celebrados.
Adaptação dos protocolos *corporate* aos membros e colaboradores da OE	Nº de protocolos adaptados	≥ 2	**Superado** Foram adaptados 5 protocolos.



4 PRESTAÇÃO DE CONTAS

ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

Em conformidade com o estabelecido no Estatuto da Ordem dos Enfermeiros, nos termos da alínea f) do número 2 do artº46º, aprovado pela Lei N.º 156/2015, de 16 de Setembro, apresentamos à apreciação dos membros as contas do Exercício Económico 2017.

Assim, no cumprimento da Lei e do Estatuto, para o efeito, depois de aprovadas pelo Conselho Diretivo, e obtido o Parecer favorável do Conselho Fiscal, apresentamos os mapas com a informação relevante necessária à análise das contas do Exercício em apreço.

A informação legalmente exigível faz parte integrante do anexo, porém, apresentamos informação complementar, a qual permite uma melhor compreensão das contas que ora se apresentam à apreciação e resultam da atividade desenvolvida, no âmbito da concretização do Plano de Actividades e Orçamento aprovados na Assembleia Geral de 25 de Março de 2017.

A Ordem dos Enfermeiros reitera o compromisso de continuar a assegurar aos membros a continuidade e consistência dos correspondentes relatórios de gestão e contas, garantindo, deste modo, a fiabilidade dos mesmos.

A Ordem dos Enfermeiros encerrou o exercício económico de 2017 com um resultado líquido de 760.104,62 euros. Este resultado evidencia, sobretudo, uma melhor eficiência no controlo dos gastos e uma maior optimização dos recursos, que tem sido característica deste Conselho Diretivo, mas também a não concretização ou adiamento de algumas das actividades originalmente previstas em sede do Plano de Actividades 2017.

RENDIMENTOS E RÉDITOS

Os Rendimentos da Ordem dos Enfermeiros ascenderam a 7.615.094,03 euros registando um acréscimo global líquido de 274.396,35 euros (3,74%) face a 2016, como se evidencia no quadro seguinte:

RÉDITOS (Euros)

	2017	2016	Variação Valor	Variação %
. Prestações de serviços	7 340 158,80	7 183 681,42	156 477,38	2,18%
. Subsídios à exploração	0,00	503,04	-503,04	-100,00%
. Reversões Perdas por imparidade	6 534,80	0,00	6 534,80	N/A
. Aumentos/reduções de justo valor	257,00	666,31	-409,31	-61,43%
. Outros rendimentos e ganhos	233 774,86	120 235,10	113 539,76	94,43%
. Juros, dividendos e outros rendimentos	34 368,57	35 611,81	-1 243,24	-3,49%
	7 615 094,03	**7 340 697,68**	**274 396,35**	**3,74%**

Não obstante alguma variação entre rubricas, o nível de execução orçamental a este nível tem um grau considerado aceitável, contudo, entendemos necessário justificar, com maior detalhe, as diferentes parcelas aqui consideradas.

Constatamos que os rendimentos ao nível de quotização e emolumentos sofreram um aumento face ao ano anterior em 1,97% e 20,98% respetivamente conforme no quadro discriminado:

RÉDITOS				(Euros)
	2017	2016	Variação Valor	Variação %
Prestações de serviços	**7 340 158,80**	**7 183 681,42**	**156 477,38**	**2,18%**
. Quotização	7 247 208,69	7 106 881,23	140 327,46	1,97%
. Emolumentos	92 910,11	76 800,19	16 109,92	20,98%
. Formação	40,00	0,00	40,00	N/A
Subsídios à exploração	**0,00**	**503,04**	**-503,04**	**-100,00%**
Reversões	**6 534,80**	**0,00**	**6 534,80**	**N/A**
. Perdas por imparidade	6534,80	0,00	6 534,80	N/A
Aumentos/reduções de justo valor	**257,00**	**666,31**	**-409,31**	-61,43%
Outros rendimentos e ganhos	**233 774,86**	**120 235,10**	**113 539,76**	**94,43%**
. Inscrição em eventos	0,00	0,00	0,00	N/A
. Material de divulgação	26 525,32	515,84	26 009,48	5042,16%
. Fotocópias	336,36	287,03	49,33	17,19%
. Microprodução de Energia	1 116,02	0,00	1 116,02	N/A
. Rendas de propriedades de investimento	10 200,00	10 200,00	0,00	0,00%
. Correcções relativas a períodos anteriores	104 264,86	14 124,56	90 140,30	638,18%
. Patrocínios	82 800,81	83 020,32	-219,51	-0,26%
. Reembolso viagens	0,00	0,00	0,00	N/A
. Outros	8 531,49	12 087,35	-3 555,86	-29,42%
Juros, dividendos e outros rendimentos	**34 368,57**	**35 611,81**	**-1 243,24**	**-3,49%**
. Juros obtidos	34 368,57	35 611,81	-1 243,24	-3,49%
	7 615 094,03	**7 340 697,68**	**274 396,35**	**3,74%**

Quotas

No ano de 2017 ocorreu um ligeiro aumento do valor das quotas as quais representaram cerca de 51% do total dos rendimentos gerados no período.

Conclui-se, por conseguinte, que apesar dos desvios, a execução não foi prejudicada e que não teve repercussões que pudessem, em qualquer momento, criar dificuldades de funcionamento à instituição.

GASTOS E PERDAS

Os Gastos em 2017 atingiram a quantia de 6.809.503,30 euros, tendo sido verificado um acréscimo de 1.109.486,22 euros relativamente ao ano anterior. A sua evolução sintetiza-se no quadro seguinte:

GASTOS				(Euros)
	2017	2016	Variação Valor	Variação %
. Fornecimentos e serviços externos	3 342 807,80	2 905 089,49	437 718,31	15,07%
. Gastos com o pessoal	2 593 212,41	2 166 670,31	426 542,10	19,69%
. Perdas por Imparidade	167 516,69	0,00	167 516,69	N/A
. Provisões (aumentos/reduções)	188 230,65	128 000,00	60 230,65	47,06%
. Outros gastos	223 542,07	381 152,47	-157 610,40	-41,35%
. Gastos de depreciação e de amortização	288 114,30	199 391,54	88 722,76	44,50%
. Juros e gastos similares suportados	6079,38	9713,27	-3 633,89	-37,41%
	6 809 503,30	**5 790 017,08**	**1 019 486,22**	**17,61%**

Nesta área têm maior expressão as seguintes rubricas:

Fornecimentos e Serviços Externos

A rúbrica de Fornecimentos e Serviços Externos mantem-se, naturalmente, como a rubrica de maior expressão na estrutura de gastos da Ordem dos Enfermeiros. Em 2017, esta rubrica está influenciada pelos gastos directos com aquisição de serviços de segurança, na informação e compliance, contratação pública e publicidade.

Trabalhos especializados

Nesta rubrica é de salientar que mantendo o mesmo conceito de aproximar cada vez mais o membro à sua Ordem a mesma revelou um aumento significativo, registando um acréscimo de 75,82% face ao período homólogo.

Deslocações e estadas

Os gastos com deslocações e estadas decorrem da importância da Sede estar presente junto dos seus membros, instituições de saúde, associações profissionais, outras organizações e tutela.

O ano de 2017 foi ainda um ano com algumas actividades e reuniões para o cumprimento da estratégia da Ordem dos Enfermeiros e das suas atribuições estatutárias, em prol do reconhecimento e afirmação nacional da Enfermagem, nomeadamente, e não só pelos membros dos órgãos, mas também pelos membros que são nomeados para a sua representação em grupos de trabalho.

A compensação pela deslocação em viatura própria do membro, é considerada despesa que a instituição suporta para ressarcir o membro pela utilização da viatura pessoal ao serviço da Ordem dos Enfermeiros. Assim, a Ordem instituiu procedimentos internos com obrigatoriedade de suportar a mesma.

Neste ano, houve uma diminuição nos gastos em cerca de 26,74%, por via de utilização de outros transportes alternativos.

Seguros

Nesta rúbrica assume-se com particular relevância o seguro de responsabilidade civil profissional que a Ordem dos Enfermeiros disponibiliza a todos os membros que tenham a sua quotização regularizada, que por sua vez teve um ligeiro acréscimo de cerca de 10,68%;

Gastos com o Pessoal

Na rúbrica de gastos com pessoal verifica-se um acréscimo face ao ano anterior devido às mudanças verificadas na estrutura.

Para complemento da informação anexamos o quadro de pessoal:

GASTOS COM O PESSOAL (Euros)

	2017	2016	Variação Valor	Variação %
Gastos com Pessoal				
. Remunerações do pessoal	2 008 426,72	1 787 434,48	220 992,24	12,36%
. Indemnizações	117 057,04	7 620,93	109 436,11	1435,99%
. Encargos sobre remunerações	451 924,42	360 045,53	91 878,89	25,52%
. Seguro acidentes no trabalho	9 071,76	3 860,32	5 211,44	135,00%
. Outros gastos com o pessoal	6 732,47	7 709,05	-976,58	-12,67%
	2 593 212,41	**2 166 670,31**	**426 542,10**	**19,69%**

O acréscimo desta rubrica, em cerca de 19,69%, justifica-se essencialmente pela contratação de 17 novos colaboradores, pagamento dos subsídios de função que não eram atribuídos no período homólogo, assim como o valor pago a título de indemnizações.

Perdas por imparidade

Esta rubrica inclui as quotas em dívidas a receber e de outros terceiros, encontram-se registadas pelo seu valor nominal, tendo sido criadas perdas de imparidade quando se justificaram.

O critério estabelecido para quantificar e reconhecer perdas por imparidade em dívidas de membros foi a seguinte:

- Todas as dívidas a receber de membros com antiguidade superior a dois anos foram reconhecidas como perda por imparidade.
- As dívidas e os créditos com antiguidade superior a cinco anos foram consideradas incobráveis e removidas do balanço conforme deliberação deste Conselho Directivo.

Entendemos que os referidos critérios são adequados, para reduzir as contas a receber, às suas quantias recuperáveis.

Outros Gastos e Perdas

Nesta rubrica é de destacar sobretudo o valor relativo às quotizações associativas. Associações às quais a Ordem dos Enfermeiros se encontra estrategicamente associada no plano internacional, nomeadamente as referentes ao ICN, CNOP, EFPC, HORATIO,EFNNMA, EURHECA.

Fundos Patrimoniais – Variações Positivas e Negativas

VARIAÇÃO NAS RUBRICAS DO FUNDO PATRIMONIAL					(Euros)
	01/01/2017	**Aumentos**	**Diminuições**	**Transferências**	**31/12/2017**
. Fundos patrimoniais	5 822 159,90	297 467,76	0,00	0,00	6 119 627,66
. Reservas	3 803 785,89	58 131,11	0,00	7 698,62	3 869 615,62
. Resultados transitados	11 958 171,77	1 438 825,78	0,00	-7 698,62	13 389 298,93
. Resultado do período	1 496 956,89	760 104,62	-1 496 956,89	0,00	760 104,62
	23 081 074,45	**2 554 529,27**	**-1 496 956,89**	**0,00**	**24 138 646,83**

Indicadores Económicos

Seguidamente, e reconhecendo que não se trata de um exercício profundo de indicadores e rácios de natureza económico-financeira, apresenta-se um conjunto de indicadores que permite aferir a autonomia financeira da Ordem dos Enfermeiros, solvabilidade e liquidez.

Indicadores Económicos - Financeiros		
	2017	**2016**
Autonomia Financeira	**0,92**	**0,91**
Fundos patrimoniais	24 138 646,83	23 081 074,45
Ativo Liquido	26 315 411,68	25 260 444,10
Solvabilidade	**12,09**	**11,59**
Ativo Liquido	26 315 411,68	25 260 444,10
Passivo	2 176 764,85	2 179 369,65
Liquidez Geral	**13,38**	**13,06**
Ativo Corrente	18 196 328,89	17 838 028,25
Passivo Corrente	1 359 745,75	1 365 442,13

Assim, a estrutura do balanço ficou ainda mais reforçada, refletindo uma substancial autonomia financeira (cerca de 92%), bem como uma significativa solvabilidade global de 12,09 e uma liquidez geral de 13,38.

Reserva Estatutária

Considerando o resultado líquido do exercício económico 2017 e relativamente à Sede, que se cifrou em 205.180,03 euros, de acordo com o estatuído no Artigo 118.º, ponto 1, a reserva estatutária será reforçada em 10% do saldo obtido para as contas de gerência, o que corresponde a um reforço efetivo de 20.518,00 euros. O remanescente será inscrito em resultados transitados.

Apresenta-se apenas o reforço da reserva estatutária referente às contas da Sede, uma vez que as diferentes Secções Regionais, nos termos das suas competências próprias, procederam a igual operação, vertida nos respetivos Relatórios e Contas.

Nota Final

Face aos valores e considerações apresentadas, a execução orçamental do ano de 2017 não refletiu o nível de execução esperado. A percentagem de execução traduziu-se num Resultado Liquido Antes de Impostos em -35,91%, influenciado e muito pela não estimativa de imparidades de dívidas e de provisões de processos judiciais.

Estes desvios devem-se essencialmente a toda a política de investimento que este Conselho Directivo deliberou implementar em 2017. Apesar destes desvios, a execução foi de certa forma coerente com o Orçamentado demonstrando assim a credibilidade dos documentos previsionais, plano de atividades e Orçamento.

Agradecemos o bom desempenho de todos os envolvidos na vida da Ordem dos Enfermeiros: membros, colaboradores e órgãos, parceiros e fornecedores de bens e serviços, entre outros, pelos objectivos alcançados e por todas as dificuldades que ultrapassamos.

O presente documento, confirma a gestão eficaz com perspetiva de evolução contínua, sem colocar em risco as metas e os objectivos propostos por este Conselho Directivo.

Nos termos de tudo que antecede, o Conselho Diretivo propõe a Assembleia Geral o seguinte:

- Que seja aprovado o relatório de atividades e contas do período de 2017.
- Que seja efetuada a seguinte aplicação dos resultados constituindo o Fundo de Reserva de acordo
  com o estabelecido no n.º 1do art.º 118 dos Estatutos da Ordem dos Enfermeiros

O Conselho Directivo procurará dar o maior contributo para a melhor implementação de novos procedimentos que sejam necessários à Organização.

Procurará a melhor defesa do interesse público e, na medida do seu alcance, minimizar os eventuais impactos negativos sobre a actividade de enfermagem no nosso País, dignificando ao máximo a profissão.

O Conselho Directivo deseja agradecer a todos os enfermeiros, aos membros dos demais Órgãos Sociais, aos grupos de trabalho, ao pessoal da Ordem, bem como todas as entidades públicas e privadas pela colaboração prestada à Ordem dos Enfermeiros durante o ano 2017.

O Conselho Diretivo

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇO

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Euros)

	Notas	2017	2016
ACTIVO			
Activo não corrente			
. Activos fixos tangíveis	4	7 145 337,96	6 912 892,82
. Activos intangíveis	5	252 668,61	0,00
. Investimentos financeiros	11.6	721 076,22	509 523,03
		8 119 082,79	**7 422 415,85**
Activo corrente			
. Créditos a receber	11.3	49 893,00	328 818,74
. Estado e outros entes públicos	16.1	0,00	2 208,72
. Membros/Patrocinadores	11.4	2 010 507,09	1 443 872,39
. Diferimentos	16.1	405 809,24	172 260,06
. Outros activos correntes	11.6	326 908,50	346 840,50
. Caixa e depósitos bancários	11.5	15 403 211,06	15 544 027,84
		18 196 328,89	**17 838 028,25**
TOTAL DO ACTIVO		**26 315 411,68**	**25 260 444,10**
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
FUNDOS PATRIMONIAIS			
. Fundos	16.1	6 119 627,66	5 822 159,90
. Reservas	16.1	3 869 615,62	3 803 785,89
. Resultados transitados	16.1	13 389 298,93	11 958 171,77
		23 378 542,21	**21 584 117,56**
. Resultado líquido do período		760 104,62	1 496 956,89
TOTAL DOS FUNDOS PATRIMONIAIS		**24 138 646,83**	**23 081 074,45**
PASSIVO			
Passivo não corrente			
. Provisões	9	336 110,97	147 880,32
. Financiamentos obtidos	6	480 908,13	666 047,20
		817 019,10	**813 927,52**
Passivo corrente			
. Fornecedores	11.1	467 084,43	308 755,59
. Estado e outros entes públicos	16.1	156 810,86	157 752,96
. Membros	11.4	108 610,71	187 394,85
. Financiamentos obtidos	6	183 643,54	222 511,38
. Diferimentos			
. Outros passivos correntes	11.2	443 646,21	489 027,35
		1 359 745,75	**1 365 442,13**
TOTAL DO PASSIVO		**2 176 764,85**	**2 179 369,65**
TOTAL DOS FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO		**26 315 411,68**	**25 260 444,10**

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Euros)

	Notas	2017	2016
RENDIMENTOS E GASTOS			
. Vendas e serviços prestados	8	7 340 158,80	7 183 681,42
. Subsídios à exploração		0,00	503,04
. Fornecimentos e serviços externos	8	-3 342 807,80	-2 905 089,49
. Gastos com o pessoal	12	-2 593 212,41	-2 166 670,31
. Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	11.4	-160 981,89	0,00
. Provisões (aumentos/reduções)	9	-188 230,65	-128 000,00
. Aumentos/reduções de justo valor	8	257,00	666,31
. Outros rendimentos	8	268 143,43	155 846,91
. Outros gastos	8	-223 634,34	-381 152,47
Resultado antes das depreciações, gastos de finan. e impostos		**1 099 692,14**	**1 759 785,41**
. Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4 e 5	-288 114,30	-199 391,54
Resultado operacional (antes de gastos de finan. e impostos)		**811 577,84**	**1 560 393,87**
. Juros e gastos similares suportados	6	-5 987,11	-9 713,27
Resultado antes de impostos		**805 590,73**	**1 550 680,60**
. Imposto sobre o rendimento do período	16.1	-45 486,11	-53 723,71
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO		**760 104,62**	**1 496 956,89**

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS

PERÍODO DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017

(Euros)

		Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados Transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do periodo	Total
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 01-01-2017	**6**	**5 822 159,90**		**3 803 785,89**	**13 455 128,66**				**23 081 074,45**
ALTERAÇÕES NO PERÍODO									
. Primeira adopção de novo referencial contabilístico									
. Alterações de políticas contabilísticas									
. Diferenças de conversão de demonstrações financeiras									
. Realização de excedente de revalorização									
. Excedentes de revalorização									
. Ajustamentos por impostos diferidos									0,00
. Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais				65 829,73	-65 829,73				0,00
	7			**65 829,73**	**-65 829,73**				**23 081 074,45**
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8							760 104,62	760 104,62
RESULTADO INTEGRAL	**9 = 7 + 8**							**760 104,62**	**760 104,62**
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO									
. Fundos		297467,76							297 467,76
. Subsídios, doações e legados									
. Distribuições									
. Outras operações									
	10	**297 467,76**		**0,00**	**0,00**				**297 467,76**
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 31-12-2017	**11=6+7+8+10**	**6 119 627,66**		**3 869 615,62**	**13 389 298,93**			**760 104,62**	**24 138 646,83**

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS

PERÍODO DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 2016

(Euros)

		Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados Transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 01-01-2016	**6**	**5 550 538,46**		**3 755 560,91**	**11 351 682,52**				**20 657 781,89**
ALTERAÇÕES NO PERÍODO									
. Primeira adopção de novo referencial contabilístico									
. Alterações de políticas contabilísticas									
. Diferenças de conversão de demonstrações financeiras									
. Realização de excedente de revalorização									
. Excedentes de revalorização									
. Ajustamentos por impostos diferidos									
. Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais				48 224,98	606 489,25				654 714,23
	7								**21 312 496,12**
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8							1 496 956,89	1 496 956,89
RESULTADO INTEGRAL	**9 = 7 + 8**							**1 496 956,89**	**1 496 956,89**
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO									
. Fundos		271 621,44							271 621,44
. Subsídios, doações e legados									
. Distribuições									
. Outras operações									
	10	**271 621,44**							**271 621,44**
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 31-12-2016	**11=6+7+8+10**	**5 822 159,90**		**3 755 560,91**	**11 351 682,52**			**1 496 956,89**	**23 081 074,45**

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Euros)

		2017	2016
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS			
. Recebimentos de clientes e utentes		6 890 365,09	7 053 488,33
. Pagamento de bolsas		-925,00	-4 000,00
. Pagamentos a fornecedores		-3 183 793,94	-3 070 028,11
. Pagamentos ao pessoal		-2 596 064,66	-2 102 119,23
CAIXA GERADA PELAS OPERAÇÕES		**1 109 581,49**	**1 877 340,99**
. Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-37 466,80	-58 226,11
. Outros recebimentos/pagamentos		-337 582,26	-325 562,04
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS (1)		**734 532,43**	**1 493 552,84**
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Pagamentos respeitantes a:			
. Activos fixos tangíveis		-509 723,33	-64 511,42
. Activos fixos intangíveis		-263 504,72	0,00
. Subscrição seguro de capitalização		0,00	0,00
. Investimentos financeiros		-211 553,39	-2 578,83
	Sub-total	-984 781,44	-67 090,25
Recebimentos provenientes de:			
. Activos fixos tangíveis		0,00	984,00
. Outros activos		10 200,00	10 200,00
. Juros e rendimentos similares		31 850,76	91 349,45
	Sub-total		
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO (2)		**-942 730,68**	**35 443,20**
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Recebimentos provenientes de:			
. Realizações de fundos		297 467,76	271 621,44
	Sub-total	297 467,76	271 621,44
Pagamentos respeitantes a:			
. Financiamentos obtidos		-224 006,91	-290 920,83
. Juros e gastos similares		-6 079,38	-10 109,53
	Sub-total	-230 086,29	-301 030,36
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO (3)		**67 381,47**	**-29 408,92**
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		-140 816,78	1 499 587,12
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		15 544 027,84	14 044 440,72
Caixa e seus equivalentes no fim do período		15 403 211,06	15 544 027,84

Contabilista Certificado
n.º 56082

Sandra Carvalho

Conselho Directivo

Bastonária

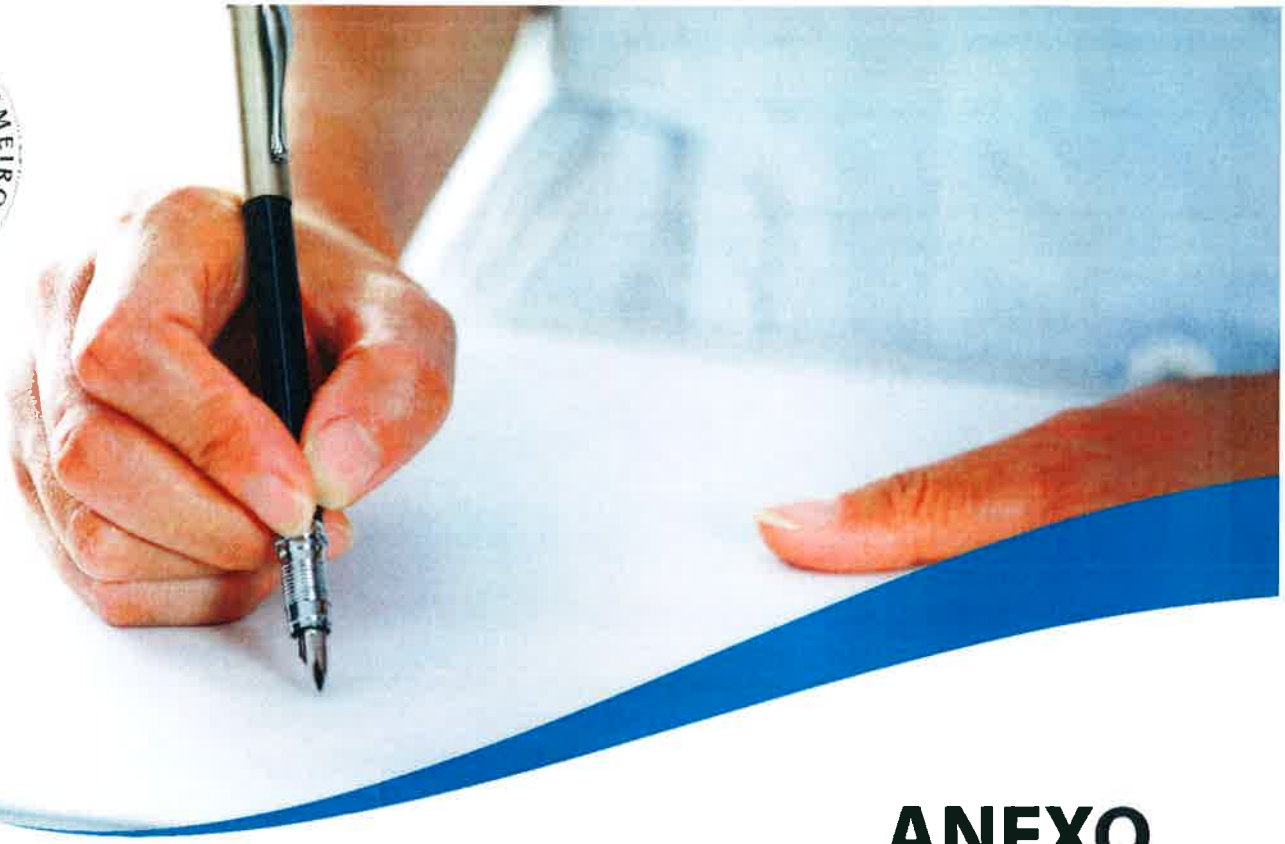
Ana Rita Cavaco

Vice-Presidente

Luís Filipe Barreira

Tesoureiro

Fernando Macedo



ANEXO

ANEXO

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

1.1. Designação da entidade: Ordem dos Enfermeiros

1.2. Sede: Avenida Almirante Gago Coutinho, n.º 68 B- r/c, 1700-031 Lisboa

1.3. Natureza da actividade: A Ordem dos Enfermeiros é uma pessoa colectiva de direito público, criada pelo Decreto-Lei n.º 104/98, de 21 de Abril, cuja redacção em vigor consta da Lei n.º 156/2015 de 16 de Setembro (procede à segunda alteração ao Estatuto da Ordem dos Enfermeiros), conformando-o com a Lei n.º 2/2013, de 10 de Janeiro, que estabelece o regime jurídico de criação, organização e funcionamento das associações públicas profissionais, e Código Deontológico.

A Ordem representa os profissionais, nos termos do presente estatuto e demais disposições legais aplicáveis.

A Ordem goza de personalidade jurídica e é independente dos órgãos do Estado, sendo livre e autónoma no âmbito das suas atribuições.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2017 foram elaboradas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística ("SNC"), tendo por base a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo ("NCRF-ESNL"), Aviso n.º 8259/2015, de 29 de Julho, bem como os seguintes diplomas:

- Portaria n.º 220/2015 de 24 de Julho - Modelos de Demonstrações Financeiras
- Portaria n.º 218/2015, de 23 de Julho - Código de Contas
- Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de Junho que altera o Decreto-Lei N.º 158/2009, de 13 de Julho - SNC

Tal como prevê a NCRF-ESNL, sempre que não esteja previsto algum aspeto particular recorre-se supletivamente e pela ordem indicada:

a) NCRF e Normas Interpretativas (NI);

b) Normas Internacionais de Contabilidade, adotadas ao abrigo do Regulamento n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho;

c) Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e respetivas interpretações SIC-IFRIC.

Sempre que não exista outra referência os montantes encontram-se expressos em unidade de euro.

2.2. Indicação e justificação das disposições do SNC-ESNL que, em casos excepcionais, tenham sido derrogadas e dos respectivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade destas darem uma imagem verdadeira e apropriada do activo, do passivo e dos resultados da Entidade.

No presente período não foram derrogadas quaisquer disposições do SNC-ESNL.

2.3. Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior.

Os valores constantes das demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2017 são comparáveis em todos os aspectos significativos com os valores do período de 2016.

Todavia, importa salientar que em 2016, as alterações relacionadas com a política adotada no reconhecimento de perdas por imparidade e de dívidas incobráveis e os erros que existiam nas rúbricas de "Créditos a Receber" e "Fundadores / beneméritos / patrocinadores / doadores / associados / membros" foram registados na rubrica "Resultados Transitados", não existindo por este facto, em 2016, perdas ou reversões por imparidade registadas na Demonstração dos Resultados, não sendo possível concluir se algum montante deveria ter sido reconhecido em resultados. Face a isto, a comparabilidade da rúbrica de Demonstração dos Resultados "imparidades de dívidas a receber" encontra-se prejudicada.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

3.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

CONTINUIDADE

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Ordem, mantidos de acordo com as NCRF-ESNL em vigor.

ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os activos fixos tangíveis, adquiridos até 31 de dezembro, encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e eventuais perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os activos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos activos

e de restauração dos respectivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha recta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

ACTIVO FIXO TANGÍVEL	Vida útil estimada
. Edifícios e outras construções	5 a 50 anos
. Equipamento básico	1 a 14 anos
. Equipamento administrativo	1 a 12 anos
. Outros activos fixos tangíveis	1 a 10 anos

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada activo, assim como o seu respectivo valor residual quando este exista.

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos activos nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos activos fixos tangíveis são registadas como gastos do período em que ocorrem.

O desreconhecimento dos activos fixos tangíveis, resultantes da venda ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registados na demonstração dos resultados por naturezas nas rubricas "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas".

Estes activos fixos tangíveis são depreciados a partir do momento em que os activos estejam disponíveis para uso e nas condições necessárias para entrar em funcionamento.

ACTIVOS INTANGÍVEIS

Os activos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes amortizações e eventuais perdas por imparidade.

As despesas de manutenção foram reconhecidas como gastos.

O método de amortização utilizado foi o da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado, em sistema de duodécimos.

ACTIVO INTANGÍVEL

	Vida útil estimada
. Programas de Computador	3 anos

IMPARIDADE DE ACTIVOS

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos activos fixos tangíveis da Entidade com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos activos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

LOCAÇÕES

Uma locação é classificada como locação financeira se ela transferir substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade. Uma locação é classificada como locação operacional se ela não transferir substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade.

Actualmente apenas existem locações operacionais, sendo os pagamentos de uma locação operacional reconhecidos na demonstração dos resultados como um gasto numa base linear durante o prazo da locação.

CUSTOS DOS EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

RÉDITO

O rédito proveniente da quota, cobrada aos membros, é reconhecido com referência à data a que mesma diz respeito.

Os réditos relativos às vendas de produtos de *merchandising* são reconhecidos no momento em que os riscos e vantagens inerentes ao produto são transferidos para o comprador.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o regime do acréscimo.

IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

O tratamento contabilístico dos impostos sobre o rendimento é pelo método do imposto a pagar.

Sendo a Ordem uma Pessoa Coletiva Pública criada por Lei para assegurar a representação do exercício da profissão de Enfermeiro, encontra-se isenta de IRC, excepto no que respeita a rendimentos de capitais e a rendimentos comerciais, industriais ou agrícolas, tal como são definidos para efeitos de IRS.

O imposto sobre o rendimento incide sobre as Actividades da Ordem que não se encontram definidas nos Estatutos mas que geram rendimentos suplementares. Os lucros destas actividades são tributáveis em sede de imposto sobre o rendimento, ao que se incluí também as tributações autónomas, que sejam devidas em qualquer jurisdição fiscal.

FUNDADORES/BENEMÉRITOS/ PATROCINADORES/DOADORES/ASSOCIADOS/MEMBROS E OUTRAS DÍVIDAS DE TERCEIROS

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocinadores/ doadores/associados/membros, que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela Entidade estão registados no activo pela quantia realizável.

Estas dívidas a receber e de outros terceiros, encontram-se registadas pelo seu valor nominal, tendo sido criadas perdas de imparidade quando se justifiquem.

O critério estabelecido para quantificar e reconhecer perdas por imparidade em dívidas de membros foi a seguinte:

- Todas as dívidas a receber de membros com antiguidade superior a dois anos foram reconhecidas como perda por imparidade.
- As dívidas com antiguidade superior a cinco anos foram consideradas incobráveis.

Entendemos que os referidos critérios são adequados, para reduzir as contas a receber, às suas quantias recuperáveis.

FORNECEDORES E OUTRAS DÍVIDAS A TERCEIROS

As dívidas a fornecedores e a outros terceiros encontram-se registadas pelo seu valor nominal.

EMPRÉSTIMOS

Os empréstimos são registados no passivo pelo custo.

PERIODIZAÇÕES

As receitas e despesas são registadas de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual estas são reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas.

FUNDOS PATRIMONIAIS

Os fundos patrimoniais constituem o interesse residual nos activos após dedução dos passivos.

CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS E OUTROS ACTIVOS CORRENTES

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, que podem ser imediatamente mobilizáveis com risco reduzido de alteração de valor.

Os outros activos correntes respeitam a um investimento num fundo de investimento mobiliário BPI Liquidez, encontrando-se mensurado ao justo valor à data de balanço. As variações do justo valor foram reconhecidas em resultados.

BENEFÍCIOS DE EMPREGADOS

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pelo Conselho Diretivo, acrescidos dos respectivos encargos.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o respectivo pagamento.

De acordo com a legislação laboral aplicável o direito a férias e subsídio de férias, relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

PROVISÕES

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando, a Entidade tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, e seja provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

As provisões são revistas na data de cada Balanço e são ajustadas de modo a reflectir a melhor estimativa a essa data, tendo em consideração os riscos e incertezas inerentes a tais estimativas.

O montante reconhecido de provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. A estimativa é determinada de acordo com os riscos e incertezas associados à obrigação.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir, uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota.

Os activos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

TRANSAÇÕES EM MOEDA ESTRANGEIRA

As transações em moeda estrangeira (moeda diferente da moeda funcional da Ordem) são registadas às taxas de câmbio das datas das transações. As diferenças de câmbio resultantes das actualizações atrás referidas são registadas em resultados do período em que são geradas.

COMPENSAÇÃO

Devido à importância dos activos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.2. Principais pressupostos relativos ao futuro:

As Demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos registos contabilísticos da Ordem dos Enfermeiros.

Na preparação das Demonstrações financeiras, o Conselho Diretivo baseou-se no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando determinados pressupostos relativos a eventos futuros.

As estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada momento e nas acções que se planeiam realizar, sendo periodicamente revistas com base na informação disponível. As alterações nos factos e circunstâncias podem conduzir à revisão das estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão diferir daquelas estimativas.

4. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os activos fixos tangíveis adquiridos encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações acumuladas.

As depreciações foram efectuadas pelo método da linha recta, em sistema de duodécimos.

A vida útil foi determinada de acordo com a expectativa da afectação do desempenho.

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, as revalorizações, os abates, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações, desenvolvido de acordo com o seguinte quadro:

ACTIVO FIXO TANGÍVEL (Euros)

	Saldo Inicial 2017	Aumentos	Transferências	Abates	Saldo Final 2017
Activos fixos tangíveis brutos					
. Terrenos e recursos naturais	1 131 255,65	0,00	0,00	0,00	1 131 255,65
. Edifícios e outras construções	7 480 855,56	9 790,38	0,00	0,00	7 490 645,94
. Equipamento básico	74 176,07	12 177,00	0,00	0,00	86 353,07
. Equipamento de transporte		69 678,22	0,00	0,00	69 678,22
. Equipamento administrativo	1 625 868,00	485 263,78	-0,27	-349,99	2 110 781,52
. Outros activos fixos tangíveis	227 968,09	6 983,23	0,00	0,00	234 951,32
. Investimentos em curso	74 169,00	0,00	-74 169,00	0,00	0,00
	10 614 292,37	**583 892,61**	**-74 169,27**	**-349,99**	**11 123 665,72**
Depreciações acumuladas					
. Terrenos e recursos naturais					
. Edifícios e outras construções	1 827 221,35	151 279,60	0,00	0,00	1 978 500,95
. Equipamento básico	67 363,55	2 440,32	0,00	0,00	69 803,87
. Equipamento de transporte	0,00	10 090,76	0,00	0,00	10 090,76
. Equipamento administrativo	1 584 335,45	105 656,12	0,00	-349,99	1 689 641,58
. Outros activos fixos tangíveis	222 479,20	7 811,39	0,00	0,00	230 290,59
. Investimentos em curso					
	3 701 399,55	**277 278,19**	**0,00**	**-349,99**	**3 978 327,75**

Os investimentos em Activos Fixos Tangíveis realizados no período totalizaram 583.892,61 euros, distribuídos da seguinte forma:

- 9.790,38 Euros referentes a melhorias de instalações na Secção Regional Autónoma da Madeira, na Secção Regional do Norte e na Secção Regional do Sul;
- 12177,00 Euros referentes a sistema de Autoconsumo Fotovoltaico adquirido na Secção Regional do Centro;
- 69.678,22 Euros referentes à aquisição de viaturas na Secção Regional do Sul e Secção Regional do Centro no montante de 34.500,00 euros e de 35.178,22 euros respectivamente;
- 332.491,13 Euros suportados com a aquisição do novo Datacenter sitado em Coimbra;
- 94.524,74 Euros suportado com a aquisição de diversos equipamentos informáticos e de segurança informática;
- 40.583,85 Euros, suportado com a aquisição de um gerador de energia de emergência;
- 3.879,45 Euros suportado com aquisição de mobiliário administrativo na Secção Regional Autónoma dos Açores e na Secção Regional do Centro;
- 13.784,61Euros, suportado com a aquisição do ar condicionado para os servidores;
- 6.983,23 Euros suportados com a aquisição de equipamentos de Vigilância / Segurança e Conforto na Secção Regional Autónoma da Madeira, na Secção regional do Centro, na Secção Regional do Norte e na Secção Regional do Sul;

A quantia escriturada líquida dos activos fixos tangíveis, designadamente, o valor bruto deduzido das depreciações acumuladas à data de 31 de Dezembro de 2017, é desenvolvido no seguinte quadro:

ACTIVO FIXO TANGÍVEL LÍQUIDO		(Euros)
	2017	**2016**
. Terrenos e recursos naturais	1 131 255,65	1 131 255,65
. Edifícios e outras construções	5 512 144,99	5 653 634,21
. Equipamento básico	16 549,20	6 812,52
. Equipamento de transporte	59 587,46	0,00
. Equipamento administrativo	421 139,94	41 532,55
. Outros activos fixos tangíveis	4 660,73	5 488,89
. Investimentos em curso	0,00	74 169,00
	7 145 337,97	**6 912 892,82**

Existem hipotecas os seguintes imóveis da Ordem dos Enfermeiros:

- Rua Latino Coelho, nº 352, matriz 5541

- Rua Visconde Cacongo, nº 35, matriz 5095 e 41-M
- Avenida Bissaya Barreto, nºs 25, 27 e 29, matriz 2844, 2845 e 2846
- Rua Castilho, nº 59, 59-A, 59-B, 59-C, 59-D, matriz 1318-CA, 1318-CB, 1318-S e 1318-T

O valor contabilístico líquido dos imóveis com hipoteca, registado a 31/12/2017 é de 4.961.223,92euros.

EDIFÍCIOS / TERRENOS			(Euros)
REGISTO CONTABILÍSTICO	SECÇÃO REGIONAL	TERRENOS	EDÍFICIOS
. Avenida Bissaya Barreto, nºs 25, 27 e 29, matriz 2844, 2845 e 2846	Centro	181 095,51	1 477 983,48
. Rua Visconde Cacongo, nº 35, matriz 5095 e 41-M	Madeira	96 115,67	997 615,58
. Rua Latino Coelho, nº 352, matriz 5541	Norte	189 287,63	1 431 998,12
. Rua Castilho, nº 59, 59-A, 59-B, 59-C, 59-D, matriz 1318-CA, 1318-CB, 1318-S e 1318-T	Sul	192 254,47	394 873,46
		658 753,28	**4 302 470,64**

5. ACTIVOS INTANGÍVEIS

Os activos intangíveis adquiridos encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes amortizações acumuladas.

As amortizações foram efetuadas pelo método da linha reta, em sistema de duodécimos.

Foram determinadas vidas úteis finitas, de acordo com a expectativa da afectação do desempenho.

ACTIVO FIXO INTANGÍVEL 2017					(Euros)
	Saldo Inicial 2017	Aumentos	Transferências	Abates	Saldo Final 2017
Activos Intangíveis brutos					
. Projetos de Desenvolvimento	155 824,20	0,00	0,00	0,00	155 824,20
. Programas de Computador	0,00	132 189,92	0,00	0,00	132 189,92
. Investimento em Curso	0,00	131 314,80	0,00	0,00	131 314,80
	155 824,20	**263 504,72**	**0,00**	**0,00**	**419 328,92**
Amortizações acumuladas					
. Projetos de Desenvolvimento	155 824,20	0,00	0,00	0,00	155 824,20
. Programas de Computador	0,00	10 836,11	0,00	0,00	10 836,11
	155 824,20	**10 836,11**	**0,00**	**0,00**	**166 660,31**

Ainda no decorrer do exercício de 2017, foram adquiridos Activos Intangíveis no valor de 132.189,92 euros (programas de computador) e 131.314,80 euros (programas de computador em curso).

6. CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

As responsabilidades com empréstimos obtidos referem-se à aquisição dos imóveis para as Secções Regionais:

FINANCIAMENTOS OBTIDOS		(Euros)
	2017	**2016**
. Empréstimo aquisição instalação: SR Centro	0,00	0,00
. Empréstimo aquisição instalação: SR Madeira	0,00	0,00
. Empréstimo aquisição instalação: SR Norte	0,00	41 911,26
. Empréstimos centralizados	664 551,67	846 647,32
. Locações financeiras	0,00	0,00
	664 551,67	**888 558,58**
. Até 1 ano	183 643,54	222 511,38
. Entre 2 a 5 anos	480 908,13	666 047,20
	664 551,67	**888 558,58**

Na altura da contratação dos empréstimos acima referidos, a Ordem dos Enfermeiros prestou garantias, sendo constituídas hipotecas sobre os seguintes imóveis:

- Rua Latino Coelho, nº 352, matriz 5541
- Rua Visconde Cacongo, nº 35, matriz 5095 e 41-M
- Avenida Bissaya Barreto, nºs 25, 27 e 29, matriz 2844, 2845 e 2846
- Rua Castilho, nº 59, 59-A, 59-B, 59-C, 59-D, matriz 1318-CA, 1318-CB, 1318-S e 1318-T

Na tabela seguinte verificamos o total dos futuros pagamentos dos empréstimos à data do balanço, e o seu valor presente, para cada um dos seguintes períodos:

EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS 2017				(Euros)
	Ano 2018	**>1 ano e =5 anos**	**>5 anos**	**Total**
Banco Montepio Geral				
. Contrato 073.36.000004-3	0,00			0,00
	0,00	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Banco Montepio Geral				
. Contrato 029.036.100010-1	183 643,54	480 908,13	0,00	664 551,67
Total	**183 643,54**	**480 908,13**	**0,00**	**664 551,67**

A rubrica de juros e gastos suportados decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

JUROS E GASTOS SIMILARES SUPORTADOS				(Euros)
	2017	2016	Variação Valor	Variação %
. Juros suportados - Empréstimos obtidos	5 987,11	9 713,27	-3 726,16	-38,36%
	5 987,11	**9 713,27**	**-3 726,16**	**-38,36%**

O juro suportado pela Sede no valor de 5.987,11euros, diz respeito ao empréstimo contraído pela Ordem dos Enfermeiros.

7. INVENTÁRIOS

Nota não aplicável.

8. RENDIMENTOS E GASTOS

RENDIMENTOS

Quantia de cada rubrica significativa de rédito reconhecida durante o período:

RÉDITOS				(Euros)
	2017	2016	Variação Valor	Variação %
. Prestações de serviços	7 340 158,80	7 183 681,42	156 477,38	2,18%
. Subsídios à exploração	0,00	503,04	-503,04	-100,00%
. Reversões Perdas por imparidade	6 534,80	0,00	6 534,80	N/A
. Aumentos/reduções de justo valor	257,00	666,31	-409,31	-61,43%
. Outros rendimentos e ganhos	233 774,86	120 235,10	113 539,76	94,43%
. Juros, dividendos e outros rendimentos	34 368,57	35 611,81	-1 243,24	-3,49%
	7 615 094,03	**7 340 697,68**	**274 396,35**	**3,74%**

Réditos detalhado:

RÉDITOS				(Euros)
	2017	2016	Variação Valor	Variação %
Prestações de serviços	**7 340 158,80**	**7 183 681,42**	**156 477,38**	**2,18%**
. Quotização	7 247 208,69	7 106 881,23	140 327,46	1,97%
. Emolumentos	92 910,11	76 800,19	16 109,92	20,98%
. Formação	40,00	0,00	40,00	N/A
Subsídios à exploração	**0,00**	**503,04**	**-503,04**	**-100,00%**
Reversões	**6 534,80**	**0,00**	**6 534,80**	**N/A**
. Perdas por imparidade	6534,80	0,00	6 534,80	N/A
Aumentos/reduções de justo valor	**257,00**	**666,31**	**-409,31**	-61,43%
Outros rendimentos e ganhos	**233 774,86**	**120 235,10**	**113 539,76**	**94,43%**
. Inscrição em eventos	0,00	0,00	0,00	N/A
. Material de divulgação	26 525,32	515,84	26 009,48	5042,16%
. Fotocópias	336,36	287,03	49,33	17,19%
. Microprodução de Energia	1 116,02	0,00	1 116,02	N/A
. Rendas de propriedades de investimento	10 200,00	10 200,00	0,00	0,00%
. Correcções relativas a períodos anteriores	104 264,86	14 124,56	90 140,30	638,18%
. Patrocínios	82 800,81	83 020,32	-219,51	-0,26%
. Reembolso viagens	0,00	0,00	0,00	N/A
. Outros	8 531,49	12 087,35	-3 555,86	-29,42%
Juros, dividendos e outros rendimentos	**34 368,57**	**35 611,81**	**-1 243,24**	**-3,49%**
. Juros obtidos	34 368,57	35 611,81	-1 243,24	-3,49%
	7 615 094,03	**7 340 697,68**	**274 396,35**	**3,74%**

No que concerne aos rendimentos e ganhos da Ordem, a rubrica com mais expressão é a de Prestações de serviços que devem-se essencialmente ao valor facturado aos membros, referente à quotização na Ordem.

OUTROS RENDIMENTOS			Variação		(Euros)
	2017	2016	Valor	%	
. Inscrição em eventos	0,00	0,00	0,00	N/A	
. Material de divulgação	26 525,32	515,84	26 009,48	5042,16%	
. Fotocópias	336,36	287,03	49,33	17,19%	
. Microprodução de Energia	1 116,02	0,00	1 116,02	N/A	
. Rendas de propriedades de investimento	10 200,00	10 200,00	0,00	0,00%	
. Correcções relativas a períodos anteriores	104 264,86	14 124,56	90 140,30	638,18%	
. Patrocínios	82 800,81	83 020,32	-219,51	-0,26%	
. Reembolso viagens	0,00	0,00	0,00	N/A	
. Outros	8 531,49	12 087,35	-3 555,86	-29,42%	
. Juros obtidos	34 368,57	35 611,81	-1 243,24	-3,49%	
	268 143,43	**155 846,91**	**112 296,52**	**72,06%**	

GASTOS

A rubrica de gastos decompõe-se da seguinte forma:

GASTOS			Variação		(Euros)
	2017	2016	Valor	%	
. Fornecimentos e serviços externos	3 342 807,80	2 905 089,49	437 718,31	15,07%	
. Gastos com o pessoal	2 593 212,41	2 166 670,31	426 542,10	19,69%	
. Perdas por Imparidade	167 516,69	0,00	167 516,69	N/A	
. Provisões (aumentos/reduções)	188 230,65	128 000,00	60 230,65	47,06%	
. Outros gastos	223 542,07	381 152,47	-157 610,40	-41,35%	
. Gastos de depreciação e de amortização	288 114,30	199 391,54	88 722,76	44,50%	
. Juros e gastos similares suportados	6079,38	9713,27	-3 633,89	-37,41%	
	6 809 503,30	**5 790 017,08**	**1 019 486,22**	**17,61%**	

A rubrica com mais significado no que concerne aos gastos é a de Fornecimentos e Serviços Externos, que desagrega-se da seguinte forma com detalhe:

FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

(Euros)

	2017	2016	Variação Valor	Variação %
Serviços Especializados				
Trabalhos Especializados:	**821 495,08**	**467 247,68**	**354 247,40**	**75,82%**
. Trabalhos Especializados - Informática	131 548,61	87 449,81	44 098,80	50,43%
. Trabalhos Especializados - Tipografia	72 016,48	73 502,55	-1 486,07	-2,02%
. Trabalhos Especializados - Administrativo	183 890,61	90 608,72	93 281,89	102,95%
. Trabalhos Especializados - Análise de imprensa	8 327,10	14 382,50	-6 055,40	-42,10%
. Trabalhos Especializados - Audiovisuais	47 198,25	36 263,10	10 935,15	30,16%
. Trabalhos Especializados - Estudos e projectos	109 937,22	49 964,88	59 972,34	120,03%
. Trabalhos Especializados - Transportadoras	715,32	0,00	715,32	N/A
. Trabalhos Especializados - Traduçoes e Revisões Textos	9 446,81	0,00	9 446,81	N/A
. Trabalhos Especializados - Outros	258 414,68	115 076,12	143 338,56	124,56%
Publicidade e Propaganda	**113 684,11**	**39 549,76**	**74 134,35**	**187,45%**
Vigilância e Segurança	**26 915,56**	**27 071,80**	**-156,24**	**-0,58%**
Honorários	**279 981,69**	**231 254,13**	**48 727,56**	**21,07%**
Conservação e Reparação:	**59 444,95**	**69 759,63**	**-10 314,68**	**-14,79%**
. Conservação e Reparação - Instalações	45 870,12	56 032,67	-10 162,55	-18,14%
. Conservação e Reparação - Equipamento Administrativo	429,75	442,14	-12,39	-2,80%
. Conservação e Reparação - Equipamento Informático	12 619,53	12 979,32	-359,79	-2,77%
. Conservação e Reparação - Viatura Renting	525,55	305,50	220,05	72,03%
Serviços Bancários	**72 035,01**	**92 998,78**	**-20 963,77**	**-22,54%**
Outros	**110,00**	**705,52**	**-595,52**	**-84,41%**
	1 373 666,40	**928 587,30**	**445 079,10**	**47,93%**
Materiais	**172 424,61**	**132 038,88**	**40 385,73**	**30,59%**
. Ferramentas e Utensílios Desgaste Rápido	6 838,43	8 285,18	-1 446,75	-17,46%
. Livros e Documentação Técnica	4 757,10	22 887,68	-18 130,58	-79,22%
. Assinaturas	26 173,56	0,00	26 173,56	N/A
. Material de Escritório	42 380,73	71 676,38	-29 295,65	-40,87%
. Artigos para Oferta	80 330,54	22 728,25	57 602,29	253,44%
. Material Informático	1 525,24	3 022,72	-1 497,48	-49,54%
. Outros	10 419,01	3 438,67	6 980,34	203,00%
	172 424,61	**132 038,88**	**40 385,73**	**30,59%**
Energias e fluidos	**92 459,27**	**77 471,35**	**14 987,92**	**19,35%**
. Eletricidade	67 898,15	58 849,38	9 048,77	15,38%
. Combustíveis	11 886,58	8 333,31	3 553,27	42,64%
. Água	8 618,59	10 173,11	-1 554,52	-15,28%
. Outros	4 055,95	115,55	3 940,40	3410,13%
	92 459,27	**77 471,35**	**14 987,92**	**19,35%**
Deslocações, estadas e transportes	**901 129,46**	**883 128,11**	**18 001,35**	**2,04%**
Deslocações e Estadas				
. Estadias	154 114,36	130 312,22	23 802,14	18,27%
. Deslocações - Aviões	111 707,58	85 160,95	26 546,63	31,17%
. Deslocações - Comboios	19 199,37	5 101,15	14 098,22	276,37%
. Deslocações - Táxis	16 367,26	14 800,58	1 566,68	10,59%
. Deslocações - Viatura própria	327 594,54	447 191,52	-119 596,98	-26,74%
. Deslocações - Carros alugados	104,17	4 582,78	-4 478,61	-97,73%
. Deslocações - Estacionamento/Portagens	48 114,51	21 150,25	26 964,26	127,49%
. Deslocações - Transportes públicos	2 109,07	9 578,17	-7 469,10	-77,98%
. Alimentação	147 056,97	123 685,70	23 371,27	18,90%
. Inscrições	10 002,17	552,28	9 449,89	1711,07%
. Ajudas de Custo	20 040,00	12 853,06	7 186,94	55,92%
. Coffee-break	40 507,16	24 854,55	15 652,61	62,98%
. Transporte de Pessoal	3 494,00	2 497,96	996,04	39,87%
. Transporte de Mercadorias	467,40	134,74	332,66	246,89%
. Outros	250,90	672,20	-421,30	-62,67%
	901 129,46	**883 128,11**	**18 001,35**	**2,04%**
Serviços diversos				
Rendas e Alugueres	**154 222,09**	**116 870,14**	**37 351,95**	**31,96%**
. Rendas e Alugueres - Instalações	81 600,00	61 100,00	20 500,00	33,55%
. Rendas e Alugueres - Viaturas	14 690,04	4 848,14	9 841,90	203,00%
. Rendas e Alugueres - Salas	15 230,99	7 269,88	7 961,11	109,51%
. Rendas e Alugueres - Equipamentos	34 651,54	31 231,43	3 420,11	10,95%
. Rendas e Alugueres - Outros	8 049,52	12 420,69	-4 371,17	-35,19%
Comunicação	**320 963,64**	**471 779,49**	**-150 815,85**	**-31,97%**
. Comunicação - Fixas/Móveis/Internet	130 665,86	159 122,79	-28 456,93	-17,88%
. Comunicação - Correios e estafetas	187 178,34	311 144,73	-123 966,39	-39,84%
. Comunicação - Outros	3 119,44	1 511,97	1 607,47	106,32%
Seguros	**251 816,89**	**233 352,07**	**18 464,82**	**7,91%**
. Seguros - Viaturas	1 772,96	1 724,91	48,05	2,79%
. Seguros - Acidentes pessoais	20 872,16	19 334,63	1 537,53	7,95%
. Seguros - Multi-riscos	7 738,76	11 438,04	-3 699,28	-32,34%
. Seguros - Responsabilidade civil	221 433,01	200 062,20	21 370,81	10,68%
. Seguros - Outros	0,00	792,29	-792,29	-100,00%
Contencioso e Notariado	**5 405,19**	**1 762,37**	**3 642,82**	**206,70%**
Despesas de Representação	**492,94**	**1 124,49**	**-631,55**	**100,00%**
Limpeza, Higiene e Conforto	**59 241,77**	**54 336,55**	**4 905,22**	**9,03%**
. Limpeza, Higiene e Conforto - Serviços	45 999,05	40 753,44	5 245,61	100,00%
. Limpeza, Higiene e Conforto - Produtos	9 556,42	6 379,98	3 176,44	100,00%
. Limpeza, Higiene e Conforto - Artigos decoração	3 686,30	7 203,13	-3 516,83	200,00%
Outros	**10 985,54**	**4 638,74**	**6 346,80**	**100,00%**
	803 128,06	**883 863,85**	**-80 735,79**	**-9,13%**
	3 342 807,80	**2 905 089,49**	**437 718,31**	**15,07%**

Relativamente aos "Fornecimentos e serviços externos" as rubricas com maior relevância são os "Trabalhos especializados", as "Deslocações e estadas e transportes", "Comunicações", "Rendas e alugueres" e "Seguros".

O aumento da rubrica de "Trabalhos especializados" deve-se essencialmente à contratação de uma empresa no âmbito de consultoria e segurança de informação e compliance, assim como à contratação dos serviços específicos de uma empresa de apoio à contratação pública e ao recurso a diversos serviços de apoio jurídico.

Na rubrica Publicidade e Propaganda o aumento deveu-se à contratação dos serviços da TSF, para aumentar a visibilidade e salientar a importância da profissão junto da comunidade.

Na rubrica Artigos para Oferta o maior impacto deveu-se à aquisição de bilhetes para o Concerto Solidário para todos os enfermeiros que estiveram a apoiar solidariamente nos incêndios que deflagraram no nosso País em Junho.

Os gastos com deslocações e estadas decorrem da importância da Ordem dos Enfermeiros estar presente junto dos seus membros, instituições de saúde, associações profissionais, outras organizações e tutela.

O ano de 2017 demonstrou ser um ano de inúmeras actividades e reuniões que contribuíram para o reconhecimento e afirmação da Enfermagem no nosso País.

A compensação pela deslocação em viatura própria do membro são despesas que a Sede suporta para ressarcir o membro pela utilização da viatura pessoal ao serviço da Ordem dos Enfermeiros. Assim, cumpre à Ordem dos Enfermeiros a obtenção de comprovativo documental, através de mapa itinerário elaborado pelos beneficiários.

No entanto no ano de 2017, a rubrica de despesas de deslocação em viatura própria reduziu significativamente, essencialmente pela utilização de transportes alternativos, como por exemplo o uso do comboio, táxi, ou viatura de aluguer.

O aumento da rubrica "Estadias" deve-se essencialmente à hospedagem dos enfermeiros que se deslocaram à Sede para as reuniões de grupos de trabalho que ao longo do ano foram recorrentes, assim como nas deslocações internacionais.

O aumento verificado na rubrica de honorários está relacionado com vários processos que decorrem contra o Estado e outras entidades, bem como processos que já decorriam do mandato anterior.

No seguimento da política deste Conselho Directivo no sentido de assegurar o gasto dos mesmos em detrimento das entidades cedentes, foram incluídos na rubrica de "Trabalhos especializados - Outros" os valores com enfermeiros cedidos à Ordem dos Enfermeiros, resultante da emissão de documento, nomeadamente, Factura, pela entidade cedente. No exercício de 2016, estes valores foram contabilizados na conta "68-Outros gastos e perdas – encargos com enfermeiros cedidos à Ordem". Assim, e de forma a espelhar um enquadramento contabilístico mais adequado, esta conta, em 2017, foi reclassificada para a

"Trabalhos especializados" apresentando saldo nulo. O valor reconhecido como gasto em trabalhos especializados relacionados com enfermeiros cedidos á Ordem foi de 224.907,68euros.
Os gastos com comunicação decresceram significativamente, essencialmente pelo decréscimo dos gastos com os CTT, devido à implementação da Facturação Electrónica.

A rubrica de Outros Gastos decompõe-se da seguinte forma:

OUTROS GASTOS E PERDAS (Euros)

	2017	2016	Variação Valor	Variação %
. Impostos	17 817,17	19 117,95	-1 300,78	-6,80%
. Correcções relativas a períodos anteriores	27 451,98	8 839,69	18 612,29	210,55%
. Donativos	6 300,01	5 745,00	555,01	9,66%
. Quotizações	164 845,67	135 748,00	29 097,67	21,44%
. Insuficiência estimativa para impostos	118,72	13 382,76	-13 264,04	-99,11%
. Encargos com Enfermeiros cedidos à Ordem	0,00	171 019,25	-171 019,25	-100,00%
. Atribuição de prémios de investigação	925,00	4 000,00	-3 075,00	-76,88%
. Multas e penalidades	930,01	15 508,79	-14 578,78	-94,00%
. Devolução de quotas	0,00	0,00	0,00	N/A
. Outros gastos e perdas	5 245,78	7 791,03	-2 545,25	-32,67%
	223 634,34	**381 152,47**	**-157 518,13**	**-70,44%**

Os valores mais relevantes prendem-se com as quotizações ao ICN, EFNNMA.
A variação nesta rubrica é justificada fundamentalmente pelos encargos com os enfermeiros cedidos à Ordem, quem em 2017 foram contabilizados em trabalhos especializados, ao contrário do sucedido em 2016.

9. PROVISÕES, PASSIVOS CONTIGENTES E ACTIVOS CONTIGENTES

De acordo com o 13° parágrafo da NCRF 21, as provisões estão reconhecidas tendo em conta que a Entidade tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de um acontecimento passado, seja provável que um exfluxo de recursos incorporam benefícios económicos necessários para liquidar a obrigação ou que possa ser feita uma estimativa fiável da quantia da obrigação.
A estimativa foi determinada de acordo com os riscos e incertezas associados às obrigações que se encontram por liquidar:

PROVISÃO (Euros)

	Processos Judiciais	Outras provisões	Total
. Saldo a 1 de Janeiro de 2017	0,00	147 880,32	147 880,32
. Reforços	188 230,65	0,00	188 230,65
. Reversões	0,00	0,00	0,00
Saldo a 31 de Dezembro de 2017	**188 230,65**	**147 880,32**	**336 110,97**

Mantiveram-se as provisões que transitavam de 2016 e que se destinavam fundamentalmente a acautelar contingências futuras para a Ordem dos Enfermeiros, decorrentes de eventual não cumprimento de aspectos legais e fiscais.

Durante o exercício de 2017 foram registadas provisões no montante de 188.230,65 euros, relacionados com processos judiciais em curso, movidos por ex-funcionários (provisão de 106.225,50 euros) e fornecedor (provisão de 82.005,15 euros).

10. SUBSÍDIOS E OUTROS APOIOS DAS ENTIDADES PÚBLICAS

Nota não aplicável.

11. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

As bases de mensuração utilizadas para os instrumentos financeiros foram as de custo.

11.1. Fornecedores

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

FORNECEDORES (Euros)

	2017	2016	Variação Valor	Variação %
Fornecedores	**467 034,43**	**308 755,59**	**158 278,84**	**51,26%**
. Nacionais	464 942,37	176 917,44	288 024,93	162,80%
. Intracomunitários	2 064,08	1 535,15	528,93	34,45%
. Outros mercados	27,98	130 303,00	-130 275,02	-99,98%
	467 034,43	**308 755,59**	**158 278,84**	**51,26%**

11.2. Outros passivos correntes

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

Outros Passivos Correntes (Euros)

	2017	2016	Variação Valor	Variação %
Acréscimos de gastos:				
. Remunerações a liquidar	285 553,39	291 579,70	-6 026,31	-2,07%
. Outros acréscimos de gastos	107 266,57	93 262,19	14 004,38	15,02%
	392 819,96	**384 841,89**	**7 978,07**	**2,07%**
. Membros	43 423,93	24 295,14	19 128,79	78,74%
. Quotas - recibos a emitir	4 441,35	77 108,03	-72 666,68	-94,24%
. Outros credores	2 960,97	2 782,29	178,68	6,42%
	50 826,25	**104 185,46**	**-53 359,21**	**-51,22%**
Total	**443 646,21**	**489 027,35**	**-45 381,14**	**-9,28%**

11.3. Créditos a receber

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

CRÉDITOS A RECEBER				(Euros)
	2017	2016	Variação Valor	Variação %
. Juros a receber	7 730,41	5 212,60	2 517,81	48,30%
. Adiantamentos ao pessoal	0,00	3 093,23	-3 093,23	-100,00%
. Ajudas de custo	67 111,98	67 162,38	-50,40	-0,08%
. Despesas secções regionais	2 636,79	56 438,26	-53 801,47	-95,33%
. Membros	19 177,95	5 385,28	13 792,67	256,12%
. Caução de Arrendamento / ACT	10 851,00	4 800,00	6 051,00	126,06%
. Contas de conferência de quotas	0,00	241 781,67	-241 781,67	-100,00%
. Adiantamentos a fornecedores	6 378,64	9 818,16	-3 439,52	-35,03%
. Outros devedores	22 669,91	19 887,71	2 782,20	13,99%
. Perdas por imparidade	-86 663,68	-84 760,55	-1 903,13	2,25%
	49 893,00	**328 818,74**	**-278 925,74**	**-84,83%**

A rubrica de ajudas de custo inclui o valor pago em 2015 ao anterior Bastonário, no valor de 65.119,68 euros. Sobre este montante foi reconhecida perda por imparidade em anos anteriores.

A rubrica "Contas de conferência de quotas" englobava em 2016 os recebimentos ocorridos via SIBS nos últimos dias úteis de dezembro de 2016, que só foram creditados no banco em janeiro de 2017. Neste exercício de 2017, também se verificou esta situação, no valor de 252.198, 39 euros.
Todavia este montante de 2017 foi considerado na rúbrica de valor a receber de Membros/ Patrocinadores e não em Créditos a Receber, como se verificou em 2016. Esta situação justifica a variação significativa na rúbrica de Contas de conferência de quotas.

11.4. Membros/Fundadores/Clientes/Imparidades de dívidas a receber

Em 31 de Dezembro de 2017 e 31 de Dezembro de 2016, a dívida dos membros/outros clientes à Ordem (e respetivo reconhecimento de perdas de imparidade) detalham-se conforme se segue:

MEMBROS				(Euros)
Activos	2017	2016	Variação Valor	Variação %
Dívidas dos membros - contas correntes	2 010 003,09	1 343 872,39	666 130,70	49,57%
Outros clientes	504,00	100 000,00	-99 496,00	-99,50%
Dívidas dos membros - cobrança duvidosa	853 422,76	841 534,50	11 888,26	1,41%
Imparidade Acumulada	-853 422,76	-841 534,50	-11 888,26	1,41%
	2 010 507,09	**1 443 872,39**	**566 634,70**	**-47,10%**
Reforço/(redução) imparidade acumulada	-159 078,76	-661 445,30	502 366,54	-75,95%

O saldo de membros de acordo com a antiguidade do mesmo, é como segue:

MEMBROS				(Euros)
	2017		2016	
	Até 1 ano	Superior a 1 ano	Até 1 ano	Superior a 1 ano
. Dívidas dos membros - contas correntes	1 605 399,52	404 603,57	943 859,03	400 013,36
. Outros clientes	504,00	0,00	100 000,00	0,00
. Dívidas dos membros - cobrança duvidosa	0,00	853 422,76	0,00	841 534,50
	1 605 903,52	**1 258 026,33**	**1 043 859,03**	**1 241 547,86**

MEMBROS				(Euros)
Passivos	2017	2016	Variação Valor	Variação %
. Adiantamentos de membros	108 610,71	187 394,85	-78 784,14	-42,04%
	108 610,71	**187 394,85**	**-78 784,14**	**-42,04%**

O movimento das perdas por imparidade dos saldos de membros/patrocinadores durante o exercício foi o seguinte:

PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS					(Euros)
	01/01/2017	Reforços	Reversões	Desreconhecimento	31/12/2017
. Imparidade acumulada	841 534,50	165 613,56	-6 534,80	-147 190,50	853 422,76
. Imparidade Outros devedores	84 760,55	1 903,13	0,00	0,00	86 663,68
	926 295,05	**167 516,69**	**-6 534,80**	**-147 190,50**	**940 086,44**

O registo das perdas por imparidade é efectuado de acordo com a antiguidade da dívida. São registadas perdas por imparidade para as dívidas vencidas há mais de dois anos.

Foram ainda desreconhecidas do balanço os créditos de membros há mais de cinco anos, de acordo com deliberação do Conselho Directivo, reunido a 22/12/2017.

No ano de 2017 foram desreconhecidos do balanço as dívidas de membros e respectivas perdas por imparidade vencidas há mais de cinco anos, no montante de 147.190,50 euros, por serem consideradas incobráveis.

11.5. Fluxos de Caixa

A caixa e seus equivalentes inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis e aplicações de tesouraria no mercado monetário, e detalha-se como se segue:

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica de "Caixa" e "Depósitos bancários" apresentava a seguinte decomposição:

CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS (Euros)

	2017	2016	Variação Valor	Variação %
. Caixa	3 707,65	5 643,04	-1 935,39	-34,30%
. Depósitos à Ordem	8 294 591,74	11 464 730,35	-3 170 138,61	-27,65%
. Depósitos a Prazo	7 104 911,67	4 073 654,45	3 031 257,22	74,41%
	15 403 211,06	**15 544 027,84**	**-140 816,78**	**-0,91%**

Na rúbrica de depósito a prazo em 2017 consta o montante de 2.924.736,03 euros, relacionado com a constituição do fundo de reserva em dinheiro conforme artigo 118.º do Estatuto da Ordem.

11.6. Investimentos Financeiro e Outros Activos Correntes

INVESTIMENTOS FINANCEIROS/OUTROS ACTIVOS CORRENTES (Euros)

	2017	2016
Investimentos financeiros		
. Seguro de capitalização	512 634,15	504 561,17
. Fundo de compensação do trabalho	7 442,07	4 961,86
. Obrigações do Tesouro	201 000,00	0,00
	721 076,22	**509 523,03**
Outros activos correntes		
. Fundo de tesouraria BPI	326 908,50	326 840,50
. Fundo de tesouraria Montepio	0,00	0,00
. Obrigações do Tesouro	0,00	20 000,00
	326 908,50	**346 840,50**

No fundo de tesouraria BPI e Seguro de Capitalização Ageas, as diferenças de justo valor foram reconhecidas em resultados.

12. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

Os gastos com o pessoal foram os seguintes:

GASTOS COM O PESSOAL

(Euros)

	2017	2016	Variação Valor	Variação %
Gastos com Pessoal				
. Remunerações do pessoal	2 008 426,72	1 787 434,48	220 992,24	12,36%
. Indemnizações	117 057,04	7 620,93	109 436,11	1435,99%
. Encargos sobre remunerações	451 924,42	360 045,53	91 878,89	25,52%
. Seguro acidentes no trabalho	9 071,76	3 860,32	5 211,44	135,00%
. Outros gastos com o pessoal	6 732,47	7 709,05	-976,58	-12,67%
	2 593 212,41	**2 166 670,31**	**426 542,10**	**19,69%**

Durante o exercício de 2017 as remunerações dos órgãos sociais ascenderam a 441.362,99euros. E as remunerações do Pessoal ascenderam 1.567.063,73euros.

A variação ocorrida nesta rubrica deve-se essencialmente a:

- ao aumento 6, no número líquido de colaboradores vinculados à Ordem;
- ao valor pago a título de indeminizações.
- ao valor do subsídio de função que representa um aumento de relevância, uma vez que, no período homólogo não havia sido atribuído.

A rubrica «Outros gastos» inclui essencialmente gastos com a medicina no trabalho e formação.

No período a que se referem estas demonstrações financeiras, 31 de dezembro de 2017, o número de colaboradores da Ordem dos Enfermeiros, da Sede, foi de 108 colaboradores.

13. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2017.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2017 foram aprovadas pelo Conselho Directivo e autorizadas para emissão em 9 de março de 2018.

14. AGRICULTURA

Nota não aplicável.

15. DIVULGAÇÃO EXIGIDAS POR OUTROS DIPLOMAS LEGAIS

Não existem dívidas em mora ao Fisco, Segurança Social, Caixa Geral de Aposentações nem a outro qualquer organismo público.

16. OUTRAS DIVULGAÇÕES

16.1. Outras divulgações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados:

PARTES RELACIONADAS

Não ocorreram operações contratadas pela Entidade com partes relacionadas.

ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica de «Estado e outros entes públicos» apresentava a seguinte decomposição:

ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS		(Euros)
	2017	**2016**
Activos		
. Retenção de impostos s/ rendimento	0,00	2 208,72
	0,00	**2 208,72**

ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS		(Euros)
	2017	**2016**
Passivos		
. Imp. sobre o rendimento (IRC) a pagar	42 439,20	36 109,00
. Imposto sobre o valor acrescentado	20 209,51	21 841,67
. Retenção de impostos s/ rendimento	39 442,84	35 213,29
. Contribuições p/ Segurança Social	47 944,42	43 869,95
. Outras contribuições e tributações	6 774,89	20 719,05
	156 810,86	**157 752,96**

IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DO PERÍODO

IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

(Euros)

	2017	2016	Variação Valor	Variação %
. Imposto do exercício	45 486,11	53 723,71	-8 237,60	-15,33%
. Imposto diferido				
	45 486,11	**53 723,71**	**-8 237,60**	**-15,33%**
. Rendimentos comerciais	10 798,18	829,73	9 968,45	1201,41%
. Rendimentos capitais	14 706,27	35 148,30	-20 442,03	-58,16%
. Rendimentos prediais	10 200,00	10 200,00	0,00	0,00%
. Outros rendimentos	82 868,81	83 186,63	-317,82	-0,38%
MATÉRIA COLECTÁVEL	**118 573,26**	**129 364,66**	**-10 791,40**	**-8,34%**
. Colecta	24 900,38	27 166,58	-2 266,19	-8,34%
. Tributações autónomas	20 585,73	26 557,13	-5 971,40	-22,49%
IMPOSTO DO EXERCÍCIO	**45 486,11**	**53 723,71**	**-8 237,59**	**-15,33%**

CONCILIAÇÃO IMPOSTO DO PERÍODO

(Euros)

	2017	2016
. Resultados antes de impostos	805 590,73 €	1 550 680,60 €
. Taxa de imposto	21,00%	21,00%
. Imposto estimado	45 486,11 €	53 723,71 €
Coleta	**24 900,38 €**	**27 166,58 €**
Tributações Autónomas	**20 585,73 €**	**26 557,13 €**
Taxa efectiva de imposto	**5,65%**	**3,46%**

DIFERIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica de «Diferimentos» apresentava a seguinte decomposição:

DIFERIMENTOS

(Euros)

	2017	2016
Activos		
. Contratos de manutenção	30 969,62	2 461,15
. Seguros	140 388,63	137 867,31
. Renda das instalações	1 100,00	1 100,00
. Material de Divulgação	26 314,84	0,00
. Informática	12 503,82	20 980,34
. Outros gastos diferidos	194 532,33	9 851,26
	405 809,24	**172 260,06**
Passivos		
. Outros diferimentos	0,00	0,00
	0,00	**0,00**

VARIAÇÃO NAS RUBRICAS DO FUNDO PATRIMONIAL

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica dos «Fundos patrimoniais» apresentava a seguinte decomposição:

VARIAÇÃO NAS RUBRICAS DO FUNDO PATRIMONIAL (Euros)

	01/01/2017	Aumentos	Diminuições	Transferências	31/12/2017
. Fundos patrimoniais	5 822 159,90	297 467,76	0,00	0,00	6 119 627,66
. Reservas	3 803 785,89	58 131,11	0,00	7 698,62	3 869 615,62
. Resultados transitados	11 958 171,77	1 438 825,78	0,00	-7 698,62	13 389 298,93
. Resultado do período	1 496 956,89	760 104,62	-1 496 956,89	0,00	760 104,62
	23 081 074,45	**2 554 529,27**	**-1 496 956,89**	**0,00**	**24 138 646,83**

De acordo com o estabelecido no n.º 1do art.º 118 dos Estatutos da Ordem dos Enfermeiros, foi constituído, em 2017, um Fundo de Reserva no montante de 2.924.736,04 euros que não se encontrava registado contabilisticamente na conta de "Fundo de Reserva", referentes aos anos entre 2000 e 2014. Note-se que foi uma simples transferência entre subcontas de reservas, excepto o valor de 7.698,62 euros que foi transferido de Resultados Transitados para o fundo Reserva.

Existe um depósito a prazo que perfaz este montante em instituições financeiras distintas por Secção Regional.

Sobre a aplicação de 10% sobre os resultados líquidos de 2016 o Fundo de Reserva da Sede, ocorrerá apenas em 2018, em Assembleia Geral Extraordinária.

As contas de 2015 ainda não foram aprovadas. As contas de 2016 foram aprovadas a 03/01/2018.

Contabilista Certificado n.º 56082	Conselho Directivo		
	Bastonária	Vice-Presidente	Tesoureiro
Sandra Carvalho	Ana Rita Cavaco	Luís Filipe Barreira	Fernando Macedo

5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Conselho Directivo da Ordem dos Enfermeiros (OE), no cumprimento do preceituado nas normas estatutárias elaborou e submete à apreciação da Assembleia Geral de 24 de Março de 2018, o presente Relatório de Actividades e as contas do exercício e demais documentos de prestação de contas, referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2017. Este documento dá conhecimento sobre o desenvolvimento da actividade de todos os órgãos estatutários da Ordem e seu desempenho financeiro.

No primeiro ano de mandato (2016), indicámos o rumo da mudança de estratégia que queríamos prosseguir, em função dos compromissos anunciados para este mandato, da missão que assumimos em alinhamento com os fins e atribuições conferidos estatutariamente. Em 2017 evidenciámos esse caminho dando resposta ao Plano de Actividades apresentado e aprovado em Assembleia Geral.

No cumprimento da sua missão, a OE esteve cada vez mais presente, no dia-a-dia dos Enfermeiros, nos seus diferentes domínios e contextos do exercício profissional. A defesa, valorização e dignificação dos Enfermeiros e da Enfermagem foi o principal foco de atenção, dando voz aos mais de 70 000 que somos, em prol da segurança do cidadão e sem nunca falhar ao País.

Demos enfoque na aposta no diálogo interinstitucional e na presença dos Enfermeiros em todos os espaços em que se analisa e discute a saúde, os seus serviços e o papel dos seus profissionais.

Foi também um ano marcante para consolidar a formulação estrutural de vários processos ao nível da formação e qualificação dos Enfermeiros, da gestão da informação com os membros, da modernização tecnológica da OE, dando-se início à operacionalização da sua implementação.

Consideramos que este documento demonstra um exercício positivo da actividade desenvolvida, traduzido nos resultados dos indicadores apresentados.

Cientes dos desafios que emergem nos diversos domínios do exercício profissional, continuar-se-á a desenvolver uma Ordem voltada para os Enfermeiros, para a Enfermagem e para as pessoas, transparente e eficiente na sua função.

Ao concluir este Relatório o Conselho Directivo expressa os seus agradecimentos a todas as entidades públicas e privadas que, directa ou indirectamente, têm apoiado e colaborado com a OE. É gratificante assinalar, perante contextos nem sempre favoráveis, o relacionamento de confiança com que diversos parceiros nos têm honrado.

Aos membros dos órgãos estatutários, manifestamos também o nosso reconhecimento pelo empenho com que exerceram as suas funções.

Finalmente, é merecedor de reconhecimento o espírito de profissionalismo e sentido de dever dos membros, com cuja dedicação e resiliência a Sociedade conta para enfrentar os desafios que continuamente se colocam e percorrer os caminhos indispensáveis à geração de valor.

Creiam que a Ordem manter-se-á atenta às condições do exercício, da dignidade e do prestígio da profissão, garantindo que "N*inguém está sozinho*".

Aprovado em reunião do Conselho Directivo de 09 de Março de 2018

A Presidente do Conselho Directivo



Ana Rita Pedroso Cavaco

6 - APÊNDICES

APÊNDICE 01

PRESTAÇÃO DE CONTAS
ÂMBITO SEDE

RELATÓRIO E CONTAS 2017

SEDE



ordem dos enfermeiros

www.ordemenfermeiros.pt



PRESTAÇÃO DE CONTAS

BALANÇO

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Euros)

	Notas	2017	2016
ACTIVO			
Activo não corrente			
. Activos fixos tangíveis	4	1 446 060,05	1 254 599,36
. Activos intangíveis	5	176 868,06	0,00
. Investimentos financeiros	11.6	6 379,78	4 961,86
		1 629 307,89	**1 259 561,22**
Activo corrente			
. Créditos a receber	11.3	171 784,88	802 621,83
. Estado e outros entes públicos	16.1	0,00	2 208,72
. Membros/Patrocinadores	16.1	2 009 541,34	1 443 872,39
. Diferimentos	16.1	442 358,55	260 168,24
. Outros activos correntes	11.6	326 908,50	326 840,50
. Caixa e depósitos bancários	11.5	8 855 934,54	8 796 551,00
		11 806 527,81	**11 632 262,68**
TOTAL DO ACTIVO		**13 435 835,70**	**12 891 823,90**
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
FUNDOS PATRIMONIAIS			
. Fundos	16.1	5 199 290,71	5 011 889,84
. Reservas	16.1	2 371 760,99	2 371 760,99
. Resultados transitados	16.1	2 436 306,45	1 520 660,57
		10 007 358,15	**8 904 311,40**
. Resultado líquido do período	16.1	205 180,03	915 645,88
TOTAL DOS FUNDOS PATRIMONIAIS		**10 212 538,18**	**9 819 957,28**
PASSIVO			
Passivo não corrente			
. Provisões	9	336 110,97	147 880,32
. Financiamentos obtidos	6	480 908,13	666 047,20
		817 019,10	**813 927,52**
Passivo corrente			
. Fornecedores	11.1	412 390,20	271 039,31
. Estado e outros entes públicos	16.1	118 318,81	108 050,62
. Membros	11.4	1 411 917,65	1 302 211,27
. Financiamentos obtidos	6	183 643,54	222 511,38
. Diferimentos			
. Outros passivos correntes	11.2	280 008,22	354 126,52
		2 406 278,42	**2 257 939,10**
TOTAL DO PASSIVO		**3 223 297,52**	**3 071 866,62**
TOTAL DOS FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO		**13 435 835,70**	**12 891 823,90**

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Euros)

	Notas	2017	2016
RENDIMENTOS E GASTOS			
. Vendas e serviços prestados	8	4 625 937,25	4 591 003,23
. Subsídios à exploração		0,00	0,00
. Fornecimentos e serviços externos	8	-2 219 330,92	-1 953 553,93
. Gastos com o pessoal	12	-1 820 097,96	-1 401 124,38
. Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	11.4	-124 508,12	0,00
. Provisões (aumentos/reduções)	9	-188 230,65	-128 000,00
. Aumentos/reduções de justo valor	8	257,00	666,31
. Outros rendimentos	8	259 131,94	193 220,52
. Outros gastos	8	-196 363,07	-306 132,91
Resultado antes das depreciações, gastos de finan. e impostos		**336 795,47**	**996 078,84**
. Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4 e 5	-98 218,63	-39 308,14
Resultado operacional (antes de gastos de finan. e impostos)		**238 576,84**	**956 770,70**
. Juros e gastos similares suportados	6	-4 119,14	-6 707,29
Resultado antes de impostos		**234 457,70**	**950 063,41**
. Imposto sobre o rendimento do período	16.1	-29 277,67	-34 417,53
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO		**205 180,03**	**915 645,88**

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS

PERÍODO DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017

(Euros)

		Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados Transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 01-01-2017	**6**	**5 011 889,84**		**2 371 760,99**	**2 436 306,45**				**9 819 957,28**
ALTERAÇÕES NO PERÍODO									
. Primeira adopção de novo referencial contabilístico									
. Alterações de políticas contabilísticas									
. Diferenças de conversão de demonstrações financeiras									
. Realização de excedente de revalorização									
. Excedentes de revalorização									
. Ajustamentos por impostos diferidos									
. Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais									
	7								**9 819 957,28**
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8							205 180,03	205 180,03
RESULTADO INTEGRAL	**9 = 7 + 8**							**205 180,03**	**205 180,03**
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO									
. Fundos		187 400,87							187 400,87
. Subsídios, doações e legados									
. Distribuições									
. Outras operações									
	10	**187 400,87**							**187 400,87**
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 31-12-2017	**11=6+7+8+10**	**5 199 290,71**		**2 371 760,99**	**2 436 306,45**			**205 180,03**	**10 212 538,18**

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS

PERÍODO DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 2016

(Euros)

		Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados Transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 01-01-2016	**6**	**4 838 099,19**		**2 371 760,99**	**1 866 524,03**				**9 076 384,21**
ALTERAÇÕES NO PERÍODO									
. Primeira adopção de novo referencial contabilístico									
. Alterações de políticas contabilísticas									
. Diferenças de conversão de demonstrações financeiras									
. Realização de excedente de revalorização									
. Excedentes de revalorização									
. Ajustamentos por impostos diferidos									
. Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais					-345 863,46				-345 863,46
	7								**8 730 520,75**
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8							915 645,88	915 645,88
RESULTADO INTEGRAL	**9 = 7 + 8**							**915 645,88**	**915 645,88**
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO									
. Fundos		173 790,65							173 790,65
. Subsídios, doações e legados									
. Distribuições									
. Outras operações									
	10	**173 790,65**							**173 790,65**
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 31-12-2016	**11=6+7+8+10**	**5 011 889,84**		**2 371 760,99**	**1 866 524,03**			**915 645,88**	**9 819 957,28**

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Euros)

		2017	2016
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS			
. Recebimentos de clientes e utentes		4 352 289,61	4 550 232,53
. Pagamento de bolsas		0,00	0,00
. Pagamentos a fornecedores		-2 073 933,64	-2 136 453,26
. Pagamentos ao pessoal		-1 817 806,98	-1 353 573,68
CAIXA GERADA PELAS OPERAÇÕES		**460 548,99**	**1 060 205,59**
. Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-27 369,19	-48 148,79
. Outros recebimentos/pagamentos		115 244,94	-490 839,02
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS (1)		**548 424,74**	**521 217,78**
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Pagamentos respeitantes a:			
. Activos fixos tangíveis		-282 094,06	-2 127,65
. Activos fixos intangíveis		-184 453,32	0,00
. Subscrição seguro de capitalização		0,00	0,00
. Investimentos financeiros		-1 417,92	-2 578,83
	Sub-total	-467 965,30	-4 706,48
Recebimentos provenientes de:			
. Activos fixos tangíveis		0,00	0,00
. Activos fixos intangíveis		0,00	0,00
. Outros activos		0,00	0,00
. Juros e rendimentos similares		19 741,55	42 779,85
	Sub-total		
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO (2)		**-448 223,75**	**38 073,37**
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Recebimentos provenientes de:			
. Realizações de fundos		187 400,87	173 790,65
	Sub-total	187 400,87	173 790,65
Pagamentos respeitantes a:			
. Financiamentos obtidos		-224 006,91	-290 920,83
. Juros e gastos similares		-4 211,41	-7 153,89
	Sub-total	-228 218,32	-298 074,72
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO (3)		**-40 817,45**	**-124 284,07**
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		59 383,54	435 007,08
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		8 796 551,00	8 361 543,92
Caixa e seus equivalentes no fim do período		8 855 934,54	8 796 551,00

Contabilista Certificado n.º 56082

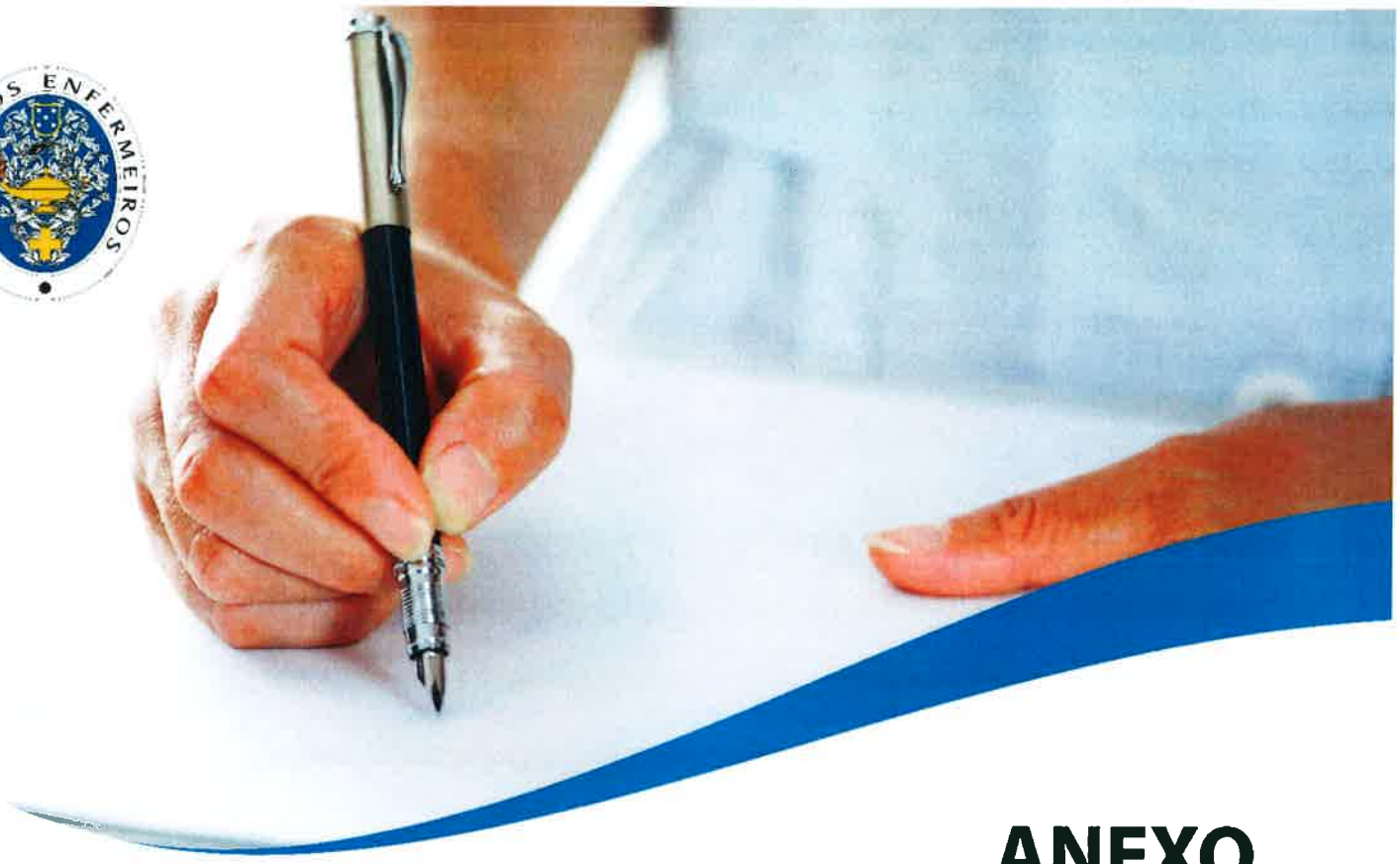
Sandra Carvalho

Conselho Directivo

Bastonária — Ana Rita Cavaco

Vice-Presidente — Luís Filipe Barreira

Tesoureiro — Fernando Macedo



ANEXO

ANEXO

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

1.1. Designação da entidade: Ordem dos Enfermeiros

1.2. Sede: Avenida Almirante Gago Coutinho, n.º 68 r/c, 1700-031 Lisboa

1.3. Natureza da actividade: A Ordem dos Enfermeiros é uma pessoa colectiva de direito público, criada pelo Decreto-Lei n.º 104/98, de 21 de Abril, cuja redacção em vigor consta da Lei n.º 156/2015 de 16 de Setembro (procede à segunda alteração ao Estatuto da Ordem dos Enfermeiros), conformando-o com a Lei n.º 2/2013, de 10 de Janeiro, que estabelece o regime jurídico de criação, organização e funcionamento das associações públicas profissionais, e Código Deontológico.

A Ordem representa os profissionais, nos termos do presente estatuto e demais disposições legais aplicáveis.

A Ordem goza de personalidade jurídica e é independente dos órgãos do Estado, sendo livre e autónoma no âmbito das suas atribuições.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2017 foram elaboradas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística ("SNC"), tendo por base a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo ("NCRF-ESNL"), Aviso n.º 8259/2015, de 29 de Julho, bem como os seguintes diplomas:

- Portaria n.º 220/2015 de 24 de Julho - Modelos de Demonstrações Financeiras
- Portaria n.º 218/2015, de 23 de Julho - Código de Contas
- Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de Junho que altera o Decreto-Lei N.º 158/2009, de 13 de Julho - SNC

Tal como prevê a NCRF-ESNL, sempre que não esteja previsto algum aspeto particular recorre-se supletivamente e pela ordem indicada:

a) NCRF e Normas Interpretativas (NI);

b) Normas Internacionais de Contabilidade, adotadas ao abrigo do Regulamento n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho;

c) Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e respetivas interpretações SIC-IFRIC.

Sempre que não exista outra referência os montantes encontram-se expressos em unidade de euro.

2.2. Indicação e justificação das disposições do SNC-ESNL que, em casos excepcionais, tenham sido derrogadas e dos respectivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade destas darem uma imagem verdadeira e apropriada do activo, do passivo e dos resultados da Entidade.

No presente período não foram derrogadas quaisquer disposições do SNC-ESNL.

2.3. Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior.

Os valores constantes das demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2017 são comparáveis em todos os aspetos significativos com os valores do período de 2016.

Todavia, importa salientar que em 2016, as alterações relacionadas com a política adotada no reconhecimento de perdas por imparidade e de dívidas incobráveis e os erros que existiam nas rúbricas de "Créditos a Receber" e "Fundadores / beneméritos / patrocinadores / doadores / associados / membros" foram registados na rubrica "Resultados Transitados", não existindo por este facto, em 2016, perdas ou reversões por imparidade registadas na Demonstração dos Resultados, e não sendo possível concluir se algum montante deveria ter sido reconhecido em resultados. Face a isto, a comparabilidade da rúbrica de Demonstração dos Resultados "imparidades de dívidas a receber" encontra-se prejudicada.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

3.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

CONTINUIDADE

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Ordem, mantidos de acordo com as NCRF-ESNL em vigor.

ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os activos fixos tangíveis, adquiridos até 31 de dezembro, encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e eventuais perdas por imparidade acumuladas. O custo de

aquisição inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às actividades necessárias para colocar os activos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos activos e de restauração dos respectivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha recta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

ACTIVO FIXO TANGÍVEL	Vida útil estimada
. Edifícios e outras construções	5 a 50 anos
. Equipamento básico	1 a 14 anos
. Equipamento administrativo	1 a 12 anos
. Outros activos fixos tangíveis	1 a 10 anos

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada activo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos activos nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos activos fixos tangíveis são registadas como gastos do período em que ocorrem.

O desreconhecimento dos activos fixos tangíveis, resultantes da venda ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registados na demonstração dos resultados por naturezas nas rubricas "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas".

Estes activos fixos tangíveis são depreciados a partir do momento em que os activos estejam disponíveis para uso e nas condições necessárias para entrar em funcionamento.

ACTIVOS INTANGÍVEIS

Os activos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes amortizações e eventuais perdas por imparidade.

As despesas de manutenção foram reconhecidas como gastos.

O método de amortização utilizado foi o da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado, em sistema de duodécimos.

ACTIVO INTANGÍVEL

	Vida útil estimada
. Programas de Computador	3 anos

IMPARIDADE DE ACTIVOS

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos activos fixos tangíveis da Entidade com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respectivos activos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

LOCAÇÕES

Uma locação é classificada como locação financeira se ela transferir substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade. Uma locação é classificada como locação operacional se ela não transferir substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade.

Atualmente apenas existem locações operacionais, sendo os pagamentos de uma locação operacional reconhecidos na demonstração dos resultados como um gasto numa base linear durante o prazo da locação.

CUSTOS DOS EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

RÉDITO

O rédito proveniente da quota, cobrada aos membros, é reconhecido com referência à data a que mesma diz respeito.

Os réditos relativos às vendas de produtos de *merchandising* são reconhecidos no momento em que os riscos e vantagens inerentes ao produto são transferidos para o comprador.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o regime do acréscimo.

IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

O tratamento contabilístico dos impostos sobre o rendimento é pelo método do imposto a pagar.

Sendo a Ordem uma Pessoa Coletiva Pública criada por Lei para assegurar a representação do exercício da profissão de Enfermeiro, encontra-se isenta de IRC, excepto no que respeita a rendimentos de capitais e a rendimentos comerciais, industriais ou agrícolas, tal como são definidos para efeitos de IRS.

O imposto sobre o rendimento incide sobre as actividades da Ordem que não se encontram definidas dos Estatutos mas que geram rendimentos suplementares. Os lucros destas actividades são tributáveis em sede de imposto sobre o rendimento, ao que se incluí também as tributações autónomas, que sejam devidas em qualquer jurisdição fiscal.

FUNDADORES/BENEMÉRITOS/ PATROCINADORES/DOADORES/ASSOCIADOS/MEMBROS E OUTRAS DÍVIDAS DE TERCEIROS

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocinadores/ doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela Entidade estão registados no activo pela quantia realizável.

Estas dívidas a receber, e de outros terceiros encontram-se registadas pelo seu valor nominal, tendo sido criadas perdas de imparidade quando se justificaram.

O critério estabelecido para quantificar e reconhecer perdas por imparidade em dívidas de membros foi a seguinte:

- Todas as dívidas a receber de membros com antiguidade superior a dois anos foram reconhecidas como perda por imparidade.
- As dívidas com antiguidade superior a cinco anos foram consideradas incobráveis.

Entendemos que os referidos critérios são adequados, para reduzir as contas a receber, às suas quantias recuperáveis.

FORNECEDORES E OUTRAS DÍVIDAS A TERCEIROS

As dívidas a fornecedores e a outros terceiros encontram-se registadas pelo seu valor nominal.

EMPRÉSTIMOS

Os empréstimos são registados no passivo pelo custo.

PERIODIZAÇÕES

As receitas e despesas são registadas de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual estas são reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas.

FUNDOS PATRIMONIAIS

Os fundos patrimoniais constituem o interesse residual nos activos após dedução dos passivos.

CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS E OUTROS ACTIVOS CORRENTES

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, que podem ser imediatamente mobilizáveis com risco reduzido de alteração de valor.

Os outros activos correntes dizem respeito a um investimento num fundo de investimento mobiliário BPI Liquidez, encontrando-se mensurado ao justo valor à data de balanço. As variações do justo valor foram reconhecidas em resultados.

BENEFÍCIOS DE EMPREGADOS

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pelo Conselho Diretivo, acrescidos dos respectivos encargos.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o respectivo pagamento.

De acordo com a legislação laboral aplicável o direito a férias e subsídio de férias, relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se a 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

PROVISÕES E PASSIVOS E ACTIVOS CONTINGENTES

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando, a Entidade tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, e seja provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

As provisões são revistas na data de cada balanço e são ajustadas de modo a reflectir a melhor estimativa a essa data, tendo em consideração os riscos e incertezas inerentes a tais estimativas.

O montante reconhecido de provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. A estimativa é determinada de acordo com os riscos e incertezas associados à obrigação.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir, uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota.

Os activos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

TRANSAÇÕES EM MOEDA ESTRANGEIRA

As transações em moeda estrangeira (moeda diferente da moeda funcional da Ordem) são registadas às taxas de câmbio das datas das transações. As diferenças de câmbio resultantes das actualizações atrás referidas são registadas em resultados do período em que são geradas.

COMPENSAÇÃO

Devido à importância dos activos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.2. Principais pressupostos relativos ao futuro:

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos registos contabilísticos da Ordem dos Enfermeiros.

Na preparação das demonstrações financeiras, o Conselho Diretivo baseou-se no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando determinados pressupostos relativos a eventos futuros.

As estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada momento e nas acções que se planeiam realizar, sendo periodicamente revistas com base na informação disponível. As alterações nos factos e circunstâncias podem conduzir à revisão das estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão diferir daquelas estimadas.

4. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os activos fixos tangíveis adquiridos encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações acumuladas.

As depreciações foram efectuadas pelo método da linha recta, em sistema de duodécimos.

A vida útil foi determinada de acordo com a expectativa da afetação do desempenho.

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, as revalorizações, os abates, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações, desenvolvido de acordo com o seguinte quadro:

ACTIVO FIXO TANGÍVEL (Euros)

	Saldo Inicial 2017	Aumentos	Transferências	Abates	Saldo Final 2017
Activos fixos tangíveis brutos					
. Terrenos e recursos naturais	365 588,30	0,00	0,00	0,00	365 588,30
. Edifícios e outras construções	1 148 485,16	0,00	0,00	0,00	1 148 485,16
. Equipamento básico	31 202,44	0,00	0,00	0,00	31 202,44
. Equipamento de transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
. Equipamento administrativo	990 193,97	356 263,06	0,00	0,00	1 346 457,03
. Outros activos fixos tangíveis	92 736,75	0,00	0,00	0,00	92 736,75
. Investimentos em curso	74 169,00	0,00	-74 169,00	0,00	0,00
	2 702 375,62	**356 263,06**	**-74 169,00**	**0,00**	**2 984 469,68**
Depreciações acumuladas					
. Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
. Edifícios e outras construções	342 168,42	22 943,36	0,00	0,00	365 111,78
. Equipamento básico	31 202,44	0,00	0,00	0,00	31 202,44
. Equipamento de transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
. Equipamento administrativo	981 997,93	67 482,04	0,00	0,00	1 049 479,97
. Outros activos fixos tangíveis	92 407,47	207,97	0,00	0,00	92 615,44
. Investimentos em curso					
	1 447 776,26	**90 633,37**	**0,00**	**0,00**	**1 538 409,63**

Os investimentos em Activos Fixos Tangíveis realizados no período totalizaram 356.263,06 euros, distribuídos da seguinte forma:

- 68.215,94 euros que a Sede suportou com a aquisição de computadores;
- 246.696,79 euros valor que Sede suportou com a aquisição do novo Datacenter;
- 28.408,70 euros, valor que a Sede suportou com a aquisição de um gerador de energia de emergência;
- 3.292,42 euros, valor que a Sede suportou com a aquisição de equipamento de segurança informática;
- 9.649,21 euros, valor que a Sede suportou com a aquisição de ar condicionado para os servidores;

Alguns dos bens registados em Activos Fixos Tangíveis poderão encontrar-se em locais diferentes da Sede Nacional, nomeadamente na Secção Regional do Centro, sita em Coimbra.

A quantia escriturada líquida dos activos fixos tangíveis, designadamente, o valor bruto deduzido das depreciações acumuladas à data de 31 de Dezembro de 2017, é desenvolvido no seguinte quadro:

ACTIVO FIXO TANGÍVEL LÍQUIDO		(Euros)
	2017	**2016**
. Terrenos e recursos naturais	365 588,30	365 588,30
. Edifícios e outras construções	783 373,38	806 316,74
. Equipamento básico	0,00	0,00
. Equipamento de transporte	0,00	0,00
. Equipamento administrativo	296 977,06	8 196,07
. Outros activos fixos tangíveis	121,31	329,28
. Investimentos em curso	0,00	74 169,00
	1 446 060,05	**1 254 599,39**

5. ACTIVOS INTANGÍVEIS

Os activos intangíveis adquiridos encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes amortizações acumuladas.

As amortizações foram efectuadas pelo método da linha reta, em sistema de duodécimos.

Foram determinadas vidas úteis finitas, de acordo com a expectativa da afetação do desempenho.

ACTIVO FIXO INTANGÍVEL 2017

(Euros)

	Saldo Inicial 2017	Aumentos	Transferências	Abates	Saldo Final 2017
Activos Intangíveis brutos					
. Projectos de Desenvolvimento	155 824,20	0,00	0,00	0,00	155 824,20
. Programas de Computador	0,00	92 532,97	0,00	0,00	92 532,97
. Investimentos em Curso	0,00	91 920,35	0,00	0,00	91 920,35
	155 824,20	**184 453,32**	**0,00**	**0,00**	**340 277,52**
Amortizações acumuladas					
. Projectos de Desenvolvimento	155 824,20	0,00	0,00	0,00	155 824,20
. Programas de Computador	0,00	7 585,26	0,00	0,00	7 585,26
	155 824,20	**7 585,26**	**0,00**	**0,00**	**163 409,46**

Ainda no decorrer do exercício de 2017, foram adquiridos Activos Intangíveis no valor de 92.532,97 euros (programas de computador) e 91.920,35 euros (programas de computador em curso).

6. CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

As responsabilidades com empréstimos obtidos referem-se à aquisição dos imóveis para as secções regionais:

EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS 2017

(Euros)

	Ano 2018	> 1 ano e = 5 anos	> 5 anos	Total
Banco Montepio Geral				
. Contrato 073.36.000004-3	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Banco Montepio Geral				
. Contrato 029.036.100010-1	183 643,54	480 908,13	0,00	664 551,67
Total	**183 643,54**	**480 908,13**	**0,00**	**664 551,67**

Na altura da contratação dos empréstimos acima referidos, a Ordem dos Enfermeiros prestou garantias, sendo constituídas hipotecas sobre os seguintes imóveis:

- Rua Latino Coelho, nº 352, matriz 5541
- Rua Visconde Cacongo, nº 35, matriz 5095 e 41-M
- Avenida Bissaya Barreto, nºs 25, 27 e 29, matriz 2844, 2845 e 2846
- Rua Castilho, nº 59, 59-A, 59-B, 59-C, 59-D, matriz 1318-CA, 1318-CB, 1318-S e 1318-T

Os imóveis em causa, estão no activo das secções regionais.

Na tabela seguinte verificamos o total dos futuros pagamentos dos empréstimos à data do balanço, e o seu valor presente, para cada um dos seguintes períodos:

EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS 2017				(Euros)
	Ano 2018	> 1 ano e = 5 anos	> 5 anos	Total
Banco Montepio Geral				
. Contrato 073.36.000004-3	0,00			0,00
	0,00	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Banco Montepio Geral				
. Contrato 029.036.100010-1	183 643,54	480 908,13	0,00	664 551,67
Total	**183 643,54**	**480 908,13**	**0,00**	**664 551,67**

A rubrica de juros e gastos suportados decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

JUROS E GASTOS SIMILARES SUPORTADOS				(Euros)
	2017	2016	Variação Valor	Variação %
. Juros suportados - Empréstimos obtidos	4 119,14	6 707,29	-2 588,15	-38,59%
	4 119,14	**6 707,29**	**-2 588,15**	**-38,59%**

O juro suportado pela Sede no valor de 4.119,14 euros, diz respeito ao empréstimo contraído pela Ordem dos Enfermeiros.

7. INVENTÁRIOS

Nota não aplicável.

8. RENDIMENTOS E GASTOS

RENDIMENTOS

Quantia de cada rubrica significativa de rédito reconhecida durante o período:

RÉDITOS				(Euros)
	2017	2016	Variação Valor	Variação %
. Prestações de serviços	4 625 937,25	4 591 003,23	34 934,02	0,76%
. Subsídios à exploração	0,00	0,00	0,00	N/A
. Reversões Perdas por imparidade	0,00	0,00	0,00	N/A
. Aumentos/reduções de justo valor	257,00	666,31	-409,31	-61,43%
. Outros rendimentos e ganhos	239 405,17	182 205,10	57 200,07	31,39%
. Juros, dividendos e outros rendimentos	19 726,77	11 015,42	8 711,35	79,08%
	4 885 326,19	**4 784 890,06**	**100 436,13**	**2,10%**

Rendimentos detalhados:

RÉDITOS				(Euros)
	2017	2016	Variação Valor	Variação %
Prestações de serviços	**4 625 937,25**	**4 591 003,23**	**34 934,02**	**0,76%**
. Quotização	4 570 408,90	4 548 386,36	22 022,54	0,48%
. Emolumentos	55 488,35	42 616,87	12 871,48	30,20%
. Formação	40,00	0,00	40,00	N/A
Subsídios à exploração	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**N/A**
Reversões	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**N/A**
. Perdas por imparidade	0,00	0,00	0,00	**N/A**
Ganhos por Aumento Justo valor	**257,00**	**666,31**	**-409,31**	**-61,43%**
Outros rendimentos e ganhos	**239 405,17**	**182 205,10**	**57 200,07**	**31,39%**
. Inscrição em eventos	0,00	0,00		
. Material de divulgação	15 012,83	0,00		
. Fotocópias	11,38	0,00		
. Indemnizações sinistros	0,00	0,00		
. Rendas de propriedades de investimento	0,00	0,00		
. Correcções relativas a períodos anteriores	74 111,20	5 241,62		
. Patrocínios	81 300,81	82 520,32		
. Reembolso viagens		8 267,19		
.Reembolso encargos financeiros	67 202,06	86 175,97		
. Outros	1 766,89	0,00		
Juros, dividendos e outros rendimentos	**19 726,77**	**11 015,42**	**8 711,35**	**79,08%**
. Juros obtidos	19 726,77	11 015,42		
	4 885 326,19	**4 784 890,06**	**100 436,13**	**2,10%**

No que concerne aos rendimentos e ganhos da Ordem, a rubrica com mais expressão é a de Prestações de serviços que devem-se essencialmente ao valor facturado aos membros, referente à quotização na Ordem.

OUTROS RENDIMENTOS				(Euros)
	2017	2016	Variação Valor	Variação %
. Inscrição em eventos	0,00	0,00	0,00	N/A
. Material de divulgação	15 012,83	0,00	15 012,83	N/A
. Fotocópias	11,38	0,00	11,38	N/A
. Indemnizações sinistros	0,00	0,00	0,00	N/A
. Rendas de propriedades de investimento	0,00	0,00	0,00	N/A
. Correcções relativas a períodos anteriores	74 111,20	5 241,62	68 869,58	1313,90%
. Patrocínios	81 300,81	82 520,32	-1 219,51	-1,48%
. Reembolso viagens	0,00	8 267,19	-8 267,19	-100,00%
.Reembolso encargos financeiros	67 202,07	86 175,97	-18 973,90	-22,02%
. Outros	1 766,89	0,00	1 766,89	N/A
. Juros obtidos	19 726,77	11 015,42	8 711,35	79,08%
	259 131,95	**193 220,52**	**65 911,43**	**34,11%**

GASTOS

A rubrica de gastos decompõe-se da seguinte forma:

GASTOS				(Euros)
	2017	2016	Variação Valor	%
. Fornecimentos e serviços externos	2 219 330,92	1 953 553,93	265 776,99	13,60%
. Gastos com o pessoal	1 820 416,08	1 401 124,38	419 291,70	29,93%
. Provisões (aumentos/reduções)	124 508,12	128 000,00	-3 491,88	-2,73%
. Outros gastos	196 270,80	305 736,65	-109 465,85	-35,80%
. Gastos de depreciação e de amortização	98 218,63	39 308,14	58 910,49	149,87%
. Juros e gastos similares suportados	4211,41	7 103,55	-2 892,14	-40,71%
	4 462 955,96	**3 834 826,65**	**628 129,31**	**16,38%**

A rubrica com mais significado no que concerne aos gastos é a de Fornecimentos e Serviços Externos, que desagrega-se da seguinte forma detalhados:

FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

(Euros)

	2017	2016	Variação Valor	Variação %
Serviços Especializados				
Trabalhos Especializados:	**644 932,57**	**383 706,91**	**261 225,66**	**68,08%**
. Trabalhos Especializados - Informática	187 230,81	75 466,36	111 764,45	148,10%
. Trabalhos Especializados - Tipografia	51 819,88	51 849,96	-30,08	-0,06%
. Trabalhos Especializados - Administrativo	166 523,62	68 260,90	98 262,72	143,95%
. Trabalhos Especializados - Análise de imprensa	8 327,10	10 455,00	-2 127,90	-20,35%
. Trabalhos Especializados - Audiovisuais	32 317,90	30 879,32	1 438,58	4,66%
. Traduções e Revisões Textos	9 168,32	0,00	0,00	N/A
. Trabalhos Especializados - Estudos e projectos	25 800,00	49 675,83	-23 875,83	-48,06%
. Trabalhos Especializados - Outros	163 744,94	97 119,54	66 625,40	68,60%
Publicidade e Propaganda	**64 019,98**	**16 034,67**	**47 985,31**	**299,26%**
Vigilância e Segurança	**13 962,96**	**11 191,36**	**2 771,60**	**24,77%**
Honorários	**166 084,69**	**135 494,84**	**30 589,85**	**22,58%**
Conservação e Reparação:	**20 213,14**	**18 462,63**	**1 750,51**	**9,48%**
. Conservação e Reparação - Instalações	11 674,49	14 701,16	-3 026,67	-20,59%
. Conservação e Reparação - Equipamento Administrativo	239,85	0,00	239,85	N/A
. Conservação e Reparação - Equipamento Informático	8 298,80	3 455,97	4 842,83	140,13%
. Conservação e Reparação - Viatura Renting	0,00	305,50	-305,50	-100,00%
Serviços Bancários	**67 750,10**	**87 784,16**	**-20 034,06**	**-22,82%**
Outros	**0,00**	**0,00**	**0,00**	N/A
	976 963,44	**652 674,57**	**324 288,87**	**49,69%**
Materiais	**93 175,90**	**67 025,81**	**26 150,09**	**39,01%**
. Ferramentas e Utensílios Desgaste Rápido	4 964,10	2 999,57	1 964,53	65,49%
. Livros e Documentação Técnica	29 909,06	21 794,79	8 114,27	37,23%
. Material de Escritório	17 727,81	34 786,86	-17 059,05	-49,04%
. Artigos para Oferta	31 547,24	4 612,25	26 934,99	583,99%
. Material Informático	894,74	0,00	894,74	N/A
. Outros	8 132,95	2 832,34	5 300,61	187,15%
	93 175,90	**67 025,81**	**26 150,09**	**39,01%**
Energias e fluidos	**35 678,70**	**33 035,46**	**2 643,24**	**8,00%**
. Eletricidade	26 134,43	22 500,39	3 634,04	16,15%
. Combustíveis	3 362,71	5 589,87	-2 227,16	-39,84%
. Água	2 125,61	4 830,55	-2 704,94	-56,00%
. Outros	4 055,95	114,65	3 941,30	3437,68%
	35 678,70	**33 035,46**	**2 643,24**	**8,00%**
Deslocações, estadas e transportes	**490 276,90**	**518 206,12**	**-27 929,22**	**-5,39%**
Deslocações e Estadas				
. Estadias	101 599,14	91 098,73	10 500,41	11,53%
. Deslocações - Aviões	62 639,39	55 103,30	7 536,09	13,68%
. Deslocações - Comboios	17 792,52	4 122,06	13 670,46	331,64%
. Deslocações - Táxis	8 270,78	6 787,20	1 483,58	21,86%
. Deslocações - Viatura própria	160 165,55	261 996,05	-101 830,50	-38,87%
. Deslocações - Carros alugados	48,17	4 084,30	-4 036,13	-98,82%
. Deslocações - Estacionamento/Portagens	21 129,90	8 606,83	12 523,07	145,50%
. Deslocações - Transportes públicos	936,79	7 245,67	-6 308,88	-87,07%
. Alimentação	74 577,07	56 648,48	17 928,59	31,65%
. Inscrições	8 358,17	282,20	8 075,97	2861,79%
. Ajudas de Custo	19 240,00	12 062,83	7 177,17	59,50%
. Coffee-break	12 988,62	8 556,02	4 432,60	51,81%
. Transporte de Pessoal	2 042,00	940,00	1 102,00	117,23%
. Transporte de Mercadorias	319,80	33,10	286,70	866,16%
. Outros	169,00	639,35	-470,35	-73,57%
	490 276,90	**518 206,12**	**-27 929,22**	**-5,39%**
Serviços diversos				
Rendas e Alugueres	**127 368,25**	**102 469,90**	**24 898,35**	**24,30%**
. Rendas e Alugueres - Instalações	81 600,00	61 100,00	20 500,00	33,55%
. Rendas e Alugueres - Viaturas	8 611,82	1 282,05	7 329,77	571,72%
. Rendas e Alugueres - Salas	4 519,44	2 990,83	1 528,61	51,11%
. Rendas e Alugueres - Equipamentos	27 478,07	26 908,26	569,81	2,12%
. Rendas e Alugueres - Outros	5 158,92	10 188,76	-5 029,84	-49,37%
Comunicação	**204 796,75**	**315 093,50**	**-110 296,75**	**-35,00%**
. Comunicação - Fixas/Móveis/Internet	38 345,98	57 180,26	-18 834,28	-32,94%
. Comunicação - Correios e estafetas	166 450,77	257 913,24	-91 462,47	-35,46%
. Comunicação - Outros	0,00	0,00	0,00	N/A
Seguros	**248 246,84**	**231 666,86**	**16 579,98**	**7,16%**
. Seguros - Viaturas	869,24	1 344,52	-475,28	-35,35%
. Seguros - Acidentes pessoais	20 872,16	19 334,63	1 537,53	7,95%
. Seguros - Multi-riscos	5 156,63	10 847,72	-5 691,09	-52,46%
. Seguros - Responsabilidade civil	221 348,81	200 062,20	21 286,61	10,64%
. Seguros - Outros	0,00	77,79	-77,79	-100,00%
Contencioso e Notariado	**5 243,19**	**1 476,57**	**3 766,62**	**255,09%**
Despesas de Representação	**492,94**	**710,26**	**-217,32**	**100,00%**
Limpeza, Higiene e Conforto	**35 382,21**	**31 164,58**	**4 217,63**	**13,53%**
. Limpeza, Higiene e Conforto - Serviços	28 497,15	23 139,81	5 357,34	100,00%
. Limpeza, Higiene e Conforto - Produtos	6 085,61	3 658,08	2 427,53	100,00%
. Limpeza, Higiene e Conforto - Artigos decoração	799,45	4 366,69	-3 567,24	200,00%
Outros	**1 705,80**	**30,30**	**1 675,50**	**100,00%**
	623 235,98	**682 611,97**	**-59 375,99**	**-8,70%**
	2 219 330,92	**1 953 553,93**	**265 776,99**	**13,60%**

Relativamente aos "Fornecimentos e serviços externos" as rubricas com maior relevância são os "Trabalhos especializados", as "Deslocações e estadas e transportes", "Comunicações", "Rendas e alugueres" e "Seguros".

O aumento da rubrica de "Trabalhos especializados" deve-se essencialmente à contratação de uma empresa no âmbito de consultoria e segurança de informação e compliance, assim como à contratação dos serviços de uma empresa específicos de apoio à contratação pública.

Na rubrica Publicidade e Propaganda o aumento deveu-se à contratação dos serviços da TSF, para aumentar a visibilidade e salientar a importância da profissão junto da comunidade.

Na rubrica Artigos para Oferta o maior impacto deveu-se à aquisição de bilhetes para o Concerto Solidário para todos os enfermeiros que estiveram a apoiar solidariamente nos incêndios que deflagraram no nosso País em Junho.

Os gastos com deslocações e estadas decorrem da importância da Ordem dos Enfermeiros estar presente junto dos seus membros, instituições de saúde, associações profissionais, outras organizações e tutela.

O ano de 2017 demonstrou-se ser um ano com uma enorme participação, com imensas actividades e reuniões que contribuíram para o reconhecimento e afirmação da Enfermagem no nosso País.

A compensação pela deslocação em viatura própria do membro são despesas que a Sede suporta para ressarcir o membro pela utilização da viatura pessoal ao serviço da Ordem dos Enfermeiros. Assim, cumpre à Ordem dos Enfermeiros a obtenção de comprovativo documental, através de mapa itinerário elaborado pelos beneficiários.

No entanto no ano de 2017, a rubrica de despesas de deslocação em viatura própria reduziu significativamente, essencialmente pela utilização de transportes alternativos, como por exemplo o uso de comboio, táxi, ou viatura de aluguer.

O aumento da rubrica "Estadias" deve-se essencialmente à hospedagem dos enfermeiros que se deslocaram à Sede para as reuniões de grupos de trabalho que ao longo do ano foram recorrentes, assim como nas deslocações internacionais.

O aumento verificado na rubrica de honorários está relacionado com vários processos que decorrem contra o Estado e outras entidades, bem como processos que transitaram do mandato anterior.

No seguimento da política deste Conselho Directivo no sentido de assegurar o gasto dos mesmos em detrimento das entidades cedentes, foram incluídos na rubrica de "Trabalhos especializados - Outros" os valores com enfermeiros cedidos à Ordem dos Enfermeiros, resultante da emissão de documento, nomeadamente, Factura, pela Entidade cedente. No exercício de 2016, estes valores foram contabilizados na conta "68-Outros gastos e perdas – encargos com enfermeiros cedidos à Ordem". Assim, e de forma a espelhar um enquadramento contabilístico mais adequado, esta conta, em 2017, foi reclassificada para a de "Trabalhos especializados" apresentando saldo nulo. O valor reconhecido como gasto em trabalhos especializados relacionados com enfermeiros cedidos à Ordem foi de 131.662,25 euros.

Os gastos com comunicação decresceram significativamente, essencialmente pelo decréscimo dos gastos com os CTT, devido à implementação da facturação electrónica.

A rubrica de Outros Gastos decompõe-se no quadro seguinte:

OUTROS GASTOS E PERDAS (Euros)

	2017	2016	Variação Valor	Variação %
. Impostos	3 309,54	13 218,22	-9 908,68	-74,96%
. Correcções relativas a períodos anteriores	20 354,16	5 390,91	14 963,25	277,56%
. Donativos	1 700,00	195,00	1 505,00	771,79%
. Quotizações	164 845,67	135 748,00	29 097,67	21,44%
. Insuficiência estimativa para impostos	8,03	10 805,82	-10 797,79	-99,93%
. Encargos com Enfermeiros cedidos à Ordem	0,00	117 742,58	-117 742,58	-100,00%
. Atribuição de prémios de investigação	0,00	0,00	0,00	N/A
. Multas e penalidades	930,01	15 508,79	-14 578,78	-94,00%
. Devolução de quotas	0,00	0,00	0,00	N/A
. Outros gastos e perdas	5 215,66	7 523,59	-2 307,93	-30,68%
	196 363,07	**306 132,91**	**-109 769,84**	**-55,90%**

A descida de valor dos outros gastos e perdas, é justificada fundamentalmente pelos encargos com enfermeiros cedidos à Ordem, que em 2017 foram contabilizados em trabalhos especializados, ao contrário do sucedido em 2016.

9. PROVISÕES, PASSIVOS CONTIGENTES E ACTIVOS CONTIGENTES

As provisões estão reconhecidas tendo em conta que a Entidade tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de um acontecimento passado, seja provável que um exfluxo de recursos incorporam benefícios económicos necessários para liquidar a obrigação ou que possa ser feita uma estimativa fiável da quantia da obrigação.

A estimativa foi determinada de acordo com os riscos e incertezas associados às obrigações que se encontram por liquidar:

PROVISÃO (Euros)

	Processos Judiciais	Outras provisões	Total
. Saldo a 1 de Janeiro de 2017	0,00	147 880,32	147 880,32
. Reforços	188 230,65	0,00	188 230,65
. Reversões	0,00	0,00	0,00
Saldo a 31 de Dezembro de 2017	**188 230,65**	**147 880,32**	**336 110,97**

Mantiveram-se as provisões que transitavam de 2016 e que se destinavam fundamentalmente a acautelar contingências futuras para a Ordem dos Enfermeiros, decorrentes de eventual não cumprimento de aspectos legais e fiscais.

Durante o exercício de 2017 foram registadas provisões no montante de 188.230,65 euros, relacionados com processos judiciais em curso movidos por ex-funcionários (provisão de 106.225,50 €) e fornecedor (provisão de 82.005,15 €).

10. SUBSÍDIOS E OUTROS APOIOS DAS ENTIDADES PÚBLICAS

Nota não aplicável.

11. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

As bases de mensuração utilizadas para os instrumentos financeiros foram as de custo.

11.1. Fornecedores

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

FORNECEDORES				(Euros)
	2017	2016	Variação Valor	Variação %
Fornecedores	**412 390,20**	**271 039,31**	**141 350,89**	**52,15%**
. Nacionais	411 790,71	139 587,18	272 203,53	195,01%
. Intracomunitários	599,49	1 149,13	-549,64	-47,83%
. Outros mercados	0,00	130 303,00	-130 303,00	-100,00%
	412 390,20	**271 039,31**	**141 350,89**	**52,15%**

11.2. Outros passivos correntes

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

				(Euros)
	2017	2016	Variação Valor	Variação %
Acréscimos de gastos:				
. Remunerações a liquidar	193 169,82	194 029,58 €	-859,76	-0,44%
. Outros acréscimos de gastos	51 864,98	63 542,79	-11 677,81	-18,38%
	245 034,80	**257 572,37**	**-12 537,57**	**-4,87%**
. Membros	34 879,51	21 285,37	13 594,14	63,87%
. Quotas - recibos a emitir	0,00	75 268,78	-75 268,78	-100,00%
. Outros credores	93,91	0,00	93,91	N/A
	34 973,42	**96 554,15**	**-61 580,73**	**-63,78%**
Total	**280 008,22**	**354 126,52**	**-74 118,30**	**-20,93%**

11.3. Créditos a receber

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

CRÉDITOS A RECEBER				(Euros)
	2017	2016	Variação Valor	Variação %
. Juros a receber	5,86	20,64	-14,78	-71,61%
. Adiantamentos ao pessoal	0,00	3 091,83	-3 091,83	-100,00%
. Ajudas de custo	65 119,68	65 119,68	0,00	0,00%
. Despesas secções regionais	79 948,01	371 891,08	-291 943,07	-78,50%
. Membros	19 177,85	6 767,57	12 410,28	183,38%
. Caução de Arrendamento	4 800,00	4 800,00	0,00	0,00%
. Contas de conferência de quotas	65 197,76	407 430,36	-342 232,60	-84,00%
. Adiantamentos a fornecedores	3 269,05	8 565,42	-5 296,37	-61,83%
. Outros devedores	20 930,35	19 695,85	1 234,50	6,27%
. Perdas por imparidade	-86 663,68	-84 760,60	-1 903,08	2,25%
	171 784,88	**802 621,83**	**-630 836,95**	**-78,60%**

A rubrica de ajudas de custo inclui o valor pago em 2015 ao anterior Bastonário no valor de 65.119,68 euros. Sobre este montante foi reconhecida perda por imparidade em anos anteriores.

A rubrica "contas de conferência de quotas" englobava em 2016 os recebimentos ocorridos via SIBS nos últimos dias úteis de dezembro de 2016, que só foram creditados no banco em janeiro de 2017. Neste exercício de 2017, também se verificou esta situação, no valor de 252.198, 39 euros.
Todavia este montante de 2017 foi considerado na rúbrica de valor a receber de Membros/ Patrocinadores e não em Créditos a Receber, como se verificou em 2016. Esta situação justifica a variação significativa na rúbrica de contas de conferência de quotas.

11.4. Membros/Fundadores/Clientes/Imparidades de dívidas a receber

Em 31 de Dezembro de 2017 e 31 de Dezembro de 2016, a dívida dos membros/outros clientes à Ordem (e respetivo reconhecimento de perdas de imparidade) detalham-se conforme se segue:

MEMBROS				(Euros)
Activos	**2017**	**2016**	**Variação Valor**	**Variação %**
Dívidas dos membros - contas correntes	2 009 541,34	1 343 872,39	665 668,95	49,53%
Outros clientes	0,00	100 000,00	-100 000,00	-100,00%
Dívidas dos membros - cobrança duvidosa	853 422,76	841 534,50	11 888,26	1,41%
Imparidade Acumulada	-853 422,76	-841 534,50	-11 888,26	1,41%
	2 009 541,34	**1 443 872,39**	**565 668,95**	**-47,64%**
Reforço/(redução) imparidade acumulada	-122 604,99	-661 445,30	538 840,31	-81,46%

O saldo de membros de acordo com a antiguidade do mesmo é o seguinte:

MEMBROS				(Euros)
	2017		2016	
	Até 1 ano	Superior a 1 ano	Até 1 ano	Superior a 1 ano
. Dívidas dos membros - contas correntes	1 607 505,77	402 035,57	943 859,03	400 013,36
. Outros clientes	0,00	0,00	100 000,00	0,00
. Dívidas dos membros - cobrança duvidosa	0,00	853 422,76	0,00	841 534,50
	1 607 505,77	**1 255 458,33**	**1 043 859,03**	**1 241 547,86**

MEMBROS				(Euros)
Passivos	2017	2016	Variação	
			Valor	%
. Adiantamentos de membros	-108 610,71	-187 394,85	78 784,14	-42,04%
	-108 610,71	**-187 394,85**	**78 784,14**	**-42,04%**

O movimento das perdas por imparidade dos saldos de membros/patrocinadores durante o exercício foi o seguinte:

PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS					(Euros)
	01/01/2017	Reforços	Reversões	Desreconhecimento	31/12/2017
. Imparidade Membros	841 534,50	122 604,99	0,00	-110 716,73	853 422,76
. Imparidade Outros Devedores	84 760,55	1 903,13	0,00	0,00	86 663,68
	926 295,05	**124 508,12**	**0,00**	**-110 716,73**	**940 086,44**

O registo das perdas por imparidade é efetuado de acordo com a antiguidade da dívida. São registadas perdas por imparidade para as dívidas vencidas há mais de dois anos.

Foram ainda desreconhecidas do balanço os créditos de membros há mais de cinco anos, de acordo com deliberação do Conselho Directivo Nacional reunido a 22/12/2017.

No ano de 2017 foram desreconhecidos do balanço as dívidas de membros e respectivas perdas por imparidade vencidas há mais de cinco anos, no montante de 110.716,73 euros, por serem consideradas incobráveis.

11.5. Fluxos de Caixa

A caixa e seus equivalentes inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis e aplicações de tesouraria no mercado monetário, e detalha-se como se segue:

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a rubrica de "Caixa" e "Depósitos bancários" apresentava a seguinte decomposição:

CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS (Euros)

	2017	2016	Variação Valor	Variação %
. Caixa	1 472,28	2 109,87	-637,59	-30,22%
. Depósitos à Ordem	7 156 580,85	8 539 941,13	-1 383 360,28	-16,20%
. Depósitos a Prazo	1 697 881,41	254 500,00	1 443 381,41	567,14%
	8 855 934,54	**8 796 551,00**	**59 383,54**	**0,68%**

Na rúbrica de depósito a prazo em 2017 consta o montante de 1.426.881,41 euros, relacionado com a constituição do fundo de reserva em dinheiro conforme artigo 118.º do Estatuto da Ordem.

11.6. Investimentos Financeiro e Outros Activos Correntes

INVESTIMENTOS FINANCEIROS/OUTROS ACTIVOS CORRENTES (Euros)

	2017	2016
Investimentos financeiros		
. Seguro de capitalização	0,00	0,00
. Fundo de compensação do trabalho	6 379,78	4 961,86
	6 379,78	**4 961,86**
Outros activos correntes		
. Fundo de tesouraria BPI	326 908,50	326 840,50
. Fundo de tesouraria Montepio	0,00	0,00
. Obrigações do Tesouro	0,00	0,00
	326 908,50	**326 840,50**

No fundo de tesouraria BPI, as diferenças de justo valor foram reconhecidas em resultados.

12. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

Os gastos com o pessoal foram os seguintes:

GASTOS COM O PESSOAL (Euros)

	2017	2016	Variação Valor	Variação %
Gastos com Pessoal				
. Remunerações do pessoal	1 398 875,99	1 160 323,04	238 552,95	20,56%
. Indemnizações	89 579,98	0,00	89 579,98	N/A
. Encargos sobre remunerações	322 412,14	231 677,16	90 734,98	39,16%
. Seguro acidentes no trabalho	4 997,56	3 860,32	1 137,24	29,46%
. Outros gastos com o pessoal	4 232,29	5 263,86	-1 031,57	-19,60%
	1 820 097,96	**1 401 124,38**	**418 973,58**	**29,90%**

Durante o exercício de 2017 as remunerações dos órgãos sociais ascenderam a 331.281,59euros. E as remunerações do Pessoal ascenderam 1.067.594,40euros.

A variação ocorrida nesta rubrica deve-se essencialmente a:

- ao aumento de 4, no número líquido de colaboradores vinculados à Ordem,,
- ao valor pago a título de indeminizações
- referente ao valor do subsídio de função, que representa um aumento relevante, uma vez que, no período homologo não havia sido atribuído.

A rubrica «Outros gastos com o pessoal» inclui essencialmente gastos com a medicina no trabalho e formação.

No período a que se referem estas demonstrações financeiras, 31 de dezembro de 2017, o número de colaboradores da Ordem dos Enfermeiros, da Sede Nacional, é de 61 colaboradores.

13. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2017.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2017 foram aprovadas pelo Conselho Directivo e autorizadas para emissão a 9 de março de 2018.

14. AGRICULTURA

Nota não aplicável.

15. DIVULGAÇÃO EXIGIDAS POR OUTROS DIPLOMAS LEGAIS

Não existem dívidas em mora ao Fisco, Segurança Social, Caixa Geral de Aposentações nem a outro qualquer organismo público.

16. OUTRAS DIVULGAÇÕES

16.1. Outras divulgações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados:

PARTES RELACIONADAS

Não ocorreram operações contratadas pela Entidade com partes relacionadas.

ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica de «Estado e outros entes públicos» apresentava a seguinte decomposição:

ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS		(Euros)
	2017	**2016**
Activos		
. Retenção de impostos s/ rendimento	0,00	2 208,72
	0,00	**2 208,72**

ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS		(Euros)
	2017	**2016**
Passivos		
. Imp. sobre o rendimento (IRC) a pagar	29 273,54	27 357,03 €
. Imposto sobre o valor acrescentado	18 800,50	19 313,08 €
. Retenção de impostos s/ rendimento	32 217,20	24 814,28 €
. Contribuições p/ Segurança Social	33 350,47	23 834,40 €
. Outras contribuições e tributações	4 677,10	12 731,83 €
	118 318,81	**108 050,62**

IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DO PERÍODO

IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO				(Euros)
			Variação	
	2017	**2016**	**Valor**	**%**
. Imposto do exercício	29 277,67	34 417,53	-5 139,86	-14,93%
. Imposto diferido	0,00	0,00	0,00	N/A
	29 277,67	**34 417,53**	**-5 139,86**	**-14,93%**
. Rendimentos comerciais	11,38	0,00	0,00	N/A
. Rendimentos capitais	64,47	10 551,91	-10 487,44	-99,39%
. Rendimentos prediais	0,00	0,00	0,00	N/A
. Outros rendimentos	81 368,81	83 186,63	-1 817,82	-2,19%
MATÉRIA COLECTÁVEL	**81 444,66**	**93 738,54**	**-12 293,88**	**-13,12%**
. Colecta	17 103,37	19 685,09	-2 581,72	-13,12%
. Tributações autónomas	12 174,30	14 732,44	-2 558,14	-17,36%
IMPOSTO DO EXERCÍCIO	**29 277,67**	**34 417,53**	**-5 139,86**	**-14,93%**

CONCILIAÇÃO IMPOSTO DO PERÍODO

(Euros)

	2017	2016
. Resultados antes de impostos	234 457,70 €	950 063,41 €
. Taxa de imposto	21,00%	21,00%
. Imposto estimado	29 277,67 €	34 417,53 €
Colecta	**17 099,25 €**	**19 685,09 €**
Imposto do Exercício	**12 174,30 €**	**14 732,44 €**
Taxa efectiva de imposto	**12,49%**	**3,62%**

DIFERIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica de «Diferimentos» apresentava a seguinte decomposição:

DIFERIMENTOS

(Euros)

	2017	2016
Activos		
. Contratos de manutenção	22 366,03	2 032,77
. Seguros	138 669,33	137 719,23
. Renda das instalações	1 100,00	1 100,00
. Informática	7 606,83	20 882,28
. Outros gastos diferidos	272 616,36	98 433,96
	442 358,55	**260 168,24**
Passivos		
. Outros diferimentos	0,00	0,00
	0,00	**0,00**

VARIAÇÃO NAS RUBRICAS DO FUNDO PATRIMONIAL

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica dos «Fundos patrimoniais» apresentava a seguinte decomposição:

VARIAÇÃO NAS RUBRICAS DO FUNDO PATRIMONIAL

(Euros)

	01/01/2017	Aumentos	Diminuições	Transferências	31/12/2017
. Fundos patrimoniais	5 011 889,84	187 400,87	0,00	0,00	5 199 290,71
. Reservas	2 371 760,99	0,00	0,00	0,00	2 371 760,99
. Resultados transitados	1 520 660,57	915 645,88	0,00	0,00	2 436 306,45
. Resultado do período	915 645,88	205 180,03	-915 645,88	0,00	205 180,03
	9 819 957,28	**1 308 226,78**	**-915 645,88**	**0,00**	**10 212 538,18**

De acordo com o estabelecido no n.º 1do art.º 118 dos Estatutos da Ordem dos Enfermeiros, foi constituído, em 2017, um Fundo de Reserva no montante de 1.426.881,41 euros que não se encontrava registado contabilisticamente na conta de "Fundo de Reserva", referentes aos anos entre 2000 e 2014. Note-se que

foi uma simples transferência entre subcontas de reservas. Existe um depósito a prazo neste mesmo montante em instituição financeira.

Sobre a aplicação de 10% sobre os resultados líquidos de 2016 o Fundo de Reserva, ocorrerá apenas em 2018, em Assembleia Geral Extraordinária.

As contas de 2015 ainda não foram aprovadas, no entanto as contas de 2016 foram aprovadas em 3/01/2018.

ORDEM DOS ENFERMEIROS – ASSOCIADOS/MEMBROS

ASSOCIADOS/MEMBROS				(Euros)
	2017	2016	Variação Valor	%
. Percentagem s/ facturação	976 489,50	763 146,21	213 343,29	27,96%
. Percentagem s/ recebimentos	532 624,87	544 073,84	-11 448,97	-2,10%
. Percentagem s/ inscrições	85 294,89	95 310,94	-10 016,05	-10,51%
. Percentagem s/ título especialista	24 664,11	15 237,85	9 426,26	61,86%
	1 619 073,37	**1 417 768,84**	**201 304,53**	**14,20%**
. Imparidades Acumuladas	-315 766,43	-302 952,42	-12 814,01	4,23%
VALOR LÍQUIDO	**1 303 306,94**	**1 114 816,42**	**188 490,52**	**16,91%**
. Adiantamento de Membros	108 610,71	187 394,85	-78 784,14	-42,04%
TOTAL	**1 411 917,65**	**1 302 211,27**	**-109 706,38**	**-8,42%**

Contabilista Certificado n.º 56082

Sandra Carvalho

Conselho Directivo

Bastonária — Ana Rita Cavaco

Vice-Presidente — Luís Filipe Barreira

Tesoureiro — Fernando Macedo

APÊNDICE 02

RELATÓRIO DE AUDITORIA

ÂMBITO SEDE

Ordem dos Enfermeiros - Sede Nacional

RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **Ordem dos Enfermeiros - Sede Nacional**, que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2017 (que evidencia um total de 13.435.835,70 euros e um total de fundos patrimoniais de 10.212.538,18 euros, incluindo um resultado líquido de 205.180,03 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e a demonstração dos fluxos de caixa relativos ao período findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos da matéria referida no número 1 da secção "Bases para a opinião com reservas", as demonstrações financeiras anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização.

Bases para a opinião com reservas

1) Conforme referido na nota 9 do Anexo, a rubrica "Provisões" apresenta um saldo de 128.000 euros, destinado a acautelar contingências futuras para a Ordem dos Enfermeiros, decorrentes do eventual não cumprimento de aspetos legais e fiscais na contabilização de diversos gastos. No entanto, dadas as incertezas associadas às situações envolvidas, não nos é possível pronunciar, se o montante estimado e apresentado é suficiente ou excessivo para fazer face a eventuais contingências.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Ênfase

1) Conforme referido na nota 2.3 do Anexo, a comparabilidade da rúbrica de demonstração dos resultados "imparidades de dívidas a receber" encontra-se prejudicada. Esta rúbrica foi objeto de reserva no relatório do exercício anterior.

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.

Inscrita na C. R. C. de Águeda - Capital Social 5.800 € - Contribuinte n.º 510 413 900 - SROC n.º 277 - OROC

Dr. Jorge Manuel Teixeira da Silva - geral@jorgesilvaroc.pt
Sede: Rua dos Bragas, 208 - 1º Andar – Sala 15 - Cedofeita - 4050-122 Porto
Escritório: Urbanização Souto do Rio, Lote 43 - 3754-304 ÁGUEDA - Telefs. 234 622 250 - 234 603 556 - Fax 234 624 267

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O Órgão de Fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da

Inscrita na C. R. C. de Águeda - Capital Social 5 800 € - Contribuinte n.º 510 413 900 - SROC n.º 277 - OROC

Dr. Jorge Manuel Teixeira da Silva - geral@jorgesilvaroc.pt
Sede: Rua dos Bragas, 208 - 1º Andar – Sala 15 - Cedofeita - 4050-122 Porto
Escritório: Urbanização Souto do Rio, Lote 43 - 3754-304 ÁGUEDA - Telefs. 234 622 250 - 234 603 556 - Fax 234 624 267

continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

Águeda, 12 de março de 2018

Dr. Jorge Manuel Teixeira da Silva

Revisor Oficial de Contas nº 637 em representação de

Jorge Silva, Neto, Ribeiro & Pinho, SROC, Lda.

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

Inscrita na C. R. C. de Águeda - Capital Social 5 800 € - Contribuinte n.º 510 413 900 - SROC n.º 277 - OROC

Dr. Jorge Manuel Teixeira da Silva - geral@jorgesilvaroc.pt
Sede: Rua dos Bragas, 208 - 1º Andar – Sala 15 - Cedofeita - 4050-122 Porto
Escritório: Urbanização Souto do Rio, Lote 43 - 3754-304 ÁGUEDA - Telefs. 234 622 250 - 234 603 556 - Fax 234 624 267

APÊNDICE 03

PARECER DO CONSELHO FISCAL RELATIVAMENTE AO RELATÓRIO E CONTAS 2017

Conselho Fiscal
2016 / 2019

Parecer sobre o Relatório de Actividades e Contas do ano 2017

Aos membros da Ordem dos Enfermeiros

Nos termos estatuídos, o Conselho Fiscal apresenta o seu parecer sobre o Relatório de Actividades e Contas relativos ao ano 2017, elaborado pelo Conselho Directivo.

No desempenho das nossas funções acompanhámos a actividade da Ordem dos Enfermeiros durante o ano de 2017 através de esclarecimentos obtidos do Conselho Directivo, bem como por via de esclarecimentos obtidos junto do Revisor Oficial de Contas da entidade.

A verificação da informação financeira foi efectuada pelo membro deste Conselho e Revisor Oficial de contas da Ordem, que prestou todos os esclarecimentos solicitados.

Apreciámos o conteúdo do relatório do Conselho Directivo, que traduz a actividade desenvolvida pela entidade, bem como as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2017.

Com base no trabalho desenvolvido, e tendo em conta o teor da Certificação Legal das Contas emitida pelo Revisor Oficial de Contas da Ordem dos Enfermeiros, somos de parecer, aprovado por unanimidade, que, a assembleia aprove o Relatório do Conselho Directivo, e as contas referentes ao exercício de 2017.

Lisboa, 12 de Março de 2018

O Conselho Fiscal,

António Veríssimo
Presidente

Raquel Martins
Vice-Presidente

João Morais
Vogal e Presidente do
Cons. Fiscal Regional do Centro

Orlando Sá
Vogal e Presidente do
Cons. Fiscal Regional da Região
Autónoma da Madeira

Júlio Prieto Machado
Vogal e Presidente do
Cons. Fiscal Regional do Norte

APÊNDICE 04

CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

Ordem dos Enfermeiros

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **Ordem dos Enfermeiros**, que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2017 (que evidencia um total de 26.315.411,68 euros e um total de fundos patrimoniais de 24.138.646,83 euros, incluindo um resultado líquido de 760.104,62 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e a demonstração dos fluxos de caixa relativos ao período findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos da matéria referida no número 1 da secção "Bases para a opinião com reservas", as demonstrações financeiras anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização.

Bases para a opinião com reservas

1) Conforme referido na nota 9 do Anexo, a rubrica "Provisões" apresenta um saldo de 128.000 euros, destinado a acautelar contingências futuras para a Ordem dos Enfermeiros, decorrentes do eventual não cumprimento de aspetos legais e fiscais na contabilização de diversos gastos. No entanto, dadas as incertezas associadas às situações envolvidas, não nos é possível pronunciar, se o montante estimado e apresentado é suficiente ou excessivo para fazer face a eventuais contingências.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Ênfase

1) Conforme referido na nota 2.3 do Anexo, a comparabilidade da rúbrica de demonstração dos resultados "imparidades de dívidas a receber" encontra-se prejudicada. Esta rúbrica foi objeto de reserva na certificação legal das contas do exercício anterior.

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.

Inscrita na C. R. C. de Agueda - Capital Social 5 800 € - Contribuinte nº 510 413 900 - SROC n.º 277 - OROC

Dr. Jorge Manuel Teixeira da Silva - geral@jorgesilvaroc.pt
Sede: Rua dos Bragas, 208 - 1º Andar – Sala 15 - Cedofeita - 4050-122 Porto
Escritório: Urbanização Souto do Rio, Lote 43 - 3754-304 ÁGUEDA - Telefs. 234 622 250 - 234 603 556 - Fax 234 624 267

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O Órgão de Fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da

Dr. Jorge Manuel Teixeira da Silva - geral@jorgesilvaroc.pt
Sede: Rua dos Bragas, 208 - 1º Andar – Sala 15 - Cedofeita - 4050-122 Porto
Escritório: Urbanização Souto do Rio, Lote 43 - 3754-304 ÁGUEDA - Telefs. 234 622 250 - 234 603 556 - Fax 234 624 267

Inscrita na C. R. C. de Águeda - Capital Social 5 800 € - Contribuinte n.º 510 413 900 - SROC n.º 277 - OROC

continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

Águeda, 12 de março de 2018

Dr. Jorge Manuel Teixeira da Silva

Revisor Oficial de Contas nº 637 em representação de
Jorge Silva, Neto, Ribeiro & Pinho, SROC, Lda.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

Inscrita na C. R. C. de Águeda - Capital Social 5 800 € - Contribuinte n.º 510 413 900 - SROC n.º 277 - OROC

Dr. Jorge Manuel Teixeira da Silva - geral@jorgesilvaroc.pt
Sede: Rua dos Bragas, 208 - 1º Andar – Sala 15 - Cedofeita - 4050-122 Porto
Escritório: Urbanização Souto do Rio, Lote 43 - 3754-304 ÁGUEDA - Telefs. 234 622 250 - 234 603 556 - Fax 234 624 267

APÊNDICE 05

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES 2017

COLÉGIO DA ESPECIALIDADE DE ENFERMAGEM DE SAÚDE MATERNA E OBSTÉTRICA

ordem dos enfermeiros

ASSEMBLEIA DO COLÉGIO DA ESPECIALIDADE DE ENFERMAGEM DE SAÚDE MATERNA E OBSTÉTRICA

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO ANO 2017

APROVADA POR UNANIMIDADE, SEM ALTERAÇÕES E COM ACLAMAÇÃO, NA 5ª ASSEMBLEIA DO COLÉGIO DA ESPECIALIDADE DE ENFERMAGEM DE SAÚDE MATERNA E OBSTÉTRICA, EM 26 DE JANEIRO DE 2018, EM LISBOA

Relatório de Actividades do ano 2017

Colégio da Especialidade de Enfermagem de Saúde Materna e Obstétrica

1. MENSAGEM DO PRESIDENTE DA MCEESMO

Caros Colegas,

Gostaria de os cumprimentar, elogiando mais uma vez, sem reservas todos aqueles que procuraram ao longo do seu percurso profissional dar visibilidade ao nosso trabalho em todos os locais, onde um EESMO/Parteira é chamado a intervir com a qualidade nas suas decisões, garantindo a segurança necessária a si e às utentes a quem presta cuidados / serviços.

Foi um ano difícil, **assumimos com frontalidade as competências do EESMO/Parteira em todas as áreas do seu exercício profissional**, no entanto, hoje ainda existem dúvidas que requerem no seio dos EESMO/Parteiras uma resposta cabal, defrontando todos aqueles que são incapazes de responder às expectativas do nosso grupo alvo de assistência e cuidados, na área profissional, social e política.

Pelo que repito que a filosofia de cuidados proposta e defendida neste mandato, ***mantem-se****. Passa pelo recurso à evidência dos ganhos em saúde produzidos* e ao empoderamento dos EESMO/Parteiras.

É um modelo de assistência em que o EESMO/Parteira trabalha em parceria com a utente/mulher, colocando-a no "lugar central" durante o ciclo reprodutivo, garantindo continuidade de cuidados, melhorando e protegendo a assistência pré natal, o processo normal de parir e nascer, a mulher e o seu filho até ao 28° dia após o nascimento.

Os enfermeiros EESMO contribuem para a sustentabilidade do SNS, pelo que influenciaremos com determinação a negociação de novos modelos de financiamento das unidades de cuidados e modelos de gestão diferentes.

- *Queremos um planeamento de gestão de recursos humanos adequado à introdução de informação de qualidade validada.*
- *Seremos determinados na garantia da independência técnica/funcional e procuraremos criar valor, dando visibilidade aos ganhos em saúde que produzimos com resultados quantificados, suportados na autonomia do nosso desempenho funcional, com competência fundamentada na evidência científica.*
- *Defenderemos e seremos exigentes na qualidade dos cuidados, na regulação, no controlo do exercício da ESMO e na observância das regras deontológicas.*

Enquanto enfermeiros EESMO afirmamos, sem sectarismo e de uma forma despretensiosa que somos a chave e parte da resolução com que a comunidade, as mulheres, os casais grávidos a sociedade terão que se aliar em termos do esforço necessário para a mudança, a vivência do nascimento, não só como uma questão de direitos mas também como uma questão de Saúde Publica do nosso tempo.

Do nosso ponto de vista nós somos apenas um dos agentes que asseguram a qualidade dos cuidados, a acessibilidade, a justiça, a eficiência, a segurança e a sensibilidade para que os serviços de saúde e os profissionais assegurem a continuidade dos cuidados, na defesa das mulheres e dos casais grávidos quanto às suas expectativas e necessidades.

Os EESMO melhoram os serviços prestados, com boas práticas, às mulheres gravidas e suas famílias:

- Humanizando com competência na adopção de cuidados seguros,
- Promovendo interdisciplinaridade, não complementaridade pois esta destrói-nos a autonomia,
- Optimizando recursos humanos, financeiros, tecnológicos,

Repito, temos essencialmente que não deixar abafar os nossos sentimentos, o nosso conhecimento para que não paralisem um largo abraço a todos aqueles que tem sonhos, esperança e liberdade, sendo o que mais nos interessa, é o nosso futuro coletivo, para isso é necessário aprofundar a discussão sobre o que queremos e qual o modelo para o exercício profissional dos EESMO/Parteiras.

Aprovado por unanimidade, sem alterações e com Aclamação, na 5ª Assembleia do Colégio da Especialidade de Enfermagem de Saúde Materna e Obstétrica, em 26 de Janeiro, em Lisboa

Relatório de Actividades do ano 2017

Colégio da Especialidade de Enfermagem de Saúde Materna e Obstétrica

1.1 PESTAÇÃO DE CUIDADOS

Objetivo Estratégico	Defender os interesses gerais dos destinatários dos serviços de enfermagem e a representação em defesa dos interesses da profissão
	Regular e supervisionar o acesso à profissão de enfermeiro e o seu exercício, aprovar, nos termos da lei, as normas técnicas e deontológicas respetivas, zelar pelo cumprimento das normas legais e regulamentares da profissão e exercer o poder disciplinar sobre os seus membros.
	Representar os enfermeiros junto dos órgãos de soberania e colaborar com o Estado e demais entidades públicas sempre que estejam em causa matérias relacionadas com a prossecução das atribuições da Ordem, designadamente nas ações tendentes ao acesso dos cidadãos aos cuidados de saúde e aos cuidados de enfermagem.

Objetivo Operacional	Acompanhamento na área dos Cuidados de Saúde Primários.
	Acompanhamento na Área Hospitalar.
	Acompanhamento na área da gestão e da organização dos serviços de saúde
	Estabelecer as Dotações de EESMO nas instituições de saúde.
	Desenvolvimento da prática profissional.
	Apoiar os EESMO nos Sistemas de Informação em Enfermagem de SMO.
	Acompanhamento do exercício profissional.
	Emissão de Pareceres no âmbito da EESMO.

Domínio Operacional	Atividades	Indicadores	Metas	Responsabilidades
Prestação de Cuidados	Assistência Pré Natal pelos EESMO, em concertação com o Programa Nacional para a Vigilância da Gravidez de Baixo Risco, proposto pela DGS. (Grupo de trabalho aprovado 19/09/2016, efetuada 1 ° reunião a 17/11/2016) Atividades realizadas: Reunião de 15/02/2017, aprovada pelo GT " Tomada de Posição a propósito da Portaria n°281/2016 de 26 de outubro. " Reunião de 20/12/2017, aprovada pelo GT proposta com o objetivo de homogeneizar, a nivel nacional, a carteira básica de serviços das Unidades de Cuidados na Comunidade (UCC) na área da Saúde Materna e Obstétrica (enviada a CD a 01/01/2018)	Total de reuniões 4 (1 por trimestre). (100%)	N° de Reuniões Efectuadas(2) / N° de Reuniões Previstas (4)	Ana Lúcia Torgal
	Triagem nos Serviços de Urgência Obstétrica e Ginecológica. (Grupo de trabalho aprovado 19/09/2016, efetuada 1 ° reunião a 16/11/2016) Actividades realizadas / Grupo " fechado " Grupo de trabalho terminado. 2° reunião a 15/02 e 3ª reunião a 16/06/2017 Resultados: Emitido Parecer 24/2017-Triagem nos Serviços de Urgencia de Obstetricia e Ginecologia por EESMO e ao anexo do mesmo Parecer 24, com a identificação dos níveis de intervenção assistencial / terapêutica do EESMO. Criado o ALGORITMO com niveis de intervenção, ficará ONLINE para consulta dos EESMO. A MCEESMO solicitou a 07/12/2017 o envio de informação para conhecimento do Grupo Português de Triagem (gptriagem@gmail.com) do Parecer n°24/2017 e da "Publicação, Triagem-Prioridades de Obstetrícia e Ginecologia por EESMO ".	Total de reuniões 4 (1 por trimestre). (100%)	N° de Reuniões Efectuadas(3) / N° de Reuniões Previstas (4)	Vitor Varela
	Revisão e implementação efetiva dos Padrões de Qualidade dos Cuidados de Enfermagem Especializados em Saúde Materna e Obstétrica. 'Documentação dos cuidados na Área da Enfermagem de Saúde Materna e Obstétrica em SClinico. A MCEESMO agregou esta temática ao GT para a elaboração do Padrão de Documentação dos Cuidados de EESMO e Core de Indicadores. (Grupo de trabalho a criar no 1° trimestre de 2017 a*) Actividades realizadas: Grupo de trabalho aprovado 21/06/2017, efectuada 1ª reunião a 19/07/2017 ; 2° reunião a 09/10/2017 e 3ª reunião a 27/11/2017 Pronuncia da MCEESMO sobre Sistemas de Informação em Enfermagem - Parametrização Nacional. A MCEESMO enviou a 07/12/2017 proposta do padrão de documentação dos cuidados de enfermagem na área da SMO, para cuidados primários e cuidados diferenciados.	Total de reuniões 8 (2 por trimestre). (100%)	N° de Reuniões Efectuadas(3) / N° de Reuniões Previstas (8)	Irene Cerejeira

Aprovado por unanimidade, sem alterações e com Aclamação, na 5ª Assembleia do Colégio da Especialidade de Enfermagem de Saúde Materna e Obstétrica, em 26 de Janeiro, em Lisboa

Relatório de Actividades do ano 2017

Colégio da Especialidade de Enfermagem de Saúde Materna e Obstétrica

1.2 INVESTIGAÇÃO

Objetivo Estratégico	Defender os interesses gerais dos destinatários dos serviços de enfermagem e a representação em defesa dos interesses da profissão
	Regular e supervisionar o acesso à profissão de enfermeiro e o seu exercício, aprovar, nos termos da lei, as normas técnicas e deontológicas respetivas, zelar pelo cumprimento das normas legais e regulamentares da profissão e exercer o poder disciplinar sobre os seus membros.
	Representar os enfermeiros junto dos órgãos de soberania e colaborar com o Estado e demais entidades públicas sempre que estejam em causa matérias relacionadas com a prossecução das atribuições da Ordem, designadamente nas ações tendentes ao acesso dos cidadãos aos cuidados de saúde e aos cuidados de enfermagem.

Objetivo Operacional	Promover o desenvolvimento da Investigação em Enfermagem.
	Desenvolvimento da prática profissional.
	Apoiar os EESMO nos Sistemas de Informação em Enfermagem de SMO.

Domínio Operacional	Atividades	Indicadores	Metas	Responsabilidades
Produção, transferência e divulgação de conhecimento científico em Enfermagem	Promoção e incentivo á investigação na área da Enfermagem de SMO e a consequente divulgação de resultados no sítio da OE, destinado ao nosso colégio. • Elaborar em conjunto com a MCEEC uma investigação subordinada ao tema da amamentação. Amamentou o seu filho em exclusivo até aos seis meses de idade? (Grupo de trabalho a criar no 1º trimestre de 2017) A MCEESMO decidiu apresentar e incluir este projecto no Plano de Actividades para 2018.	Total de reuniões 4 (1 por trimestre). (100%)	Nº de Reuniões Efectuadas(0) / Nº de Reuniões Previstas (4)	VitorVarela Ana Lucia Torgal Irene Cerejeira
	Avaliação do Projeto Maternidade com Qualidade / Serviços Hospitalares, ano 2015 e 2016. (Grupo de trabalho a criar no 1º trimestre de 2017) A MCEESMO decidiu apresentar e incluir este projecto no Plano de Actividades de 2018.	Total de reuniões 4 (1 por trimestre). (100%)	Nº de Reuniões Efectuadas(0) / Nº de Reuniões Previstas (4)	Vitor Varela
	Dar início ao Projeto Maternidade com Qualidade nos Cuidados de Saúde Primários. Disponibilizar Livro de Bolso sobre: Preparação para o Nascimento/Parto e Parentalidade. (Grupo de trabalho a criar no 1º trimestre de 2017) A MCEESMO decidiu apresentar e incluir este projecto no Plano de Actividades de 2018.	Total de reuniões 4 (1 por trimestre). (100%)	Nº de Reuniões Efectuadas(0) / Nº de Reuniões Previstas (4)	Ana Lúcia torgal

Aprovado por unanimidade, sem alterações e com Aclamação, na 5ª Assembleia do Colégio da Especialidade de Enfermagem de Saúde Materna e Obstétrica, em 26 de Janeiro, em Lisboa

1.3 DOCÊNCIA

Objetivo Estratégico	Defender os interesses gerais dos destinatários dos serviços de enfermagem e a representação em defesa dos interesses da profissão
	Regular e supervisionar o acesso à profissão de enfermeiro e o seu exercício, aprovar, nos termos da lei, as normas técnicas e deontológicas respetivas, zelar pelo cumprimento das normas legais e regulamentares da profissão e exercer o poder disciplinar sobre os seus membros.
	Representar os enfermeiros junto dos órgãos de soberania e colaborar com o Estado e demais entidades públicas sempre que estejam em causa matérias relacionadas com a prossecução das atribuições da Ordem, designadamente nas ações tendentes ao acesso dos cidadãos aos cuidados de saúde e aos cuidados de enfermagem.

Objetivo Operacional	Desenvolvimento da prática profissional.

Domínio Operacional	Atividades	Indicadores	Metas	Responsabilidades
Restruturação curricular	Revisão do Programa de Formação da EESMO. (grupo de trabalho a criar no 1° trimestre de 2017) (Grupo de trabalho aprovado 12/04/2017) Actividades realizadas / Grupo " fechado " Grupo de trabalho terminado. 1ª reunião a 19/05 e 2ª reunião a 17/07/2017 Resultados: Documento revisto e terminado a 19/07/2017 " Programa Formativo do EESMO " enviado ao CD para integrar documentos a aprovar em AE do CEESMO de 07/12/2017 que por deliberação reencaminhou o documento ao GT. 3ª reunião a 28/12/2017, documento reformulado e enviado ao CD para integrar documentos a aprovar na AO do CEESMO de 26/01/2018.	Total de reuniões 4 (1 por trimestre). (100%)	N° de Reuniões Efectuadas(3) N° de Reuniões Previstas (4)	Manuela Ferreira
Inovação e Desenvolvimento	Iniciar um projeto de categorização de drogas / medicamentos e segurança, durante a gravidez, parto e puerpério para garantir aos EESMO/Parteiras, práticas clinicas com prescrições seguras? (Grupo de trabalho a criar no 1° trimestre de 2017) Actividades já realizadas: (Grupo de trabalho aprovado 23/02/2017, efectuada 1ª reunião a 26/04/2017) Elaborado documento " Plano estratégico para a prescrição de medicamentos po EESMO " a implementar, após apreciação do CD. Documento enviado a 14/12/ 2017.	Total de reuniões 4 (1 por trimestre). (100%)	N° de Reuniões Efectuadas(1) N° de Reuniões Previstas (4)	Vítor Varela

Aprovado por unanimidade, sem alterações e com Aclamação, na 5ª Assembleia do Colégio da Especialidade de Enfermagem de Saúde Materna e Obstétrica, em 26 de Janeiro, em Lisboa

1.4 FORMAÇÃO

Objetivo Estratégico	Defender os interesses gerais dos destinatários dos serviços de enfermagem e a representação em defesa dos interesses da profissão
	Regular e supervisionar o acesso à profissão de enfermeiro e o seu exercício, aprovar, nos termos da lei, as normas técnicas e deontológicas respetivas, zelar pelo cumprimento das normas legais e regulamentares da profissão e exercer o poder disciplinar sobre os seus membros.
	Representar os enfermeiros junto dos órgãos de soberania e colaborar com o Estado e demais entidades públicas sempre que estejam em causa matérias relacionadas com a prossecução das atribuições da Ordem, designadamente nas ações tendentes ao acesso dos cidadãos aos cuidados de saúde e aos cuidados de enfermagem.

Objetivo Operacional	Promover o desenvolvimento da formação em EESMO.
	Desenvolvimento da prática profissional.

Domínio Operacional	Atividades	Indicadores	Metas	Responsabilidades
Formação científica, técnica, cultural e profissional	Programas de desenvolvimento de competências / certificar para revalidar a cédula profissional - Modelo de acreditação de formação continua / Formação Profissional Programas de desenvolvimento de competencias 1. Direitos Humanos / Gravidez, Parto e Puerpério (já aprovado, a desenvolver parceria com a SRS da OE para realização no 1° trimestre de 2017). – poderão outras SR propor esta formação. 2. O conhecimento, a confiança, a habilidade clinica e as competências da EESMO/Parteira para cuidar do períneo nas mulheres férteis, com evidência. 3. Suporte Avançado de Vida em Obstetrícia 4. Rastreio do cancro do colo do útero 5. Inserção e remoção de contraceção de longa duração o (IMPLANTE e DIU) 6. Preparação das mulheres para a Menopausa Actividades realizadas: Formação Direitos Humanos / Gravidez, Parto e Pós Parto em 14 e 21 de Novembro de 2017 em colaboração com a SRS-OE.	N° de EESMO inscritos ≥ 40 N° de EESMO inscritos ≥ 40 N° de EESMO inscritos ≥ 40 N° de EESMO inscritos ≥ 40 N° de EESMO inscritos ≥ 40 N° de EESMO inscritos ≥ 40	mínimo 40 enfermeiros mínimo 40 enfermeiros mínimo 40 enfermeiros mínimo 40 enfermeiros mínimo 40 enfermeiros mínimo 40 enfermeiros	Vítor Varela Irene Cerejeira Ana Lucia Torgal

Aprovado por unanimidade, sem alterações e com Aclamação, na 5ª Assembleia do Colégio da Especialidade de Enfermagem de Saúde Materna e Obstétrica, em 26 de Janeiro, em Lisboa

Relatório de Actividades do ano 2017

Colégio da Especialidade de Enfermagem de Saúde Materna e Obstétrica

1.5 ACESSORIA

Objetivo Estratégico	Defender os interesses gerais dos destinatários dos serviços de enfermagem e a representação em defesa dos interesses da profissão
	Regular e supervisionar o acesso à profissão de enfermeiro e o seu exercício, aprovar, nos termos da lei, as normas técnicas e deontológicas respetivas, zelar pelo cumprimento das normas legais e regulamentares da profissão e exercer o poder disciplinar sobre os seus membros.
	Representar os enfermeiros junto dos órgãos de soberania e colaborar com o Estado e demais entidades públicas sempre que estejam em causa matérias relacionadas com a prossecução das atribuições da Ordem, designadamente nas ações tendentes ao acesso dos cidadãos aos cuidados de saúde e aos cuidados de enfermagem.

Objetivo Operacional	Modelo de Desenvolvimento Profissional: construção da regulamentação.
	Desenvolvimento da prática profissional.
	Apoiar os EESMO nos Sistemas de Informação em Enfermagem de SMO.
	Acompanhamento do exercício profissional.
	Emissão de Pareceres no âmbito da EESMO.

Domínio Operacional	Atividades	Indicadores	Metas	Responsabilidades
Assessoria, Aconselhamento e Recomendação	Realizar pelo menos 1 Visita de Acompanhamento ao Exercício Profissional de 2 em 2 meses (6 por ano) 17.04.2017 VAEP - Hospital Dr. Fernando da Fonseca 17.07.2017 VAEP - Centro Hospitalar do Alto Ave 27.02.2017 VAEP- Centro Hospitalar de Vila Nova de Gaia-Espinho 09.03.2017 VAEP- Centro Materno Infantil do Norte (CMIN) 09.01.2017 VAEP - Hospital Espírito Santo - Évora 17 e 18 de Julho de 2017 VAEP's - ULSAM; CH do Alto Ave, Hospital de Guimarães; Hospital de Braga; CH Porto, CMIN ; Hospital de São João – Porto e Hospital de Gaia 16.08.2017 VAEP - Hospital Garcia de Orta e Hospital Fernando da Fonseca 18.09.2017 VAEP CMIN e Hospital Senhora da Oliveira - Guimarães 17/10/2017, VAEP à Maternidade Alfredo da Costa 07/09/2017, VAEP Hospital Vila Franca de Xira	Nº de VAEP 6 (100%)	Nº de VAEP Efectuadas(18) / Nº de VAEP Previstas (6)	Vitor Varela Irene Cerejeira Ana Lúcia Torgal
	Fornecer apoio à Estrutura dos Sistema de Informação em Enfermagem na área de SMO. (pela MCEESMO) Actividades realizadas: Reunião de apoio, com a CQCE.	Total de reuniões 2 (1 por semestre). (100%)	Nº de Reuniões Efectuados(1) / Nº de Reuniões Previstas (2)	Irene Cerejeira
	Apoiar o exercício liberal dos EESMO. (pela MCEESMO) Acitidade a desenvover no Plano de Actividades de 2018.	Nº de VAEP 6 (100%)	Nº de VAEP Efectuadas(0) / Nº de VAEP Previstas (6)	Vitor Varela
	* Padrão de documentação dos cuidados de enfermagem especializados de ESMO e Core de Indicadores. * Investir na implementação efetiva e apropriação dos Padrões de Qualidade dos Cuidados de Enfermagem Especializados em Saúde Materna e Obstétrica. * Atribuição do título de enfermeiro especialista (ponderação dos processos formativos e certificação de competências). (a* mesmo grupo, no 1º trimestre de 2017) Actividades realizadas: Grupo de trabalho aprovado 21/06/2017, efectuada 1ª reunião a 19/07/2017; reunião a 09/10/2017 e 3ª reunião a 27/11/2017. Pronuncia da MCEESMO sobre Sistemas de Informação em Enfermagem - Parametrização Nacional. A MCEESMO enviou a 07/12/2017 proposta do padrão de documentação dos cuidados de enfermagem na área da SMO, para cuidados primários e cuidados diferenciados.	Total de reuniões 4 (1 por trimestre). (100%)	Nº de Reuniões Efectuadas / Nº de Reuniões Previstas (4)	Irene Cerejeira

Aprovado por unanimidade, sem alterações e com Aclamação, na 5ª Assembleia do Colégio da Especialidade de Enfermagem de Saúde Materna e Obstétrica, em 26 de Janeiro, em Lisboa

Relatório de Actividades do ano 2017

Colégio da Especialidade de Enfermagem de Saúde Materna e Obstétrica

Assessoria, Aconselhamento e Recomendação	**REGULAÇÃO:** **Pareceres MCEESMO 2017** 10.02.2017 EDOC 2016/25405 Proposta de Curso de Especialização em Enfermagem de Saúde Materna e Obstétrica da Escola Superior de Enfermagem de São Francisco das Misericórdias. 10.02.2017 EDOC 2016/23040 Presença do EESMO na Realização de citologia 10.02.2017 Iniciativa da MCEESMO Dotações Seguras EESMO. 18.05.2017 EDOC 2017/5321 Chefia-responsável de serviço de Obstetrícia e ginecologia. 18.05.2017 EDOC 2017/6974 Prazo de duração do DIU Cobre T-380 14.07.2017 iniciativa da MCEESMO Triagem por EESMO nos Serviços de Urgência Obstétrica e Ginecológica 20.07.201 EDOC 2017/14641 Diferenciação dos Cuidados Especializados e Cuidados Gerais no Serviço de Puerpério da Região Autónoma da Madeira 13.10.2017 EDOC 2017/13996 Análise a proposta de alteração do plano de estudos do Curso de Mestrado em Enfermagem de Saúde Materna e Obstétrica da Escola Superior de Enfermagem de São João de Deus - Évora 10.11.2017 EDOC/2017/19637 Formação para colocação e remoção de implante e Dispositivo Intra-Uterino- DIU 10.11.2017 EDOC 2017/16890 Apoio ao Aleitamento Materno na Unidade de Cuidados na Comunidade 10.11.2017 EDOC 2017/19399 Solução para assegurar cuidados às grávidas de risco internadas – Alocação de Enfermeiro Especialistas noutro local **Notas Internas da MCEESMO** 10.02.2017 EDOC 2016/23040 Resposta ao Edoc 2016/23040 - Pedido de parecer ao cuidado da Senhora Bastonária 01.03.2017 Por email Proposta de alteração para a revisão da Norma para Cálculo de Dotações Seguras CE SMO 10.03.2017 EDOC 2017/4832 Denúncia: sobre a recusa do acompanhamento da consulta vigilância da gravidez 16.03.2017 por email Portaria 310/2016 de 12 de Dezembro, sobre os requisitos técnicos de funcionamento das unidades provadas e dos estabelecimentos hospitalares do sistema nacional de saúde (SNS), com prestação de serviços médicos e de enfermagem em obstetrícia e neonatologia 12.07.2017 EDOC 2017/12487 Pedido de esclarecimento pelas Senhoras Enfermeiras Clara Aires, Joana Varela e Dina Pereira 04.09.2017 EDOC 2017/13996 Análise e proposta de alteração do plano de estudos do Curso de Mestrado em Enfermagem de São João de Deus - Évora 12.09.2017 EDOC 2017/16636 Pronuncia sobre as visitas das grávidas e casais à maternidade, solicitada pela Sra. Enfermeira Sonia Marlene Ribeiro Pereira - Membro 36514 **Reuniões com a presença da MCEESMO** 11ª Reunião MCEESMO -13.01.2017; 12ª Reunião MCEESMO -10.02.2017; 13ª Reunião MCEESMO -10.03.2017; 14ª Reunião MCEESMO -07.04.2017; 15ª Reunião MCEESMO -18.05.2017; 16ª Reunião MCEESMO -12.06.2017; 17ª Reunião MCEESMO -14.07.2017; 18ª Reunião MCEESMO -09.08.2017; 19ª Reunião MCEESMO -12.09.2017; 20ª Reunião MCEESMO -13.10.2017; 21ª Reunião MCEESMO -10.11.2017; 22ª Reunião MCEESMO -07.12.2017 29.03.2017 - Reunião das MCEE e Estrutura de Idoneidades sobre referencial da acreditação de contextos e especialidades de enfermagem 26.06.2017 ESE Coimbra - REDE DE ENFERMAGEM DE SAÚDE DA MULHER – LÍNGUA PORTUGUESA (RESM – LP) - 26 de Junho 2017 15.05.2017- Reunião da Comissão de Investigação e Desenvolvimento e Comissão de Qualidade do Conselho de Enfermagem 10.07.2017 - Reunião da Comissão de Investigação e Desenvolvimento e Comissão de Qualidade do Conselho de Enfermagem 13/10/2017 - Reunião com a Associação Portuguesa dos Enfermeiros Obstetras 10/11/2017 - Reunião com a Associação Portuguesa pelos Direitos da Mulher na Gravidez e Parto	Total de reuniões 4 (1 por trimestre). (100%)	Nº de Reuniões Efectuadas(18) Nº de Reuniões Previstas (4)	Vitor Varela

Aprovado por unanimidade, sem alterações e com Aclamação, na 5ª Assembleia do Colégio da Especialidade de Enfermagem de Saúde Materna e Obstétrica, em 26 de Janeiro, em Lisboa

Relatório de Actividades do ano 2017

Colégio da Especialidade de Enfermagem de Saúde Materna e Obstétrica

1.6 GESTÃO

Objetivo Estratégico	Defender os interesses gerais dos destinatários dos serviços de enfermagem e a representação em defesa dos interesses da profissão
	Regular e supervisionar o acesso à profissão de enfermeiro e o seu exercício, aprovar, nos termos da lei, as normas técnicas e deontológicas respetivas, zelar pelo cumprimento das normas legais e regulamentares da profissão e exercer o poder disciplinar sobre os seus membros.
	Representar os enfermeiros junto dos órgãos de soberania e colaborar com o Estado e demais entidades públicas sempre que estejam em causa matérias relacionadas com a prossecução das atribuições da Ordem, designadamente nas ações tendentes ao acesso dos cidadãos aos cuidados de saúde e aos cuidados de enfermagem.

Objetivo Operacional	
	Apoiar os EESMO nos Sistemas de Informação em Enfermagem de SMO.
	Desenvolver e apoiar os EESMO na gestão operacional do ambiente obstetrico.

Domínio Operacional	Atividades	Indicadores	Metas	Responsabilidades
Gestão de cuidados	Incentivar e apoiar a adesão à Documentação dos Cuidados na Área da Enfermagem de Saúde Materna e Obstétrica no Sclinico. A MCEESMO agregou esta temática ao GT para a elaboração do Padrão de Documentação dos Cuidados de EESMO e Core de Indicadores.	Total de reuniões 4 (1 por trimestre). (100%)	Nº de Reuniões Efectuadas(3) Nº de Reuniões Previstas (4)	Irene Cerejeira
	Recomendar a utilização das melhorias desenvolvidas no âmbito da Triagem nos Serviços de Urgência Obstétrica e Ginecológica. (Grupo de trabalho aprovado 19/09/2016) Emitido Parecer 24/2017-Triagem nos Serviços de Urgencia de Obstetricia e Ginecologia por EESMO e ao anexo do mesmo Parecer 24, com a Identificação dos níveis de intervenção assistencial / terapêutica do EESMO. Criado o ALGORITMO com niveis de intervenção, ficará ONLINE para consulta dos EESMO.	Total de reuniões 4 (1 por trimestre). (100%	Nº de Reuniões Efectuadas(3) Nº de Reuniões Previstas (4)	Irene Cerejeira

Aprovado por unanimidade, sem alterações e com Aclamação, na 5ª Assembleia do Colégio da Especialidade de Enfermagem de Saúde Materna e Obstétrica, em 26 de Janeiro, em Lisboa

Relatório de Actividades do ano 2017

Colégio da Especialidade de Enfermagem de Saúde Materna e Obstétrica

1.7 COOPERAÇÃO INSTITUCIONAL

Objectivo Estratégico	Defender os interesses gerais dos destinatários dos serviços de enfermagem e a representação em defesa dos interesses da profissão.
	Regular e supervisionar o acesso à profissão de enfermeiro e o seu exercício, aprovar, nos termos da lei, as normas técnicas e deontológicas respetivas, zelar pelo cumprimento das normas legais e regulamentares da profissão e exercer o poder disciplinar sobre os seus membros.
	Representar os enfermeiros junto dos órgãos de soberania e colaborar com o Estado e demais entidades públicas sempre que estejam em causa matérias relacionadas com a prossecução das atribuições da Ordem, designadamente nas ações tendentes ao acesso dos cidadãos aos cuidados de saúde e aos cuidados de enfermagem.

Objectivo Operacional	Desenvolvimento da prática profissional.
	Promoção do desenvolvimento das relações científicas e profissionais entre enfermeiros especialistas de SMO / parteiras, a nível nacional e internacional

Domínio Operacional	Atividades	Indicadores	Metas	Responsabilidades
Participação em comissões e grupos de trabalho nacionais	Participar em grupos de trabalho e comissões a nível nacional. Actividades realizadas: Processo Assistencial Integrado da Gravidez de Baixo Risco / DGS Rede de Referenciação Hospitalar de Saúde Materna e Infantil Rede de Enfermagem de Saúde da Mulher - Língua Portiguesa (RESM-LP) Grupo de Trabalho para o desenvolvimento das UCC / OE.	Nº de Participações(4) / Nº de Convites(4)	mínimo 75%	Vítor Varela
Participação em representações internacionais (autopropostos)	Promover a participação do CEESMO, no 31º ICM Triennial Congress, Toronto-Canada, June , 18 a 22 de 2017. Após aprovação. Actividade realizada: Participação nna Reunião do Comité de Regulação do ICM, a 19/07/2017. Entregue registo de reunião ao CD e GRI.	Nº de EESMO a participarem / representarem o CEESMO – OE no Congresso 2	mínimo **2**	Vítor Varela
Participação em representações nacionais (a convite)	08.03.2017 Viseu Seminário da Escola Superior de Saúde de Viseu, sob o tema: "Segurança nos Cuidados de Saúde", no dia 08 de Março de 2017 em Viseu, enquanto conferencista no tema: "Parentalidade: indicadores de Qualidade para a prática de cuidados" 05.05.2017 Lisboa XX Encontro Nacional & 4º congresso Internacional da APEO 05 e 06 de Maio, para estar presente no dia 05 de Maio, em representação da Senhora Bastonária, na Sessão de Abertura e enquanto Pres. Da MCEESMO na mesa temática sobre o Dia Internacional do EESMO/Parteira, no auditório do Alto dos Moinhos 13.05.2017 Porto Convite para evento Nascer Positivo - organizado pela empresa Gimnográvida, a realizar-se no dia 13 de Maio pelas 10h30 em Gondomar 21.04.2017 Lisboa 2º Seminário de Enfermagem do ACE 's Pinhal Litoral, para participar no painel: "Saúde da Mulher e da Criança / Vigilância da Gravidez de Baixo Risco por EEESMO" 20.10.2017 Porto III Jornadas de Enfermagem de Saúde Materna e Obstétrica ESS Santa Maria 12/10/2017 Lisboa Encontro Internacional de Saúde Sexual e reprodutiva, ESEL 11/11/2017 Setúbal, II Congresso da Secção Regional do Sul	Nº de Participações(7) / Nº de Convites(7)	mínimo 75%	Vítor Varela
Participação em representações internacionais (a convite)	Participar em representações internacionais a convite. Após aprovação.	Nº de Participações(0) / Nº de Convites(0)	mínimo 75%	Vítor Varela

Aprovado por unanimidade, sem alterações e com Aclamação, na 5ª Assembleia do Colégio da Especialidade de Enfermagem de Saúde Materna e Obstétrica, em 26 de Janeiro, em Lisboa

Relatório de Actividades do ano 2017

Colégio da Especialidade de Enfermagem de Saúde Materna e Obstétrica

1.8 REDE OE

Objectivo Estratégico	Defender os interesses gerais dos destinatários dos serviços de enfermagem e a representação em defesa dos interesses da profissão.
	Regular e supervisionar o acesso à profissão de enfermeiro e o seu exercício, aprovar, nos termos da lei, as normas técnicas e deontológicas respetivas, zelar pelo cumprimento das normas legais e regulamentares da profissão e exercer o poder disciplinar sobre os seus membros.
	Representar os enfermeiros junto dos órgãos de soberania e colaborar com o Estado e demais entidades públicas sempre que estejam em causa matérias relacionadas com a prossecução das atribuições da Ordem, designadamente nas ações tendentes ao acesso dos cidadãos aos cuidados de saúde e aos cuidados de enfermagem.

Objectivo Operacional	Promoção do desenvolvimento das relações científicas e profissionais entre enfermeiros especialistas de SMO / parteiras, a nível nacional e internacional.
	Desenvolvimento da prática profissional.

Domínio Operacional	Atividades	Indicadores	Metas	Responsabilidades
Efemérides	Dia Internacional do EESMO/Parteira (5 Maio 2017) **Atividade realizada:** Concurso de fotografia, com adereço " Um Coração com a gravação - ***Os EESMO/Parteiras fazem a diferença no mundo.*** "	Comemoração nas 5 SR da OE . (100%)	mínimo 80%	Vitor Varela
	Outros Eventos: **27.01.2017** Porto Encontro de Dotações Seguras de Saúde Materna e Obstétrica + 2ª Assembleia do CEESMO **05.05.2017** Lisboa-Dia Internacional do Enfermeiro Especialista em Enfermagem de Saúde Materna e Obstétrica (EEESMO) / Parteira **17 a 23.06.2017** Toronto ICM 31th Triennal Congresso Toronto 2017 **07.04.201** Dia Mundial da Saúde, com a organização da SRCentro e da MCEEMC, foram convidadas as restantes Mesas para integrarem as actividades comemorativas que irão decorrer no Alma Shopping em Coimbra. Elaboração de folheto sobre " Depressão pós parto ". 28/06/2017 Acção de vigília pacífica pelas 21h30, frente à residência oficial do Sr. Primeiro Ministro / Movimento de EESMO.			
	Semana Mundial do Aleitamento Materno (2 a 8 Outubro 2017) Actividade realizada a 2 de Outubro em Lisboa e 5 de Outubro de 2017 em Sevilha.	Comemoração nas 5 SR da OE (100%)	mínimo 80%	
Protocolos e Parcerias	Associação Portuguesa dos Enfermeiros Obstetras. Associação Portuguesa pelos Direitos da Mulher na Gravidez e no Parto. Actividades realizadas no 4º trimestre de 2017.	Reunião Anual	mínimo 1reunião	

Aprovado por unanimidade, sem alterações e com Aclamação, na 5ª Assembleia do Colégio da Especialidade de Enfermagem de Saúde Materna e Obstétrica, em 26 de Janeiro, em Lisboa

APÊNDICE 06

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES 2017

COLÉGIO DA ESPECIALIDADE DE ENFERMAGEM DE SAÚDE INFANTIL E PEDIÁTRICA

ASSEMBLEIA DO COLÉGIO DA ESPECIALIDADE DE ENFERMAGEM DE SAÚDE INFANTIL E PEDIÁTRICA

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO ANO 2017

APROVADO POR UNANIMIDADE, SEM ALTERAÇÕES NA 5ª ASSEMBLEIA DO COLÉGIO DA ESPECIALIDADE DE ENFERMAGEM DE SAÚDE INFANTIL E PEDIÁTRICA, EM 26 DE JANEIRO DE 2018, EM LISBOA

SUMÁRIO

1. MENSAGEM DA PRESIDENTE DA MESA DO COLÉGIO DE ESPECIALIDADE DE ENFERMAGEM DE SAÚDE INFANTIL E PEDIÁTRICA 3

2. BREVE APRESENTAÇÃO DA MESA DO COLÉGIO DE ESPECIALIDADE E INTRODUÇÃO DO RELATÓRIO 4

3. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS E RELAÇÃO COM PLANO DE ATIVIDADES 2017 5

4. CONCLUSÕES 15

Aprovado por unanimidade, sem alterações, na 5ª Assembleia do Colégio da Especialidade de Enfermagem de Saúde Infantil e Pediátrica, em 26 de Janeiro de 2018, em Lisboa.

1. MENSAGEM DA PRESIDENTE DA MESA DO COLÉGIO DE ESPECIALIDADE DE ENFERMAGEM DE SAÚDE INFANTIL E PEDIÁTRICA

A apresentação do presente Relatório de Actividades da Mesa do Colégio de Especialidade de Saúde Infantil e Pediátrica (MCEESIP) referente ao ano de 2017, pretende dar a conhecer aos seus membros todo o trabalho realizado ao longo do ano, bem como, dar cumprimento a uma das suas funções estatutárias

As actividades descritas, revelam o desempenho dos elementos da MCEESIP, incluindo as planeadas no início do seu mandato para o ano de 2017, bem como, todas as actividades que a Mesa teve oportunidade de realizar e/ou participar. Estas tiveram sempre como finalidade, o desenvolvimento da Enfermagem de Saúde Infantil e Pediátrica e a optimização dos cuidados de enfermagem prestados aos bebés, crianças e jovens adolescentes.

Assim, a MCEESIP agradece a todos os elementos que colaboraram direta e indiretamente na realização de algumas actividades do Colégio, contribuindo desta forma para atingirmos praticamente todos os objectivos que nos propusemos para 2017.

Presidente da Mesa do Colégio de Especialidade de Saúde Infantil e Pediátrica
Lina Pereira
Enfermeira Lina Pereira

Aprovado por unanimidade, sem alterações, na 5ª Assembleia do Colégio da Especialidade de Enfermagem de Saúde Infantil e Pediátrica, em 26 de Janeiro de 2018, em Lisboa.

2. BREVE APRESENTAÇÃO DA MESA DO COLÉGIO DE ESPECIALIDADE E INTRODUÇÃO DO RELATÓRIO

A actual MCEESIP é composta pelos seguintes elementos:

- Presidente – Enfermeira Lina Pereira
- Secretária – Enfermeira Filipa Barbosa
- Secretária – Enfermeira Sofia Abreu

A MCEESIP representa os enfermeiros portugueses especialistas em enfermagem de Saúde Infantil e Pediátrica. A qualidade dos cuidados especializados prestados à criança/jovem e família, depende da interdependência entre as competências específicas adquiridas por estes enfermeiros, o número de enfermeiros especialistas e os ambientes em que desempenham as suas funções.

No âmbito da candidatura da Ordem dos Enfermeiros (OE) para este mandato, a MCEESIP integra os compromissos assumidos, nomeadamente os que estão diretamente relacionados com a especialidade em Saúde Infantil e Pediátrica: Especialidades de Enfermagem; Qualidade no Ensino e nos Serviços de Saúde; Proximidade, Diálogo, Modernização e Tecnologia; Investigação e Empreendedorismo; Dotações Seguras dos Cuidados de Enfermagem

O Colégio tem como desígnio, assegurar o cumprimento dos direitos das crianças, jovens e famílias, proporcionando cuidados de enfermagem de qualidade que deem resposta às suas reais necessidades.

Prestar cuidados de enfermagem especializados numa fase de permanente evolução da ciência e da tecnologia, requer por parte dos enfermeiros especialistas, uma atualização permanente dos seus conhecimentos. A MCEESIP considera fundamental o cuidado especializado de enfermagem às crianças e jovens nas suas diferentes dimensões e respetivas necessidades, o que requer um aumento de competências dos profissionais através do desenvolvimento pessoal e profissional (autoformação, formação contínua, formação especializada, investigação).

3. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS E RELAÇÃO COM PLANO DE ATIVIDADES 2017

PRESTAÇÃO DE CUIDADOS

OBJECTIVO OPERACIONAL:
- Promover o desenvolvimento de Cuidados de Enfermagem Especializados em SIP;
- Acompanhar os enfermeiros de SIP nas suas práticas;
- Incentivar a nível dos Cuidados de Saúde Primários (CSP) a articulação dos EESIP e a comunidade;
- Promover as Boas Práticas em Enfermagem de Saúde Infantil e Pediátrica (ESIP).

DOMÍNIO OPERACIONAL: Prestação de cuidados

ACTIVIDADES:

COLABORAÇÃO NA ELABORAÇÃO DE GUIAS ORIENTADORES DE BOAS PRÁTICAS (GOBP)

- **Promoção da Autonomia dos pais de crianças com hemofilia na preparação e administração do factor VIII** (Realizámos três reuniões com o grupo de trabalho, no entanto, ainda não sabemos se haverá continuidade deste Guia);
- **Guia de Boas Práticas Cuidados Promotores do Desenvolvimento Neonatal –** O grupo encontra-se a elaborar o corpo do Guia para enviar para avaliação da Mesa, seguindo-se o agendamento de uma reunião entre a Mesa e o grupo de trabalho;
- **Guia de Boas Práticas em Saúde Escolar** – O grupo reuniu-se com a MCEESIP no dia 11.05.2017 apresentando uma proposta para a elaboração do referente Guia. Sendo a Saúde Escolar uma das áreas identificadas pela MCEESIP como de prioritária intervenção, iniciámos a organização do trabalho para a elaboração do mesmo. Na Secção Regional Norte, o grupo de trabalho realizou duas tertúlias com enfermeiros da área da Saúde Escolar, sob o tema "Intervenção Precoce na Infância" e "As Crianças com Necessidades de Saúde na Escola". As referentes Tertúlias decorreram nos dias 10.11.2017 e 24.11. e permitiram realizar um diagnóstico de necessidades nesta área de intervenção.

- IDENTIFICAÇÃO DE FOCOS SENSÍVEIS AOS CUIDADOS DE ENFERMAGEM ESPECIALIZADOS EM SIP

- A MCEESIP está a iniciar a identificação de focos sensíveis aos cuidados de enfermagem especializados em ESIP.

- REALIZAÇÃO DE VISITAS DE ACOMPANHAMENTO PROFISSIONAL SEMPRE QUE NECESSÁRIO

- Hospital das Caldas da Rainha - Unidade de Cuidados Neonatais – Foi realizada uma Visita de Acompanhamento do Exercício Profissional de Enfermagem (VAEP) a 17 de Abril, conjuntamente com a Secção Regional do Centro. Em representação da Mesa esteve a Enfermeira Sofia Abreu;

- Hospital de São João – VAEP ao Serviço de Internamento Pediátrico no dia 19 de Abril com elementos da Secção Regional do Norte. Em representação da Mesa esteve a Enfermeira Filipa Barbosa;

- Hospital Garcia de Orta -VAEP realizada a 22 de Maio ao serviço de neonatologia em conjunto com a Secção Regional do Sul. Em representação da Mesa esteve a Enfermeira Sofia Abreu.

Aprovado por unanimidade, sem alterações, na 5ª Assembleia do Colégio da Especialidade de Enfermagem de Saúde Infantil e Pediátrica, em 26 de Janeiro de 2018, em Lisboa.

- Centro Hospitalar Vila Nova de Gaia/Espinho - realizada a 25 de Agosto em conjunto com a Secção Regional do Norte. Em representação da Mesa esteve a Enfermeira Sofia Abreu;

- **EMISSÃO DE PARECERES NA ÁREA DA SIP**

- Parecer n.º 05/2017 - Eventual Negligência na preparação de cuidados prestados por Enfermeiro a um recém-nascido;
- Parecer n.º 06/2017_ Aplicação de calor em seroma provocado por infiltração de seroterapia em lactentes;
- Parecer n.º 07/2017 - Atribuição de responsável de turno;
- Parecer n.º 08/2017 - Apreciação do Plano de Estudos do Curso de Mestrado em Enfermagem de Saúde Infantil e Pediátrica da Escola Superior de Saúde da Guarda – Instituto Politécnico da Guarda.~
- Escola Vale do Ave- Apreciação por várias vezes do Plano de Estudos da Especialidade de SIP.

- **REUNIÃO COM AS COMISSÕES E GRUPOS DE TRABALHO DE ASSESSORIA TÉCNICA AO DESENVOLVIMENTO DA QUALIDADE DOS CUIDADOS PRESTADOS**
- Reunião com a Comissão de Apoio Técnico da MCEESIP - dia 07.04 às 14h;
- Reunião sobre a operacionalização do despacho sobre vacinação da DGS, no dia 08.05.2017;
- Reunião com o grupo de Trabalho para a Regulação Padrões de Qualidade dos Cuidados
- Reunião para apreciação do documento elaborado pela Ordem dos Psicólogos acerca da integração dos psicólogos nos cuidados de Saúde Primários (CSP) - Contributos dos enfermeiros;
- Reunião com o grupo de trabalho que está a elaborar o Guia de Orientação sobre a prestação de cuidados de enfermagem ao Recém-nascido internado na UCIN e família, dia 28.09.2017 às 14h;
- Reunião com o Grupo Nacional de Trabalho para o desenvolvimento das Unidades de Cuidados na Comunidade na sede da OE no dia 04.12.2017.

- **REUNIÕES COM ASSOCIAÇÕES, ESCOLAS E OUTROS PARCEIROS DA COMUNIDADE**

- Reunião com uma enfermeira da Unidade de Neotalogia do Hospital de Faro em conjunto com a Presidente da Associação Nascer Prematuro no dia 06.01.2017. A Presidente teve o seu filho internado dois meses na neonatologia, tendo-se apercebido da importância dos cuidados de enfermagem prestados ao seu filho, assim como, a qualidade dos ensinos que eram realizados aos pais das crianças. Teve consciência que a recuperação do seu filho se deveu em muito, ao brilhante desempenho dos enfermeiros prestando cuidados de enfermagem com qualidade.
- Neste sentido, a referida enfermeira evocou a importância da uniformização dos cuidados de enfermagem prestados nestas unidades. Assim, foi constituído um grupo de trabalho em que a enfª Elsa é a responsável do grupo com a finalidade da realização de um GOBP para as unidades de neonatologia, bem como, a realização e em conjunto com a MCEESIP a revisão e elaboração dos Padrões da Qualidade para a área Neonatal
- Instituto de Apoio à Criança (IAC) Sector de Humanização – Solicitação de Reunião para eventual colaboração. A Mesa reuniu com dois elementos da Associação que nos solicitaram a colaboração em estudos que pretendem realizar. Aceitamos a colaboração e inclusive já demos os nossos contributos para um questionário que o Instituto realizou.

INVESTIGAÇÃO

OBJECTIVO OPERACIONAL
- Incentivar o desenvolvimento da investigação entre os membros da MCEESIP;
- Sensibilizar os membros do colégio para a melhoria da qualidade dos cuidados de enfermagem evidenciando a prática baseada na evidência científica;
- Colaborar com o Núcleo da Investigação e dos Padrões da Qualidade da Ordem dos Enfermeiros (OE).

DOMÍNIO OPERACIONAL: Investigação

- **DIVULGAMOS NO MICROSITE DA OE ESTUDOS CIENTÍFICOS RELEVANTES PARA A SIP**

  - Vaccinate or not vaccinate
  - What future for Pediatric Nursing
  - Nursing skill mix in European hospitals: cross-sectional study of the association with mortality, patient ratings, and quality of care
  - Palliative nursing care of children and young people across Europe
  - Mapping of paediatric palliative care services in Europe
  - Parental experiences with a paediatric palliative care team: A qualitative study
  - Core competencies for education in Paediatric Palliative Care
  - Climate and health: joining up the pieces, scaling up the action
  - Santé et changement climatique : réponses politiques pour protéger la santé publique
  - European Journal of Palliative Care
  - Health of child immigrants, specifically unaccompanied Minors
  - Access to healthcare: Breaking down barriers

- **GRUPO PARA TRABALHAR A REGULAÇÃO DOS PADRÕES DE QUALIDADE DOS CUIDADOS ESPECIALIZADOS AO RECÉM-NASCIDO INTERNADO NA UCIN E FAMÍLIA COMPOSTO PELOS SEGUINTES ENFERMEIROS**

Grupo de Trabalho para a Regulação Padrões de Qualidade dos Cuidados Especializados ao Recém-nascido internado na UCIN e família (FP 02/2017)			
NOMES DOS ELEMENTOS DO GRUPO	**N.º DE MEMBRO**	**INSTITUIÇÃO**	**APROVAÇÃO**
Elsa Silva (Coordenadora)	8991	Centro Hospitalar do Algarve, E.P.E	NI BAST 2017/22
Maria da Graça Roldão	10451	(Hospital de Faro)	
Dino Nelson Vieira Fernandes	4877	Centro Hospitalar Lisboa Norte, E.P.E	
Olga Maria dos Santos Vasconcelos	8103	Centro Hospitalar Lisboa Ocidental, E.P.E	
Maria Madalena Pacheco	15079	Centro Hospitalar de São João, E.P.E	
Sabina de Pinho Fernandes	38117	ULS da Guarda	
Liliana Patrícia Leitão Ferraz	48830	Centro Hospitalar de Coimbra	
Simão Pedro Pereira Vilaça	43405	Docente da Universidade do Minho	

- **Actualmente a MCEESIP encontra-se na fase de estabelecer uma parceria com a Escola de Psicologia da Universidade do Minho a fim de colaborar num projecto com crianças do pré-escolar e** 1° ciclo, que

visa a aquisição de estratégias e processos de auto-regulação que aumentem a qualidade da aprendizagem, gestão das emoções e adopção de comportamentos promotores do sucesso escolar

- **Participação em duas reuniões promovidas pela Paediatric Nursing Associations of Europe (PNAE):**

- Participação na reunião realizada a 27 e 28 de Abril em Nápoles - A Enfermeira Lina Pereira e a Enfermeira Sofia Abreu estiveram presentes no 29° Meetting da PNAE;
- Participação na reunião a 18 e 18 de Outubro em Reyikjavik - A Enfermeira Filipa Barbosa e a Enfermeira Sofia Abreu estiveram presentes no 30° Meetting da PNAE;

- **Colaboração nos estudos realizados pela PNAE sobre temas relevantes para o desenvolvimento da ESIP**
- Colaboração nos estudos realizados pela PNAE sobre temas relevantes para o desenvolvimento da ESIP em 10.02.2017 – PNAE_Scottish Intellectual Disabilities Transitions Research Project Health and Food Safety questionário respondido pela MCEESIP, em 23.02.2017;
- Collation palliative care for children and young people, validação de resumo de Portugal enviado pela PNAE em 02.02.2017;

- **Colaboração com a European Society of Paediatric and Neonatal Intensive Care (Espnic) na organização do 28th Annual Meeting, realizado entre 6 e 9 de Junho de 2017 no Centro de Congressos de Lisboa**
- Seis enfermeiros portugueses apresentaram comunicações, onde deram a conhecer as Boas Práticas da Enfermagem Portuguesa. Estiveram presentes no congresso 1167 participantes.

- **Colaboração com o núcleo da investigação e dos padrões da qualidade**
- A Mesa esteve presente nas reuniões destes núcleos que ocorreram nos dias 14 de Maio com a presença da Enfermeira Sofia Abreu (em representação da Presidente da MCEESIP), 10 de Julho e 12 de Dezembro esteve presente a Enfermeira Lina Pereira.

DOCÊNCIA

OBJECTIVO OPERACIONAL
- Promover a qualidade do ensino da especialização em SIP;
- Articular com os docentes responsáveis pelas especializações de enfermagem.

DOMÍNIO OPERACIONAL 1: Reestruturação curricular

- **Auditorias em conjunto com o Conselho de Enfermagem, de planos de Estudos de Cursos de Pós-Licenciatura de Especialização e de Cursos de Mestrado em Enfermagem de SIP**

Foram apreciados Planos de Estudos de três Escolas de Enfermagem

DOMÍNIO OPERACIONAL 2: Inovação e Desenvolvimento

ACTIVIDADES

- **Colaboração com as Escolas de Enfermagem em trabalhos de investigação sempre que seja oportuno;** Ainda não surgiu oportunidade para tal colaboração.

- **Participação em eventos científicos na área da SIP.**

Aprovado por unanimidade, sem alterações, na 5ª Assembleia do Colégio da Especialidade de Enfermagem de Saúde Infantil e Pediátrica, em 26 de Janeiro de 2018, em Lisboa.

- Participação no I Congresso Internacional de Enfermagem de Saúde Infantil e Pediátrica - Investigação, Conhecimento e Prática Clínica, que decorreu entre os dias 8 e 10 de Junho de 2017, na Escola Superior de Enfermagem de Coimbra.

DOMÍNIO OPERACIONAL 3: Supervisão

ACTIVIDADES

- **Definição do referencial para a construção do perfil de competências do supervisor clínico para a Especialidade em Enfermagem de Saúde Infantil e Pediátrica**
- Enviados os contributos da MCEESIP sobre o Referencial de Avaliação da Idoneidade Formativa dos Contextos de Prática Clínica – Modalidades e Progressividade.

FORMAÇÃO

OBJECTIVO OPERACIONAL
- Promover o desenvolvimento de competências, técnicas, científicas, comunicacionais e relacionais dos enfermeiros SIP;
- Optimizar a relação com os membros do Colégio, com vista a uma maior proximidade e envolvimento;
- Regular o suporte à formação da Especialidade de Enfermagem de Saúde Infantil e Pediátrica.

DOMÍNIO OPERACIONAL 1: Formação científica, técnica, cultural e profissional

ACTIVIDADES REFERENTES AO DOMÍNIO OPERACIONAL 1:

- **Organização do VI Encontro de Benchmarking do CEESIP – Braga**
  A Mesa organizou o VI Encontro de Benchmarking do CEESIP, que decorreu nos dias 27 e 28 de Outubro no Auditório do Museu de Arqueologia D. Diogo de Sousa, em Braga, onde houve estiveram presentes 95 enfermeiros.
  Realização de um diagnóstico de necessidades de formação junto dos membros do Colégio (questionário). Ainda não realizado por falta de tempo.
- **Propor grupo de trabalho para iniciar a elaboração de um GOBP sobre "Diabetes na Infância"**
  Estamos a formalizar um grupo de trabalho para a elaboração do GOBS sobre a Diabetes na infância.

DOMÍNIO OPERACIONAL 2: Acreditação da formação

ACTIVIDADES REFERENTES AO DOMÍNIO OPERACIONAL 2:

- **Avaliação dos processos formativos e certificação de competências para a atribuição de título de Enfermeiro Especialista em SIP;**
- A MCEESIP elaborou uma proposta de Programa Formativo de Enfermagem em Saúde Infantil e Pediátrica que foi aprovada por unanimidade na IV Assembleia Extraordinária.
- **Avaliação/criação dos requisitos necessários para a revalidação da cédula profissional**
- A MCEESIP ainda se encontra a trabalhar neste ponto.
- **Criação de indicadores para a acreditação dos contextos de prática clínica para a Prática Tutelada em Enfermagem**
- A MCEESIP ainda se encontra a trabalhar neste ponto.
- **Definir critérios do supervisor clínico em Prática Tutelada em Enfermagem para EESIP**

Aprovado por unanimidade, sem alterações, na 5ª Assembleia do Colégio da Especialidade de Enfermagem de Saúde Infantil e Pediátrica, em 26 de Janeiro de 2018, em Lisboa.

- Reunião com os elementos da Estrutura de Idoneidade Formativa no dia 29 de Março, esteve presente a Enfermeira Sofia Abreu.
- Avaliação do documento final de avaliação da Idoneidade Formativa dos Contextos de Prática Clínica

- **Participação e oferta de programas formativos para os membros do Colégio,**
  A Mesa ainda não realizou oferta de programas formativos para os membros do Colégio.

ASSESSORIA

OBJECTIVO OPERACIONAL
- Proporcionar aos membros do colégio assessoria sempre que necessário, levando a um maior envolvimento e proximidade;
- Fomentar uma melhor articulação entre os membros do colégio.

DOMÍNIO OPERACIONAL: Assessoria, Aconselhamento e Recomendação

ACTIVIDADES

- **EMISSÃO DE RESPOSTA A PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO E/OU PARECERES DE ÂMBITO CIENTÍFICO, TÉCNICO OU PROFISSIONAL**

✓ Em Janeiro 2017 – Resposta ao Programa Nacional de Vacinação 2017;
✓ Email de 4.01.2017 – Norma da DGS – Febre de Curta Duração em Idade Pediátrica;
✓ Em16.06.2017 - PNAE - amended draft PNAE Position Statement PPC June 2017;
✓ Análise do Despacho sobre as estratégias de Enfermagem que contribuem para a diminuição da ansiedade da criança;
✓ Pedido de esclarecimento sobre o Curso de massagem infantil por parte de uma colega;
✓ Pedido de esclarecimento sobre mobilidade de enfermeira especialista;
✓ Pedido de informação sobre estágios de Especialidade de Saúde Infantil e Pediátrica;
✓ Proposta de elemento a integrar o Grupo de Trabalho para a definição da política nacional para a alimentação de lactentes e de crianças pequenas;
✓ Esclarecimento sobre as funções dos enfermeiros especialistas nas equipas locais de intervenção precoce;
✓ Pronúncia sobre Projecto de Despacho/Acompanhamento em cirurgia de crianças;
✓ Pronúncia sobre Projecto de Investigação – alimentação oral no recém-nascido prematuro e a pertinência desta escala constar no S-Clínico;
✓ Pronúncia sobre o Programa Regional de Vacinação 2017;
✓ Pronúncia sobre Norma de Orientações Profissional da Ordem dos Nutricionistas;
✓ Pronúncia sobre conduta a adoptar perante a ocorrência de acidentes durante a administração de vacinas extra PNV.

- **DIVULGAÇÃO DOS PARECERES NO MICROSITE DA MCEESIP DA OE**

✓ **Parecer Conjunto 01/2017** sobre Atribuição de responsável de turno em Pediatria;
✓ **Parecer 04/2016** sobre Administração da prova de tuberculina e da vacina da BCG por enfermeiros especialistas;
✓ **Parecer 03/2016** sobre A idade determinante para o autocuidado na criança em Portugal;
✓ **Parecer 02/2016** sobre Vacinação contra a tuberculose em crianças pertencentes a grupos de risco com a vacina BCG;

Aprovado por unanimidade, sem alterações, na 5ª Assembleia do Colégio da Especialidade de Enfermagem de Saúde Infantil e Pediátrica, em 26 de Janeiro de 2018, em Lisboa.

- ✓ **Parecer 01/2016** sobre Plano Anual de Operacionalização das Prioridades Consignadas na Estratégia Integrada para as Doenças Raras 2015-2020).

- **REPRESENTAÇÃO DO CESIP EM EVENTOS**

- ✓ "A Câmara e as Profissões vão às escolas" – no dia 23 e 31 de Março, a enfermeira Filipa Barbosa, colaborou com a Secção Regional do Norte, a pedido da Câmara Municipal de Gondomar, para fazerem sessões de educação para a saúde. No dia 23.03 foram contemplados os alunos de estabelecimentos de educação do Pré-escolar – Escolas de Baixinho, Seixo e Baguin e no dia 31.03 foi contemplado o Agrupamento de Canedo e Rio Tinto, Escolas de Areja, Entre-Cancelas e Baguin;
- ✓ Congresso de Saúde Infantil e Pediátrica da Escola Superior de Enfermagem de Coimbra, no painel "*A Formação Especializada em ESIP – Passado, presente e futuro*", no dia 08 de Junho, esteve a Enfermeira Filipa Barbosa;
- ✓ Comemoração dos 40 anos do Hospital Pediátrico em Coimbra - esteve presente a Enfermeira Lina Pereira;
- ✓ Componente Científica do 38° Encontro Nacional de Estudantes de Enfermagem – Estiveram presentes as Enfermeiras Sofia Abreu e Filipa Barbosa com apresentação do tema dos Workshops "Suporte Básico de Vida Neonatal e Pediátrico e Desobstrução da Via Aérea";
- ✓ Programa Grandes Manhãs no Porto Canal para falar sobre "A importância do brincar no desenvolvimento da criança". Tema inserido nas efemérides do Dia Mundial da Criança e Dia Internacional do Brincar. Esteve presente a enfermeira Filipa Barbosa;
- ✓ No Caminho da Investigação: O Enfermeiro na Saúde Escolar - esteve presente a Enfermeira Lina Pereira;
- ✓ Sessão de Abertura das Comemorações dos 40 anos do Hospital Pediátrico de Coimbra – esteve presente a Enfermeira Lina Pereira;
- ✓ Cerimónia de Atribuição da Qualidade de Membro Honorário à Enfermeira Ana Queirós – esteve presente a Enfermeira Lina Pereira;
- ✓ Workshop "Construção de indicadores Sensíveis aos cuidados de Enfermagem" – esteve presente a Enfermeira Lina Pereira;
- ✓ Gare Marítima da Rocha Conde de Óbitos - Exposição Comemorativa "Operação Nariz Vermelho - 15 ANOS" – Esteve presente a Enfermeira Lina Pereira;
- ✓ Encontro Ibérico no âmbito da Semana Mundial do Aleitamento Materno – esteve presente a Enfermeira Lina Pereira;
- ✓ Mesa de Abertura III Encontro dos Enfermeiros de Neonatologia da Área de Lisboa – esteve presente a Enfermeira Lina Pereira;
- ✓ Cerimónia de Vinculação à Profissão da Secção Regional do Sul – esteve presente a Enfermeira Lina Pereira;
- ✓ APLO CAOS - XIII CAOS - Seminário de optometreia - para moderar a mesa: Importância da ligação e abordagem multidisciplinar de utentes dos nossos serviços como enfermeiros e optometristas – esteve presente a Enfermeira Filipa Barbosa.

- **Comemoração das efemérides, com uma mensagem alusiva ao dia a comemorar no microsite do Colégio**
- A MCEESIP decidiu assinalar no Microsite do Colégio, dias que considera importantes para a Saúde Infantil e Pediátrica, no Plano Nacional e Mundial, com um texto alusivo aos referidos dias. Em parceria com o Departamento de Comunicação e Imagem estes textos foram sido divulgados nos referidos dias no microsite. Os dias assinalados foram os seguintes:
  - ✓ Dia Internacional da Criança com Cancro (15.02),
  - ✓ Dia Internacional da Síndrome de Asperger (18.02),
  - ✓ Dia Mundial das Doenças Raras (28.02)

Aprovado por unanimidade, sem alterações, na 5ª Assembleia do Colégio da Especialidade de Enfermagem de Saúde Infantil e Pediátrica, em 26 de Janeiro de 2018, em Lisboa.

- ✓ Dia Mundial da Saúde Oral (20.03)
- ✓ Dia Mundial da Trissomia 21 (21.03)
- ✓ Dia Mundial da Juventude (29.03)
- ✓ Dia Mundial da Nutrição (31.03)
- ✓ Dia Mundial da Consciencialização do Autismo (02/04)
- ✓ Dia Mundial da Saúde (07/04)
- ✓ Dia Mundial da Hemofilia (17.04)
- ✓ Dia Mundial da Asma (02.05)
- ✓ Dia Internacional do Enfermeiro (12.05)
- ✓ Dia Internacional das Famílias (15.05)
- ✓ Dia Internacional das crianças desaparecidas (25.05)
- ✓ Dia Internacional do Brincar (20/05)
- ✓ Dia Mundial da Criança (01.06)
- ✓ Dia Mundial contra o trabalho infantil (12.06).

Alguns destes textos foram utilizados em artigos da revista **CUIDA.**
A Mesa elaborou um texto sobre os maus tratos infantis que esteve disponível no microsite da mesa ao longo do mês de Abril.

GESTÃO

OBJECTIVO OPERACIONAL
- Alertar os serviços de saúde ligados à idade pediátrica para o cumprimento das dotações seguras de enfermagem

DOMÍNIO OPERACIONAL: Gestão de Cuidados

ACTIVIDADES

- **Informação aos enfermeiros sobre a necessidade imperiosa do cumprimento das dotações seguras em SIP**
- Nas Visitas de Acompanhamento realizadas, alertámos os enfermeiros de ESIP para exigirem aos chefes e administrações o cumprimento das dotações seguras.
- **Sensibilização das chefias para o cumprimento das dotações seguras através de contactos**
- Nas VAEP que realizámos, em conjunto com enfermeiros das Secções Regionais, alertámos as chefias para o incumprimento das dotações seguras e realizámos relatórios dos serviços de saúde infantil.
- **Colaboração com a Comissão de Qualidade dos Cuidados de Enfermagem na elaboração de directrizes no que diz respeito às dotações seguras em cuidados especializados**
- Enviado ao Conselho de Enfermagem, as directrizes sobre as dotações seguras em pediatria.
- Analisado o projecto de regulamentação de aprovação da norma para o cálculo de dotações seguras dos cuidados de enfermagem e elaborada pronúncia sobre a mesma pela MCEESIP.

ACTIVIDADES CORRENTES

DOMÍNIO OPERACIONAL 1: Procedimentos Internos

ACTIVIDADES REFERENTES AO DOMÍNIO OPERACIONAL 1:

- **Cumprimento das funções estatutárias**

✓ Reunião da MCEESIP com o Conselho Directivo a 10.01.2017;

Aprovado por unanimidade, sem alterações, na 5ª Assembleia do Colégio da Especialidade de Enfermagem de Saúde Infantil e Pediátrica, em 26 de Janeiro de 2018, em Lisboa.

- ✓ Reunião da MCEESIP com o interlocutor do CD com as Mesas, Sr. Enfermeiro Luís Barreira a 05.05.2017 às 16h;
- ✓ Reunião da MCEESIP com o interlocutor do CD com as Mesas, Sr. Enfermeiro Luís Barreira e a Presidente do Conselho de Enfermagem, Sr.ª Enfermeira Ana Fonseca a 04.10.2017;
- ✓ II Assembleia Geral da MCEESIP a 28.01.2017;
- ✓ III Assembleia Extraordinária da MCEESIP a 18.11.2017;
- ✓ IV Assembleia Extraordinária da MCEESIP a 25.11.2017;
- ✓ II Encontro Nacional de Órgãos Estatutários de 24 a 26.03.2017 – Estiveram presentes os três elementos da Mesa;
- ✓ Reuniões ordinárias da MCEESIP:
  12ª Reunião da MCEESIP - 06.01.2017
  13ª Reunião da MCEESIP - 27.01.2017
  14ª Reunião da MCEESIP - 03.03.2017
  15ª Reunião da MCEESIP - 07.04.2017
  16ª Reunião da MCEESIP - 05.05.2017
  17ª Reunião da MCEESIP - 26.05.2017
  18ª Reunião da MCEESIP - 23.06.2017
  19ª Reunião da MCEESIP - 21.07.2017
  20ª Reunião da MCEESIP - 25.08.2017
  21ª Reunião da MCEESIP - 28.09.2017
  22ª Reunião da MCEESIP - 26.10.2017
  23ª Reunião da MCEESIP - 17.11.2017
  24ª Reunião da MCEESIP - 15.12.2017

- **MANTER UM BOM FUNCIONAMENTO DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA MESA DO COLÉGIO**

DOMÍNIO OPERACIONAL 2: Gestão documental

ACTIVIDADES REFERENTES AO DOMÍNIO OPERACIONAL 2:

- Resposta ao expediente EDOC's
- Resposta ao expediente tanto por e-mail como pela Gestão Documental (Edoclink) com a celeridade possível.

DOMÍNIO OPERACIONAL 3: Comunicação Interna e Externa

ACTIVIDADES REFERENTES AO DOMÍNIO OPERACIONAL 3:

- **Utilização e dinamização do micro webpage do CEESIP**
- Divulgação de **Dias Alusivos à Saúde Infantil e Pediátrica**, no Microsite da Mesa, em parceria com o Departamento de Comunicação e Imagem. Os textos realizados já foram descritos atrás.
- Elaborado texto sobre os maus tratos infantis que esteve disponível no microsite da MCEESIP ao longo do mês de Abril;
- A Mesa divulgou um resumo das actividades realizadas ao longo do primeiro semestre de 2017 e publicou no microsite do Colégio;
- A Mesa divulgou estudos científicos relevantes para a SIP.

Aprovado por unanimidade, sem alterações, na 5ª Assembleia do Colégio da Especialidade de Enfermagem de Saúde Infantil e Pediátrica, em 26 de Janeiro de 2018, em Lisboa.

COOPERAÇÃO INSTITUCIONAL

DOMÍNIO OPERACIONAL 1: Participação em comissões e grupos de trabalho nacionais (autopropostos)

ACTIVIDADES REFERENTES AO DOMÍNIO OPERACIONAL 1:

- **Colaboração em comissões e grupos de trabalho que constituam uma mais-valia para os enfermeiros de SIP.**
  - Grupo de trabalho da Rede Nacional de Especialidade Hospitalar e de Referenciação Materna, da Criança e do Adolescente – Enfermeira Lina Pereira integra o referido grupo.

DOMÍNIO OPERACIONAL 2: Participação em representações internacionais (a convite)

ACTIVIDADES REFERENTES AO DOMÍNIO OPERACIONAL 2:

- **PARTICIPAÇÃO EM REPRESENTAÇÕES INTERNACIONAIS SEMPRE QUE NECESSÁRIO**

A Mesa ainda não teve oportunidade para tal.

REDE OE

DOMÍNIO OPERACIONAL: Efemérides

ACTIVIDADES

- **Comemoração das efemérides: Mês de Prevenção dos Maus Tratos Infantis, Dia Mundial da Criança e Dia Mundial da Sensibilização para a Prematuridade**
  - Como já referido anteriormente o mês de Abril é internacionalmente alusivo à Prevenção dos Maus Tratos Infantis. Elaborámos um texto sobre os maus tratos infantis, que esteve disponível no nosso microsite ao longo do mês de Abril.
  Foi realizado pela enfermeira Filipa Barbosa actividades com os alunos do pré-escolar e do 1° ciclo da Escola de Vila Verde, juntamente com e o ACES Gerês/Cabreira (UCC de Vila Verde) que assinalaram este mês, com a realização de uma largada de balões, entrega de flores feitas de papel reciclado e pau de árvore com uma mensagem alusiva ao tema, entrega de uma gelatina de cor azulada referente à cor das nódoas negras, a todos os utentes do Centro de Saúde de Vila Verde;
  - Em relação ao Dia Mundial da Criança a MCEESIP realizou diversas actividades. Na Unidade de Cuidados Intensivos Neonatais e Pediátricos do Hospital Dr. Nélio Mendonça foi assinalado o Dia Mundial da Criança pela Enfermeira Sofia Abreu, decorando a porta da Unidade com figuras alusivas ao Dia e elaborado e entregue aos pais uma lembrança com a impressão do pé de cada bebé internado. Os alunos do pré-escolar e do 1° Ciclo do Agrupamento de Escolas de Vila Verde, Braga, expuseram os trabalhos realizados alusivos ao Dia Mundial da Criança, trabalhos esses, que foram expostos no jardim da Câmara Municipal de Vila Verde. As actividades foram realizadas pela enfermeira Filipa Barbosa, em colaboração com o ACES Gerês/Cabreira, Agrupamento de Escolas de Vila Verde e Câmara Municipal de Vila Verde. Na Unidade de Cuidados na Comunidade Cuidar+ do ACES Lisboa Ocidental e Oeiras, realizou-se o "Hospital da Bonecada" com a presença de 120 crianças do 1° ciclo.
  - Para a comemoração do Dia Mundial da Sensibilização para a Prematuridade a MCEESIP elaborou-se um panfleto de acordo com o tema e enviados a todas as Unidades de Neonatologias do país, a fim de serem distribuídos aos pais dos bebés prematuros.

Aprovado por unanimidade, sem alterações, na 5ª Assembleia do Colégio da Especialidade de Enfermagem de Saúde Infantil e Pediátrica, em 26 de Janeiro de 2018, em Lisboa.

4. CONCLUSÕES

Para a MCEESIP o ano de 2017 foi repleto de enormes desafios. A concretização da maior parte dos objetivos traçados, requereu dos elementos da MCEESIP um trabalho árduo tendo sempre como factor limitador o "tempo". No entanto com muita dedicação, envolvimento e motivação, demos o nosso melhor em prol da Enfermagem de Saúde Infantil e Pediátrica.

A nossa forte convicção, o trabalho de equipa e as parcerias realizadas, a convivência e a partilha de conhecimentos com os nossos pares, a participação nos trabalhos de investigação com a Associação dos Enfermeiros Pediátricos Europeus e todos os contributos que conseguimos dar no âmbito da nossa especialidade e em outras áreas, permite-nos fazer um balanço muito positivo do ano de 2017, mas, com a certeza que ainda temos muito que trabalhar.

A colaboração de todos os membros da OE, dos pares da SIP que connosco colaboraram em diversas actividades e projetos, constituíram uma mais-valia para o desempenho da MCEESIP, pelo que, expressamos aqui um enorme agradecimento a todos que connosco colaboraram, pois sem a sua imperiosa ajuda não seria possível a realização de alguns trabalhos realizados pelo Colégio.

Assim, propomo-nos continuar proactivas e a trabalhar afincadamente em 2018, centradas na Enfermagem de Saúde Infantil e Pediátrica e nos enfermeiros especialistas em Enfermagem de Saúde Infantil e Pediátrica.

Aprovado por unanimidade, sem alterações, na 5ª Assembleia do Colégio da Especialidade de Enfermagem de Saúde Infantil e Pediátrica, em 26 de Janeiro de 2018, em Lisboa.

APÊNDICE 07

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES 2017

COLÉGIO DA ESPECIALIDADE DE ENFERMAGEM DE SAÚDE MENTAL E PSIQUIÁTRICA

ASSEMBLEIA DO COLÉGIO DA ESPECIALIDADE DE ENFERMAGEM DE SAÚDE MENTAL E PSIQUIÁTRICA

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DE 2017

APROVADA POR MAIORIA, SEM ALTERAÇÕES NA 5ª ASSEMBLEIA DO COLÉGIO DA ESPECIALIDADE DE ENFERMAGEM DE SAÚDE MENTAL E PSIQUIÁTRICA, EM 27 DE JANEIRO DE 2018, EM FARO

Relatório de Actividades do ano 2017

Colégio da Especialidade de Enfermagem de Saúde Mental e Psiquiátrica

SUMÁRIO

0. NOTA INTRODUTÓRIA 2

1. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS E RELAÇÃO COM PLANO DE ATIVIDADES 2017 3

2. RELAÇÃO COM O PLANO DE ATIVIDADES DE 2017 8

NOTA FINAL 9

Aprovado por maioria, sem alterações, na 5ª Assembleia do Colégio da Especialidade de Enfermagem de Saúde Mental e Psiquiátrica, no dia 27 de Janeiro de 2018, em Faro

Relatório de Atividades do ano 2017

Colégio da Especialidade de Enfermagem de Saúde Mental e Psiquiátrica

0. NOTA INTRODUTÓRIA

A apresentação do relatório de atividades pela Mesa do Colégio da Especialidade de Enfermagem de Saúde Mental e Psiquiátrica (MCEESMP) cumpre uma obrigação estatutária e apresenta aos membros do Colégio informação detalhada acerca do trabalho realizado durante o ano de 2017.

Este documento enumera as atividades e eventos onde a MCEESMP esteve envolvida tanto na execução como na participação e em articulação com os órgãos da Ordem dos Enfermeiros. Pretende ainda analisar a execução do plano de atividades aprovado para 2017 em Assembleia do Colégio da Especialidade de Enfermagem de Saúde Mental e Psiquiátrica (CEESMP) em Janeiro de 2017, justificando as alterações ao previamente aprovado.

Relatório de Atividades do ano 2017

Colégio da Especialidade de Enfermagem de Saúde Mental e Psiquiátrica

1. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS E RELAÇÃO COM PLANO DE ATIVIDADES 2017

1.1. DOMÍNIO OPERACIONAL: PRESTAÇÃO DE CUIDADOS

Construção de uma proposta de padrão de documentação para a área da Especialidade, suportada em linguagem Classificada (CIPE) e integrada nos sistemas de informação em enfermagem (SIE)

- Apesar da meta ter ficado ligeiramente a baixo da inicialmente proposta o grupo de trabalho já identificou os focos sensíveis aos cuidados da especialidade de ESMP e as intervenções

Construção do GOBP para a Enfermagem de Saúde Mental nos Cuidados de Saúde Primários

- Face à reorganização do CSP este GOBP encontra-se em fase de reconstrução

Realização de GOBP sobre cuidados de enfermagem na recuperação da pessoa com doença mental grave

- Está em fase inicial de construção

Realização de GOBP sobre cuidados de enfermagem em cuidados continuados integrados de saúde mental

- Encontra-se em fase inicial de construção

Emissão de pareceres na área técnica do Colégio, envolvendo peritos

- Foram emitidos parecer sobre:
  -Competências do Enfermeiro Especialista em Saúde Mental e Psiquiátrica na realização do exame do estado mental
  -Internamento compulsivo de dois utentes familiares diretos no mesmo serviço

Realização de visitas de acompanhamento do exercício profissional

Foram realizadas 2 VAEP

- Hospital do Espirito Santo de Évora - Serviço de Psiquiatria, 09.01.2017- Enfº Bruno Henriques.
- Centro Hospitalar e Psiquiátrico de Lisboa, 16.06.2017 Enfº Bruno Henriques

A fim de dar cumprimento aos Estatutos foram revistos os seguintes documentos:

- ***Regulamento das Competências Específicas do Enfermeiro Especialista em Enfermagem de Saúde Mental e Psiquiátrica;***
- ***Regulamento dos Padrões de Qualidade dos Cuidados Especializados em Enfermagem de Saúde Mental e Psiquiátrica;***

1.1.2. DOMÍNIO OPERACIONAL: INVESTIGAÇÃO

Definição das áreas de investigação prioritárias para a área de especialidade de ESMP

- Não foram identificadas

Divulgação de experiências inovadoras da prática clínica no âmbito da enfermagem de saúde mental e psiquiátrica

- realizada submissão para International Nurses Day (ICN), de um caso de estudo na área de enfermagem em saúde mental para fazer parte do próximo KIT do Dia Internacional do Enfermeiro de 2018. Submetido o Projecto + Contigo

Colaboração com a Comissão de Investigação e Desenvolvimento no que diz respeito à área de especialidade de enfermagem

- Participámos em 3 reuniões da Comissão de Investigação e Desenvolvimento

Organização de 1° Simpósio do Colégio da Especialidade de ESMP- Assembleia do Colégio- Janeiro de 2018

- Foi organizado sob a temática "*Partilha de experiências da prática especializada*"

1.3. DOMÍNIO OPERACIONAL: DOCÊNCIA

Colaboração com os estabelecimentos de ensino no desenvolvimento de trabalhos científicos na área da ESMP

- Foi estabelecida colaboração com o Centro de Investigação Interdisciplinar em Saúde, da Universidade Católica para a realização do Projeto de investigação: A saúde Mental dos enfermeiros Portugueses

Definição do referencial para a construção do perfil de competências do supervisor clínico para a especialidade de EESMP

- A construir futuramente

Apreciação de planos de estudos de Cursos de Pós-Licenciatura de Especialização de ESMP, com base na atual matriz de avaliação dos planos de estudo dos CPLEE's

- Encontra-se em análise um plano de estudos do CPLEESMP

1.4. DOMÍNIO OPERACIONAL: FORMAÇÃO

Participação em eventos científicos relevantes para a atividade do Colégio da Especialidade de Enfermagem de Saúde Mental

- XIV Conferência Europeia SMES, Anfiteatro do Centro Hospitalar Psiquiátrico de Lisboa, Enfª Helena Quaresma, em representação da OE
- XIV Conferência SSMES-Europa /Rede Europeia para a saúde mental e exclusão social, nos dias 16,17,18 de Março de 2017, com a presença da Presidente da MCEESMP Helena Quaresma
- A FORMASAU - Formação e Saúde, LDA, Simpósio Nacional Para Além da Emergência, para estar na Mesa VIOLÊNCIA DOMÉSTICA - Que respostas, no Auditório do Metropolitano de Lisboa, Enfª Helena Quaresma, em representação da OE
- Encontro Final do Projecto "Mental Health - Crisis Impact", na NOVA Medical School | Faculdade de Ciências Médica, em Lisboa. Enfª Helena Quaresma, em representação da Srª Bastonária
- Feira da Saúde da secção regional do sul – Enfª Helena Quaresma
- Apresentação do relatório do PNSM. Presente Enf. Bruno Henriques.
- 2° Congresso da Secção Regional do SUL- Participação especial- Enf° Bruno Henriques
- Apresentação do relatório representação da Senhora Bastonária- Enf° Bruno Henriques
- VII Congresso Internacional da ASPESM- Moderação de mesa. Enfª Helena Quaresma

Definir o tipo e o número de intervenções obrigatórias a realizar durante percurso formativo num contexto certificado.

A definir futuramente (integra a proposta de plano de atividades de 2018)

Definição do referencial para a construção do perfil de competências do supervisor clínico para a especialidade de EESMP

A definir futuramente (integra a proposta de plano de atividades de 2018)

Definição de critérios para a revalidação das cédulas profissionais

A definir futuramente (integra a proposta de plano de atividades de 2018)

Colaboração na realização de critérios de acreditação dos contextos para a prática tutelada

Foi realizado o conjunto de critérios de acreditação para a prática tutelada

Programa formativo de enfermagem de saúde mental e psiquiátrica

Foi elaborado a fim de dar resposta à solicitação do Conselho Diretivo da Ordem dos Enfermeiros (OE) e no cumprimento da alínea d), do n.º 4, do artigo 42.º do Estatuto da Ordem dos Enfermeiros, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 104/98 de 21 de Abril, alterado e republicado pela Lei n.º 156/2015, de 16 de setembro

1.5. DOMÍNIO OPERACIONAL: ASSESSORIA

Resposta a pedidos de esclarecimento ou emissão de pareceres na área técnico cientifica do âmbito da especialidade de enfermagem de saúde mental e psiquiátrica

- Pronúncia a pedido da coordenadora do grupo de trabalho NCDSCE sobre a alteração da revisão da norma para cálculo das dotações seguras nos cuidados de enfermagem para a área da especialidade
- Pronuncia a pedido do Gabinete da Bastonária a intervenção dos enfermeiros EESMP nos acontecimentos de Pedrogão Grande
- Pronúncia a pedido do Conselho Directivo sobre o Relatório da avaliação do plano Nacional de Saúde mental de 2007-2016 e propostas prioritárias para a extensão a 2020
- Pronuncia a pedido do Gabinete da Bastonária sobre o relatório do grupo de trabalho SICAD
- Pronuncia a pedido do Gabinete da Bastonária sobre o documento "Bases para a definição de políticas públicas na área das demências
- Pronuncia a pedido do Conselho de Enfermagem sobre a Proposta de modelo de Organização da prestação de cudados da psicologia no SNS
- Pronuncia a pedido do Gabinete da Bastonária sobre a sobreutilização das benzodiazepinas e hipnóticos na ansiedade e insónia
- Contributos para o desenvolvimento das Unidades de Cuidados na Comunidade (UCC's) na área da especialidade de ESMP
- Contributos a pedido do Conselho Directivo para o projeto de regulamento da norma para o cálculo de dotações seguras dos cuidados de enfermagem
- Pronuncia a pedido do Conselho Directivo sobre Sistemas de informação em enfermagem- Parametrização Nacional
-

Divulgação dos pareceres e atividades desenvolvidas pelo colégio ESMP ou de áreas de interesse da EESMP

- Foram divulgados pareceres e atividades desenvolvidas pela MCEESMP no espaço que a Mesa do Colégio da Especialidade de Enfermagem de Saúde Mental e Psiquiátrica tem no site da OE.

Realização de visitas institucionais a convite, ou autopropostas

- Não foram realizadas visitas neste âmbito

Dinamização do micro webpage do Colégio como veículo de transmissão da actividade da MCEESMP e redes sociais.

- Foram divulgadas as atividades e intervenções do Colégio.

1.6. DOMINIO OPERACIONAL: GESTÃO

Colaboração com a Comissão de Qualidade dos Cuidados de Enfermagem na elaboração de directrizes no que diz respeito às dotações seguras em cuidados especializados.

- Elaboração de pronúncia sobre a Definição de critérios para o cálculo de dotações na área da especialidade de ESMP tendo presente os padrões de qualidade
- Está em fase de aprovação o grupo de trabalho para a definição uma proposta de cálculo de dotações seguras em Cuidados de Enfermagem de SMP

1.7. DOMINIO OPERACIONAL: ATIVIDADES CORRENTES

- Realização de Assembleia da Mesa do Colégio, em Janeiro de 2017, no Porto
- Realização de 2 Assembleias Extraordinárias da Mesa do Colégio, em Novembro, em Leiria
- Realização de 12 reuniões ordinárias da Mesa do Colégio
- Realização de 3 reuniões extraordinárias da Mesa do Colégio, sendo que uma foi realizada com recurso ao software *Skype*.
- Realização de 2 reunião com a Comissão de Apoio Técnico à Mesa do Colégio da Especialidade de Enfermagem de Saúde Mental e Psiquiátrica (CAT) e do Grupo de Peritos com a finalidade da elaboração de uma Pronuncia sobre cálculo de dotações seguras na área da Saúde Mental. Grupo constituído pelos 03 elementos da MCEESMP, os elementos da CAT à MCEESMP e os Enfermeiros: Caetano Galhanas, Fernando Gomes e Maria Helena Rodrigues.
- Realização de 2 reuniões com a Comissão de Apoio Técnico à Mesa do Colégio da Especialidade de Enfermagem de Saúde Mental e Psiquiátrica (CAT)
- Elaboração da proposta do plano de atividades da mesa do colégio para o ano de 2018,
- Elaboração do relatório de atividades referente ao ano de 2017
- Elaboração do relatório bienal 2015-2017
- 9 reuniões do CONSELHO NACIONAL de Saúde mental , Enfª Helena Quaresma em representação da OE
- 5 reuniões Comissão de Acompanhamento da população afetada pelos incêndios que atingiram os concelhos de Castanheira de Pêra, Figueiró dos Vinhos, Góis, Pampilhosa da Serra, Pedrógão Grande, Penela e Sertã, especificamente no que respeita à resposta na área da saúde mental, Enfª Helena Quaresma em representação da OE.
- Participação em reuniões e outras atividades com outros órgãos da OE
  - ✓ Encontro de Órgãos Estatuários em Sesimbra. Presentes todos os membros da MCEESMP.
  - ✓ 1 Reunião com a Federação Portuguesa de Psicoterapia (FEPPSI) e o Conselho de Enfermagem – Esteve presente a Enfª Helena Quaresma
  - ✓ 1 Reunião com a Federação Portuguesa de Psicoterapia (FEPPSI) a fim discutir a importância do documento que contémm proposta sobre Psicoterapia como competência acrescida do enfermeiro especialista em ESMP. Presente Enfª Helena Quaresma e o Enfº Bruno Henriques
  - ✓ Reunião sobre Referencial de avaliação da Idoneidade Formativa das Modalidades Padrão, Referência e Modelo. Presente Enfª Maria Soledade Lourenço
  - ✓ 3 Reunião da CID e 3 reuniões CQCE. Enfª Helena Quaresma
  - ✓ Reunião na SRNorte com a Comissão Regional de Peritos da Saúde Mental. Estiveram presentes Enfª Helena Quaresma
  - ✓ Reunião na SRNorte com a Comissão Regional de Peritos da Saúde Mental. Estiveram presentes Enfª Soledade Lourenço e Enf. Bruno Henriques
  - ✓ Apresentação do Guia da Saúde e Apoio Social, Câmara Municipal do Pedrogão Grande- Enfª Soledade Lourenço

- ✓ Cerimónia de Reconhecimento Profissional e Vinculação à Profissão em Aveiro. Presente Enfª Soledade Lourenço

1.8. DOMINIO OPERACIONAL: REDE ORDEM DOS ENFERMEIROS

Realização de eventos comemorativos de efemeridades com relevância para área da Enfermagem de Saúde Mental e Psiquiatria, envolvendo as organizações locais (saúde, educação e comunitárias) e a sociedade civil:

- Dia Mundial Sensibilização para os abusos e maus tratos na velhice -Esta atividade não se concretizou por coincidir com o II Encontro dos Órgãos Estatuários da OE.
- Dia Mundial da Saúde -Tema Depressão -- Comemoração do dia Mundial da Saúde a 7 de Abril, em Coimbra, numa parceria com a Secção Regional do Centro e todos os Colégios.
- Dia Mundial da Saúde Mental - Por dificuldades de tempo útil não nos foi possível realizar qualquer atividade.

- Foi realizado em Coimbra um Seminário "Exercício físico e Saúde Mental". Estiveram presentes os 03 elementos da MCEESMP, Enf.ª Helena Quaresma e Enf.ª Soledade Lourenço na parceria realizada MCEESMP, a ESEnfC e Estudantes do CPLE SMP da ESEnfC
- Foi realizado em Coimbra uma caminhada intitulada *10 Km pela Saúde Mental*, organização do evento entre a MCEESMP, a ESEnfC e Estudantes do CPLESMP da ESEnfC

2. RELAÇÃO COM O PLANO DE ATIVIDADES DE 2017

Considerando o que estava previsto no plano de atividades, constata-se que NÃO foi cumprido na sua globalidade, tendo havido a concorrência de vários fatores para que tal tenha ocorrido.

Destacamos a envolvência dos membros do colégio nas zonas afetadas pelos incêndios, com destaque na zona do grande incêndio de Pedrogão Grande, Castanheira de Pera e Figueiró dos Vinhos. Temos consciência que fomos necessários e reconhecidos no terreno como peritos na Saúde Mental. Integrámos as Equipas coordenadas pela ANPC e estivemos junto das populações. Posteriormente integrámos Comissão de Acompanhamento da população afetada pelos incêndios nomeada, por Despacho do Governo em Agosto.

Foi algo inesperado e que exigiu de nós um forte empenhamento para dar respostas às diferentes solicitações relacionadas com esta tragédia.

Relatório de Atividades do ano 2017

Colégio da Especialidade de Enfermagem de Saúde Mental e Psiquiátrica

NOTA FINAL

O ano de 2017 correspondeu ao segundo ano de mandato 2016-2019.

É nossa intenção salientar o espírito de entreajuda, dedicação e amizade que continua presente no trabalho dos elementos da Mesa ao invés de nos focarmos nas ocorrências menos positivas deste ano.

As atividades realizadas decorrem dos objetivos traçados no plano aprovado em Assembleia do Colégio para 2017, estando algumas das atividades não concluídas integradas na proposta de plano de atividades de 2018.

E, porque o Colégio somos todos nós, contamos com a colaboração de cada um, encarando a proximidade entre a Mesa do Colégio da Especialidade de Saúde Mental e Psiquiátrica (MCEESMP) e os membros do Colégio como uma prioridade para o mandato 2016-2019.
Contamos com o contributo de todos os membros do Colégio.

Faça-nos chegar os projectos em que está envolvido. Só assim podemos contribuir para a sua divulgação

Faça-nos chegar as suas preocupações ou sugestões

Seja participativo envolvendo-se nas atividades do Colégio.

A Presidente da Mesa do Colégio da Especialidade
de Enfermagem de Saúde Mental e Psiquiátrica

Enfª Maria Helena Quaresma

Aprovado por maioria, sem alterações, na 5ª Assembleia do Colégio da Especialidade de Enfermagem de Saúde Mental e Psiquiátrica, no dia 27 de Janeiro de 2018, em Faro.

APÊNDICE 08

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES 2017

COLÉGIO DA ESPECIALIDADE DE ENFERMAGEM DE REABILITAÇÃO

ordem dos enfermeiros

ASSEMBLEIA DO COLÉGIO DA ESPECIALIDADE DE ENFERMAGEM DE REABILITAÇÃO

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO ANO 2017

APROVADO POR UNANIMIDADE, SEM ALTERAÇÕES E COM ACLAMAÇÃO, NA 3ª ASSEMBLEIA DO COLÉGIO DA ESPECIALIDADE DE ENFERMAGEM DE REABILITAÇÃO, EM 26 DE JANEIRO DE 2018, EM LISBOA

SIGLAS:

CAT – Comissão de Apoio Técnico

CEER – Colégio da Especialidade em Enfermagem Reabilitação

CID – Comissão de Investigação em Enfermagem

CPLEE – Curso de Pós-Licenciatura de Especialização em Enfermagem

CQCE – Comissão de Qualidade dos Cuidados de Enfermagem

EEER – Enfermeiros Especialistas em Enfermagem Reabilitação

GOBP – Guias Orientadores de Boas Práticas

MCEER – Mesa do Colégio de Enfermeiros Especialistas em Enfermagem Reabilitação

SUMÁRIO

0. NOTA INTRODUTÓRIA 4

1. ATIVIDADES REALIZADAS 5

1.1 Domínio Operacional: Prestação de Cuidados 5

1.2 Domínio Operacional: Investigação 6

1.3 Domínio Operacional: Docência 7

1.4 Dominio Operacional: Formação 8

1.5 Dominio Operacional: Assessoria 9

1.6 Dominio Operacional: Gestão de Cuidados 10

1.7 Atividades Correntes 11

1.8 Cooperação Institucional 12

1.9 Rede OE 13

2 – CONSIDERAÇÕES FINAIS 14

0. NOTA INTRODUTÓRIA

Os Colégios de Especialidade são os órgãos profissionais especializados, constituídos pelos membros da Ordem que detenham o título profissional da respetiva especialidade (Artigo 39.º dos Estatuto da Ordem dos Enfermeiros, publicado pelo Decreto Lei n.º 104/98, de 21 de Abril, alterado e republicado em anexo à Lei n.º 156/2015 de 16 de Setembro).

Cada Colégio elege uma mesa, com um presidente e dois secretários, por sufrágio direto, secreto e periódico de entre os membros detentores da especialidade (Artigo 41.º dos Estatuto da Ordem, dos Enfermeiros, publicado pelo Decreto Lei n.º 104/98, de 21 de Abril, alterado e republicado em anexo à Lei n.º 156/2015 de 16 de Setembro).

O presente documento pretende dar resposta às atribuições definidas para o Colégio da Especialidade, e às linhas orientadoras definidas e conhecidas à data da elaboração da proposta de plano de atividades para 2017, nomeadamente:

a) Promoção do desenvolvimento profissional,

b) Desenvolvimento de processos de qualidade dos cuidados de enfermagem,

c) Desenvolvimento de instrumentos de apoio aos processos formativos,

d) Promoção da melhoria dos canais de comunicação interna (com os EEER) e externa (sociedade e cidadão).

Ao longo deste relatório, descrevem-se as atividades e eventos realizados pela Mesa do Colégio da Especialidade de Enfermagem de Reabilitação (MCEER) assim como justificados os desvios e avaliados os resultados obtidos em 2017, tendo por base o plano de atividades proposto em 2017 e aprovado em Assembleia do Colégio da Especialidade de Enfermagem de Reabilitação a 28 de Janeiro de 2017.

Relatório de Atividades de 2017

Colégio da Especialidade de Enfermagem de Reabilitação

1. ATIVIDADES REALIZADAS

2. 1.1 Domínio Operacional: Prestação de Cuidados

Objetivo Estratégico	Defender os interesses gerais dos destinatários dos serviços de enfermagem e a representação em defesa dos interesses da profissão
	Regular e supervisionar o acesso à profissão de enfermeiro e o seu exercício, aprovar, nos termos da lei, as normas técnicas e deontológicas respetivas, zelar pelo cumprimento das normas legais e regulamentares da profissão e exercer o poder disciplinar sobre os seus membros.
	Representar os enfermeiros junto dos órgãos de soberania e colaborar com o Estado e demais entidades públicas sempre que estejam em causa matérias relacionadas com a prossecução das atribuições da Ordem, designadamente nas ações tendentes ao acesso dos cidadãos aos cuidados de saúde e aos cuidados de enfermagem.
Objetivo Operacional	Promover o desenvolvimento de relações com a sociedade, com vista à proximidade e visibilidade social dos cuidados de enfermagem especializados na área de Enfermagem de Reabilitação
	Promover o desenvolvimento da qualidade dos cuidados especializados na área de Enfermagem de Reabilitação
	Acompanhar o exercício profissional da especialidade de Enfermagem de Reabilitação

Domínio Operacional	Atividades	Indicadores	Metas	Responsabilidades	acompanhamento	Recomendação
Prestação de cuidados	Desenvolvimento e edição de Guia Orientador de Boas Práticas Clínicas	N.º de GOBP concluídos / N.º de GOBP propostos x100	100%	Grupo de trabalho proposto pela MCEER	A MCEER propôs a elaboração de 3 GOBP (GOBP-RR; GOBP: RC e GOBP:AC) **GOBP Reabilitação Respiratória concluído aguardar publicação**	Manter para 2018
	Revisão e actualização de focos sensíveis aos cuidados de Enfermagem especializados na área Enfermagem de Reabilitação;	Contínuo	uma atualização anual	Grupo de trabalho proposto pela MCEER	Trabalho que a MCEER pretendia desenvolver com a participação da CAT A MCEER enviou 2 proposta para constituição de Comissão de Apoio Técnico à Mesa do Colégio da Especialidade em Enfermagem de Reabilitação via EDOC 2017/4587 e EDOC 2017/4587 em 23-2-2017 e 26-6-2017 ambos os pedidos indeferidos. **Toda esta actividade está condicionada resultante da não nomeação de CAT**	Manter para 2018
					Análise da atualidade de focos sensíveis aos cuidados de Enfermagem especializados na área Enfermagem de Reabilitação concluída.Contudo reciclonadoa Parametrização Nacional Única (PNU) do SClínico ® para os Cuidados de Saúde Primários (CSP) em 23/11/2017	
	Emissão de Pareceres na área técnica do Colégio, envolvendo peritos	N.º de pareceres emitidos / N.º de pareceres solicitados x100%	100%	MCEER+ Comissão apoio técnico	**Emissão de pareceres foi efetuada sem o apoio dos peritos** uma vez que não existe nomeação da CAT apesar de proposta 2 vezes pela MCEER. Contudo conscienciente da sua missão e do compromisso assumidos com os EEER a MCEER elaborou os seguintes pareceres relativamente à área técnica: - **Especificações técnicas para a realização de espirometrias com qualidade em adultos nos cuidados primários por enfermeiros especialistas em enfermagem de reabilitação** - **Competências para realização de Cinesiterapia** Foram solicitados 4 pedidos de pronúncias e emitidos 4 pareceres	Manter para 2018
	Reunião de trabalho com associações/sociedades relevantes para a atividade do Colégio	N.º de Reuniões		MCEER	Reuniões realizadas *on line* com APER e presencialmente em Dezembro de 2017	Manter para 2018
	Realizar visitas de acompanhamento do exercício profissional	N.º de visitas realizadas no âmbito do exercício / N.º de pedidos de visitas no âmbito do exercício da EER x100	100%	MCEER+ Comissão apoio técnico	Até à presente data não foi realizada nenhuma VAEP 2 reuniões com enfermeiros de EEER, do Centro Hospitalar Baixo Vouga. Presidente da MCEER respondeu em julgamento no âmbito da acção judicial contra o CHBV, que corre termos no Tribunal de Trabalho de Aveiro sob o nº 3776/16.0T8AVR, no seio do qual **peticionaram a equiparação salarial aos** seus colegas especialistas, uma vez que exercem como aqueles funções especializadas _ Peticionistas Carina Rebelo, Carla Gomes, Patrícia Quitério e Miguel Ferreira	Manter para 2018

Relatório de Atividades de 2017

Colégio da Especialidade de Enfermagem de Reabilitação

1.2 Domínio Operacional: Investigação

Objetivo Estratégico	Defender os interesses gerais dos destinatários dos serviços de enfermagem e a representação em defesa dos interesses da profissão
	Regular e supervisionar o acesso à profissão de enfermeiro e o seu exercício, aprovar, nos termos da lei, as normas técnicas e deontológicas respetivas, zelar pelo cumprimento das normas legais e regulamentares da profissão e exercer o poder disciplinar sobre os seus membros.
	Representar os enfermeiros junto dos órgãos de soberania e colaborar com o Estado e demais entidades públicas sempre que estejam em causa matérias relacionadas com a prossecução das atribuições da Ordem, designadamente nas ações tendentes ao acesso dos cidadãos aos cuidados de saúde e aos cuidados de enfermagem.
Objetivo Operacional	Apoiar a investigação nas áreas prioritárias já definidas para Especialidade de Enfermagem de Reabilitação
	Desenvolvimento e edição importes para melhoria contínua dos Cuidados da Especialidade de Enfermagem de Reabilitação (Guias Orientadores de Boa Prática (GOBP))

Domínio Operacional	Ação	Indicadores	Metas	Responsáveis/Aliados	Resultados	Recomendação
Produção, transferência e divulgação de conhecimento científico em Enfermagem	Reativar grupo de trabalho responsável pela definição das áreas de investigação para a Especialidade de Enfermagem de Reabilitação	Nomeação do Grupo de trabalho N.º Propostas efetuadas pela MCEER	Nomeação do Grupo de trabalho	Grupo de trabalho proposto pela MCEER	Trabalho que a MCEER pretendia desenvolver com a participação da CAT MCEER enviou 2 proposta para constituição de Comissão de Apoio Técnico à Mesa do Colégio da Especialidade em Enfermagem de Reabilitação via EDOC 2017/4587 e EDOC 2017/4587 em 23-2-201 7 e 26-6-2017 **ambas os pedidos indeferidos.** **Toda esta actividade está condicionada resultante da não nomeação de CAT** Foram efetudos 2 pedidos para divulgar documentos no microsite	Manter para 2018 Constituição de GT
	Elaborar documento/guia orientador para os investigadores em Enfermagem de Reabilitação	Elaboração do Guia	Divulgação do Guia no microsite da MCEER			
	Divulgar estratégias para apoios aos estudos de investigação para a área da Especialidade de Enfermagem de Reabilitação	Continua	Publicar as estratégias para apoios aos estudos de investigação para a área da Especialidade de Enfermagem de Reabilitação no microsite			
	Ajudar os EER a candidatar-se a projetos de investigação internacionais	N.º apoios efetuados a estudos de investigação na área da EER N.º apoios solicitados na área da EER	100%			
	Incentivar o desenvolvimento da prática baseada na evidência para a Especialidade de Enfermagem de Reabilitação	Continua	Continuar			
	Identificar fontes de financiamento para os projectos de investigação no âmbito da Especialidade de Enfermagem de Reabilitação	Continua	Divulgar fontes de financiamento a projectos de investigação na área da Especialidade de Enfermagem de Reabilitação no microsite da MCEER			
Inovação e Desenvolvimento	Desenvolver GOBP para os Cuidados da Especialidade de Enfermagem de Reabilitação no âmbito da Reeducação para autocuidado da pessoa em situação de doença neurológica	Finalização do GOBP	Divulgação do GOBP no site da OE	Grupo de trabalho proposto pela MCEER	MCEER aguardar proposta final do grupo de trabalho enviado pedido de ponto situação via correio eletronico	Manter para 2018
	Desenvolver GOBP para os Cuidados da Especialidade de Enfermagem de Reabilitação no âmbito da Reeducação Funcional Respiratória	Finalização do GOBP	Divulgação do GOBP no site da OE	Grupo de trabalho proposto pela MCEER	Análise e aprovação final do documento pela MCEER. Está em revisão pela grafica	Concluído
	Desenvolver GOBP para os Cuidados da Especialidade de Enfermagem de Reabilitação no âmbito da Reabilitação Cardíaca	Finalização do GOBP	Divulgação do GOBP no site da OE	Grupo de trabalho proposto pela MCEER	Grupo de trabalho dá documento como final e enviado para revisão de peritos. Falta após esta revisão análise do Grupo de trabalho e envio para MCEER analisar documento	Manter para 2018
	Participação em eventos científicos relevantes para a atividade do colégio da Especialidade de Enfermagem de Reabilitação	Permanente	Permanente	MCEER	**Jornadas de Enfermagem de Reabilitação: "O Caminho Já Percorrido... Um Olhar Para o Futuro"** Congresso Internacional de Cuidados Intensivos e Unidades Intermédias do Centro Hospitalar do Porto: A reabilitação na UCI como contributo em ganhos para a saúde e com o tema: **A enfermagem de reabilitação para os próximos anos** Conferência NER : REABILITAÇÃO	CONTEXTOS E REALIDADES **Encontro com os especialistas em Enfermagem de Reabilitação do CHUC** **Actividades da Festa da Saúde em Lisboa**	Manter para 2018

Relatório de Atividades de 2017

Colégio da Especialidade de Enfermagem de Reabilitação

1.3 Domínio Operacional: Docência

Objetivo Estratégico	Defender os interesses gerais dos destinatários dos serviços de enfermagem e a representação em defesa dos interesses da profissão
	Regular e supervisionar o acesso à profissão de enfermeiro e o seu exercício, aprovar, nos termos da lei, as normas técnicas e deontológicas respetivas, zelar pelo cumprimento das normas legais e regulamentares da profissão e exercer o poder disciplinar sobre os seus membros.
	Representar os enfermeiros junto dos órgãos de soberania e colaborar com o Estado e demais entidades públicas sempre que estejam em causa matérias relacionadas com a prossecução das atribuições da Ordem, designadamente nas ações tendentes ao acesso dos cidadãos aos cuidados de saúde e aos cuidados de enfermagem.
Objetivo Operacional	Acompanhar o ensino da especialidade de Enfermagem de Reabilitação

Domínio Operacional	Atividades	Indicadores	Metas	Responsabilidades	Resultado	Recomendação
Inovação e Desenvolvimento	Divulgação formal da matriz de avaliação dos planos de estudo dos CPLEEs, atualizada à luz do novo referencial para atribuição de títulos e do programa formativo aprovado	Continua	Continua	MCEER	A aguardar publicação	Publicar e divulgar
	Participação em reuniões e eventos científicos, ou outros, organizados em parceria com instituições de ensino de enfermagem que contribuam para o desenvolvimento da Especialidade de Enfermagem de Reabilitação	Continua	Continua	MCEER	**Jornadas de Enfermagem de Reabilitação**: "O Caminho Já Percorrido... Um Olhar Para o Futuro" Congresso Internacional de Cuidados Intensivos e Unidades Intermédias do Centro Hospitalar do Porto: A reabilitação na UCI como contributo em ganhos para a saúde e com **Conferência NER** : REABILITAÇÃO | CONTEXTOS E REALIDADES **Encontro com os especialistas em Enfermagem de Reabilitação do CHUC** **Actividades da Festa da Saúde** em Lisboa	Manter para 2018
Supervisão	Apreciação de planos de estudos de Cursos de Pós-Licenciatura de Especialização e de Mestrados	Continua	Continua	MCEER	Análise ao CPLEER Vale do Ave_ CESPU_ (Solicitado pela PCE) Análise de plano de estudos do curso de mestrado em enfermagem Reabilitação IP Viana do Castelo a decorrer	Manter para 2018
	Promoção de parcerias com as instituições de Ensino de Enfermagem	Continua	Continua	MCEER	Até à data não houve oportunidade de efetivar	Manter para 2018
	Acompanhamento e análise de propostas de restruturação curricular dos cursos de formação pós graduada	Continua	Continua	MCEER	Mestrado de Reabilitação_ (Solicitado pela PCE) Viana do Castelo-Mestrado de Reabilitação	Manter para 2018
	Revisão de referencial para certificação de competências do supervisor clínico para a especialidade em enfermagem de reabilitação	Continua	uma atualização anual	MCEER	Trabalho que a MCEER pretendia desenvolver com a participação da CAT MCERR enviou 2 proposta para constituição de Comissão de Apoio Técnico à Mesa do Colégio da Especialidade em Enfermagem de Reabilitação via EDOC 2017/4587 e EDOC 2017/4587 em 23-2-2017 e 26-6-2017 **ambas os pedidos indeferidos.** **Toda esta actividade está condicionada resultante da não nomeação de CAT**	Nomear Grupo de trabalho ou CAT

Relatório de Atividades de 2017

Colégio da Especialidade de Enfermagem de Reabilitação

1.4 Dominio Operacional: Formação

Objetivo Operacional	Construir regulamentação e Instrumentos de suporte à formação de Enfermeiros da Especialidade em Enfermagem de Reabilitação
	Implementar percurso e programa formativo para a especialidade (Aprovado em Assembleia CEER)

Dominio Operacional	Atividades	Indicadores	Metas	Responsabilidades	Resultado	Recomendação
Acreditação da formação	Atualizar para cada unidade de competências especificas os conhecimentos e as práticas clinicas.	Continua	uma atualização anual	Grupo de trabalho proposto pela MCEER	Trabalho que a MCEER pretendia desenvolver com a MCERR enviou 2 proposta para constituição de Comissão de Apoio Técnico à Mesa do Colégio da Especialidade em Enfermagem de Reabilitação via EDOC 2017/4587 e EDOC 2017/4587 em 23-2-2017 e 26-6-2017 **ambas os pedidos indeferidos. Toda esta atividade está condicionada resultante da não nomeação de CAT**	Manter para 2018 Nomear Grupo de trabalho e/ou CAT
	Atualizar o n.º minimo de experiências obrigatórias a atingir durante percurso formativo num contexto certificado.	Continua	uma atualização anual			
	Atualizar as atividades que deverão ser desenvolvidas durante o percurso formativo.	Continua	uma atualização anual			
	Elaborar critérios para valoração do percurso profissional (de forma a possibilitar a revalidação da cédula profissional: critérios de desenvolvimento pessoal)	Continua	Publicação de critérios de valoração			
	Elaborar instrumento para avaliação dos percursos formativo	Continua	Publicação de instrumento de avaliação percursos formativos			
	Reformular matriz de avaliação dos planos de estudo	Continua	Publicação de uma matriz atualização			
	Restruturação de referencial de avaliação da idoneidade formativa dos contextos de prática clínica para a especialidade de enfermagem de reabilitação	Continua	uma actualização anual			

Relatório de Atividades de 2017

Colégio da Especialidade de Enfermagem de Reabilitação

1.5 Dominio Operacional: Assessoria

Objetivo Estratégico	Defender os interesses gerais dos destinatários dos serviços de enfermagem e a representação em defesa dos interesses da profissão
	Regular e supervisionar o acesso à profissão de enfermeiro e o seu exercício, aprovar, nos termos da lei, as normas técnicas e deontológicas respetivas, zelar pelo cumprimento das normas legais e regulamentares da profissão e exercer o poder disciplinar sobre os seus membros.
	Representar os enfermeiros junto dos órgãos de soberania e colaborar com o Estado e demais entidades públicas sempre que estejam em causa matérias relacionadas com a prossecução das atribuições da Ordem, designadamente nas ações tendentes ao acesso dos cidadãos aos cuidados de saúde e aos cuidados de enfermagem.
Objetivo Operacional	Promover a comunicação efetiva da MCEER com os EEER, as Organizações de saúde, a sociedade civil e ainda entre os órgãos sociais

Domínio Operacional	Atividades	Indicadores	Metas	Responsáveis	Resultados	Recomendação
Assessoria, Aconselhamento e Recomendação	Emissão de resposta a pedidos de esclarecimentos e/ou pareceres na área técnico científica do âmbito da especialidade de enfermagem de reabilitação que suporte a tomada de decisão nos diferentes contextos e domínios do exercício dos EEER	N.º de respostas a esclarecimentos e/ou pareceres na área técnico N.º solicitações de esclarecimentos e/ou pareceres na área técnico científica do âmbito da EEER x100	100%	MCEER	**Emissão de pareceres foi efetuada sem o apoio dos peritos uma vez que não existe nomeação da CAT apesar de proposta 2 vezes pela MCEER.** Contudo consciencientes da sua missão e do compromisso assumidos com os EEER a MCEER elaborou os seguintes pareceres relativamente à área técnica: - **Especificações técnicas para a realização de espirometrias com qualidade em adultos nos cuidados primários por enfermeiros especialistas em enfermagem de reabilitação** - **Competências para realização de Cinesiterapia** Foram solicitados 4 pedidos de pronúncias e emitidos 4 pareceres	100% Manter para 2018
	Colaborar na definição de propostas no âmbito da política de saúde e organizações de saúde	continuo	continuo	MCEER	Tomada de posição sobre A Rede de Referenciação Hospitalar de Medicina Física e Reabilitação em âmbito de auscultação publica da DGS Audição do Senhor Enfermeiro Belmiro Rocha, Presidente da Mesa do Colégio de Especialidade de Enfermagem de Reabilitação, no dia 27.04.2017, pelas 09h30 no julgamento no âmbito da acção judicial contra o CHBV, que corre termos no Tribunal de Trabalho de Aveiro sob o nº 3776/16.0T8AVR, no seio do qual peticionaram a equiparação salarial aos seus colegas especialistas, uma vez que exercem como aqueles funções especializadas _ Peticionistas Carina Rebelo, Carla Gomes, Patricia Quitério e Miguel Ferreira Análise de documento preliminar resultante grupo de trabalho de Medicina Física e de Reabilitação de Ambulatório apoiado na proposta da Portaria nº 252/2016 de 19 de Setembro.	Manter para 2018
	Representação do Colégio em eventos	continuo	continuo	MCEER	**Jornadas de Enfermagem de Reabilitação:** "O Caminho Já Percorrido... Um Olhar Para o Futuro", nos dias 20 e 21 de Abril, no Auditório da Faculdade de Medicina do Porto. **Congresso Internacional de Cuidados Intensivos e Unidades Intermédias** do Centro Hospitalar do Porto enquanto palestrante no painel: A reabilitação na UCI como contributo em ganhos para a saúde e com o tema: A enfermagem de reabilitação para os próximos anos 20.02.2017 **Conferência NER** : REABILITAÇÃO | CONTEXTOS E REALIDADES	Manter para 2018
	Dinamização do micro *webpage* do Colégio como veículo de transmissão da informação produzida	continuo	continuo	MCEER	Atualizaçao efetuada	Manter para 2018
	Participação em reuniões com outros Órgãos da Ordem dos Enfermeiro	continuo	continuo	MCEER	1 Reunião Com Estrutura de Idoneidades 1 Reunão com responsavel da articulação das mesas e o CD 2 Reuniões com CQCE 2 Reuniões com CID	Manter para 2018
	Participação em reuniões de grupos de trabalho de associações/sociedade de enfermeiros e que potenciem as atividades do colégio	continuo	continuo	MCEER	Proposta para constituição de Comissão de Apoio Técnico à **Mesa do Colégio da Especialidade em Enfermagem de Reabilitação via EDOC 2017/4587 e EDOC 2017/4587 em 23-2-201 7 e 26-6-2017 ambas os pedidos indeferidos** Da análise dos acontecimentos **relacionados com a nomeação desta Comissão Apoio Técnico (CAT) a MCEER** não entende **qual** o fundamento legal nem perspetiva qualquer outra razão ponderosa para não ser respeitada a proposta efectuada de designação desta CAT, uma vez que a MCEER é o órgão técnico **que melhor conhece a sua especialidade e** tendo presente a **sua** missão será também o **órgão melhor posicionado** para designar aqueles que estarão mais habilitados, com maior disponibilidade e interesse em integrar o grupo responsável pela assessoria técnica e científica **ao colégio desta especialidade. A** proposta efectuada respeita os pressupostos definidos no Estatuto da Ordem dos Enfermeiros, é de indiscutível **qualidade** técnica e científica, a sua **não aprovação** prejudica objetivamente os trabalhos do **Colégio da** Especialidade em Enfermagem de Reabilitação e condiciona o desenvolvimento **da Especialidade em** Enfermagem de Reabilitação, sem que se compreenda a decisão	Manter para 2018

Aprovado por Unanimidade, sem alterações e com Aclamação, na 3ª Assembleia do Colégio da Especialidade de Enfermagem de Reabilitação, em 26 de Janeiro de 2018, em Lisboa

Relatório de Atividades de 2017

Colégio da Especialidade de Enfermagem de Reabilitação

1.6 Dominio Operacional: Gestão de Cuidados

Objetivo Estratégico	Defender os interesses gerais dos destinatários dos serviços de enfermagem e a representação em defesa dos interesses da profissão
	Regular e supervisionar o acesso à profissão de enfermeiro e o seu exercício, aprovar, nos termos da lei, as normas técnicas e deontológicas respetivas, zelar pelo cumprimento das normas legais e regulamentares da profissão e exercer o poder disciplinar sobre os seus membros.
	Representar os enfermeiros junto dos órgãos de soberania e colaborar com o Estado e demais entidades públicas sempre que estejam em causa matérias relacionadas com a prossecução das atribuições da Ordem, designadamente nas ações tendentes ao acesso dos cidadãos aos cuidados de saúde e aos cuidados de enfermagem.
Objetivo Operacional	Criar instrumentos de apoio à gestão de recursos humanos - dotações na área da especialidade de enfermagem de reabilitação

Domínio Operacional	Atividades	Indicadores	Metas	Responsabilidades	Resultado	Recomendação
Gestão de cuidados	Construir sistema que permita calcular necessidades de cuidados de ER para a atividade especializada do ER tendo presente os padrões de qualidade e competências da especialidade de ER.	continuo	continuo	Grupo de trabalho a designar pela MCEER	Análise de documento (em 2 momentos) proposto pelo CE sobre dotações com envio de propostas de melhoria ao documento em construção salvaguardando que será no âmbito da especialidade que deverá ser elaborado as dotações para a especialidade	Manter para 2018 Nomear Grupo de trabalho e/ou CAT
	Identificar outros fatores que possam influenciar a dotação para cuidados de ER	continuo	continuo			
	Determinar ponderação a atribuir cada um dos fatores para identificar as dotações seguras para cada contexto da atividade de ER	continuo	continuo			
	Identificar metodologias de trabalho para diferentes contextos	continuo	continuo			

Relatório de Atividades de 2017

Colégio da Especialidade de Enfermagem de Reabilitação

1.7 Atividades Correntes

Objetivo Operacional	Assegurar o funcionamento da estrutura organizacional da mesa do Colégio

Domínio Operacional	Atividades	Indicadores	Metas	Responsabilidades	Resultado	Recomendação
Procedimentos internos	Realização de Assembleia da Mesa do Colégio	um anual	100%	MCEER	28-jan-17	Manter para 2018
	Realização de reuniões ordinárias da Mesa do Colégio	n.º mínimo de reuniões	12	MCEER	19 reuniões	Manter para 2018
	Elaboração e submissão do plano de atividades do Colégio	um anual	100%	MCEER	23-12-2017	Manter para 2018
	Participação em reuniões e outras atividades com outros órgãos da OE	continuo	continuo	MCEER	1 Reunião Mesas de Colégios de Especialidade e Estrutura de Idoneidades, para a discussão do referencial da acreditação de contextos e Especialidade de Enfermagem, 29.03.2017 1 reunião com interlocutor das mesas com o CD enf. Luis Barreira 22.02.2017 2 reuniões com CQCE – 15.05 e 10.07.2017 2 reuniões com CID – 15.05 e 10.07.2017	Manter para 2018

Relatório de Atividades de 2017

Colégio da Especialidade de Enfermagem de Reabilitação

1.8 Cooperação Institucional

Domínio Operacional	Atividades	Indicadores	Metas	Responsabilidades	Resultados	Recomendação
Participação em representações nacionais (a convite)	Participação da MCEER na representação na área técnico científica da Especialidade de Enfermagem de Reabilitação em eventos científicos nacionais ou outros do âmbito desta Especialidade	continuo	continuo	MCEER	**Jornadas de Enfermagem de Reabilitação:** "O Caminho Já Percorrido... Um Olhar Para o Futuro", nos dias 20 e 21 de Abril, no Auditório da Faculdade de Medicina do Porto.	Manter para 2018
					Congresso Internacional de Cuidados Intensivos e Unidades Intermédias do Centro Hospitalar do Porto enquanto palestrante no painel: A reabilitação na UCI como contributo em ganhos para a saúde e com o tema: A enfermagem de reabilitação para os próximos anos 20.02.2017	
					Conferência NER : REABILITAÇÃO | CONTEXTOS E REALIDADES	
					Encontro com os especialistas em Enfermagem de Reabilitação do CHUC	
					Actividades da Festa da Saúde em Lisboa	
Participação em representações internacionais (a convite)	Participação da MCEER na representação na área técnico científica da Especialidade de Enfermagem de Reabilitação em eventos científicos internacionais ou outros do âmbito desta Especialidade	continuo	continuo	MCEER	Não foram identificados convites internacionais	Manter para 2018
Resposta a pedidos	Emissão de pareceres no âmbito da Especialidade de Enfermagem de Reabilitação	continuo	continuo	MCEER	**Parecer 7/2017** Especificações técnicas para a realização de espirometrias com	Manter para 2018
					Parecer 8/2017 Análise ao CPLEER Vale do Ave_ CESPU	
					Parecer 9/2017 Competências para realização de Cinesiterapia	
					Parecer 10/2017 Reeducação vesical - autonomia do enfermeiro	

Relatório de Atividades de 2017

Colégio da Especialidade de Enfermagem de Reabilitação

1.9 Rede OE

Domínio Operacional	Atividades	Indicadores	Metas	Responsabilidades	Resultado	Recomendação
Efemérides	Operacionalização das seguintes efemeridades envolvendo o cidadão, as organizações locais (saúde, educação e comunitárias) Dia Nacional do AVC(31.3.2017-Castelo Branco) Dia Mundial da DPOC (15.11.2017-Guarda) Dia Mundial do Acidente Vascular Cerebral (29.10.2017-Setúbal) Dia Internacional da Pessoa com Deficiência (3.12.2017-Póvoa de Varzim)	Nº eventos realizados com dinamização da MCEER x100	100%	MCEER	Comemoração do dia nacional do doente com AVC - CH Algarve (Núcleo Enfermagem de Reabilitação)- Esteve presente Enf. Julio Gomes	Manter para 2018
Sistemas de Informação e Documentação	Atualização Padrão de Documentação dos Cuidados de Enfermagem de Reabilitação	Nº de propostas de atualizações efetuadas e aceites / Nº de propostas de actualizações efetuadas x100	Apresentar proposta final atualizada a assembleia da MCEER em 2018	Grupo de trabalho designado pela MCEER	Foram analisadas 2 propostas para atualização de focos sensíveis aos cuidados de Enfermagem especializados na área Enfermagem de Reabilitaçã .Contudo recicionadoa Parametrização Nacional Única (PNU) do SClinico ® para os Cuidados de Saúde Primários (CSP) em 23/11/2017	Manter em 2018 e Constituir de GT
	Atualização Instrumentos de Colheita de Dados (escalas) de suporte à melhoria contínua dos cuidados de Enfermagem de Reabilitação	Nº de propostas de atualizações efetuadas e aceites / Nº de propostas de actualizações efetuadas x100	Apresentar proposta final atualizada a assembleia da MCEER em 2018	Grupo de trabalho designado pela MCEER	Documento aprovado pela MCEER em 29/3/201 Publicado em microsite **11/10/2017**	Rever documento em 2019
Qualidade	Atualização Bilhetes de Indicadores para todos os indicadores identificados no core indicadores de enunciados descritivos dos padrões de qualidade dos cuidados de Enfermagem de Reabilitação.	Nº de propostas de atualizações efetuadas e aceites / Nº de propostas de actualizações efetuadas x100	Apresentar proposta final atualizada a assembleia da MCEER em 2018	Grupo de trabalho designado pela MCEER	Proposta analisada pela MCEER Documento aprovado pela MCEER aguardar revisão de formatação por GCI	Manter em 2018 e Constituir de GT

2 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

No seguimento da obrigação estatutária, a Mesa do Colégio da Especialidade de Enfermagem de Reabilitação (MCEER) elaborou o presente relatório de atividades, que visa transmitir o trabalho desenvolvido pela própria a MCEER bem como pelo Colégio de Especialidade durante o ano 2017.

Neste sentido aproveitamos a oportunidade para recordar algumas das competências estatutárias do Colégio da Especialidade de Enfermagem de Reabilitação como seja: a promoção do desenvolvimento das relações científicas entre os membros da especialidade, a elaboração estudos sobre assuntos específicos da especialidade, a elaboração do programa formativo e ainda o acompanhamento o exercício profissional da Especialidade de Enfermagem de Reabilitação. Sendo que a MCEER tem a responsabilidade de dirigir os trabalhos do Colégio e dar seguimento às suas deliberações e emitir pareceres na área da especialidade, entre outras.

Feita esta explicitação, importa reforçar que a presente Mesa foi sufragada e eleita pelos seus pares para os representar e dirigir de 2016 a 2019 sendo que tem havido um compromisso de continuidade com o trabalho desenvolvido, Como se constata pela aprovação por unanimidade obtida nas assembleias de 24.02.2016 e 28.01.2017 para os respetivos plano de ação proposto para 2016 e 2017.

Consideramos existir a necessidade de voltar a analisar e refletir sobre o "estado da arte" da Especialidade de Enfermagem de Reabilitação. Recordando o passado indelével que é de uma riqueza extraordinária e nos criou oportunidades únicas posicionando-nos na linha da frente dos cuidados de saúde em Portugal. Importa recordar que todo o (muito) trabalho desenvolvido pelos EEER ao longo dos últimos anos, só o foi possível num processo inclusivo, com a colaboração empenhada de todos, de todo o país, de todos os contextos, de todas as sensibilidades. E assim deveria ser, sempre.

Porque os desafios, contratempos e constrangimentos que se têm colocado, são, em cada dia, a força que nos motiva a todos para fazer cada vez melhor a MCEER solicita aos EEER que mais uma vez demonstrem o seu apoio às atividades definidas por vós como estruturais para os Cuidados da Especialidade de Enfermagem de Reabilitação e para o desenvolvimento da Especialidade de Enfermagem de Reabilitação. Num projeto que se pretende ambicioso, mas que respeite a articulação e a vontade dos diversos intervenientes bem como o envolvimento de todos os EEER em prol da população, da OE e dos membros deste Colégio, a especialidade continuará a crescer e a ser cada vez mais determinante na qualidade e segurança dos cuidados de enfermagem (especializados) dedicados à população.

Foi um ano difícil, marcado pela entropia dos processos da OE e complexidade dos contextos sociais e profissionais que em tanto prejudicaram aos EEER não permitindo o seu desenvolvimento e a procura

da excelência. Contudo nem tudo são espinhos. Contamos com espírito de entreajuda, dedicação, empenho e parceria de diferentes e vários EEER que nos ajudaram a ter presente a missão que os elementos desta Mesa assumiram: levar a Enfermagem de Reabilitação ao mais alto nível da excelência clínica/profissional.

Obrigado a todos que nos ajudam a honrar o desígnio da profissão garantindo a prestação de cuidados do mais alto nível de qualidade e segurança, servindo cada vez melhor o cidadão.

O Presidente da Mesa do Colégio da Especialidade de Enfermagem de Reabilitação

Enfermeiro Belmiro Rocha

APÊNDICE 9

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES 2017

COLÉGIO DA ESPECIALIDADE DE ENFERMAGEM MÉDICO-CIRÚRGICA

ASSEMBLEIA DO COLÉGIO DA ESPECIALIDADE DE ENFERMAGEM MÉDICO-CIRÚRGICA

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES 2017

APROVADO POR MAIORIA, COM ALTERAÇÕES, NA 4ª ASSEMBLEIA DO COLÉGIO DA ESPECIALIDADE DE ENFERMAGEM MÉDICO-CIRÚRGICA, NO DIA 20 DE JANEIRO DE 2018, EM ÉVORA

Índice

NOTA INTRODUTÓRIA 4

1. MISSÃO 6

2. RELATÓRIO DE ACTIVIDADES 7

2.1 Prestação de Cuidados 8

2.2 Investigação 10

2.3 Docência 11

2.4 Formação 12

2.5 Assessoria 13

2.6 Gestão 14

2.7 Actividades Correntes 15

3. NOTA FINAL 16

SIGLAS

AEEEMC – Associação de Enfermeiros Especialistas em Médico-Cirúrgica

CH – Centro Hospitalar

CPLEE – Curso de Pós-Licenciatura de Especialização em Enfermagem

CSP – Cuidados de Saúde Primários

ECMO – Oxigenação por Membrana Extra-Corpórea

EEEMC – Enfermeiro Especialista em Enfermagem Médico-Cirúrgica

EMC – Especialidade Médico-Cirúrgica

EPE – Entidade Pública Empresarial

ESE – Escola Superior de Enfermagem

GOBP'S – Guia Orientador de Boas Práticas

MC – Médico-Cirúrgica

MCEE – Mesa do Colégio dos Enfermeiros Especialistas

UCSP – Unidade de Cuidados Saúde Primários

VAEP – Visitas de Acompanhamento do Exercício Profissional

NOTA INTRODUTÓRIA

Os Colégios de Especialidade são os órgãos profissionais especializados, constituídos pelos membros da Ordem que detenham o título profissional da respectiva especialidade (Artigo 39.º dos Estatuto da Ordem dos Enfermeiros, publicado pelo Decreto Lei n.º 104/98, de 21 de Abril, alterado e republicado em anexo à Lei n.º 156/2015 de 16 de Setembro).

Cada Colégio elege uma mesa, com um presidente e dois secretários, por sufrágio directo, secreto e periódico de entre os membros detentores da especialidade (Artigo 41.º dos Estatuto da Ordem, dos Enfermeiros, publicado pelo Decreto Lei n.º 104/98, de 21 de Abril, alterado e republicado em anexo à Lei n.º 156/2015 de 16 de Setembro). Infelizmente o secretário Fernando Costa e Silva solicitou renúncia ao cargo ao abrigo do artigo 64.º do Estatuto da Ordem dos Enfermeiros, publicado pelo Decreto-Lei n.º 104/98, de 21 de Abril, alterado e republicado em anexo à Lei n.º 156/2015 de 16 de Setembro). Após um ano de trabalho e integração às novas funções como elementos do Colégio, esta perda exigiu nova restruturação e o acolhimento a seis de Março de dois mil e dezassete, do novo secretário da Mesa do Colégio: Enfermeiro Nuno Ferreira.

Desde a formalização das Especialidades em Enfermagem, que se ambicionava a regulamentação da especialidade de Enfermagem Médico-Cirúrgica. Apesar da vasta abrangência desta especialidade, a Enfermagem Médico-Cirúrgica estava restrita à área de especialização da Pessoa em Situação Crítica com a aprovação e publicação do regulamento número 124/2011, de 18 de Fevereiro. Era impreterível a identificação das competências de acordo com o alvo e contexto de intervenção destes especialistas.

O avanço no conhecimento requer que o Especialista em Enfermagem Médico-Cirúrgica desenvolva uma prática baseada nas mais recentes evidências, orientada para os resultados sensíveis aos cuidados de enfermagem, sendo também o líder ideal para projectos de formação, de assessoria e de investigação que visem potenciar e actualizar os seus conhecimentos no desenvolvimento de competências dentro da sua área de especialização.

A evolução ocorrida na Especialidade de Enfermagem Médico-Cirúrgica representa o culminar de dois anos de esforço e dedicação dos elementos da Mesa e dos seus grupos de trabalho que permitiram a regulamentação da Especialidade de Enfermagem Médico-Cirúrgica e das quatro áreas que agora a constituem. O esforço colectivo fica marcado por, finalmente, estarem disponíveis aos membros deste colégio, as competências específicas desta especialidade de acordo com o alvo e contexto de actuação, assim como os padrões de qualidade que lhes permitem serem avaliados por aquilo que realmente caracteriza os

cuidados especializados de Enfermagem Médico-Cirúrgica. Também a nível formativo aprovámos os planos formativos das diferentes áreas que compõem a especialidade de enfermagem médico-cirúrgica, permitindo à academia oferecer uma formação mais direccionada aos que pretendam futuramente requerer a atribuição do título de enfermeiro especialista em Enfermagem Médico-Cirúrgica.

Acreditamos que após a publicação das competências específicas do Enfermeiro Especialista em Enfermagem Médico-Cirúrgica, dos padrões de qualidades e dos planos formativos, estão criadas as condições para darmos passos largos que marcarão a evolução desta especialidade.

Deste modo, apresentamos de forma linear o percurso e a linhas de orientação pelas quais este Colégio tem norteado o seu modo de estar perante a Especialidade de Enfermagem Médico-Cirúrgica.

Este documento é organizado de acordo com o plano de actividades desenvolvido, descrevendo-se os resultados obtidos em relação ao ambicionado.

1. MISSÃO

A missão do Colégio centra-se no desenvolvimento das diferentes competências estabelecidas n.º 1 do Artigo 42.º do Estatuto da Ordem dos Enfermeiros, nas quais:

- Promover o desenvolvimento das relações científicas e profissionais, entre os membros da especialidade;
- Elaborar estudos sobre assuntos específicos da especialidade;
- Definir as competências específicas da especialidade de Enfermagem Médico-Cirúrgica, a propor ao Conselho Directivo;
- Elaborar os programas formativos da especialidade de Enfermagem Médico-Cirúrgica, a propor ao Conselho Directivo;
- Acompanhar o exercício profissional especializado em Enfermagem Médico-Cirúrgica em articulação com os Conselhos de Enfermagem Regionais;
- Definir padrões de qualidade de cuidados de enfermagem especializados e zelar pela sua observância no exercício profissional especializado.

O ponto seguinte reflecte o trabalho de uma equipa, em articulação com os restantes órgãos da Ordem dos Enfermeiros, tendo por base o plano de actividades proposto em 2017 e aprovado em Assembleia do Colégio da Especialidade de Enfermagem Médico-Cirúrgica a 21 de Janeiro de 2017.

Neste contexto, apresentando a operacionalidade do Colégio relativamente à consecução do plano de actividades aprovado em Assembleia Geral do Colégio, expomos os resultados sob seis domínios: prestação de cuidados, investigação, docência, formação, assessoria, gestão e actividades correntes.

2. RELATÓRIO DE ACTIVIDADES

Este relatório encontra-se organizado de acordo com as áreas de actuação do enfermeiro: prestação de cuidados, investigação, docência, formação, assessoria e gestão. Este documento engloba também a descrição de actividades num domínio que designámos por actividades correntes e efemérides.

A organização do conteúdo que a seguir de apresenta teve como base o Plano de Actividades do ano de 2017 aprovado em Assembleia do Colégio a 21 de Janeiro de 2017 na cidade de Braga.

2.1 Prestação de Cuidados

Domínio Operacional	Actividades	Indicadores	Metas	Resultados
Prestação de Cuidados	Colaboração na identificação de focos sensiveis/áreas de intervenção prioritárias aos cuidados de Enfermagem especializados na área de competência do colégio.	_____	Ano 2017	Elaboração de documentos para a Regulamentação da Especialidade de Enfermagem Médico-Cirúrgica; Regulamento das Competências Específicas do Enfermeiro Especialista de Enfermagem Médico-Cirúrgica; Regulamento dos Padrões de Qualidade da Especialidade de Enfermagem Médico-Cirúrgica e respectivas áreas Enfermagem à Pessoa em Situação Crítica, Enfermagem à Pessoa em Situação Paliativa, Enfermagem à Pessoa em Situação Perioperatória e Enfermagem à Pessoa em Situação Crónica; Programa Formativo da Especialidade de Enfermagem Médico-Cirúrgica na área de Enfermagem à Pessoa em Situação Crítica, Enfermagem à Pessoa em Situação Paliativa, Enfermagem à Pessoa em Situação Perioperatória e Enfermagem à Pessoa em Situação Crónica; Documentos aprovados pelo Colégio em Assembleia extraordinária de 25 de Novembro de 2017; Apreciação da Norma de Cálculo das Dotações Seguras dos Enfermeiros Especialistas em Enfermagem Médico-Cirúrgica realizada por grupo de trabalho criado para o efeito.
	Construção de Guias Orientadores de boas práticas clínicas: Diálise Peritoneal: um passo para a autonomia da pessoa; O processo de transição com cuidados especializados na vivência na Quimioterapia; ECMO: um novo desafio para a prática especializada.	Dois (2) Guias iniciados	Pelo menos 1	Iniciados os Guias Orientadores de Boas Práticas Clínicas: **"Diálise Peritoneal: um passo para a autonomia da pessoa"** e **"ECMO: um novo desafio para a prática especializada"**.
	Participação nas visitas de acompanhamento às Unidades de Cuidados de forma a monitorizar o percurso profissional dos membros do Colégio.	$\frac{8}{10} \times 100 = 80\%$	80% de visitas	Após convite das Secções Regionais da Ordem dos Enfermeiros foram realizadas as seguintes visitas de acompanhamento ao exercício profissional: Centro Hospitalar São João EPE; Unidade de Hemodiálise da Sociedade Portuguesa de Diálise - Cruz Vermelha Portuguesa – Diaverum; Hospital Fernando da Fonseca, EPE ; Centro Hospitalar do Porto EPE; Hospital da Ordem da Trindade - Porto; Unidade Local de Saúde do Alto Minho EPE; UCSP Vila Nova de Cerveira; Hospital Senhora da Oliveira-Guimarães EPE. A Mesa não conseguiu dar resposta a duas das solicitações da Secção Regional do Sul, face aos pedidos nos terem chegado de forma extemporânea ou em perído de férias.

Prestação de Cuidados	Emissão de Pareceres na área técnica do Colégio, envolvendo peritos.	$\frac{4}{4} \times 100 = 100\%$	100%	Parecer 08/2017 - Competências na Chefia de Equipas pelo EEEMC; Parecer 09/2017 - Transporte da Pessoa em Situação Crítica; Parecer 10/2017 - Diferenciação da Intervenções de Enfermagem do Enfermeiro Especialista em Enfermagem Médico-Cirúrgica em relação ao Enfermeiro Generalista num serviço de urgência; Em parceria com o CE n.º 01/2017 - Responsável de Turno.
	Proposta de grupos de trabalho de assessoria técnica ao desenvolvimento da qualidade de cuidados especializados, nomeadamente no âmbito dos GOBP's.	Dois Grupos de Trabalho	Pelo menos 1	Foram **criados grupos de trabalhos para a Construção dos Guias Orientadores da Boa Prática de Cuidados.** Conforme NI_BAST/2017/19 o GOBP intitulado "Diálise Peritoneal: um passo para a autonomia da pessoa" ficou constituído por: Aires Ademar Gonçalves Moutinho, Fernando Vilares, Maria Arminda da Silva Tavares Miranda, Carlos Manuel Lopes Torgal e Marco Aurélio Carvalho de Medeiros, sob coordenação dos elementos da Mesa do Colégio. Conforme NI_BAST/2017/23 o GOBP intitulado "ECMO: um novo desafio para a prática especializada" ficou constituído por: Paulo Alexandre Oliveira, João Alberto Dantas, Dalva Manuela Pinto da Costa Gomes, Fernando José de Araújo Miranda e Michelle de Sousa Veríssimo, sob coordenação dos elementos da Mesa do Colégio. A Mesa do Colégio **integrou os grupos de trabalho** para e Regulamentação da Especialidade de Enfermagem Médico-Cirúrgica na área de Enfermagem à Pessoa em Situação Paliativa. A Mesa do Colégio **integrou os grupos de trabalho** para e Regulamentação da Especialidade de Enfermagem Médico-Cirúrgica na área de Enfermagem à Pessoa em Situação Perioperatória.
	Reunião de trabalho com associações/sociedades relevantes para a actividade do Colégio.	Quatro (4) de reuniões por ano	4 reuniões	Reunião com o INESC TEC - Institute for Systems and Computer Engineering, Technology and Science, em articulação com o Conselho de Enfermagem da Ordem dos Enfermeiros. Reunião com Responsáveis Políticos do Grupo de Trabalho para o desenvolvimento das Unidade de Cuidados na Comunidade. Reunião com perito convidado na área dos Indicadores relativos aos Cuidados de Enfermagem. Articulação com Associação de Enfermeiros Especialista em Enfermagem Médico-Cirúrgica. Articulação com Sociedade Portuguesa de Cardiologia.

2.2 Investigação

Domínio Operacional	Actividades	Indicadores	Metas	Resultados
Investigação	Colaboração no desenvolvimento e divulgação de estudos científicos e experiências práticas relevantes para o Colégio.	_____	Ano de 2017	Construção e publicação do Livro de Resumos do IV Encontro dos Enfermeiros Especialistas em Médico-Cirúrgica. Divulgação do trabalho de investigação em parceria com a Associação de Enfermeiros Especialistas de Enfermagem Médico-Cirúrgica intitulado "Diagnóstico de Situação da Enfermagem Médico-Cirúrgica".
	Participação em acções de debate e eventos científicos.	Três (3) participações	2/ano	**XX Congresso Nacional / VI Congresso Luso-Brasileiro Medicina Intensiva 2017 -** com a palestra: "Que futuro se aproxima?", no dia 4 de Maio no auditório principal da Fundação Champalimaud em Lisboa. Esteve presente o Enfermeiro Nuno Ferreira. **IV Encontro de Enfermagem de Emergência e as 10.ª Jornadas de Enfermagem de Cuidados Intensivos** no dia 20 e 21 de Outubro de 2017, Pólo Artur Ravara em Lisboa, com a Palestra: "Especialidades em Enfermagem: Pessoa em Situação Crítica". Esteve presente a Enfermeira Sílvia Alminhas. **Seminário de Comemoração do Dia Mundial dos Cuidados Paliativos**, do Centro Hospitalar Montijo, EPE (Barreiro) no dia 16 de Outubro; com a palestra intitulada "Enfermagem Paliativa". Esteve presente a Enfermeira Sílvia Alminhas.
	Dinamização de parcerias com associações científicas relevantes para o Colégio.	Uma (1) Associação Parceira	1/ano	Parceria com a Associação de Enfermeiros Especialistas de Enfermagem Médico-Cirúrgica no desenvolvimento e divulgação do trabalho intitulado "Diagnóstico de Situação da Enfermagem Médico-Cirúrgica".
	Organização do V Encontro dos Enfermeiros Especialistas em Enfermagem Médico-Cirúrgica.	_____	Ano de 2017	Foi elaborada a ficha de projecto, nomeada a comissão cientifica e organizadora e tomadas as diligências necessárias para a realização do V Encontro de Enfermeiros Especialistas em Enfermagem Médico-Cirúrgica, na cidade de Évora.
	Participação em trabalhos de investigação em articulação com a Comissão de Investigação e Desenvolvimento e Comissão da Qualidade dos Cuidados de Enfermagem.	Uma (1) participação	1 Trabalho/ano	Realizado projecto de investigação em parceria com a Comissão de Investigação e Desenvolvimento dando-se resposta a uma linha de investigação: Formação de profissionais.

2.3 Docência

Domínio Operacional	Actividades	Indicadores	Metas	Resultados
Docência	Apreciação de planos de estudos de Cursos de Pós-Licenciatura de Especialização e de Cursos de Mestrados com especificação da respectiva área clínica.	$\frac{N.º\ Planos\ de\ Estudos\ Analisados}{N.º\ Planos\ de\ Estudos\ Propostos} \times 100$	100%	Sem solicitações a este nível.
	Análise de propostas de reestruturação curricular dos cursos de formação pós-graduada em Enfermagem Médico-Cirúrgica.	$\frac{N.º\ Propostas\ Analisadas}{Nº\ Propostas\ Solicitadas} \times 100$	100%	Encontra-se em apreciação a reestruturação de um plano de estudos.
	Actualização/Realização da matriz de avaliação dos planos de estudos dos CPLEE's.	_____	Ano de 2017	Dado que a aprovação dos documentos de Regulamentação da Especialidade de Enfermagem Médico-Cirúrgica e das diferentes áreas que a compõem, foram apenas aprovados em Assembleia Geral já em Janeiro de 2018, a Mesa do Colégio encontra-se ainda a desenvolver este trabalho.
	Desenvolvimento de um trabalho de proximidade com Instituições de Ensino Superior de Enfermagem, propondo áreas prioritárias de investigação e ensino na área de competências do Colégio.	_____	Ano de 2017	Participação da Mesa do Colégio na Unidade Curricular de Gestão para a prática especializada dos Cursos de Pós-Licenciatura de Especialização e Mestrado em Enfermagem Médico-Cirúrgica, na Escola Superior de Enfermagem de Coimbra. Esteve presente a Enfermeira Catarina Lobão.
	Participação em reuniões e eventos científicos em Instituições de Ensino de Enfermagem.	$\frac{1}{1} \times 100$	Superior a 80%	Presença na Sessão de Abertura e lançamento do livro "Construindo conhecimento em Enfermagem à Pessoa em Situação Crítica" no âmbito da Jornada de Enfermagem Forense: que desafios? realizadas no Auditório da Escola Superior de Saúde do Instituto Politécnico de Leiria a 29 de setembro de 2017. Esteve presente a Enfermeira Catarina Lobão.

2.4 Formação

Domínio Operacional	Actividades	Indicadores	Metas	Resultados
Formação	Desenvolvimento de um trabalho de proximidade com as Instituições de Ensino Superior de Enfermagem e de Saúde para o desenvolvimento de respostas formativas às necessidades dos membros do Colégio.	_____	Ano 2017	Resposta às solicitações das Escolas Superiores de Saúde na participação de eventos e colaboração na formação dos profissionais no âmbito da Enfermagem Médico-Cirúrgica. Colaboração com a Escola Superior de Enfermagem de Coimbra, sob convite.
	Participação e divulgação de programas formativos relevantes para o Colégio.	_____	Ano 2017	A participação da Mesa do Colégio já foi descrita anteriormente. A divulgação de eventos recaí sobe o Gabinete de Comunicação e Imagem da Ordem dos Enfermeiros. Divulgação dos eventos realizados pela Mesa do Colégio.
	Promoção da oferta formativa para os membros do Colégio.	_____	Ano 2017	Oferecido o **IV Encontro dos Enfermeiros Especialistas em Enfermagem Médico-Cirúrgica** e os **Workshop's**: Tratamento de feridas com recurso à terapia por pressão negativa e Ventilação Não Invasiva.
	Participação no processo de individualização das especialidades, atribuição do TÍtulo de Enfermeiro Especialista em Enfermagem Médico-Cirúrgica e revalidação das células profissionais.	_____	Ano 2017	**Construção da documentação** referente à regulamentação da Enfermagem Médico-cirúrgica na área de Enfermagem à Pessoa em Situação Crónica. **Revisão da documentação** referente à Regulamentação da Enfermagem Médico-Cirúrgica na área de Enfermagem à Pessoa em Situação Crítica. **Participação como elementos do grupo de trabalho na construção da documentação** referente à regulamentação da Enfermagem Médico-cirúrgica na área de Enfermagem à Pessoa em Situação Paliativa e na área de Enfermagem à Pessoa em Perioperatória. **Colaboração com a Estrutura de Idoneidades** na Acreditação da Idoneidade Formativa dos Contextos de Prática Clínica.
	Colaboração na realização de critérios na acreditação dos contextos clínicos para a prática tutelada.	_____	Ano 2017	Colaboração com a Estrutura de Idoneidades na Acreditação da Idoneidade Formativa dos Contextos de Prática Clínica - Trabalho ainda em desenvolvimento.

2.5 Assessoria

Domínio Operacional	Actividades	Indicadores	Metas	Resultados
Assessoria	Emissão de resposta a pedidos de esclarecimento e/ou pareceres na área científica, técnica e profissional do Colégio, como suporte à tomada de decisão dos seus membros.	$\frac{4}{4} \times 100 = 100\%$	100%	Parecer 08/2017 - Competências na Chefia de Equipas pelo EEEMC; Parecer 09/2017 - Transporte da Pessoa em Situação Crítica; Parecer 10/2017 - Diferenciação da Intervenções de Enfermagem do Enfermeiro Especialista em Enfermagem Médico-Cirúrgica em relação ao Enfermeiro Generalista num serviço de urgência; Em parceria com o CE n.º 01/2017 - Responsável de Turno.
	Divulgação dos pareceres e actividades desenvolvidas pelo colégio EMC ou de áreas de interesse do Colégio no micro webpage do Colégio.	_____	Ano 2107	Divulgação dos pareceres e dos eventos organizados pela Mesa do Colégio no Micro Webpage do Colégio.
	Colaboração na definição de propostas no âmbito das políticas em saúde e organizações de saúde.	_____	Ano 2017	A Mesa do Colégio procurou dar resposta às solicitações do Conselho Directivo e Conselho de Enfermagem referentes aos assuntos profissionais relativos aos cuidados de enfermagem especializados em Enfermagem Médico-Cirúgica. Elaboração do relatório bienal do Colégio sobre o estado de desenvolvimento da especialidade e recomendações.

2.6 Gestão

Domínio Operacional	Actividades	Indicadores	Metas	Resultados
Gestão de Cuidados	Colaboração com os membros do Colégio na definição de estratégias de gestão dos cuidados.	_____	Ano 2017	Durante este ano não houve solictações nestes sentido.
	Colaboração com os membros do Colégio na definição de estratégias para a concepção, gestão e liderança de projectos de cuidados.	_____	Ano 2017	Durante este ano não houve solictações nestes sentido.
	Promoção da articulação com as Instituições de Ensino Superior de Enfermagem, ou outras, para o desenvolvimento de métodos e técnicas de planeamento, implementação e gestão de equipas.	_____	Ano 2017	Durante este ano não houve solictações nestes sentido.
	Colaboração com a Comissão de Qualidade dos Cuidados de Enfermagem na elaboração de directrizes no que diz respeito à promoção de dotações seguras em cuidados especializados.	_____ –	Ano 2017	Elaborada a proposta de revisão das directrizes para o cálculo de Dotações seguras em Médico-cirúrgica. Realizada apreciação ao documento realizado por grupo de trabalho.
	Colaboração na criação de instrumentos de apoio à gestão de recursos humanos e dotações na área de cuidados especializados de Enfermagem Médico-Cirúrgica.	_____	Ano 2017	Elaborado guião com Informações referente à Prática Especializada em Enfermagem Médico-Cirúrgica a utilizar nas Visitas de Acompanhamento ao Exercício Profissional e na realização dos relatórios das referidas visitas.

2.7 Actividades Correntes

Domínio Operacional	Actividades	Indicadores	Metas	Resultados
Actividades Correntes	Realização de Assembleia da Mesa do Colégio.	Duas (2) Assembleias	1	Realizada uma Assembleia Ordinária a 21 de Janeiro, na cidade de Braga. Realizada uma Assembleia Extraordinária a 25 de Novembros na cidade de Leiria.
	Reuniões ordinárias e extraordinárias da Mesa do Colégio.	Treze (13) reuniões	12	Realizadas doze (12) reuniões ordinárias e uma extraordinária.
	Participação em reuniões com outros Órgãos da Ordem dos Enfermeiros.	$\frac{9}{10}$ x 100% = 90%	100%	A Mesa do Colégio tem participado nas reuniões solicitadas pelo Conselho Directivo, Conselho de Enfermagem, Comissão de Investigação e Desenvolvimento e Comissão de Qualidade dos Cuidados de Enfermagem, além das várias reuniões com grupos de trabalhos.
	Elaboração de relatórios de actividades do Colégio.	Onze (11) relatórios efectuados	1	Elaboração do relatório de actividades anual a colocar sobre apreciação e votação na Assembleia do Colégio. Elaboração do relatório semestral das Actividades do Colégio (Agosto – 2017). Elaboração do relatório bienal do Colégio sobre o estado de desenvolvimento da especialidade e recomendações (Conforme ponto 2, do Artigo 42.º do Estatuto da Ordem dos Enfermeiros). Elaboração ou colaboração nos relatórios referentes às visitas de acompanhamento do exercício profissional.
Efemérides	Comemoração do Dia Mundial de Saúde.	_____	Abril de 2017	A Mesa do Colégio desenvolveu em parceria com Secção Regional de Centro e e restantes Mesas dos Colégios nas actividades de comemoração do dia Mundial da Saúde decorridas no Alma Shopping na cidade de Coimbra.
	Comemoração do Dia Mundial de combate à Obes	_____	Outubro de 2017	Dado a concentração de esforços na Regulamentação da Especialidade não nos foi possível o desenvolvimento desta actividade.
	Organização do V Encontro de Enfermeiros Especialistas de Enfermagem Médico-Cirúrgica.	_____	Janeiro de 2018	A Mesa do Colégio desenvolveu todos os esforços no sentido da Organização do V Encontro de Enfermeiros Especialistas de Enfermagem Médico-Cirúrgica, de modo a oferecer programa científico apelativo aos membros do Colégio e restantes colegas.

3. NOTA FINAL

Estamos cientes que este ano de trabalho teve contributos nas necessidades de mudança e evolução da Especialidade de Enfermagem Médico-Cirúrgica.

Neste ano em apreço, salientamos o trabalho efectuado pelo Colégio assinalado pela evolução e conquistas obtidas pela Especialidade Médico-Cirúrgica, de notável aprendizagem, marcado pela complexidade dos contextos sociais, profissionais e pessoais, sublinhando o espírito de entreajuda, a dedicação, a parceria e a amizade que norteou o trabalho dos elementos da Mesa.

No sentido de continuidade, queremos que seja possível optimizar o trabalho já realizado e responder aos novos desafios com que se defronta a especialidade.

Para crescermos contamos com o contributo de todos os membros do Colégio. Seja participativo! Faça-nos chegar as suas preocupações ou sugestões.

A Presidente da Mesa do Colégio da Especialidade
de Enfermagem Médico-Cirúrgica

Enfª Catarina Lobão

APÊNDICE 10

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES 2017

COLÉGIO DA ESPECIALIDADE DE ENFERMAGEM COMUNITÁRIA

ordem dos enfermeiros

ASSEMBLEIA DO COLÉGIO DA ESPECIALIDADE DE ENFERMAGEM COMUNITÁRIA

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO ANO 2017

APROVADO POR MAIORIA, SEM ALTERAÇÕES NA 4ª ASSEMBLEIA DO COLÉGIO DA ESPECIALIDADE DE ENFERMAGEM COMUNITÁRIA, EM 26 DE JANEIRO DE 2018, EM LISBOA

Relatório de Actividades do ano 2017

Colégio da Especialidade de Enfermagem Comunitária

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Mesa do Colégio da Especialidade de Enfermagem Comunitária (MCEEC), ao apresentar o seu relatório de atividades, cumpre uma obrigação estatutária e apresenta aos membros do Colégio informação detalhada sobre o trabalho realizado durante o ano de 2017.

O presente documento descreve as atividades e eventos desenvolvidos pela MCEEC, em articulação com os órgãos da Ordem dos Enfermeiros, e pretende analisar a execução do plano de atividades aprovado para 2017 em Assembleia do Colégio da Especialidade de Enfermagem Comunitária (CEEC), em 28 de Janeiro de 2017, justificando os desvios.

O ano 2017 foi pautado por grandes reformas na área dos Cuidados de Saúde Primários com a participação da mesa do colégio. Considerando as necessidades de cuidados de enfermagem especializados em áreas emergentes, relativamente às quais se reconhece a imperatividade de especificar as competências de acordo com o alvo e contexto de intervenção, desenvolveram-se as áreas, por um lado, em enfermagem de saúde pública e enfermagem de Saúde Comunitária e por outro lado em Enfermagem de Saúde Familiar.

Neste âmbito foi aprovado os padrões de qualidade e o regulamento de competências específicas do enfermeiro especialista em enfermagem comunitária - na área de enfermagem de saúde comunitária e de saúde pública - na área de enfermagem de saúde familiar

Aprovado por maioria, sem alterações, na 4ª Assembleia do Colégio da Especialidade de Enfermagem Comunitária, reunida em sessão ordinária, a 26 de Janeiro de 2018.

Relatório de Actividades do ano 2017

Colégio da Especialidade de Enfermagem Comunitária

1.1 PESTAÇÃO DE CUIDADOS

Domínio Operacional	Atividades	Indicadores	Metas	Resultados	Responsabilidades
Visitas / Reuniões de Trabalho	Visitas / reuniões de acompanhamento do Exercício Profissional de Enfermagem solicitadas e em articulação com os Conselhos de Enfermagem Regionais.	4	2017	VAEP, ACE's Loures Odivelas, 7.1.2017 Recepcionada, Secção Regional do Sul Reunião de Acompanhamento, ACES Loures Odivelas. 30.5.2017. Secção Regional do Sul VAEP,ACES Amadora,30.01.2017, Secção Regional do Sul VAEP, ACES Cávado I Braga, 7.9.17, Secção Regional do Norte	MCEEC/Secções Regionais
	Realização de visitas de acompanhamento às Unidades Funcionais dos Agrupamentos de Centros de Saúde(ACES), no âmbito da Reforma dos Cuidados de Saúde Primários (CSP).	3	2017	Atingido	MCEEC/Secções Regionais/CER
	Reuniões de trabalho para a definição de indicadores de Qualidade dos Cuidados de Enfermagem na área dos CSP.	3	2017	Atingido	MCEEC/OE
	Reuniões de trabalho para a definição de normas para o calculo de dotações seguras dos cuidados de Enfermagem em CSP.	3	2017	Atingido	MCEEC
	Reuniões de trabalho no âmbito da implementação da Especialidade de Enfermagem em Saúde Familiar.	7	2017	Reuniões com o grupo Técnico para o desenvolvimento e acompanhamento de boas práticas do Enfermeiro de Família ao abrigo do despacho 3823/2016 do Ministério da Saúde.	MCEEC
	Outras reuniões de trabalho	6	2017	Grupo técnico e consultivo sobre tabaco na DGS, Plano Nacional para a Prevenção e Controlo do Tabagismo	MCEEC/Representantes
				Participação em reuniões na DGS no âmbito da operacionalização do despacho sobre Vacinação	MCEEC
				Participação na Comissão Mista decorrente da assinatura do Memorando entre a OE e a Associação Nacional de Farmácias 20.07.2017	MCEEC
				Participação na sessão de esclarecimento sobre vacinação e alterações ao PNV 2017 na UCC Girassol ACES Cascais, Secções Regional do Sul, 04.03.2017	MCEEC
				Proposta para revisão da Norma para Cálculo de Dotações Seguras nos Cuidados de Enfermagem (duas)	MCEEC
Prestação de Cuidados	Colaborar no diagnóstico organizacional das Unidades de Saúde Pública(USP).	1	2017	Grupo de trabalho para a reforma da Saúde Pública	MCEEC/Conselho Diretivo
	Promoção da reflexão sobre a nova reforma das USP (nível Regional e Local).	1	2017	Relatório da 2ª comissão para a reforma nacional de saúde pública OE relatório 1º trimestre 2017	MCEEC/Colégio
	Promoção da reflexão sobre as especialidades em Enfermagem no ambito dos CSP.	3	2017	Foram realizadas 3 reuniões com a Mesa do Colégio.	MCEEC/Colégio/OE
	Diagnóstico sobre o numero de Enfermeiros face à necessidade de cuidados de enfermagem nas USP.	0	2017	Não atingido	MCEEC
	Outras atividades	3	2017	Pedido de contributo, relativamente à Norma do Novo Programa de Vacinação - PNV 2017 Participação na atividade "A Câmara e as profissões vão a escola - Mês da Ciência e da Saúde", Secção Regional do Norte, 10.03.2017 Participação no projeto da Ordem em parceria com a TSF "Ninguém está sozinho", Secção Regional do Sul, 28/11 a 1/12	MCEEC SRNorte/MCEEC SRSul/MCEEC

Aprovado por maioria, sem alterações, na 4ª Assembleia do Colégio da Especialidade de Enfermagem Comunitária, reunida em sessão ordinária, a 26 de Janeiro de 2018.

1.2 INVESTIGAÇÃO

Objetivo Estratégico	Defender os interesses gerais dos destinatários dos Serviços de Enfermagem e a representação em defesa dos interesses da profissão.
	Regular e supervisionar o acesso à profissão de Enfermeiro e o seu exercício, aprovar, nos termos da Lei, as normas técnicas e deontológicas respetivas, zelar pelo cumprimento das normas legais e regulamentares da profissão e exercer o poder disciplinar sobre os seus membros.
	Representar os Enfermeiros junto dos Órgãos de Soberania e colaborar com o Estado e demais entidades públicas sempre que estejam em causa matérias relacionadas com a prossecução das atribuições da Ordem, designadamente nas ações tendentes ao acesso dos Cidadãos aos Cuidados de Saúde e aos Cuidados de Enfermagem.
Objectivo Operacional	Realizar estudos científicos para melhorar a prática de Cuidados de Enfermagem ; Integrar congressos e encontros científicos para divulgação do conhecimento.

Domínio Operacional	Atividades	Indicadores	Metas	Resultados	Responsabilidades
Produção, transferência e divulgação de conhecimento científico em Enfermagem	Desenvolvimento de estudos científicos relevantes para a prática de cuidados na área dos CSP. Em elaboração "A importância da amamentação "em colaboração com a Mesa do Colégio da Especialidade de Saúde Materna e Obstétrica" e o "Cuidar famílias".	0	Ano de 2017	Parcialmente atingido	MCEEC
	Integração na Comissão Científica da Conferência do Forum Europeu para os CSP em Dezembro de 2017 no Porto.	1	Ano de 2017	Atingido	MCEEC/Outros membros do Forum
	Encontro de Boas Práticas em Enfermagem Comunitária /Familiar.	2	Ano de 2017	Superado	MCEEC
	Divulgar documentos / estudos relevantes à Especialidade no microsite da Mesa.		Ano de 2017	Parcialmente atingido	MCEEC
	Organização do Encontro dos Enfermeiros Especialistas em Enfermagem Comunitária.	0	Ano de 2017	Não atingido	MCEEC
	Participação no Congresso de Enfermagem.	0	Ano de 2017	Não aplicável	
	Participação no Congresso Nacional de Saúde Pública com o Alto Patrocínio do Senhor Presidente da República.	1	Ano de 2017	Atingido	MCEEC/OE
	Estabelecimento de protocolos com Unidades de Investigação em Saúde.	0	Ano de 2017	Não atingido	MCEEC/OE

Aprovado por maioria, sem alterações, na 4ª Assembleia do Colégio da Especialidade de Enfermagem Comunitária, reunida em sessão ordinária, a 26 de Janeiro de 2018.

1.3 DOCÊNCIA

Objetivo Estratégico	Defender os interesses gerais dos destinatários dos serviços de Enfermagem e a representação em defesa dos interesses da profissão.
	Regular e supervisionar o acesso à profissão de Enfermeiro e o seu exercício, aprovar, nos termos da Lei, as normas técnicas e deontológicas respetivas, zelar pelo cumprimento das normas legais e regulamentares da profissão e exercer o poder disciplinar sobre os seus membros.
	Representar os Enfermeiros junto dos Órgãos de Soberania e colaborar com o Estado e demais entidades públicas sempre que estejam em causa matérias relacionadas com a prossecução das atribuições da Ordem, designadamente nas ações tendentes ao acesso dos Cidadãos aos Cuidados de Saúde e aos Cuidados de Enfermagem.
Objetivo Operacional	Articular o papel da Ordem com a docência para uma melhor formação dos Enfermeiros.

Domínio Operacional	Atividades	Indicadores	Metas	Resultados	Responsabilidades
Restruturação curricular	Articulação e intervenção nos protocolos estabelecidos.	0	Ano 2017	Não atingido	MCEEC/OE
	Apreciação de plano de estudos de Cursos de Pós-licenciatura de Especialização em Enfermagem.	2	Ano 2017	Atingido	MCEEC/OE
	Pronúncia sobre planos de estudos que abrangam as novas reformas.	0	Ano 2017	Não aplicável	MCEEC/OE
Inovação e Desenvolvimento	Ligação da teoria à prática profissional.	1	Ano 2017	Participação, em representação da MCEEC, na receção e acompanhamento à vista de estudo que o Departamento de Enfermagem e de Enfermagem de Saúde Materna e Obstétrica do Ministério da Saúde da Polónia fez à Secção Regional do Norte. Porto, 16.10.2017	MCEEC/OE
	Desenvolvimento de uma politica de formação continua dos Enfermeiros ,em articulação com o ensino da Enfermagem.	3	Ano 2017	Atingido	MCEEC/OE

Aprovado por maioria, sem alterações, na 4ª Assembleia do Colégio da Especialidade de Enfermagem Comunitária, reunida em sessão ordinária, a 26 de Janeiro de 2018.

1.4 FORMAÇÃO

Objetivo Estratégico	Defender os interesses gerais dos destinatários dos serviços de Enfermagem e a representação em defesa dos interesses da profissão.
	Regular e supervisionar o acesso à profissão de Enfermeiro e o seu exercício, aprovar, nos termos da Lei, as normas técnicas e deontológicas respetivas, zelar pelo cumprimento das normas legais e regulamentares da profissão e exercer o poder disciplinar sobre os seus membros.
	matérias relacionadas com a prossecução das atribuições da Ordem, designadamente nas ações tendentes ao acesso dos Cidadãos aos Cuidados de Saúde e aos Cuidados de Enfermagem.
Objetivo Operacional	Promover a existencia de uma politica de formação promotora do desenvolvimento profissional.

Domínio Operacional	Atividades	Indicadores	Metas	Resultados	Responsabilidades
Formação Científica, técnica, cultural e profissional	Levantamento das necessidades de formação dos Enfermeiros atendendo à reforma das USP e reforma dos CSP.	0	2017	Parcialmente atingido	MCEEC
	Rever programas de formação na área da Saúde Pública em colaboração com as Escolas Superiores de Saúde.	2	2017	Apreciação da OE sobre a alteração ao plano de estudos do curso de mestrado em enfermagem de saúde comunitária - IP Viana do Castelo Parecer n.º 04 - 15.09.2017_MCEEC_CPL curso de Mestrado da ESS do IP Guarda	MCEEC
	Acompanhamento/monitorização da abertura dos cursos da Especialidade de Enfermeiro Especialista em Saúde Familiar.	1	2017	Atingido	MCEEC/OE
	Estabelecimento de parcerias com as Escolas Superiores de Saúde.	0	2017	Não atingido	MCEEC
	Reflexão sobre o exercício profissional dos Enfermeiros na àrea dos cuidados de saude primários.	4	2017	Atingido	MCEEC/OE
Acreditação e formação	Ponderação dos processos formativos e certificação de competências.	4	2017	Participação na Reunião das MCEE com a Estrutura de Idoneidades para debater o referencial de acreditação dos contextos e Especialidades em Enfermagem	MCEEC/OE

Aprovado por maioria, sem alterações, na 4ª Assembleia do Colégio da Especialidade de Enfermagem Comunitária, reunida em sessão ordinária, a 26 de Janeiro de 2018.

1.5 ACESSORIA

Objetivo Estratégico	Defender os interesses gerais dos destinatários dos serviços de Enfermagem e a representação em defesa dos interesses da profissão.
	Regular e supervisionar o acesso à profissão de Enfermeiro e o seu exercício, aprovar, nos termos da Lei, as normas técnicas e deontológicas respetivas, zelar pelo cumprimento das normas legais e regulamentares da profissão e exercer o poder disciplinar sobre os seus membros.
	Representar os Enfermeiros junto dos Órgãos de Soberania e colaborar com o Estado e demais entidades públicas sempre que estejam em causa matérias relacionadas com a prossecução das atribuições da Ordem, designadamente nas ações tendentes ao acesso dos Cidadãos aos Cuidados de Saúde e aos Cuidados de Enfermagem.
Objetivo Operacional	Reuniões de reflexão para uma melhoria dos Cuidados de Enfermagem.

Domínio Operacional	Atividades	Indicadores	Metas	Resultados	Responsabilidades
Assessoria, Aconselhamento e Recomendação	Elaboração dos pareceres solicitados e da competência do Colégio.	3	2017	Resposta a Pedido de informação reenviada pela Secção Regional do Sul sobre o cumprimento do n º 4 do art.º 7 do Dec. Lei 73/2017 de 21/6	MCEEC
				Parecer sobre realização de Citologias por enfermeiros especialistas em Enfermagem Comunitária	
				Resposta a Pedido de esclarecimento remetido ao MCEEC pela Secção Regional do Sul sobre a colocação de enfermeiras na URAP	
	Reuniões com as Associações Profissionais.	3	2017	Reunião com a USFAN	MCEEC
				Reunião com a Associação das Farmácias	MCEEC
	Reuniões com a Comissão de Apoio Técnico à MCEEC.	2	2017	Parcialmente atingido	MCEEC
	Reuniões periodicas com o Conselho Diretivo no ambito do acompanhamento das reformas em curso.	4	2017	Atingido	MCEEC/OE
Participação em representações nacionais a convite	Outras atividades	10	2017	Participação, em representação da Bastonária, na primeira reunião de Parceiros do Centro de Contacto do Serviço Nacional de Saúde, em Lisboa, 20.07.2017 Participação, em representação da Bastonária no II Coração das Terras do Lince em Movimento, Penamacor/Valverde del Fresno, 24.05.2017 Participação, em representação do Presidente da Secção Regional do Sul, no evento "Eliminar a hepatite C em Portugal: da visão à ação"; Lisboa, 12.09.2017 Participação, em representação da Bastonária no Workshop "A Genética nos Cuidados de Saúde Primários: desafios e oportunidades", IBMC, Porto, 09.06.2017 Participação no "Fórum Nacional do Sistema Nacional de Saúde, sob o tema - reformar, transformar e moderniza" , no próximo dia, Santo Tirso, 13.03.2017 Participação, em representação da Bastonária Participação no "9º Encontro Nacional das USF AN - Associação Nacional das USF-", Universidade de Aveiro, 12.05.2017 no "4º Encontro das USF de Entre Douro e Vouga, Santa Maria da Feira, 21.04.2017 Participação, em representação da Bastonária, nas "I Jornadas Defesa + Saúde: Prevenção de comportamentos Aditivos e dependências, Lisboa, 17.05.2017 Participação, em representação da Bastonária, no " 2º Seminário STOP às Úlceras de Pressão na Península de Setúbal, Seixal, 15.11.2017 Participação como representante da Ordem dos Enfermeiros na CCOPN (vogal do conselho executivo)	MCEEC/OE

Aprovado por maioria, sem alterações, na 4ª Assembleia do Colégio da Especialidade de Enfermagem Comunitária, reunida em sessão ordinária, a 26 de Janeiro de 2018.

1.6 GESTÃO

Objetivo Estratégico	Defender os interesses gerais dos destinatários dos serviços de Enfermagem e a representação em defesa dos interesses da profissão.
	Regular e supervisionar o acesso à profissão de Enfermeiro e o seu exercício, aprovar, nos termos da Lei, as normas técnicas e deontológicas respetivas, zelar pelo cumprimento das normas legais e regulamentares da profissão e exercer o poder disciplinar sobre os seus membros.
	Representar os Enfermeiros junto dos Órgãos de Soberania e colaborar com o Estado e demais entidades públicas sempre que estejam em causa matérias relacionadas com a prossecução das atribuições da Ordem, designadamente nas ações tendentes ao acesso dos Cidadãos aos Cuidados de Saúde e aos Cuidados de Enfermagem.

Objetivo Operacional	Implementar medidas conducentes à gestão de cuidados.

Domínio Operacional	Atividades	Indicadores	Metas	Resultados	Responsabilidades
Gestão de cuidados	Promoção da articulação com as instituições de ensino de Enfermagem,ou outras ,para o desenvolvimento de métodos e técnicas de planeamento,implementação e gestão de equipas.	0	2017	Não atingido	MCEEC
	Reuniões com os Enfermeiros gestores das unidades de saúde.	0	2017	Não atingido	MCEEC/OE

Aprovado por maioria, sem alterações, na 4ª Assembleia do Colégio da Especialidade de Enfermagem Comunitária, reunida em sessão ordinária, a 26 de Janeiro de 2018.

1.7 ACTIVIDADES CORRENTES

Domínio Operacional	Atividades	Indicadores	Metas	Resultados	Responsabilidades
Gestão Administrativa de Recursos Humanos	Articulação com Órgãos Nacionais /Internacionais em áreas de interesse da Mesa do Colégio.	2	Ano 2017	Comissão Científica da Conferência do Forum Europeu para os CSP em Dezembro de 2017 no Porto	MCEEC/OE
	Realização de Assembleias /reuniões ordinárias da Mesa do Colégio.	15	Ano 2017	Reunião n.º 12_MCEEC, 19.01.2017, Lisboa	MCEEC
				2 ª Mesa da Assembleia da MCEEC, 28.01.2017, Porto	
				Reunião n.º 13_MCEEC_24.02.2017_Lisboa	
				Reunião n.º 14_MCEEC_17.03.2017_Lisboa	
				Reunião n.º 15_MCEEC com a Comissão de Apoio Técnico à Mesa, 19.04.2017, Porto	
				Reunião n.º 16_MCEEC_26.05.2017_Lisboa	
				Reunião n.º 17_MCEEC_23.06.2017_Lisboa	
				Reunião n.º 18_MCEEC_28.07.2017_Lisboa	
				Reunião n.º 19_MCEEC_25.08.2017_Lisboa	
				Reunião n º 20 – MCEEC, 15.09.2017, Lisboa	
				Reunião n º 21 – MCEEC, 13.10.2017, Faro	
				Reunião n º 22 (extraordinária) MCEEC, 18.10.2017, Leiria	
				Reunião n º 23 MCEEC, 14.11.2017, Lisboa	
				3 ªMesa da Assembleia (extraordinária) da MCEEC, 26.11.2017, Leiria	
				Reunião n º 24 MCEEC, 15.12.2017, Lisboa	
	Elaboração e submissão do plano de atividades do Colégio e relatório de atividades.	2	Ano 2017	Reunião MCEEC	MCEEC
	Participação em reuniões com outros orgãos da OE.	7	Ano 2017	Atingido	MCEEC
Procedimentos internos	Elaboração de Pareceres Técnicos e Científicos, mediante as solicitações.	Todas	Ano de 2017	Atingido	MCEEC
	Resposta ao expediente corrente da MCEEC.	Todo	Ano de 2017	Atingido	MCEEC
Gestão Administrativa, Financeira e patrimonial	Elaboração de Fichas de Projecto, no sentido da contenção e controlo de despesas.	2	Ano 2017	Ficha de Projecto MCEEC 01-2017 - Encontro de Boas Práticas da MCEEC - Reforma da Saúde Pública_Desafios, 29.04.2017, SRNorte	MCEEC
				Ficha de Projecto MCEEC 02/2017 - Encontro de Boas Práticas da MCEEC - Reforma da Saúde Pública_Desafios, 14.10.17, Faro	
Gestão Documental	Resposta aos EDOCLINK's.	Todos	Ano de 2017	Atingido	MCEEC
Comunicação Interna e Externa	Atualização e dinamização do microsite da Mesa do Colégio.	70%	Ano de 2017		MCEEC, Gabinete de Comunicação e Imagem e Secretariado das MCEE

Aprovado por maioria, sem alterações, na 4ª Assembleia do Colégio da Especialidade de Enfermagem Comunitária, reunida em sessão ordinária, a 26 de Janeiro de 2018.

1.8 COOPERAÇÃO INSTITUCIONAL

Domínio Operacional	Atividades	Indicadores	Metas	Resultados	Responsabilidades
Participação em representações nacionais	Reuniões com o grupo Técnico para o desenvolvimento e acompanhamento de boas práticas do Enfermeiro de Família ao abrigo do despacho 3823/2016 do Ministério da Saúde.	7	Ano de 2017	Atingido	MCEEC/OE
	Reuniões com o grupo de trabalho para a Certificação dos Primeiros Algoritmos de Triagem Telefónica Portuguesa.	2		Atingido	MCEEC/OE
	Reuniões com o Grupo de Trabalho Rede Nacional de Referenciação para Feridas Complexas, nomeado através da NI BAST 2016/38.	5		Atingido	MCEEC/OE
	Outras participações	2	Ano de 2017	Participação na reunião "Dossier Especialidades", Secção Regional do Norte, 08.06.2017	MCEEC/OE
Participação em representações internacionais (a convite)	Forum Europeu para os CSP.	1	Ano de 2017	Atingido	MCEEC/OE
Resposta a pedidos	Resposta a dúvidas e ou esclarecimentos.	Todos	Ano de 2017	Atingido	MCEEC
	Elaboração de Pareceres Técnicos e Científicos, mediante as solicitações.	Todos	Ano de 2017	Atingido	MCEEC

Aprovado por maioria, sem alterações, na 4ª Assembleia do Colégio da Especialidade de Enfermagem Comunitária, reunida em sessão ordinária, a 26 de Janeiro de 2018.

1.9 REDE OE

Domínio Operacional	Atividades	Indicadores	Metas	Resultados	Responsabilidades
Efemérides	Comemoração do Dia Internacional do Enfermeiro e outros que se considerem relevantes para a visibilidade da Enfermagem	17	2017	Dia Mundial da Saúde, com a organização da SRCentro e da MCEEMC, foram convidadas as restantes Mesas para integrarem as actividades comemorativas que irão decorrer no Alma Shopping e Coimbra	MCEEC/OE
				Integração da Mesa do Colégio da Especialidade de Enfermagem Comunitária nas actividades da Feira da Saúde, nos dias 8 e 9 de Julho	
				Sessão de Abertura do «2º Seminário de STOP às Úlceras por Pressão na Península de Setúbal», no dia 15 de Novembro de 2017, no Auditório dos Serviços Centrais da Câmara Municipal do Seixal.	
				Encontro das USF Egas Moniz, sessão de abertura	
				Convite para participar na primeira reunião de Parceiros do Centro de Contacto do Serviço Nacional de Saúde, em Lisboa	
				Participação na Conferência do European Forum For Primary Care que se realiza a 25 e 26 de Setembro no Porto, na Casa do Médico (Secção Regional do Norte da Ordem dos Médicos	
				9º Encontro Nacional das USF - Associação Nacional das USF-NA , no dia 12 de Maio na Universidade de Aveiro	
				I Jornadas Defesa + Saúde: Prevenção de comportamentos Aditivos e dependências, no dia 17 de Maio na fundação Calouste Gulbenkian	
				II Coração das Terras do Lince em Movimento, a realizar-se no dia 24 de Maio na localidade espanhola de Valverde del Fresno, Penamacor	
				Convite para participar na primeira reunião de Parceiros do Centro de Contacto do Serviço Nacional de Saúde, em Lisboa	
				Representação da mesa nas comemorações do dia do mundial do enfermeiro na ESS Leiria, 12.05.17	
				Representação da Mesa nas comemorações do dia mundial do enfermeiro na Secção Regional Norte/ Porto Canal	
				Representação da Mesa mas comemorações do dia mundial do enfermeiro na Secção Regional Sul/Nacional.	
				Participação na atividade "Lado a Lado", Comemoração do Dia Mundial da Saúde, Secção Regional do Centro, 07.04.2017	
				Participação em Sessão de formação/esclarecimento sobre vacinação no colégio Alegria, com gravação de vídeo para divulgação e comemoração do Dia Mundial da Criança, Secção Regional do Sul, 30.05.2017	
				Participação na Feira da Saúde com elaboração de folheto com informação da alteração do PNV 2017 e motivos da adesão à vacinação e riscos da não vacinação, Secção Regional do Sul, 08.07.2017	
				Participação na Cerimónia de Vinculação à Profissão, Secção Regional do Sul, Lisboa, 30.09.2017	

Aprovado por maioria, sem alterações, na 4ª Assembleia do Colégio da Especialidade de Enfermagem Comunitária, reunida em sessão ordinária, a 26 de Janeiro de 2018.

2. NOTA FINAL

As atividades realizadas, cumpriram globalmente os objetivos traçados no plano para 2017 e aprovado em Assembleia do Colégio.

E, porque o Colégio somos todos nós, contamos com a colaboração de cada um, tendo como prioridade para o ano 2018-2019 a proximidade entre a Mesa do Colégio da Especialidade de Enfermagem Comunitária e os membros do Colégio.

Contamos com o contributo de todos os membros do Colégio.

Faça-nos chegar os projetos em que está envolvido.

Faça-nos chegar as suas preocupações ou sugestões.

Seja participativo.

A Presidente da Mesa do Colégio da Especialidade
de Enfermagem de Comunitária

Maria Clarisse Louro

Enf. Maria Clarisse Louro

Aprovado por maioria, sem alterações, na 4ª Assembleia do Colégio da Especialidade de Enfermagem Comunitária, reunida em sessão ordinária, a 26 de Janeiro de 2018.

APÊNDICE 11

RELATÓRIO E CONTAS 2017
SECÇÃO REGIONAL DO NORTE

ordem dos enfermeiros

secção regional **norte**

Aprovado em reunião do Conselho Diretivo Regional Extraordinária de 12 de fevereiro de 2018.

Visto e aprovado em reunião do Conselho Fiscal Regional de 14 de fevereiro de 2018.

Submetido à análise e aprovação em Assembleia Regional da Secção Regional Norte da ordem dos Enfermeiros de 24 de fevereiro de 2018 no Auditório da Escola Superior de Saúde do Instituto Politécnico de Viana do Castelo.

RELATÓRIO E CONTAS 2017

ÍNDICE

SIGLAS **6**
MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DIRETIVO REGIONAL **7**
1 - NOTA INTRODUTÓRIA **8**
2 - CARACTERIZAÇÃO GERAL DA SRNOE **10**
2.1 - COLABORADORES 10
2.2 - MEMBROS 12
2.3 - ÓRGÃOS SOCIAIS ESTATUTÁRIOS 14
3 - RELATÓRIO DE ACTIVIDADES DE 2017 ..... **15**
3.1 - PRESTAÇÃO DE CUIDADOS 15
3.2 - INVESTIGAÇÃO 18
3.3 - DOCÊNCIA 21
3.4 - FORMAÇÃO 22
3.5 - ASSESSORIA 24
3.6 - GESTÃO 26
3.7 - ACTIVIDADES COADJUVANTES AOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS 27
3.7.1 - ATIVIDADES CORRENTES E DE SUPORTE 28
3.7.2 – COOPERAÇÃO INSTITUCIONAL, PARTICIPAÇÃO EM PROJETOS E GRUPOS DE TRABALHO 31
3.7.3 – REDE ORDEM ENFERMEIROS 33
4 - ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA **37**
4.1 - RENDIMENTOS E GANHOS 37
4.2 - GASTOS E PERDAS 38
4.3 – ANÁLISE DO INVESTIMENTO 39
4.4 - RESULTADOS 40
5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS **41**
APÊNDICES
APÊNDICE 01
VISITAS DE ACOMPANHAMENTO AO EXERCÍCIO PROFISSIONAL
APÊNDICE 02
CONSELHO JURISDICIONAL REGIONAL – resenha 2017
APÊNDICE 03
EVENTOS DA INICIATIVA E PARTICIPADOS PELA SRNOE

APÊNDICE 04

REPRESENTAÇÕES OFICIAIS EM EVENTOS

APÊNDICE 05

REUNIÕES DE REPRESENTATIVIDADE INSTITUCIONAL

APÊNDICE 06

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

APÊNDICE 07

RELATÓRIO DE AUDITORIA ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

APÊNDICE 08

PARECER DO CONSELHO FISCAL REGIONAL AO RELATÓRIO E CONTAS DE 2017

SIGLAS

AR – Assembleia Regional

ACeS – Agrupamentos de Centros de Saúde

AEESEnfP – Associação de Estudantes da Escola Superior de Enfermagem do Porto

BI – Boletim Informativo

CDR – Conselho Directivo Regional

CE – Conselho de Enfermagem

CER – Conselho de Enfermagem Regional

CFR – Conselho Fiscal Regional

CINTESIS – Centro de Investigação em Tecnologias e Serviços de Saúde

CJR – Conselho Jurisdicional Regional

CRP – Comissão Regional de Peritos

CSP – Cuidados de Saúde Primários

DGS – Direção Geral da Saúde

DIE – Dia Internacional do Enfermeiro

DNF – Diagnóstico de Necessidades Formativas

ELO – Enfermeiro de Ligação à Ordem

EOE – Estatuto da Ordem dos Enfermeiros

EOR's - Encontro de Órgãos Regionais

ESEP - Escola Superior de Enfermagem do Porto

FB – Facebook

GCI – Gabinete de Comunicação e Imagem

INE – Instituto Nacional de Estatística

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

OE – Ordem dos Enfermeiros

OMS – Organização Mundial de Saúde

PA – Plano de Actividades

PEQ – Programa de Execução de Quotas

PD – Processo Disciplinar

PQCE – Padrões de Qualidade dos Cuidados de Enfermagem

RAED – reunião de Aconselhamento Ético Deontológico

RH – Recursos Humanos

SNS – Serviço Nacional de Saúde

SR – Secção Regional

SRNOE – Secção Regional do Norte d Ordem dos Enfermeiros

VAEP – Visitas de Acompanhamento do Exercício Profissional

MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DIRETIVO REGIONAL

Caros colegas,

Dois anos de mandato... Momento de balanço e de reflexão.

A verdade é que ainda não fizemos tudo quanto gostaríamos! Não fazemos agenda política, não estamos a guardar o melhor para o fim, para que se lembrem de nós nas próximas eleições. Tudo o que temos feito é porque nos comprometemos mas, mais importante que isso, é porque acreditamos. Foram dois anos intensos. Importa recordar que quer sejam chefias, direções, administrações ou a própria Ordem, a nossa missão comum é melhorar o Sistema Nacional de Saúde.

Todos temos a missão, de dar melhores condições de vida aos doentes, de tornar os cuidados de saúde melhores e mais seguros. Em saúde não há números. Há vida e morte. E há mais morte e sofrimento do que é necessário quando os números são mais importantes do que as pessoas. Denunciámos sem medo, sem amarras e sem pensar no amanhã, as pressões que foram feitas aos nossos colegas.

Para fazer denúncias públicas, não é preciso ser herói, é preciso ter vergonha na cara e saber que por mais que não saibamos o caminho por onde vamos, há caminhos pelos quais não podemos ir.

Dois anos de defesa intransigente da Enfermagem, dos enfermeiros e dos cuidados de saúde, é verdade!

Ao longo deste ano, poucos foram os dias que fiquei sentado na secretária. Não estou Presidente para passear pelos corredores do poder. Vim para cumprir o que me propus, melhorar a nossa vida enquanto profissionais e utentes. Sabem que mais? O país não se muda com o ar condicionado do gabinete, muda-se a transpirar no verão de Bragança e a tremer no frio de Vila Real.

Sabemos que mudamos vidas e marcamos pessoas, sabemos que há tantos que já esquecemos e que nunca nos esquecerão, mas isso não nos muda, não nos traz sobranceria nem altivez.

Neste segundo ano de mandato os enfermeiros descobriram que são Heróis!

João Paulo Carvalho

1 - NOTA INTRODUTÓRIA

O presente Relatório e Contas de 2017 é um documento que expressa a ação desenvolvida para a concretização do Plano de Actividades (PA) da Secção Regional Norte da Ordem dos Enfermeiros (SRNOE) aprovado na Assembleia Regional em 25 de fevereiro de 2017 em Bragança.

Conforme definido no Estatuto da OE (EOE) publicado pelo Decreto-Lei n.º 104/98, de 21 de Abril, alterado e republicado em Anexo à Lei n.º 156/2015 de 16 de Setembro, e em conformidade com a alínea f), do n.º 2 do artigo 46º, cabe ao Conselho Directivo Regional (CDR) *elaborar e submeter à aprovação da assembleia regional o relatório e contas relativos ao ano civil anterior, até 1 de março do ano seguinte.*

A regulação e supervisão do acesso à profissão de Enfermeiro, assim como o exercício profissional nos termos da lei, deontologia, normas e técnicas e a defesa dos interesses dos seus membros são o pilar de atuação dos órgãos sociais deste mandato. Nesta esteira, a ênfase em actividades impulsionadoras de proximidade e que valorizem, profissional e cientificamente, os Enfermeiros foram e continuarão a ser o centro da nossa atenção.

Na expressão da responsabilidade sentida e assumida com o compromisso de mudança sob o lema "Ninguém está sozinho", com a finalidade de devolver a dignidade, respeito e valorização à enfermagem e aos enfermeiros no rumo da excelência do exercício profissional mantemo-nos norteados pelos objetivos estratégicos:

1. Defender os interesses gerais dos destinatários dos serviços de Enfermagem e a representação em defesa dos interesses da profissão;
2. Regular e supervisionar o acesso à profissão de Enfermeiro e o seu exercício, aprovar, nos termos da lei, as normas técnicas e deontológicas respetivas, zelar pelo cumprimento das normas legais e regulamentares da profissão e exercer o poder disciplinar sobre os seus membros;
3. Representar os Enfermeiros junto dos órgãos de soberania e colaborar com o Estado e demais entidades públicas sempre que estejam em causa matérias relacionadas com a prossecução das atribuições da Ordem, designadamente nas ações tendentes ao acesso dos cidadãos aos cuidados de saúde e aos cuidados de Enfermagem.

Este relatório pretende ser mais do que uma simples de síntese de actividades desenvolvidas no decorrer do ano de 2017. De forma estruturada e concisa, prevê-se apresentar os esforços desenvolvidos, os resultados alcançados e, também, as razões do incumprimento do programado.

Com suporte no Plano de Actividades aprovado em 2017, estruturou-se a informação considerando os objectivos encetados para cada uma das áreas de atuação previstas para o mandato e, de forma descritiva, apresentar-se-ão as actividades desenvolvidas. Em apêndices surgirão todos os documentos e esquemas específicos, na pretensão da maior clarividência do descrito.

Em cumprimento do previsto nas atribuições, competências e funcionamento dos órgãos da SRNOE mantemos a convicção de que muito aprendemos no decurso de mais um ano, sendo que os obstáculos nos tornaram mais fortes e, por isso, mais aptos para o caminho da valorização profissional dos membros da SRNOE, incentivando o ensino, a formação profissional e a investigação.

Pretendemos que os membros da SRNOE sejam o reflexo de toda essa força! O reflexo de uma mudança!

2 - CARACTERIZAÇÃO GERAL DA SRNOE

O Artigo 2.º do EOE estabelece, na alínea a) do ponto 2 que a sede da SRNOE é sita no Porto, sendo a sua área de abrangência a atuação correspondente aos distritos de Braga, Bragança, Porto, Viana do Castelo e Vila Real.

2.1 - COLABORADORES

Existem 13 colaboradores da área de secretariado e suporte aos órgãos estatutários na SRNOE, prevalecendo o género feminino.

Salvaguardamos que uma funcionária, apesar de apoiar a prestação de serviço, em regime de meio tempo, nesta SR pertence ao quadro de funcionários da Sede Nacional estando alocada à SRNOE para apoio a duas estruturas Nacionais que se encontram aqui sediadas: Estrutura de Idoneidade Formativa e Estrutura de Sistemas de Informação em Enfermagem.

DISTRIBUIÇÃO POR GÉNERO		
Género	**Total**	%
Feminino	8	61,5
Masculino	5	38,5
Total		**100,0 %**

Entre os 26 e 35 anos, existem 3 pessoas, estando as restantes enquadradas no grupo etário compreendido entre os 36 a 45 anos de idade.

DISTRIBUIÇÃO POR GRUPOS ETÁRIOS		
Grupos Etários	**Total**	%
26 a 35	3	23,1
36 a 45	10	76,9
Total	**13**	**100 %**

No que reporta a categorias profissionais, realça-se que existem 3 técnicos administrativos, 3 assistentes administrativos, 2 técnicos de secretariado entre outras funções.

DISTRIBUIÇÃO POR CATEGORIA PROFISSIONAL		
Categoria Profissional	**Total**	**%**
Chefe de Secção	1	7,7
Técnico Administrativo	3	23,1
Técnico de Secretariado	2	15,4
Assistente Administrativo de 1ª	2	15,4
Assistente Administrativo de 2ª	1	7,7
Contínuo de 1ª	1	7,7
Porteiro de 1ª	1	7,7
Auxiliar de Limpeza	1	7,7
Diretor de Comunicação e Imagem	1	7,7
Total	**13**	**100 %**

Do universo de 13 trabalhadores da SRNOE, salienta-se o número de licenciados nas mais diversas áreas, desde ciências exatas a letras, pese embora o número de pessoas com o 12º ano lhe seja equivalente.

DISTRIBUIÇÃO POR HABILITAÇÕES ACADÉMICAS		
Habilitações Académicas	**Total**	**%**
2º Ciclo	2	15,4
12º Ano	5	38,5
Bacharelato	1	7,7
Licenciatura	5	38,5
Total	**13**	**100 %**

2.2 - MEMBROS

Até 31 de Dezembro de 2017, existiam 23 607 membros inscritos na SRNOE. Da totalidade dos membros, 19577 são do género feminino e 4030 do género masculino. Verifica-se uma maior concentração de membros pertencentes ao distrito do Porto, perfazendo 54,47%, seguindo-se o distrito de Braga com 19,90% dos membros ativos a 31 de dezembro passado da SRNOE. Os distritos de Bragança, Viana do Castelo, Vila Real e outros distritos apresentam uma média de 6,3% dos inscritos e uma percentagem de 0,47% dos membros desta Secção Regional encontram-se inscritos e em exercício profissional fora do território Nacional.

Distribuição por Distrito (Exercício Profissional)			
Distrito	**F**	**M**	**Total**
BRAGA	3 968	730	4 698
BRAGANÇA	952	244	1 196
PORTO	10 712	2 147	12 859
VIANA DO CASTELO	1 279	271	1 550
VILA REAL	1 373	373	1 746
OUTROS	1 198	249	1 447
Total no Território Nacional	**19 482**	**4 014**	**23 496**
ESTRANGEIRO	95	16	111
TOTAL	**19 577**	**4 030**	**23 607**

Dos 23 607 da SRNOE, verifica-se que a maioria dos membros da SRNOE têm idades compreendidas entre os 26 e os 40 anos, sendo que o grupo etário dos 31 a 35 anos é o que tem maior representação.

Distribuição por Grupos Etários			
Grupos Etários	**F**	**M**	**Total**
21 a 25	1513	223	1 736
26 a 30	3070	467	3 537
31 a 35	4414	940	5 354
36 a 40	3103	775	3 878
41 a 45	2127	502	2 629
46 a 50	1830	332	2 162
51 a 55	1475	333	1 808
56 a 60	918	196	1 114
61 a 65	510	130	640

66 a 70	291	63	354
Mais 70	326	69	395
Total	**19 577**	**4 030**	**23 607**

Analisando o *ratio* de Enfermeiros, membros da SRNOE, por 1000 habitantes, verifica-se que é no Porto onde o valor mais se aproxima do previsto pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) no entanto, mesmo muito próximo não o alcança o que se traduz em 7,48 enfermeiros por mil habitantes como média deste ratio na região Norte de Portugal.

***RATIO* DO TOTAL DE ENFERMEIROS POR 100 HABITANTES**			
Distrito	**População (1)**	**Enfermeiros (2)**	**Enf /1000 Hab**
Aveiro	714 200	3 496	4,89
Beja	152 758	922	6,04
Braga	**848 185**	**4 847**	**5,71**
Bragança	**136 252**	**1 241**	**9,11**
Castelo Branco	196 264	1 355	6,90
Coimbra	430 104	5 213	12,12
Évora	166 726	1 133	6,80
Faro	451 006	2 718	6,03
Guarda	160 939	1 142	7,10
Leiria	470 930	2 211	4,69
Lisboa	2 250 533	16 447	7,31
Portalegre	118 506	862	7,27
Porto	**1 817 172**	**13 138**	**7,23**
Santarém	453 638	2 427	5,35
Setúbal	851 258	4 390	5,16
Viana do Castelo	**244 836**	**1 588**	**6,49**
Vila Real	**206 661**	**1 833**	**8,87**
Viseu	377 653	2 313	6,12
Açores	246 772	2 081	8,43
Madeira	267 785	2 221	8,29
Total	**10 562 178**	**71 578**	**6,78**
OCDE (2015-2016) latest available year (3)			**9,16**

(1) Fonte: Instituto Nacional de Estatística. Resultados definitivos da população residente, 2011

(2) Total de Enfermeiros em 31-12-2017 (Território Português)

(3) Ratio OCDE fonte: OCDE Factbook 2015-2016: Practising nurses - © OCDE 2016

Do total de Enfermeiros inscritos na SRNOE, 17 793 têm averbado na sua Cédula profissional o título de Enfermeiro de Cuidados Gerais e 5 824 têm averbados títulos de especialistas, sendo que a área de

Especialização em Enfermagem de Reabilitação é aquela que mais se encontra averbada com um total de 1311 no final do mês de dezembro de 2017.

Enfermeiros Cuidados Gerais			
Título	**F**	**M**	**Total**
ENFERMEIRO	14 747	3 046	17 793

Enfermeiros Especialistas			
Títulos	**F**	**M**	**Total**
ESPECIALISTA EM ENFERMAGEM COMUNITÁRIA	805	133	938
ESPECIALISTA EM ENFERMAGEM DE REABILITAÇÃO	991	320	1 311
ESPECIALISTA EM ENFERMAGEM DE SAÚDE INFANTIL E PEDIÁTRICA	761	44	805
ESPECIALISTA EM ENFERMAGEM DE SAÚDE MATERNA E OBSTÉTRICA	907	32	939
ESPECIALISTA EM ENFERMAGEM MÉDICO-CIRÚRGICA	981	292	1 273
ESPECIALISTA EM ENFERMAGEM SAÚDE MENTAL E PSIQUIÁTRICA	395	163	558
Total	**4 840**	**984**	**5 824**

2.3 - ÓRGÃOS SOCIAIS ESTATUTÁRIOS

Cumprindo o pressuposto desempenho versado nas atribuições, competências e funcionamento dos órgãos regionais da OE e respeitando o desígnio do Plano de Actividades aprovado em 2017, trabalhamos para alcançar a valorização profissional dos membros da SRNOE, incentivando o ensino, a formação profissional e a investigação. Para ser possível o planeamento, estruturação e desenvolvimento dos trabalhos durante o ano de 2017, os órgãos estatutários reuniram conforme abaixo se apresenta:

- Conselho Diretivo Regional (CDR): 18 reuniões
- Conselho de Enfermagem Regional (CER): 11 reuniões
- Conselho Jurisdicional Regional (CJR): 10 reuniões
- Conselho Fiscal Regional (CFR): 5 reuniões
- Assembleia Regional (AR): 1reunião

3 - RELATÓRIO DE ACTIVIDADES DE 2017

3.1 - PRESTAÇÃO DE CUIDADOS

Objetivos

- Reforçar a qualificação dos membros da SRNOE face às necessidades de cuidados de Enfermagem, ao longo do ciclo vital e em fim de vida
- Fortalecer a visibilidade profissional dos membros da SRNOE no contexto institucional e na sociedade em geral
- Reforçar o apoio ao percurso profissional dos membros da SRNOE
- Garantir, nas diversas instituições de saúde, a presença de membros da SRNOE qualificados de acordo com as necessidades de cuidados de saúde, ao longo do ciclo vital e em fim de vida, bem como o cumprimento das dotações seguras

Actividades Planeadas

- Definição e regulação das intervenções dos membros da SRNOE nos mais diversos contextos de prestação de cuidados (públicas, privados, social e militar)
- Realização de Visitas de Acompanhamento do Exercício Profissional (VAEP) em instituições de saúde da zona Norte (públicas, privados, social e militar)
- Elaboração de relatórios de visita, sua apreciação, análise e divulgação nas instituições envolvidas
- Registo e atualização da base de dados de gestão de membros da SRNOE de acordo com dados fornecidos pelas instituições de saúde
- Realização de visitas de cortesia por solicitação de instituições de saúde da zona Norte (públicas, privadas, sociais e militares) ou por solicitação de membros da SRNOE
- Acompanhamento da implementação de medidas tendentes à melhoria das não conformidades identificadas.
- Instrução de medidas corretivas e/ou disciplinares conducentes à melhoria da qualidade dos cuidados de enfermagem e proteção da dignidade profissional dos membros da SRNOE

- Zelar por práticas com garante de qualidade e segurança visando a Norma para o Cálculo de Dotações Seguras dos Cuidados de Enfermagem (Regulamento n.º 533/2014 de 02 de dezembro)
- Dinamizar a rede de Elementos de Ligação à Ordem (ELO) na SRNOE
- Acompanhamento os projetos iniciados ou em fase de implementação no âmbito dos Padrões de Qualidade dos Cuidados de Enfermagem (PQCE) tendo por base os dados recolhidos e o diagnóstico efetuado

No âmbito da regulação das intervenções dos membros a nível regional, especificamente relacionadas com o órgão técnico – CER, foram emanadas orientações documentais, presenciais, via endereço eletrónico e telefónico: num total de 100 solicitações rececionadas na SRNOE, e direcionadas ao CER, 92 foram já alvo de resposta aos signatários, transitando, apenas 8 para o ano de 2018. Ainda, em 34 contatos presenciais, em reuniões com membros do CDR foi possível colaborar em orientações cumprindo, assim, o desígnio da proximidade e de abertura da SRNOE a todos os enfermeiros.

Houve mais de uma centena de pedidos de membros que foram esclarecidos pelo Gabinete Jurídico da SRNOE, dentro do seu âmbito de atuação, tendo sido dados os devidos esclarecimentos, ou remetendo-se pronúncia ou legislação vigente sobre a matéria em apreço. Do total dos pedidos, 213 foram pronúncias escritas e 77 atendimentos presencias/telefónicos.

Foram realizadas 65 VAEP, para além das visitas formais e informais de proximidade e das reuniões de acompanhamento da implementação das medidas corretivas, desencadeadas por solicitação dos membros, das instituições bem como por exposições de cidadãos e entidades. (Apêndice 1)

Emanados relatórios das VAEP, com indicação de sugestões a visar a implementação de sistemas de melhoria contínua da qualidade do exercício profissional dos enfermeiros. Realizados e discutidos valores obtidos pelo cálculo de dotações dos cuidados de enfermagem com vista à implementação de práticas seguras e à qualificação dos membros da SRNOE.

Destas VAEP torna-se premente salientar o fomento da comunicação entre Membros da SRNOE e reforço dos laços institucionais proporcionados pela proximidade e possibilidade de criação de parcerias.

Impera, ainda, apontar dos temas que mais originaram VAEP no decorrer de 2017:

- Dotações de membros da SRNOE que não garantem a qualidade e segurança dos cuidados;
- Incumprimento nas dotações seguras face à alocação de membros da SRNOE especialistas nos devidos locais e para o desempenho das funções que, legalmente, lhes estão atribuídas;

- Desconhecimento, por parte das chefias, sobre matérias cruciais para o bom desenvolvimento dos serviços;
- Modelos de gestão e de comunicação que contribuem para o *burnout* dos membros da SRNOE;
- Más condições físicas e de recursos materiais que impedem o garante de segurança na prestação de cuidados;
- Usurpação de funções de enfermagem por outros profissionais.

Perante estas constatações, foram adotadas diferentes medidas:

- Acompanhamento, reflexão e discussão com os Membros da SRNOE, Direções de Enfermagem e Conselhos de Administração sobre os contextos da prática profissional;
- Exigência no cumprimento da legislação relevante para a prática de cuidados seguros;
- Pedidos sistemáticos à tutela, através do Gabinete da Bastonária, para a contratação de Enfermeiros;
- Gestão de conflitos;
- Encaminhamento de questões à análise jurisdicional e jurídica da OE.

A anexar aos 18 procedimentos disciplinares que transitaram do ano de 2016, no decorrer de 2017, o CJR trabalhou exaustivamente nas 103 participações/queixas que deram entrada, das quais 16 deram origem a Processo de Averiguações e 12 a Processos Disciplinares.

Destes 46 procedimentos disciplinares foram já concluídos 18, 3 aguardam acção judicial e 25 estão em tramitação. (Apêndice 2)

No âmbito do exercício profissional com garante de qualidade e segurança assume-se a Norma para o Cálculo de Dotações Seguras dos Cuidados de Enfermagem como um instrumento fundamental, para os Enfermeiros e Enfermeiros gestores, no sentido de se exigir a adequação dos Recursos Humanos nos serviços. Fruto da sua primeira versão datar do ano de 2014, verifica-se a sua análise e discussão com vista ao aperfeiçoamento e nova versão na qual a SRNOE participou, também, no decorrer do ano transato.

As necessidades em cuidados de saúde da população, bem como a crescente complexidade de conhecimentos, exigem a regulamentação da intervenção dos Membros da SRNOE. Atentos a essa realidade, foram criadas Comissões Regionais de Peritos nas áreas de Saúde Mental, Saúde Escolar, Saúde do Trabalho e Ocupacional, Oncologia e Controlo de Infeção para que, a nível regional, seja possível conhecer o diagnóstico de situação em cada uma destas áreas, sensíveis para o nosso exercício profissional, fomentando tertúlias, encontros científicos, apoios técnicos e sugestões de melhoria a serem implementadas em prol da segurança e qualidade dos cuidados de enfermagem.

Considerando importante, para a SRNOE, o projeto de uma Rede interna que garanta o acompanhamento dos seus membros em todos os locais de exercício profissional foi dinamizada regionalmente a **Rede de Enfermeiros de Ligação à Ordem** o que possibilitou o desiderato de proximidade e facilidade de contato com membros e vice-versa.

Nos seus contextos de exercício, o ELO identificara situações que comprometia ou que podia comprometer a dignidade da profissão ou a saúde das pessoas, comunicando, posteriormente, os factos este Conselho Regional. Foi facilitada a difusão de informação referente a eventos organizados, assim como possibilitou, de forma célere, a circulação de informação acerca da programação de eventos ou de contato personalizado com membros dos órgãos estatutários da SRNOE.

A SRNOE desenvolveu iniciativas enquadradas numa política de melhoria contínua da qualidade dos cuidados que apoiam a tomada de decisão com base na informação e discussão atual do estado da arte em diversas temáticas. Foram, assim, realizados eventos, debates em saúde, ciclos de partilha de experiência e conhecimento com divulgação e difusão de produção científica por membros da SRNOE. (Apêndice 3)

Participação na comemoração de efemérides e na organização de eventos descentralizados na área geográfica da SRNOE optimizou o contacto pela proximidade e a intervenção na comunidade. Em conjunto com membros da SRNOE, instituições de saúde e poder político regional foi possível colaborar na organização das comemorações do Dia Internacional do Enfermeiro e do Dia Mundial da Criança promovendo a difusão de informação na área da prevenção da saúde e promoção da doença, contribuindo para o aumento da literacia em saúde zelando pela qualidade dos cuidados prestados e pela dignidade do exercício profissional.

O acompanhamento de projetos iniciados ou em fase de implementação no âmbito dos Padrões de Qualidade dos Cuidados de Enfermagem (PQCE) com por base os dados recolhidos e o diagnóstico efetuado, através das VAEP, do evento "Pelo Norte de Enfermagem", de diversos ciclos de partilha e, também, pela integração de grupo de trabalho na construção/definição de padrões de qualidade transversais aos cuidados de enfermagem.

3.2 - INVESTIGAÇÃO

Objectivos

- Promover o desenvolvimento e a valorização científica dos membros da SRNOE
- Promover o desenvolvimento da investigação científica, inovação e desenvolvimento dos membros da SRNOE de acordo com áreas prioritárias em Enfermagem

- Promover a colaboração da SRNOE com centros de investigação, no domínio científico de Enfermagem, nacionais e internacionais
- Promover a visibilidade profissional de Enfermagem no seio da comunidade científica

Actividades Planeadas

- Incentivo e apoio à transferência de conhecimento científico desenvolvido pelos membros da SRN
- Promover a aproximação da SRN com as Unidades/Centros de Investigação na área científica de Enfermagem
- Promover a aproximação da SRN com Unidades/Centros de Investigação multidisciplinares
- Fomento da prática baseada em evidências científicas
- Colaboração com centros de investigação, inovação e desenvolvimento em Instituições de Saúde, públicas e privadas, da zona Norte
- Direção, edição e redação da *Newsletter* da SRN
- Promover a utilização de bases de dados científicas junto dos membros da SRN

A Enfermagem, como qualquer outra disciplina, necessita de produção e de renovação contínuas do seu próprio corpo de conhecimento, o que apenas poderá ser assegurado pela Investigação. Não nos é permitido alhear ao desenvolvimento de trabalhos científicos produzidos por um elevado número de membros da SRNOE, e ao quanto eles têm contribuído para o aumento do conhecimento em Enfermagem, sem permitirmos que outros os conheçam, divulguem ou implementem.

O formato *Ciclos de Partilha* permitiram, além da descentralização e proximidade com membros da SRNOE, o conhecimento, artilha, análise e discussão de temas cruciais para o desenvolvimento da profissão e para a valorização e reconhecimento dos membros da SRNOE. (Apêndice 3)

As portas abertas da SRNOE permitiram, também, a parceria em muitos eventos realizados de e para membros da SRNOE, sendo que a partilha de experiencia na área de investigação com a prática clinica se revelou em momentos de crescimento profissional e pessoal de todos quantos conseguiram estar presentes.

Estreitaram-se relações com as instituições de ensino em enfermagem do norte com o início de reuniões entre a SRNOE e os colegas interlocutores das instituições de ensino da área de abrangência desta Secção Regional. Do conjunto de encontros e partilha de experiências surgiu o I Fórum de Investigação em Enfermagem do Norte: Cuidar e Investigar que se revelou de um enquadramento profícuo de aproximação do contexto da prática à

investigação, assim como de um excelente momento de reflexão do qual se prevê, já no início de 2018 reunião de análise conclusiva deste I Fórum, com vista à prossecução do II evento na área e com estes parceiros.

O exercício profissional do Enfermeiro em prática clínica não se pode dissociar do ensino nem da investigação. Assim como não existe ensino de qualidade na área da Saúde quando este esteja desligado da prática clínica em serviços de referência. Verifica-se, atualmente, a presença de membros da SRNOE de forma transversal em todas as áreas da Saúde.

A SRNOE indigitou membros da SRNOE peritos, da área de abrangência desta Secção Regional, para integrar diversos grupos de trabalho nos quais se constatou evidente a necessidade de pesquisa de evidência científica que sustentasse a prática clínica e que, em conjunto versarão normas de orientação de uma prática baseada em padrões de excelência.

A SRNOE, o Centro de Investigação em Tecnologias e Serviços de Saúde (CINTESIS) e a Escola Superior de Enfermagem do Porto (ESEP) estabeleceram uma parceria, em vigor até 2021, para a criação do projeto de investigação: Literacia, primeira ajuda e saúde mental positiva.

Torna-se imprescindível a associação da prática clínica ao do ensino e à investigação.

Foram inúmeros os eventos científicos nos quais a SRNOE participou, seja em representação regional como, também, nacional. Integrou comissões de honra de eventos mono e multidisciplinares, sessões de abertura de Congressos, Encontros e Jornadas, bem como realizou comunicações em mesas, painéis, conferências e debates de natureza científica.

A SRNOE é entidade cooperante do Consórcio Porto 4Ageing que prevê uma onde envolve diferentes *stakeholders*, percussores de mudanças estruturais muito além do âmbito que toda uma organização pode querer alcançar por conta própria para inovar e testar em contextos do mundo real.

Após várias reuniões de trabalho entre a Associação Nacional de Unidades de Saúde Familiar e a OE, celebrou-se protocolo de parceria institucional para o desenvolvimento do referido evento. Os órgãos sociais estatutários da OE estão representados na Comissão Científica e na Comissão Organizadora, pelo que têm participado em reuniões do consórcio organizador.

O incremento da investigação, também, a nível regional constitui-se como o meio promotor da convergência local e impulsionador de melhoria do ecossistema de inovação em saúde, reduzindo e superando os estrangulamentos existentes. O trabalho conjunto de alto impacto facilita o intercâmbio de conhecimento e a expansão dos resultados.

3.3 - DOCÊNCIA

Objetivos

- Garantir o desenvolvimento do ensino de enfermagem nos diferentes ciclos de estudos
- Reforçar a qualificação dos membros da SRNOE face às necessidades em cuidados de enfermagem
- Promover as condições ideais para a organização do ensino em enfermagem

Actividades Planeadas

- Realização de visitas de acompanhamento a instituições de ensino de enfermagem, públicas e privadas, da zona Norte
- Criação de parcerias com instituições de ensino públicas e privadas da zona Norte
- Mediação de processos de cooperação, na zona Norte, entre instituições de saúde e instituições de ensino de enfermagem na supervisão dos estudantes em contexto clínico
- Apoio à articulação entre a Estrutura de Idoneidade Formativa da OE e as instituições de ensino graduado e pós-graduado do ensino de enfermagem da zona Norte
- Contributo para a monitorização do desenvolvimento da qualificação académica, especialização e produção científica do corpo docente das instituições de ensino de enfermagem, públicas e privadas, da zona Norte
- Registo e atualização da base de dados de gestão de Membros da SRNOE de acordo com dados fornecidos pelas instituições de ensino, públicas e privadas, da zona Norte
- Criação de rede de interlocutores com as unidades de ensino de enfermagem na área de intervenção da SRNOE
- Propor, aos Órgãos Nacionais, a discussão/clarificação das competências do Enfermeiro em exercício na área da docência

Em colaboração com o Conselho de Enfermagem foi possível participar na análise que permitiu a restruturação curricular da formação pós-graduada das instituições de ensino superior de Enfermagem.

Foram indigitados diversos membros de órgãos estatutários da SRNOE, assim como peritos existentes na área de abrangência desta SRNOE para integrar grupos de trabalho que desenvolveram trabalho nesta área.

O acompanhamento a instituições de ensino superior de enfermagem traduziu-se na realização de reuniões conjuntas com representantes de instituições de ensino que passaram a ser identificados como os interlocutores dos estabelecimentos de ensino em enfermagem junto da SRNOE. Foi possível contribuir par a análise de situações pontuais trazidas à SRNOE, seja da área de exercício e competências do enfermeiro em exercício, exclusivo, de docência como da supervisão clínica de estudantes de enfermagem. Pontos estruturantes e sensíveis nesta nossa área de atuação e que têm sido alvo de análise conjunta.

Estreitaram-se, também, relações aquando do envolvimento dos interlocutores das instituições de ensino de enfermagem no aproximar da teoria à prática e no fomentar a importância da investigação para o exercício profissional, culminando com I Fórum de Investigação em Enfermagem: Cuidar e Investigar, já abordado na área referente à investigação.

Participou-se em diversas mostras da profissão que decorreram nos estabelecimentos de ensino de enfermagem da zona Norte, assim como foi possível aceder aos diversos convites para integrar em sessões letivas onde se abordou a Ordem dos Enfermeiros enquanto associação pública profissional representativa dos que exercem a profissão de enfermeiro.

Não foi possível promover a prevista articulação entre a Estrutura de Idoneidade Formativa da OE e as instituições de ensino da área de abrangência da SRNOE uma vez que o desenvolvimento dos trabalhos ainda não estariam em momento de promover esta divulgação e envolvimento. No entanto, será um dos aspetos que entendemos prioritário no ano de 2018.

3.4 - FORMAÇÃO

Objetivos

- Promover o desenvolvimento e a valorização científica, técnica, cultural e profissional dos Membros da SRNOE
- Reforçar a qualificação dos membros da SRNOE, numa lógica de aprendizagem ao longo da vida, face às necessidades em cuidados de Enfermagem, ao longo do ciclo vital e em fim de vida
- Complementar a formação dos membros da SRNOE

Actividades Planeadas

- Identificação sistemática das necessidades de formação dos membros, funcionários e colaboradores da SRNOE
- Realização de eventos formativos em áreas identificadas como prioritárias promotores da qualidade dos cuidados prestados dos membros da SRNOE
- Reforço das parcerias com as instituições de ensino superior e de saúde, públicas e privadas da zona Norte, para o desenvolvimento de respostas formativas às necessidades de grupos e associações profissionais
- Criação de dinâmicas multidisciplinares de formação em saúde e numa lógica interinstitucional
- Colaboração na reestruturação do sistema de formação profissional dos membros da SRN

- Colaboração na certificação da OE como entidade formadora
- Realização de ações de formação continua, aos funcionários e colaboradores da SRNOE, nas áreas de SBV DAE, treino de combate contra incêndios, atendimento ao público e gestão de conflitos
- Realização de Ciclos de Partilhas "À Conversa com Enfermeiros", descentralizados, subordinados ao tema "Dor crónica", promovidos pelo CERN

A identificação de necessidades de formação dos Membros da SRNOE é uma preocupação constante deste mandato, assim como, a realização de cursos de formação, potenciando a qualidade da formação dos Membros da SRNOE e a qualidade dos cuidados prestados.

Além da formação em Suporte Básico de Vida decorrida em novembro de 2017 é preocupação a reunião dos recursos humanos na área de secretariado para se aferir métodos de trabalho e partilhar estratégias de eficácia no desempenho.

A descentralização e proximidade, previstas para um mandato diferente, levaram-nos a sair do edifício da SERNOE para que, no Porto, Chaves, Vila Real e Ponte de Lima fosse disseminado o ciclo de partilhas intitulado "À Conversa com Enfermeiros: dor crónica", que visou incentivar á troca de saberes, experiencias e dificuldades para que se consigam apurar modos de operar capazes de ir ao encontro das necessidades dos profissionais para cuidarem com mais eficiência. (Apêndice 3)

De salientar a participação em Fóruns, Debates, Encontros e Jornadas onde contámos diversos programas e temas abordados e com a presença de especialistas, peritos e decisores com o principal objetivo de

promover o debate de temas da atualidade, contribuindo para o enriquecimento formativo, informativo e técnico-científico dos membros da SRNOE. (Apêndice 4)

A Associação Oncológica de enfermagem Portuguesa celebrou, com a SRNOE, um acordo de parceria para a implementação e desenvolvimento de um projeto de cessação tabágica dirigida a enfermeiros na pretensão de capacitar os profissionais para a implementação deste tipo de programas nas diversas unidades funcionais onde exercem funções.

Existiu o incremento e incentivo ao recurso das parcerias protocoladas com instituições de ensino e que permitem, aos membros da SRNOE usufruir de facilidades para frequência em actividades formativas e de valorização profissional, nomeadamente, de progresso no percurso académico que incrementará uma prática baseada em evidência e investigação.

Colaboração com a OE na análise dos projetos, no âmbito dos Padrões de Qualidade dos Cuidados de Enfermagem, em implementação nas diversas instituições de saúde, da área de abrangência da SRNOE, para o desenvolvimento de ações de formação nesta área.

Foram, ainda, prestados diversos esclarecimentos aos membros da SRNOE no que respeita à credibilidade de entidades externas e à respetiva qualidade pedagógica das suas ações de formação, com base em documentos ou pareceres trabalhados conjuntamente com a OE.

3.5 - ASSESSORIA

Objetivos

- Promover o desenvolvimento de medidas de assessoria aos membros da SRNOE
- Fomentar a comunicação eficaz entre os Órgãos e os membros da SRNOE, as Instituições de Saúde e a sociedade

Actividades Planeadas

- Suporte à tomada de decisão dos membros da SRNOE nos diferentes domínios do exercício profissional através da emissão de resposta a pedidos de esclarecimento e/ou pareceres na área científica, técnica, jurídica e profissional

- Colaboração na definição de estratégias para a conceção e gestão de programas de desenvolvimento/promoção de melhoria contínua dos cuidados
- Elaboração de cálculos de dotação de membros da SRNOE para a construção de respostas a pedidos de apreciação da segurança dos cuidados de enfermagem
- Colaboração na elaboração de propostas para a definição de políticas de saúde em parceria com a Tutela, instituições de saúde e ensino superior
- Colaboração proativa na definição de políticas de saúde, em parceria com os órgãos nacionais da OE, as instituições de saúde e de ensino superior
- Enviar aos Órgãos Nacionais a necessidade da criação das competências do Enfermeiro Assessor.

Foi publicado o Boletim Informativo (BI) da SRNOE – ATUA - coordenada pelo Gabinete de Comunicação em Imagem do Norte e com uma periodicidade trimestral.

Esta publicação é difundida em suporte de papel remetido a todas as Unidades de Saúde do Norte para que chegue um exemplar a cada uma dessas unidades e, ainda, através de publicação on-line com o *link* partilhado no site da SRNOE e nas redes sociais. Neste BI é possível conhecer um breve resumo da agenda global e dos eventos em que a SRNOE esteve presente, assim como alguns dos protocolos existentes que proporcionam benefícios aos membros. Em todas as edições o foco são os enfermeiros. Aqueles que além de enfermeiros nos presenteiam com outros dons ou que escolheram uma carreira diferente da comum. Com esta entrevista que damos a conhecer um outro lado dos membros da SRNOE e tentamos dar a conhecer os seus projetos. Em todos os números é publicado um artigo de opinião de um enfermeiro com temas variados. Somos pessoas com um vasto campo de atuação e desempenhos magníficos nas mais diversas áreas.

Foram rececionados diversos pedidos de esclarecimento e de pareceres de membros, órgãos, instituições de saúde e de ensino superior, nas áreas científica, técnica, jurídica e profissional, tendo sido remetidos à apreciação dos Órgãos Nacionais todos os que careciam de emissão de tomadas de posição, pronuncias e pareceres transversais a todas as Secções Regionais na salvaguarda da segurança, qualidade dos cuidados e promoção da melhoria contínua. Não obstante deste encaminhamento, 100 foram os emitidos pela SRN aos membros. Estas respostas tiveram diversos meios de difusão: correio, endereço eletrónico, telefone, pessoalmente. De salientar que prevaleceram o contato pessoal e o envio por correio eletrónico. Tramitando apenas 8 situações, já em análise, para envio de esclarecimento em 2018.

Foi constituída uma bolsa de peritos regionais que, em simultâneo, integraram a lista de peritos nacionais para assessoria e para provável nomeação para grupos de trabalho ou comissões, sejam regionais ou nacionais, com a finalidade de promover o desenvolvimento da enfermagem enquanto profissão e enquanto ciência.

Foram já criadas Comissões de Regionais de Peritos (CRP) que, no âmbito de áreas sensíveis à prática de enfermagem se enquadram na dependência do Conselho Diretivo Regional (CDR) e com este articulam no sentido de melhor enquadrarmos o estado da arte em determinada área ou franja de atuação e, posto o conhecimento apurado consigamos, regionalmente ou nacionalmente, intervir com o objetivo de promover a evolução, uniformizada, da profissão. Das Comissões criadas destacam-se os que já funcionaram no ano de 2017 e que versam as práticas do enfermeiro nas áreas da Saúde Mental, Saúde Escolar, Saúde do Trabalho e Ocupacional, Oncologia e Controlo de Infeção. E ainda, as que entrarão em funcionamento no ano de 2018 e que versam as práticas de enfermagem nas áreas de Cuidados Paliativos, Cuidados de Saúde Primários, Cuidados Hospitalares: Extra Hospitalar, Cuidados Intensivos, Urgência e Emergência e, por último, Cultura e Desporto uma vez que, por motivos que nos são alheios e que se prendem com imprevistos pessoais e profissionais dos seus constituintes, não foram possíveis dar início como previsto.

3.6 - GESTÃO

Objetivos

- Assegurar o exercício de uma função reguladora, de apoio e monitorização aos diferentes níveis de gestão
- Contribuir para que a gestão de Enfermagem se afirme e seja reconhecida como componente ativa e efetiva da obtenção de ganhos em saúde
- Dotar a gestão de transparência e boas práticas, como imperativo fundamental da sustentabilidade da Enfermagem e do seu desenvolvimento

Actividades Planeadas

- Colaboração com os membros da SRNOE com funções de gestão na definição de estratégias de gestão dos cuidados
- Colaboração com os membros da SRNOE com funções de gestão na definição de estratégias para a conceção, gestão e liderança de projetos de cuidados
- Colaboração com os membros da SRNOE com funções de gestão na definição de estratégias para a implementação e monitorização de dotações seguras
- Incentivo ao desenvolvimento de competências de comunicação e relacionamento interpessoal dos membros da SRNOE com funções de gestão

- Realização de reuniões com membros da SRNOE diretores hospitalares e Vogais de Enfermagem dos Conselhos Clínicos e de Saúde dos ACeS da área de intervenção da SRN

Já no segundo ano de mandato e, pese embora entendermos a gestão em enfermagem crucial para o cumprimento da prática clinica em segurança e com qualidade, ainda não conseguimos trabalhar esta área como pretendemos.

Reunimos, no início de 2017 na SRNOE, com os enfermeiros diretores dos hospitais e centros hospitalares da zona norte, assim como com os vogais de enfermagem dos conselhos clínicos e da saúde dos Agrupamentos de Centros de Saúde do Norte onde tivemos oportunidade de apreciar as conclusões dos ciclos de debates distritais em saúde organizados pela SRNOE em parceria com a SRN da Ordem dos Médicos decorridos em 2016.

Entendemos necessária a existência de consenso e tomadas de posição claras, para que todos os enfermeiros com poder de decisão consigam zelar pela regulação da profissão de enfermagem, norteando-se pelos seus princípios éticos, deontológicos e legais.

As CRP nas áreas hospitalar e cuidados de saúde primários da SRNOE, que iniciarão funções no decorrer do ano de 2018 incidirão a sua área de intervenção principal nesta temática.

Considerando o papel e a responsabilidade dos membros da SRNOE com funções de gestão, nomeadamente ao nível do cumprimento das dotações segura, incutiu-se, em todas as VAEP, a importância dos enfermeiros chefes e em funções de chefia, primarem pelo exercício de profissão de forma estatuída, no sentido de garantir a qualidade e a segurança dos cuidados, tendo esta intervenção assumido grande expressão e impacto nas unidades prestadoras de cuidados. A comunicação eficaz e regulada entre pares foi outro foco de atenção, em detrimento de uma comunicação hierarquicamente vincada e com base no medo e persuasão.

3.7 - ACTIVIDADES COADJUVANTES AOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

A viabilidade dos objetivos estratégicos e operacionais da SRNOE depende, também, da prossecução de diversas actividades e projectos, assim como a inclusão e desempenho de grupos de trabalho da SRNOE.

As alterações implementadas, e que permitiram cumprir com o proposto no início do mandato, tornaram-se possíveis pelo trabalho de equipa, recurso a estratégias motivadoras, à organização interna da SRNOE e,

acima de tudo ao esforço e dedicação de membros de órgãos e colaboradores que se mantiveram focados no garante do cumprimento das necessidades dos membros da SRNOE e no contínuo desenvolvimento de estratégias de comunicação, organização e de trabalho eficazes que possibilitaram a implementação de diversas actividades e projectos.

3.7.1 - ATIVIDADES CORRENTES E DE SUPORTE

Actividades Planeadas

- Revisão e melhoria do processo de atendimento telefónico da SRNOE
- Otimização dos recursos humanos, materiais, infraestruturas da SRNOE
- Administração de bens financeiros e materiais da SRNOE
- Atualização, sistemática, do inventário e o registo de todo o património da SRNOE
- Gestão administrativa de recursos humanos da SRNOE
- Articulação com direção de Recursos Humanos (RH) na construção do manual de acolhimento e regulamento interno de avaliação do desempenho dos funcionários
- Articulação com direção de RH na atualização dos processos individuais dos funcionários da SRNOE
- Reuniões periódicas, com funcionários e colaboradores da SRNOE, no sentido de otimizar os recursos e as condições de trabalho
- Orientação para condições de trabalho e ambientais de excelência da SRNOE
- Promoção de medidas de combate ao desperdício perspetivando a proteção ambiental
- Cumprir regulamentos/regimentos para procedimentos internos do SRNOE
- Elaboração das peças necessárias à instrução dos processos de contratualização destinados à aquisição de bens e serviços para a SRNOE
- Elaboração das peças necessárias à instrução de processos destinados à organização, monitorização e execução da gestão orçamental para a SRNOE
- Promoção da celeridade às diferentes solicitações/questões/sugestões apresentadas pelos membros/cidadãos/colaboradores da SRNOE
- Realização e atualização dos registos de todos os membros da SRNOE
- Colaboração na orientação dos processos de admissão ao título de enfermeiro e de enfermeiro especialista pela Comissão de Atribuição de Títulos
- Colaboração na gestão e produção de conteúdos de caráter institucional em meios de comunicação social da SRNOE

Os recursos materiais e de infraestrutura da SRNOE foram geridos de forma a otimizar os espaços e recursos dentro das possibilidades do edifício existente. Recuperámos zonas de exterior tendo sido necessária intervenção na estrutura externa do edifício. Interiormente a necessidade de equipar salas de trabalho e de proporcionar condições aos colaboradores e membros que aí exercem funções.

Foram realizadas reuniões individuais e em grupo com os colaboradores da SRNOE para aferir o enquadramento das funções e a motivação/satisfação face às mesmas, assim como, acompanhar o desenvolvimento das actividades das várias áreas funcionais e de eventuais situações que mereceram algum tipo de reestruturação. Salientamos a necessidade de reorganizar a distribuição de postos e locais de trabalho para ser possível dar resposta à nova estratégia de atendimento telefónico via *Call Center*. Esta medida reduziu 1 elemento, de forma permanente, no balcão frontal de atendimento a membros tendo reforçado o *back office* sendo possível dar resposta eficaz, também, a dinâmicas internas que aumentam face à cada vez mais autonomia de gestão de processos *on-line* em detrimento da necessidade de atendimento presencial.

A articulação com a Direção de Recurso Humanos sediada em Lisboa revelou-se eficaz e exequível. Salientamos que na SRNOE existem 1 colaboradora e 1 membro de órgão estatutário que assumem meio tempo de trabalho de âmbito regional e outro meio tempo no âmbito de estruturas nacionais. Esta dinâmica nunca se revelou constrangedora, muito pelo contrário, traz um incremento da transversalidade e da continuidade benéficos a esta Secção Regional.

A rede de parceiros foi alargada em cerca de 40, aumentando a panóplia de benefícios a membros da SRNOE e, sempre que possível, a colaboradores e família.

A responsabilidade ambiental foi orientada para a promoção da reciclagem, nomeadamente através da existência de ecopontos de papel, e também, para uma gestão da energia, através da sensibilização de todos os utilizadores.

A implementação de processos internos destinados à organização do departamento financeiro e administrativo decorrido no ano transato acarretaram alterações extensíveis a todas as Secções Regionais. Apresentados relatórios trimestrais de execução orçamental e deu-se inicio em paralelo com a iniciativa nacional, à implementação do processo de contractação pública.
Na SRNOE proporcionou alteração de funções e reestruturação de espaços físicos para permitir o cumprimento de todos os requisitos necessários ao cumprimento das normas internas, assim como, do cumprimento de formação e trabalho em grupo com os colaboradores de todas as Secções Regionais e Nacional.

Mantida a implementação e execução do Programa de Execução de Quotas (PEQ) que permitiu à SRNOE continuar a recuperar o montante em dívida. As medidas implementadas permitiram, no ano de 2017, recuperar 30% o montante nacional equivalente a 32.456,95€. Sendo os processos avaliados e analisados de forma sigilosa e individual.

Sistematicamente é atualizada a base de dados, considerando os dados que são fornecidos pelos membros da SRNOE. Desmaterializados alguns processos, nomeadamente de atribuição de títulos, possibilitou a implementação de novos fluxos de informação e gestão documental de diversos que, naturalmente, aumentou o volume de trabalho dos colaboradores que, pese embora se tenham mantido em número igual ao ano de 2016, sabemos terem feito um esforço acrescido para responderem com eficácia.

Relativamente à comunicação mantém-se assumida a Marca criada a nível nacional e transversal a cada Secção Regional, sob o lema: "*Ninguém está sozinho*". Na SRNOE existe a edição trimestral do BI ATUA, a gestão da página do *site* referente ao Norte, assim como a gestão da página de *Facebook* (FB). A organização e gestão destes elementos está ao encargo do grupo de trabalho de apoio ao CDR, Gabinete de Comunicação e Imagem do Norte, coordenado pelo Diretor de Comunicação e Imagem associado a esta Secção Regional. A próxima relação com o Gabinete de Comunicação e Imagem (GCI) da OE, permite a estruturação sólida e um fio condutor consistente e unívoco. Durante todo o ano de 2017 foi, ainda, possível a articulação com o GCI para a emissão do BI "Notícias" distribuído via *webmail* e com a resenha das principais notícias e actividades a desenvolver na zona Norte.

Não tendo sido formalizado previamente como objectivo a concretizar ouvimos os nossos membros em Assembleia Regional e implementámos o orçamento participativo alicerçado na vontade de ter todos os enfermeiros com poder de decisão e presença constante na gestão da Ordem.
O alargamento da gestão das iniciativas da SRNOE aos enfermeiros é a forma de criar sinergias com todos na evolução da profissão e praticar, assim, uma democracia plena com um total envolvimento dos enfermeiros na vida da "sua casa".
Foram apresentados 5 projectos dos quais foram aprovados: "Dar ar à vida"; "Potencial da pessoa com doença mental"; "Prótese articular sem infecção... Vida melhor" e "Estudo de prevalência das onicomicoses e outras afeções dos pés". Só uma proposta não foi aceite e apenas por não cumprir os requisitos previamente definidos.

3.7.2 – COOPERAÇÃO INSTITUCIONAL, PARTICIPAÇÃO EM PROJETOS E GRUPOS DE TRABALHO

Actividades Planeadas

- Participação em comissões e grupos de trabalho tendentes ao desenvolvimento e valorização profissional dos membros da SRNOE
- Criação de comissões e grupos de trabalho da SRN a aprovar em 2017: emergência pré-hospitalar; cuidados de saúde primários; cuidados paliativos; enfermagem do trabalho/saúde ocupacional; controlo de infeção; comissão de cultura e desporto; relações com poder local
- Gestão das comissões e grupos de trabalho aprovados na SRNOE em 2016: saúde mental; saúde escolar; comunicação e imagem
- Participação em representações internacionais, apoiando os contatos afetos aos órgãos nacionais da OE: OMS e ICN.
- Representação e resposta a pedidos de cooperação para SRNOE em eventos científicos nacionais, internacionais ou outros
- Emissão de esclarecimentos e/ou pareceres relativos aos desígnios e atribuições da SRNOE

- Colaboração com a OE no diálogo com a tutela, organizações e associações profissionais para definição estratégica da carreira, valorização e reconhecimento profissional.
- Cooperação com as Secções Regionais do Norte de todas as Ordens Profissionais na área da saúde.
- Colaboração semanal com órgão de comunicação social Porto Canal, no programa "Grandes Manhãs" com a rubrica "Ninguém está sozinho", definindo temáticas a ser apresentadas por Enfermeiros da SRNOE.

Dando resposta às inúmeras solicitações e cooperando com a OE foram designados membros da SRNOE para integrar os seguintes grupos de trabalho:

- OE
- DGS
- Porto4Ageing
- CINTESIS
- Conselho Nacional e Regional de Saúde Mental
- Espaço T – Grupo de Trabalho "Saúde e Qualidade de Vida"

Diversas foram as representações da OE e da SRNOE em eventos científicos, congressos, jornadas, encontros, debates, tertúlias, etc, seja em mote de abertura de eventos, comissões de honra e científicas, bem como elementos integrantes de painéis, mesas de debate, etc. (Apêndice 4)

Em cumprimento do previsto, e conforme já exposto anteriormente, foram deliberadas no ano transato as CRP nas áreas de Saúde do Trabalho e Ocupacional, Oncologia e Controlo de Infeção. Foram mantidos os trabalhos planeados pelas Comissões na área da Saúde Mental, Saúde Escolar, Comunicação e Imagem, e Relação com o Poder Local, sendo que a nomeação dos elementos a integrarem as CRP na área da Cultura e Desporto, Cuidados Paliativos, Cuidados de Saúde Primários e Cuidados Hospitalares: Extra-Hospitalar; Urgência/Emergência e Cuidados Intensivos transitam para o ano de 2018.

A SRNOE redigiu diversas pronúncias, tema já abordado neste relatório, sobre assuntos de interesse para a Enfermagem e para os Enfermeiros, no âmbito do exercício profissional, com principal destaque as áreas da formação e da prestação de cuidados, nomeadamente das funções do enfermeiro na área da saúde do trabalho e ocupacional. Também numa edição da ATUA foi possível publicar esclarecimentos, sumários, para situações gerais mas das mais questionadas a esta Secção Regional.

Em representação da OE foi possível representar os Enfermeiros junto dos órgãos de soberania e colaborar com o Estado e demais entidades públicas, em cumprimento da prossecução das atribuições da Ordem. Nesta esteira, membros a SRNOE representaram os Enfermeiros, a nível Nacional, junto de Membros do Governo, Grupos Parlamentares, bem como a nível regional, em reuniões com Ordens Profissionais, Instituições, Enfermeiros e associações da sociedade civil e profissionais da zona Norte. (Apêndice 5)

A SRNOE manteve as portas abertas a todas as Ordens Profissionais e organizações chamando a debates e tertúlias membros das mesmas. Por vezes fomos atendidos e o debate tronou-se profícuo e em prol de um bem comum, a saúde, os cidadãos e os profissionais de saúde. Sendo que, também muitas foram as ausências dos nossos parceiros. Tentaremos ser mais persuasivos nestes convites em anos vindouros.

É atribuição da SRNOE zelar pela função social, dignidade e prestígio da profissão de Enfermeiro. É neste sentido que se atua diariamente na defesa dos interesses dos membros desta Secção Regional, mesmo sabendo que muitas destas questões são de âmbito e natureza sindical, nomeadamente o conceito de profissão de risco e desgaste rápido. Iniciou-se, assim, o debate interno sobre o resgate deste conceito, para que seja colocado como prioridade para o ano de 2017, de modo a que, em articulação com as estruturas sindicais, seja dado o devido reconhecimento e atribuída a inerente compensação.

3.7.3 – REDE ORDEM ENFERMEIROS

Actividades Planeadas

- Atualização das bases de dados dos membros da SRNOE
- Participação em ações de promoção da SRNOE
- Divulgação das actividades da SRNOE a nível nacional e internacional
- Participação nas Cerimónias de Vinculação e Reconhecimento Profissional
- Planificação, calendarização e operacionalização de efemérides
- Reforço das parcerias institucionais, na zona Norte, com entidades empregadoras nacionais e internacionais
- Contributo para a criação de fóruns de partilha entre órgãos regionais e nacionais
- Contributo para a criação, gestão e regulamentação do Enfermeiro de Ligação à Ordem
- Participação em actividades promovidas pela sociedade, associações profissionais e de beneficiários de cuidados na área de influência da SRNOE
- Acompanhamento da utilização, operacionalização e desenvolvimentos dos Sistemas de Informação e Documentação na zona Norte, em parceria com a Estrutura dos Sistemas de Informação em Enfermagem
- Colaborar na criação de uma plataforma de notificação, anónima, de não conformidades decorrentes do exercício profissional
- Colaboração na dinamização de rede de contactos internacionais com Enfermeiros Portugueses a trabalhar no estrangeiro
- Promover o cumprimento da Certificação subjacente ao Sistema de Gestão da Qualidade
- Divulgação de procedimentos tendentes ao desenvolvimento de iniciativas empreendedoras dos membros da SRNOE
- Facultar Assessoria Jurídica aos membros da SRNOE
- Criação de protocolos/parcerias com diversas entidades prestadoras de serviços para proporcionarem vantagens aos membros da SRNOE e respetivo agregado familiar
- Realização de debates, descentralizados, "Conversas de fim de tarde" com temáticas relevantes para os membros da SRNOE
- Realização de eventos distritais "Pelo Norte da Enfermagem", com visitas às diferentes unidades de saúde por distrito
- Realização de debates distritais em saúde, em parceria com SRNOE, OM e ARS Norte.

O incentivo à atualização dos dados pessoais através do acesso à área reservada foi uma constante em todos os contactos com membros da SRNOE e que se revelou num crescente número de membros com acessos *on-line* à área reservada.

O acesso ao débito direto com emissão de fatura eletrónica contribuiu, também, ao acima descrito. Além de se tornar numa prática segura, eficaz e que ocorre em tempo real garantiu, na verdade, para que um maior número de membros da SRNOE acedesse à área reservada, mantivesse os dados e a quotização regularizada e, em simultâneo, se preparasse para as alterações previstas para o *site* da OE no ano de 2018 e onde se pretende uma maior autonomia dos utilizadores, nomeadamente de interação *on-line*.

Para a concretização de contributos da SRNOE à OE determinaram-se interlocutores políticos com os quais se torna ágil a comunicação, formação para posterior difusão e implementação de intervenções inerentes a alterações descentralizadas.

Participou-se nas Cerimónias de Vinculação e Reconhecimento Profissional organizadas por todos os estabelecimentos de ensino da zona Norte. Manteve-se a política de descentralização destas cerimónias, de forma a garantirmos a presença de todos. Conseguimos, assim, estar com um maior número de recém-licenciados fomentando o compromisso da proximidade sob o lema de que *"estamos onde estiver um enfermeiro"*. (Apêndice 3)

Em articulação com o Poder Local, Instituições de Ensino e de Saúde e ainda com órgãos nacionais organizaram-se diversas iniciativas de comemoração de efemérides que se divulgaram nas redes sociais e *MEDIA*.

Destacou-se a comemoração do Dia Internacional do Enfermeiro (DIE), que contou com diversas iniciativas transmitidas em um programa em direto onde foi possível envolver enfermeiros nas suas mais diversas áreas de atuação, levando ao público o conhecimento do que é ser enfermeiro nas mais diversas áreas de atuação.

Uma das actividades mais relevantes, designada "*Pelo Norte da Enfermagem*", teve por objetivo reforçar a relação de proximidade com os membros da SRNOE e dar visibilidade à relevância da sua intervenção, percorrendo o Norte do país, visitando diversas instituições de saúde, realizando reuniões com Enfermeiros e debates distritais.

Não menos relevante, o projeto 'Ninguém está Sozinho' criado pela Ordem dos Enfermeiros em parceria com a TSF e que mostrou que a Enfermagem é um serviço indispensável à coesão social e territorial contou com membros dos órgãos sociais da SRNOE para acompanhar a Unidade Móvel nos Arcos de Valdevez, Vieira do Minho, Ribeira de Pena e Freixo de Espada à Cinta.

No âmbito da empregabilidade e tendo em conta a atribuição de zelar pela função social e dignidade da profissão, encaminharam-se a pedido de resolução as diversas situações detetadas na área de abrangência desta Secção Regional que atentavam a uma prática de enfermagem sem as condições de respeito pela dignidade profissional com que se confrontam muitos enfermeiros.

Na senda do incentivo à partilha ocorreram os Encontros de Órgãos Regionais nas datas 24 de janeiro e 20 de setembro, II e III encontro respetivamente. Participámos, também no II Encontro de Órgãos Nacionais da OE.

Na primazia do atendimento presencial, centenas foram os enfermeiros recebidos na SRNOE, tantos outros foram por nós contatados telefonicamente e ainda outros via endereço eletrónico. Não instaurámos, como anunciado no Plano de Actividades para o ano de 2017, a plataforma de denúncia anónima uma vez que, o circuito de informação interno permitiu a difusão e resposta em tempo útil e de forma eficaz a todos os membros que nos procuraram.

Colaborou-se com a OE em âmbito nacional com a indicação de peritos, membros da SRNOE, para integrarem a Comissão de Peritos, assim como na dinamização de contatos com enfermeiros, membros desta Secção regional em funções fora do País e, ainda, na organização, gestão e difusão da informação pela rede de ELO (Elemento de Ligação à Ordem).

Pela proximidade de atuação, uma vez que a estrutura de apoio nacional dos Sistemas de Informação em Enfermagem se encontra sediada nesta Secção Regional, consideramo-nos privilegiados no acompanhamento do trabalho desenvolvido tornando-se facilitador de esclarecimentos nesta área tão sensível para o exercício profissional do enfermeiro.

Colaboração, através do interlocutor regional na área da qualidade, na revisão e elaboração da documentação necessária à melhoria de gestão e implementação de processos, que se querem eficientes e transversais a todas as Secções Regionais e Sede OE, uma vez que o atendimento a membros deve ser em prol de princípios uniformizados. Frequentámos, na Sede OE, formação no âmbito desta área de atuação para que a atualização, nomeadamente de ferramentas informáticas e de processos uniformizados se revele eficiente.

Não se registaram reclamações relevantes, apenas sugestões de melhoria que foram em recebidas tendo sido consideradas em processos de mudança.

A assessoria Jurídica é facultada aos membros da SRNOE por diversas vias: presencia, por endereço eletrónico e por telefone, carecendo sempre de marcação prévia.

Com um novo *branding* e forma de fomentar os protocolos comerciais, criaram-se mais parcerias sendo possível alargar os benefícios usufruídos por membro, familiares e, sempre que possível colaboradores da SRNOE, tendo sido celebrados 40 no decorrer do ano de 2017.

Foram desencadeados um conjunto de debates na área da Saúde em temáticas pertinentes e atuais através das "Conversas de fim de tarde" e que versaram as áreas de atuação do cuidados informal da pessoa com doença mental; da resposta, atual e futura, das Unidades de Cuidados na Comunidade e, também, da perspetiva de evolução da atuação do enfermeiro na área da saúde do trabalho e ocupacional.

Os debates distritais que se previam no final de cada conjunto de dias de visitas inserido no evento "*Pelo Norte da Enfermagem*" não foram realizados como idealizávamos uma vez que, e conforme já referimos noutro ponto deste relatório, nem sempre obtivemos resposta nem presença dos parceiros da Administração Regional de Saúde do Norte e da ordem dos Médicos. No entanto, e porque seguiremos o caminho que traçado, não deixaremos de insistir na união porque juntos somos mais fortes!

4 - ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

A análise económica e financeira aqui apresentada, reflete os resultados alcançados pela Secção Regional do Norte (SRN) da Ordem dos Enfermeiros (OE) no que ao ano de 2017 diz respeito. Sintetiza também a situação financeira e patrimonial à data de 31 de dezembro do mesmo ano.

4.1 - RENDIMENTOS E GANHOS

Os rendimentos e ganhos da SRN da OE no decurso do ano de 2017 estão reflectidos no quadro seguinte:

RENDIMENTOS E GANHOS			(Euros)
		2017	
	Realizado	Orçam.	Desvio
. **Vendas e serviços prestados**	**727 336,87**	**741 468,00**	**-14 131,13**
Quotização	716 906,85	728 968,00	-12 061,15
Emolumentos	10 430,02	12 500,00	-2 069,98
. **Outros rendimentos**	**30 081,92**	**17 500,00**	**12 581,92**
Juros e rendimentos similares	10 016,51	15 000,00	-4 983,49
Outros	20 065,41	2 500,00	17 565,41
TOTAL	**757 418,79**	**758 968,00**	**-1 549,21**

A **Quotização** resulta da faturação emitida pela Sede Nacional, na percentagem correspondente à SRN – 30%, dos seus membros activos.

O desvio em relação ao orçamentado é em grande parte consequência da enorme adesão dos membros que cumpriram os requisitos estabelecidos pela OE, até 31 de janeiro de 2017 e que beneficiaram do desconto de uma quota (pagamento anual ou adesão ao Débito Direto).

Apresentamos também a evolução dos membros activos afectos à Secção Regional do Norte: a 31/12/2016 num total de **22.895** e a 31/12/2017 perfazendo **23.607**.

Os **Emolumentos** correspondem às taxas pagas pelos membros, essencialmente, revalidações, renovações e segundas vias de cédulas profissionais, bem como as declarações de directivas comunitárias.

Os **Juros, Dividendos e Outros Rendimentos Similares**, resultam das aplicações das disponibilidades de tesouraria em depósitos a prazo e outras aplicações financeiras, a taxas que vigoram no mercado.

A constante baixa das taxas de juro tem originado a que este Conselho Directivo Regional tenha diversificado as aplicações em produtos com maior rentabilidade.

4.2 - GASTOS E PERDAS

Os gastos e perdas do exercício aqui apresentado descrevem-se da seguinte forma:

GASTOS E PERDAS			(Euros)
		2017	
	Realizado	Orçam.	Desvio
. Fornecimentos e serviços externos	327 491,10	272 280,40	55 210,70
. Gastos com o pessoal	265 508,33	280 747,30	-15 238,97
. Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	11 502,30	0,00	11 502,30
. Gastos/reversões de depreciação e de amortização	46 332,62	42 825,76	3 506,86
. Outros gastos	20 582,00	79 600,00	-59 018,00
. Juros e gastos similares suportados	562,99	1 000,00	-437,01
TOTAL	**671 979,34**	**676 453,46**	**-4 474,12**

A rubrica de **Fornecimentos e serviços externos (FSE)** é a que apresenta a maior expressão na estrutura de gastos da SRN. Aqui estão refletidos os gastos gerais de funcionamento da secção, assim como os gastos decorrentes das actividades levadas a cabo pelos órgãos sociais, na execução do plano de actividades apresentado.

O desvio negativo, entre o orçamentado e o realizado, nos FSE é justificado pelo desvio positivo na rubrica de Outros gastos, resultante da alteração de contabilização dos Gastos com Enfermeiros cedidos à OE da conta "68-Outros gastos e perdas", para a conta "62-Trabalhos especializados".

Os **Gastos com o pessoal**, traduzem os gastos relativos ao pessoal e órgãos sociais com vínculo à OE, alocados à SRN, englobando todas as obrigações legais inerentes. Apresentam um desvio positivo.

A perda de valor dos activos devido ao uso e desgaste dos mesmos, está refletida na rubrica de **Gastos com depreciações e amortizações.** Esta rúbrica registou um aumento de aproximadamente 3,5 mil euros, resultante dos investimentos em Activos fixos tangíveis e Activos intangíveis, no exercício de 2017.

Na rubrica **Outros Gastos e Perdas**, estão contempladas essencialmente os reembolsos dos encargos com empréstimos centralizados na OE.

Gastos e perdas de financiamento refere-se aos juros suportados decorrentes de financiamentos obtidos.

No global, a estrutura de Gastos apresenta um desvio positivo em relação ao orçamentado, de aproximadamente 4,5 mil euros.

4.3 – ANÁLISE DO INVESTIMENTO

No seguimento da política de Investimentos Nacional da OE, para suprir carências e necessidades urgentes quer de bens quer de serviços, a SRNOE registou aquisições significativas no exercício de 2017, conforme se especificam na imagem abaixo aquando da pormenorização dos valores referentes ao ***activo fixo tangível líquido***, assim como do ***activo intangível ilíquido***.

Dos 15 mil euros estimados, os investimentos registaram um valor de 42,8 mil euros, resultando daqui um desvio em relação ao previsto em cerca de 27,8 mil euros.

De uma forma resumida, os investimentos foram os seguintes:

- Novos Servidores e sistemas de segurança de informação;

- Plataforma Balcão Único;

- Plataforma Contratação Pública;

- Novo *site* da OE.

ACTIVO FIXO TANGÍVEL LÍQUIDO		2017	(Euros)
	Realizado	Orçam.	Desvio
. Terrenos e recursos naturais	0,00		0,00
. Edifícios e outras construções	2 670,33	7 500,00	-4 829,67
. Equipamento básico	0,00	0,00	0,00
. Equipamento de transporte	0,00	0,00	0,00
. Equipamento administrativo	21 404,28	5 000,00	16 404,28
. Outros activos fixos tangíveis	2 939,70	2 500,00	439,70
	27 014,31	**15 000,00**	**12 014,31**

ACTIVO INTANGÍVEL LÍQUIDO		2017	(Euros)
	Realizado	Orçam.	Desvio
. Programas de Computador	7 931,39	0,00	7 931,39
. Investimentos em curso	7 878,89	0,00	7 878,89
	15 810,28	**0,00**	**15 810,28**

	Realizado	2017 Orçam.	Desvio
INVESTIMENTO TOTAL	**42 824,59**	**15 000,00**	**27 824,59**

4.4 - RESULTADOS

A SRNOE encerrou o exercício económico de 2017 com um resultado líquido de **78.605,56 euros** conforme **demonstração de resultados** expressa na tabela abaixo.

Este valor de resultado regista um desvio positivo de aproximadamente 4 mil euros em relação ao estimado.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS			(Euros)
		2017	
	Realizado	Orçam.	Desvio
RENDIMENTOS E GASTOS			
. Vendas e serviços prestados	727 336,87	741 468,00	-14 131,13
. Fornecimentos e serviços externos	-327 491,10	-272 280,40	-55 210,70
. Gastos com o pessoal	-265 508,33	-280 747,30	15 238,97
. Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	-11 502,30	0,00	-11 502,30
. Outros rendimentos	30 081,92	17 500,00	12 581,92
. Outros gastos	-20 582,00	-79 600,00	59 018,00
Resultado antes das depreciações, gastos de finan. e impostos	**132 335,06**	**126 340,30**	**5 994,76**
. Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-46 332,62	-42 825,76	-3 506,86
Resultado operacional (antes de gastos de finan. e impostos)	**86 002,44**	**83 514,54**	**2 487,90**
. Juros e gastos similares suportados	-562,99	-1 000,00	437,01
Resultado antes de impostos	**85 439,45**	**82 514,54**	**2 924,91**
. Imposto sobre o rendimento do período	-6 833,89	-8 000,00	1 166,11
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	**78 605,56**	**74 514,54**	**4 091,02**

Mais se informa que, dando cumprimento ao art.° 118 da Lei n° 156/2015 de 16 de Setembro, segunda alteração ao Estatuto da OE, o CDR procederá à constituição/aumento do **Fundo de Reserva** no valor de **7.860,56 euros**, correspondente a 10% do Resultado Líquido apresentado no exercício de 2017.

5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

O segundo ano do mandato 2016-2019 revelou-se ainda mais gratificante que o primeiro.

Consolidados processos, recriadas formas de intervir, reestruturadas dinâmicas e reajustados espaços e orientações percebemos aumentar a procura e, em simultâneo, mais que dobrar a nossa capacidade de resposta.

No cumprimento da missão da SRNOE conseguimos estar presentes e primar pela defesa, valorização e dignificação dos membros desta Secção Regional. A Enfermagem e os enfermeiros foram o foco de atenção, no garante da segurança do cidadão e sem nunca perder o Norte!

Cientes que muito ficou por fazer, que em muitos pontos deste relatório gostaríamos de apresentar uma análise mais detalhada, mais concreta e até mais real... mas, não conseguimos mais! Não por falta de dedicação ou de empenho, nem mesmo por falta de trabalho! Mas porque, na verdade, não deixámos ninguém sozinho! E isso não se faz atrás da secretária! Faz-se na rua, nas instituições de saúde e de ensino.... faz-se onde está um enfermeiro. Tornando-se, assim, difícil de transpor até ao papel a forma como este ano foi intensamente vivido, trabalhado e partilhado com os enfermeiros.

Sabedores dos desafios que emergem nos diversos domínios do exercício profissional, continuaremos o caminho da proximidade com verdade, transparência, humildade e estaremos, pelo Norte da Enfermagem sempre e onde estiver um enfermeiro.

O Presidente do Conselho Directivo

João Paulo Carvalho

APÊNDICES

APÊNDICE 01

VISITAS DE ACOMPANHAMENTO AO EXERCÍCIO PROFISSIONAL

Instituição	Data	Serviço/Valência
Centro Hospitalar Vila Nova de Gaia/Espinho	10-Jan	Serviço de Pneumologia/ Bloco Operatório
Centro Hospitalar do Porto	13-Jan	Serviço de TCE/Medicina A ala poente/Internamento Curta Duração
Unidade Local de Saúde do Alto Minho - Hospital Conde de Bertiandos	19-Jan	Serviços de Medicina e Unidade de AVC
Unidade Local de Saúde Nordeste	25-Jan	Serviço de Ortopedia
Casa de Saúde de São José	26-Jan	
Centro Hospitalar de Trás-os-Montes e Alto Douro - Unidade de Chaves	2-Fev	Serviço de Medicina 1
Lar Residencial de Alijó	3-Fev	
ACeS do Cávado I	6-Fev	Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados de Tebosa
Unidade Local de Saúde do Alto Minho	6-Fev	Centro de Saúde de Melgaço
Unidade Local de Saúde do Alto Minho - Hospital Santa Luzia	8-Fev	Unidade de Oncologia/polivalente
ACeS Porto Ocidental	9-Fev	
Centro Hospitalar de São João	13-Fev	Serviço de Ginecologia
Hospital da Irmandade do Terço e Caridade	21-Fev	
Centro Hospitalar do Tâmega e Sousa	22-Fev	Serviço de Urgência/Cardiologia/SIV Amarante
Centro Social Padre David Oliveira Martins	23-Fev	Estabelecimento Residencial para Pessoas Idosas
Centro Hospitalar de São João	23-Fev	Serviço internamento pediátrico
Centro Hospitalar Vila Nova de Gaia/Espinho	27-Fev	Serviço de Obstetrícia
Estabelecimento Prisional de Paços de Ferreira	9-Mar	
Estabelecimento Prisional de Santa Cruz do Bispo	17-Mar	
Centro Hospitalar de São João	22-Mar	Conselho de Administração
Lar Raio de Sol	31-Mar	
Casa de Avioso - Residências e Apoio Sénior, S.A.	11-Abr	
Centro Hospitalar de São João	20-Abr	Serviço de Oftalmologia/ Internamento Pediátrico
Unidade Local de Saúde do Alto Minho - Hospital Santa Luzia	24-Abr	Serviços de Medicina (Piso 8)
Unidade Local de Saúde de Matosinhos	9-Mai	Serviço de Oftalmologia e Otorrino
Hospital de Braga	16-Mai	Direcção de Enfermagem
Centro Hospitalar Vila Nova de Gaia/Espinho	22-Mai	Conselho de Administração
ACeS Grande Porto VIII Espinho/Gaia	22-Mai	UCC Arcozelo/Espinho
Unidade Local de Saúde do Alto Minho - Hospital Santa Luzia e Conde de Bertiandos	29-Mai	Medicina 2 Piso 4 e Medicina 1 Piso 8
ACeS Tâmega I – Baixo Tâmega – Centro de Saúde de Amarante	1-Jun	UCSP Marão (Várzea)
Unidade Local de Saúde do Alto Minho	2-Jun	UCSP Vila Nova de Cerveira
Centro Hospitalar de São João	2-Jun	Conselho de Administração
Hospital de Braga	5-Jun	Bloco Operatório/Serviço de Obstetrícia / Pediatria/ Internamento 2° piso ala D/
ACeS Grande Porto VIII Espinho/Gaia	7-Jun	UCC Arcozelo/Espinho
Centro Hospitalar de São João	9-Jun	Serviço de Oftalmologia/Estomalogia/Cardiologia/Ginecologia-Obstetrícia/Urologia
Hospital da Trindade	9-Jun	Bloco Operatório

Instituição	Data	Serviço/Valência
Centro Hospitalar de São João	26-Jun	Serviço de Oftalmologia/Estomalogia/Cardiologia/Ginecologia-Obstetrícia/Urologia
Centro Hospitalar do Médio Ave - Unidade de Famalicão	6-Jul	Serviço de Urgência - Unidade de Famalicão
ACeS Alto Trás-os-Montes II - Alto Tâmega e Barroso	7-Jul	
Centro Hospitalar de São João	7-Jul	Urologia
Centro Hospitalar do Porto - Centro Materno Infantil do Norte	13-Jul	Bloco de Partos
Hospital de Braga	17-Jul	Serviço de Obstetrícia e Núcleo de Partos - Movimento EESMO
Unidade Local de Saúde do Alto Minho - Hospital Santa Luzia	17-Jul	Serviço de Obstetrícia e Núcleo de Partos - Movimento EESMO
Hospital da Senhora da Oliveira - Guimarães	17-Jul	Serviço de Obstetrícia e Núcleo de Partos - Movimento EESMO
Centro Hospitalar de São João	18-Jul	Serviço de Obstetrícia e Núcleo de Partos - Movimento EESMO
Centro Hospitalar do Porto - Centro Materno Infantil do Norte	18-Jul	Serviço de Obstetrícia e Núcleo de Partos - Movimento EESMO
Centro Hospitalar Vila Nova de Gaia/Espinho	18-Jul	Serviço de Obstetrícia e Núcleo de Partos - Movimento EESMO
Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Moreira da Maia	31-Jul	Unidade de Cuidados
ACeS Grande Porto VIII Espinho/Gaia	2-Ago	UCC Arcozelo/Espinho
Centro de Acolhimento "O POVERELLO"	10-Ago	
Centro Hospitalar Vila Nova de Gaia/Espinho	25-Ago	Serviço de Imagiologia/Equipa s/ identificação de serviço/Obstetrícia/ Neonatologia
Centro Social da Paróquia de Polvoreira	29-Ago	
Instituto Nacional de Emergência Médica - Delegação Regional do Norte	5-Set	Conselho Diretivo
Hospital de Braga	7-Set	Reunião Enfermeira Diretora
ACeS Cávado I - Braga	7-Set	Convite da Associação de Unidades de Cuidados na Comunidade
Centro Hospitalar de São João	11-Set	Movimento EESMO
Hospital da Senhora da Oliveira - Guimarães	18-Set	Movimento EESMO
Centro Hospitalar do Porto - Centro Materno Infantil do Norte	18-Set	Núcleos de Partos
Centro Hospitalar de São João	18-Set	Serviço Cirurgia Geral Mulheres / Pneumologia
Hospital da Senhora da Oliveira - Guimarães	4-Out	Medicinas/Pneumologia
Centro Hospitalar do Porto	4-Out	Serviço de Cuidados Intensivos 1
Centro Hospitalar Vila Nova de Gaia/Espinho	31-Out	Serviço Pneumologia e Ginecologia Obstetrícia
Instituto Nacional de Emergência Médica - Delegação Regional do Norte	2-Nov	Conselho Diretivo
Centro Hospitalar do Tâmega e Sousa	8-Nov	Serviço de Ortopedia
Laços de Saúde	14-Nov	
Centro Hospitalar de São João	24-Nov	Serviço de Neurocirurgia

APÊNDICE 02

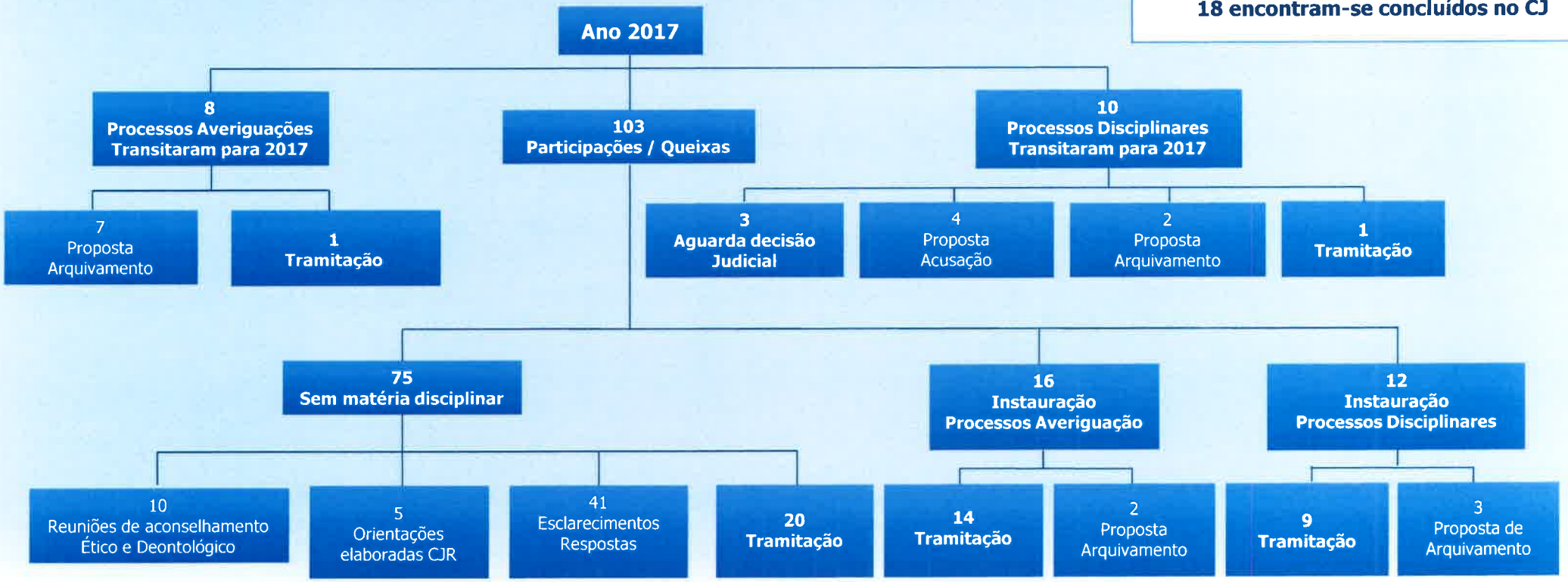
CONSELHO JURISDICIONAL REGIONAL – resenha 2017

ordem dos enfermeiros
secção regional norte

ninguém está sozinho

Dos 46 processos em tramitação no ano de 2017

25 encontram-se em tramitação no CJRN
3 aguardam decisão judicial no CJRN
18 encontram-se concluídos no CJ



APÊNDICE 03

EVENTOS DA INICIATIVA E PARTICIPADOS PELA SRNOE

Data	Assunto
27-Jan	No Caminho da Investigação: O Enfermeiro na Saúde Escolar- Escola Superior de Saúde de Santa Maria- Porto
15 e16-Mar	A Câmara e as profissões vão à Escola" - Mês da Ciência e da Saúde - Câmara Municipal de Gondomar
16 e17-Mar	A Câmara e as profissões vão à Escola" - Mês da Ciência e da Saúde - Câmara Municipal de Gondomar
20 e 21-Mar	A Câmara e as profissões vão à Escola" - Mês da Ciência e da Saúde - Câmara Municipal de Gondomar
22 e23-Mar	A Câmara e as profissões vão à Escola" - Mês da Ciência e da Saúde - Câmara Municipal de Gondomar
23 e24-Mar	A Câmara e as profissões vão à Escola" - Mês da Ciência e da Saúde - Câmara Municipal de Gondomar
27 e 28-Mar	A Câmara e as profissões vão à Escola" - Mês da Ciência e da Saúde - Câmara Municipal de Gondomar
29-Mar	Conversas Fim de Tarde - Cuidador Informal/familiar de doente em Saúde Mental - Porto
31-Mar e 01-Abr	A Câmara e as profissões vão à Escola" - Mês da Ciência e da Saúde - Câmara Municipal de Gondomar
31-Mar	À Conversa com Enfermeiros: A pessoa com dor – Vila Real
4-Abr	Ser Enfermeiro por 1 dia – Escola Básica e Jardim de Infância da Escola da Igreja Velha – Porto
28-Abr	À Conversa com Enfermeiros...A pessoa com dor - Viana do Castelo
5-Mai	2ª Edição da Convenção Multidisciplinar de Educação - Atividade Física e Saúde - "Posturas no Exercício Físico" - Câmara Municipal de Gondomar – Porto
6-Mai	Porto4Ageing - Open Day
6-Mai	2ª Edição da Convenção Multidisciplinar de Educação - Atividade Física e Saúde - Conferência: Saúde Escolar que futuro "da planificação à execução" - Câmara Municipal de Gondomar – Porto
12-Mai	Dia Internacional do Enfermeiro – Porto Canal
19-Mai	2ª Encontro da UCC Amares, Educação, Saúde e Cidadania – Braga
20-Mai	Cerimónia Recém-Licenciados Instituto Superior de Saúde do Alto Ave – Braga
9-Jun	Ciclo de Debates da Primavera da APER "Estado da arte na abordagem da pessoa com AVC" - Porto
9-Jun	No Caminho da Investigação: O Enfermeiro na Saúde Escolar – Vila Real
13 a 15-Jun	Pelo Norte da Enfermagem - Bragança
30-Jun	Conversas Fim de Tarde - Enfermagem do Trabalho - que futuro? - Braga
1-Jul	Cerimónia Recém-Licenciados Escola Superior de Saúde da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro - Vila Real
4 e 05-Jul	Pelo Norte da Enfermagem - Viana do Castelo
7-Jul	Cerimónia Recém-Licenciados Instituto de Ciências da Saúde da UCP - Porto
8-Jul	Cerimónia Recém-Licenciados ESE Jean Piaget Gaia - Porto
14-Jul	Cerimónia Recém-Licenciados Escola Superior de Saúde de Bragança - IPB - Bragança
16-Jul	Cerimónia Recém-Licenciados Escola Superior de Enfermagem da Universidade do Minho
21-Jul	Assinatura de Parceria AEOP Projecto Educacional Área Promoção Controlo Tabaco - Secção Regional do Norte
22-Jul	Cerimónia de Recém-Licenciados - Escola Superior de Enfermagem Dr. José Timóteo Montalvão Machado - Chaves
25-Jul	II Mostra de Emprego de Enfermagem 2017 - Escola Superior de Enfermagem do Porto - Porto
27-Jul	Cerimónia Recém-Licenciados e Reconhecimento Profissional Escola Superior de Enfermagem do Porto - Porto
22-Set	Conversas Fim de Tarde - UCC Passado, Presente e Futuro - Braga
4-Out	Cerimónia Recém-Licenciados Escola Superior de Saúde de Santa Maria - Porto
7-Out	Projecto Cessação Tabágica - Associação de Enfermagem Oncológica Portuguesa
10-Out	Comemorações do Dia Mundial da Saúde Mental - Guimarães

Data	Assunto
11-Out	"SeMenteVital III - cuidar para colher" - UCC Amares - Braga
13 e 14-Out	II Congresso Internacional de Saúde - Escola Superior de Saúde da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro - Vila Real
17 e18-Out	Pelo Norte da Enfermagem - Porto
23 e 24-Out	Pelo Norte da Enfermagem - Porto
2 e 04-Nov	Normédica Ajutec 2017 - Porto
3-Nov	Normédica Ajutec 2017 - Metodologias de Intervenção na Comunidade: Empreendedorismo no Cuidar da Pessoa – Porto
4-Nov	I Congresso Científico da AEESEnfP - I CCA - Porto
6 e 08-Nov	Pelo Norte da Enfermagem - Braga
10-Nov	Tertúlia - "Intervenção Precoce na Infância" - Secção Regional do Norte
16-Nov	Fórum de discussão da competência em Emergência Extra-Hospitalar - Secção Regional do Norte
17-Nov	Fórum Investigação em Enfermagem - Porto
20 a 24-Nov	Ninguém está sozinho - Projeto TSF - Pequenos rastreios de saúde, grandes histórias de Portugal - Viana do Castelo - Braga - Vila Real - Bragança
24-Nov	Tertúlia "As Crianças com Necessidades de Saúde na Escola" - Secção Regional do Norte
25-Nov	Cerimónia Recém-Licenciados CESPU - Porto
27 a 29-Nov	Pelo Norte da Enfermagem - Vila Real

APÊNDICE 04

REPRESENTAÇÕES OFICIAIS EM EVENTOS

Data	Assunto
11-Jan	Cerimónia de Inicio de funções dos Enfermeiros que foram selecionados para integrar o INEM - Lisboa
18-Jan	Buckinghamshire Healthcare NHS Trusts' Chief Nurse's Annual Nursing and Midwifery Conference - Londres
18-Jan	I Jornadas Municipais de Saúde - Porto
21-Jan	I Jornadas Municipais de SaúdeXXV CAR/ESRA Portugal - Congresso Anual 2017 - Porto
20-Jan	IV Encontro dos Enfermeiros Especialistas em Enfermagem Médico-Cirúrgica - Braga
3-Fev	Lançamento do Livro "O Impacto da Doença Oncológica da Criança na Família" - Porto
13-Fev	Tomada de Posse Ordem dos Médicos - Porto
16-Fev	V Congresso Nacional de Saúde Pública - Porto
22-Fev	IV Congresso Internacional De Cuidados Intensivos e Unidades Intermédias do Centro Hospitalar do Porto - Porto
21-Fev	Reunião ERS Indicadores de avaliação SINAS Saúde Mental
3-Mar	Sessão Solene de Abertura do 8° Fórum Ibérico de Úlceras e Feridas - Braga
4-Mar	" O futuro do financiamento da saúde em Portugal"
11-Mar	Sol, Pele e Cancro Cutâneo em 2017 - Porto
13-Mar	Apresentação da FORÇA3P- Associação de Pessoas com Dor - Porto
13-Mar	Fórum Nacional SNS Serviço Nacional de Saúde - Porto
21-Mar	Concerto Anual de Tributo à Cidade e à Região - 106 Aniversário da Universidade do Porto - Porto
27-Mar	Cerimónia de abertura do XIX Congresso Anual da ANEP - Associação Portuguesa de Nutrição Entérica e Parentérica - Porto
27-Mar	Cerimónia de Comemoração do 10.° aniversário da AEESEnfp - Porto
30-Mar	Sessão Inaugural do XIII Ciclo de Conferências subordinado ao tema "Diferentes Olhares na Oncologia" - Porto
30-Mar	Dia Nacional do Doente com AVC - RECONHECER ACTUAR REABILITAR – Viana do Castelo
31-Mar	III Jornadas Nacionais de Saúde em Meio Prisional - Porto
31-Mar	Reunião de Enfermagem do Congresso Português de Hepatologia 2017 – Porto
20-Abr	Apresentação dos Resultados do Projecto Qualife+ - Porto
20-Abr	Jornadas de Enfermagem de Reabilitação APER - O caminho já percorrido, Um olhar para o futuro - Porto
27-Abr	Apresentação do relatório português do Health Systems in Transition (HIT) do Observatório Europeu dos Sistemas e Políticas de Saúde - Lisboa
28-Abr	A representação do conhecimento e os sistemas de informação em enfermagem - Escola Superior de Enfermagem do Porto - Porto
29-Abr	Encontro de Boas Práticas da Mesa do Colégio da Especialidade de Enfermagem Comunitária - Secção Regional do Norte - Porto
2-Mai	Curso Mrmi - Medical Response To Major Incidents
2 e 3-Mai	III Encontro Internacional de História da Enfermagem - Porto
3-Mai	Conferência "Cancro Pediátrico" - Porto
5-Mai	Cerimónia de lançamento da primeira pedra das novas instalações da Unidade de Saúde Familiar Nuno Grande - Vila Real
5-Mai	Comemoração do Dia Mundial da Higiene das Mãos e Prevenção e Controlo das Infeções e Resistências aos Antimicrobianos - Porto
10-Mai	Inicio das Obras de Beneficiação da Unidade II do CHVNG e Doação da Carrinha à Liga dos Amigos a para Apoio Social - Porto
11-Mai	Painel - Constrangimentos e Oportunidades da Gestão – CHTMAD - Vila Real
12-Mai	Dia Internacional do Enfermeiro - Jornadas de Enfermagem - Liderança, Comunicação e Criação de Valor - Porto
15-Mai	Integração à Vida Profissional - Curso de Licenciatura em Enfermagem do Instituto de Ciências da Saúde da UCP - Porto

Data	Assunto
19-Mai	VII Ciclo de Debates TECNOLOGIA E SOCIEDADE - A implementação do Suporte de Cuidados de Saúde Operacional no seio da Proteção Civil e Bombeiros" - Porto
20-Mai	Cerimónia de Investigação, Diagnóstico, Formação e Acompanhamento das Demências - Braga
20-Mai	Cerimónia de Abertura do Dia Nacional e Europeu de Luta contra a Obesidade - Porto
24-Mai	38° Encontro Nacional de Estudantes de Enfermagem - Aveiro
25-Mai	Encontro de Saúde, Ambiente e Trabalho - Porto
26-Mai	Reunião Grupo de Trabalho Saúde e Qualidade de Vida - Espaço T - Porto
30-Mai	Conferência Regional do Norte do 1° Inquérito Regional de Saúde com Exame Físico (INSEF) de Portugal - Porto
3-Jun	Apresentação da 2.ª Fase do QI2 - Gaia - Porto
3-Jun	Cerimónia de Atribuição da Qualidade de Membro Honorário Enfermeira Ana Maria Correia Albuquerque Queirós - Coimbra
3-Jun	Jornadas SUPERA 2017 - Porto
5-Jun	Comissão de Acreditação Externa do Doutoramento de Ciências de Enfermagem do ICBAS, Universidade do Porto - Porto
5-Jun	V Jornadas Multidisciplinares do Aces Baixo Tâmega: Saúde, cento e cinquenta anos após João Semana" - Braga
5-Jun	Ciclo de Debates "Decidir sobre o final da Vida" - Porto
9-Jun	"Congresso do Eixo Atlântico: A Agenda Urbana a Debate" e ato comemorativo do 25° aniversário do Eixo Atlântico - Braga
9-Jun	Workshop A Genética nos Cuidados de Saúde Primários: desafios e oportunidades - Porto
12-Jun	Seminário Internacional de Investigação em Saúde Mental - Porto
20-Jun	"Decidir sobre o final da Vida" - Ordens Profissionais - Braga
22-Jun	Cerimónia de lançamento do SNS + Proximidade - Porto
26-Jun	Reunião Investigação Escola Superior de Enfermagem do Porto - Porto
27-Jun	Grupo de Trabalho "Saúde e Qualidade de Vida" - Espaço T - Porto
28-Jun	Concentração Enfermeiros Especialistas SMO de Braga
1-Jul	1° Encontro de Cuidadores Informais "Cuidar no domicílio: Principais desafios" - UCC Santo Tirso - Porto
4-Jul	Ciclo de Debates "Decidir sobre o final da Vida" - Vila Real
7-Jul	Congresso Internacional de Investigação em Enfermagem -CINTESIS - Escola Superior de Enfermagem do Porto - Porto
12-Jul	Formação Escola Superior de Enfermagem Dr. José Timóteo Montalvão Machado - Bragança
14-Jul	Assinatura de Protocolo Câmara Municipal de Marco de Canaveses e Liga Portuguesa contra o Cancro - Porto
15-Jul	Cerimónia de Celebração da Bênção das Mãos da Escola Superior de Saúde de Santa Maria - Porto
20-Jul	Homenagem Enfermeiro Carlos Pinto - Vila Real
21-Jul	Missão Sorriso - Entrega de Prémios - Vila Real
29-Ago	Rotary Club Porto-Foz "Homenagem - Tragédia dos Incêndios" - Porto
7-Set	Cerimónia de Vinculação à Profissão - Secção Regional dos Açores - Açores
9-Set	Cerimónia de Reconhecimento Profissional e de Vinculação à Profissão Secção Regional do Centro - Coimbra
27-Set	Cerimónia de Vinculação à Profissão - Secção Regional da Região Autónoma da Madeira - Madeira
30-Set	Cerimónia de Vinculação à Profissão da Secção Regional do Sul - Lisboa
9 e 10-Out	Simpósio APTFeridas '17
14-Out	Congresso Insular de Enfermagem Açores - Madeira 2017 - "Value-Added Nursing Care: O Desafio Insular"
11-Out	Inauguração da Nova Sede da Secção Regional do Norte da Ordem dos Farmacêuticos - Porto
13-Out	Literacia e Saúde Mental Positiva - Escola Superior de Enfermagem do Porto - Porto

Data	Assunto
14-Out	Sessão de Abertura do Congresso Up to Date - Emergência 2017 - Do Real ao Ideal - Braga
16-Out	Ordem dos Enfermeiros: associação pública que: - Fins e atribuições? - Cooperação e colaboração com organizações nacionais e internacionais? - Braga
17-Out	Receção de representantes do Ministério da Saúde da Polónia em visita a instituições de Saúde e de Ensino de Enfermagem
20-Out	III Jornadas de Saúde Materna e Obstétrica da Escola de Saúde de Santa Maria
20-Out	I Congresso Nacional de Comunicação Clinica em Cuidados de Saúde - Braga
24-Out	Palestra sobre a Pólio - Rotary Clube Porto-Foz e a ARS Norte - Porto
25-Out	Sessão Solene de Instalação dos Órgãos do Município da Câmara Municipal do Porto
26-Out	1° Congresso Internacional - IACS 2017 - Inovação e Multidisciplinaridade em Controlo de Infeção - Aveiro
27-Out	VI Encontro de Benchmarking da MCEESIP- Braga
3-Nov	14.° Fórum Nacional de Medicina do Trabalho e 1.° Fórum Internacional de Saúde Ocupacional - Lisboa
10-Nov	Conferência As Misericórdias e a Saúde: Hospitais e UCC - Santa Casa de Misericórdia de Riba de Ave - Braga
11-Nov	XIII° Edição das Conferências Abertas de Optometria da APLO 2017 - Braga
15-Nov	Cerimônia comemorativa do 35° Aniversário da CESPU / Concerto "Sonata" - CESPU - Porto
16-Nov	Conferência "Decifrar pessoas. Ler, interpretar e influenciar pessoas" - Associação Nacional de farmácias - Porto
16-Nov	X Jornadas de Enfermagem de Obstetrícia "Por uma vida melhor" - Braga
18-Nov	Dia Europeu do Antibiótico - Ação de Sensibilização em Farmacovigilância e Reação Adversa a Medicamentos - Braga
25-Nov	Congresso Associação Portuguesa da Doença Inflamatória do Intestino - Ordem dos Médicos - Porto
28-Nov	II Colóquio Literacia em saúde: um desafio na e para a terceira idade – Porto
30-Nov	Congresso de Associação Portuguesa Enfermeiros de Reabilitação - 2017 - Porto
2-Dez	Mesa de Tertúlia / Lançamento Livro – "Olhares na Memoria" Enf° António Joaquim Pereira Veiga - Braga
7-Dez	Mesa de Tertúlia / Lançamento Livro – "Olhares na Memoria" Enf° António Joaquim Pereira Veiga - Braga
13-Dez	20° Aniversário da Rede Portuguesa de Municípios Saudáveis
15-Dez	Apresentação BI-CSP - Porto
20-Dez	Mesa de Tertúlia / Lançamento Livro - "Olhares na Memoria" Enf° António Joaquim Pereira Veiga
27-Dez	Tomada de Posse Órgãos Sociais AEESEnfPorto - Porto

APÊNDICE 05

REUNIÕES DE REPRESENTATIVIDADE INSTITUCIONAL

Data	Assunto	Tipo
9-Jan	Domus24	DEP e RDLG
10-Jan	CH Porto	DEP e RDLG
10-Jan	ACeS Agrupamento de Centros de Saúde Grande Porto V - Póvoa do Varzim/Vila do Conde	DEP e RDLG
25-Jan	Audição Comissão Parlamentar de Saúde	DEP e RDLG e Representatividade
21-Fev	ERS Indicadores de avaliação SINAS Saúde Mental	Representatividade
1-Fev	Enfermeiros Directores - Cuidados Hospitalares	DEP e RDLG e Institucional
1-Fev	Enfermeiros Vogais ACeS - Cuidados Primários	DEP e RDLG e Institucional
7-Fev	Reitoria da Universidade do Minho	DEP e RDLG e Institucional
13-Fev	Docentes Escola Superior de Saúde da Universidade do Minho	DEP e RDLG
20-Fev	Clieste Viatodos	Gerir RH
20-Fev	ACAPO	Institucional
23-Fev	Câmara Municipal do Porto	Institucional
22-Mar	Conselho Administração do Centro Hospitalar de São João	Institucional
3-Mar	Câmara Municipal de Valongo	Institucional
3-Mar	Câmara de Gondomar	Representatividade
15-Mar	Ajudaris	Representatividade
18-Mai	Escolas Superiores de Ensino de Enfermagem	Representatividade
6-Jun	Direcção da Delegação do Norte da Associação Nacional de Farmácias	Representatividade
22-Jun	Instituto de Ciências da Saúde – UCP Porto	DEP e RDLG e Institucional
28-Jun	Santa Casa de Misericórdia do Porto	Representatividade
20-Jul	Parlamento	Representatividade
28-Jul	Instituto de Ciências da Saúde – UCP Porto	DEP e RDLG e Institucional
31-Jul	Escola Superior de Enfermagem do Porto	Representatividade
1-Set	Administração Regional de Saúde do Norte	Representatividade
4-Set	Associação de Estudantes da Escola Superior de Enfermagem do Porto (AEESEnfP)	Representatividade
30-Out	Associação Portuguesa de Enfermeiros de Reabilitação	Representatividade
2-Nov	Bombeiros Enfermeiros	Representatividade
22-Nov	Ministério da Saúde	Representatividade
28-Nov	Ministério da Administração Interna - Secretário de Estado da Proteção Civil	Representatividade

Nota:
DEP - Dignidade Exercício Profissional
RDLG - Respeito Direitos, Liberdades e Garantias

APÊNDICE 06

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ordem dos enfermeiros
secção regional norte

RELATÓRIO E CONTAS 2017

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Fevereiro 2018

BALANÇO

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Euros)

	Notas	2017	2016
ACTIVO			
Ativo não corrente			
. Activos fixos tangíveis	4	1 643 776,23	1 662 444,37
. Activos intangíveis	5	15 160,11	0,00
. Investimentos financeiros	11.6	713 826,22	504 561,17
		2 372 762,56	**2 167 005,54**
Activo corrente			
. Créditos a receber	11.3	8 423,87	8 811,28
. Membros/Associados	16.1	330 262,09	302 782,86
. Diferimentos	16.1	7 476,16	178,07
. Outros activos correntes	11.6	0,00	20 000,00
. Caixa e depósitos bancários	11.5	1 809 011,98	1 983 271,38
		2 155 174,10	**2 315 043,59**
TOTAL DO ACTIVO		**4 527 936,66**	**4 482 049,13**
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
FUNDOS PATRIMONIAIS			
. Fundos	16.1	328 905,92	296 292,92
. Reservas	16.1	506 624,30	492 420,04
. Resultados transitados	16.1	3 470 884,14	3 343 045,84
		4 306 414,36	**4 131 758,80**
. Resultado líquido do período		78 605,56	142 042,56
TOTAL DOS FUNDOS PATRIMONIAIS		**4 385 019,92**	**4 273 801,36**
PASSIVO			
Passivo não corrente			
		0,00	**0,00**
Passivo corrente			
. Fornecedores	11.1	8 065,81	3 748,53
. Estado e outros entes públicos	16.1	13 140,72	10 216,12
. Outros passivos correntes	11.2	121 710,21	194 283,12
		142 916,74	**208 247,77**
TOTAL DO PASSIVO		**142 916,74**	**208 247,77**
TOTAL DOS FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO		**4 527 936,66**	**4 482 049,13**

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Euros)

	Notas	2017	2016
RENDIMENTOS E GASTOS			
. Vendas e serviços prestados	8	727 336,87	712 290,43
. Fornecimentos e serviços externos	8	-327 491,10	-247 119,12
. Gastos com o pessoal	12	-265 508,33	-221 930,46
. Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	11.4	-11 502,30	0,00
. Outros rendimentos	8	30 081,92	15 663,32
. Outros gastos	8	-20 582,00	-65 743,09
Resultado antes das depreciações, gastos de finan. e impostos		**132 335,06**	**193 161,08**
. Gastos/reversões de depreciação e de amortização	8	-46 332,62	-42 825,76
Resultado operacional (antes de gastos de finan. e impostos)		**86 002,44**	**150 335,32**
. Juros e gastos similares suportados	6	-562,99	-924,67
Resultado antes de impostos		**85 439,45**	**149 410,65**
. Imposto sobre o rendimento do período	16.1	-6 833,89	-7 368,09
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO		**78 605,56**	**142 042,56**

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS

PERÍODO DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017

(Euros)

		Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados Transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do periodo	Total
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 01-01-2017	**6**	**296 292,92**		**492 420,04**	**3 343 045,84**			**142 042,56**	**4 273 801,36**
ALTERAÇÕES NO PERÍODO									
. Primeira adopção de novo referencial contabilístico									
. Alterações de políticas contabilísticas									
. Diferenças de conversão de demonstrações financeiras									
. Realização de excedente de revalorização									
. Excedentes de revalorização									
. Ajustamentos por impostos diferidos									0,00
. Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais				14 204,26	127 838,30			-142 042,56	0,00
	7			**14 204,26**	**127 838,30**				**4 273 801,36**
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8							78 605,56	78 605,56
RESULTADO INTEGRAL	**9 = 7 + 8**							**78 605,56**	**78 605,56**
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO									
. Fundos		32 613,00							32 613,00
. Subsídios, doações e legados									
. Distribuições									
. Outras operações									
	10	**32 613,00**							**32 613,00**
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 31-12-2017	**11=6+7+8+10**	**328 905,92**		**506 624,30**	**3 470 884,14**			**78 605,56**	**4 385 019,92**

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Euros)

		2017	2016
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS			
. Recebimentos de clientes e utentes		706 600,38	654 707,63
. Pagamento de bolsas		0,00	0,00
. Pagamentos a fornecedores		-323 173,82	-248 867,84
. Pagamentos ao pessoal		-265 606,83	-212 734,20
CAIXA GERADA PELAS OPERAÇÕES		**117 819,73**	**193 105,59**
. Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-3 371,82	-4 915,15
. Outros recebimentos/pagamentos		-75 084,19	562 715,22
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS (1)		**39 363,72**	**750 905,66**
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Pagamentos respeitantes a:			
. Activos fixos tangíveis		-27 014,31	-6 333,23
. Activos intangíveis		-15 810,28	0,00
. Investimentos financeiros		-209 265,05	-504 561,17
	Sub-total	-252 089,64	-510 894,40
Recebimentos provenientes de:			
. Activos fixos tangíveis		0,00	0,00
. Outros activos		0,00	0,00
. Juros e rendimentos similares		6 416,51	26 729,53
	Sub-total		
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO (2)		**-245 673,13**	**-484 164,87**
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Recebimentos provenientes de:			
. Realizações de fundos		32 613,00	0,00
. Outras operações de financiamento		0,00	757,65
	Sub-total	32 613,00	757,65
Pagamentos respeitantes a:			
. Financiamentos obtidos		0,00	0,00
. Juros e gastos similares		-562,99	-924,67
	Sub-total	-562,99	-924,67
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO (3)		**32 050,01**	**-167,02**
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		-174 259,40	266 573,77
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		1 983 271,38	1 716 697,61
Caixa e seus equivalentes no fim do período		1 809 011,98	1 983 271,38

Contabilista
Certificado n.º 59048

Vítor Jorge dos Santos Simões

Conselho
Directivo Regional

Presidente
João Paulo Marques de Carvalho

Secretário
Leonel Gonçalves Dias Fernandes

Tesoureiro
Joaquim Filipe Sousa Pinto

ANEXO

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

1.1. Designação da entidade: Ordem dos Enfermeiros-Secção Regional do Norte

1.2. Sede: Rua Latino Coelho, n.º 352, 4000-314 PORTO

1.3. Natureza da actividade: A Ordem dos Enfermeiros – Secção Regional do Norte (SRN) é uma pessoa colectiva de direito público, criada pelo Decreto-Lei n.º 104/98, de 21 de Abril, cuja redacção em vigor consta da Lei n.º 156/2015 de 16 de Setembro (procede à segunda alteração ao Estatuto da Ordem dos Enfermeiros), conformando-o com a Lei n.º 2/2013, de 10 de Janeiro, que estabelece o regime jurídico de criação, organização e funcionamento das associações públicas profissionais, e Código Deontológico.

A Ordem representa os profissionais, nos termos do presente estatuto e demais disposições legais aplicáveis.

A Ordem goza de personalidade jurídica e é independente dos órgãos do Estado, sendo livre e autónoma no âmbito das suas atribuições.

1.4. Tal como prevê a NCRF-ESNL, sempre que não esteja previsto algum aspecto particular recorre-se supletivamente às restantes normas do SNC.

1.5. Sempre que não exista outra referência os montantes encontram-se expressos em unidade de euro.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, aprovadas pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de Junho.

As demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2017 foram elaboradas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística ("SNC"), tendo por base a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo ("NCRF-ESNL"), Aviso n.º 8259/2015, de 29 de Julho, bem como os seguintes diplomas:

- Portaria n.º 220/2015 de 24 de julho - Modelos de Demonstrações Financeiras
- Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho - Código de Contas

- Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de Junho que altera o Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho – SNC

2.2. Indicação e justificação das disposições do SNC-ESNL que, em casos excecionais, tenham sido derrogadas e dos respectivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do activo, do passivo e dos resultados da entidade.

No presente período não foram derrogadas quaisquer disposições do SNC-ESNL.

2.3. Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior.

Os valores constantes das demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2017 são comparáveis em todos os aspectos significativos com os valores do período de 2016.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

3.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Ordem, mantidos de acordo com as NCRF-ESNL em vigor.

ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os activos fixos tangíveis, adquiridos até 31 de Dezembro, encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha recta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

ACTIVO FIXO TANGÍVEL	Vida útil estimada
. Edifícios e outras construções	5 a 50 anos
. Equipamento básico	1 a 14 anos
. Equipamento administrativo	1 a 12 anos
. Outros activos fixos tangíveis	1 a 10 anos

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos activos nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos activos fixos tangíveis são registadas como gastos do período em que ocorrem.

O desreconhecimento dos activos fixos tangíveis, resultantes da venda ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registados na demonstração dos resultados por naturezas nas rubricas "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas".

Estes activos fixos tangíveis são depreciados a partir do momento em que os activos estejam disponíveis para uso e nas condições necessárias para entrar em funcionamento.

ACTIVOS INTANGÍVEIS

Os activos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes amortizações.

As despesas de desenvolvimento e manutenção foram reconhecidas como gastos.

O método de amortização utilizado foi o da linha recta, em conformidade com o período de vida útil estimado, em sistema de duodécimos.

ACTIVO INTANGÍVEL	
	Vida útil estimada
. Programas de Computador	3 anos

PROVISÕES E PASSIVOS CONTIGENTES

Nota não aplicável.

IMPARIDADE DE ACTIVOS

Em cada data de relato é efectuada uma revisão das quantias escrituradas dos activos fixos tangíveis da entidade com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respectivos activos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

LOCAÇÕES

Nota não aplicável

CUSTOS DOS EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

RÉDITO

O rédito proveniente da quota, cobrada aos membros, é reconhecido com referência à data a que mesma diz respeito.

Os réditos relativos às vendas de produtos de *merchandising* são reconhecidos no momento em que os riscos e vantagens inerentes ao produto são transferidos para o comprador.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efectivo.

IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

O tratamento contabilístico dos impostos sobre o rendimento é pelo método do imposto a pagar.

O imposto sobre o rendimento incide sobre as actividades da Ordem que não encontram-se definidas dos Estatutos mas que geram rendimentos suplementares. Os lucros destas actividades são tributáveis em sede de imposto sobre o rendimento, ao que se incluí também as tributações autónomas, que sejam devidas em qualquer jurisdição fiscal.

MEMBROS E OUTRAS DÍVIDAS DE TERCEIROS

As dívidas de membros e de outros terceiros encontram-se registadas pelo seu valor nominal, tendo sido criadas perdas de imparidade quando se justifiquem.

Todas as dívidas a receber de membros com antiguidade superior a dois anos foram reconhecidas como perda por imparidade.

As dívidas com antiguidade superior a cinco anos foram consideradas incobráveis

FORNECEDORES E OUTRAS DÍVIDAS A TERCEIROS

As dívidas a fornecedores e a outros terceiros encontram-se registadas pelo seu valor nominal.

EMPRÉSTIMOS

Os empréstimos são registados no passivo pelo custo.

PERIODIZAÇÕES

As receitas e despesas são registadas de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual estas são reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas.

CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, que podem ser imediatamente mobilizáveis com risco reduzido de alteração de valor.

BENEFÍCIOS DE EMPREGADOS

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pelo Conselho Directivo Regional, acrescidos dos respectivos encargos.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o respectivo pagamento.

De acordo com a legislação laboral aplicável o direito a férias e subsídio de férias, relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

PROVISÕES

Nota não aplicável.

3.2. Principais pressupostos relativos ao futuro:

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos registos contabilísticos da Ordem dos Enfermeiros.

4. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os activos fixos tangíveis adquiridos encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações acumuladas.

As depreciações foram efetuadas pelo método da linha recta, em sistema de duodécimos.

A vida útil foi determinada de acordo com a expectativa da afetação do desempenho.

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, as revalorizações, os abates, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações, desenvolvido de acordo com o seguinte quadro:

ACTIVO FIXO TANGÍVEL					(Euros)
	Saldo Inicial 2017	Aumentos	Transferências	Abates	Saldo Final 2017
Activos fixos tangíveis brutos					
. Terrenos e recursos naturais	189 287,63	0,00	0,00	0,00	189 287,63
. Edifícios e outras construções	1 905 704,21	2 670,33	0,00	0,00	1 908 374,54
. Equipamento básico	16 389,20	0,00	0,00	0,00	16 389,20
. Equipamento administrativo	113 106,58	21 404,28	0,00	0,00	134 510,86
. Outros activos fixos tangíveis	18 745,39	2 939,70	0,00	0,00	21 685,09
. Investimentos em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2 243 233,01	**27 014,31**	**0,00**	**0,00**	**2 270 247,32**
Depreciações acumuladas					
. Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
. Edifícios e outras construções	438 166,53	38 209,89	0,00	0,00	476 376,42
. Equipamento básico	14 744,07	822,56	0,00	0,00	15 566,63
. Equipamento administrativo	109 385,85	6 004,84	0,00	0,00	115 390,69
. Outros activos fixos tangíveis	18 492,19	645,16	0,00	0,00	19 137,35
. Investimentos em curso					
	580 788,64	**45 682,45**	**0,00**	**0,00**	**626 471,09**

Os investimentos em Activos Fixos Tangíveis realizados no exercício de 2017 totalizaram 27.014,31 euros, distribuídos pela melhoria das instalações e dos seus equipamentos e nos servidores da OE.
Alguns dos bens registados em Activos Fixos Tangíveis poderão encontrar-se em locais diferentes da SRN, nomeadamente na Secção Regional do Centro e na Sede Nacional.

A quantia escriturada líquida dos activos fixos tangíveis, designadamente, o valor bruto deduzido das depreciações acumuladas à data de 31 de Dezembro de 2017, é desenvolvido no seguinte quadro:

ACTIVO FIXO TANGÍVEL LÍQUIDO		(Euros)
	2017	**2016**
. Terrenos e recursos naturais	189 287,63	189 287,63
. Edifícios e outras construções	1 431 998,12	1 467 537,68
. Equipamento básico	822,57	1 645,13
. Equipamento administrativo	19 120,17	3 720,73
. Outros activos fixos tangíveis	2 547,74	253,20
. Investimentos em curso	0,00	0,00
	1 643 776,23	**1 662 444,37**

5. ACTIVOS INTANGÍVEIS

Os activos intangíveis adquiridos encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes amortizações acumuladas.
As amortizações foram efetuadas pelo método da linha recta, em sistema de duodécimos.
Foram determinadas vidas úteis finitas, de acordo com a expectativa da afetação do desempenho.

ACTIVO INTANGÍVEL 2017					(Euros)
	Saldo Inicial 2017	Aumentos	Transferências	Abates	Saldo Final 2017
Activos Intangíveis brutos					
. Programas de Computador	0,00	7 931,39	0,00	0,00	7 931,39
	0,00	**7 931,39**	**0,00**	**0,00**	**7 931,39**
Amortizações acumuladas					
. Programas de Computador	0,00	650,17	0,00	0,00	650,17
	0,00	**650,17**	**0,00**	**0,00**	**650,17**
Activos Intangíveis em curso					
. Programas de Computador	0,00	7 878,89	0,00	0,00	7 878,89
	0,00	**7 878,89**	**0,00**	**0,00**	**7 878,89**

Inseridas na política de investimentos da sede Nacional, foram efectuadas aquisições de Activos Intangíveis para a SRN, no valor de 15.810,28 euros, relativamente a programas de computador em funcionamento e em curso.

A quantia escriturada líquida dos activos intangíveis, designadamente, o valor bruto deduzido das depreciações acumuladas à data de 31 de Dezembro de 2017, é desenvolvido no seguinte quadro:

ACTIVO INTANGÍVEL LÍQUIDO		(Euros)
	2017	**2016**
. Programas de Computador	15 160,11	0,00
	15 160,11	**0,00**

6. CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Os empréstimos bancários obtidos estão centralizados na Sede Nacional e é aplicado o Princípio da Solidariedade entre Sede e Secções Regionais na imputação do respectivo custo.

A rubrica de juros e gastos suportados decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

JUROS E GASTOS SIMILARES SUPORTADOS				(Euros)
			Variação	
	2017	2016	Valor	%
. Juros suportados - Empréstimos obtidos	562,99	924,67	-361,68	-39,11%
	562,99	**924,67**	**-361,68**	**-39,11%**

7. INVENTÁRIOS

Nota não aplicável.

8. RENDIMENTOS E GASTOS

RENDIMENTOS

Quantia de cada rubrica significativa de rédito reconhecida durante o período:

RÉDITOS				(Euros)
	2017	2016	Variação Valor	%
. Prestações de serviços	727 336,87	712 290,43	15 046,44	2,11%
. Outros rendimentos e ganhos	20 065,41	567,89	19 497,52	3433,33%
. Juros, dividendos e outros rendimentos	10 016,51	15 095,43	-5 078,92	-33,65%
	757 418,79	**727 953,75**	**29 465,04**	**4,05%**

No que concerne aos rendimentos e ganhos da SRN, a rubrica com mais expressão é a de Prestações de serviços que devem-se essencialmente ao valor facturado aos membros, referente à quotização na Ordem.

O presente quadro, apresenta os réditos mais em detalhe:

RÉDITOS				(Euros)
	2017	2016	Variação Valor	%
Prestações de serviços	**727 336,87**	**712 290,43**	**15 046,44**	**2,11%**
. Quotização	716 906,85	701 998,91	14 907,94	2,12%
. Emolumentos	10 430,02	10 291,52	138,50	1,35%
Outros rendimentos e ganhos	**20 065,41**	**567,89**	**19 497,52**	**3433,33%**
. Material de divulgação	6 119,45	28,29	6 091,16	21531,14%
. Fotocópias	2,34	0,00	2,34	100,00%
. Correcções relativas a períodos anteriores	11 721,48	39,60	11 681,88	29499,70%
. Patrocínios	1 500,00	500,00	1 000,00	200,00%
. Outros	722,14	0,00	722,14	100,00%
Juros, dividendos e outros rendimentos	**10 016,51**	**15 095,43**	**-5 078,92**	**-33,65%**
. Juros obtidos	10 016,51	15 095,43	-5 078,92	-33,65%
	757 418,79	**727 953,75**	**29 465,04**	**4,05%**

Apesar do nº de membros activos ter aumentado de 22.895 para 23.607 a 31 de Dezembro de 2016 e 2017 respectivamente, a campanha de oferta de uma quota para pagamentos integrais ou adesões ao débito direto até 31 de janeiro, acabou por consumir esse aumento exponencial da facturação de quotização.

O aumento da rubrica de "Outros rendimentos e ganhos" deve-se essencialmente ao reconhecimento de rendimentos obtidos no ano de 2016, principalmente da rentabilidade do Seguro de Capitalização da Ageas e da contabilização do material de divulgação em stock na SRN a 31 de dezembro.

GASTOS

A rubrica de gastos decompõe-se da seguinte forma:

GASTOS				(Euros)
	2017	2016	Variação Valor	%
. Fornecimentos e serviços externos	327 491,10	247 119,12	80 371,98	32,52%
. Gastos com o pessoal	265 508,33	221 930,46	43 577,87	19,64%
. Imparidade de dívidas a receber	11 502,30	0,00	11 502,30	100,00%
. Outros gastos	20 582,00	65 743,09	-45 161,09	-68,69%
. Gastos de depreciação e de amortização	46 332,62	42 825,76	3 506,86	8,19%
. Juros e gastos similares suportados	562,99	924,67	-361,68	-39,11%
	671 979,34	**578 543,10**	**93 436,24**	**16,15%**

A rubrica com mais significado no que concerne aos gastos é a de "Fornecimentos e Serviços Externos" (FSE), que se desagrega da seguinte forma:

FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS				(Euros)
	2017	2016	Variação Valor	%
Serviços Especializados				
Trabalhos Especializados:	**83 055,53**	**23 008,24**	**60 047,29**	**260,98%**
. Trabalhos Especializados - Informática	4 529,34	3 032,45	1 496,89	49,36%
. Trabalhos Especializados - Tipografia	11 830,61	10 071,91	1 758,70	17,46%
. Trabalhos Especializados - Administrativo	4 202,32	3 690,00	512,32	13,88%
. Trabalhos Especializados - Análise de imprensa	0,00	1 599,00	-1 599,00	-100,00%
. Trabalhos Especializados - Audiovisuais	10 698,51	994,32	9 704,19	975,96%
. Trabalhos Especializados - Enfermeiros cedidos OE	51 794,75	0,00	51 794,75	100,00%
. Trabalhos Especializados - Outros	0,00	3 620,56	-3 620,56	-100,00%
Publicidade e Propaganda	**8 769,67**	**5 165,90**	**3 603,77**	**69,76%**
Vigilância e Segurança	**8 639,02**	**8 784,22**	**-145,20**	**-1,65%**
Honorários	**25 251,90**	**11 103,40**	**14 148,50**	**127,42%**
Conservação e Reparação:	**11 003,75**	**18 795,77**	**-7 792,02**	**-41,46%**
. Conservação e Reparação - Instalações	10 424,91	13 919,17	-3 494,26	-25,10%
. Conservação e Reparação - Equipamento Informático	578,84	4 876,60	-4 297,76	-88,13%
Serviços Bancários	**1 485,34**	**1 292,46**	**192,88**	**14,92%**
Outros	**110,00**	**705,52**	**-595,52**	**-84,41%**
	138 315,21	**68 855,51**	**69 459,70**	**100,88%**
Materiais	**23 701,96**	**13 943,15**	**9 758,81**	**69,99%**
. Ferramentas e Utensílios Desgaste Rápido	115,53	221,10	-105,57	-47,75%
. Livros e Documentação Técnica	0,00	40,00	-40,00	-100,00%
. Material de Escritório	9 612,09	9 968,80	-356,71	-3,58%
. Artigos para Oferta	13 757,33	3 547,68	10 209,65	287,78%
. Material Informático	0,00	92,47	-92,47	-100,00%
. Outros	217,01	73,10	143,91	196,87%
	23 701,96	**13 943,15**	**9 758,81**	**69,99%**
Energias e fluidos	**19 305,99**	**16 266,25**	**3 039,74**	**18,69%**
. Eletricidade	14 823,55	13 537,31	1 286,24	9,50%
. Combustíveis	2 948,26	1 644,01	1 304,25	79,33%
. Água	1 534,18	1 084,93	449,25	41,41%
	19 305,99	**16 266,25**	**3 039,74**	**18,69%**

FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

(Euros)

	2017	2016	Variação Valor	Variação %
Deslocações, estadas e transportes	**99 990,99**	**95 182,02**	**4 808,97**	**5,05%**
Deslocações e Estadas				
. Estadias	2 416,46	4 681,10	-2 264,64	-48,38%
. Deslocações - Aviões	1 623,74	0,00	1 623,74	100,00%
. Deslocações - Comboios	378,54	76,16	302,38	397,03%
. Deslocações - Táxis	426,35	264,30	162,05	61,31%
. Deslocações - Viatura própria	62 571,98	67 333,48	-4 761,50	-7,07%
. Deslocações - Estacionamento/Portagens	6 920,62	1 722,04	5 198,58	301,88%
. Deslocações - Transportes públicos	36,75	119,70	-82,95	-69,30%
. Alimentação	20 065,02	17 997,35	2 067,67	11,49%
. Ajudas de Custo	0,00	344,75	-344,75	-100,00%
. Coffee-break	5 121,53	2 533,55	2 587,98	102,15%
. Transporte de Pessoal	430,00	7,95	422,05	5308,81%
. Transporte de Mercadorias	0,00	101,64	-101,64	-100,00%
	99 990,99	**95 182,02**	**4 808,97**	**5,05%**
Serviços diversos				
Rendas e Alugueres	**7 541,48**	**4 724,91**	**2 816,57**	**59,61%**
. Rendas e Alugueres - Viaturas	4 602,86	1 714,07	2 888,79	168,53%
. Rendas e Alugueres - Salas	632,22	862,20	-229,98	-26,67%
. Rendas e Alugueres - Equipamentos	206,64	2 148,64	-1 942,00	-90,38%
. Rendas e Alugueres - Renting	2 099,76	0,00	2 099,76	100,00%
Comunicação	**32 903,62**	**44 611,73**	**-11 708,11**	**-26,24%**
. Comunicação - Fixas/Móveis/Internet	28 313,90	29 589,75	-1 275,85	-4,31%
. Comunicação - Correios e estafetas	4 241,84	14 713,09	-10 471,25	-71,17%
. Comunicação - Outros	347,88	308,89	38,99	12,62%
Seguros	**987,45**	**869,12**	**118,33**	**13,61%**
. Seguros - Viaturas	0,00	224,30	-224,30	-100,00%
. Seguros - Multi-riscos	987,45	590,32	397,13	67,27%
. Seguros - Outros	0,00	54,50	-54,50	-100,00%
Contencioso e Notariado	**82,00**	**40,40**	**41,60**	**102,97%**
Despesas de Representação	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00%**
Limpeza, Higiene e Conforto	**4 662,40**	**2 623,03**	**2 039,37**	**77,75%**
. Limpeza, Higiene e Conforto - Serviços	1 050,50	751,28	299,22	39,83%
. Limpeza, Higiene e Conforto - Produtos	1 589,68	1 283,75	305,93	23,83%
. Limpeza, Higiene e Conforto - Artigos decoração	2 022,22	588,00	1 434,22	243,91%
Outros	**0,00**	**3,00**	**-3,00**	**-100,00%**
	46 176,95	**52 872,19**	**-6 695,24**	**-12,66%**
	327 491,10	**247 119,12**	**80 371,98**	**32,52%**

Nos FSE, as rubricas mais significativas são os "Trabalhos especializados", as "Deslocações, estadas e transportes", as "Comunicações" e os "Honorários".

Relativamente às "Deslocações, estadas e transportes", esta rubrica inclui o montante de 62.571,98 euros referente ao pagamento de despesas de deslocação em viatura própria, por forma a assegurar o adequado cumprimento das actividades da SRN, descritas e detalhadas no relatório de actividades desenvolvidas pelo Conselho Directivo Regional e restantes órgãos sociais.

No seguimento de uma nova política deste Conselho Directivo no sentido de assegurar o gasto dos mesmos em detrimento das entidades cedentes, estão aqui incluídos - na rubrica de "Trabalhos Especializados" - os valores com enfermeiros cedidos à Ordem, resultante da emissão de documento pela entidade cedente à SRN. No exercício de 2016, estes valores foram contabilizados na conta "68-Outros gastos e Perdas".

A rubrica de "Outros Gastos" decompõe-se no quadro seguinte:

OUTROS GASTOS E PERDAS (Euros)

	2017	2016	Variação Valor	Variação %
Impostos	272,71	72,60	200,11	275,63%
Correcções relativas a períodos anteriores	35,76	201,00	-165,24	-82,21%
Donativos	0,00	250,00	-250,00	-100,00%
Insuficiência estimativa para impostos	0,00	2 386,36	-2 386,36	-100,00%
Encargos com Enfermeiros cedidos à Ordem	0,00	36 324,51	-36 324,51	-100,00%
Outros gastos e perdas	20 273,53	26 508,62	-6 235,09	-23,52%
	20 582,00	**65 743,09**	**-45 161,09**	**-68,69%**

Em 2017, a rubrica Encargos com Enfermeiros cedidos à Ordem apresenta um valor nulo, tendo sido esses encargos registados na rúbrica da conta "62-Trabalhos especializados", como referido anteriormente.
Neste exercício, as notas de crédito emitidas relativamente a devolução de valores a membros estão registadas como uma diminuição dos réditos.
A Rubrica "Outros Gastos e Perdas", diz integralmente respeito ao pagamento de encargos com empréstimos, conexos com o Princípio de Solidariedade entre a Sede e as Secções Regionais.

9. PROVISÕES, PASSIVOS CONTIGENTES E ACTIVOS CONTIGENTES

Nota não aplicável.

10. SUBSÍDIOS E OUTROS APOIOS DAS ENTIDADES PÚBLICAS

Nota não aplicável.

11. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

As bases de mensuração utilizadas para os instrumentos financeiros foram as de custo.

11.1. Fornecedores

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

FORNECEDORES				(Euros)
	2017	2016	Variação Valor	Variação %
Fornecedores	**8 065,81**	**3 748,53**	**4 317,28**	**115,17%**
. Nacionais	8 065,81	3 748,53	4 317,28	115,17%
. Intracomunitários	0,00	0,00	0,00	0,00%
. Outros mercados	0,00	0,00	0,00	0,00%
	8 065,81	**3 748,53**	**4 317,28**	**115,17%**

A SRN trabalhou quase em exclusivo com fornecedores nacionais. O valor em aberto a 31 de dezembro é referente a faturas rececionadas no final do ano foi liquidado no início de 2018, conforme procedimentos de pagamentos implantados na SRN.

11.2. Outros passivos correntes

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

OUTROS PASSIVOS CORRENTES				(Euros)
	2017	2016	Variação Valor	Variação %
Acréscimos de gastos:				
. Remunerações a liquidar	32 373,45	32 495,27	-121,82	-0,37%
. Outros acréscimos de gastos	26 092,35	16 250,06	9 842,29	60,57%
	58 465,80	**48 745,33**	**9 720,47**	**19,94%**
. Membros	4 574,80	7 615,02	-3 040,22	-39,92%
. Outros credores	58 669,61	137 922,77	-79 253,16	-57,46%
	63 244,41	**145 537,79**	**-82 293,38**	**-56,54%**
Total	**121 710,21**	**194 283,12**	**-72 572,91**	**-37,35%**

A rubrica "Outros credores" apresenta um valor de 58.669,61 euros, resultante das relações SEDE/SRN e directamente relacionado com a centralização de aquisições de bens e serviços na Sede Nacional.

Relativamente à rubrica "Membros", estão aqui refletidos os valores decorrentes de gastos apresentados pelos órgãos socais no desenrolar e acompanhamento das actividades e funcionamento dos respectivos Órgãos que integram, a ser liquidado pela SRN no início de 2018.

11.3. Créditos a receber

A decomposição desta rubrica descreve-se no quadro seguinte:

CRÉDITOS A RECEBER				(Euros)
	2017	2016	Variação Valor	Variação %
. Juros a receber	7 199,06	3 599,06	3 600,00	100,03%
. Despesas secções regionais	1 224,81	5 093,82	-3 869,01	-75,95%
. Contas de conferência de quotas	0,00	117,00	-117,00	-100,00%
. Outros devedores	0,00	1,40	-1,40	100,00%
	8 423,87	**8 811,28**	**-387,41**	**-4,40%**

11.4. Reconhecimento das perdas por imparidade de dívidas a receber

Em 31 de Dezembro de 2017 e 31 de Dezembro de 2016, a dívida dos membros/outros clientes à Ordem (e respetivo reconhecimento de perdas de imparidade) detalham-se conforme se segue:

MEMBROS % Facturação				(Euros)
Activos	2017	2016	Variação Valor	Variação %
Dívidas dos membros - contas correntes	258 887,07	203 791,32	55 095,75	27,04%
Outros clientes	0,00	0,00	0,00	0,00%
Dívidas dos membros - cobrança duvidosa	0,00	0,00	0,00	0,00%
Imparidade Acumulada	-74 948,71	-71 779,27	-3 169,44	4,42%
	183 938,36	**132 012,05**	**51 926,31**	**31,45%**
Reforço/(redução) imparidade acumulada	11 502,30	-71 106,76	82 609,06	-116,18%

O movimento das perdas por imparidade dos saldos de membros/patrocinadores durante o exercício foi o seguinte:

PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS					(Euros)
	01/01/2017	Reforços	Reversões	Desreconhecimento	31/12/2017
. Imparidade acumulada	71 779,27	11 502,30	0,00	-8 332,86	74 948,71
	71 779,27	**11 502,30**	**0,00**	**-8 332,86**	**74 948,71**

O registo das perdas por imparidade é efetuado de acordo com a antiguidade da dívida. São registadas perdas por imparidade para as dívidas vencidas há mais de dois anos, paralelamente com o procedimento de 2016. Em 2015 eram registadas perdas por imparidade para as dívidas vencidas há mais de um ano.

Foram constituídas imparidades por dívidas de membros/associados no montante de 11.502,30 euros.

Por outro lado, foram desreconhecidos do balanço as dívidas de membros/associados e respectivas perdas por imparidade vencidas há mais de cinco anos, no montante de 8.332,86 euros, por serem consideradas incobráveis.

11.5. Fluxos de Caixa

A caixa e seus equivalentes inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis e aplicações de tesouraria no mercado monetário, e detalha-se como se segue:

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a rubrica de Caixa e Depósitos bancários apresentava a seguinte decomposição:

CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS (Euros)

	2017	2016	Variação Valor	Variação %
. Caixa	329,63	473,90	-144,27	-30,44%
. Depósitos à Ordem	53 990,69	82 377,44	-28 386,75	-34,46%
. Depósitos a Prazo	1 754 691,66	1 900 420,04	-145 728,38	-7,67%
TOTAL	**1 809 011,98**	**1 983 271,38**	**-174 259,40**	**-8,79%**

A redução dos valores dos Depósitos a prazo é justificado e compensado por um aumento do valor de Investimentos financeiros e Outros activos não correntes, em consonância com a decisão do Conselho Directivo Regional da SRN (ver nota 11.5).

11.6. Investimentos Financeiro e Outros Activos Correntes

A 31 de Dezembro de 2017, estas rubricas apresentavam os seguintes valores:

INVESTIMENTOS FINANCEIROS/O. ACTIVOS NÃO CORRENTES (Euros)

	2017	2016	Variação Valor	Variação %
Investimentos financeiros				
. Seguro de capitalização	512 634,15	504 561,17	8 072,98	1,60%
. Fundo de compensação do trabalho	192,07	0,00	192,07	100,00%
	512 826,22	**504 561,17**	**8 265,05**	**1,64%**
Outros activos não correntes				0%
. Obrigações do Tesouro - CGD	20 000,00	20 000,00	0,00	0%
. Obrigações do Tesouro - CGD	20 000,00	0,00	20 000,00	100%
. Obrigações do Tesouro - CGD	96 000,00	0,00	96 000,00	100%
. Obrigações do Tesouro - CGD	65 000,00	0,00	65 000,00	100%
	201 000,00	**20 000,00**	**181 000,00**	**905,00%**
TOTAL	**713 826,22**	**524 561,17**	**189 265,05**	**36,08%**

12. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

Os gastos com o pessoal foram os seguintes:

GASTOS COM O PESSOAL			Variação		(Euros)
	2017	2016	Valor	%	
Gastos com Pessoal					
. Remunerações do pessoal	217 688,82	183 034,99	34 653,83	18,93%	
. Encargos sobre remunerações	45 653,93	38 338,27	7 315,66	19,08%	
. Seguro acidentes no trabalho	1 557,78	0,00	1 557,78	100,00%	
. Outros gastos com o pessoal	607,80	557,20	50,60	9,08%	
	265 508,33	**221 930,46**	**43 577,87**	**19,64%**	

Durante o exercício de 2017 os gastos com o pessoal ascenderam a 265.508,33 euros, dos quais 201.257,06 euros dizem respeito ao pessoal administrativo e 64.251,27 euros aos órgãos socias alocados e com vínculo à SRN.

A variação ocorrida nesta rubrica deve-se essencialmente ao aumento do número de órgãos sociais vinculados à Ordem a tempo inteiro ou parcial. No seguimento do descrito na nota 8, no que concerne aos Gastos com Trabalhos especializados, esta rubrica é fruto de uma nova política deste Conselho Directivo Regional no sentido de assegurar o gasto dos mesmos em detrimento das entidades cedentes.

A rubrica "Outros gastos com o pessoal" inclui essencialmente gastos com a medicina no trabalho e formação.

No período a que se referem estas demonstrações financeiras o número médio de colaboradores e órgãos sociais da SRN foi de 18.

13. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Após a data do balanço não houve conhecimento de eventos ocorridos que afectem o valor dos activos e passivos das demonstrações financeiras do período.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de Dezembro de 2017 foram aprovadas pelo Conselho Directivo Regional e autorizadas para emissão em 12 de Fevereiro de 2018.

14. AGRICULTURA

Nota não aplicável.

15. DIVULGAÇÃO EXIGIDA POR OUTROS DIPLOMAS LEGAIS

Nota não aplicável.

16. OUTRAS DIVULGAÇÕES

16.1. Outras divulgações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados:

ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica de Estado e outros entes públicos apresentava a seguinte decomposição:

ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS		(Euros)
	2017	**2016**
Passivos		
. Imp. sobre o rendimento (IRC) a pagar	5 211,81	2 452,94
. Imposto sobre o valor acrescentado	233,07	116,13
. Retenção de impostos s/ rendimento	2 000,75	2 187,75
. Contribuições p/ Segurança Social	4 735,97	4 404,72
. Outras contribuições e tributações	959,12	1 054,58
	13 140,72	**10 216,12**

O valor de €13.140,72 euros a favor do Estado, representa nomeadamente, o valor dos encargos com a Segurança Social e Retenção na fonte, referentes a dezembro, a liquidar no início de 2018.

IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DO PERÍODO

Esta rubrica, a 31 de dezembro de 2017 e 2016, apresenta os valores descritos no seguinte quadro:

IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO				(Euros)
	2017	**2016**	**Variação Valor**	**%**
. Imposto do exercício	6 833,89	7 368,09	-534,20	-7,25%
	6 833,89	**7 368,09**	**-534,20**	**-7,25%**
. Rendimentos comerciais	6 127,74	28,29	6 099,45	21560,45%
. Rendimentos capitais	10 016,51	15 095,43	-5 078,92	-33,65%
. Rendimentos prediais	0,00	0,00	0,00	0,00%
. Outros rendimentos	1 500,00	0,00	1 500,00	100,00%
MATÉRIA COLECTÁVEL	**17 644,25**	**15 123,72**	**2 520,53**	**16,67%**
. Colecta	3 705,29	3 175,98	529,31	16,67%
. Tributações autónomas	3 128,60	4 192,11	-1 063,51	-25,37%
IMPOSTO DO EXERCÍCIO	**6 833,89**	**7 368,09**	**-534,20**	**-7,25%**

CONCILIAÇÃO IMPOSTO DO PERÍODO		(Euros)
	2017	**2016**
. Resultados antes de impostos	85 439,45	149 410,65
. Taxa de imposto	21,00%	21,00%
. Imposto estimado	6 833,89	7 368,09
Imposto do Exercício		
Taxa efectiva de imposto	**8,00%**	**4,93%**

DIFERIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica de Diferimentos apresentava a seguinte decomposição:

DIFERIMENTOS		(Euros)
	2017	**2016**
Activos		
. Contratos de manutenção	1 254,60	0,00
. Seguros	177,57	148,08
. Outros gastos diferidos	6 043,99	29,99
	7 476,16	**178,07**
Passivos		
. Outros diferimentos	0,00	0,00
	0,00	**0,00**

VARIAÇÃO NAS RUBRICAS DO FUNDO PATRIMONIAL

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica dos Fundos patrimoniais apresentava os seguintes valores:

VARIAÇÃO NAS RUBRICAS DO FUNDO PATRIMONIAL					(Euros)
	01/01/2017	**Aumentos**	**Diminuições**	**Transferências**	**31/12/2017**
. Fundos patrimoniais	296 292,92	32 613,00	0,00	0,00	328 905,92
. Reservas	492 420,04	14 204,26	0,00	0,00	506 624,30
. Resultados transitados	3 343 045,84	127 838,30	0,00	0,00	3 470 884,14
. Resultado do período	142 042,56	78 605,56	-142 042,56	0,00	78 605,56
	4 273 801,36	**253 261,12**	**-142 042,56**	**0,00**	**4 385 019,92**

Dando cumprimento ao artº 118 da Lei nº 156/2015 de 16 de Setembro, segunda alteração ao Estatuto da OE, o Conselho Diretivo Regional procedeu à constituição/aumento do Fundo de Reserva no valor de 14.204,26 euros, correspondente a 10% do Resultado Líquido apresentado no exercício de 2016.

ASSOCIADOS/MEMBROS

Esta rubrica, a 31 de dezembro de 2017 e 2016, apresenta os valores descritos no seguinte quadro:

MEMBROS/ ASSOCIADOS			Variação		(Euros)
	2017	2016	Valor	%	
. Percentagem s/ facturação	258 887,07	203 791,32	55 095,75	27,04%	
. Percentagem s/ recebimentos	113 095,73	137 179,25	-24 083,52	-17,56%	
. Percentagem s/ inscrições	25 458,07	29 614,44	-4 156,37	-14,03%	
. Percentagem s/ título especialista	7 154,93	3 977,12	3 177,81	79,90%	
. Patrocinadores	615,00	0,00	615,00	100,00%	
	405 210,80	**374 562,13**	**30 648,67**	175,35%	
. Imparidades Acumuladas	-74 948,71	-71 779,27	-3 169,44	4,42%	
VALOR LÍQUIDO	**330 262,09**	**302 782,86**	**27 479,23**	**9,08%**	

HIPOTECA

Sobre o imóvel onde está localizada a sede da SRN, com o valor contabilístico líquido de 1.621.285,75 euros, está registada uma hipoteca a favor da Caixa Económica Montepio Geral.

Contabilista
Certificado n.º 59048

Conselho
Directivo Regional

Presidente	**Secretário**	**Tesoureiro**
Vítor Jorge dos Santos Simões	João Paulo Marques de Carvalho	Leonel Gonçalves Dias Fernandes	Joaquim Filipe Sousa Pinto

APÊNDICE 07

RELATÓRIO DE AUDITORIA ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ordem dos Enfermeiros - Secção Regional do Norte

RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **Ordem dos Enfermeiros – Secção Regional do Norte** (a Entidade), que compreendem o balanço em **31 de dezembro de 2017** (que evidencia um total de 4.527.936,66 euros e um total dos fundos patrimoniais de 4.385.019,92 euros, incluindo um resultado líquido de 78.605,56 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao período findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras:

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O Órgão de Fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um

Capital Social 5 800 € - Contribuinte e NIPC n.º 510 413 900 - SROC n.º 277 - OROC

Dr. Jorge Manuel Teixeira da Silva - geral@jorgesilvaroc.pt
Sede: Rua dos Bragas, 208 - 1º Andar – Sala 15 - Cedofeita - 4050-122 Porto
Escritório: Urbanização Souto do Rio, Lote 43 - 3754-304 ÁGUEDA - Telefs. 234 622 250 - 234 603 556 - Fax 234 624 267

relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

Águeda, 13 de fevereiro de 2018

Dr. Jorge Manuel Teixeira da Silva

Revisor Oficial de Contas nº 637 em representação de
Jorge Silva, Neto, Ribeiro & Pinho, SROC, Lda.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

Capital Social 5 800 € - Contribuinte e NIPC n.º 510 413 900 - SROC n.º 277 - OROC

Dr. Jorge Manuel Teixeira da Silva - geral@jorgesilvaroc.pt
Sede: Rua dos Bragas, 208 - 1º Andar – Sala 15 - Cedofeita - 4050-122 Porto
Escritório: Urbanização Souto do Rio, Lote 43 - 3754-304 ÁGUEDA - Telefs. 234 622 250 - 234 603 556 - Fax 234 624 267

APÊNDICE 08

PARECER DO CONSELHO FISCAL REGIONAL AO RELATÓRIO E CONTAS DE 2017

SECÇÃO REGIONAL DO NORTE

PARECER SOBRE O RELATÓRIO E CONTAS REFERENTES AO ANO DE 2017

Dando cumprimento ao disposto no artigo 48°, n°2, alínea b) do Estatuto da Ordem dos Enfermeiros publicado pela Lei n.° 156/2015 de 16 de setembro, vimos dar conhecimento do parecer do Conselho Fiscal Regional do Norte, sobre o Relatório e Contas do exercício do Conselho Directivo Regional do Norte, referentes ao ano de 2017.

Acompanhámos com regularidade a atividade da Secção Regional do Norte, tendo recebido do Conselho Directivo Regional e dos serviços administrativos, todos os elementos e esclarecimentos que entendemos necessários, para o desempenho das nossas funções.

No cumprimento da nossa ação fiscalizadora, teve este Conselho Fiscal Regional a oportunidade de constatar o profissionalismo, a dedicação e o forte empenhamento do Conselho Directivo, restantes Órgãos e de todos os colaboradores da Secção Regional Norte da Ordem dos Enfermeiros. Não se tomou conhecimento de qualquer situação que não respeitasse os Estatutos e os preceitos legais aplicáveis.

Face ao que antecede, o Conselho Fiscal Regional do Norte é de parecer que a Assembleia Regional, agendada para o dia 24 de fevereiro de 2018:

a) Aprove os documentos de prestação de Contas do exercício de 2017, tal como foram apresentados;
b) Aprove a aplicação de resultados proposta pelo Conselho Directivo Regional.

Porto, 14 de Fevereiro de 2018

O Conselho Fiscal Regional do Norte,

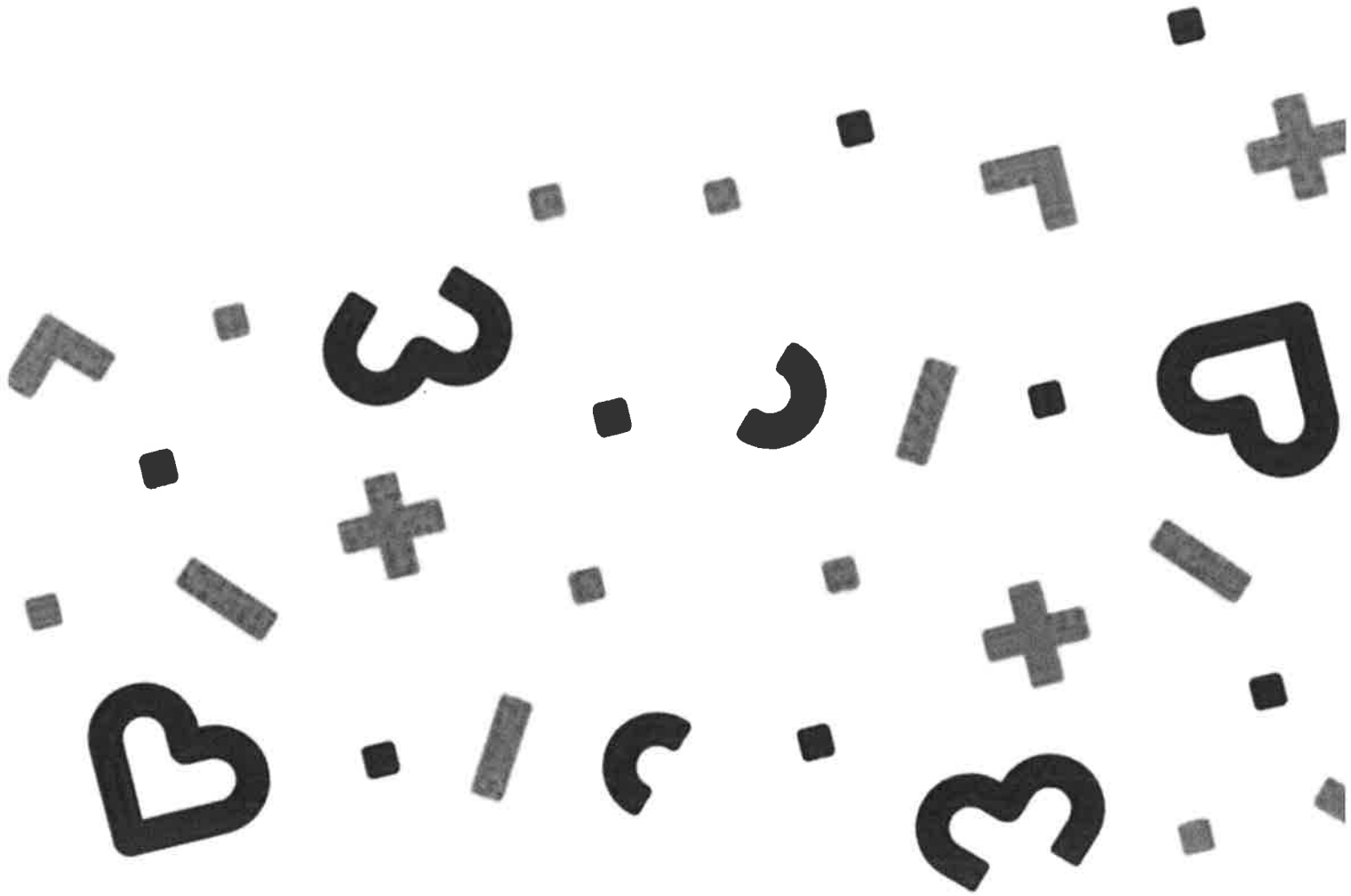
Presidente _____
(Enf° Júlio Prieto Machado)

Vogal _____
(Enf° Miguel Pinto Vaz)

Vogal _____
(Enf° Rui Miguel Ribeiro)

ordem dos enfermeiros

secção regional **norte**



APÊNDICE 12

RELATÓRIO E CONTAS 2017
SECÇÃO REGIONAL DO CENTRO

ordem dos enfermeiros

secção regional
centro

Relatório e Contas 2017

Aprovado, por maioria, na Assembleia Regional Ordinária
do Centro, realizada no dia 24 de Fevereiro de 2018

LIGUE-SE À SRCENTRO

índice

nota inicial_____7

A SAÚDE EM 2017

A SAÚDE EM 2017_____11

A SRCENTRO

APRESENTAÇÃO_____17

MISSÃO_____21

ÓRGÃOS SOCIAIS_____22

ORGANIZAÇÃO INTERNA_____26

RECURSOS HUMANOS_____27

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES

INTRODUÇÃO_____31

1 - DOMÍNIO DE INTERVENÇÃO: PRESTAÇÃO DE CUIDADOS_____32

2 - DOMÍNIO DE INTERVENÇÃO: INVESTIGAÇÃO_____34

3 - DOMÍNIO DE INTERVENÇÃO: DOCÊNCIA_____35

4 - DOMÍNIO DE INTERVENÇÃO: FORMAÇÃO_____36

5 - DOMÍNIO DE INTERVENÇÃO: ASSESSORIA_____37

6 - DOMÍNIO DE INTERVENÇÃO: GESTÃO_____38

7 - DOMÍNIO DE INTERVENÇÃO: OUTRAS ACTIVIDADES/PROJECTOS_____39

NOTA FINAL_____45

PRESTAÇÃO DE CONTAS

ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONOMICA E FINANCEIRA_____49

NOTA FINAL_____55

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS_____57

ANEXOS_____63

CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS_____85

PARECER DO CONSELHO FISCAL_____91

NOTA INICIAL

No ano de 2017 enfrentámos grandes desafios. A profissão e os profissionais depararam-se com complexos obstáculos, no entanto, com o esforço e empenho dos Enfermeiros e da SRCentro, foi possível criar uma dinâmica capaz de superar tais barreiras e, simultaneamente, alcançar significativos êxitos, dos quais não podemos deixar de realçar o apoio às vítimas de Pedrogão.

Cresce ainda que no ano transacto, empenhámos todos os nossos esforços na luta pela defesa de maior dignidade para os enfermeiros, apresentámos diversas propostas de contratação e lutámos pela entrada em vigor de propostas que reforcem as garantias dos Enfermeiros.

A SRCentro mantém sempre presente o sentido da responsabilidade, elevação, assertividade e exigência na sua actividade enquanto regulador, porque só assim poderá servir os enfermeiros, os interesses gerais da profissão e a defesa do SNS.

Hoje, os Enfermeiros são sinonimo de confiança, qualidade, dedicação e profissionalismo no desempenho de um papel fundamental para a sustentabilidade do SNS e desenvolvimento do nosso País, factos, de per si, merecedores do justo reconhecimento da sociedade civil, entidades governamentais e parceiros internacionais.

Tendo por base garantir a transparência e a qualidade da informação para os membros, o presente documento pretende prestar contas a todos os colegas inscritos na SRCentro, sobre a gestão e funcionamento desta organização. A SRCentro é a casa dos Enfermeiros.

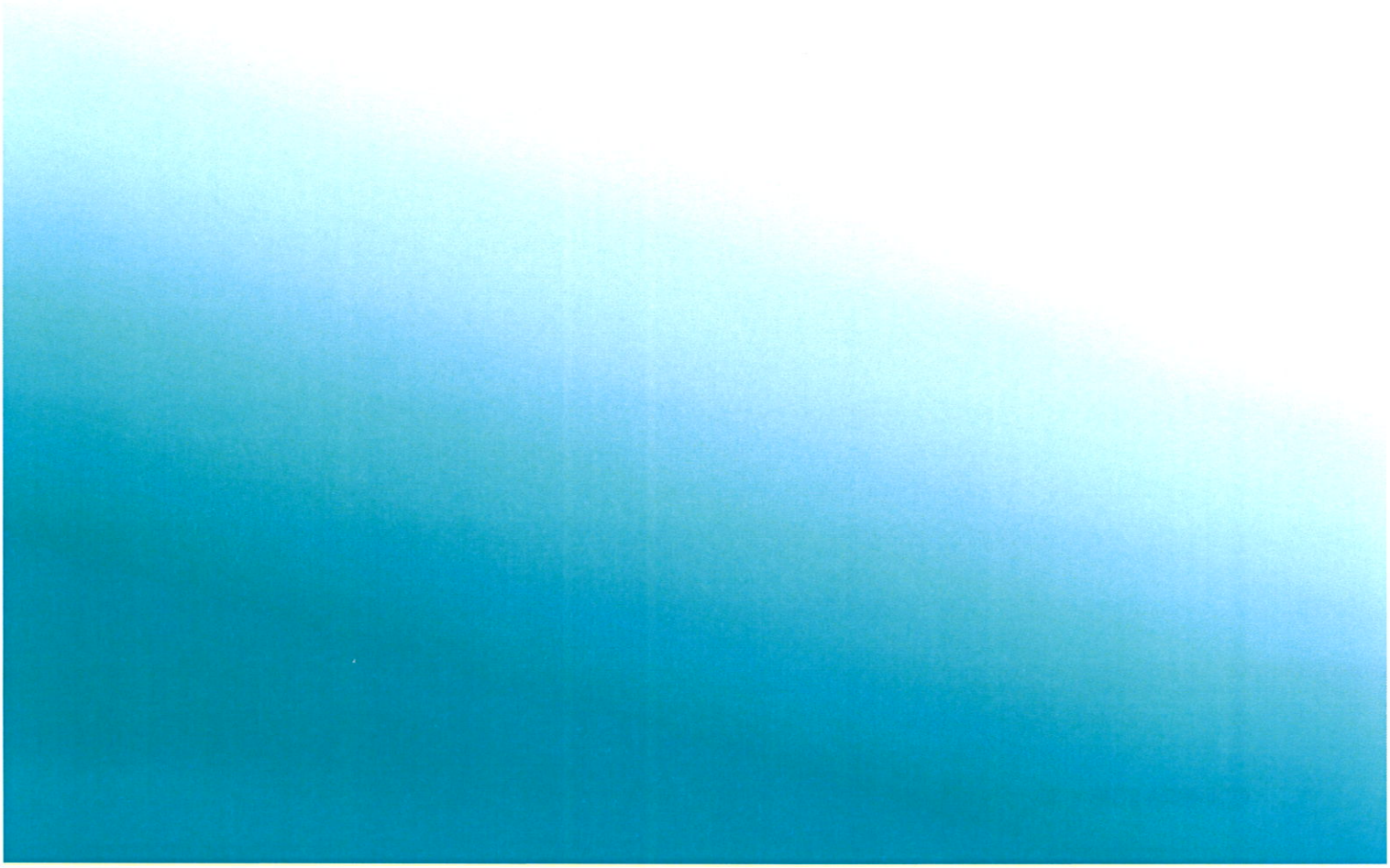
Uma nota especial de agradecimento, aos órgãos sociais, comissões e colaboradores da SRCentro que têm vindo a mostrar o seu profissionalismo, a sua competência e o seu envolvimento para a concretização deste projecto, que é de todos.

A SRCentro e os Enfermeiros devem agir sempre em plena conjugação de esforços pois a Ordem será tão forte quão fortes forem os seus membros.



Ricardo Correia de Matos

A SAÚDE EM 2017



A SAÚDE EM 2017

Consagrado constitucionalmente, o direito à protecção da saúde afigura-se como um bem de primordial relevância transversal a toda a sociedade.

Em Portugal a salvaguarda deste direito através do modelo Serviço Nacional de Saúde assenta na universalidade, acesso a cuidados de saúde de qualidade, equidade e solidariedade.

Nos últimos anos vários são os factores que tem lançado novas exigências de resposta ao SNS, nomeadamente, as alterações demográficas em que verificamos um aumento do envelhecimento e utilização exponencial dos recursos de saúde; a capacitação dos utentes pois cada vez mais temos pessoas informadas e conhecedoras dos seus direitos; o binómio cuidados hospitalares – cuidados domiciliários, evoluindo o local de prestação de cuidados no sentido do extravasamento dos "muros" hospitalares; a farmacogenética e o impacto da expansão da utilização das tecnologias de informação quer como instrumento de organização e documentação quer como recurso para aumentar a oferta de serviços. De acordo, com o State of Health in the EU: Perfil de Saúde do País 2017 – Portugal, apesar do aumento da esperança de média de vida em Portugal, menos de metade dos portugueses considera-se de boa saúde (46,4%), o que contrasta com a média Europeia em que mais de metade da população considera-se de boa saúde (66,9%).

Face a este cenário também os profissionais de saúde estão perante um vasto leque de desafios para dar resposta com qualidade, mantendo o primado do interesse dos utentes.

Não podemos esquecer que 2017, à imagem de anos anteriores, foi marcado por um desinvestimento financeiro na saúde. Segundo o relatório do State of Health in the EU: Perfil de Saúde do País 2017 – Portugal, as despesas nacionais em saúde, estão abaixo das registadas em muitos outros países da União Europeia. Dados de 2015, apontam para um gasto de 1989 euros per capita, em cuidados de saúde, 30% abaixo da média europeia (2797€). As despesas com a saúde diminuíram em resposta à crise económica, desde 2010, curiosamente sendo a saúde um dos pilares fundamentais da sociedade, foi um dos sectores mais penalizado da Administração Pública, tendo a despesa pública com a saúde diminuído de 13,8% em 2009 para 12,3% em 2015.

Actualmente, o cenário é preocupante – a saúde está "refém" das finanças. Apesar do modelo de financiamento do SNS português ser claramente influenciada pela matriz de Beveridge, que passa maioritariamente pelo financiamento através dos impostos, sendo pela via do Orçamento de Estado que se estabelecem as verbas que serão alocadas ao sector da saúde, o sector da saúde não pode estar cativo deste. Será que o Orçamento de Estado pode ser cego às necessidades das pessoas?

Em Portugal, de acordo com o Mário Bernardino, o SNS é muitas vezes acusado, de ter a sua organização e funcionamento ajustado a normas e diretrizes da tutela, que privilegiam o financiamento e não o interesse dos utentes. Para Adalberto Campos Fernandes " a saúde é um bem específico de elevado valor social".

Face, ao pseudoargumento dos défices crónicos assistimos ao subfinanciamento do SNS, daí que o desafio do equilíbrio entre a centralidade do sistema no utente e a sustentabilidade financeira do SNS se mantenha.

Fruto do desinvestimento conducente com as reais necessidades das infraestruturas do SNS e da ausência da requalificação dos modelos de organização, assistimos, actualmente a situações que não dignificam o utente que recorre aos serviços de saúde e que não tem a resposta com qualidade que está tão bem espelhada nos normativos legais emanados pelo Ministério da Saúde. Parece jocoso este desfasamento entre o emanado sobre a transparência, acessibilidade, qualidade e segurança nos cuidados de saúde e o que se assiste na realidade diária nos serviços.

Este contexto acarreta muitas dificuldades aos enfermeiros que se encontram exaustos e com taxas de absentismos a crescer de forma exponencial. O número de enfermeiros (6,3 por 1000 habitantes) é inferior à média europeia (8,4 por 1000 habitantes). Os enfermeiros a par destas condições de trabalho sentem uma desvalorização política da sua carreira, sendo visível em Setembro de 2017 uma das maiores manifestações de enfermeiros em luta por uma carreira e um maior reconhecimento político da Enfermagem.

Em 2017 os enfermeiros denunciaram! A conduta dos enfermeiros tem como desígnio fundamental a defesa dos interesses dos destinatários dos cuidados de enfermagem e a dignidade da profissão. Os enfermeiros, no cumprimento da sua deontologia profissional, não podem, nem

devem ficar indiferentes aos cenários que diariamente assistem nos serviços do SNS, do sector privado e social.

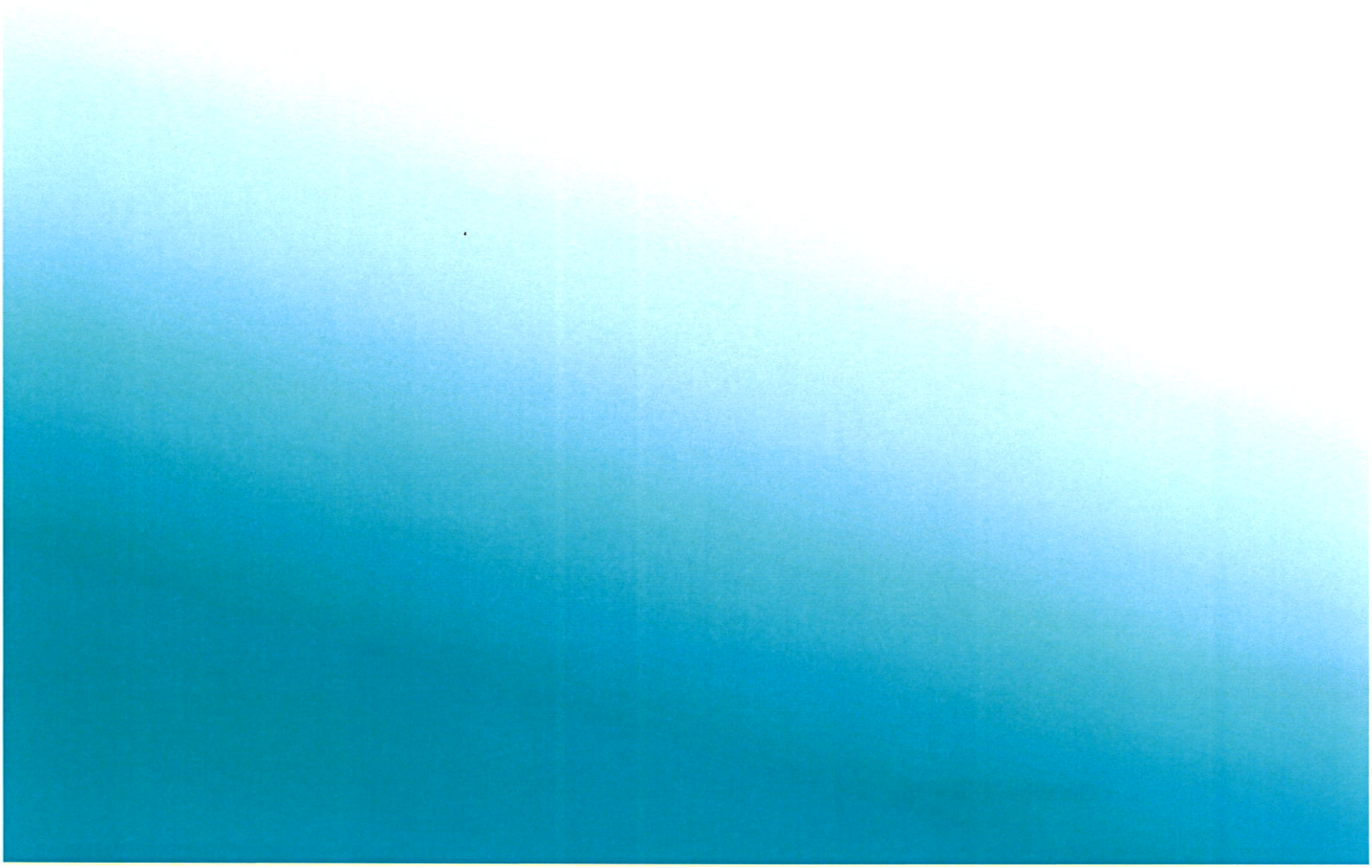
Mas, os enfermeiros estão onde têm que estar, ao lado das pessoas. Este foi um ano marcado por catástrofes naturais devastadoras com forte prejuízo humano, e os enfermeiros estiveram lá! Estiveram e estão a apoiar os processos de reconstrução nas comunidades afectadas pelos incêndios do Verão de 2017.

Embora a temática das dotações seja recorrente, 2017 também foi marcado pela negociação das dotações seguras de profissionais de enfermagem. Numa política de proximidade e seriedade vários esforços tem sido levados a cabo junto da Tutela no sentido de implementar dotações seguras. No entanto, ainda há um longo caminho a percorrer, a título de exemplo em 2017 não foi autorizada a contratação de enfermeiros ao abrigo do Plano de Contingência para Temperaturas Extremas Adversas- Módulo Inverno, situação que teve um reflexo muito significativo na qualidade de atendimento das pessoas que recorreram aos serviços do SNS, assistindo-se a eventos caóticos e que não se coadunam com a salvaguarda da dignidade da pessoa no acesso aos serviços do SNS.

A par deste desinvestimento no capital humano do SNS assistimos a um escoamento dos utentes que se dirigem aos serviços deste para o sector privado, ao abrigo dos protocolos estabelecidos com a Tutela. Tal situação faz emergir a questão do verdadeiro constrangimento no financiamento do SNS ao alocar verbas para o privado em vez de investir essas verbas no financiamento do SNS.

Ignorar tais factos é falhar às pessoas e demitirmo-nos dos nossos desígnios e dos compromissos assumidos com o País.

A SRCentro



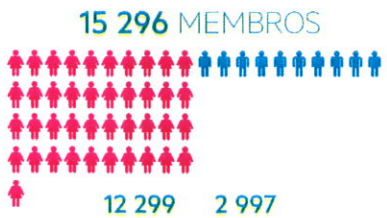
APRESENTAÇÃO

A Ordem dos Enfermeiros foi criada pelo Decreto-Lei n.º 104/98, de 21 de Abril, alterado e republicado pelo Anexo II à Lei n.º 156/2015 e tem como desígnio fundamental a defesa dos interesses gerais dos destinatários dos serviços de enfermagem, a representação e defesa dos interesses da profissão, conforme o Estatuto da Ordem dos Enfermeiros.

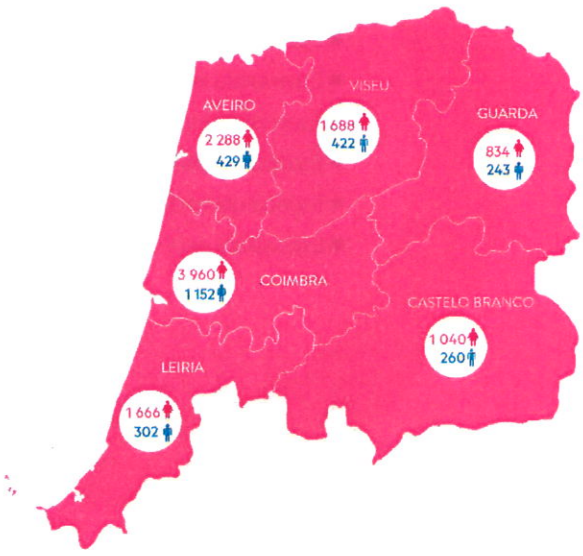
As Ordens Profissionais são associações de direito público e de reconhecida autonomia pela Constituição da República Portuguesa, criadas com o objectivo de promover a autorregulação e a descentralização administrativa, com respeito pelos princípios da harmonização e da transparência.

A SRCentro tem as suas competências, composição e funcionamento regulado na Secção II do Estatuto da Ordem dos enfermeiros e tem sede na Avenida Bissaya Barreto, nº 85, Coimbra. No cumprimento do desígnio fundamental da Ordem dos Enfermeiros desenvolve a sua actividade nos Distritos de Aveiro, Coimbra, Leiria, Castelo Branco, Guarda e Viseu, ascendendo os seus membros a 15.296, em 31 de Dezembro de 2017.

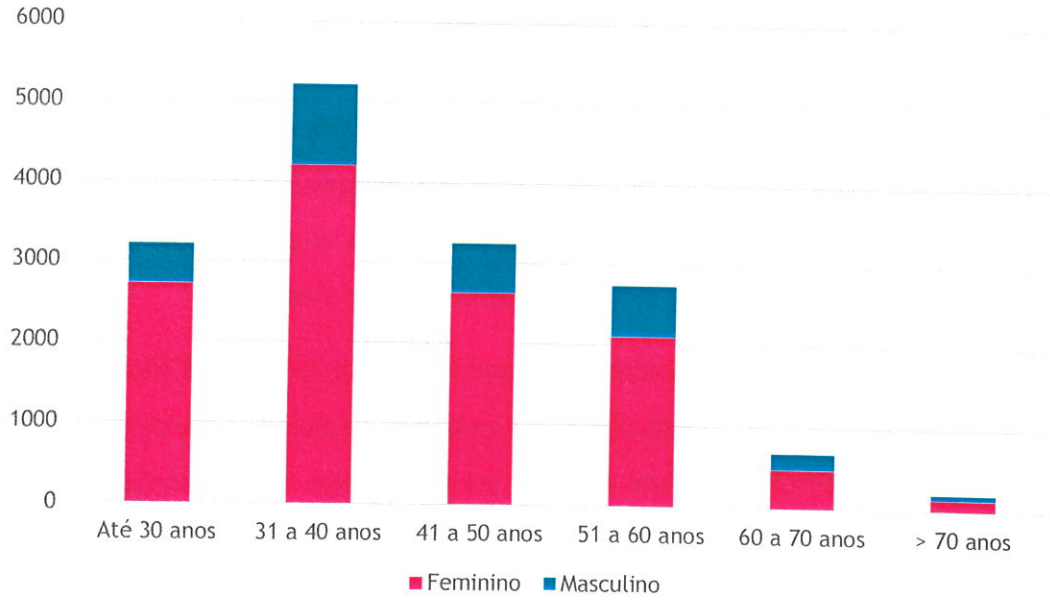
DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA POR GÉNERO



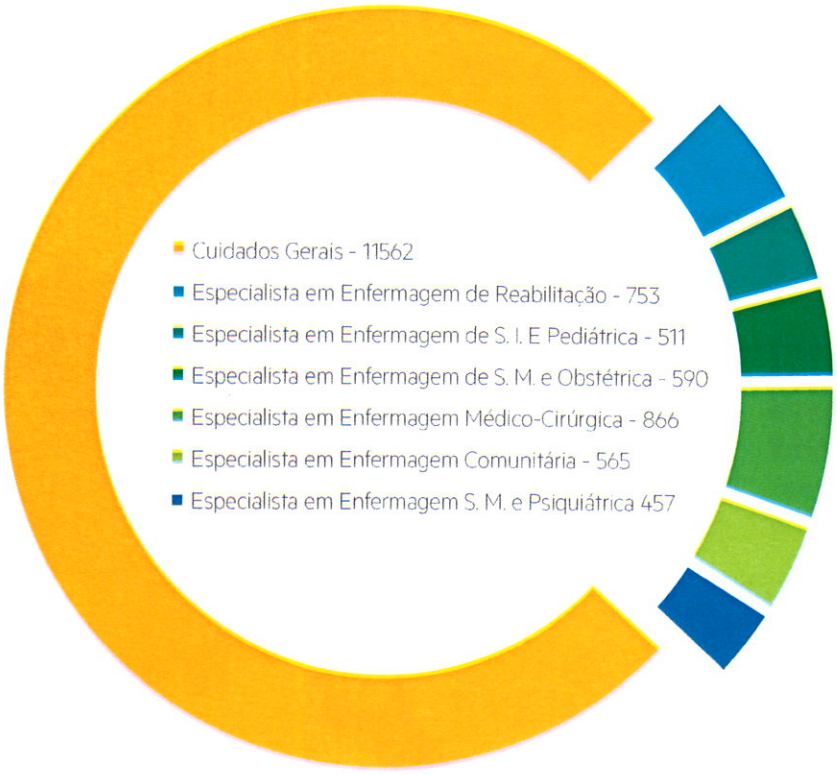
Estrangeiro
35 – Feminino
4 - Masculino



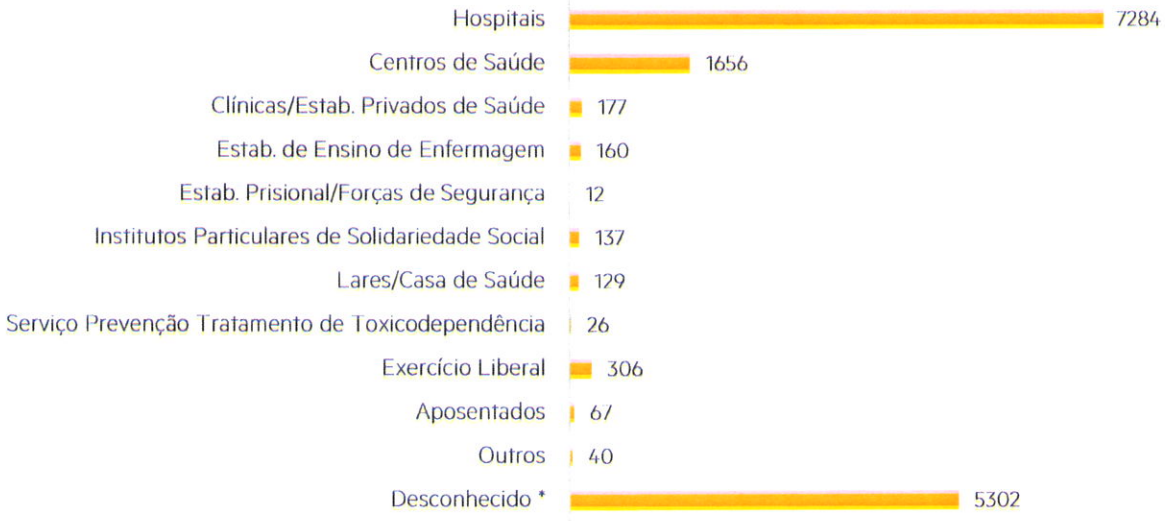
DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA POR IDADE



DISTRIBUIÇÃO POR CATEGORIA

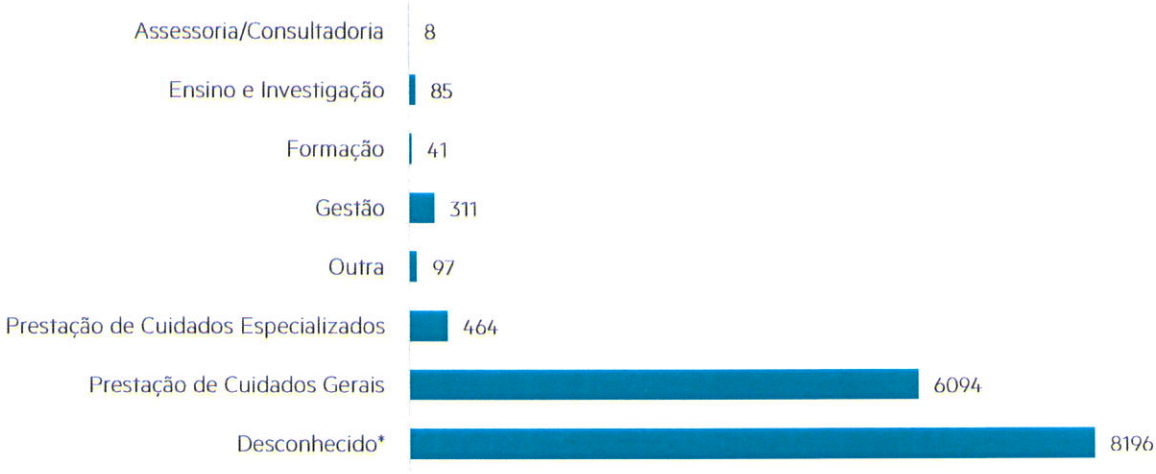


DISTRIBUIÇÃO POR SECTOR DE ACTIVIDADE



* Situação de enfermeiros que no acto de inscrição não se encontravam em exercício profissional e que entretanto não actualizaram os dados.

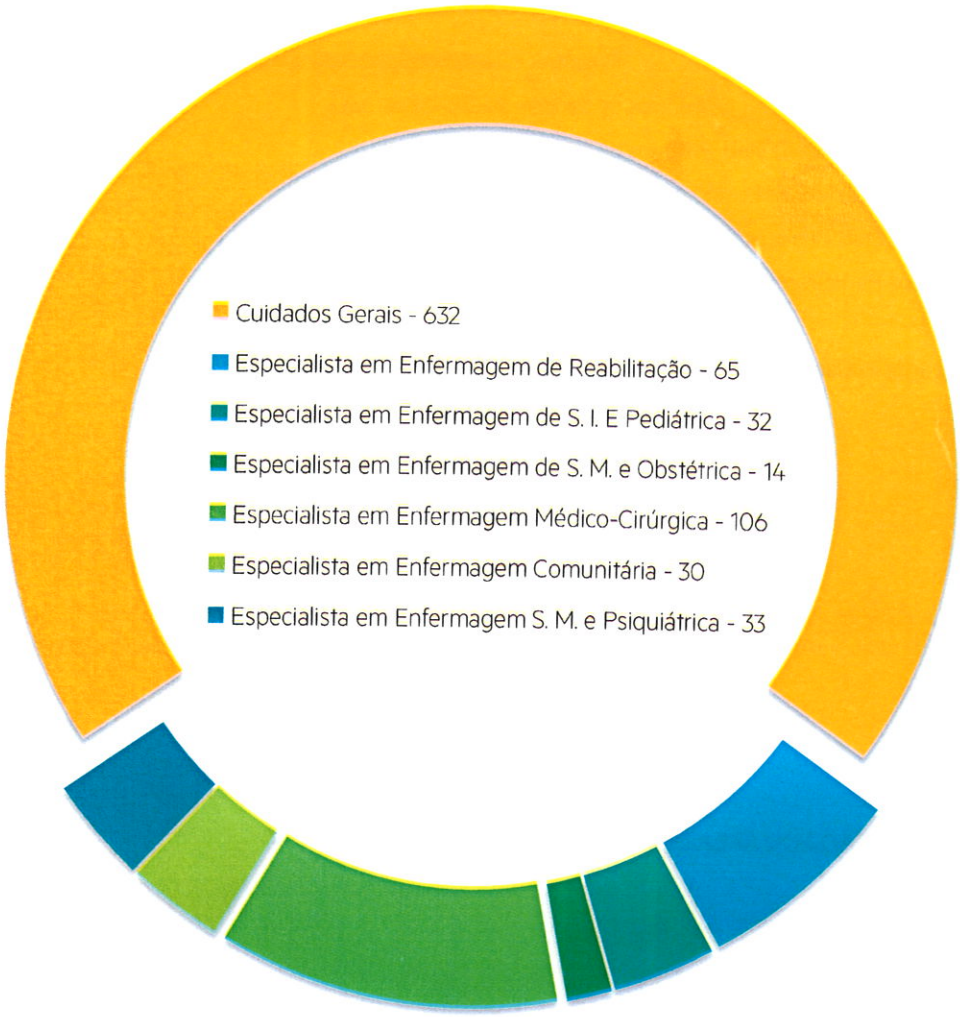
DISTRIBUIÇÃO POR ÁREA DE ACTUAÇÃO



* Situação de enfermeiros que no acto de inscrição não se encontravam em exercício profissional e que entretanto não actualizaram os dados.

ordem dos enfermeiros
secção regional centro

TÍTULOS ATRIBUÍDOS ENTRE 01 DE JANEIRO E 31 DEZEMBRO DE 2017



OUTROS DADOS ENTRE 01 DE JANEIRO E 31 DEZEMBRO DE 2017

Arquivado	Cancelado	Expulsão	Falecido	N/ Admitido	Suspenso
1	12	0	5	1	200

MISSÃO E VALORES

MISSÃO

A Ordem dos Enfermeiros (OE) é a associação pública profissional representativa dos que exercem a profissão de enfermeiro, goza de personalidade jurídica sendo independente dos órgãos do Estado, livre e autónoma no âmbito das suas atribuições.

A OE é uma pessoa colectiva de direito público.

Apresentando-se como o regulador da Enfermagem em Portugal, mandato que lhe foi confiado pela Assembleia da República, tem como missão a defesa dos interesses gerais dos destinatários dos serviços de enfermagem e a representação e defesa dos interesses da profissão, com o objectivo de credibilizar e dignificar a classe dos enfermeiros, promovendo o cumprimento das normais legais e regulamentares da profissão e exercer o poder disciplinar sobre os seus membros.

VALORES

Uma organização deve cultivar valores nobres que caracterizem a sua actuação junto dos seus membros, instituições de saúde e sociedade civil. Dificilmente conseguirá alcançar resultados positivos e crescer no longo prazo sem se pautar por esses valores éticos basilares.

A SRCentro está alicerçada em valores, percebe a importância de os praticar na sua gestão estratégica e organizacional em conformidade com a correcta concretização da sua missão e dos objectivos traçados.

Neste sentido, a SRCentro pauta a sua conduta pelos seguintes valores:

- A ética, inserida numa cultura e prática humanista, de valorização de pessoas;
- A excelência, nas dimensões da formação, qualificação e apoio aos membros;
- A eficácia e eficiência, nas decisões e na gestão de recursos;

A transparência total na comunicação da estratégia, das acções e dos resultados alcançados;

- O rigor e profissionalismo, no controlo dos padrões de qualidade da actividade profissional;

- A valorização do conhecimento e da aprendizagem ao longo da vida numa perspectiva de actualização de conhecimento e melhoria contínua das práticas profissionais.

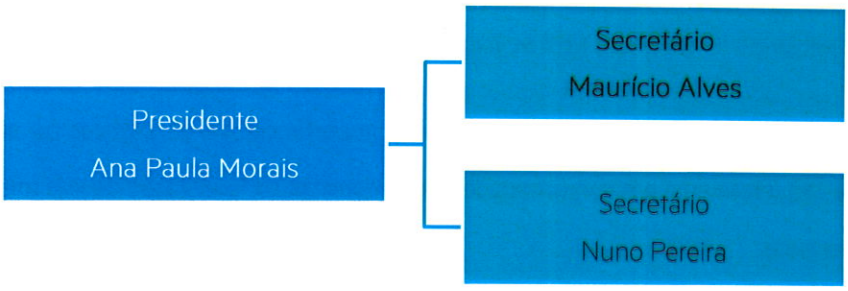
ÓRGÃOS SOCIAIS

De acordo com o Decreto-Lei n.º 104/98, de 21 de Abril, alterado e republicado pelo Anexo II à Lei n.º 156/2015, os órgãos sociais da SRCentro são: Assembleia Regional, Conselho Directivo Regional, Conselho Jurisdicional Regional, Conselho Fiscal Regional e Conselho de Enfermagem Regional.

a) Assembleia Regional do Centro

É o órgão máximo da Secção Regional do Centro, sendo constituída por todos os membros efectivos da Ordem inscritos na secção regional do Centro.

Mesa da Assembleia Regional do Centro



1º Suplente | Cristiana Rosário

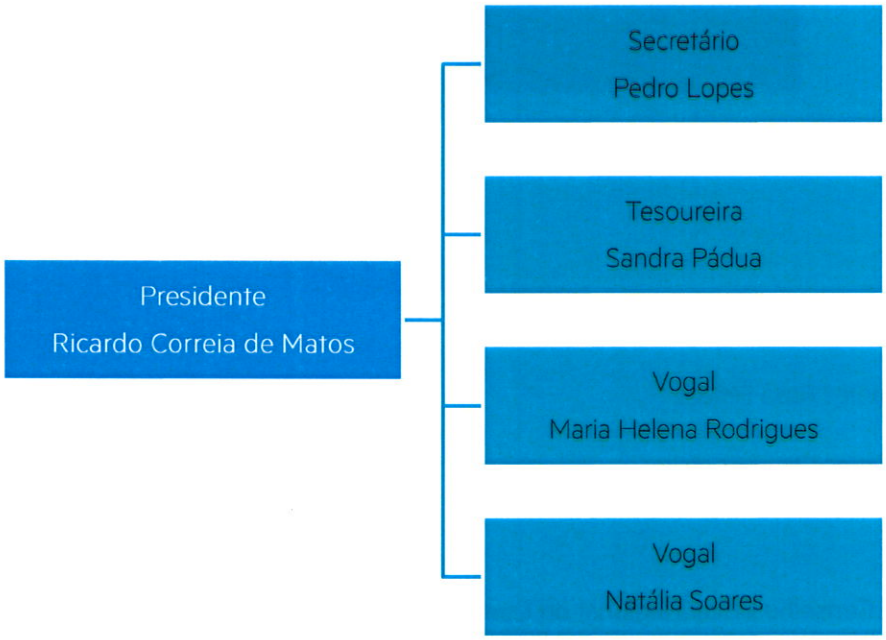
2º Suplente | Marco António Gonçalves

3º Suplente | Bruno Pires

b) Conselho Directivo Regional do Centro

O Conselho Directivo é o órgão responsável pela implementação da estratégia e funcionamento da Instituição.

Conselho Directivo Regional do Centro



1º Suplente | José Cristo

2º Suplente | Carla Santos

3º Suplente | Paulo Francisco Neto

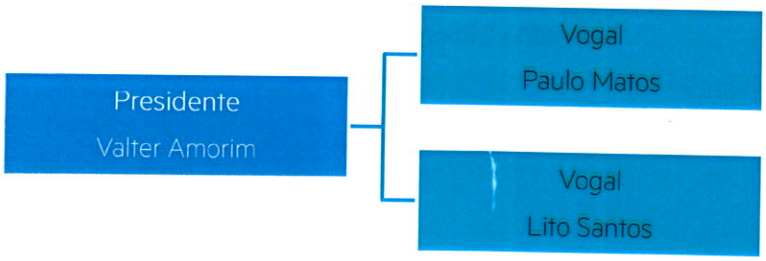
4º Suplente | Luis Filipe Monteiro

5º Suplente | Carla Antunes

c) Conselho Jurisdicional Regional do Centro

Ao conselho Jurisdicional Regional compete-lhe a gestão da ética e deontologia que os Enfermeiros devem observar no exercício da profissão e instruir os procedimentos disciplinares.

Conselho Jurisdicional Regional do centro



1º Suplente | Alexandra Garcia

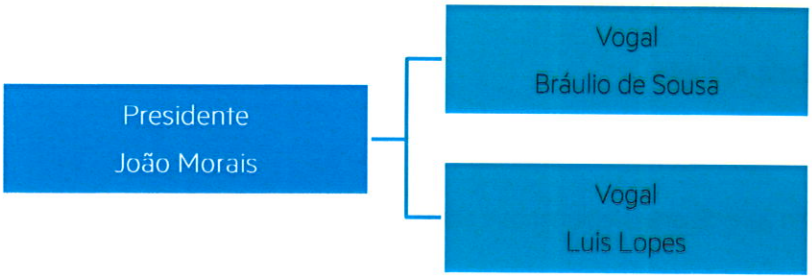
2º Suplente | Rosa Simões

3º Suplente | Cláudia Ligeiro

d) Conselho Fiscal Regional do Centro

O Conselho Fiscal Regional tem como missão, nos termos do Estatuto, fiscalizar as contas da SRCentro e garantir a fidelização das Demonstrações Financeiras.

Conselho Fiscal Regional do centro



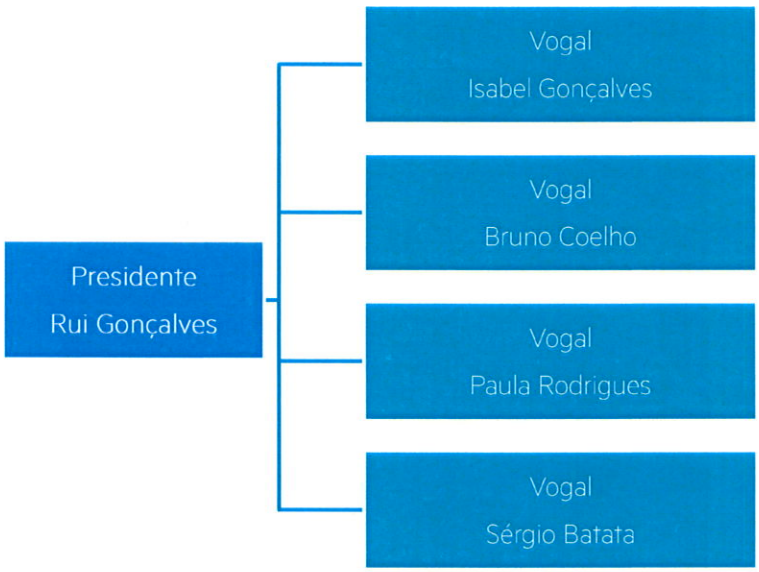
1º Suplente | Rita Pinto

2º Suplente | João Borges

e) Conselho de Enfermagem Regional do Centro

Ao Conselho de Enfermagem Regional, compete promover o desenvolvimento e a valorização científica, técnica, cultural e profissional dos membros, em todos os contextos da prática de enfermagem.

Conselho de Enfermagem Regional do Centro



1º Suplente | Olinda Oliveira

2º Suplente | Rui Macedo

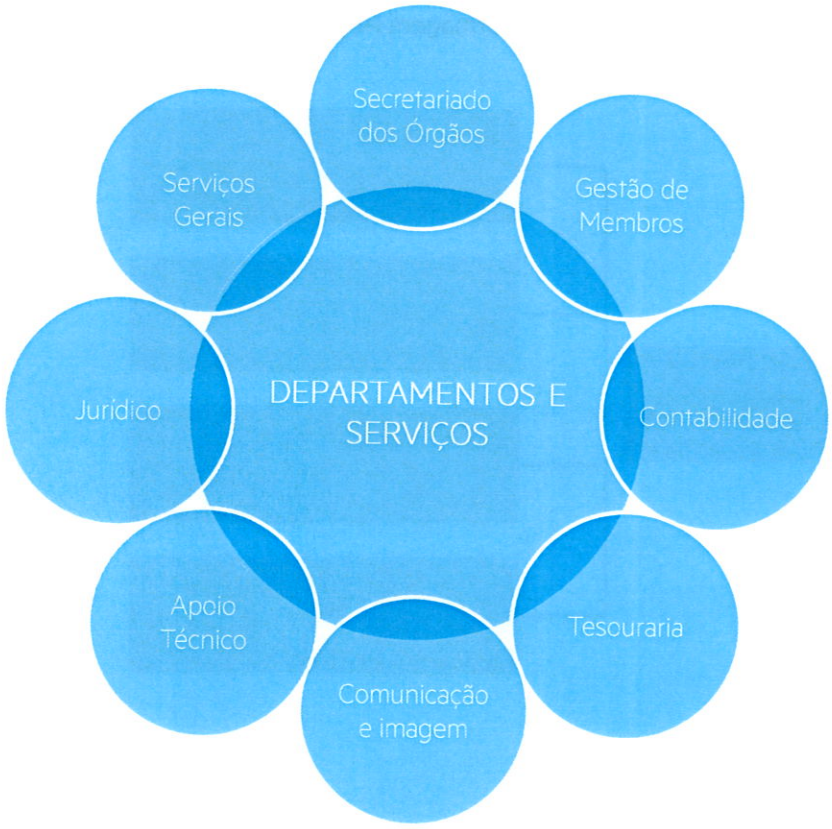
3º Suplente | João Neves

4º Suplente | Paula Cristina Marques

5º Suplente | Nuno Rodrigues

ORGANIZAÇÃO INTERNA

A organização interna da SRCentro de forma a responder a todas as necessidades diárias dos Enfermeiros, é constituída por 6 colaboradores distribuídos pelos seguintes departamentos e serviços:



A SRCentro procurou nestes dois anos de mandato profissionalizar, estruturar e organizar a Ordem dos Enfermeiros, dotando a estrutura com um número adequado de membros dos diversos Órgãos.

Assim, a 31 de Dezembro de 2017, mantém-se cedidos pelas instituições a tempo inteiro: o Presidente do Conselho Directivo, Enfermeiro Ricardo Correia de Matos; o Secretário do Conselho Directivo Regional, Enfermeiro Pedro Lopes e; o Presidente do Conselho Jurisdicional Regional, Enfermeiro Valter Amorim. A tempo parcial, encontram-se cedidos, o Presidente do Conselho de Enfermagem Regional, Enfermeiro Rui Gonçalves, e o Secretário da Mesa da Assembleia Regional, Enfermeiro Maurício Alves.

RECURSOS HUMANOS

As Ordens Profissionais, por representarem profissões que exigem um elevado grau de preparação educacional e de especialização, cultivam e defendem um *ethos* associativo que se traduz num conjunto de valores, normas, atitudes e aspirações de carreira em cada uma das profissões que representam.

Sendo os Recursos Humanos os activos estratégicos mais valiosos de qualquer organização, tornou-se essencial caracterizar a Gestão de Recursos Humanos. Gestão de Recursos Humanos é uma associação de metodologias, políticas, técnicas e práticas definidas com objetivo de gerir os comportamentos internos e potencializar o capital humano. Tem por finalidade selecionar, gerir e orientar os colaboradores na direção dos objetivos e metas da empresa, ou seja, o objetivo básico que persegue é alinhar as políticas de Recursos Humanos com a estratégia da organização.

Mantem-se, por um lado a estimulação do desenvolvimento académico, por outro a optimização dos processos ao nível dos Recursos Humanos da SRCentro.

Assim, os Departamentos existentes são os seguintes:

a) Gestão de Membros
b) Departamento de Contabilidade
c) Departamento de Comunicação e imagem
d) Secretariado
e) Serviços Gerais

Os serviços gerais compreendem a limpeza geral do edifício, assim como, o serviço de correspondência, que tem por missão a recepção e expedição da correspondência interna e externa da instituição.

O Conselho Jurisdicional Regional compreende o apoio jurídico, a instrução disciplinar e o contencioso, tem como funções emitir pareceres jurídicos ao CDR, dar apoio jurídico, no âmbito das matérias estatutárias e ético-deontológicas, aos membros e ao publico em geral, instruir e

acompanhar a fase pré-contenciosa dos litígios entre colegas e entre colegas e instituições, instruir os procedimentos previstos no Estatuto, assegurar a colaboração com os tribunais, e demais entidades publicas e instruir os processos de inquérito e disciplinares.

A assessoria jurídica ao Conselho Jurisdicional Regional é assegurada, em regime de contrato de prestação de serviços, pela Dr.ª Liliana Catarino.

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES

ordem dos enfermeiros
secção regional centro

INTRODUÇÃO

O Relatório de Actividades (RA) e Contas de 2017 pretende constituir-se como um documento que traduz a ação que foi desenvolvida para a concretização do Plano de Actividades (PA) da Secção Regional do Centro (SRCentro) da Ordem dos Enfermeiros (OE) aprovado na Assembleia Regional em 25 de Fevereiro de 2017, em Aveiro.

Tendo por base as regras definidas no Estatuto da OE publicado pelo Decreto-Lei n.º 104/98, de 21 de abril, alterado e republicado em Anexo à Lei n.º 156/2015 de 16 de setembro, e em conformidade com o n.º 2 do artigo 46, cabe ao Conselho Diretivo Regional (CDR) elaborar e submeter à aprovação da Assembleia Regional o Relatório de Actividades e Contas referentes ao ano civil anterior.

Desde 1 de fevereiro de 2016 os órgãos socias mantém o compromisso feito com todos os colegas da Região Centro, procurando através de uma organização coesa, responsável e com bom senso, centrada na transparência de processos e procedimentos, atingir níveis de eficácia e eficiência na gestão de uma organização com a dimensão da SRCentro. O documento que a seguir se segue reflete o trabalho de uma equipa em articulação com os restantes órgãos da OE, mas acima de tudo, tenta transpor para papel a acção desenvolvida para a elevação dos enfermeiros, da enfermagem.

Sob o lema "ninguém está sozinho" relembrámos e afirmámos nos diversos contextos o desígnio fundamental da OE - a defesa dos interesses gerais dos destinatários dos serviços de enfermagem e a representação e defesa dos interesses da profissão. Nestes 2 anos de mandato, procurámos dar a voz a quem quase a perdeu, procurámos acima de tudo devolver aos enfermeiros alguma dignidade. Estamos cientes que muito nos falta fazer, mas estamos crentes que temos um caminho traçado.

Para efeitos do relato das actividades desenvolvidas será utilizada uma metodologia de natureza descritiva e esquemática por domínios de intervenção da SRCentro (prestação de cuidados,

investigação, docência, formação, assessória, gestão, outras actividades/ projectos) num alinhamento próximo no definido em sede de PA 2017 permitindo assim uma melhor leitura, análise e interpretação.

1 - DOMÍNIO DE INTERVENÇÃO: PRESTAÇÃO DE CUIDADOS

ACTIVIDADES CONCRETIZADAS: empregabilidade, prestação de cuidados

- Participações em reuniões com representantes do Ministério da Saúde, Administração Central do Sistema de Saúde, Administração Regional de Saúde do Centro e representantes dos Agrupamentos de Centros de Saúde da Região Centro (n = 12).

- Realização de estudo de (re)conhecimento da realidade dos recém graduados de 2017 através do envio de questionário online para 600 novos graduados com uma taxa de retorno de 31,33% (n= 188).

- Participação em reuniões com Serviço de Apoio a Novos Graduados de instituições de ensino superior de enfermagem e identificação de estratégias de aproximação (n=2).

- Atualização permanente do registo dos membros da SRCentro: 15296 membros; 11 562 Enfermeiros; 3 742 Enfermeiros Especialistas; 44 membros com exercício profissional fora de Portugal; 632 novos membros admitidos, 280 Enfermeiros Especialistas; 2 processos de inscrição recusados.

- Monitorização do número de enfermeiros em exercício de funções por instituição.

- Construção de mapas de controlo do exercício profissional de 2017 nas instituições de saúde da área de abrangência da SRCentro.

- Realização de 71 Visitas de Acompanhamento do Exercício Profissional e/ou Visitas de Cortesia e/ou Institucionais (a convite e autopropostas) a instituições de saúde (públicas, sociais, particulares e cooperativas) com apresentação de medidas corretivas/disciplinares e tendentes à

melhoria da segurança e da qualidade do exercício profissional, bem como das condições físicas, técnicas e humanas das diferentes organizações.

- Realização de Visitas de Acompanhamento do Exercício Profissional em parceria com as Mesas do Colégio de Especialidade de Enfermagem de Saúde Materna e Obstétrica e Saúde Infantil e Pediátrica com apresentação de medidas corretivas.

- Acompanhamento da implementação de medidas tendentes à melhoria das não conformidades identificadas.

- Participação em reuniões de planificação de actividades conjuntas com as Mesas de Colégio de Especialidades para o ano de 2018 (n=3).

- Criação e implementação de uma plataforma de notificação de situações que atentam contra a qualidade, segurança, deontologia da profissão e direitos dos utentes – *Eu Alerto Cidadão e Eu Alerto Enfermeiro.*

- Criação e implementação (após aprovação em Assembleia Regional Extraordinária) da Estrutura de Controlo da Qualidade (ECQ).

- Participação em reuniões (2) da Comissão da Qualidade dos Cuidados de Enfermagem.

- Análise dos 42 projectos identificados em 2016 âmbito do Programa dos Padrões de Qualidade dos Cuidados de Enfermagem.

- Indicação de membros da SRCentro para grupos de trabalho e estruturas orgânicas da OE (*e.g.* Competência Acrescida em Supervisão Clínica, Competência Acrescida de Gestão, Comissão Regional CRSM da ARS do Centro, Comissão Executiva do Fórum Nacional do Álcool e Saúde, Agência para a prevenção do Trauma, Grupo de Trabalho Intervenção e Catástrofe, Processo de Valorização Profissional, comissão instaladora da Revista Cientifica *"Cuida"*, Grupo coordenador nacional para a tradução e validação da CIPE versão 2017).

- Desenvolvimento de contactos permanentes com a rede de ELO's (Elementos de Ligação à Ordem) através de reuniões, contactos telefónicos, envio de informação sobre a actividade da SRCentro (correio eletrónico e *newsletter's*) e desta forma, garantir um canal de comunicação mais eficaz entre a OE e os enfermeiros daquele serviço e/ou instituição.

- Organização e operacionalização de iniciativas de aproximação aos membros nos diversos distritos – Projecto LADOaLADO, com propostas de melhoria de qualidade dos cuidados,

assessoria e enfoque para a sua continuidade – decorreu de 20 a 24 de Novembro no distrito de Viseu, com visitas institucionais às valências do Centro Hospitalar Tondela-Viseu, ao ACES Dão-Lafões, Escola Superior de Saúde de Viseu e Escola Superior de Saúde Jean Piaget, reuniões com enfermeiros, apresentação de projectos de melhoria da qualidade dos cuidados (7).

ACTIVIDADES NÃO CONCRETIZADAS: empregabilidade, prestação de cuidados

- Atualização da base de dados de indicadores de produção e de melhoria da qualidade da prática de Enfermagem.

2 - DOMÍNIO DE INTERVENÇÃO: INVESTIGAÇÃO

ACTIVIDADES CONCRETIZADAS: produção, transferência, divulgação de conhecimento científico e inovação e desenvolvimento

- Assessoria no processo de operacionalização do percurso metodológico de estudos de investigação promovidos por membros da SRCentro (n=2).
- Articulação com os órgãos nacionais para assessoria no processo de operacionalização do percurso metodológico de estudos de investigação promovidos por membros da SRCentro (n=2).
- Participação em eventos científicos e iniciativas precursoras de prática baseada em evidências científicas promovidas por instituições de saúde, de ensino e associações profissionais (n = 45).
- Participação em reuniões com organismos nacionais e internacionais para criação de parcerias que promovam a produção e transferência do conhecimento científico na área de Enfermagem (n = 9).
- Planificação de processo de implementação de Gabinete de Apoio a Projectos da SRCentro.
- Manutenção da acessibilidade dos membros às bases científicas disponibilizadas pela OE.
- Participação na Comissão Instaladora da Revista Científica da OE.

- Apoio e parceria na organização de eventos científicos regionais, nacionais e internacionais (4).
- Realização de sessões de trabalho com investigadores (2).
- Participação em inúmeros eventos científicos em representação da SRCentro, bem como em representação nacional.
- Realização do protocolo com as Ordens Profissionais da Saúde com vista à construção de projectos que potenciem a inovação e desenvolvimento regional dos enfermeiros.
- Criação e implementação (após aprovação em Assembleia Regional Extraordinária) da Estrutura para a Qualidade e Inovação e Promoção da Saúde (EQuIPS).

ACTIVIDADES NÃO CONCRETIZADAS: inovação e desenvolvimento

- Desenvolvimento de projectos enquadrados no âmbito das linhas de investigação definidas.

3 - DOMÍNIO DE INTERVENÇÃO: DOCÊNCIA

ACTIVIDADES CONCRETIZADAS: restruturação curricular, inovação e desenvolvimento, capacitação do corpo docente

- Análise dos Relatórios de Autoavaliação dos Ciclos de Estudos dos Cursos Graduados e Pós-Graduados em Enfermagem enviados pela A3ES com apresentação de propostas de melhoria tendo por base a matriz de apreciação (n=5).
- Participação em 10 Visitas de Acompanhamento do Exercício Profissional e/ou Visitas de Cortesia Institucional (a convite e autopropostas) a instituições de ensino (públicas, particulares e cooperativas) com apresentação de medidas corretivas/disciplinares e tendentes à melhoria dos processos de reestruturação curricular, processos supervisivos, inovação e desenvolvimento, bem como das condições físicas, técnicas e humanas das diferentes organizações.

- Reunião com órgãos de direção de todas as instituições de ensino públicas, particulares e cooperativas na SRCentro e da sua área de abrangência com projeção de parcerias para o decorrer do mandato e definição de estratégias de aproximação da OE aos estudantes dos Cursos de Licenciatura e de Pós-Licenciatura em Enfermagem ao longo dos planos de estudos (n=3).

- Participação em sessões dos alunos do 1º ano e de integração à vida profissional organizadas pelas instituições de ensino públicas, particulares e cooperativas da área de abrangência da SRCentro (n=13).

- Fomento e apoio a iniciativas cientifico-pedagógicas inovadoras.

4 - DOMÍNIO DE INTERVENÇÃO: FORMAÇÃO

ACTIVIDADES CONCRETIZADAS: formação científica, técnica, cultural e profissional, acreditação da formação

- Identificação das necessidades formação profissional dos membros da SRCentro em parceria com o Gabinete de Formação Investigação e Desenvolvimento (GAFID).

- Reunião com órgãos de direção de todas as instituições de ensino públicas, particulares e cooperativas na SRCentro e da sua área de abrangência com projeção de parcerias para reforço das respostas formativas às necessidades de grupos e associações profissionais para o decorrer do mandato (n=3).

- Colaboração na construção do Regulamento da Formação Profissional da OE em parceria com o Gabinete de Formação Investigação e Desenvolvimento tendente à organização da oferta formativa proporcionada aos membros da SRCentro, sua certificação e acreditação.

- Implementação do projecto Salvar Vidas LADOaLADO (5), com a descentralização e proximidade da população.

- Criação e implementação do projecto LADOaLADO.com (7), com a descentralização e proximidade que nos levou, mais uma vez, a sair da SRCentro e a partilhar momentos e troca de saberes com os colegas.

ACTIVIDADES NÃO CONCRETIZADAS: formação científica, técnica, cultural e profissional, acreditação da formação

- Não foi possível levar a cabo a realização de cursos de formação, potenciando a qualidade da formação graduada e pós-graduada dos enfermeiros da SRCentro na medida em que no decorrer desse período de tempo implementamos a recolha de necessidades de formação dos enfermeiros da SRCentro e assim podermos, em conjunto com o GAFID, definir o plano de formação nacional.
- Sobre as actividades do domínio operacional "ACREDITAÇÃO DA FORMAÇÃO" temos a referir que as mesmas têm-se como concretizadas em parceria com os órgãos nacionais, tal como a sua operacionalização.

5 - DOMÍNIO DE INTERVENÇÃO: ASSESSORIA

ACTIVIDADES CONCRETIZADAS: assessoria, aconselhamento e recomendação

- Foram emitidas 95 respostas a pedidos de esclarecimento e/ou pronúncias nas áreas científicas, técnicas, jurídica e profissional dentro do período de tempo que os órgãos envolvidos entenderam necessário para uma resposta de qualidade *(tempo médio de resposta = 29 dias)*.
- Foram reencaminhados para o Gabinete da Digníssima Bastonária 18 pedidos de esclarecimento e/ou parecer nas áreas científicas, técnicas, jurídicas e profissional que careciam de intervenção de âmbito nacional.
- Realização de reuniões presenciais com os membros para respostas a pedidos de esclarecimento e/ou pronúncias nas áreas cientifica, técnica, jurídica e profissional da área de abrangência da SRCentro *(239 reuniões)*.
- Criação e implementação (após aprovação em Assembleia Regional Extraordinária) da Estrutura para a Qualidade e Inovação e Promoção da Saúde.

- Foram fornecidas 10034 respostas via correio eletrónico a pedidos de esclarecimento nas áreas de gestão de membros e de aconselhamento científico, técnico, jurídico e profissional.
- Manutenção e atualização da bolsa de peritos da SRCentro.

ACTIVIDADES NÃO CONCRETIZADAS: assessoria, aconselhamento e recomendação

- Neste domínio foram contempladas em sede de PA 2017 algumas actividades, colaboração na definição de estratégias para a conceção e gestão de programas de desenvolvimento/promoção da melhoria contínua dos cuidados e colaboração proactiva na definição de políticas de saúde, em parceria com as instituições de saúde e de ensino de enfermagem da área de abrangência da SRCentro, que a sua operacionalização coincidiu com as actividades concretizadas noutros domínios operacionais (*e.g.* Prestação de Cuidados).

6 - DOMÍNIO DE INTERVENÇÃO: GESTÃO

ACTIVIDADES CONCRETIZADAS: gestão

- Participação em reuniões com enfermeiros em funções de gestão com definição de estratégias para garante do respeito pelos valores, ética profissional, prática legal e as melhores práticas profissionais (27).
- Participação em reuniões com enfermeiros em funções de gestão (a convite e autopropostas) com definição de estratégias para garante de uma adequada gestão de recursos humanos, materiais e equipamentos na resposta às necessidades dos cidadãos em cuidados de saúde (27).
- Participação em reuniões com enfermeiros em funções de gestão (a convite e autopropostas) com definição de estratégias para garante do cumprimento da norma para cálculo de dotações seguras dos cuidados de enfermagem promovendo a segurança e a qualidade dos cuidados (27).

7 - DOMÍNIO DE INTERVENÇÃO: OUTRAS ACTIVIDADES/PROJECTOS

ACTIVIDADES CONCRETIZADAS: actividades correntes e de suporte, cooperação institucional, rede OE

- Organização e concretização de 3 reuniões inter-orgãos com todos os presidentes dos órgãos sociais e secretário do CDR.
- Organização e concretização de 11 reuniões ordinárias do CDR com participação de todos os vogais efectivos e suplentes.
- Organização e concretização de 11 reuniões ordinárias do CER com participação de todos os vogais efectivos e suplentes.
- Organização e concretização de 11 reuniões ordinárias do CJR com participação de todos os vogais efectivos e suplentes.
- Organização e concretização de 7 reuniões ordinárias e/ou extraordinárias do CFR com participação de todos os vogais efetivos e suplentes.
- Organização e concretização de 14 reuniões ordinárias e/ou extraordinárias da Mesa de Assembleia Regional com participação de todos os vogais efetivos e suplentes.
- Organização e concretização de 3 reuniões com todos os membros dos órgãos sociais regionais com participação de todos os vogais efetivos e suplentes.
- Organização e concretização de 1 reunião da Assembleia Regional ordinária.
- Organização e concretização de 1 reunião da Assembleia Regional extraordinária.
- Organização e concretização de 5 reuniões com todos os colaboradores da SRCentro
- Organização e concretização de reuniões individuais com cada um dos colaboradores da SRCentro.
- Indicação de um colaborador da SRCentro para a Estrutura Formativa.
- Atualização profissional da qualificação dos colaboradores com participação em eventos e ações formativas.

- Revisão dos contratos de prestação de serviço diversos e de alguns colaboradores, bem como a contratação de 1 colaborador e a despensa de serviços de 2 colaboradores.
- Reorganização e inventariação de materiais e equipamentos da SRCentro.
- Atualização do equipamento informático da SRCentro.
- Reestruturação dos espaços da SRCentro.
- Otimização do consumo de energia através da colocação de painéis solares.
- Realização de actividades inerentes à gestão administrativa dos recursos humanos de acordo com as competências estatuídas dos diferentes órgãos (*e.g.* controlo de assiduidade, férias, faltas licenças, processamento de encargos com pessoal).
- Articulação e envio de informação de acordo com as competências estatuídas dos diferentes órgãos nos suportes e formas previstas.
- Gestão financeira e patrimonial de acordo com as competências estatuídas dos diferentes órgãos.
- Implementação de medidas tendentes à triagem dos resíduos sólidos decorrentes da actividade administrativa
- Promoção da celeridade de resposta às solicitações dos membros.
- Promoção da melhoria da instrução dos processos de admissão de membros.
- Promoção da celeridade de publicitação das actividades e eventos promovidos pela SRCentro, bem como da gestão de conteúdos em redes sociais (perfil de *facebook* com 262 publicações desde 1 Janeiro de 2017 e 397 859 visualizações - média de 1100 por dia – e com um alcance estimado de 7.632.097 pessoas - média diário de 21141 pessoas), na *webpage* da SRCentro (65 publicações), nos meios de comunicação social regionais/nacionais (73 artigos e 6 entrevistas na TV).
- Produção e divulgação de *flyers* (EuAlerto Cidadão e EuAlerto Enfermeiro, Mediação de Conflitos) e *newsletter* regional (semanal).
- Participação em reuniões de trabalho com organismos nacionais e internacionais para renovação ou criação de projectos de cooperação.
- Participação em representações internacionais em colaboração com os órgãos nacionais (*e.g.* ICN, EFNMA).

- Participações em reuniões com organizações e associações profissionais para a definição de estratégias de concertação profissional de âmbito regional (n = 13).
- Organização e operacionalização da Cerimónia de Vinculação e Reconhecimento Profissional – 9 de setembro de 2017, com participação de 171 membros recém admitidos à SRCentro e homenagem a 18 dos enfermeiros que se disponibilizaram para prestar ajuda às vítimas da tragédia de Pedrogão.
- Organização e operacionalização de cerimónias comemorativas de datas relevantes para a Enfermagem e para a área da Saúde em geral (*e.g.* Dia Mundial da Criança, Dia Internacional do Enfermeiro, Dia Mundial da Saúde Mental).
- Colaboração nas actividades do Gabinete de Projectos Estratégicos (GPE) na materialização de benefícios para os membros da SRCentro.
- Participação dos vogais de todos os órgãos sociais da SRCentro no Encontro de Órgãos da Ordem dos Enfermeiros de 24, 25 e 26 de Março de 2017.

ACTIVIDADES CONCRETIZADAS NÃO PLANEADAS: cooperação institucional, rede OE

Intervenção do Enfermeiro na tragédia de Pedrogão

No dia 18 de Junho de 2017, após a constatação *in loco* da tragédia de Pedrogão e a solicitação do Presidente da ARS Centro percebe-se em reunião urgente dos Órgãos Diretivos da OE (Nacional e SRCentro) a necessidade de os enfermeiros intervirem junto da população.
Neste sentido foi constituído um "centro de operações" com o objetivo de:
- organizar os recursos humanos que se disponibilizaram para ajudar nesta tragédia;
- estabelecer rede de suporte para os colegas que foram alocados aos diferentes centros de saúde e outras instituições da região;
- servir de elo de ligação com o Enfermeiro Ricardo Matos e o Enfermeiro Pedro Lopes presentes no Centro de Operações da Proteção Civil.

A presença da Ordem dos Enfermeiros no Centro de operações permitiu uma articulação mais efetiva com as Instituições de Saúde da Região. Neste centro eram realizados diariamente mapas,

contatos para que fosse possível a participação dos enfermeiros de todo o país em solidariedade com as populações efetivas.

Na região de Pedrogão foi possível com os membros do colégio de Saúde Mental e Psiquiatria realizar um rastreio das necessidades da população e participar em equipas domiciliárias prestando cuidados especializados o que permitiu a referenciação para os diferentes centros hospitalares de cidadãos e famílias assim como o acompanhamento da população em contexto de crise e catástrofe.

Celebração do protocolo com as Ordens Profissionais da Saúde

Imbuídos, pelo desejo de fortalecer os vínculos através da criação de entendimentos e de sinergias funcionais sob a égide da cooperação existente entre as várias organizações institucionais, a SRCentro realizou a proposta/ desafio às suas congéneres do Centro da criação de um protocolo. Para que isso fosse possível houve a necessidade de várias reuniões entre as Ordens da Saúde, abordando desafios e problemas de saúde da região, por forma a convergir as diferentes perspectivas, para existir uma resposta coesa e socialmente responsável.

No dia 15 de Setembro de 2017, aniversário do SNS, foi celebrado o protocolo que tem objectivo principal:

- Estabelecer um compromisso, balizando termos para um acordo básico de regulação conjunta, procurando fortalecer as relações entre todos em matéria de interesse mútuo.

Reuniões com as Instituições de Ensino de Enfermagem, com vista à celebração de um protocolo de colaboração e cooperação

A SRCentro objectiva ser uma entidade agregadora, estabelecendo e estreitando laços institucionais no sentido de criar sinergias entre todos, veiculando, assim uma consciencialização colectiva da profissão de Enfermagem.

Analisando o contributo das instituições de ensino no desenvolvimento da profissão, considera esta secção que a cooperação entre as instituições de ensino e a Ordem resultará em vantagens

para as partes, assim como para um desempenho enriquecido das suas missões sociais, mas acima de tudo esta parceria será benéfica para os futuros enfermeiros.

Com esta parceria pretende-se, ainda, que os futuros enfermeiros "contactem" com a sua Ordem Profissional o mais precocemente possível, para que isso aconteça estamos dispostos a realizar mais que apenas um momento formativo com a SRCentro.

NOTA FINAL

Decorridos 2 anos de mandato destes corpos sociais da SRCentro da OE, pretende este documento traduzir de forma fiel a análise retrospectiva deste percurso. Em todos os processos é fundamental a análise rigorosa e criteriosa das actividades desenvolvidas. Parar e analisar o percurso até à presente data permite extrair contributos vitais para a definição da estratégia futura.

O caminho não tem sido isento de dificuldades e constrangimentos, no entanto, com uma postura de cooperação e com um forte sentido de responsabilidade social e seriedade, temos sido fiéis aos objetivos assumidos.

Ao longo destes 2 anos, numa postura de proximidade, temos desenvolvido actividades *lado a lado* com os enfermeiros e com os cidadãos, estabelecidas parcerias com as escolas de formação de enfermeiros, com as ordens profissionais da saúde da região centro, com diversos intervenientes políticos e demais organizações.

Temos percorrido os 6 distritos da área de abrangência da SRCentro da OE nos diferentes contextos numa política de acompanhamento efectivo, "ninguém está sozinho"!

As actividades desenvolvidas visam o cumprimento do desígnio fundamental da OE, salvaguardar os interesses dos destinatários dos cuidados de enfermagem e a dignidade da profissão de enfermagem, assim é nossa prioridade a qualidade e segurança dos cuidados prestados ao cidadão.

Olhar para o caminho percorrido envolve-nos de motivação para o continuar.

Estamos convictos que fazemos diferente, que demos passos largos para a mudança assumida com todos os enfermeiros.

Parafraseando Mahatma Gandhi "Se queremos progredir, não devemos repetir a história, mas fazer uma história nova".

PRESTAÇÃO de CONTAS

ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

Em conformidade com o estabelecido no Estatuto da OE, nos termos da na alínea f) do número 2, do artigo 46.º, aprovado pela Lei 156/2015 de 16 de Setembro, o Conselho Directivo da Secção Regional do Centro apresenta o relatório e contas para apreciação do ano económico de 2017.

Para o efeito, depois de obtidos os pareceres do Conselho Fiscal Regional do Centro, apresentamos mapas de pormenor, facilitadores para a compreensão e análise.

Apesar da informação legalmente exigível se encontrar disponível no anexo, que integra as demonstrações financeiras que são parte integrante do presente documento, apresentamos informação complementar, a qual permite melhor compreensão das contas que ora se apresentam à apreciação e resultam da actividade desenvolvida, no âmbito do plano de actividades e orçamento aprovados.

Rendimentos e réditos

Os rendimentos e réditos obtidos em 2017, perfizeram um total de 582.469,15 euros, dos quais 547.306,97 euros referente a prestações de serviços (quotização e emolumentos).

O aumento da quotização face ao período de 2016 deve-se fortemente à aprovação, em Assembleia Geral de 20 de Setembro de 2017, da atribuição de 1% do valor da quotização total da Ordem dos Enfermeiros, com efeitos a 01 de Janeiro de 2017, de forma a contribuir para o desenvolvimento de um conjunto de actividades, que poderão ser implementadas em função das catuais e futuras necessidades e que se preveem crescentes.

RÉDITOS						(Euros)
	2016	Variação 2016/2017	2017	Orçamento 2017	Desvio face ao orçamentado Valor	%
. Prestações de serviços	465 035,10	82 271,87	547 306,97	456 500,00	90 806,97	19,89%
. Subsídios à exploração	503,04	-503,04	0,00	0,00	0,00	0,00%
. Reversões Perdas por imparidade	0,00	6534,80	6 534,80	0,00	6 534,80	100,00%
. Aumentos/reduções de justo valor	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
. Outros rendimentos e ganhos	11 789,52	15798,97	27 588,49	11 750,00	15 838,49	134,80%
. Juros, dividendos e outros rendimentos	853,06	185,83	1 038,89	0,00	1 038,89	100,00%
	478 180,72	**104 288,43**	**582 469,15**	**468 250,00**	**114 219,15**	**24,39%**

Constatamos que a execução orçamental foi 24,39% superior ao orçamentado, muito devido ao reconhecimento de 1% da quotização total da OE. Caso se ignore este facto, e não obstante alguma variação entre rubricas (subrubricas), o nível de execução orçamental tem um grau bastante aceitável.

Gastos e perdas

As rubricas de maior relevo (designadas de grandes rubricas) são as apresentadas no quadro abaixo, perfazendo os gastos e perdas, no período em análise, um total de 422.470,42 euros:

GASTOS						(Euros)
	2016	Variação 2016/2017	2017	Orçamento 2017	Desvio face ao orçamentado Valor	%
. Fornecimentos e serviços externos	192 731,27	48 531,63	241 262,90	207 450,00	33 812,90	16,30%
. Gastos com o pessoal	132 184,03	-34 291,01	97 893,02	131 500,00	-33 606,98	-25,56%
. Imparidade dívidas a receber (perdas/reversões)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
. Provisões (aumentos/reduções)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
. Outros gastos	32 877,84	-9 970,92	22 906,92	42 000,00	-19 093,08	-45,46%
. Gastos de depreciação e de amortização	53 682,53	6 313,57	59 996,10	50 000,00	9 996,10	19,99%
. Juros e gastos similares suportados	603,70	-192,22	411,48	0,00	411,48	100,00%
	412 079,37	**10 391,05**	**422 470,42**	**430 950,00**	**-8 479,58**	**-1,97%**

Da análise que se constata deste quadro e da sua execução orçamental, conclui-se que os maiores desvios resultam da rubrica de gastos com pessoal, devido às mudanças verificadas na estrutura e à não contratação em conformidade com o previsto, para complemento do quadro de pessoal, e nos fornecimentos e serviços externos.

No quadro seguinte, apresenta-se uma análise mais detalhada das rubricas dele constante:

FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

(Euros)

	2016	Variação 2016/2017	2017	Orçamento 2017	Desvio face ao orçamentado Valor	%
Serviços Especializados						
Trabalhos Especializados:	**12 647,01**	31 197,59	**43 844,60**	**16 000,00**	**27 844,60**	**174,03%**
. Trabalhos Especializados - Informática	3 502,37	-415,24	3 087,13	2 000,00	1 087,13	54,36%
. Trabalhos Especializados - Tipografia	389,68	940,76	1 330,44	5 000,00	-3 669,56	-73,39%
. Trabalhos Especializados - Administrativo	5 872,82	-1 299,40	4 573,42	5 500,00	-926,58	-16,85%
. Trabalhos Especializados - Análise de imprensa	0,00	0,00	0,00	2 100,00	-2 100,00	-100,00%
. Trabalhos Especializados - Audiovisuais	1 777,85	1 604,35	3 382,20	0,00	3 382,20	100,00%
. Trabalhos Especializados - Estudos e projectos	0,00	1 457,55	1 457,55	0,00	1 457,55	100,00%
. Trabalhos Especializados - Outros	1 104,29	28 909,57	30 013,86	1 400,00	28 613,86	2043,85%
Publicidade e Propaganda	2 257,07	11 658,01	**13 915,08**	**4 000,00**	**9 915,08**	**247,88%**
Vigilância e Segurança	2 255,37	-1 512,01	**743,36**	**2 100,00**	**-1 356,64**	**-64,60%**
Honorários	13 746,00	-5 827,22	**7 918,78**	**7 500,00**	**418,78**	**5,58%**
Conservação e Reparação:	**14 487,60**	**-1 900,70**	**12 586,90**	**30 300,00**	**-17 713,10**	**-58,46%**
. Conservação e Reparação - Instalações	14 071,37	-1 517,68	12 553,69	30 000,00	-17 446,31	-58,15%
. Conservação e Reparação - Equipamento Administrativo	416,23	-416,23	0,00	300,00	-300,00	-100,00%
. Conservação e Reparação - Equipamento Informático	0,00	33,21	33,21	0,00	33,21	100,00%
. Conservação e Reparação - Viatura Renting	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
Serviços Bancários	429,90	21,70	**451,60**	**300,00**	**151,60**	**50,53%**
Outros	0,00	0,00	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00%**
	45 822,95	**33 637,37**	**79 460,32**	**60 200,00**	**19 260,32**	**31,99%**
Materiais						
. Ferramentas e Utensílios Desgaste Rápido	482,17	-216,76	265,41	500,00	-234,59	-46,92%
. Livros e Documentação Técnica	565,92	-111,27	454,65	2 500,00	-2 045,35	-81,81%
. Material de Escritório	7 933,45	-6 314,27	1 619,18	8 000,00	-6 380,82	-79,76%
. Artigos para Oferta	1 670,28	4 503,44	6 173,72	1 400,00	4 773,72	340,98%
. Material Informático	688,81	-458,65	230,16	500,00	-269,84	-53,97%
. Outros	4,90	289,14	294,04	0,00	294,04	100,00%
	11 345,53	**-2 308,37**	**9 037,16**	**12 900,00**	**-3 862,84**	**-29,94%**
Energias e fluidos						
. Eletricidade	7 403,87	2 459,47	9 863,34	5 000,00	4 863,34	97,27%
. Combustíveis	160,01	368,56	528,57	0,00	528,57	100,00%
. Água	546,14	73,46	619,60	550,00	69,60	12,65%
. Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
	8 110,02	**2 901,49**	**11 011,51**	**5 550,00**	**5 461,51**	**98,41%**
Deslocações, estadas e transportes						
Deslocações e Estadas						
. Estadias	6 343,47	7 299,16	13 642,63	6 000,00	7 642,63	127,38%
. Deslocações - Aviões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
. Deslocações - Comboios	413,75	327,35	741,10	450,00	291,10	64,69%
. Deslocações - Táxis	206,39	267,01	473,40	250,00	223,40	89,36%
. Deslocações - Viatura própria	60 559,98	5 364,49	65 924,47	65 000,00	924,47	1,42%
. Deslocações - Carros alugados	346,38	-346,38	0,00	0,00	0,00	0,00%
. Deslocações - Estacionamento/Portagens	4 064,98	3 760,30	7 825,28	5 000,00	2 825,28	56,51%
. Deslocações - Transportes públicos	210,90	15,35	226,25	200,00	26,25	13,13%
. Alimentação	14 377,19	5 508,20	19 885,39	14 500,00	5 385,39	37,14%
. Inscrições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
. Ajudas de Custo	362,33	437,67	800,00	0,00	800,00	100,00%
. Coffee-break	2 727,86	72,01	2 799,87	2 500,00	299,87	11,99%
. Transporte de Pessoal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
. Transporte de Mercadorias	0,00	147,60	147,60	0,00	147,60	100,00%
. Outros	24,00	57,90	81,90	0,00	81,90	100,00%
	89 637,23	**22 910,66**	**112 547,89**	**93 900,00**	**18 647,89**	**19,86%**
Serviços diversos						
Rendas e Alugueres	**613,11**	**1 598,86**	**2 211,97**	**0,00**	**2 211,97**	**100,00%**
. Rendas e Alugueres - Instalações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
. Rendas e Alugueres - Viaturas	613,11	-107,69	505,42	0,00	505,42	100,00%
. Rendas e Alugueres - Salas	0,00	1 148,67	1 148,67	0,00	1 148,67	100,00%
. Rendas e Alugueres - Equipamentos	0,00	557,88	557,88	0,00	557,88	100,00%
. Rendas e Alugueres - Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
Comunicação	**32 891,57**	**-8 360,40**	**24 531,17**	**30 500,00**	**-5 968,83**	**-19,57%**
. Comunicação - Fixas/Móveis/Internet	20 659,35	-1 380,43	19 278,92	20 500,00	-1 221,08	-5,96%
. Comunicação - Correios e estafetas	12 232,22	-7 249,47	4 982,75	10 000,00	-5 017,25	-50,17%
. Comunicação - Outros	0,00	269,50	269,50	0,00	269,50	100,00%
Seguros	**816,09**	**-363,88**	**452,21**	**600,00**	**-147,79**	**-24,63%**
. Seguros - Viaturas	156,09	-93,99	62,10	0,00	62,10	100,00%
. Seguros - Acidentes pessoais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
. Seguros - Multi-riscos	660,00	-269,89	390,11	600,00	-209,89	-34,98%
. Seguros - Responsabilidade civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
. Seguros - Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
Contencioso e Notariado	**244,40**	**-164,40**	**80,00**	**700,00**	**-620,00**	**-88,57%**
Despesas de Representação	**414,23**	**-414,23**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00%**
Limpeza, Higiene e Conforto	**2 836,14**	**-905,47**	**1 930,67**	**3 100,00**	**-1 169,33**	**-37,72%**
. Limpeza, Higiene e Conforto - Serviços	2 031,72	-813,01	1 218,71	2 200,00	-981,29	-44,60%
. Limpeza, Higiene e Conforto - Produtos	804,42	-435,00	369,42	900,00	-530,58	-58,95%
. Limpeza, Higiene e Conforto - Artigos decoração	0,00	342,54	342,54	0,00	342,54	100,00%
Outros	0,00	0,00	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00%**
	37 815,54	**-8 609,52**	**29 206,02**	**34 900,00**	**-5 693,98**	**-16,32%**
	192 731,27	**48 531,63**	**241 262,90**	**207 450,00**	**33 812,90**	**16,30%**

Os fornecimentos e serviços externos que agregam subrubricas relevantes para o funcionamento e desempenho da SRCentro da OE, merecem da nossa parte especial atenção as que passamos a apreciar:

- Os serviços especializados são uma componente importante e relevante dos FSE, dado que reflecte no seu cômputo geral um desvio desfavorável que nos apraz registar. Verifica-se um desvio com algum significado, resultante sobretudo pela reclassificação dos gastos tidos com os "Enfermeiros cedido à Ordem dos Enfermeiros", que em 2016 estavam registados como "Outros gastos". Esta reclassificação procura espelhar um enquadramento contabilístico mais adequado.

- Na componente publicidade e propaganda, verifica-se um desvio desfavorável face ao orçamentado, que resulta da restruturação do estacionário da SRCentro, assim como a aquisição de produtos de comunicação e marketing.

- Na conservação e reparação verificou-se um desvio favorável, que resulta sobretudo do facto dos bens e equipamentos não terem necessidade de serem intervencionados.

- Os gastos com deslocações e estadas apresenta um desvio desfavorável não sendo expressivo. Porem estes gastos estão relacionados com a importância da SRCentro estar junto dos seus membros, nos diversos contextos de trabalho, estar presente nos eventos e nas reuniões dos parceiros e organismos públicos, privados e sociais. O ano de 2017 foi de elevada participação, com actividades diversas, nas reuniões como membros activos, em congressos e conferencias de vital importância para a SRCentro no cumprimento da sua estratégia de engrandecimento em prol do reconhecimento e afirmação regional, nacional e internacional da Enfermagem.

INVESTIMENTOS

Os investimentos realizados no período em apreço, totalizaram 93.965,59 euros, apresentados nos quadros seguintes:

ACTIVO FIXO TANGÍVEL

(Euros)

	Saldo Inicial 2017	Aumentos	Transferências	Abates	Saldo Final 2017
Activos fixos tangíveis brutos					
. Terrenos e recursos naturais	181 095,51				181 095,51
. Edifícios e outras construções	1 995 747,01				1 995 747,01
. Equipamento básico	160,00	12 177,00			12 337,00
. Equipamento de transporte		35 178,22			35 178,22
. Equipamento administrativo	162 540,85	27 136,35			189 677,20
. Outros activos fixos tangíveis	33 300,55	3 663,74			36 964,29
. Investimentos em curso					0,00
	2 372 843,92	**78 155,31**			**2 450 999,23**
Depreciações acumuladas	**651 546,00**	**59 345,93**			**710 891,93**
Activos fixos tangíveis líquidos	**1 721 297,92**	**18 809,38**			**1 740 107,30**

ACTIVO INTANGÍVEL 2017

(Euros)

	Saldo Inicial 2017	Aumentos	Transferências	Abates	Saldo Final 2017
Activos intangíveis brutos					
. Programas de Computador		7 931,39			7 931,39
. Programas de Computador (em curso)		7 878,89			7 878,89
		15 810,28			**15 810,28**
Amortizações acumuladas					
. Programas de Computador		650,17			650,17
. Programas de Computador (em curso)					
Activos intangíveis líquidos		**15 160,11**			**15 160,11**

A rubrica "Outros gastos" ascende a 22.906,92 euros, fazendo parte integrante deste valor o Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) da SRCentro, no valor de 7.582,44 euros e "Reembolso dos encargos de empréstimos" da Sede, no valor de 14.752,83 euros, ao abrigo do Principio da Solidariedade entre Secções e Sede e da qual gerou um "Juro de financiamento obtidos" no valor de 411,48 euros.

Em suma, a SRCentro apresenta um resultado positivo de 153.744,73 euros, consolidando assim os fundos patrimoniais no valor de 3.063.923,35 euros.

NOTA FINAL

Face aos valores e considerações apresentadas, a execução orçamental dos rendimentos e réditos e dos gastos e perdas foi de 124,39% e de 98,03%, respectivamente.

Verifica-se assim uma execução equilibrada, o que demonstra o bom desempenho de todos os envolvidos na vida da SRCentro da OE: membros, colaboradores e dirigentes, parceiros e fornecedores de bens e serviços, entre outros. Por outro lado, refira-se a credibilidade dos documentos previsionais, plano de actividades e orçamento.

O presente documento, confirma a gestão eficaz e equilibrada, com opções e apostas claras, sem colocar em risco em qualquer momento, as metas e os desígnios propostos. Foi com o envolvimento de todos, que atingimos objectivos, ultrapassamos dificuldades e alcançamos os desafios a que nos propusemos.

Nos termos de tudo que antecede, o Conselho Directivo propõe à Assembleia Geral o seguinte:

1. Que seja aprovado o relatório de actividades e contas do período de 2017.
2. Que seja efectuada a seguinte aplicação dos resultados:
   2.1. A importância de 15.374,47 euros para a Fundo de Reserva, conforme obrigação estatutária.
   2.2. A importância de 138.370,26 euros para a conta "Resultados transitados".
3. Que seja aprovado um voto de louvor a todos os colaboradores internos e externos da Ordem, sem os quais a gestão relatada não seria possível, bem como a todas as entidades que, de qualquer forma, se relacionaram com a nossa instituição no exercício objecto de relato.

Conselho Directivo

Presidente	**Secretário**	**Tesoureiro**
Ricardo Correia de Matos	Pedro Lopes	Sandra Pádua

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇO

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Euros)

	Notas	2017	2016
ACTIVO			
Activo não corrente			
. Activos fixos tangíveis	4	1 740 107,30	1 721 297,92
. Activos intangíveis	5	15 160,11	0,00
. Investimentos financeiros	11.6	181,96	0,00
		1 755 449,37	**1 721 297,92**
Activo corrente			
. Créditos a receber	11.3	9 291,29	1 211,22
. Membros/Patrocinadores	16.1	284 935,39	179 498,70
. Diferimentos	16.1	5 126,07	523,76
. Caixa e depósitos bancários	11.5	1 113 121,19	1 324 252,47
		1 412 473,94	**1 505 486,15**
TOTAL DO ACTIVO		**3 167 923,31**	**3 226 784,07**
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
FUNDOS PATRIMONIAIS			
. Fundos	16.1	193 761,57	168 752,87
. Reservas	16.1	200 335,90	176 398,77
. Resultados transitados	16.1	2 516 081,15	2 479 923,33
		2 910 178,62	**2 825 074,97**
. Resultado líquido do período		153 744,73	60 094,95
TOTAL DOS FUNDOS PATRIMONIAIS		**3 063 923,35**	**2 885 169,92**
PASSIVO			
Passivo não corrente			
		0,00	**0,00**
Passivo corrente			
. Fornecedores	11.1	12 343,95	21 159,97
. Estado e outros entes públicos	16.1	9 502,53	9 993,00
. Outros passivos correntes	11.2	82 153,48	310 461,18
		103 999,96	**341 614,15**
TOTAL DO PASSIVO		**103 999,96**	**341 614,15**
TOTAL DOS FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO		**3 167 923,31**	**3 226 784,07**

ordem dos enfermeiros
secção regional centro

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Euros)

	Notas	2017	2016
RENDIMENTOS E GASTOS			
. Vendas e serviços prestados	8	547 306,97	465 035,10
. Subsídios à exploração		0,00	503,04
. Fornecimentos e serviços externos	8	-241 262,90	-192 731,27
. Gastos com o pessoal	12	-97 893,02	-132 184,03
. Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	11.4	6 534,80	0,00
. Outros rendimentos	8	28 627,38	12 642,58
. Outros gastos	8	-22 906,92	-32 877,84
Resultado antes das depreciações, gastos de finan. e impostos		**220 406,31**	**120 387,58**
. Gastos/reversões de depreciação e de amortização	8	-59 996,10	-53 682,53
Resultado operacional (antes de gastos de finan. e impostos)		**160 410,21**	**66 705,05**
. Juros e gastos similares suportados	6	-411,48	-603,70
Resultado antes de impostos		**159 998,73**	**66 101,35**
. Imposto sobre o rendimento do período	16.1	-6 254,00	-6 006,40
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO		**153 744,73**	**60 094,95**

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS

PERÍODO DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017

(Euros)

		Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados Transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos /outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 01-01-2017	**6**	**168 752,87**		**176 398,77**	**2 479 923,33**			**60 094,95**	**2 885 169,92**
ALTERAÇÕES NO PERÍODO									
. Primeira adopção de novo referencial contabilístico									
. Alterações de políticas contabilísticas									
. Diferenças de conversão de demonstrações financeiras									
. Realização de excedente de revalorização									
. Excedentes de revalorização									
. Ajustamentos por impostos diferidos									0,00
. Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais				23 937,13	36 157,82			-60 094,95	0,00
	7			**23 937,13**	**36 157,82**			**-60 094,95**	**0,00**
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8							153 744,73	153 744,73
RESULTADO INTEGRAL	**9 = 7 + 8**			**23 937,13**	**36 157,82**			**93 649,78**	**153 744,73**
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO									
. Fundos		25 008,70							25 008,70
. Subsídios, doações e legados									
. Distribuições									
. Outras operações									
	10	**25 008,70**						**0,00**	**25 008,70**
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 31-12-2017	**11=6+7+8+10**	**193 761,57**		**200 335,90**	**2 516 081,15**			**153 744,73**	**3 063 923,35**

ordem dos enfermeiros
secção regional centro

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Euros)

	2017	2016
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS		
. Recebimentos de clientes e utentes	444 525,58	464 799,32
. Pagamento de bolsas	0,00	0,00
. Pagamentos a fornecedores	-232 827,60	-180 290,43
. Pagamentos ao pessoal	-100 996,07	-134 894,22
CAIXA GERADA PELAS OPERAÇÕES	**110 701,91**	**149 614,67**
. Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	-5 359,01	-686,75
. Outros recebimentos/pagamentos	-258 746,07	175 875,78
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS (1)	**-153 403,17**	**324 803,70**
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Pagamentos respeitantes a:		
. Activos fixos tangíveis	-78 155,31	-38 590,59
. Activos intangíveis	-15 810,28	0,00
. Subscrição seguro de capitalização	0,00	0,00
. Investimentos financeiros	-181,96	0,00
Sub-total	-94 147,55	-38 590,59
Recebimentos provenientes de:		
. Activos fixos tangíveis	0,00	984,00
. Outros activos	10 200,00	10 200,00
. Juros e rendimentos similares	1 622,22	3 938,45
Sub-total		
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO (2)	**-82 325,33**	**-23 468,14**
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Recebimentos provenientes de:		
. Realizações de fundos	25 008,70	0,00
. Outras operações de financiamento	0,00	1 897,29
Sub-total	25 008,70	1 897,29
Pagamentos respeitantes a:		
. Financiamentos obtidos	0,00	0,00
. Juros e gastos similares	-411,48	-603,70
Sub-total	-411,48	-603,70
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO (3)	**24 597,22**	**1 293,59**
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	-211 131,28	302 629,15
Efeito das diferenças de câmbio	0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período	1 324 252,47	1 021 623,32
Caixa e seus equivalentes no fim do período	1 113 121,19	1 324 252,47

Contabilista Certificado
n.º 86996

Rute Cristina Simões dos Santos

Conselho Directivo

Presidente	Secretário	Tesoureiro
Ricardo Correia de Matos	Pedro Lopes	Sandra Pádua

anexos

ANEXOS

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

1.1. **Designação da entidade:** Secção Regional do Centro da Ordem dos Enfermeiros (SRCentro)

1.2. **Sede:** Avenida Bissaya Barreto, n.º 185, 3000-076 Coimbra

1.3. **Natureza da atividade:** A SRCentro é uma **pessoa coletiva de direito público**, criada pelo Decreto-Lei n.º 104/98, de 21 de Abril, cuja redacção em vigor consta da Lei n.º 156/2015 de 16 de Setembro (procede à segunda alteração ao Estatuto da Ordem dos Enfermeiros), conformando-o com a Lei n.º 2/2013, de 10 de Janeiro, que estabelece o regime jurídico de criação, organização e funcionamento das associações públicas profissionais, e Código Deontológico.

A Ordem representa os profissionais, nos termos do presente estatuto e demais disposições legais aplicáveis.

A Ordem goza de personalidade jurídica e é independente dos órgãos do Estado, sendo livre e autónoma no âmbito das suas atribuições.

1.4. Tal como prevê a NCRF-ESNL, sempre que não esteja previsto algum aspeto particular recorre-se supletivamente às restantes normas do Sistema de Normalização Contabilística (SNC).

1.5. Sempre que não exista outra referência os montantes encontram-se expressos em unidade de euro.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As Demonstrações Financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, aprovadas pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de Junho.

As Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2017 foram elaboradas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística, tendo por base a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL), Aviso n.º 8259/2015, de 29 de Julho, bem como os seguintes diplomas:

- Portaria n.º 220/2015, de 24 de Julho - Modelos de Demonstrações Financeiras;
- Portaria n.º 218/2015, de 23 de Julho - Código de Contas;
- Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de Junho que altera o Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho - SNC.

2.2. **Indicação e justificação das disposições do SNC-ESNL que, em casos excecionais, tenham sido derrogadas e dos respectivos efeitos nas Demonstrações Financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do activo, do passivo e dos resultados da entidade.**

No presente período não foram derrogadas quaisquer disposições do SNC-ESNL.

2.3. **Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior.**

Os valores constantes das Demonstrações Financeiras do período findo em 31 de Dezembro de 2017 são comparáveis em todos os aspectos significativos com os valores do período de 2016.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

3.1. **Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:**

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Ordem dos Enfermeiros, mantidos de acordo com as NCRF-ESNL em vigor.

ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os activos fixos tangíveis, adquiridos até 31 de Dezembro, encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha recta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

ACTIVO FIXO TANGÍVEL	
	Vida útil estimada
. Edíficios e outras construções	5 a 50 anos
. Equipamento básico	1 a 14 anos
. Equipamento administrativo	1 a 12 anos
. Outros activos fixos tangíveis	1 a 10 anos

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos activos nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos activos fixos tangíveis são registadas como gastos do período em que ocorrem.

O desreconhecimento dos activos fixos tangíveis, resultantes da venda ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registados na demonstração dos resultados por naturezas nas rubricas "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas".

Estes activos fixos tangíveis são depreciados a partir do momento em que os activos estejam disponíveis para uso e nas condições necessárias para entrar em funcionamento.

ACTIVOS INTANGÍVEIS

Os activos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes amortizações.

As despesas de desenvolvimento e manutenção foram reconhecidas como gastos.

O método de amortização utilizado foi o da linha recta, em conformidade com o período de vida útil estimado, em sistema de duodécimos.

ACTIVO INTANGÍVEL	
	Vida útil estimada
. Programas de Computador	3 anos

PROVISÕES E PASSIVOS CONTIGENTES

Nota não aplicável.

IMPARIDADE DE ACTIVOS

Em cada data de relato é efectuada uma revisão das quantias escrituradas dos activos fixos tangíveis da entidade com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respectivos activos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

LOCAÇÕES

Nota não aplicável.

CUSTOS DOS EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

RÉDITO

O rédito proveniente da quota, cobrada aos membros, é reconhecido com referência à data a que mesma diz respeito.

Os réditos relativos às vendas de produtos de *merchandising* são reconhecidos no momento em que os riscos e vantagens inerentes ao produto são transferidos para o comprador.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efectivo.

IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

O tratamento contabilístico dos impostos sobre o rendimento é pelo método do imposto a pagar.

O imposto sobre o rendimento incide sobre as actividades da Ordem que não encontram-se definidas nos Estatutos mas que geram rendimentos suplementares. Os lucros destas actividades são tributáveis em sede de imposto sobre o rendimento, ao que se incluí também as tributações autónomas, que sejam devidas em qualquer jurisdição fiscal.

MEMBROS E OUTRAS DÍVIDAS DE TERCEIROS

As dívidas de membros e de outros terceiros encontram-se registadas pelo seu valor nominal, tendo sido criadas perdas de imparidade quando se justifiquem.

Todas as dívidas a receber de membros com antiguidade superior a dois anos foram reconhecidas como perda por imparidade.

As dívidas com antiguidade superior a cinco anos foram consideradas incobráveis.

FORNECEDORES E OUTRAS DÍVIDAS A TERCEIROS

As dívidas a fornecedores e a outros terceiros encontram-se registadas pelo seu valor nominal.

EMPRÉSTIMOS

Nota não aplicável.

PERIODIZAÇÕES

As receitas e despesas são registadas de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual estas são reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas.

CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, que podem ser imediatamente mobilizáveis sem risco dado que os depósitos a prazo são de capital garantido.

BENEFÍCIOS DE EMPREGADOS

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal e quaisquer outras

retribuições adicionais decididas pontualmente pelo Conselho Directivo Regional da SRCentro, acrescidos dos respectivos encargos.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o respectivo pagamento.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias, relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de Dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

PROVISÕES

Nota não aplicável.

OS EFEITOS DE ALTERAÇÕES EM TAXAS DE CÂMBIO

As transacções em moeda estrangeira (moeda diferente da moeda funcional da Ordem dos Enfermeiros) são registadas às taxas de câmbio das datas das transacções. As diferenças de câmbio resultantes das actualizações atrás referidas são registadas em resultados do período em que são geradas.

IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

Sendo a Ordem dos Enfermeiros uma Pessoa Colectiva Pública criada por Lei para assegurar a representação do exercício da profissão de enfermeiro, encontra-se isenta de IRC, excepto no que respeita a rendimentos de capitais e a rendimentos comerciais, industriais ou agrícolas, tal como são definidos para efeitos de IRS.

3.2. Principais pressupostos relativos ao futuro:

As Demonstrações Financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos registos contabilísticos da SRCentro.

4. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os activos fixos tangíveis adquiridos encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações acumuladas.

As depreciações foram efetuadas pelo método da linha recta, em sistema de duodécimos.

A vida útil foi determinada de acordo com a expectativa da afectação do desempenho.

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, as revalorizações, os abates, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações, desenvolvido de acordo com o seguinte quadro:

ACTIVO FIXO TANGÍVEL					(Euros)
	Saldo Inicial 2017	**Aumentos**	**Transferências**	**Abates**	**Saldo Final 2017**
Activos fixos tangíveis brutos					
. Terrenos e recursos naturais	181 095,51	0,00	0,00	0,00	181 095,51
. Edifícios e outras construções	1 995 747,01	0,00	0,00	0,00	1 995 747,01
. Equipamento básico	160,00	12 177,00	0,00	0,00	12 337,00
. Equipamento de transporte	0,00	35 178,22	0,00	0,00	35 178,22
. Equipamento administrativo	162 540,85	27 136,35	0,00	0,00	189 677,20
. Outros activos fixos tangíveis	33 300,55	3 663,74	0,00	0,00	36 964,29
. Investimentos em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2 372 843,92	**78 155,31**	**0,00**	**0,00**	**2 450 999,23**
Depreciações acumuladas					
. Terrenos e recursos naturais					
. Edifícios e outras construções	476 358,57	41 404,96	0,00	0,00	517 763,53
. Equipamento básico	106,66	170,60	0,00	0,00	277,26
. Equipamento de transporte	0,00	1 465,76	0,00	0,00	1 465,76
. Equipamento administrativo	146 210,48	10 202,27	0,00	0,00	156 412,75
. Outros activos fixos tangíveis	28 870,29	6 102,34	0,00	0,00	34 972,63
. Investimentos em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	651 546,00	**59 345,93**	**0,00**	**0,00**	**710 891,93**

Os investimentos em Activos Fixos Tangíveis realizados no período em apreço totalizaram 78.155,31 euros, distribuídos da seguinte forma:

- 12.177,00 euros, valor que a SRCentro suportou com a aquisição do Sistema de Autoconsumo Fotovoltaico com potência de 8.20KW e potência de pico de 9,9KW;
- 35.178,22 euros, valor que a SRCentro suportou com a aquisição de Equipamento de Transporte, nomeadamente, SKODA Kodiaq 2.0TDI 150CV Ambition DSB-CB;

- 27.136,35 euros, valor que a SRCentro suportou com a aquisição de Equipamento de Administrativo (duas TV LED, um tablet, três computadores fixos e Servidores Sede/SRCentro);
- 1.875,75 euros, valor que a SRCentro suportou com a aquisição de sofás e cadeirões para hall de entrada e zona de atendimento SRCentro;
- 1.787,99 euros, valor que a SRCentro suportou com aquisição de equipamentos de vigilância e segurança.

Alguns dos bens registados em Activos Fixos Tangíveis poderão encontrar-se em locais diferentes da SRCentro, nomeadamente na Sede Nacional.

A quantia escriturada líquida dos activos fixos tangíveis, designadamente, o valor bruto deduzido das depreciações acumuladas à data de 31 de Dezembro de 2017 é desenvolvido no seguinte quadro:

ACTIVO FIXO TANGÍVEL LÍQUIDO		(Euros)
	2017	**2016**
. Terrenos e recursos naturais	181 095,51	181 095,51
. Edifícios e outras construções	1 477 983,48	1 519 388,44
. Equipamento básico	12 059,74	53,34
. Equipamento de transporte	33 712,46	0,00
. Equipamento administrativo	33 264,45	16 330,37
. Outros activos fixos tangíveis	1 991,66	4 430,26
. Investimentos em curso	0,00	0,00
	1 740 107,30	**1 721 297,92**

5. ACTIVOS INTANGÍVEIS

Os activos intangíveis adquiridos encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes amortizações acumuladas.

As amortizações foram efectuadas pelo método da linha recta, em sistema de duodécimos.

Foram determinadas vidas úteis finitas, de acordo com a expectativa da afectação do desempenho.

ACTIVO INTANGÍVEL 2017					(Euros)
	Saldo Inicial 2017	Aumentos	Transferências	Abates	Saldo Final 2017
Activos Intangíveis brutos					
. Programas de Computador	0,00	7 931,39	0,00	0,00	7 931,39
	0,00	**7 931,39**	**0,00**	**0,00**	**7 931,39**
Amortizações acumuladas					
. Programas de Computador	0,00	650,17	0,00	0,00	650,17
	0,00	**650,17**	**0,00**	**0,00**	**650,17**
Activos Intangíveis em curso					
. Programas de Computador	0,00	7 878,89	0,00	0,00	7 878,89
	0,00	**7 878,89**	**0,00**	**0,00**	**7 878,89**

Ainda no decorrer de 2017, e embora centralizada pela Sede, foi efectuada a aquisição de Activos Intangíveis para a SRCentro, no valor de 7.931,39 euros (programas de computador em funcionamento) e 7.878,89 euros (programas de computador em curso).

6. CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

A rubrica de juros e gastos suportados decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

JUROS E GASTOS SIMILARES SUPORTADOS				(Euros)
	2017	2016	Variação Valor	Variação %
. Juros suportados - Empréstimos obtidos	411,48	603,70	-192,22	-31,84%
	411,48	**603,70**	**-192,22**	**-31,84%**

O juro suportado pela SRCentro no valor de 411,48 euros diz respeito ao empréstimo contraído pela Ordem dos Enfermeiros, e depois imputado às Secções Regionais pelo princípio da solidariedade.

7. INVENTÁRIOS

Nota não aplicável.

8. RENDIMENTOS E GASTOS

RENDIMENTOS

Quantia de cada rubrica significativa de rédito reconhecida durante o período:

RÉDITOS				(Euros)
	2017	2016	Variação Valor	Variação %
. Prestações de serviços	547 306,97	465 035,10	82 271,87	17,69%
. Subsídios à exploração	0,00	503,04	-503,04	-100,00%
. Reversões Perdas por imparidade	6 534,80	0,00	6 534,80	100,00%
. Aumentos/reduções de justo valor	0,00	0,00	0,00	0,00%
. Outros rendimentos e ganhos	27 588,49	11 789,52	15 798,97	134,01%
. Juros, dividendos e outros rendimentos	1 038,89	853,06	185,83	21,78%
	582 469,15	**478 180,72**	**104 288,43**	**21,81%**

No que concerne aos rendimentos e ganhos da SRCentro, a rubrica com maior expressão é a de "Prestações de serviços" que se devem essencialmente ao valor facturado aos membros, referente à quotização na Ordem.

O aumento verificado na rubrica "Prestação de serviços", face ao período homologo, deve-se à aprovação em Assembleia Geral de 20 de Setembro de 2017 da atribuição de 1% do valor da quotização total da Ordem dos Enfermeiros, de forma a contribuir para o desenvolvimento de um conjunto de actividades, que poderão ser implementadas em função das atuais e futuras necessidades e que se preveem crescentes.

A quantia de cada rubrica significativa de rédito reconhecida durante o período apresenta-se detalhada da seguinte forma:

O aumento da rubrica de "Outros rendimentos e ganhos" deve-se essencialmente ao reconhecimento de rendimentos obtidos, quer no ano de 2016 (saldo da rubrica "correcções relativas a períodos anteriores"), quer no ano de 2017 (saldo da rubrica "Outros"), resultantes de créditos de valores na conta Santander Totta da SRCentro, sem informação da origem dos referidos depósitos bancários e que de acordo com o parecer técnico dos Auditores foram reconhecidas como rendimentos.

A variação verificada na rubrica de juros obtidos deve-se, apesar da descida das taxas de juro aplicadas, ao aumento/constituição de depósitos a prazo efectuados na SRCentro.

RÉDITOS				(Euros)
	2017	2016	Variação Valor	%
Prestações de serviços	**547 306,97**	**465 035,10**	**82 271,87**	**17,69%**
. Quotização	539 854,46	458 321,54	81 532,92	17,79%
. Emolumentos	7 452,51	6 713,56	738,95	11,01%
Subsídios à exploração	**0,00**	**503,04**	**-503,04**	**-100,00%**
Reversões	**6 534,80**	**0,00**	**6 534,80**	**100,00%**
. Perdas por imparidade	6 534,80	0,00	6 534,80	100,00%
Outros rendimentos e ganhos	**27 588,49**	**11 789,52**	**15 798,97**	**134,01%**
. Material de divulgação	2 655,30	118,45	2 536,85	2141,71%
. Alienações de activos tangíveis	0,00	984,00	-984,00	-100,00%
. Rendas de propriedades de investimento	10 200,00	10 200,00	0,00	0,00%
. Correcções relativas a períodos anteriores	9 858,90	0,00	9 858,90	100,00%
. Descontos pronto pagamento obtidos	0,00	487,07	-487,07	-100,00%
. Outros	4 874,29	0,00	4 874,29	100,00%
Juros, dividendos e outros rendimentos	**1 038,89**	**853,06**	**185,83**	**21,78%**
. Juros obtidos	1 038,89	853,06	185,83	21,78%
	582 469,15	**478 180,72**	**104 288,43**	**21,81%**

GASTOS

A rubrica de gastos decompõe-se da seguinte forma:

GASTOS				(Euros)
	2017	2016	Variação Valor	%
. Fornecimentos e serviços externos	241 262,90	192 731,27	48 531,63	25,18%
. Gastos com o pessoal	97 893,02	132 184,03	-34 291,01	-25,94%
. Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	0,00	0,00	0,00	0,00%
. Provisões (aumentos/reduções)	0,00	0,00	0,00	0,00%
. Outros gastos	22 906,92	32 877,84	-9 970,92	-30,33%
. Gastos de depreciação e de amortização	59 996,10	53 682,53	6 313,57	11,76%
. Juros e gastos similares suportados	411,48	603,70	-192,22	-31,84%
	422 470,42	**412 079,37**	**10 391,05**	**2,52%**

A rubrica com maior significado no que concerne aos gastos é a de "Fornecimentos e serviços externos", que desagrega-se da seguinte forma:

FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

(Euros)

	2017	2016	Variação Valor	Variação %
Serviços Especializados				
Trabalhos Especializados:	**43 844,60**	**12 647,01**	**31 197,59**	**246,68%**
. Trabalhos Especializados - Informática	3 087,13	3 502,37	-415,24	-11,86%
. Trabalhos Especializados - Tipografia	1 330,44	389,68	940,76	241,42%
. Trabalhos Especializados - Administrativo	4 573,42	5 872,82	-1 299,40	-22,13%
. Trabalhos Especializados - Análise de imprensa	0,00	0,00	0,00	0,00%
. Trabalhos Especializados - Audiovisuais	3 382,20	1 777,85	1 604,35	90,24%
. Trabalhos Especializados - Estudos e projectos	1 457,55	0,00	1 457,55	100,00%
. Trabalhos Especializados - Outros	30 013,86	1 104,29	28 909,57	2617,93%
Publicidade e Propaganda	**13 915,08**	**2 257,07**	**11 658,01**	**516,51%**
Vigilância e Segurança	**743,36**	**2 255,37**	**-1 512,01**	**-67,04%**
Honorários	**7 918,78**	**13 746,00**	**-5 827,22**	**-42,39%**
Conservação e Reparação:	**12 586,90**	**14 487,60**	**-1 900,70**	**-13,12%**
. Conservação e Reparação - Instalações	12 553,69	14 071,37	-1 517,68	-10,79%
. Conservação e Reparação - Equipamento Administrativo	0,00	416,23	-416,23	-100,00%
. Conservação e Reparação - Equipamento Informático	33,21	0,00	33,21	100,00%
. Conservação e Reparação - Viatura Renting	0,00	0,00	0,00	0,00%
Serviços Bancários	**451,60**	**429,90**	**21,70**	**5,05%**
Outros	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00%**
	79 460,32	**45 822,95**	**33 637,37**	**73,41%**
Materiais				
. Ferramentas e Utensílios Desgaste Rápido	265,41	482,17	-216,76	-44,96%
. Livros e Documentação Técnica	454,65	565,92	-111,27	-19,66%
. Material de Escritório	1 619,18	7 933,45	-6 314,27	-79,59%
. Artigos para Oferta	6 173,72	1 670,28	4 503,44	269,62%
. Material Informático	230,16	688,81	-458,65	-66,59%
. Outros	294,04	4,90	289,14	5900,82%
	9 037,16	**11 345,53**	**-2 308,37**	**-20,35%**
Energias e fluidos				
. Eletricidade	9 863,34	7 403,87	2 459,47	33,22%
. Combustíveis	528,57	160,01	368,56	230,34%
. Água	619,60	546,14	73,46	13,45%
. Outros	0,00	0,00	0,00	0,00%
	11 011,51	**8 110,02**	**2 901,49**	**35,78%**
Deslocações, estadas e transportes				
Deslocações e Estadas				
. Estadias	13 642,63	6 343,47	7 299,16	115,07%
. Deslocações - Aviões	0,00	0,00	0,00	0,00%
. Deslocações - Comboios	741,10	413,75	327,35	79,12%
. Deslocações - Táxis	473,40	206,39	267,01	129,37%
. Deslocações - Viatura própria	65 924,47	60 559,98	5 364,49	8,86%
. Deslocações - Carros alugados	0,00	346,38	-346,38	-100,00%
. Deslocações - Estacionamento/Portagens	7 825,28	4 064,98	3 760,30	92,50%
. Deslocações - Transportes públicos	226,25	210,90	15,35	7,28%
. Alimentação	19 885,39	14 377,19	5 508,20	38,31%
. Inscrições	0,00	0,00	0,00	0,00%
. Ajudas de Custo	800,00	362,33	437,67	120,79%
. Coffee-break	2 799,87	2 727,86	72,01	2,64%
. Transporte de Pessoal	0,00	0,00	0,00	0,00%
. Transporte de Mercadorias	147,60	0,00	147,60	100,00%
. Outros	81,90	24,00	57,90	241,25%
	112 547,89	**89 637,23**	**22 910,66**	**25,56%**
Serviços diversos				
Rendas e Alugueres	**2 211,97**	**613,11**	**1 598,86**	**260,78%**
. Rendas e Alugueres - Instalações	0,00	0,00	0,00	0,00%
. Rendas e Alugueres - Viaturas	505,42	613,11	-107,69	-17,56%
. Rendas e Alugueres - Salas	1 148,67	0,00	1 148,67	100,00%
. Rendas e Alugueres - Equipamentos	557,88	0,00	557,88	100,00%
. Rendas e Alugueres - Outros	0,00	0,00	0,00	0,00%
Comunicação	**24 531,17**	**32 891,57**	**-8 360,40**	**-25,42%**
. Comunicação - Fixas/Móveis/Internet	19 278,92	20 659,35	-1 380,43	-6,68%
. Comunicação - Correios e estafetas	4 982,75	12 232,22	-7 249,47	-59,27%
. Comunicação - Outros	269,50	0,00	269,50	100,00%
Seguros	**452,21**	**816,09**	**-363,88**	**-44,59%**
. Seguros - Viaturas	62,10	156,09	-93,99	-60,22%
. Seguros - Acidentes pessoais	0,00	0,00	0,00	0,00%
. Seguros - Multi-riscos	390,11	660,00	-269,89	-40,89%
. Seguros - Responsabilidade civil	0,00	0,00	0,00	0,00%
. Seguros - Outros	0,00	0,00	0,00	0,00%
Contencioso e Notariado	**80,00**	**244,40**	**-164,40**	**-67,27%**
Despesas de Representação	**0,00**	**414,23**	**-414,23**	**-100,00%**
Limpeza, Higiene e Conforto	**1 930,67**	**2 836,14**	**-905,47**	**-31,93%**
. Limpeza, Higiene e Conforto - Serviços	1 218,71	2 031,72	-813,01	-40,02%
. Limpeza, Higiene e Conforto - Produtos	369,42	804,42	-435,00	-54,08%
. Limpeza, Higiene e Conforto - Artigos decoração	342,54	0,00	342,54	100,00%
Outros	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00%**
	29 206,02	**37 815,54**	**-8 609,52**	**-22,77%**
	241 262,90	**192 731,27**	**48 531,63**	**25,18%**

Relativamente aos "Fornecimentos e serviços externos" as rubricas mais relevantes são os "Trabalhos especializados", as "Deslocações, estadas e transportes" e os "Serviços diversos" onde se inclui a rubrica "Comunicações".

A rubrica "Deslocações, estadas e transportes" inclui o montante de 65.924,47 euros referente ao pagamento de despesas de deslocação em viatura própria, por forma a assegurar o adequado cumprimento das actividades da SRCentro.

Os gastos com deslocações e estadas decorrem da importância da SRCentro estar presente junto dos seus membros, instituições de saúde, associações profissionais, outras organizações e tutela. O ano de 2017 foi de elevada participação, com bastantes actividades e reuniões de vital importância pra o cumprimento da nossa estratégia em prol do reconhecimento e afirmação regional e nacional da Enfermagem.
Torna-se deveras importante realçar que todos os vogais efectivos e suplentes foram convocados para todas as reuniões dos órgãos sociais, tendo sido cumprido o estipulado legal, no que respeita ao pagamento por deslocação em carro próprio.

A compensação pela deslocação em viatura própria do membro são despesas que a SRCentro suporta para ressarcir o membro pela utilização da viatura pessoal ao serviço da SRCentro. Assim, a SRCentro é obrigada a comprovar os encargos efectivamente suportados com a compensação por uso de viatura própria (quilómetro), através do mapa itinerário, sendo necessário identificar o nome do membro, o local onde se deslocou, a data da deslocação, tempo e objectivo de permanência, matrícula da viatura, bem como o montante pago por quilómetro, de modo a aferir se o mesmo excede os limites legais de sujeição a IRS.

No seguimento da política deste Conselho Directivo no sentido de assegurar o gasto dos mesmos em detrimento das entidades cedentes, foram incluídos na rubrica de "Trabalhos especializados - Outros" os valores com enfermeiros cedidos à Ordem dos Enfermeiros, resultante da emissão de documento, nomeadamente, Factura, pela entidade cedente à SRCentro. No exercício de 2016, estes valores foram contabilizados na conta "68-Outros gastos e perdas". Assim, e de forma a

espelhar um enquadramento contabilístico mais adequado, esta conta, em 2017, foi reclassificada para a "Trabalhos especializados" apresentando saldo nulo.

A rubrica de "Outros gastos" decompõe-se no quadro seguinte:

OUTROS GASTOS E PERDAS (Euros)

	2017	2016	Variação Valor	Variação %
. Impostos	7 584,27	4 652,81	2 931,46	63,00%
. Correcções relativas a períodos anteriores	459,13	0,00	459,13	100,00%
. Donativos	0,00	0,00	0,00	0,00%
. Quotizações	0,00	0,00	0,00	0,00%
. Insuficiência estimativa para impostos	110,69	0,00	110,69	100,00%
. Encargos com Enfermeiros cedidos à Ordem	0,00	13 654,26	-13 654,26	-100,00%
. Atribuição de prémios de investigação	0,00	0,00	0,00	0,00%
. Multas e penalidades	0,00	0,00	0,00	0,00%
. Devolução de quotas	0,00	0,00	0,00	0,00%
. Outros gastos e perdas	14 752,83	14 570,77	182,06	1,25%
	22 906,92	**32 877,84**	**-9 970,92**	**-30,33%**

9. PROVISÕES, PASSIVOS CONTIGENTES E ACTIVOS CONTIGENTES

Nota não aplicável.

10.SUBSÍDIOS E OUTROS APOIOS DAS ENTIDADES PÚBLICAS

Nota não aplicável.

11. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

As bases de mensuração utilizadas para os instrumentos financeiros foram as de custo.

11.1 Fornecedores

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

FORNECEDORES (Euros)

	2017	2016	Variação Valor	Variação %
Fornecedores	**12 343,95**	**21 159,97**	**-8 816,02**	**-41,66%**
. Nacionais	11 611,96	20 773,95	-9 161,99	-44,10%
. Intracomunitários	731,99	386,02	345,97	89,62%
. Outros mercados	0,00	0,00	0,00	0,00%
	12 343,95	**21 159,97**	**-8 816,02**	**-41,66%**

A redução do saldo de Fornecedores a 31 de Dezembro de 2017, resulta do cumprimento do prazo de 15 dias para pagamento aos credores. Deste modo, a SRCentro cumpre os seus compromissos contractais nos prazos estipulados pelas partes.

11.2 Outros passivos correntes

Esta rubrica decompõe-se da forma indiada no quadro seguinte:

OUTROS PASSIVOS CORRENTES (Euros)

	2017	2016	Variação Valor	Variação %
Acréscimos de gastos:				
. Remunerações a liquidar	10 961,40	14 064,45	-3 103,05	-22,06%
. Outros acréscimos de gastos	37 259,39	44 467,20	-7 207,81	-16,21%
	48 220,79	**58 531,65**	**-10 310,86**	**-17,62%**
. Membros	1 253,36	603,07	650,29	107,83%
. Outros credores	32 679,33	251 326,46	-218 647,13	-87,00%
	33 932,69	**251 929,53**	**-217 996,84**	**-86,53%**
Total	**82 153,48**	**310 461,18**	**-228 307,70**	**-73,54%**

A rubrica "Membros", no valor de 1.253,36 euros, reflecte os valores decorrentes dos gastos apresentados pelos membros pertencentes aos Órgãos Sociais no decurso e funcionamento das actividades da SRCentro.

A rubrica "Outros credores" resulta fortemente das relações entre a Sede e a SRCentro, nomeadamente, a aquisição centralizada de bens/serviços pela Sede.

11.3 Créditos a receber

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

CRÉDITOS A RECEBER (Euros)

	2017	2016	Variação Valor	Variação %
. Juros a receber	30,00	613,33	-583,33	-95,11%
. Adiantamentos ao pessoal	0,00	0,00	0,00	0,00%
. Ajudas de custo	0,00	0,00	0,00	0,00%
. Despesas Secções Regionais	0,00	0,00	0,00	0,00%
. Despesas Sede	505,40	0,00	505,40	100,00%
. Membros	0,00	0,00	0,00	0,00%
. Caução de Arrendamento	0,00	0,00	0,00	0,00%
. Caução ACT	6 051,00	0,00	6 051,00	100,00%
. Contas de conferência de quotas	0,00	0,00	0,00	0,00%
. Adiantamentos a fornecedores	2 704,89	597,89	2 107,00	352,41%
. Outros devedores	0,00	0,00	0,00	0,00%
. Perdas por imparidade	0,00	0,00	0,00	0,00%
	9 291,29	**1 211,22**	**8 080,07**	**667,10%**

A rubrica "Caução ACT", no valor de 6.051,00 euros, refere-se ao depósito por conta do processo de contraordenação aplicado pelo ACT à SRCentro, relativamente ao processo de rescisão de contrato de trabalho com uma colaboradora.

Face à decisão aplicada no âmbito deste processo, e tendo em consideração os argumentos expostos, a SRCentro impugnou judicialmente a decisão relativa à aplicação da coima pela ACT, junto do Tribunal de Trabalho competente.

11.4 Reconhecimento das perdas por imparidade de dívidas a receber

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a dívida dos membros/outros à SRCentro (e respectivo reconhecimento de perdas de imparidade) detalham-se conforme se segue:

MEMBROS % Facturação (Euros)

Activos	2017	2016	Variação Valor	Variação %
Dívidas dos membros - contas correntes	163 770,22	102 981,57	60 788,65	59,03%
Outros clientes	0,00	0,00	0,00	0,00%
Dívidas dos membros - cobrança duvidosa	0,00	0,00	0,00	0,00%
Imparidade Acumulada	-47 893,76	-39 164,33	-8 729,43	22,29%
	115 876,46	**63 817,24**	**52 059,22**	**81,58%**
Reforço/(redução) imparidade acumulada	-6 534,80	-31 250,15	24 715,35	-79,09%

O movimento das perdas por imparidade dos saldos de membros/patrocinadores durante o exercício foi o seguinte:

PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS (Euros)

	01/01/2017	Reforços	Reversões	Desreconhecimento	31/12/2017
. Imparidade acumulada	39 164,33	0,00	-6 534,80	15 264,23	47 893,76
	39 164,33	**0,00**	**-6 534,80**	**15 264,23**	**47 893,76**

Em 2017 foi registada uma reversão de imparidades por dívidas de membros/associados no montante de 6.534,80 euros.

O registo das perdas por imparidade é efectuado de acordo com a antiguidade da dívida. São registadas perdas por imparidade para as dívidas vencidas há mais de dois anos, dando continuidade ao pressuposto assumido em 2016. Em 2015 eram registadas perdas por imparidade para as dívidas vencidas há mais de um ano.

11.5 Fluxos de Caixa

A caixa e seus equivalentes inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis e aplicações de tesouraria no mercado monetário:

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a rubrica de "Caixa" e "Depósitos bancários" apresentava a seguinte decomposição:

CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS (Euros)

	2017	2016	Variação Valor	Variação %
. Caixa_SRC	169,02	0,00	169,02	100,00%
. Depósitos à Ordem	112 616,27	524 252,47	-411 636,20	-78,52%
. Depósitos a Prazo_Garantido I	800 000,00	800 000,00	0,00	0,00%
. Depósitos a Prazo_Fundo de Reserva	200 335,90	0,00	200 335,90	100,00%
	1 113 121,19	**1 324 252,47**	**-211 131,28**	**-15,94%**

11.6 Investimentos Financeiro e Outros Activos Correntes

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

INVESTIMENTOS FINANCEIROS/OUTROS ACTIVOS CORRENTES (Euros)

	2017	2016
Investimentos financeiros		
. Seguro de capitalização	0,00	0,00
. Fundo de compensação do trabalho	181,96	0,00
	181,96	**0,00**
Outros activos correntes		
. Fundo de tesouraria BPI	0,00	0,00
. Fundo de tesouraria Montepio	0,00	0,00
. Obrigações do Tesouro	0,00	0,00
	0,00	**0,00**

12. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

Os gastos com o pessoal foram os seguintes:

GASTOS COM O PESSOAL				(Euros)
	2017	2016	Variação Valor	%
Gastos com Pessoal				
. Remunerações do pessoal	80 323,28	107 997,07	-27 673,79	-25,62%
. Indemnizações	0,00	2 623,81	-2 623,81	-100,00%
. Encargos sobre remunerações	16 543,84	21 129,35	-4 585,51	-21,70%
. Seguro acidentes no trabalho	592,10	0,00	592,10	100,00%
. Outros gastos com o pessoal	433,80	433,80	0,00	0,00%
	97 893,02	**132 184,03**	**-34 291,01**	**-25,94%**

Durante o período de 2017 os gastos com o pessoal ascenderam a 97.893,02 euros.

A variação ocorrida nesta rubrica deve-se essencialmente à restruturação dos Recursos Humanos vinculados à SRCentro.

A rubrica "Outros gastos" inclui essencialmente gastos com a medicina no trabalho e formação.

No período a que se referem estas Demonstrações Financeiras o número médio de colaboradores da SRCentro foi de 6.

13. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

A 12 de Janeiro de 2018, no âmbito do processo da ACT, em Tribunal de Trabalho competente, foi julgada na sua plenitude a impugnação judicial apresentada, tendo sido absolvida a SRCentro da prática da contra-ordenação de que vinha acusada pela ACT, cuja decisão já foi comunicada a esta entidade. Neste sentido, no decorrer do período de 2018, a SRCentro será ressarcida do montante da "Caução ACT" paga em 2017.

As Demonstrações Financeiras para o período findo em 31 de Dezembro de 2017 foram aprovadas pelo Conselho Directivo Regional e autorizadas para emissão em 15 de Fevereiro de 2018.

14. AGRICULTURA

Nota não aplicável.

15. DIVULGAÇÃO EXIGIDAS POR OUTROS DIPLOMAS LEGAIS

Nos termos do Decreto-Lei n.º 534/80 de 7 de Novembro, declara-se que não existiam dívidas em mora ao Estado.

Em cumprimento do disposto no Decreto-Lei n.º411/91 de 17 de Outubro, informa-se que a situação perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estabelecidos.

16. OUTRAS DIVULGAÇÕES

16.1 Outras divulgações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados:

ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a rubrica de "Estado e outros entes públicos" apresentava a seguinte decomposição:

ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS		(Euros)
	2017	**2016**
Passivos		
. Imp. sobre o rendimento (IRC) a pagar	5 848,44	4 842,76
. Imposto sobre o valor acrescentado	577,13	1 493,50
. Retenção de impostos s/ rendimento	959,00	816,00
. Contribuições p/ Segurança Social	2 117,96	2 388,45
. Outras contribuições e tributações	0,00	452,29
	9 502,53	**9 993,00**

IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DO PERÍODO

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, esta rubrica apresentava a seguinte decomposição:

IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO				(Euros)
	2017	2016	Variação Valor	%
. Imposto do exercício . Imposto diferido	6 254,00	6 006,40	247,60	4,12%
	6 254,00	**6 006,40**	**247,60**	**4,12%**
. Rendimentos comerciais	2 655,30	126,45	2 528,85	1999,88%
. Rendimentos capitais	1 038,89	853,06	185,83	21,78%
. Rendimentos prediais	10 200,00	10 200,00	0,00	0,00%
. Outros rendimentos	0,00	0,00	0,00	0,00%
MATÉRIA COLECTÁVEL	**13 894,19**	**11 179,51**	**2 714,68**	**24,28%**
. Colecta	2 917,78	2 347,70	570,08	24,28%
. Tributações autónomas	3 336,22	3 658,70	-322,48	-8,81%
IMPOSTO DO EXERCÍCIO	**6 254,00**	**6 006,40**	**247,60**	**4,12%**

CONCILIAÇÃO IMPOSTO DO PERÍODO		(Euros)
	2017	**2016**
. Resultados antes de impostos	159 998,73 €	66 101,35 €
. Taxa de imposto	21,00%	21,00%
. Imposto estimado	6 254,00 €	6 006,40 €
Imposto do Exercício		
Taxa efectiva de imposto	**3,91%**	**9,09%**

DIFERIMENTOS

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a rubrica de "Diferimentos" apresentava a seguinte decomposição:

DIFERIMENTOS		(Euros)
	2017	**2016**
Activos		
. Contratos de manutenção	1 802,77	428,38
. Seguros	641,73	0,00
. Renda das instalações	0,00	0,00
. Informática	0,00	0,00
. Outros gastos diferidos	2 681,57	95,38
	5 126,07	**523,76**
Passivos		
. Outros diferimentos	0,00	0,00
	0,00	**0,00**

VARIAÇÃO NAS RUBRICAS DO FUNDO PATRIMONIAL

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a rubrica dos "Fundos patrimoniais" apresentava a seguinte decomposição:

VARIAÇÃO NAS RUBRICAS DO FUNDO PATRIMONIAL					(Euros)
	01/01/2017	**Aumentos**	**Diminuições**	**Transferências**	**31/12/2017**
. Fundos patrimoniais	168 752,87	25 008,70			193 761,57
. Reservas	176 398,77	6 009,50		17 927,63	200 335,90
. Resultados transitados	2 479 923,33	54 085,45		-17 927,63	2 516 081,15
. Resultado do período	60 094,95	153 744,73	-60 094,95		153 744,73
	2 885 169,92	**238 848,38**	**-60 094,95**	**0,00**	**3 063 923,35**

A conta " Resultados transitados" foi regularizada no montante de 17.927,63 euros relativamente à constituição do Fundo de Reserva dos anos de 2011 e 2015 que não se encontravam registadas contabilisticamente na conta de "Fundo de Reserva".

De acordo com o estabelecido no n.º 1do art.º 118 dos Estatutos da Ordem dos Enfermeiros, foi constituído, em 2017, 6.009,50 euros em Fundo de Reserva, após a aplicação de 10% sobre os resultados líquidos de 2016.

OE-ASSOCIADOS/MEMBROS

Esta rubrica, a 31 de Dezembro de 2017 e 2016, apresenta os valores descritos no seguinte quadro:

ASSOCIADOS/MEMBROS				(Euros)
	2017	2016	Variação Valor	Variação %
. Percentagem s/ facturação	163 770,22	102 981,57	60 788,65	59,03%
. Percentagem s/ recebimentos	144 050,23	93 457,32	50 592,91	54,13%
. Percentagem s/ inscrições	20 480,20	20 185,34	294,86	1,46%
. Percentagem s/ título especialista	4 528,50	2 038,80	2 489,70	122,12%
	332 829,15	**218 663,03**	**114 166,12**	**52,21%**
. Imparidades Acumuladas	-47 893,76	-39 164,33	-8 729,43	22,29%
VALOR LÍQUIDO	**284 935,39**	**179 498,70**	**105 436,69**	**58,74%**

HIPOTECA

Sobre o imóvel onde está localizada a sede da SRCentro, com o valor contabilístico líquido de 1.659.078,99 euros, está registada uma hipoteca a favor da Caixa Económica Montepio Geral.

Contabilista Certificado n.º 86996	Conselho Directivo		
	Presidente	Secretário	Tesoureiro
Rute Santos		Pedro Lopes	Sandra Pádua
Rute Cristina Simões dos Santos	Ricardo Correia de Matos	Pedro Lopes	Sandra Pádua

CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

Ordem dos Enfermeiros - Secção Regional do Centro

RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **Ordem dos Enfermeiros - Secção Regional do Centro** (a Entidade), que compreendem o balanço em **31 de dezembro de 2017** (que evidencia um total de 3.167.923,31 euros e um total dos fundos patrimoniais de 3.063.923,35 euros, incluindo um resultado líquido de 153.744,73 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao período findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras:

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O Órgão de Fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um

Capital Social 5 000 € - Contribuinte e NIPC n.º 510 413 900 - SROC n.º 277 - OROC

Dr. Jorge Manuel Teixeira da Silva - geral@jorgesilvaroc.pt
Sede: Rua dos Bragas, 208 - 1º Andar – Sala 15 - Cedofeita - 4050-122 Porto
Escritório: Urbanização Souto do Rio, Lote 43 - 3754-304 ÁGUEDA - Telefs. 234 622 250 - 234 603 556 - Fax 234 624 267

relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

Águeda, 13 de fevereiro de 2018

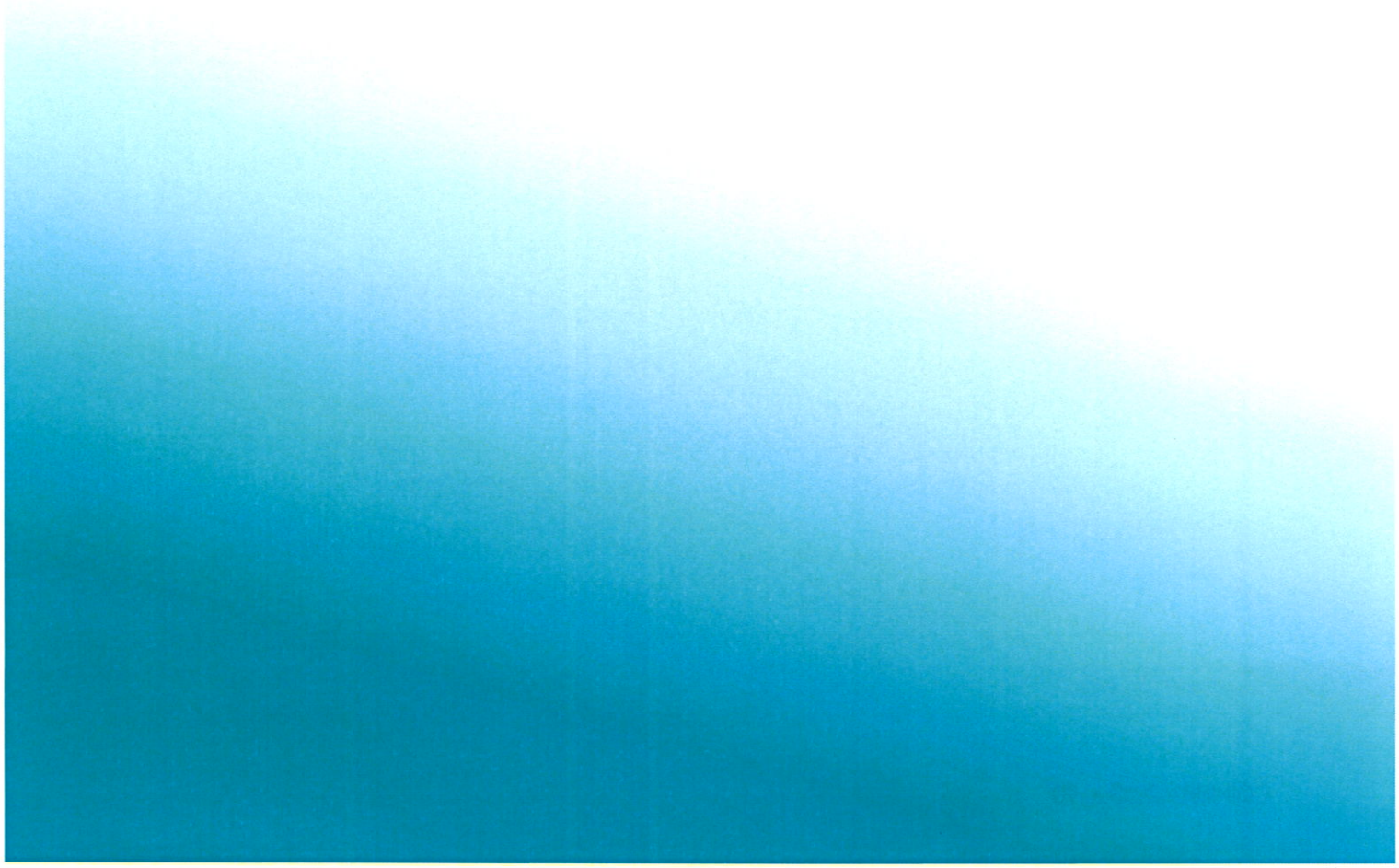
Dr. Jorge Manuel Teixeira da Silva

Revisor Oficial de Contas nº 637 em representação de
Jorge Silva, Neto, Ribeiro & Pinho, SROC, Lda.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

Capital Social 5 000 € - Contribuinte e NIPC nº 510 413 900 - SROC nº 227 - OROC

Dr. Jorge Manuel Teixeira da Silva - geral@jorgesilvaroc.pt
Sede: Rua dos Bragas, 208 - 1º Andar – Sala 15 - Cedofeita - 4050-122 Porto
Escritório: Urbanização Souto do Rio, Lote 43 - 3754-304 ÁGUEDA - Telefs. 234 622 250 - 234 603 556 - Fax 234 624 267

PARECER CONSELHO FISCAL



ordem dos enfermeiros
secção regional centro

Conselho Fiscal Regional do Centro
2016/2019

Parecer sobre o Relatório de Contas do ano 2017
Aos membros da Ordem dos Enfermeiros da Secção Regional do Centro

Ao abrigo do disposto no artigo 48.º da Lei n.º 156/2015, de 16 de Setembro que procede à segunda alteração ao Estatuto da Ordem dos Enfermeiros (EOE), examinámos o Relatório de Actividades e Contas de 2017 do Conselho Directivo Regional, compreendendo estas últimas as Demonstrações Financeiras anexas da Secção Regional do Centro da Ordem dos Enfermeiros (SRCentro), as quais incluem o balanço em 31 de Dezembro de 2017 (que evidencia um total de 3.167.923,31 euros e um total dos fundos patrimoniais de 3.063.923,35 euros, incluindo um resultado líquido de 153.744,73 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao período findo naquela data e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

É da competência do Conselho Directivo da SRCentro, a apresentação do relatório de actividades e contas e respectivas demonstrações financeiras para as Entidades do Sector Não Lucrativo adoptadas em Portugal, através do Sistema de Normalização Contabilística. Compete ainda, ao Conselho Directivo, a elaboração do relatório de actividades e contas nos termos legais e regulamentares aplicáveis, a criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas da distorção material devida a fraude ou erro, a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas.

A responsabilidade do Conselho Fiscal Regional encontra-se consagrada na citada alínea b) no n.º 2 do artigo 48.º do EOE e consiste na emissão de parecer sobre o relatório de actividades e contas do Conselho Directivo Regional da SRCentro e, de um modo geral, na fiscalização da sua actividade administrativa.

Embora o EOE não defina o conteúdo do parecer, nem as normas subjacentes, a fiscalização realizada pelo CFR, foi efectuada de acordo com as normas gerais de auditoria aplicáveis, as quais exigem que a mesma seja planeada e executada com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre a informação financeira e as demonstrações financeiras apresentadas.

Assim, foi verificada a concordância da informação financeira constante do relatório do Conselho Directivo Regional da SRCentro com as demonstrações financeiras do período.

Entendemos que a fiscalização efectuada proporciona uma base aceitável para a expressão no nosso parecer sobre o relatório de actividades e contas do Conselho Directivo da SRCentro de 2017.

Em suma, somos do parecer que o Relatório de Actividades e Contas de 2017 e as Demonstrações Financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da SRCentro em 31 de Dezembro de 2017, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no período findo naquela data.

Coimbra, 15 de Fevereiro de 2018
O Conselho Fiscal Regional

João Morais, Presidente

Bráulio Sousa, Vogal

APÊNDICE 13

RELATÓRIO E CONTAS 2017

SECÇÃO REGIONAL DO SUL

ordem dos enfermeiros
secção regional
sul

Relatório de Actividades

e

Contas

2017

Aprovado em reunião extraordinária do Conselho Directivo Regional da Secção Regional do Sul de 12 de Fevereiro de 2018

Índice

Índice de Figuras **4**

Siglas **5**

1. Introdução **6**

2. Uma Ordem dos Enfermeiros com os Enfermeiros **7**

1. Actualização do perfil socioprofissional dos membros da SRSul 7

Meta/Indicador de resultado: Atingido em 100% 9

2. Realização de visitas de proximidade aos contextos da prática profissional 9

Meta/Indicador de resultado: Atingido em 100% 10

3. Estabelecimento de protocolos e parcerias com diversas entidades e organizações a nível regional 10

4. Realização de sessões de esclarecimento, sobre Enfermagem e sobre as atribuições da Ordem dos Enfermeiros 10

5. Constituição de parcerias/colaboração com Instituições de Ensino Superior onde decorram cursos de Enfermagem 11

6. Organização da Cerimónia de Vinculação à Profissão 12

3. Uma Ordem dos Enfermeiros Moderna e Eficiente **13**

7. Promoção de práticas de melhoria contínua no funcionamento administrativo da Secção 13

8. Manutenção da estratégia Via Verde SRSul 16

9. Manutenção da promoção de uma política de protecção do ambiente 17

4. Uma Ordem dos Enfermeiros socialmente credível e visível **19**

10. Promoção e apoio no desenvolvimento de projectos liderados por Enfermeiros 19

11. Promoção do diálogo com instituições/associações da sociedade civil 19

12. Comemorações de efemérides com relevância para a profissão 21

13. Divulgação das actividades dos Enfermeiros e da SRSul através dos meios de comunicação social 21

5. Uma Ordem dos Enfermeiros promotora da Qualidade e da Segurança dos Cuidados **23**

14. Realização de visitas de acompanhamento do exercício aos contextos de prática profissional. 23

15. Colaboração em projectos de intervenção junto da comunidade, de acordo com as necessidades identificadas e no âmbito dos programas de saúde 24

16. Participação na defesa do cumprimento de dotações seguras nas unidades de saúde 26

17. Controlo de situações de usurpação de funções de Enfermagem da área da SRSul 26

18. Promoção da articulação entre a SRSul e os Enfermeiros emigrantes 27

6. Uma Ordem dos Enfermeiros promotora do desenvolvimento científico e técnico-profissional 28

19. Colaboração em protocolos estratégicos de intervenção formativa 28

20. Promoção de espaços de debate científico entre os Enfermeiros 28

21. Apoio à investigação em Enfermagem 29

22. Promoção do desenvolvimento de cursos de aperfeiçoamento profissional, em contextos de prática clínica 30

23. Realização do II Congresso Regional da Secção Regional do Sul. 30

7. Uma Ordem dos Enfermeiros presente, dinâmica e responsável 32

24. Representação da SRSul em eventos nacionais e internacionais. 32

25. Realização da Assembleia Regional. 32

26. Realização de encontro semestral de membros dos órgãos estatutários para acompanhamento, avaliação e definição de estratégias de melhoria. 32

27. Elaboração de relatórios semestrais das actividades desenvolvidas por cada órgão regional. 33

8. Contas da SRSul de 2017 34

9. Considerações Finais 38

Índice de Figuras

Tabelas

Tabela 1 – Distribuição dos Enfermeiros por Género 7

Tabela 2 – Distribuição dos Enfermeiros por Distrito 7

Tabela 3 – Distribuição dos Enfermeiros por Faixa Etária 8

Tabela 4 – Distribuição dos Enfermeiros por Cuidados Gerais e Especialidade 8

Tabela 5 – Distribuição dos Enfermeiros por Sector de Actividade 9

Tabela 6 – Distribuição dos Enfermeiros por Área de Actuação 9

Quadros

Quadro 1 – Visitas de Proximidade 10

Quadro 2 – Sessões Lectivas em Estabelecimentos de Ensino Superior 11

Quadro 3 – Constituição de parcerias/colaboração com Instituições de Ensino Superior de Enfermagem 12

Quadro 4 – Satisfação relativamente ao atendimento 16

Quadro 5 – Via Verde SRSul 17

Quadro 6 – Comunicação das Actividades da SRSul 22

Quadro 7 – VAEP 23

Quadro 8 – Representações 32

Quadro 9 – Execução orçamental de rendimentos 2017, com comparação à execução 2016 35

Quadro 10 – Execução orçamental de gastos 2017, com comparação à execução 2016 35

Quadro 11 – Investimentos em activos fixos tangíveis 2017 37

Gráficos

Gráfico 1 – Atendimento telefónico e presencial 14

Gráfico 2 – Distribuição dos atendimentos por assunto 14

Gráfico 3 – Distribuição dos atendimentos por assunto 14

Gráfico 4 – Distribuição de questionários respondidos 16

Anexo – Demonstrações Financeiras e Anexo às Demonstrações Financeiras

Siglas

ACES – Agrupamento de Centros de Saúde

CDR – Conselho Directivo Regional

CER – Conselho de Enfermagem Regional

ELO`s – Elementos de Ligação à Ordem

ESE – Escola Superior de Enfermagem

ESS – Escola Superior de Saúde

OE – Ordem dos Enfermeiros

PMDS – Prémio de Investigação em Enfermagem Mariana Diniz de Sousa

SRSul – Secção Regional do Sul

UCC – Unidade de Cuidados Continuados

UCSP – Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados

USF – Unidade de Saúde Familiar

VAEP – Visitas de Acompanhamento do Exercício Profissional

1. Introdução

A Secção Regional do Sul (SRSul) da Ordem dos Enfermeiros (OE), no decorrer do ano de 2017, desenvolveu a sua actividade assente na defesa, valorização, dignificação dos Enfermeiros, da Enfermagem e consequente segurança dos cuidados que daí advêm.

Este relatório contempla uma análise crítica às actividades desenvolvidas, enquadradas nos eixos contidos no Plano de Actividades e Orçamento da SRSul para o ano de 2017, bem como a análise do desempenho financeiro da SRSul.

A proximidade e a articulação entre os Órgãos Estatutários da SRSul bem como o recurso a elementos identificados como peritos nas mais diversas áreas de actuação, foram fundamentais para o desenvolvimento de actividades promotoras de conhecimento que contribuíram de forma inequívoca para o aumento da qualidade e segurança dos cuidados prestados à população, como se encontra plasmado neste documento.

Realçamos, de forma orgulhosa, a profissionalização da Instituição no seu global e em particular da SRSul, através de um conjunto de medidas concretas que elevam a transparência e que nos permitem referir a solidez, sustentabilidade e viabilidade orçamental que a mesma patenteia.

2. Uma Ordem dos Enfermeiros com os Enfermeiros

Objectivos Estratégicos

- Acompanhar o exercício profissional dos Enfermeiros;
- Melhorar a comunicação com os membros;
- Melhorar os benefícios sociais dos membros;
- Promover a actividade dos Elementos de Ligação à Ordem (ELO`s).

Actividades

1. Actualização do perfil socioprofissional dos membros da SRSul.

A actualização do perfil socioprofissional dos membros da SRSul reflecte a informação da base de dados dos membros da OE a 31 de Dezembro de 2017. A análise do perfil socioprofissional permite tirar algumas ilações relativamente aos números traduzidos. Através da Tabela 1 podemos constatar que o Género Feminino predomina nos Enfermeiros da SRSul.

Tabela 1 – Distribuição dos Enfermeiros por Género

Distribuição por Género	Total
FEMININO	23 539
MASCULINO	5 076
Total	**28 615**

No que diz respeito à distribuição de Enfermeiros por distrito, verificamos na Tabela 2 que os distritos onde há maior representatividade destes são em Lisboa, Setúbal, Faro e Santarém.

Tabela 2 – Distribuição dos Enfermeiros por Distrito

Distribuição por Distrito (Exercício Profissional)			
Distrito	F	M	Total
BEJA	735	171	906
ÉVORA	927	183	1 110
FARO	2 097	474	2 571
LISBOA	12 985	2 846	15 831
PORTALEGRE	631	210	841
SANTARÉM	1 887	357	2 244
SETÚBAL	3 617	661	4 278
OUTROS	606	162	768
Total no Território Nacional	**19 262**	**4 241**	**28 549**
ESTRANGEIRO	54	12	66
TOTAL	**19 316**	**4 253**	**28 615**

Através da análise da Tabela 3, podemos observar que a faixa etária com maior número de Enfermeiros situa-se no intervalo dos 31 aos 35 anos. Mais de metade dos Enfermeiros, pertencentes à SRSul, têm uma idade compreendida entre os 26 aos 45 anos.

Tabela 3 – Distribuição dos Enfermeiros por Faixa Etária

Distribuição por Grupos Etários			
Grupos Etários	**F**	**M**	**Total**
21 a 25	1388	208	1 596
26 a 30	3153	483	3 636
31 a 35	4782	1005	5 787
36 a 40	3549	867	4 416
41 a 45	2548	588	3 136
46 a 50	2305	506	2 811
51 a 55	2365	448	2 813
56 a 60	1510	429	1 939
61 a 65	811	222	1 033
66 a 70	534	135	669
Mais 70	594	185	779
Total	**23 539**	**5 076**	**28 615**

Conforme podemos verificar na Tabela 4, os membros da SRSul são maioritariamente Enfermeiros de Cuidados Gerais, e a área de Especialidade com maior número de Enfermeiros é a de Enfermagem de Reabilitação. Apenas 22,12% são Enfermeiros Especialistas.

Tabela 4 – Distribuição dos Enfermeiros por Cuidados Gerais e Especialidade

Enfermeiros Cuidados Gerais			
Título	**F**	**M**	**Total**
ENFERMEIRO	18 299	3 998	22 297
Enfermeiros Especialistas			
Títulos	**F**	**M**	**Total**
ESPECIALISTA EM ENFERMAGEM COMUNITÁRIA	811	123	934
ESPECIALISTA EM ENFERMAGEM DE REABILITAÇÃO	1 003	376	1 379
ESPECIALISTA EM ENFERMAGEM DE SAÚDE INFANTIL E PEDIÁTRICA	922	65	987
ESPECIALISTA EM ENFERMAGEM DE SAÚDE MATERNA E OBSTÉTRICA	1 029	61	1 090
ESPECIALISTA EM ENFERMAGEM MÉDICO-CIRÚRGICA	950	257	1 207
ESPECIALISTA EM ENFERMAGEM SAÚDE MENTAL E PSIQUIÁTRICA	532	201	733
Total	**5 247**	**1 083**	**6 330**

No que diz respeito ao sector de actividade, analisando a Tabela 5 percebemos que a grande maioria dos Enfermeiros da SRSul exerce a sua actividade profissional em Hospitais, bem como desenvolve a sua actividade profissional na área da prestação de cuidados (Tabela 6).

Tabela 5 – Distribuição dos Enfermeiros por Sector de Actividade

Distribuição por Sector de Actividade			
Sector de Actividade	**F**	**M**	**Total**
APOSENTADO	209	69	278
CENTROS DE SAÚDE	2 364	295	2 659
CLÍNICAS/ESTABABELECIMENTOS PRIVADOS DE SAÚDE	454	158	612
DESCONHECIDO (1)	5 826	1 174	7 000
ESTAB. DE ENSINO DE ENFERMAGEM	229	70	299
ESTABELECIMENTO PRISIONAL/FORÇAS DE SEGURANÇA	32	71	103
HOSPITAIS	13 530	2 954	16 484
INSTITUIÇÃO PARTICULAR DE SOLIDARIEDADE SOCIAL	227	46	273
LARES/CASA DE SAÚDE	165	48	213
OUTROS	103	40	143
SERVIÇO PREVENÇÃO TRATAMENTO TOXICODEPENDÊNCIA	46	19	65
EXERCÍCIO LIBERAL	354	132	486
TOTAL	**23 539**	**5 076**	**28 615**

(1) Situação de Enfermeiros que no acto de inscrição não se encontravam em exercício profissional e que entretanto não actualizaram os dados.

Tabela 6 – Distribuição dos Enfermeiros por Área de Actuação

Distribuição por Área de Actuação			
Área de Actuação	**F**	**M**	**Total**
ASSESSORIA / CONSULTADORIA	27	9	36
DESCONHECIDO	10 513	2 267	12 780
ENSINO E INVESTIGAÇÃO	70	28	98
FORMAÇÃO	104	24	128
GESTÃO	681	223	904
OUTRA	173	52	225
PRESTAÇÃO DE CUIDADOS ESPECIALIZADOS	619	141	760
PRESTAÇÃO DE CUIDADOS GERAIS	11 352	2 332	13 684
Total	**23 539**	**5 076**	**28 615**

Meta/Indicador de resultado: Atingido em 100%

2. Realização de visitas de proximidade aos contextos da prática profissional.

Para além das Visitas de Acompanhamento ao Exercício Profissional, devidamente contempladas estatutariamente, houve a necessidade como meio de suprir a urgência de intervenção em alguns momentos, de contemplar a existência de visitas de proximidade aos contextos de prática profissional.

As visitas de proximidade aos contextos da prática profissional são caracterizadas como visitas informais junto dos colegas. Estas ocorreram por solicitação destes e através do diagnóstico real dos contextos clínicos. Em algumas das situações assumiram um carácter emergente pelo facto de serem susceptíveis de colocar em causa a segurança do utente ou comprometerem a dignidade da profissão.

Através do Quadro 1, podemos constatar o número de visitas de proximidade realizadas, por tipo de unidade de saúde.

Quadro 1 – Visitas de Proximidade

Unidades	Número de Visitas
Agrupamento de Centros de Saúde	8
Centros Hospitalares	5
Divisão de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências	1
Hospitais	8
Serviço de Urgência Básica	3
Unidades Locais de Saúde	3

Meta/Indicador de resultado: Atingido em 100%

3. Estabelecimento de protocolos e parcerias com diversas entidades e organizações a nível regional.

Com o intuito de proporcionar vantagens e benefícios aos Enfermeiros foram analisadas várias propostas de parceria com entidades da área geográfica de abrangência da SRSul e neste sentido foram celebrados 85 protocolos. As entidades e as condições dos protocolos, podem ser consultados através do site da OE no separador "Benefícios para os membros".

Meta/Indicador de resultado: Superado em 4250%

4. Realização de sessões de esclarecimento, sobre Enfermagem e sobre as atribuições da Ordem dos Enfermeiros.

Com o propósito de esclarecer os estudantes do quarto ano do Curso de Licenciatura em Enfermagem, futuros membros da OE, acerca das atribuições estatutárias, Regulamento do Exercício Profissional dos Enfermeiros, apresentação dos documentos legais que suportam a tomada de decisão em Enfermagem, esclarecer dúvidas e promover a proximidade aos contextos de ensino de enfermagem, foram realizadas 11 sessões lectivas em Instituições de Ensino Superior, nos vários distritos da área geográfica de abrangência da SRSul, conforme podemos perceber através da análise do Quadro 2.

Quadro 2 – Sessões Lectivas em Estabelecimentos de Ensino Superior

Estabelecimento de Ensino	Número de Sessões
ESS Santarém	2
ESS Cruz Vermelha Portuguesa	2
ESS Setúbal	1
Universidade Católica Portuguesa	1
ESS Egas Moniz	1
ESS Beja	1
ESE São João de Deus – Évora	1
ESS Faro – Universidade do Algarve	1
ESS Portalegre	1

Estas sessões lectivas decorreram a pedido das Instituição de Ensino Superior e ocorreram nas datas por estas sugeridas.

No que diz respeito ao esclarecimento de dúvidas, as questões que os estudantes mais colocaram, prenderam-se com:

- Finalidade da OE;
- Forma de organização estrutural da OE;
- Inscrição na OE, documentação necessária para atribuição do título profissional e custos inerentes;
- Quotização;
- Forma de obtenção do seguro de responsabilidade civil;
- Alteração de domicílio profissional, como proceder;
- De acordo com as obrigações estatutárias, como proceder em caso de denúncia de más práticas nos contextos;
- Outros assuntos relacionados com deontologia e políticas de saúde.

Meta/Indicador de resultado: Atingido em 100%

5. Constituição de parcerias/colaboração com Instituições de Ensino Superior onde decorram cursos de Enfermagem.

Visando uma maior proximidade entre as Instituições de Ensino Superior de Enfermagem e a OE, e de forma a criar uma maior participação destas Instituições em actividades da SRSul, foram levadas a cabo algumas actividades com vista à prossecução desta intenção, conforme podemos observar no Quadro 3.

Quadro 3 – Constituição de parcerias/colaboração com Instituições de Ensino Superior de Enfermagem

Actividade	Local	Número de Actividades
Reunião com Reitor da Universidade do Algarve	Universidade do Algarve	1
Prémio de Investigação em Enfermagem Mariana Diniz de Sousa	Sede Nacional OE	1
Workshop – Escrita e Publicação de Artigos Científicos	SRSul	1
Workshop – Planeamento e Avaliação de Projectos de Intervenção	SRSul	1
Júri Provas de Mestrado	ESEL	3
Comissão Cientifica do II Congresso SRSul	Setúbal	2
Parceria de Formação Ético-Deontológica	Instituições de Ensino Superior	1

Ainda neste âmbito, de realçar que na construção do programa do II Congresso da Secção Regional do Sul: "(Re)Construir o Caminho da Enfermagem" esta preocupação foi tida em conta e neste sentido foram integrados docentes das várias Instituições de Ensino Superior de Enfermagem nas diversas mesas que constituíram este nobre evento, numa filosofia de descentralização e representatividade.

Meta/Indicador de resultado: Superado em 350%

6. Organização da Cerimónia de Vinculação à Profissão.

A Cerimónia de Vinculação à Profissão da SRSul decorreu no dia 30 de Setembro de 2017, na Aula Magna da Reitoria da Universidade de Lisboa, e contou com a presença da Digníssima Bastonária, Enfermeira Ana Rita Cavaco. Estiveram presentes 200 jovens Enfermeiros acompanhados dos seus familiares e amigos, numa cerimónia que contou ainda com a presença de vários membros dos Órgãos Estatutários Regionais e Nacionais, bem como vários representantes de Instituições de Saúde e de Ensino Superior de Enfermagem, envolvendo mais de 500 participantes.

Meta/Indicador de resultado: Atingido em 100%

3. Uma Ordem dos Enfermeiros Moderna e Eficiente

Objectivos Estratégicos

- Melhorar a resposta da SRSul, garantindo a adequação às necessidades dos Enfermeiros e dos cidadãos;
- Optimizar a utilização das tecnologias de informação e comunicação visando uma melhor gestão dos recursos da SRSul;
- Garantir a continuidade de funções nas diferentes áreas administrativas.

Actividades

7. Promoção de práticas de melhoria contínua no funcionamento administrativo da Secção:

a. Implementação da metodologia de avaliação do desempenho;

A implementação da metodologia de avaliação do desempenho dos colaboradores da SRSul encontra-se em desenvolvimento por parte dos recursos humanos da Instituição. Esta metodologia irá abranger de forma transversal todos os colaboradores da OE.

Meta/Indicador de resultado: Em estruturação

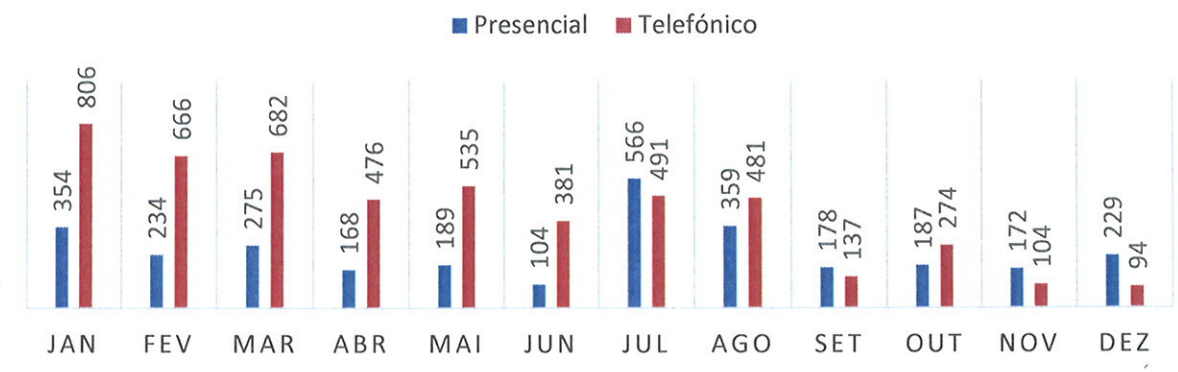
b. Monitorização das áreas de responsabilidade administrativa;

No âmbito desta actividade, os colaboradores da SRSul responderam a um questionário relativo à descrição e análise de funções de cada um, solicitado pelo departamento de recursos humanos da OE.

Numa lógica de melhoria contínua, no que concerne ao atendimento aos membros da OE, torna-se essencial realizar a monitorização das áreas de responsabilidade administrativa, pelo que em 2017, após análise do Gráfico 1, podemos constatar que foram efectuados 8142 atendimentos, 5127 telefónicos e 3015 presenciais.

Meta/Indicador de resultado: Não aplicável

Gráfico 1 – Atendimento telefónico e presencial



Elaborado o tratamento de dados no que diz respeito ao atendimento telefónico e presencial, destacamos os seguintes assuntos, que levaram os colegas a contactarem a SRSul:

Gráfico 2 – Distribuição dos atendimentos por assunto

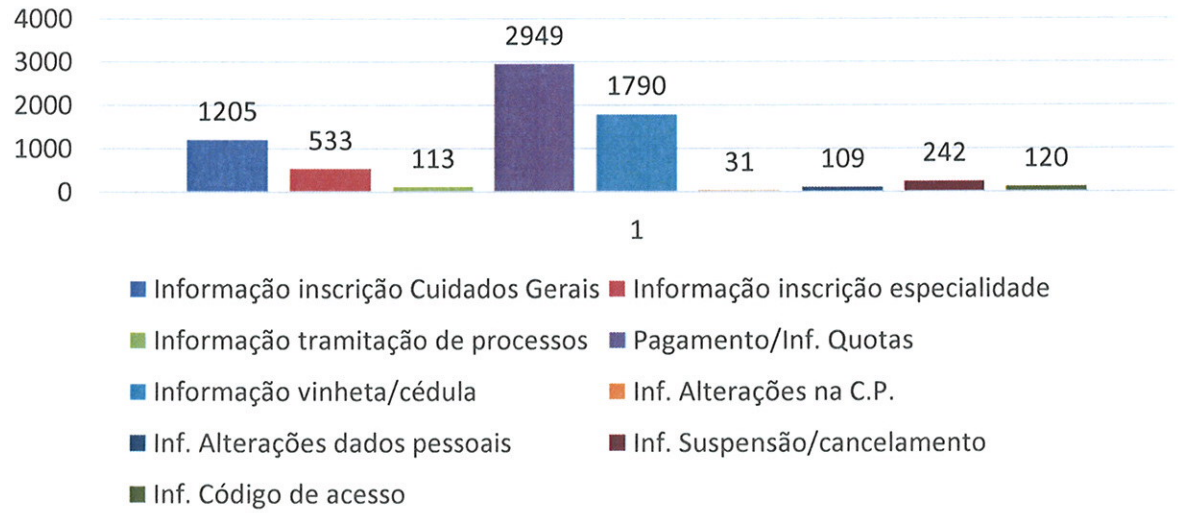
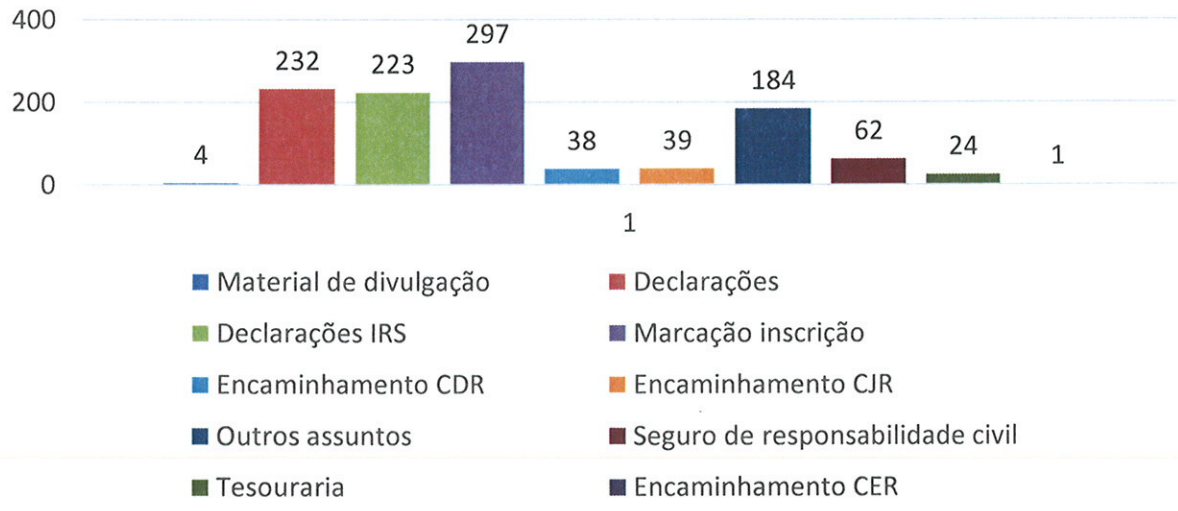


Gráfico 3 – Distribuição dos atendimentos por assunto



c. Promoção de formação aos funcionários, de acordo com as necessidades identificadas;

As formações para 2017 contempladas no plano de formação da OE para os seus colaboradores, já tinham sido realizadas pelos colaboradores da SRSul no decorrer do ano de 2016. Não obstante esta situação, os colaboradores da SRSul realizaram formação no âmbito da actualização das ferramentas disponíveis no exercício das suas funções, nomeadamente no que diz respeito à modernização dos serviços que diariamente se encontram à disposição dos nossos membros, incluindo as que a Instituição tem vindo a desenvolver, como por exemplo no que diz respeito ao balcão único e ao novo *site* da OE.

Meta/Indicador de resultado: Atingido em 100%

d. Avaliação da satisfação dos membros/cidadãos que recorrem à SRSul.

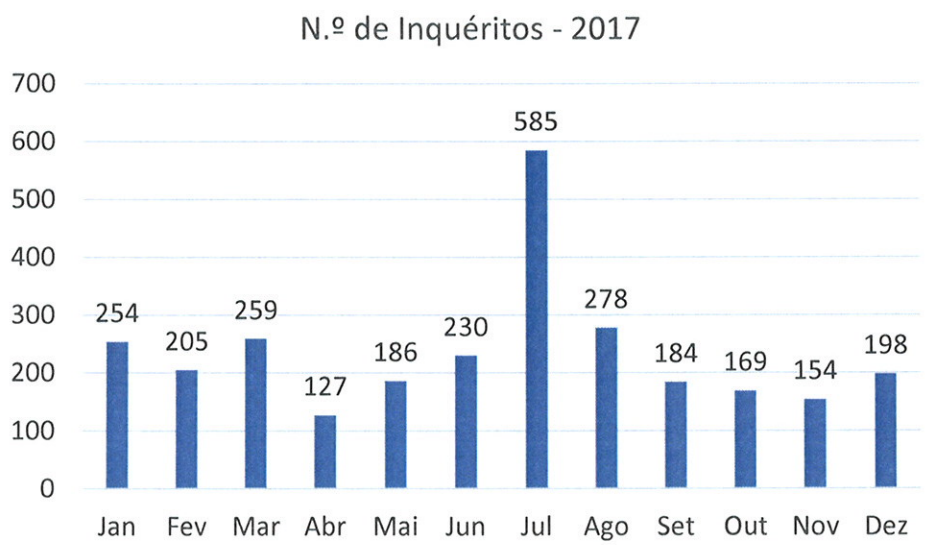
Sempre com o propósito da melhoria continua dos serviços prestados aos membros e a forma como esses mesmos serviços são disponibilizados, o grau de satisfação dos membros que recorreram presencialmente às instalações da SRSul foi medido através do preenchimento de um inquérito de satisfação, que posteriormente foi analisado e aplicadas as respectivas acções correctivas. Neste âmbito houveram alguns aspectos que mereceram avaliação negativa por parte dos Enfermeiros que se deslocaram às instalações da SRSul, nomeadamente:

- Panfletos e revistas à disposição;
- Falta de estacionamento;
- Indicação/sinalização da OE no exterior do edifício;
- Disponibilidade do elevador.

Assim, como forma de melhorar um dos pontos supra mencionados, panfletos e revistas à disposição, como acção correctiva, colocámos à disposição para consulta algumas publicações/brochuras da OE. Relativamente aos outros três pontos a SRSul não poderá implementar de imediato nenhuma acção correctiva uma vez que não dependem exclusivamente de decisões tomadas pela SRSul.

Neste sentido, o Gráfico 4 espelha o número de avaliações feitas pelos Enfermeiros que entenderam dar o seu contributo manifestando a sua opinião através do preenchimento do referido questionário. Foram recepcionados 2829 questionários de satisfação, representando uma média aproximada de 236 questionários por mês. Os meses em que foram recebidos mais questionários foram nos meses de Janeiro, Março, Julho e Agosto.

Gráfico 4 – Distribuição de questionários respondidos



Dos questionários constava uma escala de Likert de 1 a 5, a que 1 correspondia a Muito Mau e 5 a Muito Bom. Foram classificados como Bom (4) os itens "instalações" e "horário e tempo de espera", já os "colaboradores" foram classificados como Muito Bom (5), conforme podemos observar no Quadro 4.

Quadro 4 – Satisfação relativamente ao atendimento

Itens	Classificação
Instalações	4
Horário e tempo de espera	4
Colaboradores	5

Meta/Indicador de resultado: Atingido em 94%

8. Manutenção da estratégia Via Verde SRSul.

Atendendo à enorme aceitação que esta forma de aproximação denotou junto dos colegas, durante o ano de 2017 mantivemos o propósito que nos levou a criar esta via, permitindo que todos os colegas obtivessem resposta à solicitação que os levou a procurar a SRSul, num prazo máximo de 72 horas. Neste sentido, foram realizados 354 atendimentos (354 registados, estimados em número superior a 1000 contactos), com maior foco ao nível dos atendimentos telefónicos, conforme podemos verificar no Quadro 5.

Quadro 5 – Via Verde SRSul

Atendimento	
Presencial	6
Telefónico	348

A natureza das questões que levaram os colegas a procurar esta via de contacto com a sua Ordem foram das mais variadas, contudo podemos apontar a "exaustão das equipas nos contextos de prática como consequência do incumprimento das dotações seguras preconizadas", os pedidos de "esclarecimento diversos sobre pareceres e tomadas de posição", e ainda o "assédio moral" a que são sujeitos diariamente, como as questões predominantes.

Dado o número de contactos realizados, consideramos que esta via continua a ser uma mais valia, sendo uma das formas mais rápidas de esclarecimento de dúvidas aos dispor dos colegas, apenas possível pela permanência diária de um membro do Conselho Directivo Regional (CDR) na SRSul e pela flexibilidade dos membros do CDR na disponibilização dos seus contactos.

Meta/Indicador de resultado: Atingido em 100%

9. Manutenção da promoção de uma política de protecção do ambiente:

a. Incentivo à realização de reuniões com recurso a tecnologias de informação;

Tendo por base uma política de protecção do ambiente, o CDR da SRSul incentivou à realização das reuniões dos Órgãos Estatutários Regionais com recurso à videoconferência, disponibilizando para o efeito a tecnologia necessária, sempre que esteve condicionada a presença de algum dos elementos, quer por motivos de disponibilidade, quer por motivos de distância. Neste sentido foram realizadas sete reuniões com recurso à videoconferência.

Meta/Indicador de resultado: Não aplicado

b. Uso de produtos reciclados;

Ao assumir uma política de respeito pelo ambiente, o CDR da SRSul diligenciou algumas medidas com este fim e neste sentido adquiriu, para consumo interno e como material de *merchandising*, canetas e sacos de transporte de material diverso constituído por material reciclado. Os toners utilizados nas impressoras em actividade na SRSul são compostos por materiais recicláveis e quando findam são acondicionados em local próprio para serem recolhidos e posteriormente reutilizados.

Meta/Indicador de resultado: Não aplicado

c. **Reduzir a utilização de papel e outros consumíveis.**

Também neste capítulo houve uma preocupação por parte do CDR da SRSul em reduzir a utilização de papel e outros consumíveis, nomeadamente com a promoção da utilização de instrumentos e ferramentas digitais, disponíveis, que evitam a múltipla impressão de documentação. Ainda com este propósito a SRSul incentivou a adesão à factura electrónica, traduzindo-se em 2687 membros que passaram a usufruir deste serviço no ano de 2017.

Meta/Indicador de resultado: Não aplicado

4. Uma Ordem dos Enfermeiros socialmente credível e visível

Objectivos Estratégicos

- Elevar a imagem da Enfermagem e dos Enfermeiros na sociedade portuguesa;
- Promover o valor dos cuidados de Enfermagem;
- Divulgar projectos relevantes da prática profissional.

Actividades

10. Promoção e apoio no desenvolvimento de projectos liderados por Enfermeiros.

No decorrer do ano de 2017 o CDR da SRSul, teve acesso a projectos desenvolvidos e liderados por colegas que careciam de apoio e promoção, nomeadamente ao nível das intervenções na comunidade. Nesta perspectiva e sempre com o objectivo de promover e apoiar projectos liderados por colegas, a SRSul participou nas seguintes actividades:

- Intervenção na comunidade sobre vacinação;
- Intervenção na comunidade sobre cuidados paliativos;
- Sensibilização sobre alimentação na prevenção de doenças cardíacas;
- Workshop – Direitos na gravidez, parto e pós-parto;
- Formação cessação tabágica;
- Workshop – Acesso intra ósseo;
- Workshop – Técnicas dialíticas extra renais.

Meta/Indicador de resultado: Atingido em 100%

11. Promoção do diálogo com instituições/associações da sociedade civil:

a. Associações de doentes e/ou utentes;

No âmbito da intenção de criar proximidade junto das instituições/associações da sociedade civil a SRSul colaborou com a Associação de Pais e Encarregados de Educação de Manique de Cima onde foram realizadas três acções de capacitação, dirigidas a pais, professores, assistentes operacionais, encarregados de educação e crianças no âmbito de suporte básico de vida pediátrico e adulto. O objectivo destas acções foi transmitir conhecimentos e técnicas fundamentais para uma actuação eficaz e segura, em caso de necessidade, até à chegada dos meios de socorro competentes. No âmbito

desta actividade foram elaborados dois vídeos, pelo Gabinete de Comunicação e Imagem da SRSul, que foram divulgados no *site* e redes sociais da SRSul.

Ainda no que diz respeito a este ponto e em consequência da não atribuição do Prémio de Investigação em Enfermagem Mariana Diniz de Sousa (PMDS), de acordo com o regulamento do mesmo, o CDR da SRSul deliberou atribuir o valor do prémio à Associação Acreditar. A entrega do valor do prémio PMDS ocorreu nas instalações da Associação, no dia 19 de Dezembro de 2017, onde a comitiva da SRSul constituída por todos os elementos do CDR da SRSul foi recebida pelos responsáveis da Associação Acreditar.

Meta/Indicador de resultado: Atingido em 100%

b. Associações de Profissionais;

No que concerne às Associações de Profissionais, a SRSul esteve presente nas comemorações de "Um dia pela vida" em Reguengos de Monsaraz, numa parceria com a Unidade de Cuidados Continuados (UCC) de Reguengos, Liga Portuguesa Contra o Cancro e Universidade de Évora. No âmbito desta actividade foi elaborado um vídeo, pelo Gabinete de Comunicação e Imagem da SRSul, que foi divulgado no *site* e redes sociais da SRSul.

A SRSul esteve presente com a dinamização de um espaço na "Festa da Saúde" em Lisboa a convite da Sociedade Portuguesa de Medicina Interna, onde ocorreram várias sessões de educação para a saúde junto da comunidade, no âmbito de suporte básico de vida, alimentação, primeiros socorros e vacinação.

A SRSul, na pessoa do seu Presidente, esteve presente na reunião de apresentação da Associação Portuguesa de Enfermeiros e Médicos de Emergência, onde foram discutidas várias temáticas no âmbito das politicas em saúde, concretamente na área da emergência.

Meta/Indicador de resultado: Atingido em 100%

c. Ordens Profissionais.

Relativamente à relação com as Ordens Profissionais a SRSul esteve presente no Encontro de Ordens Profissionais da área da saúde que se realizou na Fundação Calouste Gulbenkian. A SRSul marcou ainda presença no congresso dos nutricionistas, organizado pela Ordem dos Nutricionistas.

Ainda na relação com as Ordens Profissionais da área da saúde, a SRSul dirigiu convite para estarem presentes nas comemorações do Dia Internacional do Enfermeiro, convite este que foi anuído quase na totalidade.

Meta/Indicador de resultado: Atingido em 100%

12. Comemorações de efemérides com relevância para a profissão.

A SRSul, através dos membros dos Órgãos, marcou presença em comemorações relevantes para a profissão. No âmbito das celebrações do Dia Mundial da Saúde, 7 de Abril de 2017, a SRSul colaborou na organização das seguintes actividades:

- Caminhada e educação para a saúde em Montemor-o-Novo;
- Saúde Mental em adolescentes e adultos em Vila Viçosa;
- No dia 11 de Maio de 2017, a SRSul participou nas comemorações do mês do coração em Montemor-o-Novo, promovendo palestras na Escola Secundária, sobre a prevenção do consumo de álcool e outras substâncias, o coração saudável e promoção de uma alimentação saudável.

Ainda no que diz respeito à celebração de efemérides com relevância para a profissão, a SRSul, no âmbito das comemorações do Dia Internacional do Enfermeiro, no dia 12 de Maio de 2017, organizou um evento que contemplou a partilha dos resultados do PMDS, atribuição do prémio Homenagem Carreira e ainda a atribuição do prémio Homenagem Espírito de Missão. Este evento decorreu nas instalações da Sede Nacional da OE e contou com a presença da Digníssima Bastonária, Enfermeira Ana Rita Cavaco.

Meta/Indicador de resultado: Atingido em 100%

13. Divulgação das actividades dos Enfermeiros e da SRSul através dos meios de comunicação social.

O CDR da SRSul encara a comunicação como um meio essencial na promoção, divulgação, aproximação e envolvimento dos Enfermeiros com a sua Ordem e em particular com a SRSul. Neste sentido, o Gabinete de Comunicação e Imagem da SRSul teve uma intervenção preponderante na forma como difundiu o papel da SRSul no desenvolvimento profissional e pessoal de cada Enfermeiro. Com este propósito, foram utilizados os vários meios de comunicação ao dispor da SRSul para divulgar o trabalho desenvolvido, conforme podemos observar no quadro seguinte.

Quadro 6 – Comunicação das Actividades da SRSul

Categoria	Nº
Publicação de Noticias no *Site* Regional	51
Publicação de Notícias em Jornais Regionais	5
Publicação em Agenda no *Site* Regional	35
Publicação de Eventos no *Site* Regional	16
Facebook	176
Instagram	30
Newsletter OE	4
Youtube	10

Meta/Indicador de resultado: Atingido em 100%

5. Uma Ordem dos Enfermeiros promotora da Qualidade e da Segurança dos Cuidados

Objectivos Estratégicos

- Proteger o direito à saúde dos cidadãos, garantindo a defesa dos seus melhores interesses;
- Assegurar o cumprimento da legislação relevante para a prática de cuidados seguros.

Actividades

14. Realização de visitas de acompanhamento do exercício aos contextos de prática profissional.

As visitas de acompanhamento do exercício profissional (VAEP) decorreram com o objectivo de realizar o levantamento de situações inadequadas, quer face à necessidade de cuidados de Enfermagem, quer face a questões atentatórias à dignidade da profissão. Estas visitas resultaram após o alerta de colegas e da iniciativa da SRSul da Ordem dos Enfermeiros. Estas visitas contaram sempre com um ou mais membros do CDR, e sempre que possível um ou mais membros do Conselho de Enfermagem Regional (CER) e nas situações em que foi necessária uma intervenção específica, foi solicitada a presença de um membro da Mesa do Colégio da Especialidade da área de cuidados em questão.

No Quadro 7, podemos constatar o número de visitas de acompanhamento realizadas, por tipo de unidade de saúde.

Quadro 7 – VAEP

Unidades	Número de Visitas
Agrupamento de Centros de Saúde	3
Administrações Regionais de Saúde	3
Centros de Medicina e Reabilitação	1
Centros Hospitalares	12
Clínicas	1
Comportamentos Aditivos e nas Dependências	2
Escolas Superiores de Saúde	1
Estabelecimentos Prisionais	4
Estabelecimentos Residenciais para Idosos	4
Hospitais	15
Institutos (IP)	1
Inspecção Geral das Actividades em Saúde	2
Instituição Particular de Solidariedade Social	1
Santas Casas da Misericórdia	5
Sociedade Portuguesa de Diálise	1
Unidades de Cuidados Continuados Integrados	1
Unidades de Cuidados de Saúde Personalizados	2

Unidades Locais de Saúde	4
Unidade de Saúde Al-Vita	1
Unidades de Saúde Familiares	1

As questões que levaram à realização ou que emergiram destas visitas de acompanhamento estiveram relacionadas com:

- Dotações;
- Conflitos laborais;
- Assédio Moral;
- Absentismo;
- Necessidade de intervenção conjunta para promover a melhoria de cuidados (quando envolvidas outras entidades como a Inspecção Geral das Actividades em Saúde).

Perante a constatação destas situações inadequadas foram traçadas as seguintes formas de intervenção:

- Acompanhamento, reflexão e discussão com as Direcções de Enfermagem e Conselhos de Administração relativamente às situações enumeradas pelos colegas em contexto de prática;
- Pedidos à tutela para admissão de mais Enfermeiros, efectuado através do Conselho Directivo da Ordem dos Enfermeiros;
- Moderação de conflitos laborais;
- Elucidação pedagógica para promover melhoria na acção e procedimentos existentes.

No âmbito das visitas realizadas são de realçar as seguintes potencialidades:

- Momentos de proximidade com os colegas;
- Identificação de projectos com possibilidade de colaboração e parceria.

Meta/Indicador de resultado: Atingido em 100%

15. Colaboração em projectos de intervenção junto da comunidade, de acordo com as necessidades identificadas e no âmbito dos programas de saúde.

O CDR da SRSul no que diz respeito à colaboração em projectos de intervenção junto da comunidade, de acordo com as necessidades identificadas e no âmbito dos programas de saúde, promoveu diversas actividades junto da comunidade, quer ao nível de acções de prevenção e sensibilização, quer com o

intuito de capacitar a comunidade com conhecimentos básicos para actuar em caso de necessidade, até à chegada dos meios de saúde adequados. Por conseguinte, as actividades realizadas foram:

- Curso de Suporte Básico de Vida Pediátrico:
  - Hospital Distrital de Santarém, EPE (6 Sessões);
  - Unidade Local de Saúde do Litoral Alentejano, EPE (5 Sessões);
  - Centro Hospitalar Lisboa Norte, EPE (1 Sessão);
  - Associação de Pais e Encarregados de Educação da E. B. 1 de Manique de Cima (1 Sessão).
  - Hospital Particular do Algarve (3 Sessões)
- Projecto Ninguém está Sozinho (Parceria TSF):
  - Mação;
  - Portel;
  - Castro Marim;
  - Odemira.
- Feira da Saúde em Lisboa
- Workshop – Importância de uma alimentação equilibrada na infância e esclarecimento sobre vacinação

Ainda neste âmbito e com vista à organização de actividades a desenvolver junto da comunidade foram realizadas as seguintes reuniões preparatórias:

- UCC de Vila Viçosa e Câmara Municipal de Vila Viçosa (2 reuniões);
- UCC de Reguengos de Monsaraz;
- UCC Montemor-o-Novo.

Ainda no contexto dos projectos de intervenção, foram realizados nas instalações da SRSul os seguintes Workshop:

- "Planeamento e Avaliação de Projectos de Intervenção";
- "Construção de Indicadores Sensíveis ao Cuidados de Enfermagem".

Meta/Indicador de resultado: Atingido em 100%

16. Participação na defesa do cumprimento de dotações seguras nas unidades de saúde:

a. Identificação das situações de risco e definição de estratégias correctivas;

Com o intuito de participar na defesa do cumprimento de dotações seguras, a SRSul incidiu a sua acção junto dos órgãos de gestão das Instituições, recorrendo aos instrumentos legais com vista à criação de soluções, depois de identificadas as seguintes situações:

- Défice nas dotações seguras e consequente desmotivação das equipas, promovendo o risco na qualidade e segurança dos cuidados prestados;
- Dificuldade no cumprimento do horário semanal estabelecido por lei;
- Horários de trabalho nem sempre explícitos, no que diz respeito à "bolsa de horas" e "turnos extraordinários";
- Dificuldade na alocação de Enfermeiros;
- Gozo pleno de direitos e garantias (p.e. estatuto trabalhador estudante, licença de maternidade, direito a folgas e compensações remuneratórias).

Foram realizadas diversas reuniões com órgãos de gestão das Instituições, onde estas situações foram identificadas, com vista à criação das melhores soluções de resolução. É de salientar que, na maioria das situações houve uma intenção visível de corrigir as situações irregulares, na maior parte das vezes consequente, com excepção da dificuldade da resposta que implica a contratação de mais Enfermeiros ou funcionalmente seus dependentes, por falta de autonomia para o efeito, ficando o processo de pedido de recursos, travado ao nível da tutela.

Meta/Indicador de resultado: Atingido em 100%

b. Apoio às solicitações dirigidas por Enfermeiros, unidade funcionais, e/ou instituições de saúde para a implementação das normas de cálculo de dotações seguras de Enfermeiros;

A SRSul através do CER, respondeu a todos os pedidos de esclarecimento sobre a norma de cálculo de dotações seguras nos diversos serviços de saúde, disponibilizando os documentos legais, formação e apoio a todas as entidades ou a nível individual.

Meta/Indicador de resultado: Atingido em 100%

17. Controlo de situações de usurpação de funções de Enfermagem da área da SRSul:

a. Análise de denúncias apresentadas;

O CDR da SRSul, no âmbito das denúncias recepcionadas e após análise, confirmou, através de um conjunto de diligências, a existência de uma situação de usurpação de funções, existindo nesta altura

uma outra situação em análise que, apesar de todos os esforços, até ao momento não foi possível clarificar.

Meta/Indicador de resultado: Atingido em 100%

b. Intervenção judicialmente activa perante casos de eventual usurpação de funções.

Após confirmação de uma situação de usurpação de funções, o CDR da SRSul no âmbito das suas atribuições, remeteu, através dos procedimentos legais previstos, ao Ministério Público para os devidos efeitos judiciais, havendo neste momento um processo em curso neste organismo.

Meta/Indicador de resultado: Atingido em 100%

18. Promoção da articulação entre a SRSul e os Enfermeiros emigrantes.

Projecto de âmbito nacional dada a sua dimensão, contudo a SRSul orientou e disponibilizou a documentação necessária a todos os colegas emigrantes ou que pretendiam emigrar, prestando-lhes todo o apoio, assim como na sua intenção de regressar à sua pátria.

Meta/Indicador de resultado: Não avaliado

6. Uma Ordem dos Enfermeiros promotora do desenvolvimento científico e técnico-profissional

Objectivos Estratégicos

- Acompanhar o desenvolvimento da formação;
- Estimular a produção de conhecimento em Enfermagem;
- Promover o desenvolvimento de programas de melhoria contínua da qualidade do exercício profissional.

Actividades

19. Colaboração em protocolos estratégicos de intervenção formativa.

A SRSul por intermédio do CER, no âmbito dos padrões de qualidade, participou na formação sobre "pé diabético" destinado aos Enfermeiros das Unidade Cuidados de Saúde Personalizados (UCSP) e das Unidade de Saúde Familiar (USF) do Agrupamento de Centros de Saúde (ACES) Arrábida. O CER, no âmbito das intervenções na comunidade realizadas pela UCC Girassol do ACES Cascais, promoveu e participou em duas acções formativas, nomeadamente sobre "vacinação" e sobre "cuidados paliativos".

Ainda a este propósito, o CER colaborou com a Sede Nacional da OE, no levantamento das necessidades formativas, através do envio de um questionário via correio electrónico, a todos os Enfermeiros.

Meta/Indicador de resultado: Atingido em 100%

20. Promoção de espaços de debate científico entre os Enfermeiros.

No que concerne à promoção de espaços de debate científico entre os Enfermeiros, a SRSul promoveu as seguintes acções:

- Dia 23 de Maio de 2017, decorreu nas instalações da Escola Portuguesa da Cruz Vermelha Portuguesa um Workshop subordinado ao tema "Escrita e Publicação de Artigos Científicos";
- Dia 12 de Julho de 2017, decorreu em Santiago do Cacém um debate subordinado ao tema "Saúde: O Diagnóstico da minha Região";

- No dia 12 de Outubro de 2017, decorreu nas instalações da SRSul um Workshop com o tema "Planeamento e Avaliação de Projectos de Intervenção";
- No dia 30 de Outubro de 2017, igualmente nas instalações da SRSul um Workshop com o tema "Construção de Indicadores Sensíveis aos Cuidados de Enfermagem";
- No dia 14 de Dezembro de 2017, igualmente nas instalações da SRSul, decorreu o Workshop "Enfermagem nas Estruturas Residenciais para Idosos: Reflectir para Investir".

Meta/Indicador de resultado: Atingido em 100%

21. Apoio à investigação em Enfermagem:

a. Atribuir o Prémio de Investigação em Enfermagem Mariana Diniz de Sousa;

No Dia Internacional do Enfermeiro, 12 de Maio de 2017, a SRSul realizou uma cerimónia na Sede Nacional da OE, na qual, num ambiente de proximidade e reencontro, revelou os resultados do concurso do PMDS. O Júri do concurso deste prémio, constituído pela Professora Doutora Helena José, Enfermeira Maria José Costa Dias e Professor Doutor José Vilelas, entendeu não atribuir o PMDS referente ao ano 2017, por considerar não estarem reunidos os critérios para atribuição do mesmo. Contudo, atribuiu duas Menções Honrosas, uma ao trabalho intitulado "*Percepção dos enfermeiros sobre o planeamento da alta hospitalar em Portugal*", elaborado pelos Enfermeiros Ana Lúcia João, Carla Nunes, Maria Graça Lanhoso, Sílvia Venda, Teresa Guerreiro e Vera António do Hospital Distrital de Santarém, e outra ao trabalho intitulado "*Impacto do factor nutricional no crescimento das crianças com paralisia cerebral: a intervenção do enfermeiro*" elaborado pela Enfermeira Joana Mendes Marques do Centro de Medicina de Reabilitação de Alcoitão.

O valor do PMDS 2017 foi atribuído a uma Instituição de Solidariedade Social, conforme disposto no seu regulamento.

Meta/Indicador de resultado: Atingido em 100%

b. Identificação, colaboração e divulgação de investigação desenvolvida por estudantes de Enfermagem e Enfermeiros.

No âmbito da divulgação de investigação desenvolvida por estudantes de enfermagem e Enfermeiros, a SRSul através do CER, contactou as várias Instituições de Ensino Superior de Enfermagem com o propósito de promover a divulgação e difusão do conhecimento em Enfermagem.

No II Congresso da SRSul privilegiou-se um momento reservado para a apresentação de comunicações livres e um espaço onde foram exibidos pósteres, de forma digital, contribuindo para que os colegas

tivessem a oportunidade de divulgar os seus projectos bem como o resultado da sua aplicação nos contextos. Foram apresentadas oito comunicações livres e foram exibidos 16 pósteres.

Ainda com este intuito, foi elaborado um livro com o trabalho vencedor do PMDS 2016 intitulado "*Conceção e avaliação de um instrumento vídeo sobre autocuidado e reabilitação em pessoas com lesão medular*" da autoria da Enfermeira Catarina Isabel dos Reis Silva Garcia e Teles de Araújo.

Meta/Indicador de resultado: Atingido em 100%

22. Promoção do desenvolvimento de cursos de aperfeiçoamento profissional, em contextos de prática clínica.

Com o objectivo de promover o desenvolvimento de cursos de aperfeiçoamento profissional, a SRSul por intermédio do CER, respeitando as suas atribuições estatutárias, organizou os seguintes Workshops:

- "Escrita e Publicação de Artigos Científicos";
- "Planeamento e avaliação de projectos de intervenção";
- "Construção de indicadores sensíveis aos cuidados de Enfermagem";
- "Enfermagem nas Estruturas Residenciais para Idosos: Reflectir para Investir".

Meta/Indicador de resultado: Superado em 400%

23. Realização do II Congresso Regional da Secção Regional do Sul.

O II Congresso da SRSul decorreu nos dias 10 e 11 de Novembro de 2017, no Fórum Municipal Luísa Todi, em Setúbal, tendo como tema central "(Re)Construir o Caminho da Enfermagem". O programa foi constituído por uma Mesa de Honra, uma mesa de apresentação de trabalhos científicos na forma de comunicações livres, um debate, uma conferência e cinco mesas que abordaram diversos temas da maior pertinência e que foram constituídas por especialistas nas áreas temáticas abordadas.

Neste nobre evento estiveram presentes mais de 250 participantes, dos quais 60 eram estudantes do quarto ano do Curso de Licenciatura em Enfermagem, que responderam positivamente ao convite da SRSul numa estratégia de aproximação aos futuros Enfermeiros. Do total de participantes neste envento, 63 responderam ao questionário de satisfação, sobre o qual retirámos algumas conclusões e das quais realçamos a correspondência de expectativas e a manifestação positiva para a replicação

destas iniciativas como forma de partilha de projectos e experiências nos diversos contextos da prática profissional.

Meta/Indicador de resultado: Atingido em 100%

7. Uma Ordem dos Enfermeiros presente, dinâmica e responsável

Objectivos Estratégicos

- Assegurar a presença, da SRSul, em eventos nacionais e internacionais;
- Avaliar semestralmente as actividades desenvolvidas pela SRSul;
- Transmitir as actividades desenvolvidas por cada órgão regional.

Actividades

24. Representação da SRSul em eventos nacionais e internacionais.

Relativamente às representações da SRSul em eventos nacionais e internacionais, no decorrer do ano de 2017, os membros dos Órgãos Estatutários Regionais da SRSul efectuaram 85 representações, quer de âmbito nacional, quer de âmbito regional, conforme podemos verificar através do quadro seguinte.

Quadro 8 – Representações

Âmbito	Número
Nacional	51
SRSul	34

Meta/Indicador de resultado: Atingido em 100%

25. Realização da Assembleia Regional.

A Assembleia Regional Ordinária da SRSul ocorreu no dia 24 de Fevereiro de 2017, no Auditório do Centro de Artes de Sines, contando com a presença de 91 Enfermeiros.

O Relatório e Contas de 2016, bem como o Plano e Orçamento para 2017 mereceram a clara aprovação da maioria dos presentes.

Meta/Indicador de resultado: Atingido em 100%

26. Realização de encontro semestral de membros dos órgãos estatutários para acompanhamento, avaliação e definição de estratégias de melhoria.

Foram realizados dois encontros de membros dos Órgãos Estatutários da SRSul, um realizado a 3 de Julho de 2017 e outro realizado nos dias 3 e 4 de Janeiro de 2018.

No primeiro destes encontros o intuito primordial foi definir estratégias de operacionalização e monitorização das actividades desenvolvidas por cada Órgão, tendo por base o Plano de Actividades para 2017. No segundo, para além da transmissão da actividade de cada Órgão o objectivo principal foi efectuar uma avaliação final e reunir contributos para a elaboração do Plano de Actividades para 2018.

Meta/Indicador de resultado: Atingido em 100%

27. Elaboração de relatórios semestrais das actividades desenvolvidas por cada órgão regional.

No final de cada semestre, no decorrer do encontro de Órgãos Estatutários, foram apresentadas pelos Presidentes dos Órgãos Estatutários da SRSul, em formato de relatório, as actividades desenvolvidas no seio de cada Órgão. Em jeito de súmula e para além das actividades desenvolvidas pelos membros dos Órgãos Estatutários da SRSul consignadas no relatório agora redigido, realçamos o seguinte:

- **Mesa da Assembleia Regional da SRSul**
  - Reuniões – 1

- **Conselho Directivo Regional da SRSul**
  - Reuniões – 13
  - Recepção de Denúncias através da Plataforma de Denúncias SRSul – 180

- **Conselho de Enfermagem Regional da SRSul**
  - Reuniões – 11

- **Conselho Jurisdicional Regional da SRSul**
  - Reuniões – 23
  - Inquirições – 91

- **Conselho Fiscal Regional da SRSul**
  - Reuniões – 7

Meta/Indicador de resultado: Superado em 140%

8. Contas da SRSul de 2017

ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

Conforme o estabelecido no Estatuto da Ordem dos Enfermeiro aprovado pelo Decreto-Lei n.º104/98, de 21 de Abril, alterado e republicado pelo Anexo II à Lei nº156/2015, de 16 de Setembro, apresentamos à apreciação dos membros as contas do ano de 2017.

A presente análise deverá ser conjugada com as demonstrações financeiras e o anexo às demonstrações financeiras.

A SRSul encerrou o exercício económico de 2017 com um resultado líquido positivo de € **227 957,12.**

Este resultado apenas foi conseguido através da gestão eficiente dos gastos, do esforço na manutenção do valor de fornecimentos e serviços externos e dos gastos com o pessoal.

A redução do resultado líquido do período justifica-se pelo investimento realizado, de forma transversal a todas as Secções Regionais e Sede Nacional, nos servidores electrónicos da Ordem e na plataforma "Balcão Único", espelhado nos gastos de depreciação e amortização que totalizaram € 28 226,30 representando um aumento de € 14 376,47 relativamente a 2016.

Apesar da informação legalmente exigível se encontrar disponível no anexo ao balanço e demonstração de resultados que fazem parte do presente documento, apresentamos informação complementar, a qual permite uma melhor compreensão das contas que se apresentam à apreciação, resultante da acção desenvolvida no âmbito do plano de actividades e orçamento que foram oportunamente aprovados.

Para o efeito apresentamos mapas de pormenor, facilitadores da sua compreensão e análise.

RENDIMENTOS

Os rendimentos obtidos, no período em análise, perfizeram um total de € 870 017,56.

A quotização constitui a principal fonte de receita da SRSul, composta por 30% da facturação correspondente aos membros afectos à Secção Regional do Sul, cujo valor em 2017 foi de € 854 174,89.

A execução orçamental das rubricas de rendimentos e ganhos é sintetizada no quadro seguinte:

Quadro 9 – Execução orçamental de rendimentos 2017, com comparação à execução 2016

Rubricas	Execução 2016	Orçamento 2017	Execução 2017
- Quotização	€ 843 245,14	€ 826 950,60	€ 854 174, 89
- Emolumentos	€ 11 185,86	€ 11 185,86	€ 12 656,63
- Outros rendimentos e ganhos	€ 1 391,68	€ 1 271,59	€ 3 078,97
- Juros obtidos	€ 3 202,08	€ 3 202,08	€ 107,07
TOTAL RENDIMENTOS	**€ 859 024,76**	**€ 842 610,13**	**€ 870 017,56**

Os outros rendimentos e ganhos correspondem nomeadamente a correcções relativas a períodos anteriores, mas também relativas à venda de material de divulgação e fotocópias.

A rubrica juros obtidos inclui os juros bancários provenientes dos depósitos a prazo da conta da SRSul.

GASTOS E PERDAS

Os gastos do exercício de 2017 perfizeram um total de € 640 458,94, representando um aumento de 1,75%, relativamente a 2016. Tal aumento pode ser constatado no Quadro seguinte:

Quadro 10 – Execução orçamental de gastos 2017, com comparação à execução 2016

Rubricas	Execução 2016	Orçamento 2017	Execução 2017
- Fornecimentos e serviços externos	€ 268 333,72	€ 332 333,72	€ 267 835,99
- Gastos com pessoal	€ 286 325,15	€ 330 312,98	€ 285 909,92
- Gastos/reversões com depreciação e amortização	€ 13 849,83	€ 26 233,16	€ 28 226,30
- Imparidades de dívidas a receber	€ 0,00	€ 0,00	€ 22 751,22
- Outros gastos	€ 37 461,40	€ 37 461,40	€ 35 065,39
- Gastos e perdas de financiamento	€ 1 110,72	€ 1 110,72	€ 670,12
TOTAL GASTOS E PERDAS	**€ 607 080,82**	**€ 727 451,98**	**€ 640 458,94**

Fornecimentos e serviços externos

Esta rubrica é a que reflecte a maioria dos gastos consumidos nas actividades planeadas e concretizadas, logo a que mais peso apresenta. Em 2017, representou aproximadamente 42% do total dos gastos.

Gastos com Pessoal

Também esta rubrica tem um peso significativo, aproximadamente cerca de 45%.

Gastos/reversões com depreciação e amortização

Esta rubrica reflecte os gastos com a redução do valor do activo, em função do seu desgaste ao longo do tempo. Ou seja, o gasto dos activos é reconhecido ao longo dos anos da sua vida útil.

Imparidades de dívidas e receber

Esta rubrica inclui quotas em dívida, com antiguidade significativa e cuja recuperação será pouco provável.

Outros gastos

Inclui essencialmente gastos com impostos e encargos com empréstimos.

Gastos e perdas financiamento

Rubrica que reflecte os juros suportados de financiamentos obtidos.

EXECUÇÃO DE INVESTIMENTO

Investimento em activos fixos tangíveis

O investimento efectuado pela Secção Regional do Sul no decorrer de 2017 pode ser analisado no quadro seguinte:

Quadro 11 – Investimentos em activos fixos tangíveis 2017

Rubricas	Execução 2016	Orçamento 2017	Execução 2017
- Edifícios e outras construções	0,00	0,00	€ 5 839,05
- Equipamento administrativo	€ 599,99	€ 1 000,00	€ 0,00
- Equipamento de transporte	€ 0,00	€ 34 500,00	€ 34 500,00
- Equipamento informático	€ 0,00	€ 12 400,00	€ 29 374,68
- Outros activos fixos tangíveis	€ 0,00	€ 1 000,0	€ 299,99
TOTAL DE INVESTIMENTOS	€ 599,99	€ 48 900,0	€ 70 013,72

9. Considerações Finais

Em síntese, das actividades desenvolvidas ao longo deste ano de mandato sobressai o caminho percorrido que se pretende contínuo na concretização de etapas. Os objectivos estratégicos e operacionais reflectem, de forma dinâmica, um compromisso assumido pelos actuais órgãos estatutários. As intervenções complementam-se na procura da qualidade do exercício profissional nas organizações de saúde, mas também junto da comunidade; no incremento da proximidade e no desenvolvimento e valorização técnica e científica dos enfermeiros, reforçando e promovendo o desenvolvimento do conhecimento, da formação e da investigação em enfermagem.

Analisando as contas do ano de 2017, conclui-se que, existe um maior gasto relativamente ao ano anterior. Tal facto resulta da renovação imprescindível dos servidores da OE e da plataforma "Balcão Único" e de uma maior actividade a nível dos Órgãos Estatutários da SRSul.

Conselho Directivo Regional
Secção Regional do Sul
Ordem dos Enfermeiros

Presidente	Secretário	Tesoureira
Nuno Sérgio Machado Domingues Branco	José Alexandre dos Santos Abrantes	Sílvia Cristina Monteiro Fernandes

Vogal	Vogal
Lúcia de Fátima Borges Matias	João Paulo Melo Barros

ordem dos enfermeiros
secção regional
sul

RELATÓRIO E CONTAS 2017

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇO

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Euros)

	Notas	2017	2016
ACTIVO			
Ativo não corrente			
. Activos fixos tangíveis	4	636 622,01	594 184,42
. Activos intangíveis	5	15 160,11	0,00
. Investimentos financeiros	11.6	427,39	0,00
		652 209,51	**594 184,42**
Activo corrente			
. Créditos a receber	11.3	2 569,38	2 300,12
. Membros/Patrocinadores	11.4	421 543,31	390 559,29
. Diferimentos	16.1	4 419,25	4 084,67
. Caixa e depósitos bancários	11.5	2 375 389,75	2 266 570,99
		2 803 921,69	**2 663 515,07**
TOTAL DO ACTIVO		**3 456 131,20**	**3 257 699,49**
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
FUNDOS PATRIMONIAIS			
. Fundos	16.1	311 277,86	281 742,79
. Reservas	16.1	511 612,51	499 670,51
. Resultados transitados	16.1	2 268 432,38	2 032 196,25
		3 091 322,75	**2 813 609,55**
. Resultado líquido do período	16.1	227 957,12	248 178,13
TOTAL DOS FUNDOS PATRIMONIAIS		**3 319 279,87**	**3 061 787,68**
PASSIVO			
Passivo não corrente			
		0,00	**0,00**
Passivo corrente			
. Fornecedores	11.1	18 251,27	8 531,64
. Estado e outros entes públicos	16.1	10 757,53	25 022,10
. Outros passivos correntes	11.1	107 842,53	162 358,07
		136 851,33	**195 911,81**
TOTAL DO PASSIVO		**136 851,33**	**195 911,81**
TOTAL DOS FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO		**3 456 131,20**	**3 257 699,49**

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Euros)

	Notas	2017	2016
RENDIMENTOS E GASTOS			
. Vendas e serviços prestados	8	866 831,52	854 431,00
. Fornecimentos e serviços externos	8	-267 835,99	-268 333,72
. Gastos com o pessoal	12	-285 909,92	-286 325,15
. Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	11.4	-22 751,22	0,00
. Outros rendimentos	8	3 186,04	4 593,76
. Outros gastos	8	-35 065,39	-37 461,40
Resultado antes das depreciações, gastos de finan. e impostos		**258 455,04**	**266 904,49**
. Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4	-28 226,30	-13 849,83
Resultado operacional (antes de gastos de finan. e impostos)		**230 228,74**	**253 054,66**
. Juros e gastos similares suportados	6	-670,12	-1 110,72
Resultado antes de impostos		**229 558,62**	**251 943,94**
. Imposto sobre o rendimento do período	16.1	-1 601,50	-3 765,81
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO		**227 957,12**	**248 178,13**

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS

PERÍODO DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017

(Euros)

		Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados Transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do periodo	Total
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 01-01-2017	**6**	**281 742,79**		**499 670,51**	**2 032 196,25**			**248 178,13**	**3 061 787,68**
ALTERAÇÕES NO PERÍODO									
. Primeira adopção de novo referencial contabilístico									
. Alterações de políticas contabilísticas									
. Diferenças de conversão de demonstrações financeiras									
. Realização de excedente de revalorização									
. Excedentes de revalorização									
. Ajustamentos por impostos diferidos									0,00
. Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais				11 942,00	236 236,13			-248 178,13	0,00
	7			**11 942,00**	**236 236,13**				**3 061 787,68**
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8							227 957,12	227 957,12
RESULTADO INTEGRAL	**9 = 7 + 8**							**227 957,12**	**227 957,12**
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO									
. Fundos		29 535,07							29 535,07
. Subsídios, doações e legados									
. Distribuições									
. Outras operações									
	10	**29 535,07**							**29 535,07**
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 31-12-2017	**11=6+7+8+1(**	**311 277,86**		**511 612,51**	**2 268 432,38**			**227 957,12**	**3 319 279,87**

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Euros)

		2017	2016
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS			
. Recebimentos de clientes e utentes		813 433,24	718 995,19
. Pagamento de bolsas		-925,00	-4 000,00
. Pagamentos a fornecedores		-258 305,55	-262 520,62
. Pagamentos ao pessoal		-288 046,57	-277 745,51
CAIXA GERADA PELAS OPERAÇÕES		**266 156,12**	**174 729,06**
. Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-90,67	-2 824,48
. Outros recebimentos/pagamentos		-99 860,05	144 286,81
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS (1)		**166 205,40**	**316 191,39**
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Pagamentos respeitantes a:			
. Activos fixos tangíveis		-70 013,72	-3 961,91
. Activos Intangíveis		-15 810,28	0,00
. Subscrição seguro de capitalização		0,00	0,00
. Investimentos financeiros		-427,59	0,00
	Sub-total	-86 251,59	-3 961,91
Recebimentos provenientes de:			
. Activos fixos tangíveis		0,00	0,00
. Outros activos		0,00	0,00
. Juros e rendimentos similares		0,00	11 297,91
	Sub-total		
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO (2)		**-86 251,59**	**7 336,00**
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Recebimentos provenientes de:			
. Realizações de fundos		29 535,07	0,00
. Outras Operações de Financiamento		0,00	108,80
	Sub-total	29 535,07	108,80
Pagamentos respeitantes a:			
. Financiamentos obtidos		0,00	0,00
. Juros e gastos similares		-670,12	-1 110,72
	Sub-total	-670,12	-1 110,72
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO (3)		**28 864,95**	**-1 001,92**
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		108 818,76	322 525,47
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		2 266 570,99	1 944 045,52
Caixa e seus equivalentes no fim do período		2 375 389,75	2 266 570,99

Contabilista Certificado n.º 76158

Hugo Sousa

Conselho Directivo

Presidente

Nuno Sérgio Machado Domingues Branco

Secretário

José Alexandre dos Santos Abrantes

Tesoureira

Sílvia Cristina Monteiro Fernandes

Vogal

Lúcia de Fátima Borges Matias

Vogal

João Paulo Melo Barros

ANEXO

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

1.1. Designação da entidade: Ordem dos Enfermeiros – Secção Regional do Sul

1.2. Sede: Rua Castilho, N.° 59 – 8° Esquerdo, 1250-068 Lisboa.

1.3. Natureza da actividade: A Ordem dos Enfermeiros é uma pessoa colectiva de direito público, criada pelo Decreto-Lei n.° 104/98, de 21 de Abril, cuja redacção em vigor consta da Lei n.° 156/2015 de 16 de Setembro (procede à segunda alteração ao Estatuto da Ordem dos Enfermeiros), conformando-o com a Lei n.° 2/2013, de 10 de Janeiro, que estabelece o regime jurídico de criação, organização e funcionamento das associações públicas profissionais, e Código Deontológico.

A Ordem representa os profissionais, nos termos do presente estatuto e demais disposições legais aplicáveis.

A Ordem goza de personalidade jurídica e é independente dos órgãos do Estado, sendo livre e autónoma no âmbito das suas atribuições.

1.4. Tal como prevê a NCRF-ESNL, sempre que não esteja previsto algum aspecto particular recorre-se supletivamente às restantes normas do SNC.

1.5. Sempre que não exista outra referência os montantes encontram-se expressos em unidade de euro.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, aprovadas pelo Decreto-Lei n.° 158/2009, de 13 de Julho, alterado pelo Decreto-Lei n.° 98/2015 de 2 de Junho.

As demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2017 foram elaboradas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística ("SNC"), tendo por base a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo ("NCRF-ESNL"), Aviso n.° 8259/2015, de 29 de Julho, bem como os seguintes diplomas:

- Portaria n.º 220/2015 de 24 de julho - Modelos de Demonstrações Financeiras
- Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho - Código de Contas
- Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho

2.2. Indicação e justificação das disposições do SNC-ESNL que, em casos excepcionais, tenham sido derrogadas e dos respectivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do activo, do passivo e dos resultados da entidade.

No presente período não foram derrogadas quaisquer disposições do SNC-ESNL.

2.3. Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior.

Os valores constantes das demonstrações financeiras do período findo em 31 de Dezembro de 2017 são comparáveis em todos os aspectos significativos com os valores do período de 2016.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

3.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Ordem, mantidos de acordo com as NCRF-ESNL em vigor.

ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os activos fixos tangíveis, adquiridos até 31 de Dezembro, encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha recta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

ACTIVO FIXO TANGÍVEL	Vida útil estimada
. Edifícios e outras construções	5 a 50 anos
. Equipamento básico	1 a 14 anos
. Equipamento administrativo	1 a 12 anos
. Outros activos fixos tangíveis	1 a 10 anos

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos activos nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos activos fixos tangíveis são registadas como gastos do período em que ocorrem.

O desreconhecimento dos activos fixos tangíveis, resultantes da venda ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registados na demonstração dos resultados por naturezas nas rubricas "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas".

Estes activos fixos tangíveis são depreciados a partir do momento em que os activos estejam disponíveis para uso e nas condições necessárias para entrar em funcionamento.

ACTIVOS INTANGÍVEIS

Os activos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes amortizações.

As despesas de desenvolvimento e manutenção foram reconhecidas como gastos.

O método de amortização utilizado foi o da linha recta, em conformidade com o período de vida útil estimado, em sistema de duodécimos.

ACTIVO INTANGÍVEL	Vida útil estimada
. Programas de Computador	3 anos

PROVISÕES E PASSIVOS CONTIGENTES

As provisões na data do balanço, foram objecto de análise, não havendo motivo ou justificação para que fossem ajustados e estimados outros valores.

IMPARIDADE DE ACTIVOS

Em cada data de relato é efectuada uma revisão das quantias escrituradas dos activos fixos tangíveis da entidade com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respectivos activos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

LOCAÇÕES

Nota Não aplicável

CUSTOS DOS EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

RÉDITO

O rédito proveniente da quota, cobrada aos membros, é reconhecido com referência à data a que mesma diz respeito.

Os réditos relativos às vendas de produtos de *merchandising* são reconhecidos no momento em que os riscos e vantagens inerentes ao produto são transferidos para o comprador.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efectivo.

IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

O tratamento contabilístico dos impostos sobre o rendimento é pelo método do imposto a pagar.

O imposto sobre o rendimento incide sobre as actividades da Ordem que não se encontram definidas nos Estatutos mas que geram rendimentos suplementares. Os lucros destas actividades são tributáveis em sede de imposto sobre o rendimento, ao que se incluí também as tributações autónomas, que sejam devidas em qualquer jurisdição fiscal.

MEMBROS E OUTRAS DÍVIDAS DE TERCEIROS

As dívidas de membros e de outros terceiros encontram-se registadas pelo seu valor nominal, tendo sido criadas perdas de imparidade quando se justifiquem.

Todas as dívidas a receber de membros com antiguidade superior a dois anos foram reconhecidas como perda por imparidade.

As dívidas com antiguidade superior a cinco anos foram consideradas incobráveis.

FORNECEDORES E OUTRAS DÍVIDAS A TERCEIROS

As dívidas a fornecedores e a outros terceiros encontram-se registadas pelo seu valor nominal.

EMPRÉSTIMOS

Os empréstimos são registados no passivo pelo custo.

PERIODIZAÇÕES

As receitas e despesas são registadas de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual estas são reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas.

CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, que podem ser imediatamente mobilizáveis com risco reduzido de alteração de valor.

BENEFÍCIOS DE EMPREGADOS

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pelo Conselho Directivo, acrescidos dos respectivos encargos.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o respectivo pagamento.

De acordo com a legislação laboral aplicável o direito a férias e subsídio de férias, relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de Dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

PROVISÕES

Nota não aplicável

3.2. Principais pressupostos relativos ao futuro:

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos registos contabilísticos da Ordem dos Enfermeiros.

4. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os activos fixos tangíveis adquiridos encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações acumuladas.

As depreciações foram efectuadas pelo método da linha recta, em sistema de duodécimos.

A vida útil foi determinada de acordo com a expectativa da afectação do desempenho.

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, as revalorizações, os abates, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações, desenvolvido de acordo com o seguinte quadro:

ACTIVO FIXO TANGÍVEL					(Euros)
	Saldo Inicial 2017	Aumentos	Transferências	Abates	Saldo Final 2017
Activos fixos tangíveis brutos					
. Terrenos e recursos naturais	192 254,17				192 254,17
. Edifícios e outras construções	586 779,42	5 839,05			592 618,47
. Equipamento básico					0,00
. Equipamento de transporte		34 500,00			34 500,00
. Equipamento administrativo	139 983,11	29 374,68			169 357,79
. Outros activos fixos tangíveis	33 897,75	299,99			34 197,74
. Investimentos em curso					0,00
	952 914,45	**70 013,72**	**0,00**	**0,00**	**1 022 928,17**
Depreciações acumuladas					
. Terrenos e recursos naturais					
. Edifícios e outras construções	185 928,62	11 816,39			197 745,01
. Equipamento básico					0,00
. Equipamento de transporte		8 625,00			8 625,00
. Equipamento administrativo	139 351,31	6 387,10			145 738,41
. Outros activos fixos tangíveis	33 450,10	747,64			34 197,74
. Investimentos em curso					
	358 730,03	**27 576,13**	**0,00**	**0,00**	**386 306,16**

Alguns dos bens registados em Activos Fixos Tangíveis poderão encontrar-se em locais diferentes da Secção Regional do Sul, nomeadamente na Secção Regional do Centro e na Sede Nacional.

A quantia escriturada líquida dos activos fixos tangíveis, designadamente, o valor bruto deduzido das depreciações acumuladas à data de 31 de Dezembro de 2017, é desenvolvido no seguinte quadro:

ACTIVO FIXO TANGÍVEL LÍQUIDO		(Euros)
	2017	**2016**
. Terrenos e recursos naturais	192 254,17	192 254,17
. Edifícios e outras construções	394 873,46	400 850,80
. Equipamento de transporte	25 875,00	
. Equipamento administrativo	23 619,38	631,80
. Outros activos fixos tangíveis	0,00	447,65
. Investimentos em curso	0,00	0,00
	636 622,01	**594 184,42**

5. ACTIVOS INTANGÍVEIS

Os activos intangíveis adquiridos encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes amortizações acumuladas.

As amortizações foram efectuadas pelo método da linha recta, em sistema de duodécimos.

Foram determinadas vidas úteis finitas, de acordo com a expectativa da afectação do desempenho.

ACTIVO INTANGÍVEL 2017 (Euros)

	Saldo Inicial 2017	Aumentos	Transferências	Abates	Saldo Final 2017
Activos Intangíveis brutos					
. Programas de Computador		7 931,39			7 931,39
	0,00	**7 931,39**	**0,00**	**0,00**	**7 931,39**
Amortizações acumuladas					
. Programas de Computador		650,17			650,17
	0,00	**650,17**	**0,00**	**0,00**	**650,17**
Activos Intangíveis em curso					
. Programas de Computador	0,00	7 878,89	0,00	0,00	7 878,89
	0,00	**7 878,89**	**0,00**	**0,00**	**7 878,89**

6. CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

A rubrica de juros e gastos suportados decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

JUROS E GASTOS SIMILARES SUPORTADOS (Euros)

	2017	2016	Variação Valor	Variação %
. Juros suportados - Empréstimos obtidos	670,12	1 110,72	-440,60	-39,67%
	670,12	**1 110,72**	**-440,60**	**-39,67%**

7. INVENTÁRIOS

Nota não aplicável.

8. RENDIMENTOS E GASTOS

RENDIMENTOS

Quantia de cada rubrica significativa de rédito reconhecida durante o período:

RÉDITOS				(Euros)
	2017	2016	Variação Valor	Variação %
Prestações de serviços	**866 831,52**	**854 431,00**	**12 400,52**	**1,45%**
. Quotização	854 174,89	843 245,14	10 929,75	1,30%
. Emolumentos	12 656,63	11 185,86	1 470,77	13,15%
Subsídios à exploração	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**N/A**
Reversões	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**N/A**
Outros rendimentos e ganhos	**3 078,97**	**1 391,68**	**1 687,29**	**121,24%**
. Material de divulgação	555,58	260,20	295,38	113,52%
. Fotocópias	217,14	109,64	107,50	98,05%
. Correcções relativas a períodos anteriores	1 392,12	1 021,59	370,53	36,27%
. Outros	914,13	0,25	913,88	365552,00%
Juros, dividendos e outros rendimentos	**107,07**	**3 202,08**	**-3 095,01**	**-96,66%**
. Juros obtidos	107,07	3 202,08	-3 095,01	-96,66%
	870 017,56	**859 024,76**	**21 985,60**	**2,56%**

No que concerne aos rendimentos e ganhos da Ordem, a rubrica com mais expressão é a de Prestações de serviços que devem-se essencialmente ao valor facturado aos membros, referente à quotização na Ordem.
A rubrica Correcções de exercícios anteriores, em 2017, respeita essencialmente a correcções de saldos contabilísticos de anos anteriores, relativamente à estimativa de IRC.
A diminuição verificada na rubrica de Juros obtidos fica a dever-se à diminuição significativa dos montantes aplicados em depósitos a prazo.

GASTOS

A rubrica de gastos decompõe-se da seguinte forma:

GASTOS				(Euros)
	2017	2016	Variação Valor	Variação %
. Fornecimentos e serviços externos	267 835,99	268 333,72	-497,73	-0,19%
. Gastos com o pessoal	285 909,92	286 325,15	-415,23	-0,15%
. Outros gastos	35 065,39	37 461,40	-2 396,01	-6,40%
. Gastos de depreciação e de amortização	28 226,30	13 849,83	14 376,47	103,80%
. Juros e gastos similares suportados	670,12	1 110,72	-440,60	-39,67%
	617 707,72	**607 080,82**	**10 626,90**	**1,75%**

As rubricas com mais significado no que concerne aos gastos são as de Fornecimentos e serviços externos e Gastos com pessoal, que desagregam-se da seguinte forma:

FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS				(Euros)
	2017	2016		Variação %
Serviços Especializados				
Trabalhos Especializados:	**23 034,86**	**26 085,94**	**-3 051,08**	**-11,70%**
. Trabalhos Especializados - Informática	6 901,93	4 374,11	2 527,82	57,79%
. Trabalhos Especializados - Tipografia	1 377,60	9 015,88	-7 638,28	-84,72%
. Trabalhos Especializados - Administrativo	2 306,25	4 065,00	-1 758,75	-43,27%
. Trabalhos Especializados - Análise de imprensa	0,00	2 328,50	-2 328,50	-100,00%
. Trabalhos Especializados - Audiovisuais	640,34	644,21	-3,87	-0,60%
. Trabalhos Especializados - Outros	11 808,74	5 658,24	6 150,50	108,70%
Publicidade e Propaganda	**10 323,06**	**4 686,55**	**5 636,51**	**120,27%**
Vigilância e Segurança	**1 899,16**	**2 824,09**	**-924,93**	**-32,75%**
Honorários	**37 175,02**	**35 294,11**	**1 880,91**	**5,33%**
Conservação e Reparação:	**9 211,71**	**7 567,01**	**1 644,70**	**21,74%**
. Conservação e Reparação - Instalações	5 544,34	3 485,53	2 058,81	59,07%
. Conservação e Reparação - Equipamento Administrativo	189,90	0,00	189,90	N/A
. Conservação e Reparação - Equipamento Informático	2 951,92	4 081,48	-1 129,56	-27,68%
. Conservação e Reparação - Viatura OE	525,55	0,00	525,55	N/A
Serviços Bancários	454,35	1 740,50	**-1 286,15**	**-73,90%**
	82 098,16	**78 198,20**	**3 899,96**	**4,99%**
Materiais	**28 977,88**	**27 056,28**	**1 921,60**	**7,10%**
. Ferramentas e Utensílios Desgaste Rápido	266,67	2 641,71	-2 375,04	-89,91%
. Livros e Documentação Técnica	25,80	96,45	-70,65	-73,25%
. Material de Escritório	7 221,59	11 257,16	-4 035,57	-35,85%
. Artigos para Oferta	20 183,13	11 260,89	8 922,24	79,23%
. Material Informático	233,70	1 536,07	-1 302,37	-84,79%
. Outros	1 046,99	264,00	782,99	296,59%
	28 977,88	**27 056,28**	**1 921,60**	**7,10%**
Energias e fluidos	**16 922,62**	**11 969,38**	**4 953,24**	**41,38%**
. Eletricidade	10 581,70	10 393,81	187,89	1,81%
. Combustíveis	4 949,52	911,49	4 038,03	443,01%
. Água	1 391,40	664,08	727,32	109,52%
	16 922,62	**11 969,38**	**4 953,24**	**41,38%**
Deslocações, estadas e transportes	**65 037,51**	**69 914,93**	**-4 877,42**	**-6,98%**
Deslocações e Estadas				
. Estadias	5 232,53	1 915,70	3 316,83	173,14%
. Deslocações - Comboios	144,45	376,76	-232,31	-61,66%
. Deslocações - Táxis	618,45	940,00	-321,55	-34,21%
. Deslocações - Viatura própria	28 334,95	43 217,71	-14 882,76	-34,44%
. Deslocações - Estacionamento/Portagens	10 804,71	5 524,01	5 280,70	95,60%
. Deslocações - Transportes públicos	211,90	1 161,60	-949,70	-81,76%
. Alimentação	12 153,12	13 845,12	-1 692,00	-12,22%
. Inscrições	0,00	10,08	-10,08	-100,00%
. Ajudas de Custo	0,00	83,15	-83,15	-100,00%
. Coffee-break	7 537,40	2 215,80	5 321,60	240,17%
. Transporte de Pessoal	0,00	625,00	-625,00	-100,00%
	65 037,51	**69 914,93**	**-4 877,42**	**-6,98%**

FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS				(Euros)
	2017	2016	Variação	%
Serviços diversos				
Rendas e Alugueres	**8 710,82**	**4 393,43**	**4 317,39**	**98,27%**
. Rendas e Alugueres - Viaturas	98,65	249,84	-151,19	-60,51%
. Rendas e Alugueres - Salas	4 310,66	2 463,60	1847,06	74,97%
. Rendas e Alugueres - Equipamentos	3 510,67	804,40	2 706,27	336,43%
. Rendas e Alugueres - Outros	790,84	875,59	-84,75	-9,68%
Comunicação	**44 693,11**	**62 035,82**	**-17 342,71**	**-27,96%**
. Comunicação - Fixas/Móveis/Internet	35 913,84	58 946,87	-23 033,03	-39,07%
. Comunicação - Correios e estafetas	8 779,27	2 721,22	6 058,05	222,62%
. Comunicação - Outros	0,00	367,73	-367,73	-100,00%
Seguros	**1 332,92**	**0,00**	**1 332,92**	**N/A**
. Seguros - Viaturas	841,62	0,00	841,62	N/A
. Seguros - Multi-riscos	407,10	0,00	407,10	N/A
. Seguros - Responsabilidade civil	84,20	0,00	84,20	N/A
Limpeza, Higiene e Conforto	**10 783,23**	**10 301,64**	**481,59**	**4,67%**
. Limpeza, Higiene e Conforto - Serviços	9 840,93	9 064,84	776,09	8,56%
. Limpeza, Higiene e Conforto - Produtos	799,30	468,81	330,49	70,50%
. Limpeza, Higiene e Conforto - Artigos decoração	143,00	767,99	-624,99	-81,38%
Outros	**9 279,74**	**4 464,04**	**4 815,70**	**107,88%**
	74 799,82	**81 194,93**	**-6 395,11**	**-7,88%**
	267 835,99	**268 333,72**	**-497,73**	**-0,19%**

A rubrica Deslocações, estadas e transportes inclui o montante de € 28.334,95 referente ao pagamento de despesas de deslocação em viatura própria, por forma a assegurar o adequado cumprimento das actividades da Ordem dos Enfermeiros. Em 2017, verifica-se uma redução nesta rubrica no valor de € 14.882,76, derivada da aquisição duma viatura para a Secção Regional do Sul.
A rubrica Outros serviços diversos inclui o valor do condomínio da sede da Secção Regional do Sul.

A rubrica de Gastos com o pessoal apresenta um valor muito significativo no que respeita a gastos do exercício e que será mais desenvolvida no ponto 12.

A rubrica de Outros gastos decompõe-se no quadro seguinte:

OUTROS GASTOS E PERDAS				(Euros)
	2017	2016	Variação Valor	%
. Impostos	4 200,32	267,84	3 932,48	1468,22%
. Correcções relativas a períodos anteriores	1 779,46		1 779,46	N/A
. Donativos	4 000,00	300,00	3 700,00	1233,33%
. Insuficiência estimativa para impostos		961,22	-961,22	-100,00%
. Atribuição de prémios de investigação	925,00	4 000,00	-3 075,00	-76,88%
. Outros gastos e perdas	24 160,61	31 932,34	-7 771,73	-24,34%
	35 065,39	**37 461,40**	**-2 396,01**	**-6,40%**

A rubrica Encargos com Enfermeiros cedidos à Ordem foi reclassificada em 2017, de Outros gastos e perdas, para a rubrica Outros trabalhos especializados, representando em 2017 o valor de € 10.730,68.

Em 2017, não tendo sido atribuído o Prémio de Investigação de Enfermagem Mariana Diniz de Sousa, segundo o Regulamento do mesmo, o valor foi doado a uma Instituição de Solidariedade Social.

A Rubrica Outros gastos e perdas, diz integralmente respeito ao pagamento de encargos com empréstimos, conexos com o Princípio de Solidariedade entre as Secções Regionais e a Sede.

9. PROVISÕES, PASSIVOS CONTIGENTES E ACTIVOS CONTIGENTES

Nota não aplicável.

10. SUBSÍDIOS E OUTROS APOIOS DAS ENTIDADES PÚBLICAS

Nota não aplicável.

11. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

As bases de mensuração utilizadas para os instrumentos financeiros foram as de custo.

11.1. Fornecedores

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

FORNECEDORES				(Euros)
	2017	2016	Variação Valor	Variação %
Fornecedores	**18 251,27**	**8 531,64**	**9 719,63**	**113,92%**
. Nacionais	18 169,78	8 531,64	9 638,14	112,97%
. Intracomunitários	81,49	0,00	81,49	N/A
. Outros mercados	0,00	0,00	0,00	N/A
	18 251,27	**8 531,64**	**9 719,63**	**113,92%**

11.2. Outros passivos correntes

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

				(Euros)
	2017	2016	Variação Valor	%
Acréscimos de gastos:				
. Remunerações a liquidar	32 073,97	34 210,62	-2 136,65	-6,25%
. Outros acréscimos de gastos	19 147,17	24 669,04	-5 521,87	-22,38%
	51 221,14	**58 879,66**	**-7 658,52**	**-13,01%**
. Membros		2 474,61	-2 474,61	-100,00%
. Quotas - recibos a emitir		20 246,00	-20 246,00	-100,00%
. Outros credores	56 621,39	80 757,80	-24 136,41	-29,89%
	56 621,39	**103 478,41**	**-46 857,02**	**-45,28%**
Total	**107 842,53**	**162 358,07**	**-54 515,54**	**-33,58%**

11.3. Créditos a receber

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

CRÉDITOS A RECEBER				(Euros)
	2017	2016	Variação Valor	%
. Juros a receber	107,07	0,00	107,07	N/A
. Despesas secções regionais	0,00	2 207,61	-2 207,61	-100,00%
. Adiantamentos a fornecedores	254,70	65,51	189,19	288,80%
. Outros devedores	2 207,61	27,00	2 180,61	8076,33%
	2 569,38	**2 300,12**	**269,26**	**11,71%**

11.4. Reconhecimento das perdas por imparidade de dívidas a receber

Em 31 de Dezembro de 2017 e 31 de Dezembro de 2016, a dívida dos membros/outros clientes à Ordem (e respectivo reconhecimento de perdas de imparidade) detalham-se conforme se segue:

ASSOCIADOS/MEMBROS				(Euros)
	2017	2016	Variação Valor	%
. Percentagem s/ facturação	378 460,43	318 260,63	60 199,80	18,92%
. Percentagem s/ recebimentos	151 922,50	178 303,83	-26 381,33	-14,80%
. Percentagem s/ inscrições	22 137,07	27 152,23	-5 015,16	-18,47%
. Percentagem s/ título especialista	7 398,00	5 653,05	1 744,95	30,87%
	559 918,00	**529 369,74**	**30 548,26**	**5,77%**
. Imparidades Acumuladas	-138 374,69	-138 810,45	435,76	-0,31%
VALOR LÍQUIDO	**421 543,31**	**390 559,29**	**30 984,02**	**7,93%**

O movimento das perdas por imparidade dos saldos de membros/patrocinadores durante o exercício foi o seguinte:

MEMBROS % FACTURAÇÃO				(Euros)
			Variação	
Activos	2017	2016	Valor	%
Dívidas dos membros - contas correntes	378 460,43	318 260,63	60 199,80	18,92%
Imparidade Acumulada	-138 374,69	-138 810,45	435,76	-0,31%
	240 085,74	**179 450,18**	**60 635,56**	**33,79%**
Reforço/(redução) imparidade acumulada	22 751,22	-95 182,13		0,00%

PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS					(Euros)
	01/01/2017	Reforços	Reversões	Desreconhecimento	31/12/2017
. Imparidade acumulada	138 810,45	22 751,22		-23 186,98	138 374,69
	138 810,45	**22 751,22**	**0,00**	**-23 186,98**	**138 374,69**

O registo das perdas por imparidade é efectuado de acordo com a antiguidade da dívida. São registadas perdas por imparidade para as dívidas vencidas há mais de dois anos, que no ano de 2017 ascendem a € 22.751,22. Por outro lado, foram desreconhecidos do balanço as dívidas de membros e respectivas perdas por imparidade vencidas há mais de cinco anos, no montante de € 23.186,98, por serem consideradas incobráveis.

11.5 Fluxos de Caixa

A caixa e seus equivalentes inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis e aplicações de tesouraria no mercado monetário, e detalha-se como se segue:
Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a rubrica de Caixa e Depósitos bancários apresentava a seguinte decomposição:

CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS				(Euros)
			Variação	
	2017	2016	Valor	%
. Caixa	1 322,73	1 974,45	-651,72	-33,01%
. Depósitos à Ordem	862 454,51	2 264 596,54	-1 402 142,03	-61,92%
. Depósitos a Prazo	1 511 612,51	0,00	1 511 612,51	N/A
	2 375 389,75	**2 266 570,99**	**108 818,76**	**4,80%**

11.6. Investimentos Financeiro e Outros Activos Correntes

INVESTIMENTOS FINANCEIROS/OUTROS ACTIVOS CORRENTES		(Euros)
	2017	**2016**
Investimentos financeiros		
. Fundo de compensação do trabalho	427,39	0,00
	427,39	**0,00**
Outros activos correntes		
	0,00	**0,00**

O Fundo de compensação de trabalho é um fundo obrigatório, destinado ao pagamento parcial da compensação por cessação do contracto de trabalho dos seus trabalhadores.

12 BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

Os gastos com o pessoal foram os seguintes:

GASTOS COM O PESSOAL				(Euros)
			Variação	
	2017	**2016**	**Valor**	**%**
Gastos com Pessoal				
. Remunerações do pessoal	209 881,33	233 682,40	-23 801,07	-10,19%
. Indemnizações	27 143,00	4 997,12	22 145,88	443,17%
. Encargos sobre remunerações	46 911,51	46 835,33	76,18	0,16%
. Seguro acidentes no trabalho	1 099,61	0,00	1 099,61	N/A
. Outros gastos com o pessoal	874,47	810,30	64,17	7,92%
	285 909,92	**286 325,15**	**-415,23**	**-0,15%**

Durante o exercício de 2017 as remunerações dos órgãos sociais ascenderam a € 57.754,76. A rubrica Outros gastos inclui essencialmente gastos com a medicina no trabalho e Acção Social.
No período a que se referem estas demonstrações financeiras o número médio de colaboradores da Secção Regional do Sul foi de 13.

13 ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Após a data do balanço não houve conhecimento de eventos ocorridos que afectem o valor dos activos e passivos das demonstrações financeiras do período.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de Dezembro de 2017 foram aprovadas pelo Conselho Directivo e autorizadas para emissão em 12 de Fevereiro de 2018.

14 AGRICULTURA

Nota não aplicável.

15 DIVULGAÇÃO EXIGIDAS POR OUTROS DIPLOMAS LEGAIS

Nota não aplicável.

16 OUTRAS DIVULGAÇÕES

16.1 Outras divulgações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados:

ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS		(Euros)
	2017	**2016**
Activos		
. Retenção de impostos s/ rendimento	0,00	0,00
	0,00	**0,00**

	2017	**2016**
Passivos		
. Imp. sobre o rendimento (IRC) a pagar	1 601,50	941,33
. Imposto sobre o valor acrescentado	272,34	9,22
. Retenção de impostos s/ rendimento	3 291,81	6 577,71
. Contribuições p/ Segurança Social	4 460,11	11 013,49
. Outras contribuições e tributações	1 131,77	6 480,35
	10 757,53	**25 022,10**

O valor de €10.757.53 a favor do Estado, representa nomeadamente, o valor dos encargos com a Segurança Social e Retenção na fonte, referentes a Dezembro, a liquidar no início de 2018.

IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DO PERÍODO

CONCILIAÇÃO IMPOSTO DO PERÍODO		(Euros)
	2017	**2016**
. Resultados antes de impostos	229 558,62 €	251 943,94 €
. Taxa de imposto	21,00%	21,00%
. Imposto estimado	1 601,50 €	3 765,81 €
Imposto do Exercício	**1 601,50 €**	**90,67 €**
Taxa efectiva de imposto	**0,70%**	**0,04%**

DIFERIMENTOS

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a rubrica de Diferimentos apresentava a seguinte decomposição:

DIFERIMENTOS		(Euros)
	2017	**2016**
Activos		
. Contratos de manutenção	1 352,66	
. Seguros	883,27	
. Informática		98,06
. Outros gastos diferidos	2 183,32	3 986,61
	4 419,25	**4 084,67**
Passivos		
. Outros diferimentos	0,00	0,00
	0,00	**0,00**

VARIAÇÃO NAS RUBRICAS DO FUNDO PATRIMONIAL

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a rubrica dos Fundos patrimoniais apresentava a seguinte decomposição:

VARIAÇÃO NAS RUBRICAS DO FUNDO PATRIMONIAL					(Euros)
	01/01/2017	**Aumentos**	**Diminuições**	**Transferências**	**31/12/2017**
. Fundos patrimoniais	281 742,79	30 966,07	-1 431,00		311 277,86
. Reservas	499 670,51	24 817,80	-12 875,81		511 612,51
. Resultados transitados	2 032 196,25	248 178,13	-24 817,80	12 875,81	2 268 432,38
. Resultado do período	248 178,13	227 957,12	-248 178,13		227 957,12
	3 061 787,68	**531 919,12**	**-287 302,74**	**12 875,81**	**3 319 279,87**

A conta 56 – Resultados transitados encontra-se influenciada pela variação positiva resultante da regularização do valor do Fundo de Reserva, de anos anteriores, no montante de € 12.875,81.

HIPOTECA

Sobre o imóvel onde está localizada a sede da SRS com o valor contabilístico líquido de €587.127,63 está registada uma hipoteca a favor da Caixa Económica Montepio Geral.

Contabilista Certificado n.º 76158	**Conselho Directivo**		
	Presidente	**Secretário**	**Tesoureira**
Hugo Sousa	Nuno Sérgio Machado Domingues Branco	José Alexandre dos Santos Abrantes	Silvia Cristina Monteiro Fernandes
	Vogal	**Vogal**	
	Lúcia de Fátima Borges Matias	João Paulo Melo Barros	

APÊNDICE 14

RELATÓRIO E CONTAS 2017
SECÇÃO REGIONAL DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

SECÇÃO REGIONAL DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS

2017



ordem dos enfermeiros AÇORES



FICHA TÉCNICA

Título
Relatório de Atividades e Contas 2017

Edição e Design
Gabinete de Comunicação e Imagem – Secção Regional dos Açores

Coordenação
Conselho Diretivo Regional
Secção Regional da Região Autónoma dos Açores da Ordem dos Enfermeiros

Rua Dr. Armando Narciso N.º 2
9500-185 Ponta Delgada

sracores@ordemenfermeiros.pt
www.ordemenfermeiros.pt/sites/acores

Fevereiro 2018

ÍNDICE

MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DIRETIVO REGIONAL 8

1. INTRODUÇÃO 9
2. MISSÃO, VISÃO E VALORES 10
3. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL 12
4. REGULAR FUNCIONAMENTO DA SECÇÃO REGIONAL 14
   4.1. Atividade Interna dos Órgãos Estatutários Regionais da SRRAA 15
   4.2. Membros Inscritos 16
   4.3. Gestão de Membros 17
5. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS EM 2017 19
   5.1. Exercício Profissional e Visibilidade Social do Enfermeiro 19
   5.2. Qualidade e Segurança dos Cuidados de Enfermagem 28
   5.3. Formação, Investigação e Desenvolvimento Profissional 29
   5.4. Ética e Deontologia Profissional 31
   5.5. Eficiência Interna e Comunicação Externa 32
6. ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA E PATRIMONIAL 36
   6.1. Análise da Situação Económico-Financeira 36
   6.2. Rendimentos e Ganhos 37
   6.3. Gastos e Perdas 37
   6.4. Analise da Situação Financeira e Patrimonial 38
      6.4.1. *Reserva Estatutária* 39

ANEXOS
ANEXO I – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E ANEXO 42
ANEXO II – PARECER DO CONSELHO FISCAL REGIONAL 66
ANEXO III – CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS 68

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1.	Composição da Mesa da Assembleia Regional com referência a 31.12.2017	12
Tabela 2.	Composição do Conselho Diretivo Regional com referência a 31.12.2017	12
Tabela 3.	Composição do Conselho Jurisdicional Regional com referência a 31.12.2017	13
Tabela 4.	Composição do Conselho Fiscal Regional com referência a 31.12.2017	13
Tabela 5.	Composição do Conselho de Enfermagem Regional com referência a 31.12.2017	13
Tabela 6.	Número de reuniões realizadas/participadas no âmbito da atividade estatutária da Mesa da Assembleia Geral e da Mesa da Assembleia Regional com referência a 31.12.2017	15
Tabela 7.	Número de reuniões realizadas/participadas no âmbito da atividade estatutária do Conselho Diretivo e do Conselho Diretivo Regional com referência a 31.12.2017	15
Tabela 8.	Número de reuniões realizadas/participadas no âmbito da atividade estatutária do Conselho Jurisdicional e do Conselho Jurisdicional Regional com referência a 31.12.2017	15
Tabela 9.	Número de reuniões realizadas/participadas no âmbito da atividade estatutária do Conselho Fiscal e do Conselho Fiscal Regional com referência a 31.12.2017	15
Tabela 10.	Número de reuniões realizadas/participadas no âmbito da atividade estatutária do Conselho de Enfermagem e do Conselho de Enfermagem Regional com referência a 31.12.2017	16
Tabela 11.	Número de encontros de órgãos estatutários realizados com referência a 31.12.2017	16
Tabela 12.	Número de enfermeiros inscritos na SRRAA, por título, com referência a 31.12.2017	16
Tabela 13.	Número de enfermeiros especialistas inscritos na SRRAA com referência a 31.12.2017	16
Tabela 14.	Número de procedimentos realizados associados à atividade de inscrição de membros em referência a 31.12.2017	17
Tabela 15.	Número de procedimentos realizados associados à atribuição de título de enfermeiro e enfermeiro especialista em referência a 31.12.2017	17
Tabela 16.	Número de procedimentos realizados associados a pedidos de vinheta ou de emissão de cédula profissional em referência a 31.12.2017	18
Tabela 17.	Número de procedimentos realizados associados ao exercício do poder disciplinar em referência a 31.12.2017	18

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1.	Eixo Estruturante I (Exercício Profissional e Visibilidade Social do Enfermeiro), objetivos estratégicos, atividades propostos e atividades realizadas no ano 2017	19
Quadro 2.	Eixo Estruturante II (Qualidade e Segurança dos Cuidados de Enfermagem), objetivos estratégicos, atividades propostos e atividades realizadas no ano 2017	28
Quadro 3.	Eixo Estruturante III (Formação, Investigação e Desenvolvimento Profissional), objetivos estratégicos, atividades propostos e atividades realizadas no ano 2017	30
Quadro 4.	Eixo Estruturante IV (Ética e Deontologia Profissional), objetivos estratégicos, atividades propostos e atividades realizadas no ano 2017	31
Quadro 5.	Eixo Estruturante V (Eficiência Interna e Comunicação Externa), objetivos estratégicos, atividades propostos e atividades realizadas no ano 2017	32
Quadro 6.	Publicações na imprensa escrita relativas à intervenção da SRRAA com referência a 31.12.2017	35
Quadro 7.	Comparativo entre o total orçamentado para 2017, o total executado em 2017 e o total executado em 2016 em matéria de rendimentos e ganhos	37
Quadro 8.	Comparativo entre o total orçamentado para 2017, o total executado em 2017 e o total executado em 2016 em matéria de gastos e perdas	37
Quadro 9.	Comparativo entre o total orçamentado para 2017, o total executado em 2017 e o total executado em 2016 em matéria de investimentos	39

ABREVIATURAS E ACRÓNIMOS

AECA – Associação de Enfermagem Cirúrgica dos Açores
ALRAA – Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
APPDA - Associação Portuguesa para as Perturbações do Desenvolvimento e Autismo
AR – Assembleia Regional
CAS – Comissão de Assuntos Sociais
CCGLE – Curso Conducente ao Grau de Licenciado em Enfermagem
CD – Conselho Diretivo
CDR – Conselho Diretivo Regional
CE – Conselho de Enfermagem
CER – Conselho de Enfermagem Regional
CFR – Conselho Fiscal Regional
CIE – Congresso Insular de Enfermagem
CJR – Conselho Jurisdicional Regional
CRS – Conselho Regional de Saúde
CS – Centro de Saúde
CVP – Cerimónia de Vinculação à Profissão
DIE –Dia Internacional do Enfermeiro
DRS – Direção Regional da Saúde
EOE – Estatuto da Ordem dos Enfermeiros
EPER – Entidade Pública Empresarial Regional
ESMO –Enfermagem de Saúde Materna e Obstétrica
ESS – Escola Superior de Saúde
GRA – Governo Regional dos Açores
HDESPD – Hospital do Divino Espírito Santo de Ponta Delgada
HSEIT – Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira
IPSS – Instituição Particular de Solidariedade Social
IPTB – Índice de Pressão Tornozelo Braço
IReS – Inspeção Regional da Saúde
MAR – Mesa da Assembleia Regional
NSF – Núcleos de Saúde Familiar
OE – Ordem dos Enfermeiros
OER – Órgãos Estatutários Regionais
PA – Plano de Atividades
PPQCE – Programa Padrões de Qualidade dos Cuidados de Enfermagem
RAA – Região Autónoma dos Açores
RAC – Relatório de Atividades e Contas
RAM – Região Autónoma da Madeira

RRCCI – Rede Regional de Cuidados Continuados Integrados
RRCCISM – Rede Regional de Cuidados Continuados Integrados de Saúde Mental
SR – Secção Regional/Secções Regionais
SReS – Secretaria Regional da Saúde
SRRAA – Secção Regional da Região Autónoma dos Açores
SRRAM – Secção Regional da Região Autónoma da Madeira
SRS – Serviço Regional de Saúde
UAç – Universidade dos Açores
UCCI – Unidade de Cuidados Continuados Integrados
US – Unidade de Saúde
USI – Unidade(s) de Saúde de Ilha
VAEP – Visita(s) de Acompanhamento do Exercício Profissional

MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DIRETIVO REGIONAL

Chegamos, uma vez mais, ao momento de, com rigor e clareza, prestar contas aos membros desta Secção Regional da Região Autónoma dos Açores (SRRAA) da Ordem dos Enfermeiros (OE), ao apresentar-lhes, em sede de Assembleia Regional (AR), órgão deliberativo máximo desta SR, o Relatório de Atividades e Contas (RAC) do Exercício Económico 2017.

Este foi um duro ano. Um ano de grande dinâmica interna e externa. Um ano marcado por uma forte intervenção pública da SRRAA no plano Regional, apoiando lutas e movimentos de enfermeiros naquilo que entendemos ser o necessário envolvimento da OE na efetiva defesa da dignidade do exercício da profissão e, de igual modo, na defesa dos superiores interesses dos nossos cidadãos naquilo que é o seu direito constitucional à saúde e, de forma muito concreta, a cuidados de Enfermagem prestados com qualidade e segurança. Apesar da dificuldade, apesar da incompreensão de alguns agentes do Sector da Saúde na Região Autónoma dos Açores (RAA) daquilo que deve ser o papel interventivo desta Secção Regional (SR) e do porquê de, por vezes, termos de adotar posições extremas e de rutura com um estado de coisas que em nada se alinha com o nosso ideal de Serviço Regional de Saúde (SRS), mantivemo-nos firmes na prossecução dos nossos objetivos e na defesa intransigente dos nossos enfermeiros.

O ano de 2017 continuou a ser marcado pela volatilidade e incerteza em relação ao comportamento da economia portuguesa, apesar dos sinais de crescimento e da redução da taxa de desemprego (um flagelo incompatível com a condição de dignidade do homem e ao qual a RAA não escapou). Este quadro, inevitavelmente, acarreta para os cidadãos, para o Sector da Saúde e, muito particularmente, para os enfermeiros, enquanto partes indissociáveis deste conjunto, implicações muito consideráveis.

Sinto, cada vez mais, que esta equipa continua a dar passos definitivos na consolidação do projeto regional que apresentou aos enfermeiros açorianos, num claro exercício de lealdade e de dever para com a profissão e para com a estrutura de regulação, no plano nacional, e que tem contribuído para a definição do caminho que a profissão deverá seguir.

O nosso compromisso, volvidos dois anos de mandato, é manter o empenho, a dedicação, a disponibilidade e a proximidade para com os enfermeiros, na resolução dos seus problemas, contribuindo para um exercício profissional digno e um SRS mais resiliente.

Luís Carlos do Rego Furtado
Presidente do Conselho Diretivo Regional
Secção Regional da Região Autónoma dos Açores
ORDEM DOS ENFERMEIROS

CAPÍTULO 1.
INTRODUÇÃO

O RAC 2017 da SRRAA mantém o sentido que tem norteado a sua elaboração em anos anteriores, representando um importante instrumento de gestão que tem por objetivo principal relatar a atividade desenvolvida, avaliar os resultados alcançados e estruturar a informação que permita refletir sobre o seu futuro. Assim, o documento sintetiza as principais atividades desenvolvidas pela SRRAA ao longo do ano e avalia o grau de execução do seu Plano de Atividades (PA), decorrendo, como habitualmente, de um trabalho de cooperação entre os diferentes Órgãos Estatutários Regionais (OER), em observância do disposto na alínea f) do número 2 do Artigo 46.º do Estatuto da Ordem dos Enfermeiros (EOE), aprovado pelo Decreto-Lei N.º 104/98, de 21 de abril, alterado e republicado pelo Anexo II à Lei N.º 156//2015, de 16 de setembro, cumprindo o Conselho Diretivo Regional (CDR) desta Secção Regional (SR) com aquilo que estatutariamente se lhe acomete e que é a apresentação do presente RAC para discussão e votação em AR.

Pretendeu-se que a estrutura do documento fosse inteligível e organizada, focada na análise da concretização das ações propostas, sendo de referir que a atividade de natureza corrente e conducente ao normal funcionamento da SRRAA, onde se inclui a atividade dos OER, pelo facto de mobilizar uma parte importante dos recursos, foi considerada na feitura deste documento.

O ano de 2017 tem a particularidade de corresponder ao segundo ano do mandato 2016-2019 e os membros que integram esta equipa trabalharam afincadamente no sentido de cumprir com os compromissos que assumiram junto dos enfermeiros e dos cidadãos açorianos, colocando a ênfase da sua intervenção na salvaguarda dos seus interesses, mas também intervindo em matéria de política de saúde regional, numa senda de salvaguardar a sustentabilidade do SRS.

A análise da atividade do ano 2017 realiza-se nos capítulos que se seguem. Em ponto próprio evidenciam-se as atividades realizadas em 2017, organizadas de acordo com os eixos estruturantes que norteiam este projeto, procurando demonstrar um cenário de colaboração na SR, com partilha de esforços para o alcance dos objetivos e das metas propostas. Descreve-se, como antes adiantado, igualmente, o conjunto de atividades desenvolvidas no âmbito das áreas de suporte, transversais às áreas estratégicas, e que, como tal, se revelam fundamentais para a sua boa execução.

A componente relativa às contas, para além de dar cumprimento às disposições legais, traduz a execução patrimonial e orçamental resultante das atividades desenvolvidas pela SRRAA em 2017, evidenciando-se, de igual modo, uma análise económico-financeira às contas, estruturada de acordo com as peças das demonstrações financeiras.

CAPÍTULO 2.
MISSÃO, VISÃO E VALORES

As SR das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira inserem-se num contexto geopolítico e administrativo ímpar, em tudo diferente das demais SR, contexto este que goza de autonomia política, legislativa, administrativa, financeira e patrimonial, que se exerce no quadro da Constituição da República Portuguesa e, no caso dos Açores, nos termos da Lei N.º 2/2009, de 12 de janeiro – Estatuto Político-Administrativo da RAA.

No que concerne à condição da SRRAA, deve, igualmente, considerar-se o facto de esta estar implantada numa região ultraperiférica e insular, adensada por uma descontinuidade territorial que se materializa em nove ilhas profundamente heterogéneas.

A OE tem como desígnio fundamental "... *a defesa dos interesses gerais dos destinatários dos serviços de enfermagem e a representação e defesa dos interesses da profissão...*", nos termos do seu Estatuto. As SR são as estruturas de proximidade da OE e, para além da óbvia e natural necessidade de descentralização administrativa, têm por função intervir – no plano regional e atendendo às necessidades e idiossincrasias locais – na salvaguarda daquele que é o desígnio fundamental da OE e no limite das suas atribuições.

O referido no parágrafo anterior é tanto mais verdade quanto a especificidade da região onde cada SR está sediada. A SRRAA, tal como já se referiu, encontra-se inserida num contexto político-administrativo ímpar, o qual só encontra equivalente na Secção Regional da Região Autónoma da Madeira (SRRAM). Nestas regiões a existência de órgãos de governo próprios com autonomia legislativa, a par da sua condição insular e arquipelágica, coloca desafios únicos ao exercício profissional da Enfermagem, pelo que aqui a adversidade deve ser reconhecida como um terreno fértil, posicionando esta SR como um parceiro estratégico na definição da política regional de saúde, na salvaguarda, porém, dos interesses da profissão e dos cidadãos.

MISSÃO

Defender uma Enfermagem de matriz regional, que incorpore a essência da conjunção político-administrativa onde se insere, no respeito e atenção pela especificidade do exercício profissional em contexto açoriano, e atenta às idiossincrasias de cada uma das nove realidades insulares. Uma Enfermagem que assuma como objetivos principais o desenvolvimento profissional, a aquisição contínua de competências, e a necessidade de afirmação num sector dinâmico, adverso e adensado por uma conjuntura difícil.

VISÃO

Uma SRRAA forte e credível, com uma intervenção suportada nas suas atribuições estatutárias, assumindo-se como parceiro estratégico no processo de tomada de decisão em matéria de política regional de saúde. Uma SR que convirja para um quadro em que enfermeiros e cidadãos encontrem sentido na Enfermagem.

VALORES

Quer a missão quer a visão estão ancoradas na opção por uma conduta interna que tem sido a base da identidade coletiva da SRRAA, de todos os membros dos seus OER e dos seus colaboradores, de entre os quais sobressaem referenciais de progresso civilizacional e de boa governação pública, nomeadamente. A saber:

- Compromisso;
- Satisfação dos membros;
- Igualdade;
- Liberdade responsável;
- Verdade e justiça;
- Altruísmo e solidariedade;
- Competência e aperfeiçoamento profissional;
- Interesse do cidadão.

3. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A estrutura organizacional e o funcionamento da OE e, neste caso em particular, dos OER da SRRAA, definem-se nos termos do EOE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 104/98, de 21 de abril, alterado e republicado pelo Anexo II à Lei n.º 156//2015, de 16 de setembro, mais precisamente nos seus artigos 44.º, 45.º, 46.º, 47.º, 48.º, 49.º e 50.º.

São órgãos estatutários regionais:

- Mesa da Assembleia Regional (MAR)
- Conselho Diretivo Regional (CDR)
- Conselho Jurisdicional Regional (CJR)
- Conselho Fiscal Regional (CFR)
- Conselho de Enfermagem Regional (CER)

MESA DA ASSEMBLEIA REGIONAL	
Presidente	Marta Maria Puim Loura ENFERMEIRA ESPECIALISTA | Hospital do Divino Espírito Santo de Ponta Delgada EPER
Secretário	Hildeberto Carlos da Silva Bettencourt ENFERMEIRO ESPECIALISTA | Unidade de Saúde da Ilha do Pico
Secretário	Marlene dos Santos Picanço ENFERMEIRA ESPECIALISTA | Unidade de Saúde da Ilha Graciosa

Tabela 1. – Composição da Mesa da Assembleia Regional com referência a 31.12.2017

CONSELHO DIRETIVO REGIONAL	
Presidente	Luís Carlos do Rego Furtado ENFERMEIRO ESPECIALISTA | Hospital do Divino Espírito Santo de Ponta Delgada EPER
Secretário	Pedro Rodriguez Novais Brázio ENFERMEIRO ESPECIALISTA | Hospital do Divino Espírito Santo de Ponta Delgada EPER
Tesoureiro	Verónica da Conceição da Silva Amaral ENFERMEIRA ESPECIALISTA | Hospital do Divino Espírito Santo de Ponta Delgada EPER
Vogal	Marco Bruno Alves dos Santos Pedroso Bettencourt ENFERMEIRO ESPECIALISTA | Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira EPER
Vogal	Luís Manuel Correia Costa ENFERMEIRO | Unidade de Saúde da Ilha de São Miguel

Tabela 2. – Composição do Conselho Diretivo Regional com referência a 31.12.2017

CONSELHO JURISDICIONAL REGIONAL	
Presidente	Ricardo Jorge Correia Pacheco
	ENFERMEIRO ESPECIALISTA | Hospital do Divino Espírito Santo de Ponta Delgada EPER
Vogal	Maria Cristina Azevedo Abrantes
	ENFERMEIRA | Unidade de Saúde da Ilha do Faial
Vogal	António José Correia da Cruz
	ENFERMEIRA ESPECIALISTA | Escola Superior de Saúde da Universidade dos Açores

Tabela 3. – Composição do Conselho Jurisdicional Regional com referência a 31.12.2017

CONSELHO FISCAL REGIONAL	
Presidente	Antonieta Manuela dos Santos Braga
	ENFERMEIRA ESPECIALISTA | Unidade de Saúde da Ilha de Santa Maria
Vogal	Xénio Miguel da Silva Terra
	ENFERMEIRO | Unidade de Saúde da Ilha do Faial
Vogal	Sandra de Sousa Pereira da Silva
	ENFERMEIRA ESPECIALISTA | Unidade de Saúde da Ilha de São Miguel

Tabela 4. – Composição do Conselho Fiscal Regional com referência a 31.12.2017

CONSELHO DE ENFERMAGEM REGIONAL	
Presidente	Márcio Filipe Moniz Tavares
	ENFERMEIRO ESPECIALISTA | Hospital do Divino Espírito Santo de Ponta Delgada EPER
Vogal	Hélia Maria Soares
	ENFERMEIRA | Unidade de Saúde da Ilha Terceira
Vogal	Maria Manuela Marreiros Gomes Dias
	ENFERMEIRA ESPECIALISTA | Unidade de Saúde da Ilha Terceira
Vogal	Sofia Margarida Alves Antunes
	ENFERMEIRA | Unidade de Saúde da Ilha do Faial
Vogal	João Miguel Andrade Amaral
	ENFERMEIRO | Hospital do Divino Espírito Santo de Ponta Delgada EPER

Tabela 5. – Composição do Conselho de Enfermagem Regional com referência a 31.12.2017

CAPÍTULO 4.
REGULAR FUNCIONAMENTO DA SECÇÃO REGIONAL

Para além do corpo de atividades que são levadas a cabo no âmbito da concretização do programa de ação apresentando a eleições pelos OER da SRRAA, do plano de atividades para o ano em análise, e pelo facto do normal funcionamento tanto da SR e como da OE mobilizarem um conjunto muito importante de recursos, importa, antes mesmo de abordar as atividades específicas e programáticas levadas a cabo, detalhar a atividade que decorre dos serviços que a SR presta aos seus membros e do cumprimento daquilo que é vazado pelo legislador no EOE e que diz respeito à atividade interna dos órgãos próprios da SR.

A composição e funcionamento dos OER, e, bem assim, as suas diferentes atribuições estatutárias, estão, como de resto já se mencionou, patentes no EOE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 104/98, de 21 de abril, alterado e republicado pelo Anexo II à Lei n.º 156//2015, de 16 de setembro, mais precisamente nos seus artigos 44.º, 45.º, 46.º, 47.º, 48.º, 49.º e 50.º.

À MAR compete dirigir as atividades do órgão deliberativo máximo regional, a Assembleia Regional, de acordo com o estatuído para este órgão, observando os regulamentos internos dispostos para o efeito.

O CDR, composto pelo Presidente, Secretário, Tesoureiro e dois Vogais, assume a responsabilidade executiva, missão esta que passa pela gestão do património da SR, até ao acompanhamento do exercício profissional, representando os enfermeiros junto dos parceiros políticos e sociais, velando pela sua dignidade e pela qualidade e segurança dos cuidados de Enfermagem prestados às populações.

Ao CJR compete instruir os procedimentos disciplinares que respeitem aos membros da SR, colaborando com os demais órgãos regionais na problematização ético-deontológica do exercício da profissão de enfermeiro, pelas vias entendidas como mais adequadas.

Ao CFR, estatutariamente, compete fiscalizar a ação institucional do CDR, através da análise trimestral da sua gestão financeira, emitindo pareceres sobre o relatório de atividades e proposta de orçamento apresentados anualmente.

O CER, enquanto órgão responsável por pensar a profissão, vê na promoção do desenvolvimento científico e valorização científica dos seus membros o principal desiderato, partilhando também a prerrogativa estatutária de acompanhamento do exercício profissional, procurando estimular nos contextos de prática uma cultura de qualidade nos cuidados de Enfermagem.

4.1. Atividade Interna dos Órgãos Estatutários Regionais da SRRAA

Os Presidentes dos OER de qualquer SR, por inerência, têm assento nos órgãos correspondentes da estrutura organizacional de âmbito nacional, pelo que, para além das reuniões que decorrem no plano regional, de acordo com a periodicidade definida pelo EOE e pelos respetivos regimentos internos, comparecem também nas reuniões de âmbito nacional.

MESA DA ASSEMBLEIA REGIONAL			
Reuniões Ordinárias		Reuniões Extraordinárias	
Nacional	Regional	Nacional	Regional
-	1	-	-

Tabela 6. – Número de reuniões realizadas/participadas no âmbito da atividade estatutária da Mesa da Assembleia Geral e da Mesa da Assembleia Regional com referência a 31.12.2017

CONSELHO DIRETIVO REGIONAL			
Reuniões Ordinárias		Reuniões Extraordinárias	
Nacional	Regional	Nacional	Regional
11	10	-	-

Tabela 7. – Número de reuniões realizadas/participadas no âmbito da atividade estatutária do Conselho Diretivo e do Conselho Diretivo Regional com referência a 31.12.2017

CONSELHO JURISDICIONAL REGIONAL			
Reuniões Ordinárias		Reuniões Extraordinárias	
Nacional	Regional	Nacional	Regional
15	8	5	-

Tabela 8. – Número de reuniões realizadas/participadas no âmbito da atividade estatutária do Conselho Jurisdicional e do Conselho Jurisdicional Regional com referência a 31.12.2017

CONSELHO FISCAL REGIONAL			
Reuniões Ordinárias		Reuniões Extraordinárias	
Nacional	Regional	Nacional	Regional
5	3	1	1

Tabela 9. – Número de reuniões realizadas/participadas no âmbito da atividade estatutária do Conselho Fiscal e do Conselho Fiscal Regional com referência a 31.12.2017

CONSELHO DE ENFERMAGEM REGIONAL			
Reuniões Ordinárias		Reuniões Extraordinárias	
Nacional	Regional	Nacional	Regional
8	11	2	-

Tabela 10. – Número de reuniões realizadas/participadas no âmbito da atividade estatutária do Conselho de Enfermagem e do Conselho de Enfermagem Regional com referência a 31.12.2017

ENCONTROS DE ÓRGÃOS ESTATUTÁRIOS	
Nacional	Regional
1	3

Tabela 11. – Número de encontros de órgãos estatutários realizados com referência a 31.12.2017

Foi, ainda, realizada uma Assembleia Regional Ordinária, na cidade de Ponta Delgada, a 24-02-2017.

4.2. Membros Inscritos

Enquanto reguladores e, muito particularmente, em face da condição de arquipélago desta Região, é, para nós, importante conhecer, com rigor, a distribuição dos nossos.

TOTAL DE ENFERMEIROS INSCRITOS NA SRRAA	
2.067	
ENFERMEIROS DE CUIDADOS GERAIS	ENFERMEIROS ESPECIALISTAS
1.665	402

Tabela 12. – Número de enfermeiros inscritos na SRRAA, por título, com referência a 31.12.2017

ENFERMEIROS ESPECIALISTAS	Enfermagem de Saúde Metal e Psiquiátrica	49
	Enfermagem de Reabilitação	62
	Enfermagem de Saúde Comunitária	87
	Enfermagem Médico Cirúrgica	83
	Enfermagem de Saúde Infantil e Pediátrica	46
	Enfermagem de Saúde Materna e Obstétrica	75

Tabela 13. – Número de enfermeiros especialistas inscritos na SRRAA com referência a 31.12.2017

Na RAA, e no que respeita à representatividade do género, a distribuição de enfermeiros obedece à tendência global da profissão, 81,5% dos enfermeiros são do género feminino. Em termos da distribuição etária desta população, globalmente, pode ser qualificada como jovem, uma vez que 59,5% do total de enfermeiros inscritos na SRRAA tem 40 ou menos anos de idade.

O rácio de enfermeiros especialistas, por enfermeiros de cuidados gerias, na RAA, cifra-se em 0,24, verificando-se uma tendência crescente discreta ao longo dos últimos anos, atribuída ao investimento que tem sido feito por parte dos enfermeiros em matéria de formação pós-graduada, designadamente a frequência a cursos de pós-licenciatura de especialização em Enfermagem.

No que respeita à distribuição por ilha de exercício profissional, as ilhas de São Miguel e Terceira concentram a maioria dos enfermeiros inscritos na SRRAA, com 49,2 e 31,5% respetivamente, representando, no conjunto, mais de 80% do total de enfermeiros que exercem na RAA. A terceira ilha com maior número de enfermeiros é a ilha do Faial, com um valor muito inferior no comparativo com as duas ilhas antes referidas, cifrando-se em 9,4%.

4.3. Gestão de Membros

A gestão de membros é a principal atividade, e, simultaneamente, aquela que agrega o maior número de contatos estabelecidos entre os membros da SR e o colaborador que está afeto a esta área.

INSCRIÇÃO DE MEMBROS	Novas admissões	54
	Cancelamento de inscrição	1
	Suspensão de inscrição	17
	Falecimento	1
	Reativações	7
	Processos de transferência entrados	9
	Processos de transferência saídos	10

Tabela 14. – Número de procedimentos realizados associados à atividade de inscrição de membros em referência a 31.12.2017

ATRIBUIÇÃO DE TÍTULOS	Enfermeiro	54
	Enfermeiro Especialista	35
	Enfermagem de Saúde Metal e Psiquiátrica	6
	Enfermagem de Reabilitação	12
	Enfermagem de Saúde Comunitária	-
	Enfermagem Médico Cirúrgica	11
	Enfermagem de Saúde Infantil e Pediátrica	6
	Enfermagem de Saúde Materna e Obstétrica	-

Tabela 15. – Número de procedimentos realizados associados à atribuição de título de enfermeiro e enfermeiro especialista em referência a 31.12.2017

PEDIDOS DE VINHETA OU EMISSÃO DE CÉDULA PROFISSIONAL	Revalidação	170
	Averbamento	-
	Alteração de nome/fotografia	26
	Segunda via	2
	Não receção/extravio de vinheta	23
	Inutilização de primeira via	3
	Furto/extravio	7
	Correção de dados	4

Tabela 16. – Número de procedimentos realizados associados pedidos de vinheta ou de emissão de cédula profissional em referência a 31.12.2017

EXERCÍCIO DO PODER DISCIPLINAR	Queixas e denúncias entradas	4
	Processos de averiguações abertos	-
	Processos de averiguações encerrados	-
	Processos disciplinares abertos	-
	Processos disciplinares em tramitação	-
	Processos disciplinares encerrados	-
	Processos de renúncia	1

Tabela 17. – Número de procedimentos realizados associados ao exercício do poder disciplinar em referência a 31.12.2017

CAPÍTULO 5.
ATIVIDADES DESENVOLVIDAS EM 2017

O desenvolvimento da atividade da SRRAA teve o seu enquadramento no Plano de Ação sufragado pelos enfermeiros açorianos para o mandato 2016-2019, no PA para 2017, aprovado em Assembleia Regional a 24-02-2017, bem como na estratégia global definida para a OE.

A consolidação das atividades desenvolvidas pela SR continuou a revelar-se um exercício complexo, atendendo à diversidade de realidades ao nível das nove ilhas que compõem este arquipélago dos Açores.

No cômputo geral, os objetivos fixados foram atingidos, apesar de terem ocorrido ajustamentos em determinadas iniciativas, tendo algumas sido concretizadas parcialmente, outras suspensas e outras ainda, que, não estando planeadas, foram levadas a cabo.

De facto, e apesar dos constrangimentos verificados, a SRRAA continuou a assumir um posicionamento orientado para a defesa dos interesses dos enfermeiros e dos cidadãos açorianos, intervindo ativamente na definição da política de saúde da Região e estreitando os laços com os seus parceiros.

Apresentam-se, de seguida, as atividades desenvolvidas em 2017, organizadas em função dos eixos estruturantes e objetivos estratégicos definidos em sede de Plano de Ação e PA.

5.1. Exercício Profissional e Visibilidade Social do Enfermeiro

Prevista nas atribuições da OE está, no ponto 3, alínea a), do Artigo 3.º do Estatuto, a de "... *zelar pela função social, dignidade e prestígio da profissão de enfermeiro, promovendo a valorização profissional e científica dos seus membros...*".

Seguidamente apresentamos as atividades que foram levadas a cabo neste âmbito, onde se expressa a orientação da SRRAA naquilo que foi a intervenção tida na definição da política regional de saúde, mas também na consolidação da sua posição de parceiro estratégico com os diversos agentes de decisão que operam na RAA, bem como outras atividades que fomentam a visibilidade social dos enfermeiros.

Esta vontade consubstanciou-se, ainda, no disposto no ponto 3, alínea m), do Artigo 3.º do Estatuto, reconhecendo como atribuição da OE a participação "... *na elaboração da legislação que diga respeito à profissão de enfermeiro...*", situação que encontra equivalente apenas na Região Autónoma da Madeira (RAM), Região com órgãos de governo próprios, à semelhança da RAA.

EIXO ESTRUTURANTE I - EXERCÍCIO PROFISSIONAL E VISIBILIDADE SOCIAL DO ENFERMEIRO		
I.1. Defender uma Enfermagem mais interventiva e com uma matriz identitária regional		
i.	Integrar as VIII Jornadas de Enfermagem do Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira (HSEIT) EPER nas comemorações do Dia Internacional do Enfermeiro (DIE) 2017	A SRRAA integrou, a convite da sua Comissão Organizadora, as VIII Jornadas de Enfermagem do HSEIT EPER. Foram preletores, o Enf. Luís Furtado, o Enf. Márcio Tavares, a Enf.ª M. José Costa Dias e o Enf. Ricardo Pacheco, com as preleções abaixo indicadas: • "Desenvolvimento Sustentável e Enfermagem" • "Ensino da Enfermagem: Universitário ou Politécnico?" • "Dotação Segura dos Cuidados de Enfermagem: Um Desafio?" • "Ato de Enfermagem: Progresso ou Retrocesso?"
ii.	Reunir com as estruturas da profissão com representação na RAA	Foram mantidas as reuniões e os contatos, formais e informais com as estruturas da profissão com representação na RAA
iii.	Reunir com o Secretário e Diretora Regional da Saúde	Foram levadas a cabo várias reuniões e contatos entre a SRRAA e a SReS, no âmbito das competências próprias das duas entidades
iv.	Levar a cabo o III Congresso Insular de Enfermagem (CIE) Açores-Madeira 2017	Decorreu na cidade de Ponta Delgada, entre 11-13 de outubro, no Azoris Royal Garden Hotel, contando com mais de 200 participantes
v.	Colaborar na criação da Associação de Enfermagem Cirúrgica dos Açores (AECA)	Colaboração com a AECA, nomeadamente, disponibilizando os serviços de design gráfico para criação da identidade visual da organização (logotipo e derivados), bem como, suportando os custos com a participação dos palestrantes que, integrando os OER da SRRAA, constaram do programa científico das Jornadas organizadas pela Associação
I.2. Defender o interesse dos Enfermeiros e dos cidadãos açorianos nas novas áreas de cuidados criadas na RAA		
i.	Acompanhar o desenvolvimento da Rede Regional de Cuidados Continuados Integrados de Saúde Mental RRCCISM) na RAA e da Rede Regional de Cuidados Continuados Integrados (RRCCI)	No âmbito do acompanhamento da RRCCI na RAA foram realizadas as seguintes visitas de acompanhamento do exercício profissional (VAEP): • 12-04-2017 – Centro Comunitário de São Brás (ilha Terceira) • 15-05-2017 – Santa Casa da Misericórdia do Nordeste • 22-05-2017 – Santa Casa da Misericórdia de Santa Cruz da Graciosa • 23-05-2017 – Unidade de Cuidados Continuados Integrados (UCCI) da Santa Casa

		da Misericórdia de Ponta Delgada • 24-05-2017 – Lar da Santa Casa da Misericórdia de Vila do Porto • 12-06-2017 – Lar da Santa Casa da Misericórdia de Vila Franca do Campo • 26-06-2017 – UCCI do Centro de Saúde (CS) da Ribeira Grande • 31-07-2017 – Santa Casa da Misericórdia das Lajes do Pico e Santa Casa da Misericórdia da Madalena do Pico • 05-09-2017 – UCCI do CS da Ribeira Grande Ainda no âmbito do acompanhamento da RRCCI na RAA, o Enf. Luís Furtado foi ouvido na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores (ALRAA) a 23 de novembro, na sequência da denúncia de rutura de fármacos na Unidade de Cuidados Continuados Integrados do CS da Ribeira Grande (Unidade de Saúde de Ilha (USI) São Miguel)
I.3. Intervir na definição da política de saúde da RAA		
i.	Aprofundar as relações institucionais e de parceria com a Direção Regional da Saúde (DRS)	Foram solicitadas, por diversas vezes, informações relativamente a documentos normativos sobre os quais a SRRAA havia sido ouvida e emitido pronúncia, contudo, e até ao momento, os documentos em apreço, continuam por publicar, remetendo a DRS esta situação para questões internas
ii.	Emitir pronúncia relativamente às propostas legislativas de âmbito regional, que direta ou indiretamente, digam respeito ao Sector da Saúde e ao exercício da profissão de enfermeiro	Não foram produzidas propostas legislativas a nível regional, sobre as quais a SRRAA tivesse necessidade de emitir pronúncia A SRRAA fez-se representar nas duas reuniões do Conselho Regional de Saúde que decorreram em 2017: • 30-03-2017 – Solar dos Remédios (Angra do Heroísmo (Enf. Luís Furtado) • 06-12-2017 – Solar dos Remédios (Angra do Heroísmo (Enf. Pedro Brázio)
iii.	Intervir junto da Secretaria Regional da Saúde (SReS) e DRS no sentido da publicação da circular normativa relativa à utilização do Índice de Pressão Tornozelo-Braço (IPTB) por enfermeiros	Foram solicitados esclarecimentos à SReS e DRS no sentido de compreender o porquê deste documento normativo ainda não ter sido publicado. A justificação dada recai sobre o facto da SReS e da DRS aguardarem posicionamento de outros parceiros, relativamente à proposta de documento normativo
I.4. Acompanhar o alargamento da Enfermagem de Família na RAA		
i.	Acompanhar a implementação dos Núcleos de Saúde Familiar (NSF) nas USI da RAA	No âmbito do acompanhamento da implementação dos NSF nas USI da RAA foram realizadas as seguintes visitas de acompanhamento do exercício profissional: • 09-01-2017 – US de Rabo de Peixe (CS da Ribeira Grande) – USI São Miguel

		• 27-01-2017 – CS de Angra do Heroísmo – USI Terceira • 09-02-2017 – US de Rabo de Peixe (CS da Ribeira Grande) – USI São Miguel • 16-03-2017 – USI Terceira • 12-04-2017 – CS da Praia da Vitória – USI Terceira • 16-05-2017 – CS da Horta – USI Faial • 22-05-2017 – CS de Santa Cruz da Graciosa – USI Graciosa • 24-05-2017 – CS de Vila do Porto – USI Santa Maria • 12-12-2017 – US de Rabo de Peixe (CS da Ribeira Grande) – USI São Miguel
ii.	Intervir junto da SReS e da DRS no sentido de um posicionamento relativamente à proposta de alteração à Circular Normativa N.º 17 da DRS apresentada pela SRRAA em 2016	Foram solicitados esclarecimentos à SReS e DRS no sentido de compreender o porquê de ainda não ter sido prestada qualquer informação sobre a proposta apresentada pela SRRAA. A justificação dada é de que o documento ainda está em análise por parte destas entidades e parceiros terceiros
iii.	Defender condições adequadas para que, ao nível dos NSF, os enfermeiros possam desenvolver a sua atividade assistencial: infraestruturas, recursos humanos, recursos materiais e sistemas de informação	Foram remetidos diversos ofícios, e levadas a cabo várias diligências, no sentido de pressionar as instituições a reconhecer as situações irregulares, ou insatisfatórias, relacionadas com a não garantia de condições para o exercício profissional. A saber (casos que foram tornados públicos): • Remetido processo à Inspeção Regional da Saúde (IReS) por desrespeito da Unidade de Saúde da Ilha de São Miguel relativamente aos tempos mínimos para agendamento de consultas de Enfermagem (não respeitado pela USI São Miguel) • Denunciada situação de rutura de medicamento ao nível da UCCI do CS da Ribeira Grande: IReS, SReS, CAS e Ministério Público
iv.	Levar a cabo, em parceria com a Universidade dos Açores (UAç) e Escola Superior de Saúde (ESS) da UAç uma conferência subordinada ao desenvolvimento da Enfermagem de Família na RAA	Decorreu, a 25 de janeiro de 2017, no Campus de Ponta Delgada da UAç, a conferência subordinada ao tema "A Enfermagem de Saúde Familiar e a organização da Saúde Familiar no Serviço Regional de Saúde dos Açores" Do programa do evento fez também parte a apresentação do livro "Modelo de Apoio à Mestria do Cuidador Informal", da autoria da Prof.ª Dra. Carmen Andrade
I.5. Fomentar o alargamento das áreas de intervenção autónoma dos Enfermeiros		
i.	Criar um grupo de trabalho para elaborar um conjunto de indicadores que, ao nível dos cuidados de saúde primários, evidencie a atividade	Atividade não concretizada

	assistencial dos enfermeiros	
I.6. Promover a valorização dos cuidados de Enfermagem, a dignidade e a visibilidade social do enfermeiro		
i.	Estabelecer parcerias com os órgãos de comunicação social e reforçar a presença da Enfermagem nos mesmos	Foi assegurada, por mais um ano, a parceria entre a SRRAA e o jornal Açoriano Oriental, assim como a parceria entre a SRRAA e a RDP/Antena 1 Açores
ii.	Manter o programa de rádio da SRRAA "Haja Saúde"	O programa de rádio "Haja Saúde" manteve-se no ar no decurso de 2017, com uma dinâmica diferente e uma presença reforçada. Para além da sua transmissão na RDP/Antena 1 Açores, foi criado, no YouTube, o canal "Haja Saúde", como veículo privilegiado para a disseminação dos conteúdos transmitidos via rádio
iii.	Caracterizar os enfermeiros em funções de gestão na RAA	Atividade inserida em estudo de âmbito nacional do qual se aguarda a publicação dos resultados
iv.	Iniciar a fase de campo do projeto de investigação QUALIDERA	Foram promovidas as reuniões necessárias com o grupo de investigadores que irá levar a cabo o projeto. Prevê-se que o mesmo avance para o campo no início de 2018
v.	Levar a cabo VAEP no cumprimento das atribuições previstas para o CDR	No cumprimento das atribuições estatutárias de acompanhamento do exercício profissional, foram levadas a cabo as VAEP seguidamente indicadas. A saber: • 09-01-2017 – US de Rabo de Peixe (CS da Ribeira Grande) – USI São Miguel • 16-01-2017 – HSEIT EPER • 27-01-2017 – CS de Angra do Heroísmo – USI Terceira • 09-02-2017 – US de Rabo de Peixe (CS da Ribeira Grande) – USI São Miguel • 16-03-2017 – USI Terceira • 12-04-2017 – CS da Praia da Vitória – USI Terceira • 12-04-2017 – Centro Comunitário de São Brás (ilha Terceira) • 17-04-2017 – CS de São Roque do Pico – USI Pico • 15-05-2017 – Santa Casa da Misericórdia do Nordeste • 16-05-2017 – CS da Horta – USI Faial • 19-05-2017 – HSEIT EPER • 22-05-2017 – CS de Santa Cruz da Graciosa – USI Graciosa • 22-05-2017 – Santa Casa da Misericórdia de Santa Cruz da Graciosa • 23-05-2017 – UCCI da Santa Casa da Misericórdia de Ponta Delgada • 24-05-2017 – CS de Vila do Porto – USI Santa Maria

		• 24-05-2017 – Lar da Santa Casa da Misericórdia de Vila do Porto • 12-06-2017 – Lar de Idosos da Santa Casa da Misericórdia de Vila Franca do Campo • 26-06-2017 – UCCI do CS da Ribeira Grande • 31-07-2017 – Santa Casa da Misericórdia das Lajes do Pico e Santa Casa da Misericórdia da Madalena do Pico • 05-09-2017 – UCCI do CS da Ribeira Grande • 12-12-2017 – US de Rabo de Peixe (CS da Ribeira Grande) – USI São Miguel
vi.	Intervir junto das entidades competentes, fazendo valer as atribuições estatutárias da OE, no sentido de impedir a usurpação de funções por parte de não-enfermeiros	Foi requerida a intervenção da IReS no âmbito do processo que envolve a administração de medicamentos orais por assistentes operacionais numa Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS) da RAA
I.7. Defender a dignidade dos enfermeiros recém-licenciados no acesso ao emprego		
i.	Caracterizar o nível de desemprego e de inserção profissional dos enfermeiros licenciados entre 2012 e 2016	Foi conduzido estudo de caracterização do nível de desemprego e da inserção profissional dos enfermeiros licenciados entre 2012 e 2016. Os resultados foram apresentados no CIE Açores-Madeira 2017 Foram ainda levados a cabo dois workshops de preparação dos estudantes finalistas dos Cursos Conducentes ao Grau de Licenciado em Enfermagem (CCGLE) da ESS da UAç no que respeita à entrevista de emprego e à elaboração do curriculum vitae: • 17-06-2017 – Angra do Heroísmo • 28-06-2017 – Ponta Delgada
ii.	Levar a cabo a Cerimónia de Vinculação à Profissão (CVP) com a componente de homenagem aos antigos Presidentes da SRRAA	VCP realizada a 6 de setembro, em Ponta Delgada, no Azoris Royal Garden Hotel, sem componente de homenagem aos antigos Presidentes da SRRAA

Quadro 1. – Eixo Estruturante I (Exercício Profissional e Visibilidade Social do Enfermeiro), objetivos estratégicos, atividades propostas e atividades realizadas no ano 2017

Este é um segmento particularmente importante para a SRRAA, uma vez que, é a partir dele, que a Enfermagem procura reforçar a sua presença quer na relação com os órgãos de soberania, neste caso concreto no plano Regional, quer junto dos cidadãos e da comunidade civil em geral.

Para a SRRAA é essencial manter o relacionamento estratégico com os diferentes parceiros, evidenciando a sua posição em relação às mais variadas matérias que, direta ou indiretamente, impactam na prestação de cuidados de Enfemagem, na prestação de cuidados de saúde em geral e, muito concretamente, na saúde dos cidadãos Açorianos.

Uma relação próxima, ainda assim, bem balizada, com a SReS é aquilo que temos vindo a cultivar. A posição da SRRAA em relação a várias matérias é pública, é clara, e nem sempre convergente com a posição, ou orientação, que o Governo Regional dos Açores (GRA) tem para o SRS. Ainda assim, e apesar das claras divergências já evidenciadas, é feito um esforço leal de convergência, onde as diferenças tendem a ser atenuadas na defesa dos melhores interesses dos cidadãos e dos enfermeiros, sendo certo que não existe tolerância quando estão em causa a condições do exercício profissional e a dignidade da profissão.

Aqui poder-se-á destacar a participação da SRRAA no CRS, onde, entre os demais parceiros, tem oportunidade de dar a conhecer o seu ponto de vista e reforçar a sua posição nas matérias que são trazidas à discussão/agenda.

Um nosso objetivo, cumprido, foi estar mais perto dos enfermeiros, nos seus contextos de prática clínica, pelo que realizamos um número bastante elevado de VAEP, totalizando as 21. É sempre necessário enquadrar este número, uma vez que, no contexto geográfico em que nos inserimos, algumas das visitas implicam uma logística e um esforço financeiro, por parte da SRRAA, muito considerável.

Não é possível deixar de fazer uma menção ao CIE Açores-Madeira 2017. Esta iniciativa, iniciada em 2013, é a prova de que as SR das duas Regiões Autónomas, continuam a sentir uma necessidade de partilhar conhecimento e experiências. A edição de 2017 foi um grande sucesso, quer no que respeita ao número de participantes (superior a 200), quer no que respeita à qualidade global das preleções, dos trabalhos apresentados e da discussão produzida, sendo certo que contribuiu, indelevelmente, para a afirmação da Enfermagem que se faz nas Regiões Autónomas e para o crescimento individual e profissional de cada um dos participantes.

No domínio das situações mais polémicas, temos a destacar a situação de ruptura no fornecimento de fármacos na UCCI do CS da Ribeira Grande (USI São Miguel), que levou, por falta de resposta e resolução da situação por parte da referida entidade, à denúncia da mesma ao Ministério Público, SReS, IReS e CAS.

Também no âmbito do acompanhamento da implementação dos NSF, solicitámos a intervenção da IReS no sentido de a USI São Miguel respeitar os tempos médios para efeitos de agendamento das consultas de Enfermagem, na sequência do braço de ferro entre a USI São Miguel e a SRRAA. Subsequentemente ao processo inspetivo instaurado, veio a IReS dar razão à SRRAA e determinar a correção da situação por parte da USI São Miguel.

Foi um ano de lutas e movimentos de enfermeiros. Apoiámos o movimento espontâneo dos enfermeiros especialistas em Enfermagem de Saúde Materna e Obstétrica (ESMO) a nível Regional, um movimento que teve a sua maior expressão na ilha de São Miguel, mas que, também contou com iniciativas nas ilhas do Faial e Terceira. Neste âmbito, e para além do acompanhamento do processo de luta, a SRRAA mediou a maior parte das reuniões que decorreram entre o Hospital do Divino Espírito Santo de Ponta Delgada (HDESPD) EPER e o grupo de enfermeiras em protesto, por forma a, por um lado, salvaguardar os seus direitos e garantias, designadamente a um tratamento justo e, por outro, assegurar que estavam

reunidas as condições mínimas necessárias para um exercício profissional seguro e de qualidade. Ainda neste âmbito, interviu nos momentos em que foram levadas a cabo ações recriminâveis sobre as enfermeiras em protesto, de modo a que estas mesmas ações punitivas chegassem a um fim.

Apoiámos, no cumprimento do nosso mandato social, a Associação Portuguesa para as Perturbações do Desenvolvimento e Autismo (APPDA) – Açores, numa campanha de Natal solidário, através da doação de presentes de Natal para os seus utentes, proporcionando assim uma quadra mais feliz a esta população, num tempo em que estas associações, e outras que ao mesmo fim se dedicam, atravessam fortes constrangimentos financeiros.

No segmento da visibilidade social do enfermeiro, a presença da SRRAA em momentos e iniciativas de natureza social e/ou formal é importante. Assim, a SRRAA fez-se representar nos eventos abaixo indicados:

- 06-01-2017 – Receção de Ano Novo do GRA – Enf.ª Marta Loura e Enf. Ricardo Pacheco
- 18-01-2017 – Concerto do Quarteto de Cordas da Banda de Música da Guarda Nacional Republicana – Enf. Luís Costa
- 23-01-2017 – I Fórum da USI São Miguel "USISM: Um desígnio, novos desafios" – Enf.ª Verónica Amaral
- 31-01-2017 – Apresentação dos órgãos estatutários eleitos para o mandato 2017-2020 da Delegação Regional dos Açores da Ordem dos Psicólogos Portugueses – Enf.ª Marta Loura
- 20-02-2017 – Tomada de posse da nova Direção do Conselho Médico dos Açores da Ordem dos Médicos – Enf.ª Marta Loura
- 04-03-2017 – Conferência "O futuro do financiamento da Saúde em Portugal" – Enf. Luís Furtado
- 15-03-2017 – Sessão Inaugural das Comemorações do 525.º aniversário do HSEIT EPER – Enf. Marco Bettencourt
- 31-03-2017 – Conferência "Saúde e Bem-Estar", inserida no Ciclo de Conferências "Cooperação e Competitividade", organizadas pela Câmara do Comércio de Angra do Heroísmo – Associação Empresarial das Ilhas Terceira, São Jorge e Graciosa – Enf.ª Luísa Roxo
- 11-05-2017 – Sessão de abertura das VIII Jornadas de Enfermagem do HSEIT EPER – Enf. Márcio Tavares
- 13-05-2017 – Sessão de Encerramento das VIII Jornadas de Enfermagem do HSEIT EPER – Enf.ª Manuela Dias
- 13-05-2017 – Concerto da Orquestra da Câmara (Centro Municipal de Cultura) – Enf. Luís Costa
- 21-05-2017 – Procissão do Senhor Santo Cristo dos Milagres – Enf.ª Marta Loura, Enf. Luís Furtado, Enf. Ricardo Pacheco, Enf.ª Antonieta Braga e Enf. Márcio Tavares
- 01-06-2017 – OPEN DAY Cuidados Paliativos: Um Desafio para a Região Autónoma dos Açores – Enf.ª Cristina Abrantes
- 05-06-2017 – Sessão Solene Comemorativa do "Dia da Região Autónoma dos Açores" – Enf.ª Marta Loura

- 06-06-2017 – Apresentação do projeto "XtraLife – Não é o peso que se perde, mas a vida que se ganha!" – Enf. Luís Costa
- 07-06-2007 – Espetáculo "Sexo sem tabus" – Enf. Luís Costa, Enf.ª Sandra Silva e Enf. António Cruz
- 10-06-2017 – Sessão Solene Comemorativa do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas – Enf.ª Hélia Soares
- 16-06-2017 – Painel "Saúde: Perspectivas e Desafios para os Açores", inserido no Seminário "Gestão e Administração em Saúde: Que Futuro?", no âmbito do Executive Master em Gestão e Administração em Saúde – Enf. Luís Furtado
- 23-06-2017 – Cerimónia Solene de Entrega de Diplomas do 6.º Ciclo de Estudos Conducentes ao Grau de Licenciado em Enfermagem – Enf.ª Hélia Soares
- 24-06-2017 – Cerimónia de Bênção das Pastas, remetido pelos finalistas do 15.º Curso de Licenciatura em Enfermagem – Departamento de Enfermagem, Saúde Comunitária e da Família (Ponta Delgada) – Enf. Luís Costa
- 01-09-2017 – Exposição de Fotografia "Significar a Cidade" – Enf. João Amaral
- 26-09-2017 – Sessão "Decidir sobre o final de vida" – Enf. João Amaral
- 28-09-2017 – Cerimónia de Inauguração da Exposição "Do Demótico ao Forâneo" – Enf. Luís Costa
- 10-10-2017 – Sessão de encerramento do Seminário "Saúde Mental no Local de Trabalho", inserido nas comemorações do Dia Mundial da Saúde – Enf. Luís Furtado
- 16-10-2017 – Cerimónia Solene de atribuição do Título de Doutor Honoris Causa do Professor Doutor Vitor Manuel Aguiar e Silva – Enf.ª Sandra Silva
- 19-10-2017 – Lançamento do livro "Quem tem coragem?" de José Canita – Enf. João Amaral
- 26-10-2017 – Jantar de Honra de Sua Excelência o Presidente da República, Professor Doutor Marcelo Rebelo de Sousa – Enf.ª Marta Loura
- 28-10-2017 – Comemorações do 12.º aniversário da Associação de Doentes de Dor Crónica dos Açores – Colóquio "Na Rota da Dor – Ponta Delgada" – Enf. João Amaral
- 30-10-2017 – Enf. Luís Furtado apresenta o livro "Presença como Cuidado de Enfermagem" de Miguel Gomes, inserido no programa da Conferência de Encerramento das Comemorações dos 50 anos de presença da Congregação das Irmãos Hospitaleiras do Sagrado Coração de Jesus nos Açores, e a convite do Prof. Doutor Miguel Gomes
- 20-11-2017 – 28.º Aniversário da Convenção sobre os Direitos da Criança – Seminário "Conflito, rutura e alienação familiar" – Enf. Patrícia Tavares
- 24-11-2017 – Simpósio Internacional de Ética, Ciência e Sociedade: Desafios da BioPolítica – Enf. João Amaral
- 25-11-2017 – Concerto da Banda Militar dos Açores (Comemorações do 181.º Aniversário da Zona Militar dos Açores) –Enf. Luís Costa

No plano Regional, e por solicitação da SReS, a SRRAA foi chamada a colaborar de diferentes formas, não se esgotando nas relações institucionais e no cumprimento das atribuições que pendem sob cada uma destas entidades. A saber:

- 07-07-2017 – Reunião do Grupo de Trabalho para a Humanização do Serviço Regional de Saúde dos Açores – Enf. Luís Furtado, em representação da SRRAA
- 13-10-2017 – Reunião preparatória do Programa Regional de Alimentação Saudável

5.2. Qualidade e Segurança dos Cuidados de Enfermagem

Na qualidade de garante da "*defesa dos interesses gerais dos destinatários dos serviços de Enfermagem*", a OE tem por missão assegurar, na esfera da regulação profissional, a qualidade e segurança dos cuidados de Enfermagem prestados ao cidadão. Nesta vertente intervimos no sentido de aprofundar e consolidar iniciativas pioneiras que foram desenvolvidas a nível regional, que colocaram a SRRAA numa posição cimeira no País.

EIXO ESTRUTURANTE II – QUALIDADE E SEGURANÇA DOS CUIDADOS DE ENFERMAGEM		
II.1. Defender o cumprimento da Norma para o Cálculo das Dotações Seguras dos Cuidados de Enfermagem, legalmente consignada no Regulamento N.º 533/2014		
i.	Concluir o recálculo da dotação segura de enfermeiros em todas as instituições de saúde públicas da RAA, nos termos do acordo celebrado com a SReS	Foi concluído o recálculo da dotação segura de enfermeiros em todas as instituições de saúde públicas da RAA. Este recálculo foi validado por cada uma das instituições a que correspondia, apenas após esta formalidade é que o processo foi dado como findo e em conformidade
ii.	Enviar à SReS o relatório final com as necessidades identificadas no quadro de uma dotação segura dos Cuidados de Enfermagem e dar início à última fase do acordo de cooperação firmado entre a SRRAA e a SReS	Foi entregue à SReS, na pessoa do Secretário Regional da Saúde, em audiência, o relatório final relativo ao cálculo da dotação segura de enfermeiros nas instituições de saúde públicas da RAA
iii.	Determinar junto das instituições de saúde públicas da RAA número de enfermeiros especialistas efetivamente em prestação de cuidados	Foi concluído, através das instituições de saúde, o processo de apuramento da informação complementar relativa ao número de enfermeiros especialistas em exercício nas instituições de saúde públicas da RAA
iv.	Enviar à SReS informações sobre o número de enfermeiros especialistas em efetiva prestação de cuidados nas instituições de saúde públicas da RAA	Foi entregue à SReS, na pessoa do Secretário Regional da Saúde, em audiência, a informação complementar relativa ao número de enfermeiros especialistas em exercício nas instituições de saúde públicas da RAA
II.2. Promover a implementação do Programa Padrões de Qualidade dos Cuidados de Enfermagem (PPQCE)		
i.	Implementar o PPQCE de acordo com a política definida a nível nacional após o processo de reorganização/reestruturação deste	Atividade não concretizada, aguardando-se a reestruturação do Programa a nível nacional

	programa	
II.3. Incentivar a inovação nos cuidados de Enfermagem		
i.	Elaborar e publicar o regulamento do Prémio Inovação Enfermagem	O regulamento encontra-se produzido, aguarda tramitação interna nos OER envolvidos, com vista à sua publicação

Quadro 2. – Eixo Estruturante II (Qualidade e Segurança dos Cuidados de Enfermagem), objetivos estratégicos, atividades propostas e atividades realizadas no ano 2017

No âmbito da defesa do cumprimento do Regulamento N.º 533/2014 relativo ao cálculo da dotação segura de enfermeiros nas instituições de saúde públicas da RAA, foi dada continuidade ao já iniciado no final do mandato anterior e que se prendeu com o acordo de cooperação assinado com a SReS. Este foi um processo moroso e complexo, que mereceu, por parte de algumas instituições de saúde, uma falta de cooperação cuja razão não é clara para esta SR. Apesar dos contratempos e das dificuldades encontradas, foi possível concluir o processo de recálculo do número de enfermeiros necessários para o SRS dos Açores.

Os trabalhos foram dados por concluídos quando se procedeu à entrega do relatório final ao Secretário Regional da Saúde, em audiência. A partir deste momento, a SRRAA dispõe de um documento único de referência para o acompanhamento da dotação de enfermeiros nas instituições de saúde públicas da RAA, o que se traduz numa mais-valia para as atividades de regulação.

No âmbito do PPQCE, e por se tratar de um programa de âmbito nacional, entendeu a SRRAA, à parte do levantamento autónomo que realizou no início de 2016, aguardar a reestruturação do mesmo por parte do órgão competente para o efeito na OE, o Conselho de Enfermagem (CE). Esta decisão radica no facto de não ser desejável conferir uma dinâmica no plano regional que seja substancialmente diferente daquela que será a orientação nacional para este programa, evitando redundâncias e um esforço individual de todos os envolvidos, nomeadamente os autores dos projetos de melhoria contínua e dos dinamizadores institucionais, que se poderão revelar inconsequentes face à referida reestruturação.

5.3. Formação, Investigação e Desenvolvimento Profissional

O fomento ao desenvolvimento da formação e da investigação em Enfermagem, a colaboração científica e técnica com entidades nacionais ou internacionais e a prossecução das atribuições da OE, previstas no ponto 3, alíneas o), p) e q), do Artigo 3.º do Estatuto, constituem-se como o motor deste eixo estruturante, procurando, naquilo que são as competências da SRRAA, dar a necessária resposta às necessidades específicas sentidas pelos enfermeiros açorianos nesta área.

EIXO ESTRUTURANTE III – FORMAÇÃO, INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL		
III.1. Incrementar a produção científica, fundamental e aplicada, em Enfermagem		
i.	Publicar o regulamento do Prémio EXPLORA Research	O regulamento encontra-se produzido, aguarda tramitação interna nos OER envolvidos, com vista à sua publicação
ii.	Elaborar o regulamento para o serviço de suporte logístico a autores de trabalhos de investigação que os desejem ver publicados em revistas internacionais	O regulamento encontra-se produzido, aguarda tramitação interna nos OER envolvidos, com vista à sua publicação
III.2. Melhorar a acessibilidade à formação por parte dos enfermeiros da RAA		
i.	Caracterizar, do ponto de vista da formação recebida, os enfermeiros inscritos na SRRAA	Atividade não concretizada
ii.	Realizar um conferência subordinada à Saúde Ocupacional e Enfermagem do Trabalho	Conferência realizada a 30 de junho, no Campus de Ponta Delgada da UAç
iii.	Divulgar a abertura da pós-graduação em Enfermagem do Trabalho promovida pela EES no âmbito do Acordo-Projeto assinado entre a SRRAA e a UAç	A pós-graduação foi divulgada pelas diversas vias disponíveis à SRRAA: • Cartazes distribuídos nas várias instituições de saúde da RAA (publicas e privadas) • Divulgação online via Facebook e Instagram • Envio de mailing aos membros da SRRAA Foram realizadas 8 reuniões preparatórias entre a SRRAA e a Uaç (Reitoria)
III.3. Fomentar o exercício profissional alicerçado na melhor evidência disponível		
i.	Dinamizar um workshop na área das feridas e viabilidade tecidular	Realizado no CS de Santa Cruz da Graciosa (USI Graciosa), a 14 de julho

Quadro 3. – Eixo Estruturante III (Formação, Investigação e Desenvolvimento Profissional), objetivos estratégicos, atividades propostas e atividades realizadas no ano 2017

Um volume muito significativo da atividade planeada para este eixo estruturante assenta na intervenção direta do CER, e obriga a um nível de estruturação e planeamento elevado, uma vez que recorre à mobilização de diversos recursos e a uma logística complexa.

Contamos, no decurso de 2018, disponibilizar aos membros os regulamentos que se encontram pendentes, como é o caso do Prémio EXPLORA Research, do serviço de suporte logístico ou do Prémio Inovação Enfermagem. Estas iniciativas são fundamentais para reconhecer o desempenho e o trabalho desenvolvido pelos enfermeiros açorianos, quer a

nível académico, quer a nível clínico, favorecendo, de igual modo, o seu potencial de disseminação.

No que concerne a iniciativas formativas levadas a cabo, nos dias 29 e 30 de junho, promovemos, no CS das Velas (USI São Jorge), o workshop "Prevenção e Controlo da Infeção: Princípios básicos na prestação de cuidados de saúde".

Por fim, importa ainda referir que, na vertente de desenvolvimento profissional, o Enf. Luís Furtado integrou o Grupo de Trabalho para a Operacionalização da Competência Acrescida Avançada em Gestão. Foi, igualmente, nomeado Interlocutor do Conselho Diretivo (CD) junto do Grupo de Trabalho para a Criação da Competência Acrescida em Enfermagem Hiperbárica.

5.4. Ética e Deontologia Profissional

Volvidos praticamente vinte anos da criação da OE, continua a existir uma clara necessidade em discutir, aprofundar e definir um rumo para a profissão na vertente ético-deontológica. Esta esfera, essencial ao exercício da profissão, não deve ser descurada. Apesar do substancial desenvolvimento registado pela profissão, novas questões, com origem intrínseca e extrínseca, emergem continuamente, pelo que é essencial estarmos preparados para os desafios colocados. Ao nível da RAA, estes desafios são adensados pelas condições subjacentes à própria Região, pelo que é nossa obrigação intervir a este nível, conforme previsto no ponto 3, alínea b), do Artigo 3.º, ao "*assegurar o cumprimento das regras de deontologia profissional*".

EIXO ESTRUTURANTE IV – ÉTICA E DEONTOLOGIA PROFISSIONAL		
IV.1. Reforçar o pensamento ético-deontológico no exercício da profissão		
i.	Realizar a Conferência de Ética e Deontologia em Enfermagem da RAA na cidade da Horta	O Encontro de Ética e Deontologia Profissional foi realizado na cidade da Horta, a 15 de dezembro, no auditório da Biblioteca Pública e Arquivo Regional da Horta João José da Graça
ii.	Implementar as ações que decorrem do Acordo de Cooperação assinado entre a SRRAA e a UAç no âmbito da intervenção ao nível dos Cursos Conducentes ao Grau de Licenciado em Enfermagem da ESS da UAç	Foram levadas a cabo três ações enquadradas no âmbito do Acordo de Cooperação entre a SRRAA e a UAç. A saber: • 20-02-2017 – Representação da SRRAA no seminário subordinado ao tema "De um Percurso Efetuado até à Essência Atual", integrado no programa do 4.º ano do CCGLE da ESS da UAç (Campus de Ponta Delgada) – Enf. Ricardo Pacheco • 03-03-2017 – Representação da SRRAA na

		lecionação do módulo "O Enfermeiro na Relação com os Seus Pares", inserido na unidade curricular de Comunicação e Desenvolvimento Pessoal II do CCGLE da ESS da UAç (Campus de Ponta Delgada) – Enf. Ricardo Pacheco • 12-06-2017 – Representação da SRRAA na lecionação do módulo "A Profissionalização da Enfermagem", inserido nas atividades finais do final de curso da ESS da UAç (Campus de Angra do Heroísmo) – Enf. Ricardo Pacheco
iii.	Promover, em parceria com instituições de saúde da RAA, e outros parceiros, sessões formativas e/ou preleções dirigidas aos enfermeiros no âmbito da ética e da deontologia profissional	Foram levadas a cabo as sessões formativas/preleções abaixo indicadas. A saber: • 12-05-2017 – "Ato de Enfermagem: Progresso ou Retrocesso?" – Enf. Ricardo Pacheco • 29-09-2017 – "Consentimento Informado: Questões Éticas" – Enf. Ricardo Pacheco • 12-10-2017 – "Direito a Cuidados de Enfermagem" – Enf. Ricardo Pacheco • 15-12-2017 – "Perspetivas sobre Eutanásia e Morte Assistida" – Enf.ª Cristina Abrantes

Quadro 4. – Eixo Estruturante IV (Ética e Deontologia Profissional), objetivos estratégicos, atividades propostas e atividades realizadas no ano 2017

5.5. Eficiência Interna e Comunicação Externa

A boa gestão que desde sempre pautou esta SR, apesar de um orçamento reduzido, comparativamente aos orçamentos de outras SR, e da grande dispersão geográfica dos seus membros, fruto da condição arquipelágica, é um valor que conseguimos preservar ao longo deste exercício.

Na vertente da comunicação, quisemos manter a tónica impressa que tem caracterizado esta SR, tornando-a mais eficiente e profissional, ao mesmo tempo que alargamos o seu âmbito.

EIXO ESTRUTURANTE V – EFICIÊNCIA INTERNA E COMUNICAÇÃO EXTERNA		
V.1. Melhorar a eficiência operacional da SRRAA		
i.	Incrementar a utilização do software SharePoint em todas as reuniões dos OER	O software SharePoint encontra-se perfeitamente instituído no que concerne ao normal funcionamento do CDR e CER, designadamente nas gestão das reuniões e da documentação de suporte às mesmas, eliminando-se, praticamente na totalidade, a utilização de

		documentos em suporte físico
ii.	Incrementar a utilização da plataforma Edoc na atividade administrativa da SRRAA e expediente dos OER executivos	A plataforma Edoc, ao nível da SRRAA, assegura todos os procedimentos administrativos de gestão documental, despachos e encaminhamentos de informação. Está perfeitamente instituída a nível dos OER com maior volume de expediente, como é o caso do CDR e do CER. Situação similar não ocorre a nível do CJR, dada a sensibilidade das matérias tratadas por este OER
V.2. Melhorar o desempenho económico-financeiro da SRRAA		
i.	Renegociar os contratos de prestação de serviços existentes na SRRAA sempre que estes se revelarem proveitosos	No exercício 2017 não foram renegociados contratos de prestação de serviços
ii.	Agregar atividades de âmbito regional promovidas pela SRRAA	Mantém-se a política de agregação de atividades, como medida de redução de custos, por via de escala, aproveitando todas as iniciativas que resultem na deslocação de membros dos OER para que, por exemplo, as reuniões ordinárias dos OER tenham lugar, reduzindo assim a estrutura de custos
V.3. Aumentar e diversificar as vantagens existentes para os enfermeiros da SRRAA		
i.	Incrementar a celebração de protocolos comerciais nas ilhas de menor dimensão	Foram celebrados os protolocos comerciais que se seguem: **Ilha de São Miguel** · Ginásio Corpore · Clínica Médico-Dentária Miguel Sousa Lima, Lda – CSG São Gonçalo · Clínica Sousa Lima & Soares Lda – CSG Parque Atlântico **Ilha Terceira** · BEST OF Health Club · Ginásio Dreamfit · Centro de Intervenção Psicológica e Pedagógica · Sapataria AMIGA · BORJA REIS Mega Loja · Clínica Dentária Mont'Alverne · Clínica Dentária da Rua de São João · FISIO 3 Clínica André Costa · Clínica da Sé · Ginásio FIT Plus
V.4. Melhorar a comunicação com os enfermeiros da SRRAA		
i.	Criar a página de Facebook da SRRAA	O ano de 2017 marca, em definitivo, a entrada da SRRAA nas redes sociais: · Facebook · Instagram

	• YouTube • Twiter

Quadro 5. – Eixo Estruturante V (Eficiência Interna e Comunicação Externa), objetivos estratégicos, atividades propostas e atividades realizadas no ano 2017

A SRRAA mantém o seu forte compromisso com uma gestão eficiente dos recursos financeiros que tem ao seu dispor, designadamente por via da sua otimização, procurando soluções e alternativas que onerem menos as suas contas, mas que, simultaneamente, não coarctem a sua atividade.

Nesta linha, tem sido feito um progresso muito significativo ao nível da eliminação do papel na vertente administrativa e no âmbito do normal funcionamento dos OER, sendo mais evidente ao nível do CDR e do CER. Isto consubstancia-se pelo reforço da utilização quer da plataforma Edoc, quer do software SharePoint na atividade regular dos OER e na vertente administrativa.

No que se refere à comunicação com os membros, e muito particularmente na sua direta participação na atividade e nas iniciativas da SR, lançámos, a 6 de outubro, o Orçamento Participativo da SRRAA que, e apesar dos projetos candidatos não terem passado a fase de admissibilidade, é uma iniciativa, certamente, a manter-se, como forma de envolver os membros da SRRAA no processo de tomada de decisão sobre as matérias que lhes dizem respeito e da forma que lhes faz sentido. O envolvimento de todos na construção da Enfermagem e do modelo de intervenção do Regulador é fundamental para o nosso sucesso individual e coletivo, pelo que a participação de todos se assume como imperativa.

Do ponto de vista da comunicação externa e das redes sociais, este foi o ano em que a SRRAA marcou a sua presença nestes veículos de comunicação. A este propósito destaca-se o esforço na profissionalização da imagem institucional da SRRAA e na profissionalização da sua comunicação externa nas redes sociais, que não teria sido possível sem a contratação de um recurso humano qualificado para este segmento de atuação tão específico e sensível.

Estamos no Facebook, Instagram, Twiter e YouTube (com dois canais).

Manteve-se a parceria com o jornal Açoriano Oriental através da rúbrica mensal "Os Enfermeiros e...". Ao longo de 2017 foram publicados os seguintes artigos:

- A Saúde ocupacional, publicado a 29 de janeiro de 2017, da autoria da enfermeira Maria João do Rego Pacheco Branco
- O Acidente Vascular Cerebral, publicado a 26 de fevereiro de 2017, da autoria dos enfermeiros Carla Lear, Rui Ávila e Sylvie da Cunha
- Rins – O Filtro do Seu Corpo, publicado a 26 de março de 2017, da autoria dos enfermeiros Maria Manuela Dias e Ricardo Dias
- A Pessoa com Transtorno Depressivo, publicado a 30 de abril de 2017, da autoria do enfermeiro Luís Miguel Gomes

- O Seu Contributo para a Saúde, publicado a 28 de maio de 2017, da autoria dos enfermeiros Ricardo Dias e Maria Manuela Dias
- A Intervenção Precoce na Infância, publicado a 26 de junho de 2017, da autoria dos enfermeiros Hélia Soares e Patrícia Tavares
- Os Adolescentes e as Infeções Sexualmente Transmissíveis, publicado a 30 de julho de 2017, da autoria da enfermeira Irene Alves
- O Humor nos Cuidados de Saúde, publicado a 27 de agosto de 2017, da autoria da enfermeira Adília Parreira
- A Síndrome da Apneia Obstrutiva do Sono (SAOS), publicado a 24 de setembro de 2017, da autoria da enfermeira Sofia Oliveira
- A Amamentação, publicado a 29 de outubro de 2017, da autoria do enfermeiro Márcio Tavares
- Vacine-se e Proteja-se Contra a Gripe, publicado a 26 de novembro de 2017, da autoria das enfermeiras Sofia Oliveira e Cândida Coelho

A SRRAA manteve assegurada a sua presença nos órgãos de comunicação social, através da intervenção pública no âmbito de matérias que considerou relevantes para o Sector da Saúde na RAA e para a Enfermagem regional. Informação e textos integrais relativos à imprensa escrita estão disponíveis no sítio online da SR.

TÍTULO	PUBLICAÇÃO	DATA
"Ordem apura até março o número de enfermeiros em falta"	Açoriano Oriental	01-02-2017
"Ordem dos Enfermeiros vai fazer levantamento de reais necessidades de profissionais na Região"	Correio dos Açores	01-02-2017
"Défice de Enfermeiros está associado a uma maior mortalidade em doentes internados"	Revista Criativa	03-2017
"Faltam 291 Enfermeiros no Serviço Regional de Saúde"	Açoriano Oriental	20-03-2017
"É urgente intervir nestes contextos de prática clínica"	Revista Pontos de Vista	04-2017
"Há discriminação nos hospitais açorianos"	Diário dos Açores	05-09-2017
"A Enfermagem no Contexto Insular"	Perspectivas	09-2017
"Temos casos de *bullying* chocantes sobre enfermeiros nos Açores que nos são relatados..."	Correio dos Açores	01-10-2017
"Enfermeiros apresentam queixa por falta de medicamentos"	Açoriano Oriental	31-10-2017

Quadro 6. – Publicações na imprensa escrita relativas à intervenção da SRRAA com referência a 31.12.2017

CAPÍTULO 6.
ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA E PATRIMONIAL

A análise da situação económico-financeira e patrimonial da SRRAA que seguidamente se apresenta, sintetiza, com rigor, transparência e credibilidade os resultados alcançados por esta SR com referência a 31 de dezembro de 2017. Esta análise deve ser adjuvada pelas demonstrações financeiras, incluindo notas anexas.

6.1. Análise da Situação Económico-Financeira

A SRRAA encerrou o exercício económico de 2017 com um resultado líquido positivo de 24.750,28 €. Este resultado líquido deriva, por um lado, do contínuo esforço realizado no que respeita à contenção e racionalização da despesa corrente, à melhoria dos processos internos e da logística associada ao funcionamento da SRRAA, com uma consequente otimização da estrutura de custos, que resulta, fundamentalmente, da agregação e concentração das atividades, assim como da procura, no mercado, das melhores alternativas em matéria de custo-benefício

6.2. Rendimentos e Ganhos

A quotização continua a constituir-se como a principal fonte de rendimento e financiamento da SRRAA, e de toda a estrutura da OE, para que a concretização dos sucessivos planos de atividades tome forma. Este valor, no caso concreto da SRRAA (similar ao que ocorre na SRRAM) é obtido pela retenção de 30% do valor global da quotização dos membros da SR, acrescido de 3% do valor total da quotização da OE (condição fundamental para garantir o equilíbrio financeiro da SRRAA, enquanto SR com menor número de membros, do que resulta, também, ser a SR com o menor nível de rendimento, apesar do contexto geopolítico onde se insere e das atribuições e obrigações que decorrem do EOE e que são, em tudo, iguais às das restantes SR).

A execução orçamental, nas suas principais rúbricas de rendimentos e ganhos, pode ser analisada com maior detalhe com recurso ao Quadro 7.

Execução Orçamental	Execução 2016	Orçamento 2017	Execução 2017
Prestação de serviços	279.197,64 €	281.590,16 €	284.849,04 €
Outros rendimentos e ganhos	5.439,22 €	4.852,10 €	8.288,05 €
Total	284.636,86 €	286.442,26 €	293.137,09 €

Quadro 7. – Comparativo entre o total orçamentado para 2017, o total executado em 2017 e o total executado em 2016 em matéria de rendimentos e ganhos

Em 2017 o valor total da quotização atribuída à SRRAA cifrou-se em 284.849,04 €, o que representa aproximadamente 97% do total do rendimento gerado. Daqui se pode extrair que, apesar da existência de outras fontes de rendimento, a principal fonte de rendimento da SRRAA é a quotização dos seus membros e o incremento que advém da quotização nacional.

A rúbrica relativa a outros rendimentos e ganhos diz respeito, essencialmente, à venda de publicações e material de divulgação e/ou propaganda, aluguer de espaços, mas também à capitalização dos juros de depósitos a prazo detidos pela SRRAA e que dizem respeito às suas reservas, onde se inclui a reserva estatutária.

No particular dos juros provenientes dos depósitos a prazo detidos por esta SR, e apesar do seu valor cumulativamente crescente ao longo dos sucessivos exercícios económicos, a diminuição das taxas de juro, fruto da crise económica e financeira que Portugal e a Europa enfrentam, com repercussões severas no mercado bancário, fazem com que a rendibilidade obtida seja progressivamente menor.

6.3. Gastos e Perdas

Os gastos e perdas do exercício económico 2017 cifraram-se em 268.386,81 €, o que representou um aumento na ordem dos 10,3% relativamente ao exercício económico anterior. Ainda assim, 5,8% inferior ao valor estimado no orçamento apresentado, e aprovado em AR, para o ano em referência (2017).

A execução orçamental nas suas principais rúbricas de gastos e perdas pode ser analisada com maior detalhe com recurso ao Quadro 8.

Execução Orçamental	Execução 2016	Orçamento 2017	Execução 2017
Fornecimentos e serviços externos	156.778,47 €	207.644,33 €	173.178,54 €
Gastos com o pessoal	58.972,29 €	64.098,89 €	63.298,32 €
Imparidades de dívidas a receber	- €	- €	4.382,21 €
Outros gastos e perdas	5.413,49 €	1.500,00 €	3.846,16 €
Gastos/reversões de depreciação e amortiz.	18.024,26 €	11.614,76 €	22.697,41 €
Impostos sobre o rendimento do período	1.638,47 €	- €	984,17 €
Total	240.826,98 €	284.857,98 €	268.386,81 €

Quadro 8. – Comparativo entre o total orçamentado para 2017, o total executado em 2017 e o total executado em 2016 em matéria de gastos e perdas

A rúbrica de fornecimentos e serviços externos é aquela cuja natureza atinge maior expressão na estrutura de custos, justamente, por refletir, na sua maioria, a quase totalidade das atividades do plano, tendo, em 2017, se cifrado em 173.178,54 €.

No exercício económico de 2017 esta rúbrica representou praticamente 64,5% do total de custos incorridos pela SRRAA. As despesas que mais contribuem para este facto são, essencialmente, as relacionadas com trabalhos especializados, nomeadamente no âmbito das assessorias técnicas, a comunicação com membros, e as deslocações e estadas dos membros dos OER, que resultam do normal funcionamento dos mesmos e, bem assim, da concretização das atividades previstas no plano.

No que concerne aos gastos com pessoal, no exercício económico a que se refere o presente documento, estes cifraram-se em 63.298,32 €, correspondendo a 23,5% do total de gastos e perdas da SRRAA. Apesar do ligeiro incremento, que se deveu à contratação de um novo funcionário, fundamental para a área da comunicação e imagem, reduzindo drasticamente o recurso da SRRAA à prestação de serviços externos no que se refere à produção de material gráfico e conteúdo audiovisual (situação extremamente onerosa na dimensão que seria desejável para assegurar a dinâmica de comunicação da SR), o facto é que o peso da estrutura de recursos humanos no total de gastos e perdas cai, entre exercícios económicos, ainda que ligeiramente, de 25% (2016) para 23,5% (2017).

Adicionalmente, e relevando para a presente análise, é justo extrair que, nas duas rúbricas de gastos e perdas com maior peso na estrutura da SRRAA (fornecimentos e serviços externos e pessoal), a execução ficou abaixo do valor orçamentado, o que reforça o esforço e rigor que este CDR deposita na gestão da SRRAA e no cumprimento dos seus compromissos de gestão para com a organização e para com os membros desta SR.

As depreciações e amortizações representam a perda de valor dos ativos devido ao uso e desgaste dos mesmos, daí a necessidade e importância de serem reconhecidas como perdas do exercício. O mesmo é dizer que o valor do custo dos ativos é reconhecido ao longo dos vários exercícios económicos pelo período da sua vida útil, sob a forma de amortização.

6.4. Análise da Situação Financeira e Patrimonial

O nível de investimento realizado pela SRRAA no exercício económico 2017 encontra-se refletido no Quadro 9.

Execução Orçamental	Execução 2016	Orçamento 2017	Execução 2017
Ativo Fixo Tangível	**6.545,00 €**	**5.500,00 €**	**27.347,62 €**
Equipamento Administrativo	6.545,00 €	3.500,00 €	1.306,03 €
Equipamento Informático	0.000,00 €	2.000,00 €	26.041,59 €
Ativo Fixo Intangível	**0.000,00 €**	**- €**	**12.046,48 €**
Total de Investimentos	**6.545,00 €**	**5.500,00 €**	**51.440,58 €**

Quadro 9. – Comparativo entre o total orçamentado para 2017, o total executado em 2017 e o total executado em 2016 em matéria de investimentos

A execução do orçamento de investimento foi concretizada, conforme se evidenciou no quadro anterior, por não colocar em causa a estabilidade financeira da SRRAA e incidiu, essencialmente, sobre a aquisição e renovação de equipamentos, uma vez que alguns equipamentos se vão tornando obsoletos, não garantindo assim condições mínimas para o seu funcionamento capaz e cumprimento do fim a que se destinam.

Apesar da estabilidade financeira da SR ter sido assegurada, importa justificar a origem das grandes diferenças que se podem verificar entre os valores orçamentados e os valores executados de investimento no exercício económico 2017, e que resultam, em mais de 90%, de imputações feitas pela Sede da OE à SRRAA (e restantes SR da OE), para fazer face à aquisição de bens e serviços comuns, e que servem toda a estrutura de regulação (e.g. novo website, Balcão Único, plataforma de contratação pública e aquisição de novos servidores).

Estes investimentos (que resultam de imputações da Sede) não foram previstos no orçamento de investimento, porque não foram comunicados à SRRAA em tempo útil, isto é, a tempo de serem contemplados nos documentos a apresentar aos membros da SRRAA na AR de 2017.

Este tipo de despesa partilhada, apesar de natural no que se refere à assunção de comparticipação por parte de todos os beneficiários, não obedece ao princípio da proporcionalidade, e corresponde a uma divisão, em partes iguais, de 30% do total da despesa, pelas cinco SR. Esta forma de apuramento do valor de imputação coloca uma pressão muito elevada sobre as contas das SR de menor dimensão, como acontece com a SRRAA, uma vez que o esforço não é proporcional ao seu nível de rendimento (o mais reduzido entre as cinco SR da OE).

Alternativamente, a regra para a imputação de despesas deveria assentar no princípio da proporcionalidade, considerando o número de membros inscritos em cada SR, indo assim ao encontro do nível de quotização de cada SR e distribuindo de forma harmoniosa e proporcional o esforço individual das SR.

6.4.1. *Reserva Estatutária*

Considerando o resultado líquido do exercício económico 2017, no valor de 24.750,28 €, assim como o disposto no Artigo 118º, ponto 1, a reserva estatutária será reforçada em 10% do saldo obtido para as contas de gerência, o que corresponde a um reforço efetivo de 2.475,03 €.

Aprovado, por unanimidade, em reunião ordinária do Conselho Diretivo Regional da Secção Regional da Região Autónoma dos Açores da Ordem dos Enfermeiros, realizada no dia 16 de fevereiro de 2018, em Ponta Delgada, para a apresentação na Assembleia Regional Ordinária de 28 de fevereiro de 2018.

Luís Carlos do Rego Furtado
Presidente

Pedro Rodriguez Novais Brázio
Secretário

Verónica da Conceição da Silva Amaral
Tesoureira

Marco Bruno dos Santos Bettencourt
Vogal

Luís Manuel Correia Costa
Vogal

ANEXOS

ANEXO I

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ordem dos enfermeiros
secção regional
região autónoma
dos açores

RELATÓRIO E CONTAS 2017

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Fevereiro 2018

BALANÇO

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Euros)

	Notas	2017	2016
ATIVO			
Ativo não corrente			
. Ativos fixos tangíveis	4	561 860,44	556 560,34
. Ativos intangíveis	5	15 160,11	0,00
. Investimentos financeiros	11.6	248,11	0,00
		577 268,66	**556 560,34**
Ativo corrente			
. Créditos a receber	11.3	939,63	2 387,54
. Estado e outros entes públicos	16.1	8,23	0,00
. Membros/Patrocinadores	16.1	114 131,15	103 365,56
. Diferimentos	16.1	3 866,08	649,32
. Caixa e depósitos bancários	11.5	677 799,16	661 230,75
		796 744,25	**767 633,17**
TOTAL DO ATIVO		**1 374 012,91**	**1 324 193,51**
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
FUNDOS PATRIMONIAIS			
. Fundos	16.1	42 027,52	30 880,11
. Reservas	16.1	185 978,20	185 598,05
. Resultados transitados	16.1	1 076 874,52	1 033 444,79
		1 304 880,24	**1 249 922,95**
. Resultado líquido do período		24 750,28	43 809,88
TOTAL DOS FUNDOS PATRIMONIAIS		**1 329 630,52**	**1 293 732,83**
PASSIVO			
Passivo corrente			
. Fornecedores	11.1	13 985,74	3 597,66
. Estado e outros entes públicos	16.1	2 599,53	1 614,75
. Outros passivos correntes	11.2	27 797,12	25 248,27
		44 382,39	**30 460,68**
TOTAL DO PASSIVO		**44 382,39**	**30 460,68**
TOTAL DOS FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO		**1 374 012,91**	**1 324 193,51**

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Euros)

	Notas	2017	2016
RENDIMENTOS E GASTOS			
. Vendas e serviços prestados	8	284 849,04	279 197,64
. Fornecimentos e serviços externos	8	-173 178,54	-156 778,47
. Gastos com o pessoal	12	-63 298,32	-58 972,29
. Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	11.4	-4 382,21	0,00
. Outros rendimentos	8	8 288,05	5 439,22
. Outros gastos	8	-3 846,16	-5 413,49
Resultado antes das depreciações, gastos de finan. e impostos		**48 431,86**	**63 472,61**
. Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4/5	-22 697,41	-18 024,26
Resultado operacional (antes de gastos de finan. e impostos)		**25 734,45**	**45 448,35**
. Juros e gastos similares suportados	6	0,00	0,00
Resultado antes de impostos		**25 734,45**	**45 448,35**
. Imposto sobre o rendimento do período	16.1	-984,17	-1 638,47
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO		**24 750,28**	**43 809,88**

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS

PERÍODO DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017

(Euros)

		Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados Transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 01-01-2017	**6**	**30 880,11**		**185 598,05**	**1 077 254,67**				**1 293 732,83**
ALTERAÇÕES NO PERÍODO									
. Primeira adoção de novo referencial contabilístico									
. Alterações de políticas contabilísticas									
. Diferenças de conversão de demonstrações financeiras									
. Realização de excedente de revalorização									
. Excedentes de revalorização									
. Ajustamentos por impostos diferidos									
. Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais				380,15	-380,15				
	7			**380,15**	**-380,15**				**1 293 732,83**
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8							24 750,28	24 750,28
RESULTADO INTEGRAL	**9 = 7 + 8**							**24 750,28**	**24 750,28**
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO									
. Fundos		11 147,41							11 147,41
. Subsídios, doações e legados									
. Distribuições									
. Outras operações									
	10	**11 147,41**							**11 147,41**
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 31-12-2017	**11=6+7+8+10**	**42 027,52**		**185 978,20**	**1 076 874,52**			**24 750,28**	**1 329 630,52**

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Euros)

		2017	2016
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
. Recebimentos de clientes e utentes		274 904,89	255 362,39
. Pagamentos a fornecedores		-162 108,13	-153 310,48
. Pagamentos ao pessoal		-63 706,52	-57 033,53
CAIXA GERADA PELAS OPERAÇÕES		**49 090,24**	**45 018,38**
. Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-1 085,69	-1 397,92
. Outros recebimentos/pagamentos		-3 155,79	20 941,64
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS (1)		**44 848,76**	**64 562,10**
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Pagamentos respeitantes a:			
. Ativos fixos tangíveis		-27 347,34	-6 545,00
. Ativos intangíveis		-15 810,28	0,00
. Investimentos financeiros		-248,11	0,00
	Sub-total	-43 405,73	-6 545,00
Recebimentos provenientes de:			
. Juros e rendimentos similares		3 977,97	5 591,66
	Sub-total		
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO (2)		**-39 427,76**	**-953,34**
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Recebimentos provenientes de:			
. Realizações de fundos		11 147,41	0,00
. Outras operações de financiamento		0,00	396,43
	Sub-total	11 147,41	396,43
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO (3)		**11 147,41**	**396,43**
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		16 568,41	64 005,19
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		661 230,75	597 225,56
Caixa e seus equivalentes no fim do período		677 799,16	661 230,75

Contabilista Certificado nº 48469

Carlos Alberto Ferreira Branco

Conselho Diretivo Regional

Presidente	Secretário	Tesoureiro	Vogal	Vogal
Luís Carlos do Rego Furtado	Pedro Rodriguez Novais Brázio	Verónica Conceição da Silva Amaral	Marco Bruno Alves dos Santos Pedroso	Luís Manuel Correia Costa

ANEXO

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

1.1. Designação da entidade: Ordem dos Enfermeiros – Secção Regional da Região Autónoma do Açores

1.2. Sede: Rua Dr. Armando Narciso, n.º 2, 9500-185, Ponta Delgada

1.3. Natureza da atividade: A Ordem dos Enfermeiros é uma pessoa coletiva de direito público, criada pelo Decreto-Lei n.º 104/98, de 21 de abril, cuja redação em vigor consta da Lei n.º 156/2015 de 16 de setembro (procede à segunda alteração ao Estatuto da Ordem dos Enfermeiros), conformando-o com a Lei n.º 2/2013, de 10 de janeiro, que estabelece o regime jurídico de criação, organização e funcionamento das associações públicas profissionais, e Código Deontológico.

A Ordem representa os profissionais, nos termos do presente estatuto e demais disposições legais aplicáveis.

A Ordem goza de personalidade jurídica e é independente dos órgãos do Estado, sendo livre e autónoma no âmbito das suas atribuições.

1.4. Tal como prevê a NCRF-ESNL, sempre que não esteja previsto algum aspeto particular recorre-se supletivamente às restantes normas do SNC.

1.5. Sempre que não exista outra referência os montantes encontram-se expressos em unidade de euro.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, aprovadas pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de junho.

As demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 foram elaboradas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística ("SNC"), tendo por base a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo ("NCRF-ESNL"), Aviso n.º 8259/2015, de 29 de julho, bem como os seguintes diplomas:

- Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho - Modelos de Demonstrações Financeiras;
- Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho - Código de Contas;

- Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho que altera o Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho - SNC

2.2. Indicação e justificação das disposições do SNC-ESNL que, em casos excecionais, tenham sido derrogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

No presente período não foram derrogadas quaisquer disposições do SNC-ESNL.

2.3. Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior.

Os valores constantes das demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2017 são comparáveis em todos os aspetos significativos com os valores do período de 2016.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

3.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Ordem, mantidos de acordo com as NCRF-ESNL em vigor.

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis, adquiridos até 31 de dezembro, encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

ATIVO FIXO TANGÍVEL	Vida útil estimada
. Edíficios e outras construções	5 a 50 anos
. Equipamento básico	1 a 14 anos
. Equipamento administrativo	1 a 12 anos
. Outros ativos fixos tangíveis	1 a 10 anos

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis são registadas como gastos do período em que ocorrem.

O desreconhecimento dos ativos fixos tangíveis, resultantes da venda ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registados na demonstração dos resultados por naturezas nas rubricas "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas".

Estes ativos fixos tangíveis são depreciados a partir do momento em que os ativos estejam disponíveis para uso e nas condições necessárias para entrar em funcionamento.

ATIVOS INTANGÍVEIS

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes amortizações.

As despesas de desenvolvimento e manutenção foram reconhecidas como gastos.

O método de amortização utilizado foi o da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado, em sistema de duodécimos.

ATIVO INTANGÍVEL	
	Vida útil estimada
. Programas de Computador	3 anos

PROVISÕES E PASSIVOS CONTIGENTES

Não aplicável à Secção Regional da Região Autónoma do Açores

IMPARIDADE DE ATIVOS

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis da entidade com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

LOCAÇÕES

Não aplicável à Secção Regional da Região Autónoma do Açores.

CUSTOS DOS EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

RÉDITO

O rédito proveniente da quota, cobrada aos membros, é reconhecido com referência à data a que mesma diz respeito.

Os réditos relativos às vendas de produtos de *merchandising* são reconhecidos no momento em que os riscos e vantagens inerentes ao produto são transferidos para o comprador.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo.

IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

O tratamento contabilístico dos impostos sobre o rendimento é pelo método do imposto a pagar.

O imposto sobre o rendimento incide sobre as atividades da Ordem que não se encontram definidas dos Estatutos, mas que geram rendimentos suplementares. Os lucros destas atividades são tributáveis em sede de imposto sobre o rendimento, ao que se incluí também as tributações autónomas, que sejam devidas em qualquer jurisdição fiscal.

MEMBROS E OUTRAS DÍVIDAS DE TERCEIROS

As dívidas de membros e de outros terceiros encontram-se registadas pelo seu valor nominal, sendo criadas perdas de imparidade quando se justifiquem.

Todas as dívidas a receber de membros com antiguidade superior a dois anos foram reconhecidas como perda por imparidade.

As dívidas com antiguidade superior a cinco anos foram consideradas incobráveis

FORNECEDORES E OUTRAS DÍVIDAS A TERCEIROS

As dívidas a fornecedores e a outros terceiros encontram-se registadas pelo seu valor nominal.

EMPRÉSTIMOS

Não aplicável à Secção Regional da Região Autónoma do Açores.

PERIODIZAÇÕES

As receitas e despesas são registadas de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual estas são reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas.

CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, que podem ser imediatamente mobilizáveis com risco reduzido de alteração de valor.

BENEFÍCIOS DE EMPREGADOS

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pelo Conselho Diretivo, acrescidos dos respectivos encargos.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o respetivo pagamento.

De acordo com a legislação laboral aplicável o direito a férias e subsídio de férias, relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

PROVISÕES

Não aplicável à Secção Regional da Região Autónoma do Açores

3.2. Principais pressupostos relativos ao futuro:

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos registos contabilísticos da Ordem dos Enfermeiros.

4. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis adquiridos encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações acumuladas.

As depreciações foram efetuadas pelo método da linha reta, em sistema de duodécimos.

A vida útil foi determinada de acordo com a expectativa da afetação do desempenho.

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, as revalorizações, os abates, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações, desenvolvido de acordo com o seguinte quadro:

ATIVO FIXO TANGÍVEL

(Euros)

	Saldo Inicial 2017	Aumentos	Transferências	Abates	Saldo Final 2017
Ativos fixos tangíveis brutos					
. Terrenos e recursos naturais	106 914,37	0,00	0,00	0,00	106 914,37
. Edifícios e outras construções	533 143,95	0,00	0,00	0,00	533 143,95
. Equipamento básico	7 299,32	0,00	0,00	0,00	7 299,32
. Equipamento de transporte		0,00	0,00	0,00	
. Equipamento administrativo	83 159,08	27 347,62	0,00	-350,26	110 156,44
. Outros activos fixos tangíveis	23 977,94	0,00	0,00	0,00	23 977,94
. Investimentos em curso					0,00
	754 494,66	**27 347,62**	**0,00**	**-350,26**	**781 492,02**
Depreciações acumuladas					
. Terrenos e recursos naturais					
. Edifícios e outras construções	96 180,09	10 662,88	0,00	0,00	106 842,97
. Equipamento básico	7 299,32	0,00	0,00	0,00	7 299,32
. Equipamento de transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
. Equipamento administrativo	70 505,47	11 355,87	0,00	-349,99	81 511,35
. Outros activos fixos tangíveis	23 949,44	28,50	0,00	0,00	23 977,94
. Investimentos em curso					
	197 934,32	**22 047,25**	**0,00**	**-349,99**	**219 631,58**

Os investimentos em Ativos Fixos Tangíveis realizados no exercício de 2017 totalizaram 27.347,62 euros, distribuídos pela melhoria dos equipamentos das instalações e dos servidores da OE.

Alguns dos bens registados em Ativos Fixos Tangíveis poderão encontrar-se em locais diferentes da SRRAA, nomeadamente na Secção Regional dos Açores e na Sede Nacional.

A quantia escriturada líquida dos ativos fixos tangíveis, designadamente, o valor bruto deduzido das depreciações acumuladas à data de 31 de dezembro de 2017, é desenvolvido no seguinte quadro:

ATIVO FIXO TANGÍVEL LÍQUIDO

(Euros)

	2017	2016
. Terrenos e recursos naturais	106 914,37	106 914,37
. Edifícios e outras construções	426 300,98	436 963,86
. Equipamento básico	0,00	0,00
. Equipamento de transporte	0,00	0,00
. Equipamento administrativo	28 645,09	12 653,61
. Outros activos fixos tangíveis	0,00	28,50
. Investimentos em curso	0,00	0,00
	561 860,44	**556 560,34**

5. ATIVOS INTANGÍVEIS

Os ativos intangíveis adquiridos encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes amortizações acumuladas.

As amortizações foram efetuadas pelo método da linha reta, em sistema de duodécimos.

Foram determinadas vidas úteis finitas, de acordo com a expectativa da afetação do desempenho.

ATIVO INTANGÍVEL 2017 (Euros)

	Saldo Inicial 2017	Aumentos	Transferências	Abates	Saldo Final 2017
Ativos Intangíveis brutos					
. Programas de Computador	0,00	7 931,39	0,00	0,00	7 931,39
. Investimentos em curso	0,00	7 878,89	0,00	0,00	7 878,89
	0,00	**15 810,28**	**0,00**	**0,00**	**15 810,28**
Amortizações acumuladas					
. Programas de Computador	0,00	650,17	0,00	0,00	650,17
	0,00	**650,17**	**0,00**	**0,00**	**650,17**

Inseridas na política de investimentos da sede Nacional, foram efetuadas aquisições de Ativos Intangíveis para a SRRAA, no valor de 15.810,28 euros, relativamente a programas de computador em funcionamento e em curso.

6. CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Não aplicável à Secção Regional da Região Autónoma do Açores

7. INVENTÁRIOS

Não aplicável à Secção Regional da Região Autónoma do Açores

8. RENDIMENTOS E GASTOS

RENDIMENTOS

Quantia de cada rubrica significativa de rédito reconhecida durante o período:

RENDIMENTOS				(Euros)
	2017	2016	Variação Valor	Variação %
. Prestações de serviços	284 849,04	279 197,64	5 651,40	2,02%
. Outros rendimentos e ganhos	4 938,21	488,99	4 449,22	909,88%
. Juros, dividendos e outros rendimentos	3 349,84	4 950,23	-1 600,39	-32,33%
	293 137,09	**284 636,86**	**8 500,23**	**2,99%**

No que concerne aos rendimentos e ganhos da SRRAA, a rubrica com mais expressão é a de Prestações de Serviços que se devem essencialmente ao valor faturado aos membros, referente à quotização na Ordem.

O presente quadro, apresenta os réditos mais em detalhe:

RENDIMENTOS				(Euros)
	2017	2016	Variação Valor	Variação %
Prestações de serviços	**284 849,04**	**279 197,64**	**5 651,40**	**2,02%**
. Quotização	281 365,34	276 376,95	4 988,39	1,80%
. Emolumentos	3 483,70	2 820,69	663,01	23,51%
Outros rendimentos e ganhos	**4 938,21**	**488,99**	**4 449,22**	**909,88%**
. Material de divulgação	715,94	50,66	665,28	1313,23%
. Fotocópias	105,50	177,39	-71,89	-40,53%
. Correcções relativas a períodos anteriores	3 969,44	0,00	3 969,44	100,00%
. Outros	147,33	260,94	-113,61	-43,54%
Juros, dividendos e outros rendimentos	**3 349,84**	**4 950,23**	**-1 600,39**	**-32,33%**
. Juros obtidos	3 349,84	4 950,23	-1 600,39	-32,33%
	293 137,09	**284 636,86**	**17 000,46**	**5,97%**

GASTOS

A rubrica de gastos decompõe-se da seguinte forma:

GASTOS				(Euros)
	2017	2016	Variação Valor	%
. Fornecimentos e serviços externos	173 178,54	156 778,47	16 400,07	10,46%
. Gastos com o pessoal	63 298,32	58 972,29	4 326,03	7,34%
. Outros gastos	3 846,16	5 413,49	-1 567,33	-28,95%
. Gastos com imparidades	4 382,21	0,00	0,00	100,00%
. Gastos de depreciação e de amortização	22 697,41	18 024,26	4 673,15	25,93%
	267 402,64	**239 188,51**	**23 831,92**	**9,96%**

A rubrica com mais significado no que concerne aos gastos é a de Fornecimentos e Serviços Externos, que se desagrega da seguinte forma:

SERVIÇOS ESPECIALIZADOS				(Euros)
	31/12/2017	31/12/2016	Variação Valor	%
. Trabalhos Especializados - Informática	3 103,14	795,43	2 307,71	290,12%
. Trabalhos Especializados - Tipografia	5 476,82	574,23	4 902,59	853,77%
. Trabalhos Especializados - Administrativo	2 133,75	4 870,00	-2 736,25	-56,19%
. Trabalhos Especializados - Análise de Imprensa	0,00	0,00	0,00	0,00%
. Trabalhos Especializados - Audiovisuais	159,30	1 967,40	-1 808,10	-91,90%
. Trabalhos Especializados - Estudos e Projectos	8 510,67	289,05	8 221,62	2844,36%
. Trabalhos Especializados - Outros	931,13	4 587,84	-3 656,71	-79,70%
. Publicidade e Propaganda	11 312,11	8 494,50	2 817,61	33,17%
. Vigilância e Segurança	286,98	360,61	-73,63	-20,42%
. Honorários	27 922,60	24 431,78	3 490,82	14,29%
. Conservação e Reparação - Instalações	1 257,50	2 183,36	-925,86	-42,41%
. Conservação e Reparação - Equipamento Administrativo	0,00	0,00	0,00	0,00%
. Conservação e Reparação - Equipamento Informático	756,76	261,49	495,27	189,40%
. Conservação e Reparação - Viatura Renting	0,00	0,00	0,00	0,00%
. Serviços Bancários	1 108,64	1 011,43	97,21	9,61%
	62 959,40	**49 827,12**	**13 132,28**	**26,36%**

Neste campo, as variações mais significativas apresentam-se nas contas de Trabalhos Especializados – Estudos e Projetos, que apresentam um crescimento exponencial decorrente da replicação do estudo de empregabilidade e inserção profissional dos enfermeiros recém-licenciados, bem como, do acordo de cooperação assinado entre a SRRAA e a UAç e que permitiu a abertura do curso de pós-graduação em Enfermagem do Trabalho para disponibilização desta oferta formativa aos enfermeiros residentes na RAA (sem esta medida, seriam obrigados a recorrer ao exterior da Região, com todas as implicações que daí decorrem).

Em segundo lugar nos maiores aumentos registados, temos a rubrica de tipografia, com um acréscimo na ordem dos 4.900€. Este aumento resulta do facto de a SRRAA, no decurso de 2017, ter apresentado uma forte dinâmica no que diz respeito à organização de eventos (técnicos, científicos e formativos), conforme de extrai do próprio Relatório de Atividades, quer enquanto entidade promotora, quer em parceria com

MATERIAIS

(Euros)

	31/12/2017	31/12/2016	Variação Valor	Variação %
. Ferramentas e Utensílios Desgaste Rápido	1 226,72	1 031,72	195,00	18,90%
. Livros e Documentação Técnica	376,15	97,78	278,37	284,69%
. Material de Escritório	3 866,23	4 128,46	-262,23	-6,35%
. Artigos para Oferta	5 102,24	1 465,34	3 636,90	248,19%
. Material Informático	0,00	650,40	-650,40	-100,00%
. Outros	126,04	66,67	59,37	89,05%
	10 697,38	**7 440,37**	**3 257,01**	**43,77%**

As aquisições de materiais registaram um aumento de 43,77%, essencialmente pelo investimento em artigos para oferta (aumento enquadrado na Cerimónia de Vinculação à Profissão e na aquisição dos diferentes itens que foram distribuídos aos participantes do Congresso Insular de Enfermagem Açores-Madeira 2017 nas respetivas pastas de participante), bem como em livros e documentação técnica.

ENERGIA E FLUIDOS

(Euros)

	31/12/2017	31/12/2016	Variação Valor	Variação %
. Eletricidade	2 800,17	2 308,24	491,93	21,31%
. Combustíveis	77,52	0,00	77,52	100,00%
. Água	577,46	814,56	-237,10	-29,11%
	3 455,15	**3 122,80**	**332,35**	**10,64%**

Em energia e fluídos, os montantes registados mantiveram-se semelhantes aos registados no ano anterior, com oscilações na ordem dos 20%. No que respeita aos combustíveis, foi considerado um gasto de 77,52€ referente às viaturas de aluguer utilizadas.

DESLOCAÇÕES, ESTADAS E TRANSPORTES

(Euros)

	31/12/2017	31/12/2016	Variação Valor	Variação %
. Deslocações e Estadas	0,00	0,00	0,00	0,00 €
. Estadias	23 159,58	21 561,62	1 597,96	7,41%
. Deslocações - Aviões	26 209,07	21 873,88	4 335,19	19,82%
. Deslocações - Comboios	73,54	48,96	24,58	50,20%
. Deslocações - Táxis	5 390,40	5 945,24	-554,84	-9,33%
. Deslocações - Viatura própria	5 171,04	8 075,52	-2 904,48	-35,97%
. Deslocações - Carros alugados	56,00	42,41	13,59	32,04%
. Deslocações - Estacionamento/Portagens	504,20	371,75	132,45	35,63%
. Deslocações - Transportes públicos	84,30	393,95	-309,65	-78,60%
. Alimentação	11 929,40	13 145,53	-1 216,13	-9,25%
. Inscrições	70,00	0,00	70,00	100,00%
. Ajudas de Custo	0,00	0,00	0,00	0,00%
. Coffee-break	3 014,67	3 353,57	-338,90	-10,11%
. Transporte de Pessoal	0,00	448,11	-448,11	-100,00%
. Transporte de Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00%
. Outros	0,00	0,00	0,00	0,00%
	75 662,20	**75 260,54**	**401,66**	**0,53%**

A rubrica "Deslocações, estadas e transportes" inclui o montante de 5.171,04 euros referente ao pagamento de despesas de deslocação em viatura própria, por forma a assegurar o adequado cumprimento das atividades da Ordem dos Enfermeiros. Em termos médios, esta rúbrica representou um encargo anual de 246,24 euros por membro efetivo dos OER da SRRAA. Dito de outra forma, esta rúbrica representou um custo médio mensal global de 430,92 euros, a que correspondem, em termos médios, 20,52 euros por membro efetivo dos OER da SRRAA.

SERVIÇOS DIVERSOS

(Euros)

	31/12/2017	31/12/2016	Variação Valor	Variação %
. Rendas e Alugueres - Instalações	0,00	0,00	0,00	0,00%
. Rendas e Alugueres - Viaturas	819,77	1 058,37	-238,60	-22,54%
. Rendas e Alugueres - Salas	1 445,00	486,25	958,75	197,17%
. Rendas e Alugueres - Equipamentos	2 898,28	1 923,06	975,22	50,71%
. Comunicação - Fixas/Móveis/Internet	6 724,08	8 323,62	-1 599,54	-19,22%
. Comunicação - Correios e estafetas	2 151,07	2 623,03	-471,96	-17,99%
. Comunicação - Outros	0,00	0,00	0,00	0,00%
. Seguros - Viaturas	0,00	0,00	0,00	0,00%
. Seguros - Acidentes pessoais	0,00	0,00	0,00	0,00%
. Seguros - Multi-riscos	407,10	0,00	407,10	100,00%
. Seguros - Responsabilidade civil	0,00	0,00	0,00	0,00%
. Seguros - Outros	0,00	0,00	0,00	0,00%
. Contencioso e Notariado	0,00	1,00	-1,00	-100,00%
. Despesas de Representação	0,00	0,00	0,00	0,00%
. Limpeza, Higiene e Conforto - Serviços	5 391,76	5 765,79	-374,03	-6,49%
. Limpeza, Higiene e Conforto - Produtos	447,35	416,06	31,29	7,52%
. Limpeza, Higiene e Conforto - Artigos decoração	120,00	389,06	-269,06	-69,16%
. Outros		141,40	-141,40	-100,00%
	20 404,41	**21 127,64**	**-723,23**	**-3,42%**

Os serviços diversos são também uma parte importante dos gastos considerados, incluindo o aluguer de equipamentos necessários à atividade, bem como os gastos com comunicação. É ainda contabilizado nesta categoria o custo com a limpeza das instalações. No seu geral, a rubrica de serviços diversos registou uma diminuição de 3,42%.

A rubrica de Outros Gastos decompõe-se no quadro seguinte:

OUTROS GASTOS E PERDAS (Euros)

	2017	2016	Variação Valor	Variação %
. Impostos	0,21	2,96	-2,75	-92,91%
. Correcções relativas a períodos anteriores	3 245,94	3 247,78	-1,84	-0,06%
. Donativos	600,01	0,00	600,01	100,00%
. Insuficiência estimativa para impostos	0,00	1 965,55	-1 965,55	-100,00%
. Outros gastos e perdas	0,00	197,20	-197,20	-100,00%
	3 846,16	**5 413,49**	**-1 567,33**	**-40,75%**

A rubrica de gastos com o pessoal é uma que apresenta muito significado no que respeita a gastos do exercício e que será mais desenvolvida no ponto 12.

9. PROVISÕES, PASSIVOS CONTIGENTES E ATIVOS CONTIGENTES

Não aplicável à Secção Regional da Região Autónoma do Açores.

10. SUBSÍDIOS E OUTROS APOIOS DAS ENTIDADES PÚBLICAS

Não aplicável à Secção Regional da Região Autónoma do Açores.

11. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

As bases de mensuração utilizadas para os instrumentos financeiros foram as de custo.

11.1. Fornecedores

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

FORNECEDORES (Euros)

	2017	2016	Variação Valor	Variação %
Fornecedores	**13 985,74**	**3 597,66**	**10 388,08**	**288,75%**
. Nacionais	13 306,65	3 597,66	9 708,99	269,87%
. Intracomunitários	651,11	0,00	651,11	100,00%
. Outros mercados	27,98	0,00	27,98	100,00%
	13 985,74	**3 597,66**	**10 388,08**	**288,75%**

A SRRAA trabalha essencialmente com fornecedores nacionais, registando-se a 31 de dezembro um montante em dívida de 13.985,74 euros referente a faturas rececionadas no final do ano a liquidar no início de 2018.

11.2. Outros passivos correntes

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

OUTROS PASSIVOS CORRENTES				(Euros)
	2017	2016	Variação Valor	Variação %
Acréscimos de gastos:				
. Remunerações a liquidar	8 101,08	8 509,28	-408,20	-4,80%
. Outros acréscimos de gastos	10 132,78	5 344,04	4 788,74	89,61%
	18 233,86	**13 853,32**	**4 380,54**	**31,62%**
. Membros	776,02	106,17	669,85	630,92%
. Outros credores	8 787,24	11 288,78	-2 501,54	-22,16%
	9 563,26	**11 394,95**	**-1 831,69**	**-16,07%**
Total	**27 797,12**	**25 248,27**	**2 548,85**	**10,10%**

A rubrica "Outros credores" apresenta um valor de 8.787,24 euros, resultante das relações SEDE/SRRAA e diretamente relacionado com a centralização de aquisições de bens e serviços na Sede Nacional. Relativamente à rubrica "Membros", estão aqui refletidos os valores decorrentes de gastos apresentados pelos órgãos socais no desenrolar e acompanhamento das atividades e funcionamento dos respetivos Órgãos que integram.

11.3. Créditos a receber

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

CRÉDITOS A RECEBER				(Euros)
	2017	2016	Variação Valor	Variação %
. Juros a receber	349,88	978,01	-628,13	-64,23%
. Contas de conferência de quotas	439,75	410,75	29,00	7,06%
. Adiantamentos a fornecedores	150,00	832,33	0,00	100,00%
. Outros devedores	0,00	166,45	-166,45	-100,00%
	939,63	**2 387,54**	**-765,58**	**-32,07%**

11.4. Reconhecimento das perdas por imparidade de dívidas a receber

Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, a dívida dos membros/outros clientes à Ordem (e respetivo reconhecimento de perdas de imparidade) detalham-se conforme se segue:

MEMBROS - % Faturação (Euros)

Ativos	2017	2016	Variação Valor	Variação %
Dívidas dos membros - contas correntes	87 400,88	69 269,34	18 131,54	26,18%
Outros clientes	0,00	0,00	0,00	0,00%
Dívidas dos membros - cobrança duvidosa	0,00	0,00	0,00	0,00%
Imparidade Acumulada	-27 376,59	-26 600,23	-776,36	2,92%
	60 024,29	**42 669,11**	**17 355,18**	**29,09%**
Reforço/(redução) imparidade acumulada	4 382,21	-21 489,96	25 872,17	-120,39%

O movimento das perdas por imparidade dos saldos de membros/patrocinadores durante o exercício foi o seguinte:

PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS (Euros)

	01/01/2017	Reforços	Reversões	Desreconhecimento	31/12/2017
. Imparidade acumulada	26 600,23	4 382,21	0,00	-3 605,85	27 376,59
	26 600,23	**4 382,21**	**0,00**	**-3 605,85**	**27 376,59**

O registo das perdas por imparidade é efetuado de acordo com a antiguidade da dívida. São registadas perdas por imparidade para as dívidas vencidas há mais de dois anos.

Foram constituídas imparidades por dívidas de membros/associados no montante de 4.382,21 euros.

Por outro lado, foram desreconhecidas do balanço as dívidas de membros/associados e respetivas perdas por imparidade vencidas há mais de cinco anos, no montante de 3.605,85 euros, por serem consideradas incobráveis.

11.5. Fluxos de Caixa

A caixa e seus equivalentes inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis e aplicações de tesouraria no mercado monetário, e detalha-se como se segue:

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica de "Caixa" e "Depósitos bancários" apresentava a seguinte decomposição:

CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS (Euros)

	2017	2016	Variação Valor	Variação %
. Caixa	398,93	69,05	329,88	477,74%
. Depósitos à Ordem	14 463,00	11 161,70	3 301,30	29,58%
. Depósitos a Prazo	662 937,23	650 000,00	12 937,23	1,99%
	677 799,16	**661 230,75**	**16 568,41**	**2,51%**

11.6. Investimentos Financeiro e Outros Ativos Correntes

INVESTIMENTOS FINANCEIROS/OUTROS ACTIVOS CORRENTES (Euros)

	2017	2016
Investimentos financeiros		
. Fundo de compensação do trabalho	248,11	
	248,11	**0,00**

12. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

Os gastos com o pessoal foram os seguintes:

GASTOS COM O PESSOAL (Euros)

	2017	2016	Variação Valor	Variação %
Gastos com Pessoal				
. Remunerações do pessoal	51 719,45	47 704,13	4 015,32	8,42%
. Indemnizações	334,06	0,00	334,06	100,00%
. Encargos sobre remunerações	10 471,07	11 011,36	-540,29	-4,91%
. Seguro acidentes no trabalho	408,83	0,00	408,83	100,00%
. Outros gastos com o pessoal	364,91	256,80	108,11	42,10%
	63 298,32	**58 972,29**	**4 326,03**	**7,34%**

Durante o exercício de 2017 as remunerações do pessoal ascenderam a 51.719,45 euros, registando-se uma variação de cerca de 8% face ao período anterior.

A rubrica «Outros gastos» inclui essencialmente gastos com a medicina no trabalho e formação.

No período a que se referem estas demonstrações financeiras o número médio de colaboradores da OE foi de 4, o mesmo número registado em 2016.

13. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Após a data do balanço não houve conhecimento de eventos ocorridos que afetem o valor dos ativos e passivos das demonstrações financeiras do período.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2017 foram aprovadas pelo Conselho Diretivo e autorizadas para emissão em 16 de fevereiro de 2018.

14. AGRICULTURA

Não aplicável à Secção Regional da Região Autónoma do Açores.

15. DIVULGAÇÃO EXIGIDAS POR OUTROS DIPLOMAS LEGAIS

Não aplicável à Secção Regional da Região Autónoma do Açores.

16. OUTRAS DIVULGAÇÕES

16.1. Outras divulgações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados:

ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica de «Estado e outros entes públicos» apresentava a seguinte decomposição:

ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS		(Euros)
	2017	**2016**
Ativos		
. Retenção de impostos s/ rendimento	8,23	0,00
	8,23	**0,00**
Passivos		
. Imp. sobre o rendimento (IRC) a pagar	0,00	240,55
. Imposto sobre o valor acrescentado	252,54	7,22
. Retenção de impostos s/ rendimento	504,12	311,59
. Contribuições p/ Segurança Social	1 842,87	1 055,39
	2 599,53	**1 614,75**

O valor de €2.599,53 euros a favor do Estado, representa nomeadamente, o valor dos encargos com a Segurança Social e Retenção na fonte, referentes ao mês de dezembro, a liquidar no início de 2018.

IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DO PERÍODO

IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO				(Euros)
	2017	2016	Variação Valor	Variação %
. Imposto do exercício	984,17	1 638,47	-654,30	-39,93%
. Imposto diferido				
	984,17	**1 638,47**	**-654,30**	**-39,93%**
. Rendimentos comerciais	105,50	228,05	-122,55	-53,74%
. Rendimentos capitais	3 349,84	4 950,23	-1 600,39	-32,33%
. Rendimentos prediais				
. Outros rendimentos				
MATÉRIA COLECTÁVEL	**3 455,34**	**5 178,28**	**-1 722,94**	**-33,27%**
. Coleta	725,62	1 087,44	-361,82	-33,27%
. Tributações autónomas	258,55	551,03	-292,48	-53,08%
IMPOSTO DO EXERCÍCIO	**984,17**	**1 638,47**	**-654,30**	**-39,93%**

CONCILIAÇÃO IMPOSTO DO PERÍODO		(Euros)
	2017	2016
. Resultados antes de impostos	25 734,45 €	45 448,35 €
. Taxa de imposto	21,00%	21,00%
. Imposto estimado	984,17 €	1 638,47 €
Imposto do Exercício		
Taxa efectiva de imposto	**3,82%**	**3,61%**

DIFERIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica de «Diferimentos» apresentava a seguinte decomposição:

DIFERIMENTOS		(Euros)
	2017	2016
Ativos		
. Contratos de manutenção	1 254,60	0,00
. Outros gastos diferidos	2 611,48	649,32
	3 866,08	**649,32**
Passivos		
. Outros diferimentos	0,00	0,00
	0,00	**0,00**

VARIAÇÃO NAS RUBRICAS DO FUNDO PATRIMONIAL

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica dos «Fundos patrimoniais» apresentava a seguinte decomposição:

VARIAÇÃO NAS RUBRICAS DO FUNDO PATRIMONIAL

(Euros)

	01/01/2017	Aumentos	Diminuições	Transferências	31/12/2017
. Fundos patrimoniais	30 880,11	11 147,41	0,00	0,00	42 027,52
. Reservas	185 598,05	4 380,99	0,00	-4 000,84	185 978,20
. Resultados transitados	1 033 444,79	43 809,88	-4 380,99	4 000,84	1 076 874,52
. Resultado do período	43 809,88	24 750,18	-43 809,88	0,00	24 750,18
	1 293 732,83	**84 088,46**	**-48 190,87**	**0,00**	**1 329 630,42**

Dando cumprimento ao art.º 118 da Lei nº 156/2015 de 16 de setembro, segunda alteração ao Estatuto da OE, o Conselho Diretivo Regional procedeu à constituição/aumento do Fundo de Reserva no valor de 4.380,99 euros, correspondente a 10% do Resultado Líquido apresentado no exercício de 2016.

A conta 56 – Resultados transitados encontra-se influenciada pela contabilização de 4.000,84€ respeitantes à transferência das reservas estatuárias para resultados transitados.

ASSOCIADOS/MEMBROS

Esta rubrica, a 31 de dezembro de 2017 e 2016, apresenta os valores descritos no seguinte quadro:

MEMBROS

(Euros)

	2017	2016	Variação Valor	Variação %
. Percentagem s/ facturação	87 400,88	69 269,34	18 131,54	26,18%
. Percentagem s/ recebimentos	42 975,65	50 149,88	-7 174,23	-14,31%
. Percentagem s/ inscrições	8 466,62	9 145,68	-679,06	-7,42%
. Percentagem s/ título especialista	2 664,59	1 400,89	1 263,70	90,21%
	141 507,74	**129 965,79**	**11 541,95**	**8,88%**
. Imparidades Acumuladas	-27 376,59	-26 600,23	-776,36	2,92%
VALOR LÍQUIDO	**114 131,15**	**103 365,56**	**10 765,59**	**10,42%**

Contabilista Certificado nº 48469

Carlos Alberto Ferreira Branco

Conselho Diretivo Regional

Presidente	Secretário	Tesoureiro	Vogal	Vogal
Luís Carlos do Rego Furtado	Pedro Rodriguez Novais Brázio	Verónica Conceição da Silva Amaral	Marco Bruno Alves dos Santos Pedroso	Luís Manuel Correia Costa

ANEXO II

PARECER DO CONSELHO FISCAL REGIONAL

ordem dos enfermeiros
secção regional
região autónoma dos açores

Parecer sobre a proposta de Relatório de Atividades e Contas de 2017

Aos membros da Ordem dos Enfermeiros

Nos termos estatuídos, o Conselho Fiscal Regional apresenta o seu parecer sobre a proposta de Relatório de Atividades e Contas relativas ao exercício económico de 2017, apresentada pelo Conselho Diretivo Regional, decorrente do acompanhamento do exercício.

Tomámos conhecimento dos atos de gestão do Conselho Diretivo Regional e verificámos as demonstrações financeiras.

Da análise da proposta de Relatório de Atividades e Contas de 2017 verificou-se que o exercício económico de 2017 foi encerrado com um resultado líquido positivo de 24 750,28 euros, o qual ficou a dever-se à politica de contenção e racionalização da despesa e pela não concretização e/ou adiamento de algumas atividades previstas no Plano de Atividades e Orçamento de 2017.

Para além das normais diligências, o Conselho Fiscal Regional solicitou ao Conselho Diretivo Regional as informações e esclarecimentos adicionais que considerou necessárias à emissão do seu parecer.

Ouvido o Revisor Oficial de Contas da SRRAA, Dr.º Rúben Cordeiro, **o Conselho Fiscal Regional é de parecer que merecem a aprovação dos membros, quer o Relatório de Atividades quer as Contas da Secção Regional da Região Autónoma dos Açores da Ordem dos Enfermeiros em 31 de Dezembro de 2017, apresentados à Assembleia Regional Ordinária de 28 de Fevereiro de 2018 pelo Conselho Diretivo Regional.**

Ponta Delgada, 17 de fevereiro de 2018

O Conselho Fiscal Regional,

Antonieta Braga
Presidente

Xénio Terra
Vogal

Sandra Silva
Vogal

ANEXO III

CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

Ordem dos Enfermeiros - Secção Regional dos Açores

RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **Ordem dos Enfermeiros – Secção Regional dos Açores** (a Entidade), que compreendem o balanço em **31 de dezembro de 2017** (que evidencia um total de 1.374.012,91 euros e um total dos fundos patrimoniais de 1.329.630,52 euros, incluindo um resultado líquido de 24.750,28 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao período findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras:

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O Órgão de Fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um

Capital Social 5 800 € - Contribuinte e NIPC n.º 510 413 900 - SROC n.º 277 - OROC

Dr. Jorge Manuel Teixeira da Silva - geral@jorgesilvaroc.pt
Sede: Rua dos Bragas, 208 - 1º Andar – Sala 15 - Cedofeita - 4050-122 Porto
Escritório: Urbanização Souto do Rio, Lote 43 - 3754-304 ÁGUEDA - Telefs. 234 622 250 - 234 603 556 - Fax 234 624 267

relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

Águeda, 13 de fevereiro de 2018

Dr. Jorge Manuel Teixeira da Silva

Revisor Oficial de Contas nº 637 em representação de
Jorge Silva, Neto, Ribeiro & Pinho, SROC, Lda.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

Capital Social 5 800 € - Contribuinte e NIPC n.º 510 413 900 - SROC n.º 277 - OROC

Dr. Jorge Manuel Teixeira da Silva - geral@jorgesilvaroc.pt
Sede: Rua dos Bragas, 208 - 1º Andar – Sala 15 - Cedofeita - 4050-122 Porto
Escritório: Urbanização Souto do Rio, Lote 43 - 3754-304 ÁGUEDA - Telefs. 234 622 250 - 234 603 556 - Fax 234 624 267

APÊNDICE 15

RELATÓRIO E CONTAS 2017
SECÇÃO REGIONAL DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS ANO 2017

Secção Regional da Região Autónoma da Madeira da Ordem dos Enfermeiros

APROVADO EM REUNIÃO DO CONSELHO DIRETIVO REGIONAL
DE 16 DE FEVEREIRO DE 2018

VISTO E APROVADO EM REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL REGIONAL
DE 16 DE FEVEREIRO DE 2018

ASSEMBLEIA REGIONAL DE 26 DE FEVEREIRO DE 2018

CHAVE DE SIGLAS

ACEPS – Associação Católica dos Enfermeiros e Profissionais de Saúde

ACERAM – Associação Casa do Enfermeiro da Região Autónoma da Madeira

CAT – Comissão de Atribuição de Títulos

CDR – Conselho Diretivo Regional

CE – Conselho de Enfermagem

CJ – Conselho Jurisdicional

CJR – Conselho Jurisdicional Regional

CIPE – Classificação Internacional para a Prática de Enfermagem

EOE – Estatuto da Ordem dos Enfermeiros

GCIR – Gabinete de Comunicação e Imagem Regional

PDVP – Processo de Desenvolvimento e Valorização Profissional

OE – Ordem dos Enfermeiros

PPQCE – Programa de Padrões de Qualidade dos Cuidados de Enfermagem

RAA – Região Autónoma dos Açores

RAM – Região Autónoma da Madeira

SERAM – Sindicato dos Enfermeiros da Região Autónoma da Madeira

SIE – Sistemas de Informação em Enfermagem

SRRAM-OE – Secção Regional da Região Autónoma da Madeira da Ordem dos Enfermeiros

Índice

INTRODUÇÃO 3

1- EXERCÍCIO PROFISSIONAL 4

1.1- Qualidade dos Cuidados de Enfermagem 4

1.2- Condições para o Exercício Profissional 5

1.3- Formação e Investigação em Enfermagem 7

1.4- Certificação de competências / Títulos Profissionais 10

1.5- Desenvolvimento da reflexão ética e deontológica 12

2- MANDATO SOCIAL DA PROFISSÃO – O ENFERMEIRO NA SOCIEDADE 14

2.1- Para com os Cidadãos 14

2.2- Para com os Enfermeiros 19

2.3- Para com o Poder Político 20

2.4- Atividades Estatutariamente Definidas 23

2.5- Comunicação e Imagem 24

2.6- Gestão do Património e Recursos da Ordem 31

3 – COOPERAÇÃO COM OUTRAS ASSOCIAÇÕES PROFISSIONAIS 33

4- CONTAS (cf designação) 34

INTRODUÇÃO

O Relatório de Actividades e Contas referentes ao ano 2017 da SRRAM-OE, representa um importante instrumento de gestão, em observância do disposto na alínea f) do número 2 do Artigo 46º do Estatuto da Ordem dos Enfermeiros, cumprindo-se com aquilo que estatutariamente se define que é a apresentação do presente Relatório de Actividades e Contas para discussão e votação em Assembleia Regional Ordinária.

Mantendo a tónica do ano anterior e filosofia da equipa que integra os órgãos estatutários, este Relatório tem por objectivo relatar a actividade desenvolvida, estruturando a informação das principais actividades realizadas ao longo do ano e avaliar o grau de execução do Plano de Actividades.

O relatório traduz o envolvimento dos diferentes órgãos, que ao longo deste ano consolidou as responsabilidades e atribuições estatutárias nos diferentes cargos desempenhados.

O documento está organizado nos capítulos que se seguem, revelam as grandes opções do mandato, que apresentam as habituais linhas orientadoras, e contempla a descrição das atividades desenvolvidas, para cada uma delas. Pretende-se com esta estrutura permitir uma confrontação directa com o Plano de actividades aprovado anteriormente, embora algumas actividades desenvolvidas respondam a várias opções do plano em simultâneo.

O capítulo referente às contas, para além de dar cumprimento às disposições legais, traduz a execução patrimonial e orçamental, resultante das actividades desenvolvidas pela SRRAM-OE em 2017, evidenciando-se de igual modo uma análise económico-financeira às contas, estruturada de acordo com as peças das demonstrações financeiras.

No ano de 2017, completou-se o 2º ano da actual equipa dos órgãos estatutários, atingindo-se assim o ponto médio do mandato, repletos de desafios e algumas dificuldades. Julgamos ter consolidado o projecto apresentado e sufragado pelos Enfermeiros da Madeira, pelo que o balanço é positivo, uma vez que quase a totalidade das actividades planeadas fora cumpridas.

1- EXERCÍCIO PROFISSIONAL

Área que inclui os aspetos inerentes ao desenvolvimento profissional, à qualidade dos cuidados e sistemas de informação, à reflexão ético-deontológica, à melhoria das condições para o exercício profissional e à garantia do controlo do exercício.

1.1- Qualidade dos Cuidados de Enfermagem

- Participação na construção e divulgação de indicadores de saúde sensíveis aos cuidados de enfermagem;
    - Intervenção política e organizacional visando a utilização de indicadores na qualidade, segurança, gestão e financiamentos cuidados de saúde – Sensibilização dos Dirigentes, através das Audiências com as várias Entidades governativas da RAM.
- Acompanhamento, intervenção e monitorização na utilização dos indicadores definidos pela OE para as dotações seguras de enfermeiros nos diferentes contextos;
    - Recolha de informação para fundamentação da contratação de novos enfermeiros, a nível da intervenção política, organizacional e nos *media*.
    - Alertas, por diferentes meios, da acentuada carência de enfermeiros, na atualidade e no futuro, particularmente nos CSP, Continuados e Lares;
- Dinamização do processo de adesão, pelas instituições regionais de saúde e ensino de enfermagem, ao Programa dos padrões de qualidade / Melhoria contínua da qualidade, adaptado à RAM.
    - Participação na restruturação que se encontra em curso do novo Programa dos padrões de qualidade / Melhoria contínua da qualidade a nível nacional.
    - Análise do levantamento realizado aos Serviços / Instituições da RAM que aderiram ao Programa dos Padrões de Qualidade. Daqui se concluiu que:
        - O Programa dos Padrões de Qualidade ainda se encontra em reestruturação a nível nacional, só poderemos dar início à sua implementação na RAM após a sua conclusão.

1.2- Condições para o Exercício Profissional

Atividades desenvolvidas:

- Continuação da realização do ciclo de conferências periódicas, sobre «Condições de exercício e desenvolvimento profissional».
    - 7ª Conferência subordinada ao tema: «Telesaúde/ Teleferidas» – 21/01;
    - 8ª Conferência subordinada ao tema: «Urgências: Realidades e Perspetivas» – 18/03;
    - 9ª Conferência subordinada ao tema: «Da Evidência à Decisão» - 06/05;
    - 10ª Conferência subordinada ao tema: «*Benchmarking* em Saúde: como medir os cuidados de saúde com base em VALOR?» - 17/06;
    - 11ª Conferência subordinada ao tema: «O Idoso e o Envelhecimento: Desafios para os serviços e profissionais de saúde» – 28/10;
    - 12ª Conferência subordinada ao tema: «Informação de Saúde: cuidados, satisfação e custos» – 18/11;
- Colaboração com os grupos de trabalho, na elaboração / atualização de guias de boas práticas e sua divulgação.
    - Envolvimento nos grupos de trabalho a nível nacional, para elaboração e atualização de guias de boas práticas e sua divulgação:
        - Enfermeiro Emanuel Gouveia – Reabilitação Respiratória;
        - Enfermeira Michelle Veríssimo – Cuidados ao doente crítico, portador de ECMO;
- Colaboração na divulgação e acompanhamento da implementação das Tomadas de Posição da OE:
    - Divulgação na RAM dos enunciados e tomadas de posição da OE, nomeadamente por via eletrónica no *website* da SRRAM-OE;
    - Pronunciamento e divulgação junto dos membros sobre a posição da SRRAM-OE sobre diferentes assuntos, designadamente, sobre os CSP, dotações seguras, etc.
- Participação nos grupos de trabalho a nível nacional para o acompanhamento do exercício profissional que se verifique adequado à RAM:
    - Área da Telesaúde, Sistema de Informação e Formação, financiamento dos cuidados de Enfermagem - Enfº Élvio Jesus;

- Classificação Internacional para a Prática de Enfermagem – Enf.ª Sónia Mendonça e Enf.º Élvio Jesus;
- Área da Gestão da Qualidade – Enf.ª Susana Ribeiro e Enf.º Nuno Neves;
- Gabinete de Comunicação e Imagem – Enf.ª Susana Pedro e Enf.º Nuno Neves;
- Área das Relações Internacionais e Protocolos de Benefício aos membros – Enf.º Nuno Neves;
- Grupo das Especialidades e DPT – Enf.ª Clementina Morna;
- Dotações seguras em Saúde Mental – Enf.º Sidónio Faria e Enf.ª Iolanda Vasconcelos.

- Realização de encontros periódicos com os Enfermeiros Especialistas para reflexão e apoio nas diversas áreas de especialidade:
  - 2º Encontro Enfermeiros Especialistas em Enfermagem de Reabilitação, subordinada ao tema «Limpeza das vias Aéreas Comprometida (cod. CIPE ®10001051) e Assistência Mecânica na Tosse», tendo como prelector o Enfº Ricardo Gonçalves - 07/04;
  - 2º Encontro de Enfermeiros Especialistas em Enfermagem Comunitária, subordinado ao tema «Estratégias de Empoderamento do Enfermeiro Especialista em Enfermagem Comunitária», tendo como prelectora a Professora Irma Brito - 21/04;
  - 2º Encontro com Enfermeiros Especialistas em Enfermagem de Saúde Mental e Psiquiátrica – «Sem saúde mental não há saúde. Avaliação do estado mental... Uma perspectiva», pelo Enf.º Gonçalo Jardim, e apresentação do «Plano Regional de Saúde Mental... Reflexões», pelo Enf.º Sidónio Faria na SRRAM-OE – 06/06;
  - 2º Encontro com Enfermeiros Especialistas em Enfermagem de Saúde Materna e Obstétrica na SRRAM-OE – 08/06, na sequência da necessidade expressa pelos EEESMO aquando dos workshops realizado a 18 e 19 Maio, no âmbito da comemoração do Dia Internacional da Parteira, onde foi apresentada uma proposta de projeto «Nascer Positivo na RAM» a ser aplicado na comunidade e na Maternidade da RAM com a finalidade de Promover o Cuidado centrado na Mulher e Preparação Pré-Natal e o Parto/Nascimento Normal verticalizado

seguro assistidos por EESMOS/Parteiras e outros profissionais da equipa multidisciplinar;

- 2º Encontro de Enfermeiros Especialistas em Enfermagem Médico-cirúrgica – «Prevenção e Controlo da infeção, resistência microbiana – perspetiva nacional», pela Enfermeira Paula Cruz – 07/07.

- Acompanhamento do exercício profissional e apoio aos enfermeiros nas suas dificuldades e potencialidades em todos os contextos de cuidados e ensino, com a realização de visitas institucionais:
  - Acompanhamento permanente, através dos Encontros com Enfermeiros, reuniões, formações, conferências e *workshops* realizados ao longo do ano;
  - Diversas reuniões dos Presidentes dos Órgãos regionais, com Enfermeiros a seu pedido, sobre necessidades de apoio ao exercício profissional, esclarecimentos, etc.;
  - Visitas de acompanhamento a diversas Instituições, nomeadamente:
    - Escola Superior de Enfermagem São José de Cluny – 02/01;
    - Centro de Saúde do Porto Santo – 27/06;
    - Levantamento do grau de dependência de utentes e de recursos humanos disponíveis nos Lares públicos, sociais e privados da RAM.
- Promoção do respeito pelos enfermeiros enquanto pessoas e profissionais, apoio ao seu papel nas equipas de saúde e de gestão aos diferentes níveis.
  - *Emporwement* promovido através da dinamização de Encontros e Plano Formativo da SRRAM-OE.

1.3- Formação e Investigação em Enfermagem

Atividades desenvolvidas:

- Apoio na formação nos domínios da **prestação de cuidados**, da **gestão**, da **formação**, da **investigação** e **empreendorismo** em enfermagem, através da disponibilização de espaços para trabalho, acesso a bases de dados, meios tecnológicos, divulgação de eventos e dinamização de atividades formativas:
  - Disponibilização de espaços e meios tecnológicos da Sede para trabalho – Biblioteca da SRRAM-OE;

- Promoção do acesso a bases de dados na área reservada do site da OE;
- Dinamização de eventos e atividades formativas com temáticas científicas – Ciclo de conferências periódicas, sobre «Condições de exercício e desenvolvimento profissional», *Workshops*, Encontros de Especialidades, etc.
- Parceria com Escola de Enfermagem São José de Cluny na Formação Pós-graduada de Enfermagem do Trabalho, uma área considerada estratégica e prioritária para a Enfermagem;
- Levantamento dos Enfermeiros da RAM com trabalhos aceites no Congresso do ICN 2017 em Barcelona e atribuição do apoio aos dois participantes selecionados;
- Reunião com Enfermeiros empreendedores, para apresentação de uma empresa na Área da Saúde e aconselhamento regulamentar – 03/11;
- *Workshop*: «Técnicas de procura ativa de emprego». A SRRAM-OE em parceria com o Instituto Regional de Emprego da RAM, dinamizou a 5 de setembro um *Workshop* sobre «Técnicas de procura ativa de emprego», um evento formativo dirigido aos novos colegas recém-formados ou outros na situação de procura de emprego;
- *Workshop*: «Cuidar para a Viabilidade Tecidular – Úlcera Venosa» – 10/01 (em parceria – SESARAM, E.P.E.);
- *Workshop Lean (Value- added) Healthcare*: Exemplo de aplicação em contexto cirúrgico» - 05/12 (em parceria – SESARAM, E.P.E.);
- *Workshop*: sobre «Deglutição comprometida» alargado a todos os Enfermeiros, com os Prelectores Enfº Ricardo Braga e Enfº João Velosa – 21/07;
- Conferência sobre Enfermagem do Trabalho, em parceria com o IA-Saúde e ESESJCluny, a 22 de abril/2017, que trouxe à Região o Enfermeiro Vítor Brasileiro, Presidente da Associação Nacional para Enfermagem do Trabalho (ANETE). A SRRAM-OE esteve presente através da PCER, Enfermeira Cláudia Fernandes enquanto preletora numa das comunicações;
- Criação de um grupo de trabalho, para acompanhamento e operacionalização dos Regulamentos da Formação Profissional da Ordem dos Enfermeiros, e plataforma *online* de formação - EnForma, da Certificação Individual de Competências e Áreas de Competência Acrescida e da Idoneidade Formativa

dos Contextos de Prática Clínica no âmbito da Secção Regional da Madeira da OE.

- Promoção do intercâmbio científico, profissional e cultural dos enfermeiros da RAM, da RAA, do Continente e a nível internacional:
    - Apoio à participação de Enfermeiros da RAM no Congresso Insular Açores – Madeira em 2017, na Ilha de São Miguel, num total de 36 participantes;
    - Apoio à participação dos Enfermeiros da RAM no Congresso do ICN, na cidade de Barcelona, num total de 3 participantes.
- Participação na organização e apoio na preparação dos trabalhos a serem apresentados no Congresso Insular de Enfermagem, realizado em Outubro de 2017.
    - Preparação e promoção do Congresso Insular Açores – Madeira em 2017: Comissões Científicas, Organizadora, Logística e Relações públicas;
    - Levantamento dos Enfermeiros da RAM com trabalhos aceites no Congresso Insular de Enfermagem Açores - Madeira 2017 e atribuição do apoio estipulado pelo CDR aos dezassete participantes selecionados.
- Participação nas atividades de âmbito nacional relativas à investigação e à formação em enfermagem, divulgando-as e adaptando-as às especificidades e contextos da RAM:
    - Aula aberta – Mestrado na área de especialização em Enfermagem de Saúde Infantil e Pediátrica «Questões éticas e jurídicas no cuidado da criança, jovem e família» – Enf.ª Luísa Pereira – 02/03/2017;
    - Aula aberta – Mestrado na área de especialização em Enfermagem de Saúde Infantil e Pediátrica «Promover a esperança no cuidar da criança/ jovem com necessidades especiais de saúde» – Enf.ª Luísa Pereira – 03/03/2017;
    - VIII Fórum Ibérico de Úlceras e Feridas – Enfermeira Cátia Neves – 03/03/2017 e 04/03/2017;
    - Telesaúde no AVC, do Evento ao domicílio – Enf.º Élvio Jesus – 30/03/2017;
    - II Encontro de ética de Enfermagem. Tema: «A proteção da vida» – Enf.ª Isabel Silva e Enf.ª Lina Parodi – 31/03/2017;
    - Formação do CJ – «Regulamento Disciplinar da Ordem dos Enfermeiros» – Enf.ª Isabel Silva; Enf.ª Lina Parodi; Colaboradora Rubina Branco; Advogado - Dr. David Nunes - 04/05;

- XX Encontro Nacional & 4º Congresso Internacional APEO – Enf.ª Iolanda Reis - 05 e 06 de maio;
- Nascer Positivo – I Encontro Internacional de Novos Paradigmas no nascimento – Enf.ª Susana Freitas – 12 e 13 de maio;

- Promoção e sensibilização dos enfermeiros relativa aos sistemas de informação de enfermagem, sendo um dos focos de atenção a Telesaúde / Enfermagem;
  - 7ª Conferência subordinada ao tema: «Telesaúde/ Teleferidas» – 21/01;
  - Organização, em parceria com a SITT do Fórum Ibérico sobre Telesaúde no Funchal.
- Participação na Organização do Encontro Ibérico de Telesaúde, realizado na RAM, em 19 e 20 de Janeiro de 2018
  - Trabalhos preparatórios para a organização do Fórum Ibérico de Telesaúde. Comissão organizadora com presença de Enfermeiros da SRRAM-OE
    - Várias Reuniões preparatórias com diversas Entidades:
      - Secretaria Regional da Saúde
      - Secretária Regional do Turismo
      - Câmara Municipal do Funchal
      - Agência de Promoção da Madeira
      - Reitor da Universidade da Madeira
      - Agências de viagens
      - Ordem dos Médicos

1.4- Certificação de competências / Títulos Profissionais

Atividades desenvolvidas:

- Colaboração no processo de atribuição de títulos profissionais;
- Apoio aos elementos da região que pertencem à CAT, na análise dos percursos formativos/profissionais para a atribuição de títulos
  - **Número de títulos atribuídos**

    - **Atribuição do título de Enfermeiros;**

Titulos Cuidados Gerais ATRIBUIDOS entre 01 de Janeiro e 31 de Dezembro	
TITULO	**MADEIRA**
ENFERMEIRO	73

- **Atribuição do título de Enfermeiros Especialistas;**

Titulos de Especialistas ATRIBUIDOS entre 01 de Janeiro e 31 de Dezembro	
TITULO	**MADEIRA**
ESPECIALISTA EM ENFERMAGEM DE REABILITAÇÃO	2
ESPECIALISTA EM ENFERMAGEM DE SAÚDE INFANTIL E PEDIÁTRICA	4
ESPECIALISTA EM ENFERMAGEM DE SAÚDE MATERNA E OBSTÉTRICA	2
ESPECIALISTA EM ENFERMAGEM MÉDICO-CIRÚRGICA	31
ESPECIALISTA EM ENFERMAGEM COMUNITÁRIA	3
ESPECIALISTA EM ENFERMAGEM SAÚDE MENTAL E PSIQUIÁTRICA	26
TOTAL	**68**

- Gestão de Membros – Estatística a 31/12/2017
  - **Membros activos:**

Membros Activos em 31 de Dezembro			
SECÇÃO REGIONAL	**Feminino**	**Masculino**	**TOTAL**
MADEIRA	1 840	377	2 217

  - **Grupos etários:**

Distribuição por Grupos Etários			
Grupos Etários	F	M	Total
21 a 25	94	21	115
26 a 30	226	31	257
31 a 35	353	73	426
36 a 40	253	84	337
41 a 45	226	60	286
46 a 50	184	29	213
51 a 55	206	33	239
56 a 60	159	28	187
61 a 65	79	11	90
66 a 70	27	6	33
Mais 70	33	1	34
Total	1 840	377	2 217

  - **Enfermeiros de cuidados gerais:**

Enfermeiros Cuidados Gerais			
Título	F	M	Total
ENFERMEIRO	1 299	247	1 546

  - **Enfermeiros Especialistas:**

Enfermeiros Especialistas			
Titulos	F	M	Total
ESPECIALISTA EM ENFERMAGEM COMUNITÁRIA	88	10	98
ESPECIALISTA EM ENFERMAGEM DE REABILITAÇÃO	95	54	149
ESPECIALISTA EM ENFERMAGEM DE S. I. E PEDIÁTRICA	108	4	112
ESPECIALISTA EM ENFERMAGEM DE S. M. E OBSTÉTRICA	90	4	94
ESPECIALISTA EM ENFERMAGEM MÉDICO-CIRÚRGICA	85	27	112
ESPECIALISTA EM ENFERMAGEM S. M. E PSIQUIÁTRICA	76	33	109
Total	542	132	674

- **Outros dados**

Outros dados entre 01 de Janeiro e 31 de Dezembro							
SECÇÃO REGIONAL	**Arquivado**	**Cancelado**	**Expulsão**	**Falecido**	**N/ Admitido**	**Suspenso**	**TOTAL**
MADEIRA	0	1	0	4	1	40	46

- Aposentados – 2 enfermeiros;
- Pedidos de equivalência à Diretiva 2005/36/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, relativa ao reconhecimento das qualificações profissionais, para efeitos de emigração – 21 Enfermeiros.

- Promoção de reuniões sobre o MDP, em colaboração com o CE;
  - Formação aos membros da CAT e Órgãos Estatutários sobre o novo MDP, pela Srª Bastonária e Vice-Presidente da OE, Enf.º luís Barreira – 01/09;
  - Trabalhos preparatórios da Conferência sobre esta temática, aberta a todos os Enfermeiros da RAM, a ocorrer em Fevereiro de 2018, por indisponibilidade dos prelectores, para data anterior.

1.5- Desenvolvimento da reflexão ética e deontológica

Atividades desenvolvidas:

- Realizaram-se onze reuniões mensais ordinárias e duas extraordinárias do CJR.
- Participação em onze reuniões Plenárias Ordinárias (duas delas descentralizadas – Região Norte e Região Autónoma dos Açores), oito reuniões Extraordinárias e onze reuniões da 2ª Secção do CJ.
- Colaboração na elaboração de documentos, pareceres e respostas a solicitações de instituições ou enfermeiros:
  - Colaboração na elaboração de pareceres e enunciados de posição sobre questões de ética e deontologia pela Presidente do CJR na qualidade de membro do CJ.
- Colaboração com as escolas superiores de enfermagem e entidades empregadoras na formação sobre as funções dos Conselhos Jurisdicionais e sobre os aspetos inerentes ao Código Deontológico dos Enfermeiros:
  - Apresentação e análise sobre as funções dos CJR e sobre os aspetos inerentes ao Código Deontológico dos Enfermeiros aos estudantes da licenciatura, nas Escolas Superiores de Enfermagem – Enfermeiras Isabel Silva e Cátia Neves 28/03/2017;

- Apresentação e análise de alguns aspetos do Código Deontológico do Enfermeiro, no âmbito da cerimónia de vinculação dos novos enfermeiros, setembro 2017 – Enf.ª Elma Pacheco 18/09/2017.

- Apoio em atividades ou debates sobre questões ético – deontológicas nos serviços / instituições, sempre que solicitado:
  - Diversas reuniões informais solicitadas por colegas para aconselhamento;
  - Acompanhamento e dinamização de três reuniões descentralizadas, no âmbito da reflexão ética e deontológica:
    - Centro de Saúde do Porto Santo - 27/06/2017;
    - Centro de Saúde da Calheta (extensível aos Enfermeiros dos Centros de Saúde das restantes freguesias do concelho) – 15/11/2017;
    - Centro de Saúde de Machico (extensível aos Enfermeiros dos Centros de Saúde do Caniçal, Porto da Cruz e Santo da Serra) – 15/12/2017.
- Colaboração e participação nos grupos de reflexão promovidos pela Secção Regional, conducentes a uma cultura de qualidade, segurança e de responsabilidade ética e moral no exercício da profissão:
  - Colaboração na organização e dinamização do Ciclo de Conferências "Condições de exercício e desenvolvimento profissional", em particular nas conferencias dedicadas à reflexão ética e deontológica, versando as temáticas de «O Idoso e o Envelhecimento» (11ª Conferência a 28/10), e Informação de Saúde (12ª Conferência a 18/11).
- Instrução dos processos de averiguações ou disciplinares no âmbito da sua esfera de competências:
  - Procedeu-se à instrução de quatro procedimentos:
    - Um procedimento de averiguações iniciado em fevereiro que transitou para procedimento disciplinar;
    - Um procedimento de averiguações iniciado em março que aguarda juntada de documentos solicitados à instituição;
    - Um procedimento de averiguações entrado em setembro que aguarda juntada de documentos;
    - Um procedimento disciplinar iniciado em setembro em tramitação;

- Análise e apreciação de uma queixa que resultou em conciliação de ambas as partes;
- Análise e apreciação de uma queixa que resultou em arquivamento.

2- MANDATO SOCIAL DA PROFISSÃO – O ENFERMEIRO NA SOCIEDADE

Inclui os aspetos inerentes às relações com o cidadão, com os enfermeiros e com as organizações profissionais, bem como, com o poder político.

2.1- Para com os Cidadãos

Atividades desenvolvidas:

- Promoção de parcerias e projetos de cooperação com as associações de doentes, familiares, amigos e voluntários da RAM:
  - Participação de uma representação da SRRAM-OE em diversos eventos de Associações de Doentes, familiares, amigos e voluntários da RAM.
- Representação da OE em eventos para que seja convidada, assim como, em atividades de natureza científica, profissional ou associativa:
  - Sessão de Apresentação da DRM – Convite Ordem dos Psicólogos – Enfermeiro Nuno Neves – 27/01;
  - 1º Workshop Temático Internacional - Promoção de inovação atendendo a necessidades não satisfeitas identificadas pelos prestados de serviços nos cuidados domiciliários – Convite Instituto de Desenvolvimento Empresarial – Enf.ª Luísa Pereira – 27/01;
  - Cerimónia de Tomada de Posse dos membros eleitos para o Triénio 2017/2019 – Convite Ordem dos Advogados – Enf.º Nuno Neves – 01/02;
  - 1as Jornadas do Madeira Medical Center - Convite Madeira Medical Center – Enf.ª Luísa Pereira – 10/02;
  - Cerimónia de Tomada de Posse dos membros eleitos para o triénio 2017/2019 – Convite da Ordem dos Médicos – Enf.º Élvio Jesus – 21/02;
  - II Seminário de Bioética - «Uma ponte para o futuro» – Convite da Associação Portuguesa de Bioética – Enf.ª Isabel Silva – 09 e 10/03;

- Solenidade de São João de Deus – Convite da Casa de Saúde São João de Deus – Enf.º Sidónio Faria – 08/03;
- Conferência de Comemoração do Dia Mundial do Serviço Social – Convite da Delegação Regional da Madeira da Associação de Profissionais de Serviço Social – Enf.ª Vera Pestana – 21/03;
- Cerimónia de inauguração do Centro de Saúde de Câmara de Lobos - Convite do Serviço de Saúde da RAM – Enf.º Nuno Neves – 27/03;
- Cerimónia de inauguração da exposição com o tema «Cristiano Ronaldo: Caricatura e Imprensa Mundial», no teatro Baltazar Dias – Enf.ª Vera Pestana – 28/03;
- Seminário «Dez(a)fios atuais» – Convite da Direção da APFMadeira – Enf.ª Susana Ribeiro e Enf.ª Iolanda Reis – 31/03;
- Cerimónia de entrega de medalhas aos dadores de sangue – Convite do Conselho de Administração do Serviço de Saúde da RAM – Enf.º Élvio Jesus – 01/04;
- Cerimónia comemorativa do Dia Mundial Da Saúde – Convite do Instituto de Administração da Saúde e Assuntos Sociais, IP-RAM – Enf.ª Luísa Pereira – 07/04;
- Conferência OPP Madeira / Instituto de Emprego da Madeira, IP-RAM, sobre Empregabilidade – Convite Ordem dos Psicólogos – Enf.ª Isabel Silva – 27/04;
- Sessão de Encerramento da Semana do Programa de Prevenção e Controlo de Infeção e Resistência aos Antimicrobianos – Convite do SESARAM – Enf.ª Cláudia Fernandes – 05/05;
- Cerimónia de Tomada de Posse do Reitor - Convite da Universidade da Madeira – Enf.ª Isabel Silva - 08/05;
- XI Conferência Anual do Turismo com o tema: «Marcas» – Convite da Delegação Regional da Madeira da Ordem dos Economistas – Enf.º Nuno Neves – 12/05;
- Palestra sobre a Eutanásia – Convite da Juventude Popular da Madeira – Enf.ª Merícia Bettencourt, por indicação da SRRAM-OE – 13/05;
- 1ª Gala do Empreendedor 2017 - Convite da Secretaria Regional da Inclusão e Assuntos Sociais – Enf.ª Vera Pestana 16/05;

- Sessão de Abertura do Seminário «Estou *online* e agora? Consequências psicossociais da Internet» - Convite do Instituto de Administração da Saúde e Assuntos Sociais, IP-RAM – Enf.ª Isabel Silva- 17/05;
- Dia do Empresário Madeirense 2017. Sessão de Abertura e Debate «A evolução dos Modelos de Negócio» - Convite da Direção da Associação Comercial e Industrial do Funchal - Câmara de Comércio e Industria da Madeira – Enf.º Nuno Neves – 19/05;
- Cerimónia de Abertura do Seminário «Prevenção da Obesidade no Local de Trabalho» - Convite do SESARAM – Enf.º Orlando Sá – 19/05;
- Apresentação pública da «Estratégia Regional da Alimentação Saudável e Segura» – Convite do Secretário Regional da Saúde – Enf.ª Susana Freitas - 29/05;
- Fórum de parceiros da ESESJCluny – Convite Escola Superior de Enfermagem S. José de Cluny – Enf.º Élvio Jesus – 14/06;
- Sessão de apresentação do Programa «Prevenção de quedas em idosos na RAM» – Convite do SESARAM – Enf.º Élvio Jesus – 23/06;
- Cerimónia de entrega oficial do prémio: *Angels Spirit of Excellence, pela European Stroke Organisation* (ESO) ao Coordenador da Unidade da AVC, Dr. Rafael Freitas - Convite do SESARAM – Enf.º Élvio Jesus – 27/06;
- Sessão Solene Comemorativa do Dia da Região Autónoma da Madeira e das Comunidades Madeirenses - Convite do Presidente da Assembleia Legislativa da Madeira – Enf.ª Cátia Neves – 01/07;
- Inauguração do Serviço de Medicina Dentária do Centro de Saúde de Machico – Convite SESARAM – Enf.ª Bela Encarnação – 10/07;
- Cerimónia da entrega de diplomas dos estudantes do Curso de Licenciatura em Enfermagem - Convite da Escola Superior de Enfermagem de São José de Cluny – Enf.º Nuno Neves – 21/07;
- Apresentação do Projeto de Intervenção Comunitária «Juntos no Cuidar» - Convite da Casa de Saúde São João de Deus – Enf.º Sidónio Faria – 03/08;
- 509º Aniversário da Cidade do Funchal – Comemorações do dia da Cidade – Convite da Câmara Municipal do Funchal – Enf.ª Susana Ribeiro – 21/08;

- Celebração do 44º Aniversário do Hospital Dr. Nélio Mendonça – Convite Gabinete de Comunicação – Enf.º Élvio Jesus – 09/09;
- Sessão de abertura das 1ªs jornadas de Prevenção do Suicídio - Convite do SESARAM – Enf.ª Isabel Silva – 15/09;
- Conferência «Da ação refletida à mudança: respostas adaptativas face ao envelhecimento perturbado» - Convite da Delegação da Madeira de Alzheimer Portugal – Enf.ª Cátia Neves – 22/09;
- «O estado nutricional, comportamento alimentar e atividade física na população adulta da RAM» - Convite do SESARAM, E.P.E. – Enf.ª Isabel Silva – 27/09;
- Sessão de abertura das 8ªs Jornadas de Saúde Mental e Psiquiátrica- «As conexões em saúde mental e psiquiatria» - Convite da Casa de Saúde São João de Deus – Enf.º Sidónio Faria – 06/10;
- Cerimónia de entrega de diplomas dos Estudantes dos Cursos de Mestrado em Enfermagem Médico-cirúrgica e de Pós-Licenciatura de Especialização em Enfermagem de Saúde Mental e Psiquiatria – Convite Escola Superior de Enfermagem de São José de Cluny – Enf.º Élvio Jesus – 09/10;
- Sessão Solene de Abertura do Ano Académico 2017/2018 – Universidade da Madeira- Enf.ª Isabel Silva – 16/10;
- Seminário: «Fatores de Risco nas Equipas de Emergência» – Organização da Cruz Vermelha Portuguesa. O Enf.º Gonçalo Jardim participou na atividade, sendo Preletor, por indicação da SRRAM-OE – 10/11;
- Cerimónia de Abertura da Semana de Emergência. Convite do SESARAM, E.P.E. Enf.ª Ana Clara Costa – 20/11;
- «Decidir sobre o final da Vida - Ciclo de Debates». Anfiteatro do Colégio dos Jesuítas. Enf.º Élvio Jesus – 20/11;
- Simpósio «A Dúvida é um risco». Convite da APF Madeira. Auditório do Hospital Dr. Nélio Mendonça. Enf.ª Iolanda Reis – 01/12;
- Cerimónia de Abertura do Curso *Medical Response to Major Incidents (MRMI)*. Enf.ª Bela Encarnação – 01/12;
- A SRRAM-OE foi convidada pela Sede e esteve representada nos seguintes eventos:

- Conferência ICHOM, em Lisboa – Enf.º Élvio Jesus em representação da Senhora Bastonária – 10 e 11/02.

- Participação em comemorações de efemérides de maior relevo para a saúde e enfermagem com a respetiva avaliação e divulgação:
  - Comemorações do Dia Internacional do Enfermeiro - «Enfermeiros: Uma voz de Liderança - Alcançar os objetivos de desenvolvimento sustentável» + Jantar comemorativo – 12/05;
  - Comemorações do Dia Internacional da Parteira - «EESMO/Parteira, do passado para o futuro» – 18 e 19 de maio: *Workshops*: "Preparação para o Nascimento Natural" e "Posições da Mulher no Trabalho de Parto" com o objetivo da mudança do modelo Biomecânico para nascer, para uma experiência de nascimento mais positiva, com as Enfermeiras Ana Mineiro e Vera Cardoso;
  - Comemorações da Semana Mundial do Aleitamento Materno 2017- 29 Setembro a 6 de Outubro de 2017: projecção de imagens e mensagens alusivas ao tema nos ecrãs multimédia do Funchal;
  - Sessão informativa na SRRAM-OE - Semana Mundial do Aleitamento Materno «Todos juntos pelo aleitamento materno – posicionamento e pega», pela Enfermeira Carmen Faria, 6/10, destinado a grávidas, pais, famílias e profissionais de saúde e da educação ou outros;
  - Assinalar de efemérides, com mensagens alusivas aos temas, online e redes sociais:
    - Dia internacional do doente – 11 de fevereiro
    - Dia Mundial da saúde – 7 de abril
    - Dia Internacional da Parteira – 5 de maio
    - Dia Mundial da lavagem das mãos – 5 de maio
    - Dia internacional da família – 15 de maio
    - Dia Mundial da Criança – 1 de junho
    - Dia Nacional de luta contra a dor – 14 de junho
    - Dia Mundial do dador de sangue – 14 de junho
    - Dia Mundial do coração – 29 de setembro
    - Dia Mundial da alimentação – 16 de outubro

- Publicação periódica de artigos nos Media regionais e no site regional da OE.
    - Reabilitação - Eficiência que faz a Diferença, pelo Enf.º Luís Freitas, Vogal do Conselho de Enfermagem Regional da SRRAM-OE, *in* Jornal da Madeira;
    - O Enfermeiro no apoio ao Doente Hemato-Oncológico, pela Enf.ª Fátima Freitas, Enf. Especialista em Enfermagem de Saúde Mental e Psiquiátrica, *in* Jornal da Madeira;
    - Presença assídua nos meios de comunicação social, com diversos alertas para aspetos relacionados com a Enfermagem e qualidade dos cuidados prestados aos doentes (Ponto 2.5).

2.2- Para com os Enfermeiros

Atividades desenvolvidas:

- Realização da cerimónia de vinculação dos enfermeiros recém-formados;
    - Preparação para a Cerimónia de Vinculação à Profissão, com participação das Presidentes dos Conselhos de Enfermagem, Jurisdicional e Secretário do Conselho Diretivo Regional – 18 de setembro de 2017;
    - Cerimónia de Vinculação à Profissão a 60 novos Enfermeiros – 26 de setembro de 2017.
- Promoção da dinâmica e funções da OE junto dos alunos finalistas do curso de enfermagem:
    - Módulo Perspetivas de Desenvolvimento Profissional – Unidade Curricular Enfermagem IX – Desenvolvimento Profissional II, do 4º ano do 1º Ciclo de Enfermagem – Convite da Universidade da Madeira e Escola São José de Cluny – Enfermeiras Isabel Silva e Cátia Neves;
- Manutenção da representação regular nos eventos da SRRAM-OE dos enfermeiros da ilha do Porto Santo:
    - Comparticipação nas despesas de deslocação, em regime de rotatividade de um Enfermeiro ao Ciclo de Conferências da SRRAM-OE.
- Promoção de atividades culturais, convívio e lazer:
    - *Sunset* «Ordem dos Enfermeiros», no Nini *Design Centre* - 28/07;
    - *Sunset* «Noite de Verão de São Martinho no Nini *Design Centre* - 10/11.

- Prospeção e análise de novas propostas de protocolos com empresas para benefício dos membros e divulgação pelos meios eletrónicos:
    - Articulação com a Sede para melhoramento do motor de busca online na área relativa aos protocolos de benefício aos membros;
    - Listagem de novos protocolos assinados durante o ano 2017:

Empresas	Condições de benefício
Marta Rodrigues - Bem Estar & Beleza	a) 10% de desconto em tratamentos de Laser díodo; b) 10% de desconto em tratamentos de rosto e corpo; c) 10% de desconto em terapias alternativas e massagens.
EuroGymnico Health & Fitness	Oferta da Joia de inscrição; Desconto de 10% em qualquer das modalidades; Desconto de 50% na primeira avaliação física e metabólica e respetivo plano de treino personalizado; Seguro desportivo 10€; Disponibilidade de um cacifo particular;
Protocolo PsicPaf	a) Consultas de Psicologia Crianças/Adultos – 15% de desconto; b) Intervenção em Grupo Adultos e Crianças – 20% de desconto; c) Formações e workshops - 15% de desconto; d) Outros serviços – 10% de desconto;
Protocolo VMT - Viagens de Catamarã	**10,00 €** de desconto sobre o preço de venda ao publico, por adulto nas viagens regulares de observação de cetáceos e pôr-do-sol; **5,00 €** de desconto sobre o preço de venda ao publico, por criança (idades compreendidas entre os 5 e os 12 anos) nas viagens regulares de observação de cetáceos e pôr-do-sol; **Tarifa de residente** em todos os outros produtos regulares da VMT Madeira;
Protocolo Serviço de Táxi - Nuno Táxi	a) 20% de desconto em relação ao valor visível no taxímetro; b) Não cobrar 20% sobre o valor visível no taxímetro quando transportar mais de 4 passageiros; c) 20% de desconto sobre o valor de tabela à hora; d) Permitir a compartilha do táxi por diferentes membros da OE, até o máximo de 6 pessoas.

2.3- Para com o Poder Político

Atividades desenvolvidas:

- Alerta e negociação com as entidades responsáveis para as consequências / prejuízos advindos de inadequados *skilmixs,* dotações de enfermeiros, recursos físicos, técnicos / tecnológicos e materiais:

- 6 de julho – Drª Sofia Canha, Deputada e Vogal da 5ª Comissão Especializada Permanente de Saúde e Assuntos Sociais da ALRAM
- 8 de novembro – Representação do Grupo Parlamentar do JPP
- 27 de novembro - Representação do Grupo Parlamentar do PSD
- 15 de novembro - Representação do Grupo Parlamentar do CDS/PP

- Apoio às entidades governamentais na implementação e demonstração do contributo dos Sistemas de Informação para o financiamento e contratualização dos cuidados de enfermagem:
  - Dinamização da Conferência «Fórum Ibérico de Telesaúde e I Encontro Regional de Telesaúde», tendo sido este evento fomentador de novas iniciativas na área, ao nível regional;
  - Participação em reuniões do Grupo de Trabalho para a Telemedicina da SPMS;
  - Discussão sobre a temática em audiências e demais reuniões com os responsáveis regionais e organizacionais da saúde na RAM.
- Participação na definição das políticas de saúde a nível regional e acompanhamento da concretização do Plano Regional de Saúde:
  - Audiências na Secretaria Regional da Saúde. Temas abordados: a incipiente resposta em cuidados de enfermagem nos Serviços de Saíde e Lares, maior regulação e transparência no sector, Dotações de Enfermeiros e AO, Carreira de Enfermagem, reforma dos Cuidados de Saúde Primários.
    - Audiência com o Secretário Regional da Saúde – Enfermeiros Élvio Jesus, Cláudia Fernandes, Orlando Sá e Beto Martins - 13/01;
    - Reuniões com o Dr. Miguel Pestana, em Representação do Secretário Regional da Saúde – 16/03;
    - Audiência com o Sr. Secretário Regional da Saúde, Dr. Pedro Ramos - Enfermeiro Élvio Jesus, Cláudia Fernandes, Orlando Sá e Beto Martins – 26/04;
    - Reunião no Gabinete da Secretaria Regional da Saúde – 30/08;
    - Audiência com o Sr. Secretário Regional da Saúde, Dr. Pedro Ramos – 08/09;
    - Audiência com o Sr. Secretário Regional da Saúde, Dr. Pedro Ramos – 18/10.

- Alertas realizados para a sociedade civil em Entrevistas e participação em debates na comunicação social (Ponto 2.5).

- Intervenção junto da SRS e SRIAS para o apoio e a integração do valor dos cuidados de enfermagem nos modelos de financiamento baseados em resultados e de contratualização das organizações prestadoras de cuidados de saúde e Sociais na RAM:
  - Audiência – Secretaria Regional da Inclusão e dos Assuntos Sociais – Enf.º Élvio Jesus – 18/09;
  - Audiência – Presidente do Conselho Diretivo Regional do Centro de Segurança Social da Madeira – 27/11.
- Emissão de pronunciamentos sobre assuntos de interesse para a saúde em geral e para a enfermagem em particular, sempre que solicitado ou sempre que se verifique de utilidade para a profissão:
  - Reorganização dos cuidados de Saúde Primários da RAM;
  - Alertas para com o Poder Político nas Audiências com Entidades governativas da RAM;
  - Alertas aos Enfermeiros da RAM através de contactos por via eletrónica e de forma presencial.
- Acompanhamento da construção de novas estruturas de Saúde, designadamente o novo hospital:
  - Reuniões de acompanhamento do projecto para o Novo Hospital, em que estiveram presentes membros da SRRAM-OE: Enfermeiros Orlando Sá, Sidónio Faria, Cláudia Fernandes e Lina Parodi;
  - Participação do responsável Regional pelo projecto «Novo Hospital da Madeira» em diferentes eventos da SRRAM-OE.
- Participação em comissões ou grupos de trabalho no domínio da saúde e assuntos sociais.
  - Criação de um grupo para o acompanhamento dos contextos dos Idosos / dependentes da RAM para o acompanhamento e desenho de propostas de intervenção;
  - Conselho Consultivo de Saúde Mental, designado por CCSM – Vogal do CER, Enf.º Sidónio Faria e como Suplente a Enf.ª Iolanda Vasconcelos;
  - Idosos – SRIAS, Enf.ª Isis Pestana

2.4- Atividades Estatutariamente Definidas

Atividades desenvolvidas:

- Realização de reuniões ordinárias com os membros dos diferentes Órgãos, de acordo com a periodicidade estatutária e regimentar:
  - Organização da Reunião do Conselho Diretivo nacional no Funchal – 02/09
  - 1ª Reunião da Comissão de Apoio Técnico à Mesa do Colégio da Especialidade de Enfermagem de Saúde Materna e Obstétrica – Enf.ª Susana Freitas – 10/02
- Realização da Assembleia Regional ordinária e extraordinária se necessário:
  - Assembleia Regional na Sede da SRRAM-OE – 23/02.
- Reuniões dos Órgãos Regionais ao longo de 2018:

Mesa da Assembleia Regional

Reuniões Ordinárias		Reuniões Extraordinárias	
Nacional	Regional	Nacional	Regional
2	**1**		**1**

Conselho Diretivo Regional

Reuniões Ordinárias		Reuniões Extraordinárias	
Nacional	Regional	Nacional	Regional
11 1 delas descentralizada na Madeira	**11**		

Conselho Jurisdicional Regional

Reuniões Ordinárias		Reuniões Extraordinárias	
Nacional	Regional	Nacional	Regional
17	**11**	**1**	**2**

Conselho Fiscal Regional

Reuniões Ordinárias		Reuniões Extraordinárias	
Nacional	Regional	Nacional	Regional
4	**3**		

Conselho de Enfermagem Regional

Reuniões Ordinárias		Reuniões Extraordinárias	
Nacional	Regional	Nacional	Regional
8	**10**		

Encontros de Órgãos Estatutários

Regional	Nacional
3	**1**

- Revisão de regimentos internos:
  - Dadas as múltiplas actualizações dos regimentos nacionais não foi considerado prioritária a revisão dos equivalentes regionais.
- Implementação de atividades decorrentes da Alteração Estatutária:
  - Procedimentos em curso, conforme regulamentos nacionais.

2.5- Comunicação e Imagem

Atividades desenvolvidas:

- Intervenção nos canais de comunicação social regional:

Telejornal da RTP Madeira:

Janeiro

- «Novo Conselho de Administração» - 05/01/2017;
- «Direções Técnicas passam a estar representadas na Administração do SESARAM, E.P.E.» –06/01/2017;
- «*Workshop*: Cuidar para a viabilidade tecidular - 10/01/2017;
- «Emigração de Enfermeiros – Região pode ser confrontada com a falta destes profissionais» - 12/01/2017;
- «São precisos mais Enfermeiros – Audiência com Secretário Regional da Saúde» - 13/01/2017;
- «7ª Conferência da SRRAM-OE: Telesaúde / Teleferidas» - 21/01/2017;
- «Telesaúde: novas tecnologias ao serviço da acessibilidade dos utentes ao sistema de saúde» - 21/01/2017.

Março:

- 8ª Conferência SRRAM-OE: Urgências: Realidades e Perspectivas – 18/03/2017.

Abril:

- Audição com a 5ª Comissão Especializada Permanente de Saúde e Assuntos Sociais da ALR da Madeira – 19/04/2017.

Maio:

- 9ª Conferência SRRAM-OE: «Mais Enfermeiros salvam vidas e poupam custos» - 09/05/2017;
- «Êxodo de Enfermeiros – Ordem alerta para a saída de Enfermeiros na RAM» - 12/05/2017.

Junho:

- «Há mais baixas médicas entre enfermeiros no Verão (Entrevista na OE) – Pelo Enf.º Élvio Jesus e Enf.º Sidónio Faria - 06/06/2017;
- «10ª Conferencia: *Benchmarking* em Saúde: como medir os cuidados de saúde com base em VALOR?» – 17/06/2017.

Setembro:

- «São necessários mais 400 enfermeiros na Madeira» - 02/09/2017;
- «Protesto dos Enfermeiros na Madeira - setembro 2017» - 11/09/2017;
- «Cerimónia de Vinculação a Profissão 2017» - 26/09/2017;
- «As USF são um desperdício de dinheiro» - 26/09/2017.

Outubro:

- «11ª Conferência SRRAM-OE: O idoso e o envelhecimento» - 07/11/2017.

Novembro:

- «12ª Conferência SRRAM-OE: «Informação de saúde: cuidados, satisfação e custos» - 18/11/2017.

Dezembro:

- *«Workshop: Lean (Value-added) Healthcare»* - 05/12/2017;
- «PPP na construção do novo Hospital da Madeira?» - 10/12/2017;

IMPRENSA REGIONAL

- **Janeiro:**

Diário de Notícias

- «Enfermeiros realizam Workshop no dia 10» (07/01/2017)
  Link: http://edicao.dnoticias.pt/hemeroteca/59/2017-01-07--2017-01-07;
- «Mais Médicos e Enfermeiros per capita», pelo Enf.º Élvio Jesus (10/01/2017)
  Link: http://edicao.dnoticias.pt/hemeroteca/59/2017-01-10--2017-01-10;
- *Workshop* - «Terapia compressiva eficaz no tratamento de úlceras» (11/01/2017)
  Link: http://edicao.dnoticias.pt/hemeroteca/59/2017-01-11--2017-01-11;
- Convite para a conferência «Telesaúde/ Teleferidas» (19/01/2017)
  Link: http://edicao.dnoticias.pt/hemeroteca/59/2017-01-19--2017-01-19;
- Conferência «Telemedicina traz fórum ibérico à Madeira» (22/01/2017)
  Link: http://edicao.dnoticias.pt/hemeroteca/59/2017-01-22--2017-01-22;
- Conferência - «Há médicos que temem perdas no privado devido à telemedicina» (23/01/2017)
  Link: http://www.dnoticias.pt/impressa/hemeroteca/diario-de-noticias/ha-medicos-que-temem-perdas-no-privado-devido-a-telemedicina-MM790358;
- Publicação da SRRAM-OE «Convocatória Assembleia Regional» (24/01/2017).

Jornal da Madeira

- Audiência - «Pedro Ramos conta com os Enfermeiros» (14/01/2017);
- Convite para a conferência «Telesaúde/ Teleferidas» (19/01/2017);
- Conferência - «Região deve apostar em sistemas de telesaúde» (22/01/2017);
- Publicação da SRRAM-OE «Convocatória Assembleia Regional» (24/01/2017.

- **Fevereiro:**

Diário de Notícias

- Publicação da SRRAM-OE «Participação de falecimento da Sra. Enf.ª Maria Fernanda Gonçalves» (06/02/2017)
  Link: http://edicao.dnoticias.pt/hemeroteca/59/2017-02-06--2017-02-06.

Jornal da Madeira

- Publicação da SRRAM-OE «Participação de falecimento da Sra. Enfermeira Maria Fernanda Gonçalves» (06/02/2017)

Tribuna da Madeira

- «Recursos Escassos e Exigências elevadas afligem enfermeiros» - Entrevista ao Enf.º Élvio Jesus (10/02/2017)

- **Março:**

Diário de Notícias

- Convite para a conferência - «Urgências: Realidades e Perspetivas» (16/03/2017);
- Notícia sobre a 8ª Conferência - «Ordem dos Enfermeiros reflete Urgências» (19/03/2017).

Jornal da Madeira

- Convite para a conferência - «Urgências: Realidades e Perspetivas» (16/03/2017);
- Artigo de Opinião «Reabilitação – a eficiência que faz a diferença» - Pelo Enf.º Luís Freitas (26/03/2017).

- **Abril:**

Diário de Notícias

- Notícia do Dia Mundial da Saúde «OMS desafia Sociedade»
  Comentário do Enf.º Élvio Jesus - «Não pense demasiado em doenças» (07/04/2017).

Jornal da Madeira

- «Presente da Saúde na RAM é escuro» - Notícia aquando da reunião com a 5ª Comissão Especializadas Permanente de Saúde e Assuntos Sociais decorrida a 17/04 com a OE - (18/04/2017).

- **Maio:**

Diário de Notícias

- Divulgação da Conferência/ Convite - «Da evidência à Decisão» (04/05/2017);
- Entrevista «Contratar mais enfermeiros permite poupar Dinheiro» - Dra. Linda Aiken (07/05/2017);
- «Dia do Enfermeiro assinalado» (13/05/2017).

Jornal da Madeira

- Divulgação da Conferência/ Convite - «Da evidência à Decisão» (04/05/2017);
- Extra do JM – Açúcar - Élvio H. Jesus – Enfermeiro (06/05/2017);
- «Admissão de Enfermeiros urgente» - Dia Internacional do Enfermeiro (13/05/2017).

- **Junho:**

Diário de Notícias

- Divulgação da Conferência/ Convite - «Benchmarking em saúde: Como medir os cuidados de saúde com base em valor?» (15/06/2017);
- «Ideias sobre a dieta ideal estão longe da realidade» Entrevista – Professor António Vaz Carneiro - Preletor da 10ª conferência (16/06/2017);
- «Médicos e Enfermeiros ouvidos na Comissão de Saúde da ALM» (21/06/2017);
- «Façam qualquer coisa» - 5ª Comissão Especializada Permanente de Saúde e Assuntos Sociais – Audições Parlamentares (23/06/2017).

Jornal da Madeira

- «Há mais baixas Médicas entre Enfermeiros no Verão» Reportagem – Torre de Vigia - Enfermeiros Élvio Jesus e Sidónio Faria (13/06/2017);
- Divulgação da Conferência/ Convite - «Benchmarking em saúde: Como medir os cuidados de saúde com base em valor?» (15/06/2017);
- «Chamem e falem com quem percebe disto...» - 5ª Comissão Especializada Permanente de Saúde e Assuntos Sociais – Audições Parlamentares (23/06/2017);

- **Julho:**

Diário de Notícias

- «Falta de Enfermeiros deixa serviços em rutura» (30/06/2017);
- «Sr. Governo, para quando a contratação de Enfermeiros» - Enf.º Élvio Jesus (02/07/2017);
- «461 Enfermeiros já emigraram» (15/07/2017).

Jornal da Madeira

- «O Enfermeiro no apoio ao doente hemato-oncológico» - Artigo de Opinião da Enf.ª Fátima Freitas (30/06/2017).

Tribuna da Madeira

- «Enfermeiros Gota a Gota» - Intervenção do Enf.º Élvio Jesus (14/07/2017)

- **Agosto:**

Diário de Notícias

- «Enfermeiros Especialistas retomam protesto» (24/08/2017)
- «Bastonária dos Enfermeiros defende fecho dos Marmeleiros» (28/08/2017)

- **Setembro:**

Diário de Notícias

- «Ana Rita Cavaco – Bastonária da Ordem dos Enfermeiros» (03/09/2017);
- Participação do Falecimento da Enf.ª Maria Calaça Alves (04/09/2017);
- «Unidades Familiares são um retrocesso» - Enf.º Élvio Jesus (26/09/2017).

Jornal da Madeira

- «Preocupações da Bastonária são as mesmas do secretário para desanuviar clima junto dos enfermeiros» (02/09/2017);
- Participação do Falecimento da Enf.ª Maria Calaça Alves (04/09/2017);
- «Bastonária preocupada» (04/09/2017);
- «Cerca de 300 gritaram basta» - Ordem Participou (15/09/2017).

Tribuna da Madeira

- «OE atribui títulos profissionais de Enfermeiro e Enfermeiro Especialista» - Greve (15/09/2017);
- «Portugal insiste em falhar aos Enfermeiros» - Cerimónia de Vinculação» (10/09/2017).

- **Outubro:**

Diário de Notícias

- Divulgação da Conferência/ Convite - «O Idoso e o Envelhecimento: Desafios para os serviços e profissionais de saúde» (26/10/2017);
- «Nem tudo é negativo no Envelhecimento» - Notícia sobre a conferência (29/10/2017).

Jornal da Madeira

- Divulgação da Conferência/ Convite - «O Idoso e o Envelhecimento: Desafios para os serviços e profissionais de saúde» (26/10/2017);

- «Enfermeiros revoltados» - Ordem Reuniu com Pedro Ramos (26/10/2017);
- «Temos que humanizar os Serviços de Saúde» - Notícia sobre a Conferência (29/10/2017);
- «Bastonária – SESARAM tem o Problema dos Marmeleiros por resolver» (28/10/2017).

- **Novembro:**

Diário de Notícias

- Divulgação da Conferência/ Convite - «Informação de Saúde: cuidados, satisfação e custos» (16/11/2017);

Jornal da Madeira

- Divulgação da Conferência/ Convite - «Informação de Saúde: cuidados, satisfação e custos» (16/11/2017);
- «Aqui damos informações por telefone» - Notícia da 12ª Conferência (19/11/2017).

- **Dezembro**

Diário de Notícias

- «Vantagens do Novo Hospital» Pelo Enf.º Élvio H. Jesus (28/12/2017);
- Participação do Falecimento do Enf.º Rafael Jorge da Silva Coelho Basílio (30/12/2017).

Jornal da Madeira

- Participação do Falecimento do Enf.º Rafael Jorge da Silva Coelho Basílio (30/12/2017).

Tribuna

- «Aspetos mais positivos e menos positivos» Pelo Enf.º Élvio H. Jesus (29/12/2017).

- Participação em programas da comunicação social regional:
  - RTP Madeira – Interesse Público: «As lutas profissionais da Saúde» - Pelo Enf.º Élvio H. Jesus - 18/10/2017;
  - «Espaço Aleitamento Materno do Programa Madeira Viva» - 20/01/2017 – Enfermeiras Vera Pestana e Susana Franco
- Aproximação da Ordem aos enfermeiros e cidadãos através da divulgação de atividades pelos meios eletrónicos disponíveis:
  - Divulgação das atividades através dos canais *online* disponíveis, nomeadamente o *Facebook*, *Youtube* e *Flickr*;

- Dinamização do *microsite* da Secção Regional, com a publicação de notícias e divulgação nas redes sociais, das atividades da Ordem;
- Divulgação das notícias pela *mailing list* sempre que pertinente;
- Elaboração e envio das *Newsletters* via e-mail;
- Trabalhos preparatórios para implementação do novo Site da OE;
- Plataforma de envio de SMS aos membros.

2.6- Gestão do Património e Recursos da Ordem

Atividades desenvolvidas:

- Gestão dos recursos humanos, com avaliação periódica do desempenho, de acordo com as linhas gerais nacionais:
  - Acompanhamento do desempenho das colaboradoras. Sem registos de reclamações por parte dos membros e registo de elogios;
  - Reuniões periódicas para acompanhamento do desempenho profissional;
  - Reunião da Sra. Bastonária e Directora dos Recursos Humanos com as Colaboradoras da SRRAM-OE – 04/09.
- Gestão das necessidades em recursos humanos:
  - Por motivos de horário reduzido por licença de aleitamento e por ausência previsível por motivos de saúde de uma das colaboradoras da SRRAM-OE, foi contratada a termo certo, por 6 meses a colaboradora que realizou o estágio profissional da SRRAM-OE em 2017.
- Aplicação de procedimentos de saúde ocupacional, de acordo com a legislação em vigor a todos os colaboradores:
  - Manutenção dos procedimentos de Saúde do Trabalho, através da Empresa *Greensafe*: Consultas e exames complementares de diagnóstico realizadas ao longo do ano 2017;
  - Auditoria realizada pela empresa Greensafe no dia 6 de janeiro às instalações da Ordem dos Enfermeiros. Nela foram recomendadas algumas correções e tomadas medidas para resolução desta situação.
- Implementação do programa de formação obrigatória, segurança contra incêndios e simulacro de evacuação:

- «Formação para contabilistas por causa do Primavera» – Dr.ª Inês Barros – 15 e 16 de maio.
- Formação *Contact Center* - Colaboradora Mariana Nóbrega – 07 e 08/06;
- «Formação Processo de Registo e Atribuição de Títulos – Plataforma Única» – Colaboradora Sandra Aveiro – 25 de outubro;
- Formação Balcão único – Colaboradora Sandra Aveiro – 26 de outubro;
- Plataforma Balcão único – CDR: Enf.ª Vera Pestana e o Enf.º Nuno Neves – 31 de outubro;
- Formação Balcão Único / Módulo Eventos / Formação – Colaboradora Sandra Aveiro – 13 de Dezembro.

- Adequação dos recursos informáticos e de multimédia às necessidades dos membros e do funcionamento interno:
  - Reorganização dos computadores da SRRAM-OE;
  - Participação no concurso nacional para aquisição de novos equipamentos informáticos.
- Reavaliação das contratações de fornecimentos externos em termos de custo/benefício: manutenção de estruturas, comunicações, etc.:
  - IMI – Regularização e atualização da matriz e no registo predial do prédio desta Secção Regional – Obtida a isenção de pagamento.
- Reparação e manutenção de estruturas (elevadores, sistema de rega do jardim, material informático, a estrutura física do prédio, entre outras):
  - Renegociação do Contrato com Empresa de Jardinagem e desratização;
  - Montagem de porta de vidro no acesso reservado à área de trabalho dos Órgãos Estatuários;
  - Reparação do ar condicionado do auditório;
  - Renegociação de contrato e aquisição de novos equipamentos de impressão, digitalização e fotocópias;
  - Aquisição de dois novos equipamentos informáticos, por obsolescência dos existentes na secretaria, no âmbito de concurso de aquisição nacional;
  - Reuniões com diversos fornecedores da SRRAM-OE, para obtenção de orçamentos / soluções para problemas estruturais da Sede (infiltrações, rupturas de canalização:

- Reunião com a *GreenSafe* – Enf.ª Ana Clara Costa – 06/01;
- Reunião MSPRINTER – Enf.ª Ana Clara Costa - 16/05;
- Reunião Caldeira e Costa – Enf.ª Ana Clara Costa – 06/06;
- Reunião Tecnovia – Enf.ª Ana Clara Costa - 03/11;
- Reunião Construteam – Enf.ª Ana Clara Costa - 08/11;
- Reunião Sales Faria & Andrade – Enfermeira Ana Clara Costa - 15/11.

- Acompanhamento do processo de produção energética dos painéis fotovoltaicos e melhoramento da exposição solar:
  - Registo mensal da produção elétrica: Total do Ano 2017 – 5694 KW;
  - Optimização da exposição solar dos painéis e manutenção dos mesmos.
- Implementação do arquivo eletrónico, da documentação recebida por essa via, que não seja necessária imprimir:
  - Manutenção do arquivo eletrónico.
- Inventário, abate e eliminação de material e equipamento obsoleto diverso existente na SR.
  - Reciclagem – até dezembro de 2017:
    - Lixo – 357,24k
    - Papel – 417,84k
    - Plástico – 64,19k

3 – COOPERAÇÃO COM OUTRAS ASSOCIAÇÕES PROFISSIONAIS

Atividades desenvolvidas:

- Cooperação com os Sindicatos de Enfermagem e com outras associações e parceiros da área da saúde em matérias de interesse comum:
  - Apoio no Protesto dos Enfermeiros, dinamizado por frentes Sindicais e outras associações de Enfermeiros, pela renegociação e implementação da nova carreira de enfermagem;
  - Celebração do DIE em associação com o Sindicato – 12 de maio 2017.
- Cooperação com outras Associações e Instituições de Enfermagem:
  - Celebração do DIE em associação com o Sindicato – 12 de maio 2017;

- Participação em reuniões dinamizadas pelo Sindicato (SERAM) - 13 de julho 2017.

- Cooperação com outras Ordens e Associações de outras profissões de Saúde e de áreas afins:
  - Reunião com Dr. António Pedro Freitas - Presidente da Ordem dos Médicos – 17/03;
  - Celebração do DIE em associação com o Sindicato – 12 de maio 2017.
- Celebração, em coordenação com as restantes Associações de Enfermeiros, das comemorações do Dia Internacional do Enfermeiro:
  - Celebração do DIE em associação com as restantes Associações de Enfermeiros (ACEPS, ACERAM e SERAM) – 12 de maio 2017.

4- CONTAS (cf designação)

RELATÓRIO E CONTAS 2017

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

SECÇÃO REGIONAL DA MADEIRA

Fevereiro 2018

BALANÇO

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Euros)

	Notas	2017	2016
ACTIVO			
Ativo não corrente			
. Activos fixos tangíveis	4	1 116 911,93	1 123 806,41
. Activos intangíveis	5	15 160,11	0,00
. Investimentos financeiros	11.7	12,76	0,00
		1 132 084,80	**1 123 806,41**
Activo corrente			
. Créditos a receber	11.3	38,54	726,60
. Associados/membros	11.4/11.5	153 050,00	138 644,12
. Diferimentos	16.1	3 360,35	300,55
. Caixa e depósitos bancários	11.6	571 954,44	512 151,25
		728 403,33	**651 822,52**
TOTAL DO ACTIVO		**1 860 488,13**	**1 775 628,93**
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
FUNDOS PATRIMONIAIS			
. Fundos	16.1	44 364,08	32 601,37
. Reservas	16.1	93 303,72	77 937,53
. Resultados transitados	16.1	1 620 720,29	1 548 900,99
		1 758 388,09	**1 659 439,89**
. Resultado líquido do período	16.1	69 866,90	87 185,49
TOTAL DOS FUNDOS PATRIMONIAIS		**1 828 254,99**	**1 746 625,38**
PASSIVO			
Passivo não corrente			
		0,00	**0,00**
Passivo corrente			
. Fornecedores	11.1	542,94	921,47
. Estado e outros entes públicos	16.1	2 499,97	2 856,37
. Outros passivos correntes	11.2	29 190,23	25 225,71
		32 233,14	**29 003,55**
TOTAL DO PASSIVO		**32 233,14**	**29 003,55**
TOTAL DOS FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO		**1 860 488,13**	**1 775 628,93**

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Euros)

	Notas	2017	2016
RENDIMENTOS E GASTOS			
. Vendas e serviços prestados	8	287 897,15	281 724,02
. Fornecimentos e serviços externos	8	-113 708,35	-86 572,98
. Gastos com o pessoal	12	-60 504,86	-66 134,00
. Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	11.4	-4 372,84	0,00
. Outros rendimentos	8	6 030,16	10 463,48
. Outros gastos	8	-12 072,86	-19 699,71
Resultado antes das depreciações, gastos de finan. e impostos		**103 268,40**	**119 780,81**
. Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4/5	-32 643,24	-31 701,02
Resultado operacional (antes de gastos de finan. e impostos)		**70 625,16**	**88 079,79**
. Juros e gastos similares suportados	6	-223,38	-366,89
Resultado antes de impostos		**70 401,78**	**87 712,90**
. Imposto sobre o rendimento do período	16.1	-534,88	-527,41
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO		**69 866,90**	**87 185,49**

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS

PERÍODO DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017

(Euros)

		Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados Transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 01-01-2017	**6**	**32 601,37**		**77 937,53**	**1 636 086,48**				**1 746 625,38**
ALTERAÇÕES NO PERÍODO									
. Primeira adopção de novo referencial contabilístico									
. Alterações de políticas contabilísticas									
. Diferenças de conversão de demonstrações financeiras									
. Realização de excedente de revalorização									
. Excedentes de revalorização									
. Ajustamentos por impostos diferidos									
. Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais				15 366,19	-15 366,19				0,00
	7			**15 366,19**	**-15 366,19**				**1 746 625,38**
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8							69 866,90	69 866,90
RESULTADO INTEGRAL	**9 = 7 + 8**							**69 866,90**	**69 866,90**
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO									
. Fundos		11 762,71							11 762,71
. Subsídios, doações e legados									
. Distribuições									
. Outras operações									
	10	**11 762,71**							**11 762,71**
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 31-12-2017	**11=6+7+8+10**	**44 364,08**		**93 303,72**	**1 620 720,29**			**69 866,90**	**1 828 254,99**

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Euros)

		2017	2016
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS			
. Recebimentos de clientes e utentes		276 073,51	235 166,63
. Pagamento de bolsas			
. Pagamentos a fornecedores		-114 086,88	-86 942,43
. Pagamentos ao pessoal		-59 901,69	-65 976,58
CAIXA GERADA PELAS OPERAÇÕES		**102 084,94**	**82 247,62**
. Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-190,42	-253,02
. Outros recebimentos/pagamentos		-12 801,54	32 347,42
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS (1)		**89 092,98**	**114 342,02**
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Pagamentos respeitantes a:			
. Activos fixos tangíveis		-25 098,59	-6 953,04
. Activos intangíveis		-15 810,28	0,00
. Investimentos financeiros		-12,76	0,00
	Sub-total	-40 921,63	-6 953,04
Recebimentos provenientes de:			
. Juros e rendimentos similares		92,51	1 012,05
	Sub-total		
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO (2)		**-40 829,12**	**-5 940,99**
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Recebimentos provenientes de:			
. Realizações de fundos		11 762,71	0,00
. Outras operações de financiamento		0,00	445,43
	Sub-total	11 762,71	445,43
Pagamentos respeitantes a:			
. Juros e gastos similares		-223,38	0,00
	Sub-total	-223,38	0,00
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO (3)		**11 539,33**	**445,43**
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		59 803,19	108 846,46
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		512 151,25	403 304,79
Caixa e seus equivalentes no fim do período		571 954,44	512 151,25

Contabilista
Certificada n.º 86218

Inês Barros

Conselho
Diretivo Regional

Presidente	Secretário	Tesoureira
Élvio Jesus	Nuno Neves	Vera Pestana

ANEXO

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

1.1. Designação da entidade: Ordem dos Enfermeiros – Secção Regional da Madeira

1.2. Sede da Secção Regional: Rua Visconde Cacongo, n.º 35, Santa Maria Maior, 9060-036 Funchal

1.3. Natureza da actividade: A Ordem dos Enfermeiros é uma pessoa colectiva de direito público, criada pelo Decreto-Lei n.º 104/98, de 21 de Abril, cuja redacção em vigor consta da Lei n.º 156/2015 de 16 de Setembro (procede à segunda alteração ao Estatuto da Ordem dos Enfermeiros), conformando-o com a Lei n.º 2/2013, de 10 de Janeiro, que estabelece o regime jurídico de criação, organização e funcionamento das associações públicas profissionais, e Código Deontológico.

A Ordem representa os profissionais, nos termos do presente estatuto e demais disposições legais aplicáveis.

A Ordem goza de personalidade jurídica e é independente dos órgãos do Estado, sendo livre e autónoma no âmbito das suas atribuições.

1.4. Tal como prevê a NCRF-ESNL, sempre que não esteja previsto algum aspeto particular recorre-se supletivamente às restantes normas do SNC.

1.5. Sempre que não exista outra referência os montantes encontram-se expressos em unidade de euro.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, aprovadas pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de Junho.

As demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2017 foram elaboradas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística ("SNC"), tendo por base a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo ("NCRF-ESNL"), Aviso n.º 8259/2015, de 29 de Julho, bem como os seguintes diplomas:

- Portaria n.º 220/2015 de 24 de julho - Modelos de Demonstrações Financeiras
- Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho - Código de Contas
- Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho

2.2. Indicação e justificação das disposições do SNC-ESNL que, em casos excecionais, tenham sido derrogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do activo, do passivo e dos resultados da entidade.

No presente período não foram derrogadas quaisquer disposições do SNC-ESNL.

2.3. Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior.

Os valores constantes das demonstrações financeiras do período findo em 31 de Dezembro de 2017 são comparáveis em todos os aspetos significativos com os valores do período de 2016.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

3.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Ordem, mantidos de acordo com as NCRF-ESNL em vigor.

ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os activos fixos tangíveis, adquiridos até 31 de Dezembro, encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha recta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

ACTIVO FIXO TANGÍVEL	
	Vida útil estimada
. Edifícios e outras construções	5 a 50 anos
. Equipamento básico	1 a 14 anos
. Equipamento administrativo	1 a 12 anos
. Outros activos fixos tangíveis	1 a 10 anos

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos activos nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos activos fixos tangíveis são registadas como gastos do período em que ocorrem.

O desreconhecimento dos activos fixos tangíveis, resultantes da venda ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registados na demonstração dos resultados por naturezas nas rubricas "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas".

Estes activos fixos tangíveis são depreciados a partir do momento em que os activos estejam disponíveis para uso e nas condições necessárias para entrar em funcionamento.

ACTIVOS INTANGÍVEIS

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes amortizações.

As despesas de desenvolvimento e manutenção foram reconhecidas como gastos.

O método de amortização utilizado foi o da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado, em sistema de duodécimos.

ACTIVO INTANGÍVEL	
	Vida útil estimada
. Programas de Computador	3 anos

PROVISÕES E PASSIVOS CONTIGENTES

Não aplicável.

IMPARIDADE DE ACTIVOS

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis da entidade com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

LOCAÇÕES

Não aplicável.

CUSTOS DOS EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

RÉDITO

O rédito proveniente da quota, cobrada aos membros, é reconhecido com referência à data a que mesma diz respeito.

Os réditos relativos às vendas de produtos de *merchandising* são reconhecidos no momento em que os riscos e vantagens inerentes ao produto são transferidos para o comprador.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efectivo.

IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

O tratamento contabilístico dos impostos sobre o rendimento é apurado pelo método do imposto a pagar.

O imposto sobre o rendimento incide sobre as atividades da Ordem que não encontram-se definidas dos Estatutos, sendo que os rendimentos de capitais e rendimentos comerciais, industriais ou agrícolas não se encontram isentos. Os lucros destas atividades são tributáveis em sede de imposto sobre o rendimento, ao que se incluí também as tributações autónomas, que sejam devidas na jurisdição fiscal.

MEMBROS E OUTRAS DÍVIDAS DE TERCEIROS

As dívidas de membros e de outros terceiros encontram-se registadas pelo seu valor nominal, tendo sido criadas perdas de imparidade quando se justifiquem.

Todas as dívidas a receber de membros com antiguidade superior a dois anos foram reconhecidas como perda por imparidade.

As dívidas com antiguidade superior a cinco anos foram consideradas incobráveis.

FORNECEDORES E OUTRAS DÍVIDAS A TERCEIROS

As dívidas a fornecedores e a outros terceiros encontram-se registadas pelo seu valor nominal.

EMPRÉSTIMOS

Os empréstimos são registados no passivo pelo custo.

PERIODIZAÇÕES

As receitas e despesas são registadas de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual estas são reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas.

CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, que podem ser imediatamente mobilizáveis com risco reduzido de alteração de valor.

BENEFÍCIOS DE EMPREGADOS

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pelo Conselho Diretivo, acrescidos dos respectivos encargos.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o respectivo pagamento.

De acordo com a legislação laboral aplicável o direito a férias e subsídio de férias, relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

PROVISÕES

Não aplicável.

3.2. Principais pressupostos relativos ao futuro:

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos registos contabilísticos da Ordem dos Enfermeiros.

4. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os activos fixos tangíveis adquiridos encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações acumuladas.

As depreciações foram efetuadas pelo método da linha recta, em sistema de duodécimos.

A vida útil foi determinada de acordo com a expectativa da afetação do desempenho.

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, as revalorizações, os abates, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações, encontram-se apresentados de acordo com o seguinte quadro:

ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS					(Euros)
	Saldo Inicial 2017	Aumentos	Transferências	Abates	Saldo Final 2017
Activos fixos tangíveis brutos					
. Terrenos e recursos naturais	96 115,67				96 115,67
. Edifícios e outras construções	1 310 995,81	1 281,00			1 312 276,81
. Equipamento básico	19 125,11				19 125,11
. Equipamento de transporte					
. Equipamento administrativo	136 884,41	23 737,79			160 622,20
. Outros activos fixos tangíveis	25 309,71	79,80			25 389,51
. Investimentos em curso					0,00
	1 588 430,71	**25 098,59**	**0,00**	**0,00**	**1 613 529,30**
Depreciações acumuladas					
. Terrenos e recursos naturais					
. Edifícios e outras construções	288 419,12	26 242,12			314 661,24
. Equipamento básico	14 011,06	1 447,16			15 458,22
. Equipamento de transporte					0,00
. Equipamento administrativo	136 884,41	4 223,99			141 108,40
. Outros activos fixos tangíveis	25 309,71	79,80			25 389,51
. Investimentos em curso					
	464 624,30	**31 993,07**	**0,00**	**0,00**	**496 617,37**

Os valores de activos fixos líquidos são os seguintes:

ACTIVO FIXO TANGÍVEL LÍQUIDO		(Euros)
	2017	2016
. Terrenos e recursos naturais	96 115,67	96 115,67
. Edifícios e outras construções	997 615,57	1 022 576,69
. Equipamento básico	3 666,89	5 114,05
. Equipamento administrativo	19 513,80	0,00
. Outros activos fixos tangíveis	0,00	0,00
	1 116 911,93	**1 123 806,41**

Alguns dos bens registados em Activos Fixos Tangíveis poderão encontrar-se em locais diferentes da Secção Regional da Madeira, nomeadamente na Secção Regional do Centro e na Sede Nacional.

5. ACTIVOS INTANGÍVEIS

Os ativos intangíveis adquiridos encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes amortizações acumuladas.

As amortizações foram efetuadas pelo método da linha reta, em sistema de duodécimos.

Foram determinadas vidas úteis finitas, de acordo com a expectativa da afetação do desempenho.

ACTIVOS INTANGÍVEIS					(Euros)
	Saldo Inicial 2017	Aumentos	Transferências	Abates	Saldo Final 2017
Activos Intangíveis brutos					
. Programas de Computador		7 931,39			7 931,39
	0,00	**7 931,39**	**0,00**	**0,00**	**7 931,39**
Amortizações acumuladas					
. Programas de Computador		650,17			650,17
	0,00	**650,17**	**0,00**	**0,00**	**650,17**
Activos intangiveis em curso					
. Programas de Computador		7 878,89			7 878,89
	0,00	**7 878,89**	**0,00**	**0,00**	**7 878,89**

Os valores de activos intangíveis líquidos são os seguintes:

ACTIVOS INTANGÍVEL LÍQUIDO		(Euros)
	2017	**2016**
. Programas de Computador	15 160,11	0,00
	15 160,11	**0,00**

6. CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

No que respeita a gastos com os custos de empréstimos obtidos, a Secção Regional da Madeira suporta o encargos do empréstimo da aquisição das atuais instalações à Rua Visconde Cacongo, nº 35, Funchal.

A rubrica de juros e gastos suportados decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

JUROS E GASTOS SIMILARES SUPORTADOS				(Euros)
	2017	2016	Variação Valor	%
. Juros suportados - Empréstimos obtidos	223,38	366,89	-143,51	-39,12%
	223,38	**366,89**	**-143,51**	**-39,12%**

7. INVENTÁRIOS

Não Aplicável.

8. RENDIMENTOS E GASTOS

RENDIMENTOS

Quantia de cada rubrica significativa de rédito reconhecida durante o período:

RÉDITOS				(Euros)
	2017	2016	Variação Valor	%
Prestações de serviços	287 897,15	281 724,02	6 173,13	2,19%
Outros rendimentos	6 030,16	10 463,48	-4 433,32	-42,37%
	293 927,31	**292 187,50**	**1 739,81**	**0,60%**

Réditos em detalhe:

				(Euros)
	2017	2016	Variação Valor	%
Prestações de serviços	**287 897,15**	**281 724,02**	**6 173,13**	**2,19%**
Quotização	284 498,25	278 552,33	5 945,92	2,13%
Emolumentos	3 398,90	3 171,69	227,21	7,16%
Outros rendimentos	**6 030,16**	**10 463,48**	**-4 433,32**	**-42,37%**
Material de divulgação	1 466,22	77,10	1 389,12	1801,71%
Microprodução de Energia	1 116,02	0,00	1 116,02	100,00%
Correcções relativas a períodos anteriores	3 211,72	7 821,75	-4 610,03	-58,94%
Excesso da estimativa p/impostos	106,71	1 793,90	-1 687,19	-94,05%
Indeminizações	0,00	190,00	-190,00	-100,00%
Outros não especificados	0,00	85,14	-85,14	-100,00%
Juros obtidos	129,49	495,59	-366,10	-73,87%
	293 927,31	**292 187,50**	**1 739,81**	**0,60%**

No que concerne aos rendimentos e ganhos, a rubrica com mais expressão é a de Prestações de serviços que devem-se essencialmente ao valor faturado aos membros, referente à quotização na Ordem.

GASTOS

A rubrica de gastos decompõe-se da seguinte forma:

GASTOS				(Euros)
	2017	2016	Variação Valor	%
Fornecimentos e serviços externos	113 708,35	86 572,98	27 135,37	31,34%
Gastos com o pessoal	60 504,86	66 134,00	-5 629,14	-8,51%
Perdas por imparidade por dividas a receber	4 372,84	0,00	4 372,84	100,00%
Outros gastos	12 072,86	19 699,71	-7 626,85	-38,72%
Gastos de depreciação e de amortização	32 643,24	31 701,02	942,22	2,97%
Juros e gastos similares suportados	223,38	366,89	-143,51	-39,12%
	223 525,53	**204 474,60**	**19 050,93**	**9,32%**

A rubrica com mais expressão, no que concerne aos gastos é a de Fornecimentos e Serviços Externos, pois é a que contém os registos dos gastos necessários para o cumprimento das actividades da Secção regional da Madeira.

O aumento verificado na rubrica acima mencionada, deve-se essencialmente às despesas com o Congresso Insular de Enfermagem Açores-Madeira que realizou-se em Outubro de 2017.

A rubrica de gastos com o pessoal apresenta uma diminuição comparativamente a 2016 devido à licença de maternidade de uma das colaboradoras (ver nota 12).

A rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos desagrega-se da seguinte forma:

FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS				(Euros)
	2017	2016	Variação Valor	%
Serviços Especializados				
Trabalhos Especializados	6 312,71	8 715,63	-2 402,92	-27,57%
Publicidade e Propaganda	5 344,21	2 911,07	2 433,14	83,58%
Vigilância e Segurança	1 384,08	1 656,15	-272,07	-16,43%
Honorários	15 628,70	11 184,00	4 444,70	39,74%
Conservação e Reparação:	4 415,19	8 001,77	-3 586,58	-44,82%
Serviços Bancários	784,98	740,33	44,65	6,03%
	33 869,87	**33 208,95**	**660,92**	**1,99%**
Materiais				
Ferramentas e Utensílios Desgaste Rápido	0,00	908,91	-908,91	-100,00%
Livros e Documentação Técnica	165,00	292,74	-127,74	-43,64%
Material de Escritório	2 333,83	3 601,65	-1 267,82	-35,20%
Artigos para Oferta	3 566,88	171,81	3 395,07	1976,06%
Material Informático	166,64	54,97	111,67	203,15%
Outros	601,98	197,66	404,32	204,55%
	6 834,33	**5 227,74**	**1 606,59**	**30,73%**
Energias e fluidos				
Eletricidade	3 694,96	2 705,76	989,20	36,56%
Combustíveis	20,00	27,93	-7,93	-28,39%
Água	2 370,34	2 233,75	136,59	6,11%
	6 085,30	**4 967,44**	**1 117,86**	**22,50%**
Deslocações, estadas e transportes				
Deslocações e Estadas	57 613,97	34 927,27	22 686,70	64,95%
	57 613,97	**34 927,27**	**22 686,70**	**64,95%**
Serviços diversos				
Rendas e Alugueres	3 226,52	1 058,81	2 167,71	204,73%
Comunicação	5 163,84	6 200,22	-1 036,38	-16,72%
Seguros	390,37	0,00	390,37	100,00%
Limpeza, Higiene e Conforto	524,15	982,55	-458,40	-46,65%
Outros	0,00	0,00	0,00	100,00%
	9 304,88	**8 241,58**	**1 063,30**	**12,90%**
	113 708,35	**86 572,98**	**27 135,37**	**31,34%**

No respeita à rubrica de Outros Gastos temos:

OUTROS GASTOS				(Euros)
	2017	2016	Variação Valor	%
Impostos	2 450,12	903,52	1 546,60	171,17%
Correcções relativas a períodos anteriores	1 577,53	0,00	1 577,53	100,00%
Donativos	0,00	5 000,00	-5 000,00	-100,00%
Encargos com Enfermeiros cedidos à Ordem	0,00	3 297,90	-3 297,90	-100,00%
Reembolso encargos empréstimos	8 045,21	10 498,29	-2 453,08	-23,37%
	12 072,86	**19 699,71**	**-7 626,85**	**-63,17%**

9. PROVISÕES, PASSIVOS CONTIGENTES E ACTIVOS CONTIGENTES

Não aplicável.

10. SUBSÍDIOS E OUTROS APOIOS DAS ENTIDADES PÚBLICAS

Não aplicável.

11. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

As bases de mensuração utilizadas para os instrumentos financeiros foram as de custo.

11.1. Fornecedores

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

FORNECEDORES				(Euros)
	2017	2016	Variação Valor	%
Fornecedores	**542,94**	**921,47**	**-378,53**	**-41,08%**
. Nacionais	542,94	921,47	-378,53	-41,08%
. Intracomunitários	0,00	0,00	0,00	0,00%
. Outros mercados	0,00	0,00	0,00	0,00%
	542,94	**921,47**	**-378,53**	**-41,08%**

11.2. Outros passivos correntes

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

				(Euros)
	2017	2016	Variação Valor	%
Acréscimos de gastos:				
Remunerações a liquidar	8 873,67	8 270,50	603,17	7,29%
Outros acréscimos de gastos	9 448,45	6 390,19	3 058,26	47,86%
	18 322,12	**14 660,69**	**3 661,43**	**24,97%**
Quotas a devolver à sede	5 910,72	2 990,86	2 919,86	N/A
Montantes a devolver à Sede	4 957,39	7 574,16	-2 616,77	-34,55%
	10 868,11	**10 565,02**	**303,09**	**2,87%**
Total	**29 190,23**	**25 225,71**	**3 964,52**	**15,72%**

11.3. Créditos a receber

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

CRÉDITOS A RECEBER				(Euros)
	2017	2016	Variação Valor	Variação %
Juros a receber	38,54	1,56	36,98	2370,51%
Pedidos de reembolso à sede	0,00	725,04	-725,04	-100,00%
	38,54	**726,60**	**-688,06**	**-94,70%**

11.4. Reconhecimento das perdas por imparidade de dívidas a receber

Em 31 de Dezembro de 2017 e 31 de Dezembro de 2017, a dívida dos membros à Secção Regional e respetivo reconhecimento de perdas por imparidades detalham-se da seguinte forma:

				(Euros)
Activos	2017	2016	Variação Valor	Variação %
Dívidas dos membros - contas correntes	87 970,90	68 873,40	19 097,50	27,73%
Imparidade Acumulada	-27 172,68	-26 598,14	-574,54	2,16%
	60 798,22	**42 275,26**	**18 522,96**	**29,89%**
Reforço/(redução) imparidade acumulada	-4 372,84	-8 957,31	4 584,47	-51,18%

O movimento das perdas por imparidade dos saldos de membros/patrocinadores durante o exercício foi o seguinte:

PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS					(Euros)
	01/01/2017	Reforços	Reversões	Desreconhecimento	31/12/2017
. Imparidade acumulada	26 598,14	4 372,84	0,00	-3 798,30	27 172,68
	26 598,14	**4 372,84**	**0,00**	**-3 798,30**	**27 172,68**

O registo das perdas por imparidade é efetuado de acordo com a antiguidade da dívida. São registadas perdas por imparidade para as dívidas vencidas há mais de dois anos, paralelamente com o procedimento de 2016. Em 2015 eram registadas perdas por imparidade para as dívidas vencidas há mais de um ano.

Foram constituídas imparidades por dívidas de membros/associados no montante de 4.372,84 euros.

Por outro lado, foram desreconhecidos do balanço as dívidas de membros/associados e respectivas perdas por imparidade vencidas há mais de cinco anos, no montante de 3.798,30 euros, por serem consideradas incobráveis.

11.5. Membros

A 31 de Dezembro de 2017 e 31 de Dezembro de 2016, a Secção Regional da Madeira tinha a receber de membros os seguintes montantes:

MEMBROS				(Euros)
	2017	2016	Variação Valor	Variação %
. Percentagem s/ facturação	87 970,90	68 873,40	19 097,50	27,73%
. Percentagem s/ recebimentos	80 580,76	84 983,57	-4 402,81	-5,18%
. Percentagem s/ inscrições	8 752,93	9 213,25	-460,32	-5,00%
. Percentagem s/ título especialista	2 918,09	2 172,04	746,05	34,35%
	180 222,68	**165 242,26**	**14 980,42**	**9,07%**
. Imparidades Acumuladas	-27 172,68	-26 598,14	-574,54	2,16%
VALOR LÍQUIDO	**153 050,00**	**138 644,12**	**14 405,88**	**10,39%**

11.6. Fluxos de Caixa

A caixa e seus equivalentes inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis e aplicações de tesouraria no mercado monetário, e detalha-se como se segue:

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a rubrica de "Caixa" e "Depósitos bancários" apresentava a seguinte decomposição:

CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS				(Euros)
	2017	2016	Variação Valor	Variação %
. Caixa	15,06	1 015,77	-1 000,71	-98,52%
. Depósitos à Ordem	94 486,42	42 401,07	52 085,35	122,84%
. Depósitos a Prazo	477 452,96	468 734,41	8 718,55	1,86%
	571 954,44	**512 151,25**	**59 803,19**	**11,68%**

11.7. Investimentos Financeiros

INVESTIMENTOS FINANCEIROS		(Euros)
	2017	2016
Investimentos financeiros		
Fundo de compensação do trabalho	12,76	0,00
	12,76	**0,00**

12. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

Os gastos com o pessoal foram os seguintes:

GASTOS COM O PESSOAL				(Euros)
	2017	2016	Variação Valor	%
Gastos com Pessoal				
. Remunerações do pessoal	49 937,85	54 692,85	-4 755,00	-8,69%
. Encargos sobre remunerações	9 916,33	11 054,06	-1 137,73	-10,29%
. Seguro acidentes no trabalho	415,88	0,00	415,88	100,00%
. Outros gastos com o pessoal	234,80	387,09	-152,29	-39,34%
	60 504,86	**66 134,00**	**-5 629,14**	**-8,51%**

No período a que se referem estas Demonstrações Financeiras o número médio de colaboradores da SRM foi de 5.

13. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Após a data do balanço não houve conhecimento de eventos ocorridos que afectem o valor dos activos e passivos das demonstrações financeiras do período.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de Dezembro de 2017 foram aprovadas pelo Conselho Directivo e autorizadas para emissão em 16 de Fevereiro de 2018.

14. AGRICULTURA

Não aplicável.

15. DIVULGAÇÃO EXIGIDAS POR OUTROS DIPLOMAS LEGAIS

Não aplicável.

16. OUTRAS DIVULGAÇÕES

16.1. Outras divulgações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados:

ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica de "Estado e outros entes públicos" apresentava a seguinte decomposição:

ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS		(Euros)
	2017	**2016**
Passivos		
. Imp. sobre o rendimento (IRC) a pagar	512,14	274,39
. Imposto sobre o valor acrescentado	73,93	902,52
. Retenção de impostos s/ rendimento	469,96	505,96
. Contribuições p/ Segurança Social	1 437,04	1 173,50
. Outras contribuições e tributações	6,90	0,00
	2 499,97	**2 856,37**

IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DO PERÍODO

IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO				(Euros)
	2017	**2016**	**Variação**	
			Valor	**%**
Imposto do exercício	534,88	527,41	7,47	1,42%
	534,88	**527,41**	**7,47**	**1,42%**
Rendimentos capitais	129,49	495,59	-366,10	-73,87%
Outros rendimentos	1 125,54	585,24	540,30	92,32%
MATÉRIA COLECTÁVEL	**1 255,03**	**1 080,83**	**174,20**	**16,12%**
Colecta	263,56	226,97	36,58	16,12%
Tributações autónomas	271,33	300,44	-29,11	-9,69%
IMPOSTO DO EXERCÍCIO	**534,88**	**527,41**	**7,46**	**1,41%**

DIFERIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica de "Diferimentos" apresentava a seguinte decomposição:

DIFERIMENTOS		(Euros)
	2017	**2016**
Activos		
. Contratos de manutenção	1 254,60	0,00
. Seguros	16,73	0,00
. Outros gastos diferidos	2 089,02	300,55
	3 360,35	**300,55**

VARIAÇÃO NAS RUBRICAS DO FUNDO PATRIMONIAL

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica dos "Fundos patrimoniais" apresentava a seguinte decomposição:

VARIAÇÃO NAS RUBRICAS DO FUNDO PATRIMONIAL					(Euros)
	01/01/2017	Aumentos	Diminuições	Transferências	31/12/2017
. Fundos patrimoniais	32 601,37	11 762,71			44 364,08
. Reservas	77 937,53	8 718,55		6 647,64	93 303,72
. Resultados transitados	1 548 900,99	87 185,49	-8 718,55	-6 647,64	1 620 720,29
. Resultado do período	87 185,49	69 866,90	-87 185,49		69 866,90
	1 746 625,38	**177 533,65**	**-95 904,04**	**0,00**	**1 828 254,99**

A conta 56 – Resultados transitados encontra-se influenciada pela transferência no montante de 6.647,60 € relativamente à constituição do Fundo de Reserva dos anos de 2011 e 2012 que não se encontravam registadas contabilisticamente na conta de Fundo de Reserva, apesar de estarem constituídos como depósitos a prazo na conta bancária.

De acordo com o que está definido no n.º 1do art.º 118 dos Estatutos da Ordem dos Enfermeiros, foi constituído 8.718,55€ em Fundo de Reserva, após a aplicação de 10% sobre os resultados de 2016.

HIPOTECA

Sobre o imóvel onde está localizada a sede da SRM, com o valor contabilístico líquido de 1.093.731,36 euros, está registada uma hipoteca a favor da Caixa Económica Montepio Geral.

Contabilista Certificada n.º 86218	**Conselho Diretivo Regional**		
	Presidente	**Secretário**	**Tesoureira**
Inês Barros	Élvio Jesus	Nuno Neves	Vera Pestana

SECÇÃO REGIONAL DA MADEIRA

ANÁLISE ECONÓMICA & FINANCEIRA 2017

FEVEREIRO 2018

INTRODUÇÃO

O Estatuto da Ordem dos Enfermeiros, com a redação que lhe conferiu a Lei n.º 156/2015, de 16 de Setembro, na alínea f) do n.º 2 do artigo 46º, determina que o Conselho Diretivo Regional deve elaborar e submeter à aprovação da Assembleia Regional o relatório e contas do ano anterior até dia 1 de Março do corrente ano.

Assim no cumprimento da Lei e do Estatuto, apresentamos mapas com informação relevante que facilita uma melhor compreensão e análise das contas de 2017.

Os montantes que constam nos quadros abaixo apresentados, estão de acordo com os orçamentos correntes e de investimento aprovados em Assembleia para o exercício 2017 e com os registos contabilísticos escriturados em 2017.

RENDIMENTOS E GANHOS

(Euros)

	Execução 2016	Orçamento 2017	Execução 2017	Variação Valor	Variação %
Prestações de serviços	**281 724,02**	**285 952,33**	**287 897,15**	**1 944,82**	**0,68%**
Quotização	278 552,33	283 952,33	284 498,25		
Emolumentos	3 171,69	2 000,00	3 398,90		
Outros rendimentos	**9 967,89**	**10 107,44**	**5 900,67**	**-4 206,77**	**-71,29%**
Material de divulgação	77,10		1 466,22		
Microprodução de Energia	0,00		1 116,02		
Correcções relativas a períodos anteriores	7 821,75		3 211,72		
Excesso da estimativa p/impostos	1 793,90		106,71		
Indeminizações	190,00		0,00		
Outros não especificados	85,14		0,00		
Juros obtidos	**495,59**	**502,53**	**129,49**	**-373,04**	**-288,08%**
	292 187,50	**296 562,30**	**293 927,31**		

A SRRAM em 2017 obteve um total de rendimentos e ganhos no valor de 293.927,31€.

Quotização

Na sua maioria a totalidade destes rendimentos são obtidos através da quotização, que mantêm-se como principal rendimento que a SRRAM. Este valor é constituído por 30% da faturação correspondente aos membros afetos a esta Secção Regional da Madeira acrescida de 3% da faturação nacional da Ordem dos Enfermeiros, que correspondeu no ano de 2017 a 284.498,25€ o que representou 96.79% do total de rendimentos do ano de 2017.

Outros Rendimentos

No que concerne a outros rendimentos temos a venda de material de divulgação e a microgeração de energia, resultante dos painéis fotovoltaicos instalados na secção.

Em outros rendimentos temos também registados as correções de exercícios anteriores e o excesso de estimativa de imposto que resultam de correções de excessos de estimativas escrituradas em 2016.

Concorrem também para a formação dos rendimentos e ganhos, os ganhos com os juros de depósitos a prazo das contas da secção regional.

GASTOS E PERDAS

(Euros)

	Execução 2016	Orçamento 2017	Execução 2017	Variação Valor	Variação %
Fornecimentos e serviços externos	**86 572,98**	**110 473,34**	**113 708,35**	3 235,01	2,85%
Gastos com o pessoal	**66 134,00**	**66 821,79**	**60 504,86**	-6 316,93	-10,44%
Perdas por imparidade por dividas a receber	**0,00**	**0,00**	**4 372,84**	4 372,84	100,00%
Outros gastos	**19 699,71**	**19 904,59**	**12 072,86**	-7 831,73	-64,87%
Impostos	903,52		2 450,12		
Correcções relativas a períodos anteriores	0,00		1 577,53		
Donativos	5 000,00		0,00		
Encargos com Enfermeiros cedidos à Ordem	3 297,90		0,00		
Reembolso encargos empréstimos	10 498,29		8 045,21		
Gastos de depreciação e de amortização	**31 701,02**	**32 030,71**	**32 643,24**	612,53	1,88%
Juros e gastos similares suportados	**366,89**	**370,71**	**223,38**	-147,33	-65,95%
	204 474,60	**229 601,14**	**223 525,53**		

Os gastos e perdas do exercício económico de 2017 totalizaram 223.525,53€, o que representou um decréscimo de 6.075,61€ face ao orçamentado.

Fornecimentos e Serviços Externos

Na estrutura de gastos e perdas, a rubrica de fornecimentos e serviços externos é a que maior relevância apresenta, pois é aquela que reflete a quase totalidade dos gastos para a execução do Plano de Atividades da SRRAM.

No fornecimento e serviços externos destacam-se, entre outras despesas, os gastos com os serviços especializados, nomeadamente assessorias técnicas, com a conservação e reparação das instalações, e com as deslocações e estadias referentes aos órgãos regionais no desenvolvimento das diversas atividades definidas no plano de actividades em 2017.

A rubrica de fornecimentos e serviços externos detalha-se da seguinte forma:

FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS				(Euros)
	2016	2017	Variação Valor	%
Serviços Especializados				
Trabalhos Especializados	8 715,63	6 312,71	-2 402,92	-38,06%
Publicidade e Propaganda	2 911,07	5 344,21	2 433,14	45,53%
Vigilância e Segurança	1 656,15	1 384,08	-272,07	-19,66%
Honorários	11 184,00	15 628,70	4 444,70	28,44%
Conservação e Reparação:	8 001,77	4 415,19	-3 586,58	-81,23%
Serviços Bancários	740,33	784,98	44,65	5,69%
	33 208,95	**33 869,87**	**660,92**	**1,95%**
Materiais				
Ferramentas e Utensílios Desgaste Rápido	908,91	0,00	-908,91	-100,00%
Livros e Documentação Técnica	292,74	165,00	-127,74	-77,42%
Material de Escritório	3 601,65	2 333,83	-1 267,82	-54,32%
Artigos para Oferta	171,81	3 566,88	3 395,07	95,18%
Material Informático	54,97	166,64	111,67	67,01%
Outros	197,66	601,98	404,32	67,17%
	5 227,74	**6 834,33**	**1 606,59**	**23,51%**
Energias e fluidos				
Eletricidade	2 705,76	3 694,96	989,20	26,77%
Combustíveis	27,93	20,00	-7,93	-39,65%
Água	2 233,75	2 370,34	136,59	5,76%
	4 967,44	**6 085,30**	**1 117,86**	**18,37%**
Deslocações, estadas e transportes				
Deslocações e Estadas	34 927,27	57 613,97	22 686,70	39,38%
	34 927,27	**57 613,97**	**22 686,70**	**39,38%**
Serviços diversos				
Rendas e Alugueres	1 058,81	3 226,52	2 167,71	67,18%
Comunicação	6 200,22	5 163,84	-1 036,38	-20,07%
Seguros	0,00	390,37	390,37	100,00%
Limpeza, Higiene e Conforto	982,55	524,15	-458,40	-87,46%
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00%
	8 241,58	**9 304,88**	**1 063,30**	**11,43%**
	86 572,98	**113 708,35**	**27 135,37**	**23,86%**

O aumento verificado na rubrica acima mencionada, deve-se essencialmente às despesas com o Congresso Insular de Enfermagem Açores-Madeira que realizou-se em Outubro de 2017.

Gastos com pessoal

A rubrica de gastos com o pessoal apresenta uma diminuição comparativamente a 2016 devido à licença de maternidade de uma das colaboradoras no decorrer de 2017.

Perdas por imparidade por dívidas a receber

Em 2017 não temos comparativo direto na rubrica de perdas por imparidade, uma vez que foram diretamente à rubrica de resultados transitados.

Outros Gastos

Nesta rubrica temos registados os gastos com Impostos, nomeadamente o Imposto Municipal sobre Imóveis. Em outros gastos, temos também registados as correções de exercícios anteriores, no que concerne ao défice de estimativas escrituradas em 2016 e os encargos com o pagamento do empréstimo da aquisição das instalações da secção regional.

Depreciações e Amortizações

Esta rubrica reflete o gasto repartido por vários anos resultante da aquisição de activos fixos tangíveis e activos intangíveis.

Juros e gastos similares suportados

Os juros registados resultam dos encargos com o pagamento do empréstimo da aquisição das instalações da secção regional.

RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

(Euros)

	Execução 2016	Orçamento 2017	Execução 2017	Variação Valor	Variação %
Resultado antes de Imposto	87 712,90	66 961,16	70 401,78	3 440,62	4,89%
Imposto	-527,41	0,00	-534,88	-534,88	0,00%
RESULTADO LÍQUIDO	**87 185,49**	**66 961,16**	**69 866,90**		

Considerando o exposto anteriormente e tendo por base a execução de todas as atividades previstas para o ano de 2017, a Secção regional da Madeira obteve um Resultado liquido positivo no valor de 69.866,90€.

Reserva Estatutária

Considerando o Resultado Liquido do exercício de 2017, no abrigo do art.° 118 dos Estatutos da Ordem dos Enfermeiros, as reservas estatutárias serão reforçadas com o valor de 6.986,69€.

INVESTIMENTOS

(Euros)

	Execução 2016	Orçamento 2017	Execução 2017	Variação Valor	Variação %
Edificio e outras constuções			1 281,00	1 281,00	100,00%
Equipamento administrativo	2 660,08	15 000,00	23 737,79	8 737,79	36,81%
Outros activos fixos tangíveis	4 292,96	15 000,00	79,80	-14 920,20	-18696,99%
Activos intangiveis			15 810,28	15 810,28	100,00%
Total	**6 953,04**	**30 000,00**	**40 908,87**		

No decorrer de 2017, foram imputados à secção o montante de 39.548,07€ (23.737,79€ + 15.810,28€) devido à atualização de infraestruturas informáticas, a que a Ordem dos Enfermeiros sujeitou-se no decorrer de 2017.

A criação de um *Data Center* em Coimbra, a criação do novo *site* e o Balcão Único foram alguns dos investimentos avultados que a Ordem realizou em 2017 e que foram imputados a todas as secções regionais.

De referir, que este investimento realizado em 2017 e apesar de figurarem nas contas da secção não se encontram no mesmo espaço físico da secção regional, mas sim em Coimbra e na Sede Nacional.

Anexo 1 – Parecer do Conselho Fiscal Regional da Madeira

SECÇÃO REGIONAL DA R.A. DA MADEIRA

Ex.ma Senhora
Presidente da Mesa da Assembleia Regional da Secção Regional da Madeira da Ordem dos Enfermeiros
Ex.mos Membros da Secção Regional da Madeira da Ordem dos Enfermeiros

Assunto: Parecer sobre o Relatório de Atividades e Contas referentes ao ano de 2017.

Nos termos estatuídos o Conselho Fiscal Regional, apresenta o seu parecer sobre o Relatório de Atividades e Contas referente ao ano de 2017, elaborado pelo Conselho Diretivo Regional.

Face ao balanço efetuado das atividades desenvolvidas no decurso o ano de 2017, o Conselho Fiscal Regional conclui que o Relatório de Atividades demonstra o cumprimento das atividades planeadas nas suas linhas gerais.

Na sequência da análise realizada à documentação contabilística e, ouvida a Contabilista Certificada da SRRAM-OE, Dra. Inês Barros, o Conselho Fiscal Regional ficou esclarecido sobre os valores constantes das demonstrações financeiras, sobre as quais vai emitir parecer.

Assim, o Conselho Fiscal Regional entende que as contas refletem o património da nossa Ordem e o resultado do exercício apurado em 2017, salientando o enorme esforço, preocupação e rigor no cumprimento do orçamentado.

Parecer

Da análise ao documento decidiu este Conselho dar parecer favorável ao Relatório de Atividades e Contas, referentes ao ano de 2017 e recomendar a sua aprovação na Assembleia Regional prevista para 26 de fevereiro de 2018.

Funchal, 16 de fevereiro de 2018.

O Conselho Fiscal Regional

Enf. Orlando Sá
Presidente

Enf. Beto Martins
Vogal

Anexo 2 – Certificação Legal de Contas

Ordem dos Enfermeiros - Secção Regional da Madeira

RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **Ordem dos Enfermeiros – Secção Regional da Madeira** (a Entidade), que compreendem o balanço em **31 de dezembro de 2017** (que evidencia um total de 1.860.488,13 euros e um total dos fundos patrimoniais de 1.828.254,99 euros, incluindo um resultado líquido de 69.866,90 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao período findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras:

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O Órgão de Fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um

Capital Social 5 800 € - Contribuinte e NIPC n.º 510 413 900 - SROC n.º 277 - OROC

Dr. Jorge Manuel Teixeira da Silva - geral@jorgesilvaroc.pt
Sede: Rua dos Bragas, 208 - 1º Andar – Sala 15 - Cedofeita - 4050-122 Porto
Escritório: Urbanização Souto do Rio, Lote 43 - 3754-304 ÁGUEDA - Telefs. 234 622 250 - 234 603 556 - Fax 234 624 267

relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

Águeda, 13 de fevereiro de 2018

Dr. Jorge Manuel Teixeira da Silva

Revisor Oficial de Contas nº 637 em representação de
Jorge Silva, Neto, Ribeiro & Pinho, SROC, Lda.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

Capital Social 5 800 € - Contribuinte e NIPC n.º 510 413 900 - SROC n.º 277 - OROC

Dr. Jorge Manuel Teixeira da Silva - geral@jorgesilvaroc.pt
Sede: Rua dos Bragas, 208 - 1º Andar – Sala 15 - Cedofeita - 4050-122 Porto
Escritório: Urbanização Souto do Rio, Lote 43 - 3754-304 ÁGUEDA - Telefs. 234 622 250 - 234 603 556 - Fax 234 624 267



RELATÓRIO E CONTAS 2017

Aprovado, por maioria, na Assembleia Geral Ordinária de 24 de Março de 2018

ordem dos enfermeiros

www.ordemenfermeiros.pt